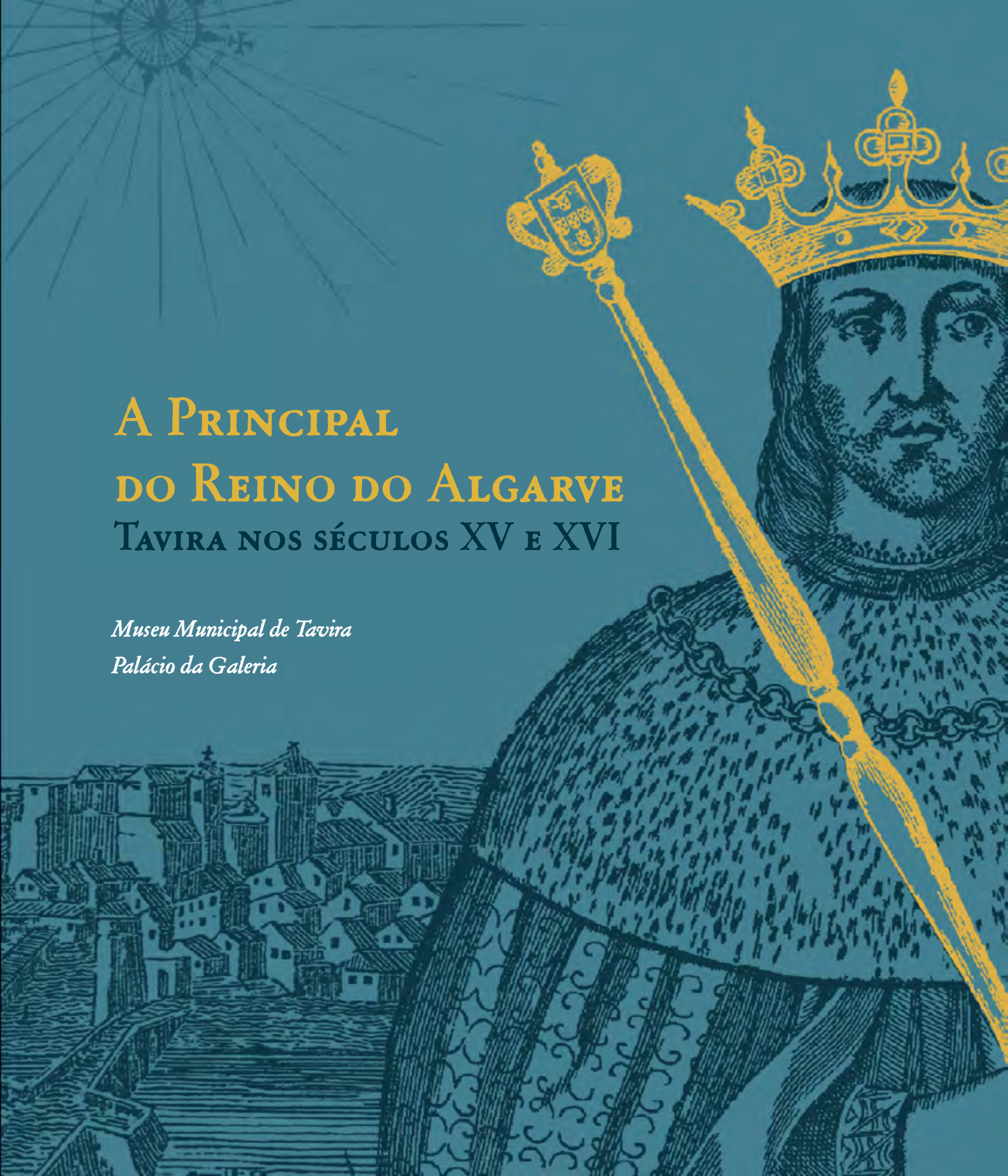




A PRINCIPAL DO REINO DO ALGARVE TAVIRA NOS SÉCULOS XV E XVI

*Museu Municipal de Tavira
Palácio da Galeria*

A PRINCIPAL
DO REINO DO ALGARVE
TAVIRA NOS SÉCULOS XV E XVI

Museu Municipal de Tavira

Palácio da Galeria

2020

A PRINCIPAL
DO REINO DO ALGARVE
TAVIRA NOS SÉCULOS XV E XVI

Ficha Técnica

Curadoria Geral / Concepção

Jorge Queiroz

CONSELHO CIENTÍFICO /
SEMINÁRIOS E EXPOSIÇÃO

Investigação Documental, Arquivo Histórico
e Transcrição Paleográfica

Ana Líbano Monteiro, Isabel Salvado, Lina Maria
Marrafa de Oliveira, Óscar Caeiro Pinto

História Militar

Gonçalo Couceiro Feio, Luis Albuquerque

História Naval e da Expansão Marítima

Carlos Valentim, José António Rodrigues Pereira,
Maria da Graça Ventura

História Medieval / Moderna

Gonçalo Palmeira, Luís Filipe Oliveira, Tomás Pinto Bravo

Arqueologia Urbana, Náutica e Subaquática

Brígida Baptista, Jaqueline Covaneiro, Sandra Cavaco

História do Urbanismo, Arquitectura e Arte

Ana Isabel Santos, António João Cruz, Carla Varela
Fernandes, Catarina Marado, Daniela Nunes Pereira,
Daniel Santana, Joana Balsa de Pinho, Marco Sousa Santos

Economia, Cultura e Religiões

Adriana Nogueira, Daniel Giebels, Fabrizio Boscaglia,
Jorge Queiroz

Genealogia e Heráldica

Óscar Caeiro Pinto

Pesquisa Bibliográfica e Livro Antigo

Cecília Dias, Luis Mártires, Paula Ferreira

Coordenação da produção expositiva

Ana Sofia Miguens

Conservação e Restauro

Leonor Esteban

Museografia

Nerve Atelier de Design

Traduções

Calitema, Gabinete de Traduções

Montagem e Apoio

Alfredo Faleiro, Carlos Pires, Custódio Mestre, José Gregório

Seguros

Companhia de Seguros Caravela

Transporte

RNTRANS

MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA

Diretor

Jorge Queiroz

Produção Expositiva

Ana Sofia Miguens

Investigação do Território/ Património Cultural

Daniel Santana, Luísa Ricardo

Conservação e Restauro

Leonor Esteban

Serviço Educativo

Patrícia Gonçalves

Centro de Documentação

Cecília Dias

Serviço de Arqueologia

Arqueólogos: Celso Candeias. Jaqueline Covaneiro, Sandra Cavaco

Assistentes Técnicos: Ana Vieira

Técnicos e Auxiliares de Museografia

Alfredo Faleiro, Anabela Jesus, Ana Estefânia, Carlos Pires,
Custódio Mestre, José Gregório, Paula Peleja

Secretariado DCPM

Ismael Dias, Luísa Simão, Pedro Santos

Auxiliares

Antonieta Luz, Conceição Afonso

CATÁLOGO

Título

“A Principal do Reino do Algarve – Tavira nos séculos XV e XVI”

Textos

Ana Isabel Santos, Ana Líbano Monteiro, Ana Paula Martins,
António João Cruz, Brígida Baptista, Carlos Valentim, Catarina
Marado, Daniela Nunes Pereira, Daniel Giebels, Daniel Santana,
Fabrizio Boscaglia, Gonçalo Couceiro Feio, Gonçalo Palmeira,
Isabel Salvado, Jaqueline Covaneiro, Joana Balsa de Pinho,
Jorge Queiroz, José António Rodrigues Pereira, Luis Albuquerque,
Luis Filipe Oliveira, Marco Sousa Santos, Maria da Graça Ventura,
Óscar Caeiro Pinto, Sandra Cavaco, Tomás Pinto Bravo

Design gráfico

Nerve Atelier de Design

Fotografias e digitalizações

Arquivo do Laboratório José de Figueiredo, Arquivo Militar
de Estocolmo/Suécia, Arquivo Municipal de Tavira, Arquivo
Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal,
Hélio Ramos, Museu de Marinha, Museu Militar de Lisboa,
Museu Nacional de Arte Antiga, Sociedade de Geografia
de Lisboa

Impressão

Gio Gabinete de Impressão Offset, Lda

Tiragem

1000

Edição

Câmara Municipal de Tavira, 2020

Depósito Legal

468498/20

ISBN

978-972-8705-58-9

Agradecimentos

Arquivo do Exército, Arquivo Municipal de Tavira, Arquivo Nacional
da Torre do Tombo, Artgilão - Atividades Religiosas e Turísticas
de Tavira, Lda., Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, Biblioteca
Nacional de Portugal, Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca
Municipal Orlando Ribeiro/Serviço de Fonoteca, Instituto Andaluz
del Património Histórico, Ministério da Cultura/Direcção Geral
do Património Cultural, Ministério da Defesa, Museu de Marinha,
Museu Militar de Lisboa, Museu Municipal de Faro, Museu Nacional
do Traje, Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo de Évora,
Paróquias de Tavira, Santa Casa da Misericórdia de Tavira



ÍNDICE

Presidente da Câmara Municipal de Tavira <i>Ana Paula Martins</i>	6
Apresentação – Director do Museu Municipal de Tavira <i>Jorge Queiroz</i>	8
<i>Artigos</i>	
Do sítio e do mar: um olhar sobre Tavira na Idade Média <i>Luís Filipe Oliveira</i>	13
“A quantos esta nossa carta virem” – Apontamentos sobre Tavira nos séculos XV e XVI <i>Isabel Salvado</i>	27
O Mar Algarvio nos séculos XV e XVI – a investigação da arqueologia náutica e subaquática <i>Brígida Baptista</i>	37
A Defesa Marítima do Reino do Algarve e a Armada do Estreito nos Séculos XV e XVI <i>José António Rodrigues Pereira</i>	43
O Poder Marítimo e o Poder Naval na Tavira dos Séculos XV e XVI <i>Carlos Valentim</i>	53
A participação dos algarvios na Carreira das Índias <i>Maria da Graça Ventura</i>	65
A linhagem Corte-Real – origens e memórias genealógicas <i>Óscar Caeiro Pinto</i>	77
Tavira nas origens da Dinastia de Avis Os Tavirenses na Crise de 1383-1385 <i>Gonçalo Palmeira</i>	91
Tavira, cidade militar – transformações militares dos séculos XV e XVI <i>Luis Albuquerque</i>	103
A importância de Tavira no contexto militar da Renascença <i>Gonçalo Couceiro Feio</i>	109

Tavira nos alvores da modernidade: a visão da arqueologia <i>Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro</i>	117
Economia e cultura na Tavira de quinhentos: Humanismo e contra-reforma <i>Jorge Queiroz</i>	125
Tavira sob a vigilância da Igreja e da Inquisição (1541-1567) <i>Daniel Giebels</i>	137
Tavira e as religiões no século XVI: notas sobre cristãos, <i>cristãos-novos</i> e mouriscos <i>Fabrizio Boscaglia</i>	145
Tavira entre os séculos XV e XVI: a construção da Ribeira <i>Daniela Nunes Pereira</i>	157
A arquitetura religiosa de Tavira na planta de Leonardo di Ferrari <i>Daniel Santana</i>	165
As casas religiosas na Tavira dos séculos XV e XVI: arquitetura, vivências e presença no espaço urbano <i>Catarina Marado</i>	181
A Casa da Misericórdia de Tavira e a arquitetura promovida pelas Misericórdias no século XVI <i>Joana Balsa Pinho</i>	191
“Telhados de Tesouro” de Tavira Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira entre o séc. XV e XVI <i>Ana Isabel Santos</i>	203
A Torre do Mar – origem, funções e inserção na cidade quinhentista <i>Marco Sousa Santos</i>	215
Os painéis de Tavira: vicissitudes de quatro pinturas sobre madeira encontradas, em 1945, na ermida de São Pedro <i>Antonio João Cruz</i>	223
As Visitas Régias da Dinastia de Avis a Tavira <i>Tomás Pinto Bravo</i>	235

<i>Documentos</i>	252
-------------------	-----

A PRINCIPAL DO REINO DO ALGARVE

TAVIRA NOS SÉCULOS XV E XVI

Tavira foi a primeira urbe do Algarve, após a fundação de Portugal, a ser elevada a cidade.

Este acontecimento marcante reflecte importancia desta urbe no contexto nacional e da região sul, em particular nos seculos XV e XVI, período da expansão portuguesa, das descobertas de novos continentes, das grandes viagens marítimas e de comércio pelo mundo.

Os monarcas de segunda dinastia estiveram em Tavira por diversas vezes, por motivos relacionados com a estratégia de expansão politica e militar para o Norte de Africa, pois era cidade algarvia mais próxima do litoral marroquino, dispondo do mais importante porto da região.

D. João I e os infantes, chefias militares e demais acompanhantes, regressaram por Tavira após a tomada de Ceuta no início de Setembro de 1415 e na Igreja de Santa Maria do Castelo realizou-se uma importante cerimónia régia de homenagem e atribuição de títulos nobiliárquicos, de Duque de Viseu a D. Henrique e Duque de Coimbra a D. Pedro.

O rei D. João II “O Príncipe Perfeito” viveu em Tavira vários meses em 1489 com a sua corte.

As razões da distinção de Cidade concedida a Tavira por Manuel I resulta do facto da urbe e o seu termo possuírem à época uma pujante economia agrícola, piscatória e mercantil, com múltiplos efeitos, nomeadamente no aumento demográfico e presença de muitos mercadores que na região buscavam e traziam produtos, nela viviam e possuíam residências. O urbanismo, o alargamento da cidade ao longo das duas margens do rio e para as periferias, as especificidades da arquitectura da cidade reflectem-no, bem como as diversas igrejas, conventos, casas nobres, os telhados de tesouro que permanecem na imagem actual,...

A documentação histórica evidência a grande actividade mercantil e militar do porto de Tavira nos seculos XV-XVI, comércio intenso, construção e reparação de navios, também a importancia central e estratégica militar que a cidade possuía no contexto da expansão portuguesa, nomeadamente no apoio à construção das fortalezas ao logo da costa atlântica de Marrocos, no reabastecimento de tropas e socorro aos sitiados.

No porto de Tavira estava sedeada a “Esquadra do Estreito”, que patrulhava as costas do Algarve e a zona de Gibraltar, as regiões mediterrânicas e atlânticas.

Os 500 anos de cidade são uma oportunidade para todos, para a comunidade conhecer e valorizar a sua história com repercussões positivas na educação, elevação da autoestima dos cidadãos, na economia local, na protecção e requalificação do património, na atracção de visitantes e promoção do turismo cultural.

Nos próximos meses a exposição “A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI” irá contar aos tavirenses e aos muitos visitantes os diversos aspectos documentais, urbanísticos, artísticos, económicos, militares e culturais relacionados com esse período histórico, sublinhando o contributo desta cidade para o que Portugal foi nesses dois séculos e ainda é na actualidade no contexto das nações, pela língua, patrimónios e cultura presentes no mundo.

Nesta oportunidade agradeço a todas as Instituições e seus dirigentes, aos investigadores, técnicos e trabalhadores que colaboraram na construção desta exposição e catálogo.

É uma honra para a Câmara Municipal de Tavira e as actuais gerações poder celebrar conjuntamente este momento histórico, os 500 anos da Cidade de Tavira.

Ana Paula Martins

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

APRESENTAÇÃO

A passagem de 500 anos sobre decisão do rei D. Manuel I de distinguir Tavira permitiu analisar, contextualizar a fundamentação, compreender as razões da decisão régia. Aprofundamentos multidisciplinares sobre a história política, económica e social de Tavira, reconhecem esta cidade algarvia como parte importante, integrante e incontornável da história do Algarve e do País.

A 16 de Março e 12 de Outubro de 2019 a autarquia taviense, através do Museu Municipal, dinamizou seminários temáticos com a participação de mais de duas dezenas de especialistas, iniciativas que tiveram por objectivo trazer ao conhecimento do País e dos cidadãos aspectos sobre um período histórico, os séculos XV e XVI, no decorrer do qual Tavira foi protagonista na estratégia nacional de expansão para outros continentes, valorizada como espaço físico e social.

Os poderes políticos, religioso e económico, sobretudo a gente anónima que vulgarmente designamos por povo, construíram entre a Baixa Idade Média e a Modernidade, diversidade de patrimónios, sociais e culturais, urbanísticos e arquitectónicos, novos modelos artísticos, que continuam a constituir a face mais significativa e atraente de uma das mais belas urbes portuguesas.

Por herança Tavira tem a “marca genética” e o rosto inconfundível de cidade cultural.

A descrição e o relato não podem, nos tempos que vivemos, dispensar o recurso a várias disciplinas que concorrem para conhecimentos fundamentados, neste aspecto a história de um País ou de uma cidade exige trabalho de equipas especializadas com objectivos definidos, temas a analisar parcelarmente por cada elemento com resultados aferidos por todos. A arqueologia, sociologia, antropologia, etnologia, ciências naturais, geografia física e humana, agronomia, economia, entre outras, devem continuar a integrar os processos de investigação histórica.

A História de uma cidade fundamenta-se na investigação em múltiplas fontes, materiais e imateriais, mas é sobretudo uma construção social onde detectamos (sobre) valorizações e omissões, perspectivas ideológicas determinadas por conjunturas sociopolíticas que as influenciam e condicionam. Face ao discurso demasiado afirmativo, com relatos de acontecimentos e das características de personalidade, teremos de ser exigentes nas provas e questionantes das causas profundas e consequências menos evidentes, isto é, em permanente revisão e reconstrução.

Apesar do esforço de sistematização de informação, de agregação de registos com muitas origens, em Tavira e no País, continua por desvendar um vasto acervo documental de informações, guardado em arquivos, páginas nunca abertas e jamais lidas, que um dia irão completar e refazer a História de Portugal conduzindo-a a novas perspectivas.

O Algarve, foi desde os primórdios de Portugal e até 1910, Reino “dos Algarves”, um território que demorou quase dois séculos a tornar-se Portugal e ao qual Afonso V “O africano” no século XV acrescentaria ao seu título real a designação “daqui e dá além mar em África”. O Algarve foi então um “Reino sem Rei” que se prolongava com o País para o continente mais próximo e as terras mouras, onde Tavira por razões estratégicas teve centralidade.

Sobre a ocupação do sul há ainda muito para desvendar, por provar estão heróicos combates e massacres, sobretudo quando emergem da informação histórica dados que apontam para negociações com os poderes muçulmanos derrotados. Alguns desses relatos correspondem a necessidades ideológicas de afirmação dos nacionalismos emergentes nos séculos XIX e XX.

Situado na “esquina” mais ocidental da Europa, Portugal expandiu-se de norte para sul nos séculos XII e XIII, ocupando territórios habitados por populações romanizadas, cristãs, moçárabes e muçulmanas, um Reino que sempre a seu lado teve a potência castelhana, concorrente com a qual se defrontou inúmeras vezes.



A “aventura” dos portugueses de quatrocentos e quinhentos, as viagens dos navegadores pelo mundo, têm a sua origem remota na formação de um condado junto à Galiza que evoluiu para um reino cristão independente. Foi um processo de relação contínua com o mar, e de organização naval do Reino, que percorreu duas dinastias, vários monarcas e gerações, envolvendo diversas cidades portuguesas como Lisboa, Évora, Porto, Santarém, Lagos, obviamente Tavira e outras.

A controversa história dos descobrimentos portugueses, da expansão marítima, conquista e colonização de territórios ultramarinos, originou que o português seja a uma das línguas mais faladas no mundo e exista património luso em todos os continentes, parte dele reconhecido pela UNESCO.

Neste período pós-colonial todo o passado está a ser objecto de reflexão, de redefinições de conceitos, com discursos renovados e questionamentos de propriedade.

Cidades antigas como Tavira são fontes da História de Portugal, documentos vivos, disponíveis, plenos de informações sobre realidades ainda tão próximas, porque quinhentos anos na história da humana é ainda a hora anterior.

O período em análise na exposição “A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI”, tem como marcos cronológicos a tomada de Ceuta pelos portugueses em 1415, com regresso por Tavira do rei, dos príncipes e chefias militares, até à morte do cardeal D. Henrique em 1580 com consequente perda da independência nacional.

Terá o regresso de D.João I a Portugal por Tavira sido um imprevisto ou algo previamente pensado? Como se poderá interpretar a inesperada decisão de realizar na Igreja de Santa Maria do Castelo a atribuição de ducados nunca anteriormente existentes, de Coimbra e Viseu, aos infantes D. Pedro e a D. Henrique, respectivamente? Este acto do poder real marcaria profundamente a História de Portugal e a organização do Reino nos séculos seguintes.

A exposição “A Principal do Reino do Algarve – Tavira nos séculos XV e XVI”, construída a partir da bibliografia e documentos disponíveis, com os meios e as colaborações solicitadas, procurou clarificar as razões da decisão régia de 1520 partindo de três questões centrais: as razões da elevação a cidade e porque foi a primeira das cidades algarvias a ser distinguida? Como viviam os seus habitantes e que realidades económicas e sociais demonstrava para ser considerada a Principal do Algarve? Porque a cidade é raramente referida nas páginas da História de Portugal?

Apresenta-se nesta exposição a Carta de Elevação e outra documentação da época, o papel de Tavira como centro urbano marítimo e militar, as transformações no urbanismo e na arte, a vida económica e social, a cultura humanista e a contra-reforma, procurando divulgar obras de arte disponíveis e materiais diversos.

A exposição segue informações das comunicações dos seminários, desenvolvidas em textos, com contributos bibliográficos, documentos solicitados aos arquivos nacionais da Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal e Arquivo Municipal de Tavira, livros antigos, imagens e outros materiais.

Reconhecendo mérito dos trabalhos da anterior geração que investigou e analisou a História do País e da cidade, citados profusamente nas páginas deste catálogo, procurou-se neste projecto a colaboração de cientistas sociais que trouxessem conhecimentos e as perspectivas de uma nova geração de investigadores qualificados, ligados ao Algarve por nascimento, pelas vivências na região e trabalho realizado, cujos textos e análises iremos conhecer nesta edição.

É um contributo, confiança e aposta no futuro da investigação no Algarve, um sinal para quem tem responsabilidades de gestão regional das potencialidades humanas que se deverão estimular e apoiar com meios, aproveitando o conhecimento em benefício de todos.

Um registo de agradecimento às tutelas e dirigentes do Museu Militar de Lisboa, Museu de Marinha, Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo de Évora, Museu Municipal de Faro, Museu Nacional do Traje, Paróquia de Tavira, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Municipal de Tavira e a todos os investigadores que participaram nas iniciativas preparatórias e produziram artigos a partir de agora acessíveis a todos.

Uma referência especial de reconhecimento aos técnicos e colegas do Museu Municipal de Tavira pela sua competência, empenho e dedicação, também às equipas exteriores de tradução, museografia e design gráfico e trabalhos complementares.

Esta exposição e catálogo resultam de um trabalho articulado de autoria colectiva, agregando numa obra conhecimentos actualizados sobre Tavira nos séculos XV e XVI, quando a cidade foi a Principal do Reino do Algarve.

Jorge Queiroz

DIRECTOR DO MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA





“Nessa autêntica floresta de mastros e de velas latinas, revela-se a excepcional importância de uma velha cidade portuária...”

Alberto Iria

NOTA BIOGRÁFICA

Luís Filipe Oliveira, Professor Auxiliar da Universidade do Algarve e investigador do I.E.M.- F.C.S.H.- Nova.

Publicou *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, 2009 e dirigiu com Ph. Josserand e D. Carraz, *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autor D'Alain Demurger*, Madrid, 2015.

Colaborou em B. V. e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, 2005; A. Murray (dir.), *The Crusades. An Encyclopedia*, Santa Barbara, 2006; N. Bériou e Ph. Josserand (dirs.), *Dictionnaire des Ordres Militaires au Moyen Age*, Paris, 2009; J. L. Fontes (dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Lisboa, 2018

Do sítio e do mar:
Um olhar sobre Tavira na Idade Média

Luís Filipe Oliveira

Entre os núcleos urbanos do Algarve, Tavira manteve sempre um lugar da maior importância. Ao longo dos séculos medievais, islâmicos e cristãos, nunca foi o centro polarizador da região, lugar preenchido por Ossónoba-Santa Maria de Faro e depois por Silves, desde finais do século XI¹. Mas sempre lhes seguiu no encalço, a maior ou menor distância. Com elas formou o trio de centros urbanos que dominaram a história medieval do Algarve. Pelo menos até ao século XV, data em que o assoreamento do Arade e o desenvolvimento de Lagos alteraram esta hierarquia, com a transformação gradual de Silves num centro rural².

A importância de Tavira devia-se, em primeiro lugar, à geografia³. Situada numa das áreas em que o Barrocal e a Serra mais se aproximam das planícies do Litoral, beneficiava da complementaridade entre esses territórios. Tinha acesso aos recursos da serra, aos minérios e à criação de gado, mas também aos pomares de sequeiro, aos figueirais e às terras de vinha, ou às hortas da periferia urbana, sem esquecer as riquezas do rio e do mar, como o peixe e o sal⁴. Por acréscimo, o núcleo urbano formara-se num local privilegiado junto à foz do Gilão. Num cerro pouco elevado, com vestígios de antigas ocupações humanas, do Bronze final e da Idade do Ferro⁵, mas que controlava a principal via terrestre da região que aí transpunha o rio por uma ponte, por certo desde a época islâmica⁶. A par desta articulação com os eixos terrestres, o estuário do Gilão dava a Tavira um excelente porto de mar, abrigado dos ventos dominantes, e, sobretudo, com boas defesas naturais. O posicionamento da entrada da barra a Oriente da cidade, nas imediações de Cacela, obrigava todos os navios a um longo percurso pela ria, diminuindo assim os riscos de qualquer aproximação furtiva. De resto, como já foi sugerido, é provável que o topónimo Tavira provenha do termo árabe para refúgio⁷, como se a designação da cidade servisse para anunciar as qualidades do seu porto.

¹ Para um panorama, Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, pp. 183-204.

² Entre outros, Maria de Fátima Botão, *Silves: A Capital*, pp. 20, 47, 89-90; Daniela Pereira, *A Evolução Urbanística de Lagos*, sobretudo o cap. I.

³ Para a geografia do sítio, Orlando Ribeiro, “Açoteias de Olhão e telhados de Tavira”, p. 79.

⁴ Para um panorama, Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve*, pp. 39-167.

⁵ Entre outros, Maria Pereira Maia, “O Bronze Final”, pp. 42-44; Ana Margarida Arruda, “Tavira: afirmação do poder”, pp. 51-53.

⁶ Cláudio Torres e Santiago Macias, *O legado Islâmico*, p. 214. A ponte de Tavira está atestada desde 8-IV-1261 (*Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*, Lv. III, nº 3), sendo provável que datasse da época islâmica, como sugere a narrativa da conquista cristã, *Crónica de Portugal de 1419*, p. 151.

⁷ Ahmed Tahiri, “Tavira Islâmica. Una entidad”, pp. 147-148.



Era seguramente mais escasso o povoamento cristão. De início, talvez se reduzisse à guarnição do castelo, aos clérigos das duas igrejas e aos homens da governação⁴². Dadas as dificuldades em atrair novos povoadores e aumentar os vizinhos⁴³, apesar das isenções fiscais que o foral e outros privilégios posteriores lhes haviam concedido⁴⁴, a população cristã deve ter crescido a um ritmo bastante lento. Ao que parece, só ganharia maior dinamismo por finais do século XIII, quando há notícia de obras na igreja de Santa Maria⁴⁵. Pouco depois, em Maio de 1301, o bispo de Silves e a Ordem de Santiago entendiam-se sobre a extensão da jurisdição episcopal e sobre o exercício do direito de padroado na igreja de S. Maria⁴⁶. Apesar dos conflitos posteriores⁴⁷, contribuíam assim para regularizar a assistência religiosa aos fiéis, que iam certamente em crescendo, se não estavam já em maioria.

Por essa época, também a cidade se expandia para os arrabaldes, para a ribeira⁴⁸ e para além da ponte. Entre Agosto e Outubro de 1303, o bispo e o cabido de Silves haviam iniciado naquele último local a construção de uma nova igreja, cujos alicerces já eram então visíveis⁴⁹. Contra essa obra, protestaram os freires de Santiago, preocupados com a redução das dízimas devidas à igreja de Santa Maria e com o prejuízo que daí decorria para sua Ordem, posto que o bispo e o cabido tenham asseverado que nela não fariam baptistério, nem nela ergueriam paróquia, sem afectarem assim os direitos da milícia⁵⁰. O aumento da oferta e da concorrência religiosa não tardaria, no entanto, a revelar-se, através da instalação de um convento franciscano no exterior das muralhas⁵¹. Ignora-se a data de fundação desta casa religiosa, mas é provável que isso tenha ocorrido durante a segunda década do século XIV — é de 1318 a primeira notícia do convento franciscano de Loulé⁵² —, embora ela só esteja documentada a partir de 1330⁵³. A localização deste convento, mas também a invocação para ele escolhida, davam, aliás, bom testemunho das transformações em curso do tecido urbano e do ambiente social da cidade. A primeira delas porque manifestava o dinamismo das periferias e também, talvez, a expansão do arrabalde da Ribeira em direcção à Atalaia. A outra era, porventura, mais reveladora, porque o primeiro título do convento de S. Francisco pusera em destaque a divindade de Cristo⁵⁴, facto que anunciava o triunfo dos seus fiéis perante as outras religiões, numa cidade ainda marcada pelo passado islâmico. Fosse como fosse, com duas freguesias no centro urbano, S. Maria e Santiago,

que partilhavam entre si os termos rurais, Tavira era um caso único no panorama regional, onde a regra não ia além de um templo por sede de concelho⁵⁵. Se bem que o rendimento de ambas as igrejas, avaliado em 970 libras em 1320, fosse inferior ao da única igreja de Loulé, e, claro, ao da catedral de Silves⁵⁶.

Havia outras dinâmicas herdadas dos tempos anteriores em processo de mutação. Ao alterar o quadro político e ao fazer do litoral e do Guadiana uma fronteira, ora com Castela, ora com o Islão, a conquista cristã havia modificado a geografia de trocas do porto de Tavira. Tal como se observou em Mértola⁵⁷, é provável que as antigas ligações com o Norte de África e com o Mediterrâneo Islâmico tenham diminuído de forma drástica. Mas a perda desses contactos, a par da conversão do Algarve num território insular, que tem sido várias vezes notada⁵⁸, não significa que a

⁴² Ainda assim, haviam saído duas famílias cristãs de Tavira em 1264, para povoar Jerez de La Frontera. Henrique David, "Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento»", pp. 284-285.

⁴³ Em Loulé, a colonização cristã só arrancará na década de 1280, Maria Filomena Barros, "Ordenar o povoamento e a vizinhança", pp. 591-592.

⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso III*. Livro I, vol. I, n.º 362 (foral) e n.º 377 (5-II-1268).

⁴⁵ Mário Barroca, *Epigrafia Medieval*, vol. II, t. I, n.º 425 (1293).

⁴⁶ Luís Filipe Oliveira, "A conquista, o orago", p. 80.

⁴⁷ Luís Filipe Oliveira, "A conquista, o orago", p. 80 e nota 60.

⁴⁸ O arrabalde da ribeira já existia em Setembro de 1286, quando o monarca aforou aí uns pardieiros que haviam pertencido ao alcaide do mar, *Descobrimentos Portugueses*, Supl. ao vol. I, n.º 10 (4-IX-1286).

⁴⁹ AN/TT, M.C.O., *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, n.º 13 (9-VIII a 20-X-1303). Há cópias imperfeitas deste processo, com erros de data (*Livro dos Copos*, n.º 99 e 233), sem que se tresladasse aí a carta feita em Tavira, a 12 de Outubro de 1303, com a localização da nova igreja.

⁵⁰ AN/TT, M.C.O., *Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, DP, Mç. 1, n.º 13 (20-X-1303).

⁵¹ Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas*, p. 312. Sobre o convento, Marco Sousa Santos, "Duas Capelas Laterais medievais".

⁵² João Luís Fontes e Gonçalo Melo da Silva, "Um espaço entre poderes", p. 587.

⁵³ Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas*, p. 312.

⁵⁴ O primeiro título do convento (Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas*, p. 312) foi da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

⁵⁵ Para a lista de 1320 das igrejas da diocese, *La Construction Administrative*, doc. n.º 2, pp. 187-188.

⁵⁶ *La Construction Administrative*, doc. n.º 2, pp. 187-188.

⁵⁷ Santiago Macias, *Mértola. O último porto*, p. 201.

⁵⁸ Entre outros, Oliveira Marques, "Para a História do Algarve", pp. 55-56; José Mattoso, "O Algarve na História", pp. 18-21.

El atlas del rey planeta : la descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos / de Pedro Texeira (1634) ; Felipe Pereda y Fernando Marías (eds.) 4ª ed. - San Sebastián : Nerea, 2009. 1 atlas, 398 p. ; color. ; 31 cm Facsimile de códice conservado na Biblioteca Nacional de Viena (Österreichische Nationalbibliothek) sob a cota: Codex Miniatura 46. C.A. 564 V. *Porto de Tavila* (sic) fol. 53v. (À esquerda)



Gravura de Jan Huygen van Linschoten, c. 1596 que representa uma fusta usada para comércio e guerra, na costa do Malabar.

Não admira, por isso, que o movimento dos portos algarvios crescesse ao longo do século XIV. Ao contrário do que já foi admitido¹³⁵, parece que o principal impulso veio dos contactos com o Mediterrâneo, e, sobretudo, com as cidades italianas. Mesmo que a relação não fosse anterior, como sugeriu Alberto Iria com base nas alusões dos forais à venda de especiarias¹³⁶, a partir de inícios da centúria avolumam-se as notícias à presença de venezianos¹³⁷, e, sobretudo, de genoveses, em resultado do contrato de Fevereiro de 1317 com o almirante Pessanha e dos vinte homens que o seguiam e se fixaram no reino¹³⁸. A partir da década de trinta, multiplicar-se-iam, de resto, os privilégios concedidos a outros estrangeiros, dos florentinos aos prazentis e aos milaneses¹³⁹, alguns deles rastreados pouco depois em Loulé¹⁴⁰. A eles se juntariam, por meados do século, catalães e andaluzes, estes atestados pelas referências a navios de Sevilha em águas algarvias¹⁴¹. Era com o Norte da Europa que estabeleciam, contudo, os intercâmbios mais significativos, e, talvez, em crescendo, como insinua o recurso de Tavira a uma marca parecida com a de Lisboa para promover os seus produtos na Flandres, prática vedada pelo monarca em Novembro de 1376¹⁴². Outros diplomas da época confirmam, aliás, a regularidade destes fluxos, ora com saída, ora com escala, nos portos do Algarve, e controlados, por vezes, pelos mercadores do Porto¹⁴³.

A época da carregação, como se designava a estação em que se equipavam os navios e em que os portos eram visitados com maior frequência¹⁴⁴, era essencial para a economia da região. Sem tal dinâmica, não se vendiam as produções da terra, dos figos às passas e ao vinho, nem esta tinha acesso às mercadorias do exterior, e, sobretudo, aos cereais que não produzia em quantidade¹⁴⁵. O acesso a um porto de mar era, por isso, uma preocupação partilhada por todos. Existiam estes, é certo, um pouco por toda a parte e era frequente as barcas dos mercadores andarem de uns para os outros, através dos rios e dos canais da ria, tal como se recorda em alguns diplomas¹⁴⁶, mas o volume das transações nesses portos não seria muito significativo. Nem sempre a procura escoaria toda a produção. Disso se queixou o concelho de Silves em 1398, quando contrastou as dificuldades locais com as grandes *carregações* que se faziam em Faro em Tavira e solicitou ao monarca o acesso àqueles portos¹⁴⁷. O problema era semelhante em Loulé, um concelho de interior. Ao contrário do que pretendia Silves, a solução passou aqui por uma associação com Faro, ainda anterior a Setembro de 1332¹⁴⁸, quando os dois concelhos decidiram partilhar o porto das Pereiras, no Ludo. Segundo um diploma posterior¹⁴⁹, mas relativo ao mesmo acordo, a fruta e os vinhos de Loulé saíam daí em barcas para o porto de Faro. Apesar dos conflitos entre as partes¹⁵⁰, a associação manteve-se e seria renovada em Junho de 1401, ao restabelecer-se a velha amizade, autorizando a entrada e a comercialização em Faro das produções de Loulé¹⁵¹. Havia vantagens mútuas nestes acordos de amizade e de vizinhança, seja pelas economias

¹³⁵ Luís Adão da Fonseca, *O Porto nas Rotas*, p. 12; Luís Adão da Fonseca e José Augusto Pizarro, "Algumas considerações sobre o comércio", p. 72. O fenómeno foi aqui datado do século XV.

¹³⁶ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. I, p. 294.

¹³⁷ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. I, pp. 292-295. Também *Descobrimentos Portugueses*, Supl. ao vol. I, nº 314 (26-X-1309) sobre o arresto dos bens de venezianos no reino.

¹³⁸ *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, nº 37 (1-II-1317) e 38 (15-II-1317).

¹³⁹ Oliveira Marques, *Portugal na Crise*, pp. 40-42. Para os primeiros privilégios a gente de Florença e de Piacenza, *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, nº 99 (9-IV-1338) e vol. III, nº 340 (4-XII-1341) e nº 415 (19-IV-1344).

¹⁴⁰ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. I, pp. 314-321.

¹⁴¹ *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, nº 77 (22-IX-1351) e nº 179 (12-XII-1391). Para os catalães, Oliveira Marques, *Portugal na Crise*, p. 42. No foral da portagem de Lisboa também se citam catalães e genoveses nos portos do Algarve, *Descobrimentos Portugueses*, Supl. ao vol. I, nº 42 (5-X-1377).

¹⁴² *Descobrimentos Portugueses*, Supl. ao vol. I, nº 41 (24-XI-1376). Para a saída de figos de Tavira para Bruges, Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 9 (5-X-1394).

¹⁴³ Luís Adão da Fonseca e José Augusto Pizarro, "Algumas considerações sobre o comércio", pp. 69-70 e as notas respectivas. Para alguns exemplos, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, nº 95 (1359), 127 (1371), nº 216 (18-VIII-1410). Em 1405, um morador de Lisboa carregou uma embarcação do Porto em Tavira, Ana Maria Ferreira, "O Algarve e a importação têxtil", p. 153.

¹⁴⁴ O termo já surge em Setembro de 1332 (Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 1), no acordo entre Loulé e Faro sobre o porto da Pereira: "hy Carregão a fruta dos figeirais".

¹⁴⁵ Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve*, pp. 185 e ss. Para Loulé, Maria de Fátima Botão, *A Construção de uma Identidade*, pp. 255 e ss.

¹⁴⁶ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. I, pp. 354-355 e nota 6, com base em diploma de 1391, t. II, nº 5 (1-X-1382) e nº 11 (1-VI-1401); *Ordenações Afonsinas*, Lv. II, tit. LVII, pp. 334-335.

¹⁴⁷ *O Algarve nas Cortes do Século XIV*, nº 20 (3-XII-1398).

¹⁴⁸ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 1 (13-IX-1332).

¹⁴⁹ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 11 (1-VI-1401).

¹⁵⁰ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 2-3 (14-16-XI-1340) e nº 4 (9-V-1368).

¹⁵¹ Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, t. II, nº 11 (1-VI-1401).

Mazzoli-Guintard, Christine, *Villes d'al-Andalus. L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIII-XV* siècles)*. Rennes, 1998.

Menezes, José de Vasconcelos e, *Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos para a História da Marinha (Século XII-Século XVI)*, Lisboa, 1989.

Monarquia Lusitana, partes I a VIII, ed. *fac-simile*, com introdução de A. Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, 8 vols., Lisboa, 1973-1988.

Moreira, Filipe Alves, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Lisboa, 2013.

Mosquera Merino, Maria, *La Senoria de Ceuta en el Siglo XIII (Historia política y economica)*, Ceuta, 1994.

Oliveira, Luís Filipe Oliveira, “A Cruzada e o Ultramar: Dos trovadores ao conde de Barcelos”, in Isabel Cristina Fernandes e Carlos de Ayala Martínez (eds), *Cristãos contra muçulmanos na idade média peninsular. Bases ideológicas e doutrinais de uma confrontação (séculos x-xiv)» / Cristianos contra musulmanes en la edad media peninsular.bases ideológicas y doctrinales de una confrontación (siglos x-xiv)*, Palmela-Madrid, 2015, pp. 323-335.

——— “Da defesa da fronteira à guerra no mar: A Coroa e as Ordens Militares”, in Carlos de Ayala Martínez, J. Santiago Palacios Ontalva, Martín Ríos Saloma (eds.), *Guerra Santa y Cruzada en el Estrecho*, Madrid, 2016, pp. p. 275-296.

——— “A Ordem de Santiago em Portugal: A conquista das terras do Sul (sécs. XII-XIII)”, *Anais do Município de Faro*, vol. 38, 2016, pp. 11-24

——— “A conquista, o orago e os priores de Loulé”, in *Atas. I Encontro de História de Loulé*, Loulé, 2018, pp. 73-90.

Pedrosa, Fernando Gomes, *As Tercenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*, Lisboa, 2013.

Pereira, Daniela, *A Evolução Urbanística de Lagos (séculos XV-XVIII)*, Faro, 2017

Pereira, João Cordeiro, *Para a História das Alfândegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde — organização e movimento)*, Lisboa, 1983.

——— “Organização e Administração Alfandegárias de Portugal no século XVI (1521-1557)”, *Portugal na Era de Quinhentos*, Cascais, 2003, pp. 1-117.

Picard, Christophe *La mer et les musulams d’Occident au Moyen Âge, VIII-XIII siècles*, Paris, 1997.

——— *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L’ Occident d’ al-Andalus sous domination islamique*, Paris, 2000

Ribeiro, Orlando, *Introduções geográficas à história de Portugal: estudo crítico*, Lisboa, 1977.

——— “Açoteias de Olhão e telhados de Tavira (influências orientais na arquitetura urbana)”, in *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, 2ª ed, Lisboa, 1980, pp. 53-146.

Riley-Smith, Jonathan, *The Crusades. A Short History*, Londres, 1990.

Rose, Susan, *Medieval Naval Warfare*, 1000-1500, Londres, 2002.

Santos, Marco Sousa, “Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira”, *Medievalista* [Em linha]. N.º10, (Julho 2011); Consultado em 10-XI-2019, Disponível em: https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA10/santos1006.html

Sousa, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento. Guia Histórico* – 3.ª edição revista e ampliada, Lisboa, 2016.

Tahiri, Ahmed, “Tavira islâmica. Una entidad urbana de Uksunuba en Gharb al-Andalus”, in *Tavira. Território e Poder. Catálogo da Exposição*, Lisboa, 2003, pp. 147-154.

Torres Balbás, Leopoldo, *Ciudades Hispano-musulmanas*, 2ª ed, Madrid, 1985.

Torres, Cláudio e Macias, Santiago, *O legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, 1998.

Torres, Cláudio, *O Vaso de Tavira: uma proposta de interpretação*, Mértola, 2004.

Viana, Mário, “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”, in Jesús Angel Solórzano Telechea, Michel Bochaca, Amélia Aguiar Andrade (eds), *Gentes de Mar en La Ciudad Atlántica Medieval*, Logrono, 2012, pp. 313-344.

NOTA BIOGRÁFICA

Isabel Dias Salvado, pós-graduada em Ciências Documentais, variante de Arquivo e de Biblioteca, a exercer as funções de técnica superior de arquivo desde 1999 no Arquivo Municipal de Tavira, pelo qual é responsável e onde desempenha funções de gestão e coordenação do trabalho arquivístico. Foi formadora do 1º curso técnico profissional de arquivo organizado pela BAD em 2003 e ministrou ações de formação de curta duração organizados pela Associação Portuguesa de Documentalistas, Arquivistas e Bibliotecários (A.P.B.A.D.). Colaborou por duas vezes como tesoureira na Delegação Sul da A.P.B.A.D. Representa o Arquivo Municipal de Tavira na Rede de Arquivos do Algarve.

“A quantos esta nossa carta virem”

–Apontamentos sobre Tavira nos séculos XV e XVI

Isabel Dias Salvado

Conhecer Tavira nos séculos XV e XVI através dos documentos que chegaram até aos nos-sos dias é encetar uma viagem no tempo única, mas com os seus riscos. O maior risco é o de perdermo-nos num mar de documentos, que quase nos faz naufragar. Para o evitar, é necessário aplicar filtros e esconder sentimentos para conseguir uma triagem bem-sucedida. Porém, fica a singela abordagem aos documentos de Tavira neste período tão abrangente, enquanto testemu-nho documental de Tavira desde o século XV até meados do século XVI. Estes apontamentos documentais servem igualmente para descobrir os arquivos tavirenses, enquanto espaços de sal-vaguarda desses documentos, procurando pistas sobre o que lhes sucedeu.

A carta de elevação de Tavira a cidade, dada por D. Manuel I a 16 de março de 1520 repre-senta o reconhecimento dos «muytos e grandes serviços que os Reis nosos antecessores em estes nosos Regnos sempre rreçeberam e nos temos Reçebidos dos fidalgos caualeiros e escudeiros e povo da nosa muy nobre e leall villa de Tauylla»¹. Na verdade, foram muitos e grandes servi-ços prestados pelos tavirenses nessa época, anunciados em muitos documentos que começam pela expressão protocolar “A quantos esta nossa carta virem”. Cinco anos decorridos desta carta D. João III confirma, também por carta, a elevação de Tavira a cidade². Por vicissitudes desco-nhecidas, ambas as cartas, a de 1520 e a de 1525, não chegaram até aos nossos dias na sua forma original. Foram, portanto, poucos os que realmente as viram e leram.

^[1] ANTT, Leitura Nova, liv.15, fl. 189.

^[2] AMT, Carta de D. João III da confirmação de elevação de Tavira a cidade, de 10 de novembro de 1525, Livro 1º Registo da Câmara, 1732, fl. 16.



Traslado da Carta de confirmação de elevação de Tavira a cidade, 1525. AMT.

Resta aos investigadores a confiança depositada em traslados que perduram ainda hoje. É o caso do registo feito pelo escrivão real nos livros das chancelarias, procedimento administrativo que nos permite assegurar o rigor e fidedignidade do documento³. A sua ilegibilidade, porém, devido a uma escrita demasiado cursiva, certamente resultado do aumento da atividade administrativa do reinado de D. Manuel I, não permite a leitura por qualquer pessoa. Subsistem dois traslados, um, da carta de 1520, produto da reforma administrativa que este monarca instituiu e que contemplou a chamada Leitura Nova e outro, do ano de 1525, que se encontra no Livro 1º de Registo da Câmara Municipal de Tavira, feito em pleno século XVIII, mas que contém como documento incluso a carta de 1520.

“A quantos esta nossa carta virem”, é a forma que se encontra no protocolo inicial de muitos documentos, constituindo a direção ou endereço (*inscriptio*), ou seja, a quem o ato se dirige, sendo neste caso um destinatário coletivo. É uma expressão que aparece em muitas cartas de privilégios e mercês dadas a Tavira, que revelam porque afinal esta é a cidade que «...(sem dúvida) he ao prezente, e foy sempre a principal de todo o Reyno do Algarue (...)»⁴. Mas antes de Frei João de S. José enaltecer Tavira, já D. Afonso V o fazia numa carta de 1474, em que determina que Tavira não possa sair da Coroa e onde se lê que «...hé hua das notávees e pricipaes de nossos Reinos e tinha feitos muytos e estremados serviços aos [reis] nossos antecessores(..)»⁵.

A sua posição geográfica beneficiou os moradores de Tavira, que, sedentos por reconhecimentos em títulos, graças, mercês e enriquecimento, mas também pela defesa da terra, muito contribuíram para os desígnios de um país em clara expansão. E os seus serviços prestados em nome de Portugal não foram esquecidos. A retribuição e reconhecimento régios serviram não só como gratificação desses serviços, mas também visavam a prosperidade económica e a estabilidade de uma terra com um porto de mar que era usado como plataforma de apoio às campanhas do Norte de África e abrigo às embarcações que aí procuravam refúgio, descanso e reparações dos danos sofridos.

Muitos destes privilégios consignam a proteção real dada à economia local, a particulares e a grupos profissionais. Destacam-se os que foram atribuídos aos mareantes e pescadores. Força fundamental para o escoamento de produtos e para o alimento da população, em 1486 e 1496 foi-lhes permitido vender o pescado a quem entendessem e a partir de 1487 podiam ter carnicheiro próprio. Em 1497 passaram a estar dispensados de prestar serviços ao rei com seus corpos e, um ano mais tarde, usufruíram da isenção de pousadoria. Estes e outros privilégios dados a estes profissionais também foram dados ao longo do séc. XVII e séc. XVIII⁶.

Os privilégios atribuídos espelham o dinamismo do comércio taviense e serviam, em certa medida, como formas de proteção e salvaguarda dos produtos locais, sem esquecer as embarcações

que vinham ao porto da cidade. Em 1412, todos os navios estrangeiros que carregassem mercadorias em Tavira, podiam ter seguro, incluindo as mercadorias que transportassem. Mais tarde, em 1496, os navios que trouxessem cereais usufruíam igualmente da proteção de um seguro, medida que visava colmatar a carestia de cereais da região. À pecuária (1459) e aos lavradores (1505 e 1525) também foram concedidas mercês, com particular relevância à fruta, que não podia ser revendida (1496) e que esteve isenta do pagamento da sisa quando era vendida para fora (1514).

As feiras, locais preferenciais para grandes trocas comerciais, foram alvo de privilégios e regulação régia. Em 1496, Tavira é autorizada a realizar uma feira anual que, em 1505 passa a ser franca por um período de 5 anos. Decorrido esse tempo, em 1511, D. Manuel autoriza a realização da feira durante o tempo da cargação, determinante para o escoamento dos produtos locais, principalmente para o exterior, por via marítima. Romero Magalhães⁷ revela-nos que Tavira, apesar do assoreamento do rio, em 1588 teria 60 embarcações de 50 a 90 toneladas, não sendo por isso de admirar que, em 1589, os oficiais da Câmara tenham recebido instruções para prolongarem a feira por cinco anos, com uma duração de 49 dias⁸.

A esta conjuntura económica favorável não ficaram alheios os comerciantes de escravos. O volume de transações de escravos em Tavira está pouco estudado e documentado. Contudo, existem documentos que nos dão indícios de que Tavira também teve mercados de escravos, provavelmente não tão estruturados como os de Lagos, mas certamente com rendimentos que a muitos interessava. O Foral de Tavira de 1504 especifica os casos em que os escravos não pagariam direitos de portagem⁹. Aqui, são identificados os escravos mouros, que não pagariam a dízima se fossem resgatados em Tavira e os escravos cristãos, que não pagariam direito algum. Aos moradores de Tavira é dada licença, em 1515, para irem resgatar ao Cabo de Gué escravos em troca da venda de seus frutos¹⁰. Estes documentos ilustram um comércio muito assente na escravidão de mouros. Não é de estranhar, pois no séc. XIII já havia a presença de escravos mouros, tendo os mouros forros recebido de D. Afonso III privilégios de segurança¹¹. Mas também houve comércio de escravos de outras proveniências, de S. Tomé e Cabo Verde, pois em 1579¹² os moradores de Tavira são autorizados a resgatar escravos destes locais, embora com restrições, só o podiam fazer de 3 em 3 anos.

A dimensão deste porto de mar e da sua atividade marítima e comercial obrigava à adoção de medidas de segurança e de controlo de qualidade das embarcações, como se verifica no documento datado de 6 de março de 1521, que confirma João Garcia como examinador de calafates da vila, provavelmente dando continui-

dade ao cargo que lhe fora confiado em 1512¹³. Neste documento de 1512 se transcreve um outro documento da Câmara de Tavira de 1511, onde se verifica a necessidade de se ter um examinador de calafates: «(...)porque é certo que muitas naus e navios grandes como pequenos se perdem e a gente que neles vai e mercadorias por não serem calafetados e olhados e resguardados como devem (...)»¹⁴.

Cidade cosmopolita, com um porto ativo, onde chegavam e partiam muitas pessoas, que tinham de aí encontrar abrigo, obrigava ao estabelecimento de locais de alojamento. Para tentar resolver o problema das estadias deste excesso de visitantes, em 1489 D. Manuel concede a Pêro Lopes, estalajadeiro em Tavira, mercê para que os estalajadeiros recebam os direitos e liberdades inerentes ao cargo¹⁵. Esta medida não terá sido suficiente, pois em 1512 só havia uma estalagem, o que seria pouco para uma “villa de muyta passaje e trato assim pera os nossos lugares dalem como pera

³ A carta de elevação de Tavira a cidade, de 16 de março de 1520, encontra-se registada na Chancelaria de D. Manuel I – ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44, fl. 57.

⁴ São José, João de – “Corografia do Reino do Algarve”, 1577, fl. 40.

⁵ Carta de D. Afonso V de 10 de outubro de 1474, inserta na Carta de Confirmação à vila de Tavira de 5 cartas de privilégios de 11 de agosto de 1497, Leitura Nova, Livro 15, fl. 172 e Chancelaria de D. Manuel I, liv. 11, fl. 136, TT.

⁶ VASCONCELOS, Damião e ANICA, Arnaldo pref. e notas críticas – “Notícias Históricas de Tavira – 1242/1840”, Câmara Municipal de Tavira, 1999, pp. 179-181.

⁷ MAGALHAES, Romero – “O Algarve na época Moderna – Miuñças 2”, Coimbra, Coedição da Universidade de Coimbra e do Algarve, 2012, p. 94.

⁸ AMT - Carta que por Sua Majestade fez mercê aos oficiais da Câmara e povo de Tavira de lhe prorrogar a feira por cinco anos e por espaço de quarenta e nove dias, 1589-05-19, Liv 1º registo da Câmara Municipal de Tavira, fls 23vº-24.

⁹ SILVA, Manuela Santos (estudo introd.) – “O foral de Tavira de 1504: Estudo e transcrição”, Tavira, Câmara Municipal, 2004, p. 78.

¹⁰ Provisão que dá licença aos moradores de Tavira para irem resgatar ao Cabo de Guer e venderem seus frutos, 1515-05-31, Livro 1º de Registo da Câmara, fls. 159vº-160.

¹¹ VASCONCELOS, Damião – *Ob. Cit.*, p. 32.

¹² AMT - Livro 1º de registo da Camara, fls. 156vº-157, documento de 1º de julho de 1579.

¹³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 42, fl. 3, documento de 8 de maio de 1512.

¹⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 39, fl. 14 e Leitura Nova, liv. 15, fl.54.

¹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 44, fl. 105, documento de 10 de setembro de 1489.

cidade de nova e diz de quinze mil
de matos o fez de mil e quinhentos
e vinte e umos : —

Esta villa de tauilla carta per que
foi feita cidade e og : —

Deus Manuel
quanto esta nossa car
ta virem fazemos saber
que esguartando nos de umtos e
grande servico que os Reis nossos
antecessores em este nosso Reino
sempre Receberam e nos temos Re
cebido de fidalgoes cavalleiros e
escudeiros e pousa da nossa muy no
bre e leal villa de tauilla com visco
de suas pessoas e grande gastos de
suas fazendas assi como lous e leaes
basallos que elles sam e sempre nos
servico de ditos Reis nossos ante
cessores foram achados assi nae que
nae antiguae e pasadas dantre este
Reino com os de castella como em to
dos os outros servico e socorro de
parte dafrica dos nosos lugares
della e guerra contra os mouros nae
quase cousas grande e lealmente sem

Dommanuel goez

outras partes e assim humas das principais do nosso Reyno”¹⁶. As condições desta estalagem não eram as melhores, pois “nenhuma pessoa nella queria pouzar e se apozentavão pella villa”, pelo que o rei autorizou a construção de mais estalagens¹⁷. Rui lopes, um empreendedor, em 1520 recebe licença para acrescentar e fazer “huuas estalagens”¹⁸, junto a uma mancebia, da qual também era proprietário, que ergueu num lugar honesto em 1514, num “curral çarrado que elle tinha comprado onde a dicta mancebia antiguamente sempre esteve amiúde ate hoje”¹⁹, podendo arrendá-la.

A história de Tavira também passa pelas marcas que deixou nos anais da história ao ceder homens e bens nos serviços necessários à boa manutenção das praças do Norte de África. Tavira foi base de apoio no regresso da armada que tomou Ceuta em 1415, recebeu a corte de D. João II, de junho a 23 de setembro de 1489²⁰, durante a construção da fortaleza da Graciosa e em 1508 foi em Tavira que se reuniram cerca de 25.000 homens para auxílio no socorro a Arzila, ajuda que não chegou a ser necessária²¹. João Gonçalves foi outro tavirense que, em 1517²², ofereceu 2 navios para ir com a armada ao estreito. Francisco da Cunha em 1541 partiu com 100 besteiros para socorrer a Mazagão²³ e em 1576 os tavirenses participaram no socorro ao cerco de Mazagão²⁴.

Estes apontamentos comprovam que a história de Tavira não está perdida, graças aos arquivos que ainda hoje se preservam. E muito se perdeu. Basta olhar para a Chancelaria de D. Manuel I, que, de um total de 71 volumes, só chegaram aos dias de hoje 47 volumes²⁵. A perda em 21 volumes é significativa. E ao nível local, não se sabe o que se preservou e o que se perdeu? A ausência de inventários e catálogos rigorosos não permite quantificar com exatidão as perdas.

Havendo provas documentais que Tavira foi a cidade mais importante do Algarve, teve um porto marítimo que muito contribui para uma economia lucrativa e profícua, os seus habitantes foram agraciados com privilégios e mercês, elevada a cidade em 1520, sede da comarca do Algarve em 1536²⁶, com um Hospital cujas origens remontam a 1425²⁷ e a Misericórdia instituída em 1505, é de pensar que são muitos os documentos que testemunham o apogeu de Tavira. Mas, quantos viram e leram estes documentos?

As instituições tavirenses deste período teriam que dispor de meios para manter a máquina administrativa e tributária a funcionar em pleno. Nada podia falhar, nem escapar aos cofres régios e municipais. Os oficiais mais aptos nesta época, que muito contribuíram para uma boa administração, foram os tabeliães e os escrivães. Os tabeliães, de nomeação régia, de assento em cargos municipais, passaram a ser ajudados pelos escrivães durante o séc. XIV, que também detinham o poder da escrita, da leitura e da certificação dos documentos²⁸.

A estes oficiais cabia também o cumprimento das disposições régias quanto ao procedimento a adotar na “chancelaria” municipal. Nas Ordenações Manuelinas²⁹, ficou estabelecido que o escrivão da Câmara tinha de ter uma das chaves da arca do concelho, onde se deveria guardar os documentos mais importantes: “foares, tombos, e privilégios, e outras escripturas”. A outra chave era guardada por um dos vereadores. A ambos incumbia a responsabilidade de garantir que os documentos só seriam retirados da arca dentro da “casa da câmara onde tal arca estiver”, sendo devolvidos de imediato, sob pena de o escrivão perder o officio e o vereador sofrer a pena que o rei entendesse.

¹⁶ AMT, Alvará de 19 de março de 1512, Livro 1.º de Registo da Câmara, 1732, fl. 192v.

¹⁷ V. BARROS, Gama – “Histórica da Administração Pública”, Tomo II, p. 220, a respeito das condições das estalagens no séc. XIV.

¹⁸ ANTT, Leitura Nova, liv. 15, fl.185, documento de 10 de fevereiro de 1520.

¹⁹ ANTT, Leitura Nova, liv. 15, fl. 82 e 82v., documento de 29 de março de 1514.

²⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Itinerários de el-rei D. João II (1481-1494)”, Academia Portuguesa de História, 1993, pp. 345-353.

²¹ BERNARDO, Rodrigues – “Anais de Arzila, crónica inédita do século 16”, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Comissão dos centenários de Ceuta e Albuquerque, 1915, pp. 14-16. V. tb. CHAGAS, Ofir – “Tavira: Memórias de uma cidade”, Tavira, 2004, pág. 65.

²² ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 21, n.º 42, documento de 1517-02-20.

²³ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 69, n.º 80, documento de 28 de março de 1541.

²⁴ VASCONCELOS, Damião – “Notícias Históricas de Tavira”, Tavira, Câmara Municipal, 1999, p. 44.

²⁵ PORTUGAL, Fernando – “A Chancelaria de D. Manuel I”, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1970, in “Separata da revista Ethnos, vol. VI, 1969, p. 4. A informação tem por base um inventário feito por Tomé Lopes em 1532, escrivão de câmara do rei, entregue por este a Fernão de Pina, guarda-mor da Torre do Tombo.

²⁶ Só foi sede de Comarca do Algarve até 1541, ano em que foi criada a Comarca de Lagos, ficando a Comarca de Tavira com os concelhos de Faro até Alcoutim.

²⁷ VASCONCELOS, Damião - Ob. Cit., p. 126.Foi primeiro uma albergaria, até que em 1430 D. Afonso V mudou a designação para a de hospital.

²⁸ V. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal: perfil sócio-económico”, Estudos de Diplomática Portugues, Lisboa, Edições Colibir, 2001, pp. 93-137.

²⁹ BONHOMINI, Ioham Pedro - Liuro primeiro [quinto] das Ordenações. - Nouame[n]te corrigido na segu[n]da e[m]pressam. - Lyxboa, 1514, Tit.LII, fl. 102v. e Tit. XLVI, fl. 93v. [Acesso em linha, novembro 2019: <http://purl.pt/14708>].



Carta de confirmação de examinador dos calafates, 1512.05.08 ANTT, Leitura Nova, Livro 15, fl. 54 e 54v.

Do arquivo da Alfândega de Tavira⁵¹, conhece-se o arquivo existente na Torre do Tombo⁵², com datas extremas de 1701 a 1859. Desconhece-se a localização do arquivo com documentação quatrocentista, mas, por outras fontes da Torre do Tombo, sabe-se que em 1453 já a Alfândega de Tavira tinha escrivão⁵³. Também nos códices 402, 403 e 404 atrás referidos encontram-se cópias de documentos com a anotação “Tirado do 1º tomo do registo da alfândega de Tavira”, certamente pela mão do Fr. Joaquim de Santo Agostinho.

É conhecida a importância dos arquivos quatrocentistas e quinhentistas de Tavira para o aprofundamento do seu estudo, mas ainda há muito trabalho a realizar. São necessários esforços interdisciplinares, entre museus, arquivos, bibliotecas e meios informáticos para que se consiga criar um portal histórico-cultural *online*,



Bibliografia

ANDRADE, Banha – “Arquivos Municipais”, in “Atas do Colóquio: Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal”, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975, pp. 143-184.

ANICA, Arnaldo – “Tavira e o seu termo: Memorando Histórico” Vol. I, Edição da Câmara Municipal de Tavira, 1993.

IDEM – “Tavira e o seu termo: Memorando Histórico” Vol. II, Edição da Câmara Municipal de Tavira, 2001.

BARROS, Henrique da Gama – “Histórica da Administração Pública”, Lisboa, Academia Real das Ciências, Tomo II, 1896.

BERNARDO, Rodrigues – “Anais de Arzila, crónica inédita do século 16”, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Comissão dos centenários de Ceuta e Albuquerque, 1915.

BONHOMINI, Ioham Pedro - Liuro primeiro [-quinto] das Ordenações. - Nouame[n]te corrigido na segu[n]da e[m]pressam. – Lyxboa, 1514 [Acesso em linha, novembro 2019: http://purl.pt/14708].

CAVACO, Hugo – “As Alfândegas do levante algarvio nos regimentos quinhentistas”, in Atas das IV Jornadas de História de Tavira, Clube de Tavira, 2003.

CHAGAS, Ofir – “Tavira: Memórias de uma cidade”, Tavira, 2004, pág. 65.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os tabeliães em Portugal – perfil sócio-económico”, Estudos de Diplomática Portugues, Lisboa, Edições Colibir, 2001, pp. 93-137.

COIMBRA, Arménio Alves Fernandes et. *al.* – “Ordenações Manuelinas Online”, Livro 1, Tit. 52 [Acesso em linha, novembro 2019: http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/].

CRUZ, Maria Leonor García da – “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do norte de África no século XVI. Abertura de um estudo.”, Tavira, Câmara Municipal, 2006. [Acesso em linha: http://hdl.handle.net/10451/1786].

IRIA, Alberto – “O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XV: Subsídios para a sua História”, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.

IRIA, Alberto – “Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa (1729-1732)”, in “Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal”, Vol. XVII, nº 65 e 66, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1943, pp. 175-149 [Acesso em linha a 11 de dezembro de 2019: http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-a-19-1947-HTML/M_index.html].

LEITÃO, Joaquim – “Cortes do Reino de Portugal”, Lisboa, Assembleia Nacional, 1949.

SANTOS, Maria José de Azevedo – “Assina quem sabe e lê quem pode”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.

QUEIROZ, Jorge e SANTANA, Daniel (texto) – “Tavira, Cidade das Igrejas”, Tavira, Câmara Municipal, 2010.

SANTOS, Maria José de Azevedo – “Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)”, Coimbra, Revista de História da Sociedade e da Cultura, nº 14 (2014), pp. 119-132. [Acesso em linha a 4 de junho de 2019: http://hdl.handle.net/10316.2/39362].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “Itinerários de el-rei D. João II (1481-1494) ”, Academia Portuguesa de História, 1993

VASCONCELOS, Damião e ANICA, Arnaldo pref. e notas críticas – “Notícias Históricas de Tavira – 1242/1840”, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Nacional Torre do Tombo - https://digitarq.arquivos.pt/:

- Chancelarias régias – Chancelaria de D. Afonso V e de D. Manuel I.

- Leitura Nova, livros 11, 15 e 12

- Corpo Cronológico: parte I, mç. 21, n.º 42;parte I, mç. 69, n.º 80, parte III, mç. 4, n.º 32; parte II, mç. 37, n.º 31.

Arquivos e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

- Códices 402, 403 e 404 dos Manuscritos Série Azul.

Arquivo Municipal de Tavira

- Inventários: http://www.cm-tavira.pt/site/node/1111

- Índice do Livro 1º de Registo da Câmara - http://www.cm-tavira.pt/site/node/1112.

- Base de dados: http://atom.cm-tavira.pt/v2/

- Carta de Aforamento de 23 de dezembro de 1449.

- Carta de D. Filipe I, datada de 20 de julho de 1594, da confirmação da carta nesta trasladada dos direitos da cidade de Tavira a Francisco Pereira de Berredo neto de Francisco Pereira de Berredo. Documento adquirido à família de José Cabecinha de Faro em 2019.

Arquivo da Misericórdia de Tavira

- Contrato da construção da Igreja da Misericórdia, de 24 de Novembro de 1541.

*“Aí invernavam as galés reais que vigiavam
as costas, por ali teriam que passar as armadas
do Estreito nos anos em que se armavam...”*

Joaquim Romero de Magalhães



NOTA BIOGRÁFICA

Brígida Baptista, licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FL-UL). Pós-graduada em Arqueologia Náutica e Subaquática pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)/Instituto Politécnico de Tomar (IPT). Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UN). Trabalhou na Direção Regional de Cultura dos Açores na gestão da Carta Arqueológica Subaquática e Parques Arqueológicos Subaquáticos dos Açores. Desenvolveu investigação sobre Tratados de Construção Naval dos séculos XVI/ XVII no CEMAR da UAL. Atualmente desenvolve investigação sobre pesca do atum, embarcações tradicionais e comunidades piscatórias. É presidente da Lais de Guia – Associação Cultural do Património Marítimo, trabalhando na valorização e salvaguarda do património marítimo, com sede em Santa Luzia, Tavira.

O Mar Algarvio nos séculos XV e XVI

– a investigação da arqueologia náutica e subaquática

Brígida Baptista

Arqueologia náutica e subaquática – conceitos

O conceito da arqueologia dedicada ao estudo dos ambientes da água, doce, salgada ou salobra, pode ter diferentes definições consoante as correntes teóricas que as pretendem definir. Definições como arqueologia náutica, subaquática, marítima ou do meio aquático são alguns dos conceitos atribuídos a esta disciplina, que tem em comum o Mar, o Homem e a simbiose entre os dois. George Bass, um dos maiores especialistas internacionais sobre o tema considerou que como ciência a recente disciplina da arqueologia marítima, está ainda a definir-se, porém atribui-lhe diversas ramificações como a arqueologia costeira, definindo as zonas marítimas com presença humana em terra, ou já submersas ou em zonas de interface e a arqueologia náutica ou “arqueologia dos navios”, incluindo todo o tipo de embarcações desde a simples jangada até aos grandes navios de passageiros e de guerra, quer estejam em terra, submersos ou em zonas parcialmente submersas. Esta arqueologia inclui também o estudo dos portos que é indissociável neste ambiente marítimo-náutico (Bass, 2011, p.4). Filipe Castro, da Universidade do Texas A&M, define a *arqueologia subaquática como um ramo da arqueologia que estuda sítios alagados ou submersos e integra a arqueologia náutica, que estuda os navios e barcos do passado e a arqueologia marítima, que estuda as atividades humanas ligadas ao mar, rios, lagos e espaços lagunares* (Castro, 2016 p.91). Por último, Maria Luísa Blot definiu a Arqueologia do Meio Aquático como a disciplina que *estuda e procura uma compreensão do passado do Homem nas suas variadas relações com o meio aquático enquanto espaço privilegiado de circulação, (...) deslocação de embarcações (...). Esta disciplina analisa a interação do homem com o mar, com os lagos e os rios, através de manifestações materiais – embarcações, (...) instalações humanas litorais, vestígios materiais* (Blot, 2003, p.28).

Como disciplina a arqueologia náutica e subaquática deu os primeiros passos no início dos anos 60 do séc. XX com as escavações do naufrágio da Idade do Bronze no Cabo Gelidonya, Turquia, das embarcações vikings no Fiorde de Roskilde, Dinamarca e do Vasa, o navio sueco do séc. XVII, trazido à superfície quase intacto no porto de Estocolmo (Bass, 2011, p. 6; Castro, 2016, p.91).

Em Portugal, apesar de algumas tentativas amadoras anteriores, só a partir de 1980 a disciplina se foi definindo progressivamente e afirmando como ciência mais autónoma debaixo da alçada do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) (Bugalhão, 2014, p.19). Em 2001, Portugal foi um dos países que assinou a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, numa tentativa de atenuar a destruição sistemática de sítios arqueológicos subaquáticos por empresas de caça do tesouro, ratificando esta convenção em 2006 (Ibid, p.20). *O património arqueológico náutico e subaquático português conserva-se em parte em meio subaquático, encharcado ou húmido, ou em áreas de interface entre o território emerso e submerso, como um importante testemunho da presença humana e com um inestimável valor histórico e científico para Portugal. Temos uma extensa costa marítima, uma ainda maior plataforma continental, temos estuários, leitos interiores, aglomerados urbanos de litoral, alterações da linha de costa e bacias hidrográficas, que contribuíram e contribuem para a história da navegação de curto, médio e longo curso* (Ibid, p.19).

O crescente número de intervenções nas zonas ribeirinhas das cidades, onde surgem vestígios destas vivências fluviais e marítimas, exige cada vez mais um trabalho multidisciplinar integrando especialistas de várias ciências que possam contribuir para a melhor compreensão destes ambientes, tornando crucial o cruzamento dos dados com a arqueologia terrestre. O estudo destes ambientes deve também ter em conta vários aspetos como as consequências das alterações da linha de costa e dos cursos fluviais, os estudos de geomorfologia costeira para compreender as alterações do território litoral (hidrodinâmica sedimentar, evolução da linha de costa, assoreamentos, tectónica) a cartografia, documentação coeva, episódios naturais (sismos e/ou tsunamis). Analisando a paisagem fluvial e marítima, através da identificação de pontos de abrigo, ancoragem, com atividade portuária, e quais os casos em que há continuidades ou implantações *ex novo*.

O Mar do Algarve dos séculos XV e XVI

O Algarve, pela posição privilegiada da sua costa virada ao Atlântico, proporcionou desde a Antiguidade condições ideais à implantação de povos, que a partir do litoral se expandiram pelo território. A sua distinta paisagem cultural marítima, com um barlavento de arribas recortadas e um sotavento de ilhas-barreiras, deu ao Algarve um papel crucial como zona de passagem e confluência de povos numa ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo (Baptista, 2019). A extensa linha de costa portuguesa fomentou as vivências ligadas ao Mar, influenciando a sua trajetória histórica. A partir do século XV, os Descobrimentos e Expansão marítima portuguesa afirmaram o reino de Portugal como uma importante

formação política no domínio do “Mar-Oceano” e na descoberta de novos territórios (Garcia, 2016, p.262). O navio¹ foi o meio de transporte por excelência empregue nestas descobertas marítimas, construídos com diferentes tipologias e tonelagens, adaptados aos objetivos da Coroa, fossem eles de transporte, exploração e/ou bélico. Desta forma, o contexto de naufrágio é em si um testemunho incalculável de valor histórico e patrimonial, um túmulo coletivo de uma realidade do que foi o navio até ao momento do naufrágio, uma verdadeira “capsula do tempo” (Ibid, p.263; Património Cultural Subaquático, 2016). O mar dos séculos XV e XVI foi assim, uma imensa “estrada líquida” caracterizada por uma significativa movimentação de embarcações, pessoas, mercadorias e saberes, por episódios naturais, mas também por intensos episódios bélicos, em consequência da conquista de Ceuta, dos ataques de corsários e pelos conflitos associados ao período da união ibérica que se estendeu pelo século XVII. Assim, no início do século XV, o estabelecimento da paz com Castela (1411), coincidiu com o momento em que o reino de Portugal reunia todas as condições para desencadear uma expansão ultramarina assente na guerra e no comércio, sustentada por uma nobreza sequiosa de honra e riqueza, e por agentes económicos empreendedores, e legitimada pela Igreja. D. João I apercebeu-se deste dinamismo e canalizou-o para uma expedição militar. Como disse Zurara², Ceuta era “a chave do Mediterrâneo” (Costa, 2014, p.32). A conquista de Ceuta em 1415 provocou uma intensificação da navegação nas águas a sul do Algarve, com a armada portuguesa aí ancorada antes da partida para o norte de África, composta por 200 navios, 25 galés, com 45.000 homens de armas (Chagas, 2004, p.43).

Tavira teve então, um papel crucial na defesa das praças do Norte de África, não só de Ceuta, mas de outras, como Alcácer-Seguer (1458), Tânger e Arzila (1471). A sua localização, as capacidades do seu porto, as características dos seus homens do mar, tornaram Tavira no principal porto de reabastecimento das praças africanas, no combate à pirataria e corso muçulmano (Rodrigues, 2008, p.90).

O domínio filipino (1580-1640) trouxe novos paradigmas e mudanças na construção naval, no comércio, na forma de fazer a guerra no mar e novos inimigos da coroa ibérica. Assim, no final do século XVI, mais um episódio deixou marcas na história marítima da costa algarvia, com o ataque do corsário inglês Francis Drake, a 24 de junho de 1596. Com uma frota de 130 velas e 3.000 homens, aquando do regresso da expedição a Cádiz, desembarcou e saqueou Farrovilhas, no concelho de Loulé e no dia seguinte saqueou Faro, registando-se significativos estragos no seminário e biblioteca da cidade (Chagas, 2004, p.63).

A arqueologia náutica e subaquática no Algarve

A partir de 1995 o IPPC e o Museu Nacional de Arqueologia iniciaram a constituição do primeiro esboço da Carta Arqueológica Subaquática Portuguesa e a partir da criação do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), em 1997, aumentou-se o número de sítios identificados ao longo de toda a costa algarvia. Os primeiros trabalhos iniciaram-se na década de 80, em Salema, Vila do Bispo, com a equipa do Museu Nacional de Arqueologia, a realizar as primeiras intervenções no sítio de naufrágio do L’Océan, o navio-almirante francês, que participou na “Guerra dos Sete Anos”, a qual opôs ingleses e franceses. O navio foi destruído pelo fogo em consequência de um ataque a 18 de agosto 1759, na que ficou conhecida como “Batalha de Lagos” (Alves, 1990-1992, p.463). Em 1993, foi criado no local o Primeiro Itinerário Arqueológico Subaquático Português, permitindo a visita a mergulhadores desportivos (Garcia, 2016, p. 269). No caso do Rio Arade, este pode ser considerado um dos maiores complexos portuários históricos do Algarve com uma continuidade, pelo menos, desde época fenícia e onde se tem desenvolvido um dos únicos projetos científicos da região. Na década de 70 do século XX registaram-se as primeiras evidências arqueológicas em consequência das dragagens do rio, porém a partir de finais de 1990 as intervenções arqueológicas subaquáticas ajudaram no reconhecimento do valor científico e patrimonial do Rio Arade, contabilizando até ao momento 62 registos arqueológicos em meio aquático³, estando em curso novos projetos no rio e área envolvente

(Fonseca e Bettencourt, 2018). No caso do Faro A, localizado ao largo de Faro, os trabalhos arqueológicos coordenados pelo arqueólogo Jean-Yves Blot, com o auxílio dos achadores, voluntários e arqueólogos do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), permitiram desde o ano 2000 recuperar alguns artefactos (pratos de estanho e fragmentos de um cachimbo em cerâmica) e contabilizar quase duas dezenas de canhões (Blot, 2003).

O número ascende hoje a cerca de duas centenas de registos de vestígios, entre naufrágios, achados fortuitos, espólio e referências históricas [Figura 1]. Porém, existe uma significativa discrepância entre os sítios identificados na região do sotavento e os identificados a barlavento, este último com um número superior de vestígios identificados, destacando-se assim os concelhos de Vila do Bispo, Lagos e Portimão.

¹ Navio – Segundo o P^a Fernando de Oliveira navio é “tudo aquilo em que se anda ou se leva alguma coisa per cima daugua” (Leitão & lopes, 1990, p. 371). Compreende-se um barco de porte razoável ou grande, apto para fazer viagens de cabotagem ou transoceânicas ou, ainda, viagens em rios ou grandes lagos. Os navios podem ser de madeira, metal ou de construção mista (Leitão & Lopes, 1990, p. 371).

² Gomes Eanes de Zurara, 1410-1474

³ Portal do Arqueólogo / Endovélico

⁴ Portal do Arqueólogo / Endovélico

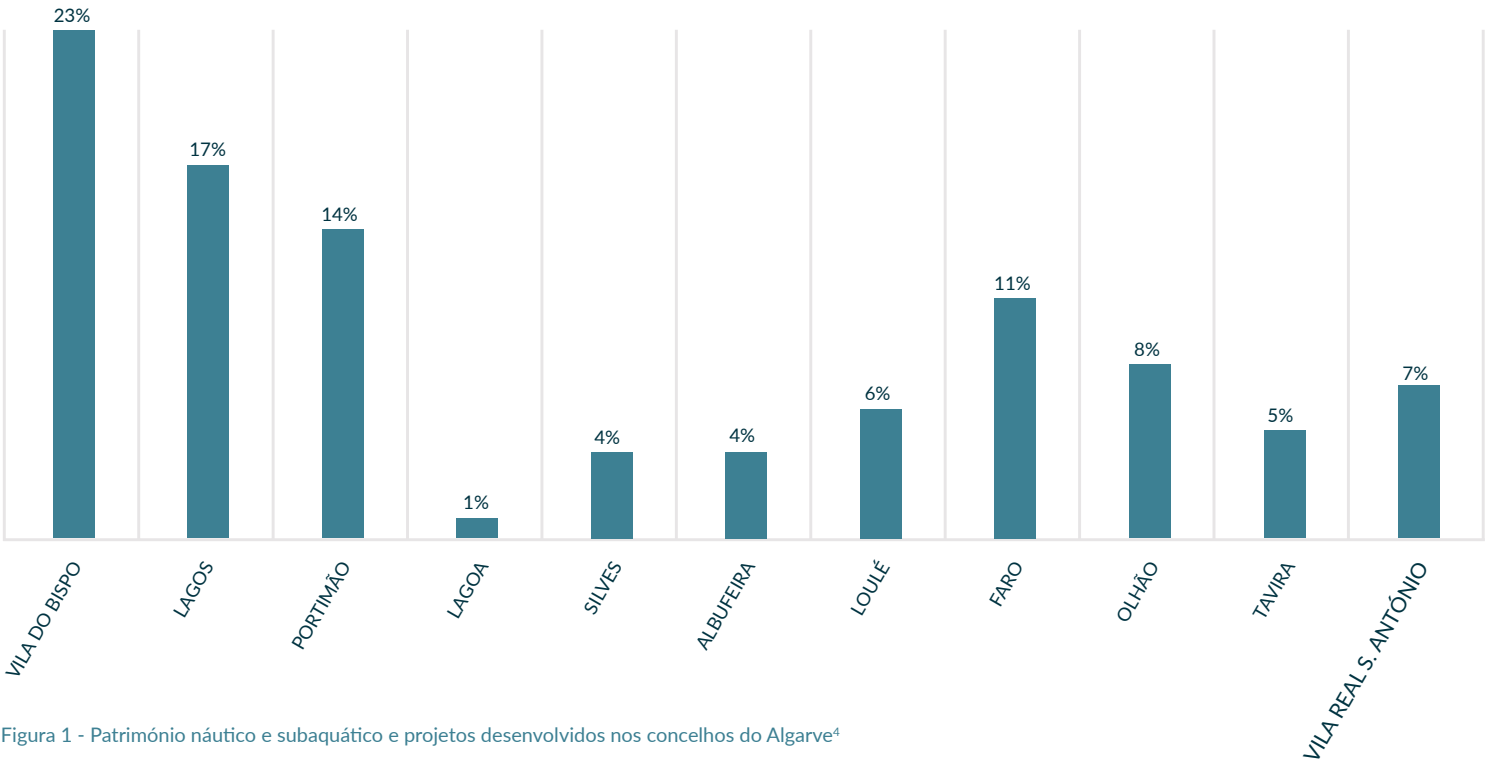


Figura 1 - Património náutico e subaquático e projetos desenvolvidos nos concelhos do Algarve⁴

O porto de Tavira

A implantação de um porto tem normalmente uma forte componente geo-estratégica na escolha do local e na sua posição em relação ao Mar e aos territórios envolventes. Pode ser definido como um local de encontros e intercâmbios entre os ambientes terrestres, fluviais e marítimos. É um espaço estratégico devidamente organizado, protegido e controlado (Barros, 2016, p.26). A sua dimensão económica desenvolve-se em vários aspetos: transporte, comércio, abastecimento, pesca, guerra, entre outros. Existindo uma curta relação entre o porto, como centro económico e o seu *hinterland*, a região alimentadora do seu tráfico (Ibid, p.27). A criação de um porto comporta vários aspetos na organização física do espaço portuário: sistema fiscal e administrativo, construção e manutenção de barcos, edifícios de apoio portuário (por exemplo os armazéns), entre outros. Tavira enquadra-se na referida escolha régia pelas suas características ao *combinar um ótimo sítio defensivo, com uma boa localização portuária e comercial, a jusante do limite da área de influência das marés, de um rio navegável, com uma posição recuada ao mar, protegendo-a* (Corvo, 2008, p.18). As ilhas-barreira tiveram e têm um importante papel na sua implantação, desenvolvimento e proteção, pois são o primeiro obstáculo a superar na aproximação por via marítima, protegendo-a, igualmente dos fenómenos naturais (Ibidem). A expansão urbana para além das muralhas e a ocupação junto às margens do rio, onde se desenvolviam as atividades portuárias, relacionadas com o apoio à navegação e às atividade da construção naval, como acontecia em outras grandes cidades como Lisboa e Porto, faziam do porto ou da denominada Ribeira de Tavira, a mais meridional do reino. Em meados do século XVI, Tavira encontrava-se perfeitamente estabilizada à volta da sua Ribeira, desenvolvendo-se ao longo da margem direita do rio, para jusante da ponte, com uma área urbana de quarteirões consolidados, que ainda hoje existem (Macieira e Manteigas, 2008, p.44). A importância e grandeza da sua Ribeira é-nos demonstrada pelas normativas da coroa ao longo das centúrias. D. Manuel I em 1507 proíbe a construção de casas, junto ao Rio reservando o espaço ribeirinho para a construção naval. Porém, a atividade do(s) estaleiro(s) seria de tal forma intensa que levou D. João III a proibir, em 1562, o corte de árvores para proteger as matas de serem devastadas, este facto demonstra-nos a grandeza desta indústria (Vasconcelos, 1937, p.135). Desse século, mencionar estruturas que são indissociáveis da Ribeira, e que contribuíram na história não só da região mas também do Reino, como foi o caso das estruturas para a defesa da barra e consequentemente da cidade e por último, a indústria da pesca, com destaque para o atum. No primeiro caso, destaca-se o Torrão do Lastro⁵ e o Forte da Ilha das Lebres ou de Santo António (1573), o primeiro localizado na zona das Quatro Águas, o outro frente à entrada da atual barra, ambos referidos por Alexandre Massai, na sua visita entre 1617/1618 (Guedes, 1988,



Figura 2 – Localização do Torrão do Lastro
Excerto da planta da Barra de Tavira de Alexandre Massai (GUEDES, 1989, p.104).

p. 100). No caso do Torrão do Lastro, já desaparecido, o autor descreve-o já em estado de ruína, sugerindo a necessidade da sua reconstrução, pela sua importância estratégica na defesa da barra e da cidade. Ao mesmo tempo cede informações sobre as profundidades da barra e do canal assim como as embarcações que aqui

podem navegar (*Ibidem*). A profundidade na parte mais baixa na maré vazia tem 7 palmos⁶ e na preia mar de “*ágoás redondas*”⁷ tem 16 palmos⁸ e segundo os pilotos da cidade nas marés maiores entravam “*navios de quilha (...) 40 tonelladas carregadaos e nas mais pequenas de ágoás de 20 áte 25*” que chegavam até ao denominado Torrão do Lastro (*Ibidem*). Estrutura de planta quadrada de taipa com “*25 áte 30 palmos por lados*” que se implanta sobre área de forma ovalada, sobre construído de “*fortissimo barro seguro p.^a sustento de estacadas (...) tem de largo 120 palmos E de comprido 180*” (Ibid, p.101). Analisando em breves palavras este topónimo “lastro”, estamos provavelmente perante uma área de abandono de lastro dos navios. Isto porque, nas operações de carga e descarga para equilíbrio dos navios havia a necessidade das embarcações libertarem o seu lastro conforme iam executando estas ações, lançando-o muitas vezes à água, criando zonas de acumulação que poderia trazer perigo e problemas graves à navegabilidade. O lastro poderia ser composto por grandes pedras, cascalho miúdo, areia, chumbo, ferro entre outros (Garcia, 2008, p. 132). A comprovar estes abandonos em zonas portuárias, em documentação camarária do século XV e XVI relativa ao Funchal (Madeira) e a Angra do Heroísmo (Açores), refere-se nas normas de funcionamento “*Posturas*” o perigo de largar lastro, decretando proibições e sanções a estes procedimentos (Garcia, 2020, p.93).

Entre as atividades do litoral diretamente relacionáveis com os movimentos portuários, refere-se em Tavira, a pesca, com especial relevo para o atum, que conferiu aos portos do Algarve especial importância a partir de finais do século XV, a salicultura e a construção naval (Blot, 2003, p.297). No caso da pesca, e mais concretamente na pesca do atum, o seu papel foi crucial na economia portuguesa, referindo a historiografia a colocação de armações desde pelo menos a época islâmica. Os dados arqueológicos permitem recuar esta pesca com grande expressão até à Época Romana. No caso das armações de atum, um dos primeiros registos de época cristã, é de Frei João de São José, na sua “Corografia do Reino do Algarve” de 1577 (José, 1983), relativamente à Armação de Medo das Cascas, localizada na praia, do lado leste da barra de Tavira. Poucos anos depois, a mesma armação surge referida numa descrição das armações existentes na costa do Algarve, com a referência a contratos a privados no ano “*1586 se fez o primeiro arrendamento a Manoel Duarte por 30 contos de réis, pagando aos officiaes (...)*. *Por estes tempos se lançavão armações no Medo das Cascas em Tavira (...)*”. (Lopes, 1988, p.88). Esta armação, pertença da Companhia de Pescarias do Algarve pescou no mar de Tavira até aos anos 70 do século XX, altura em que cessou por completo toda a atividade piscatória do atum no Algarve. As estruturas habitacionais desta armação, o denominado arraial, foram destruídas em consequência de uma forte tempestade em junho de 1942. Por esta altura decidiu a Companhia de Pescarias do Algarve construir um novo arraial

no sapal do Rato, o qual foi inaugurado em 1945 com o nome de Arraial Comendador Ferreira Neto (Lopes, 2008, p.56). Todavia, uma significativa parte das estruturas anteriormente referidas, ou está em ruínas ou desaparecidas, ou apenas conhecida através da documentação da época.

Reflexão

O património cultural subaquático de Tavira é nos dias de hoje lacunar ou quase inexistente, contudo a sua história permite-nos falar do património fluvial e marítimo, das tradições, das vivências e das presenças da maritimidade no nosso território. A ausência deste património na costa de Tavira prende-se com o facto de muitos sítios se encontrarem a grandes profundidades, inacessíveis em mergulho autónomo, apenas com recurso a veículos remotos ou pelos pescadores, os quais têm a maior parte das vezes o primeiro acesso aos espólios subaquáticos. Porém, normalmente os achados recolhidos são escondidos ou devolvidos ao mar, dependendo do valor monetário ou da relíquia, sem que haja comunicação de achado fortuito às autoridades competentes, para o encaminhamento legal para a autarquia e/ou museu. O primeiro passo perante estes factos é o de consciencializar as comunidades piscatórias para a importância da salvaguarda e valorização desse património, tornando-os parte da história marítima da cidade, criando uma ligação entre os pescadores e a comunidade científica. Parte desta história e deste património é “invisível”, inacessível e frágil. Adicionando a esta conjuntura há que ter em conta outros fatores, como os materiais perecíveis das embarcações e as estruturas portuárias, que muitas vezes só se conservam se estiverem em ambientes anaeróbicos como é o caso dos lodos das zonas estuarinas, fluviais ou lagunares. Os estudos lacunares ou sobre o interface fluvial e marítimo são escassos e na sua relação com o território verifica-se uma quase ausência do cruzamento desses dados entre a arqueologia terrestre e a arqueologia náutica/subaquática. Assim, juntamente com as obras portuárias, marítimas e de interface fluvial-marítimo, será fundamental para a preservação deste património garantir que estas são acompanhadas por especialistas e que se aposta na sensibilização e um maior investimento por parte das entidades (municípios e universidades) no estudo do nosso “Mar Histórico”.

⁵ Lastro – matéria pesada que se coloca nos porões do navio ou embarcação para lhe aumentar a estabilidade (Leitão & Lopes, 1990, p. 319).

⁶ Palmo – medida de comprimento muito utilizada em Portugal. (LEITÃO & LOPES, 1990, p. 389). No texto de Massai o mais provável é tratar-se da medida do *palmo comum* = 22 centímetros. Profundidade = c.1,50 metro

⁷ Marés mortas

⁸ Palmo comum= 22 cm. Profundidade = c. 3,50 metros

Bibliografia

ALVES, F. (1990-1992) – O itinerário arqueológico subaquático do Ocean in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, pp. 455-467, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

ANICA, A.C. (1993) – *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Câmara Municipal de Tavira.

BAPTISTA, B. (2019) – *A Arqueologia fluvial e marítima do Algarve*, Caderno Cultura Sul, Edição de Abril.

BASS, George F. (2011) – “The Development of Maritime archaeology in The Oxford handbook of Maritime Archaeology, Oxford University Press

BLOT, Maria Luísa (2003) – Os Portos na Origem dos Centros Urbanos – Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal, in *Trabalhos de Arqueologia* 28, Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, J. (2014) – A arqueologia náutica e subaquática em Portugal, breves apontamentos in O tempo resgatado ao Mar, catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueologia.

BLOT, Jean-Yves (2003) – Faro A - Relatório da missão de 10-24 de Junho de 2002 e dados anteriores (Verão de 2000). “Trabalhos do CNANS”, 10. Lisboa, Maio de 2003. Pº CNANS 1996/013.

CAETANO, Carlos (2004) – *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Pandora, Lisboa.

CASTRO, Filipe (2016) – Arqueologia Subaquática in *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, volume 1 de A a H, Direção Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 91-95.

CHAGAS, Ofir (2004) – *Tavira, Memoria de uma cidade*, Tipografia Tavirense, Tavira.

COSTA, J. P. O., RODRIGUES, J. D., OLIVEIRA, P. A. (2014) – *Historia da expansão e do Império Português*, A esfera dos livros, Lisboa.

CORVO, Alberto (2008) – “Tavira litoral, território em mudança”, in *Tavira, Patrimónios do Mar*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, p. 17 - 33.

FONSECA, Cristóvão, BETTENCOURT, José (2018) – Projeto Um complexo portuário milenar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade, Memória descritiva, Centro de História e Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

GARCIA, Catarina (2008) – “O porto de Angra no século XVII e o sistema portuário do Atlântico”, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.

GARCIA, Catarina (2016) – Parques Arqueológicos Subacuáticos Visitables en Portugal. Un análisis Comparativos de Algunos casos de Promoción Turística Subacuática, *Revista ÁLABE*, Revista da RIUL, Catarata, Almeria: Universidade de Almeria, pp. 262-275.

GARCIA, Catarina (2020) – Pollution and Marine debris in portuguese atlantic harbours during the Early Modern Age: Ad-Ministration and functionality problems in *Peoples, Nature and Environments Learning to Live Together*, Cristina Brito, Cecilia Roque (eds.), New Castle: Cambridge Scholars Publishing, pp.83-96.

GUEDES, Lívio (1988) – *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII*, A «*Descrição*» de Alexandre Massai (1621), Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

JOSÉ, Frei João de São, (1983) - “Corografia do Reino do Algarve”, in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero de Magalhães), Sá da Costa, Lisboa.

LOPES, Marco (2008) – A longa vida da Armação do Medo das Cascas e o “Português Suave” do Arraial Ferreira Neto in *Tavira, Patrimónios do Mar*, Museu Municipal de Tavira, pp.47-57.

MACIEIRA Isabel, MANTEIGAS, Rita (2008) – “A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e *versas*”, in *Tavira, Patrimónios do Mar*, Museu Municipal de Tavira, pp.35-46.

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO (2016) – *UNESCO* consultado 5 de junho de 2017 em http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwatwe-cultural-heritage/about-the-heritage/sites-and-museums/wrecks

RODRIGUES, José (2008) – “Tavira na Expansão Portuguesa” in *Tavira, Patrimónios do Mar*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, p. 85-93.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito (1937) – *Notícias Históricas de Tavira*, 1242/1840, Livraria Lusitana, Lisboa.

NOTA BIOGRÁFICA

José António Rodrigues Pereira, Capitão-de-mar-e-guerra reformado, cmgrodriguespereira@gmail.com Académico Emérito da Academia de Marinha, Académico Honorário da Academia Portuguesa da História, Vogal do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar.

A Defesa Marítima do Reino do Algarve e a Armada do Estreito nos Séculos XV e XVI

José António Rodrigues Pereira

Desde o início da nacionalidade Portugal sofreu uma influência marítima pois foram as sucessivas expedições militares de *Cruzados* que eram transportados por via marítima para a *Terra Santa*, que apoiaram a conquista de algumas importantes povoações ribeirinhas – Lisboa, Alcácer do Sal, Alvor e Silves.

O comércio marítimo desenvolveu-se com a criação de uma feitoria em Bruges (Flandres) após o casamento da filha do nosso primeiro monarca com o Duque da Flandres.

Monarcas como D. Dinis e D. Fernando I tiveram a visão estratégica de lançar Portugal em direcção ao mar *tornando o pequeno condado rural numa potência marítima*¹.

D. Dinis desenvolveu a Marinha Militar através da contratação do genovês Manuel Pessanha e mais vinte genoveses, de forma a diminuir o impacto das *razias*² muçulmanas e castelhanas sobre a costa portuguesa, especialmente a do Reino do Algarve, e tornar mais seguros o comércio marítimo e a pesca.

A actividade de corso muçulmano é-nos referida desde o início da nacionalidade (especialmente depois da conquista de Lisboa em 1147), mas também os portugueses se lançaram nessa actividade, especialmente a partir do Século XIII, embora já haja notícias de ataques ao Algarve e a Ceuta em 1179.

A actividade marítima entre Portugal e o Norte de África é uma realidade desde o Século XIII, período em que sucedeu o que Luís Adão da Fonseca³ chamou de *abertura do Estreito* e que atraiu para aquele local numerosos piratas e corsários que se abrigavam nos recortes da costa magrebina e dali lançavam os seus ataques e emboscadas

^[1] Armando da Silva Saturnino Monteiro, Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, Volume I (1139-1521). Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989.

^[2] Razia era a designação dada aos golpes de mão (como hoje os designamos) com o desembarque de uma força em costa inimiga seguida de destruição e saque de bens materiais e apresamento de elementos da população para serem escravizados.

^[3] Luís Adão da Fonseca, Navigacion y corso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses en Medianos del Siglo XV. Pamplona, Universidade de Navarra, 1979, p. 21

Ao instalar em Castro Marim a recém-criada *Ordem Militar da Cavalaria de Jesus Cristo*, em 1319, D. Dinis mostrava a importância que atribuía à defesa da região Sul do Reino, afinal, a primeira linha de defesa contra o Islão. E a Marinha contribuía também para esse esforço, combatendo a pirataria e o corso, muito activos na época.

Mas os actos de corso continuaram e, no ano de 1332, uma armada sarracena de 12 galés, assaltou Lagos, tendo saqueado a vila e levado alguns moradores como cativos.

Depois da conquista do Algarve os monarcas portugueses incentivavam a actividade de corsários particulares para atacarem os interesses muçulmanos dando-lhes a necessária cobertura legal e recebendo depois os respectivos proventos.

No entanto, este esforço de desenvolvimento da Marinha Militar, não impediu que, em 1354 a costa algarvia fosse assolada por uma poderosa esquadra muçulmana que deixou destruída a vila de Tavira.

Como nos conta Frei Rafael de Jesus⁴ *“hũa poderosa armada de Mouros Affricanos buscara a costa do algarve e por assalto invadira e entrara hũa villa maritima com lastimoso estrago dos fieis que a povoavam e guarneciam não escapado algum da espada e do grilho assolando sem distinção o sagrado e o profano e carregadas suas galez de despojos e cativos a deixarão destruída e toda a costa amedrêntada com o propósito que levarão de voltarem com mayor poder a executar mayores danos o que senão poderia atalhar sem hũa grossa armada que defendesse aquella costa e guardasse aquelles mares tam pujante que o mouro a temesse para cujo dispêndio pedia a sua Santidade aquella ajuda com que a Igreja costuma favorecer semelhantes intentos...”*

D. Afonso IV solicitou ao Papa auxílio financeiro para o combate, no mar, contra os muçulmanos, o que lhe foi concedido por um período de quatro anos (bula *Romana mater ecclesia*, de 27 de Fevereiro de 1355), o que o fez lançar a marinha militar na defesa das povoações da orla marítima e na represália das acções muçulmanas.

D. Fernando I, através de legislação específica promoveu o desenvolvimento da marinha de comércio, incentivando a construção de navios de mais de 100 toneis e criando um seguro marítimo para cobrir perdas e acidentes no mar.

Este monarca também solicitou o apoio papal para a defesa marítima do Reino, o que lhe foi concedido pela bula *Accedit nobis* de 2 de Abril de 1376.

Mas o Algarve continuava permeável aos ataques vindos do mar. Entre 25 de Maio e 14 de Julho de 1385, em plena Crise Dinástica, um grupo de corsários muçulmanos atacou Loulé levando vários reféns, entre eles Lourenço Enes, vereador do concelho municipal.

O Reino do Algarve

O Algarve ficaria ligado às viagens atlânticas através da presença do Infante D. Henrique na região de Lagos e Sagres. Mas também Tavira ficou ligada à expansão portuguesa especialmente à do Norte de África.

Pela sua localização privilegiada Tavira era o porto de partida e chegada das expedições de apoio ao Norte de África e já fora utilizada, no Século XIV, como base de apoio logístico à frota de Lançarote Pessanha que, entre Junho de 1369 e Outubro de 1370, bloqueou o rio Guadalquivir e o porto de Sevilha.

A magnífica localização geográfica desta cidade, já fora descoberta e reconhecida pelos Antigos, como provam os vestígios da cidade de Balsa e a sua ocupação pelos muçulmanos que aqui criaram, segundo Christophe Picard⁵, um importante núcleo de pescadores, marítimos e piratas nos Séculos XI a XIII.

Tavira assistiu, no início do Século XV ao desembarque do monarca D. João I, dos Príncipes e dos principais do Reino no regresso da Tomada de Ceuta.

Foi aqui que o monarca concedeu as suas primeiras recompensas aos que se distinguiram naquela acção militar. D. Pedro foi empossado como Duque de Coimbra e D. Henrique, como Duque de Viseu e senhor da Covilhã.

Beneficiou ainda conselheiros que o apoiaram, recompensou cavaleiros e escudeiros, concedeu diversos privilégios e comutação de penas aos que tinham seguido na Armada. Mas, também foi aqui que puniu os que haviam fugido ao recrutamento das galés ou à estadia na Praça. Nesta vila existiam fornos de biscoito, mandados executar por D. João I.

Era também a Tavira que chegavam os avisos e as cartas do Governador para o Rei; foi aqui que chegou, em 1418, o pedido de ajuda do Governador D. Pedro de Meneses perante o cerco que Salah-ben-Salah fez à cidade, na esperança de a reconquistar.

O monarca mandou de imediato largar de Lisboa uma esquadra com homens de armas, sob o comando de D. Henrique e enviou para Tavira o Príncipe D. Duarte e o Infante D. Pedro para prepararem uma esquadra e um exército de reforço, caso fossem necessários. Terminado o cerco, a esquadra de D. Henrique regressou ao Reino e o infante foi desembarcar em Tavira, onde estavam os seus irmãos.

D. Afonso V desembarcou em Faro no regresso da sua expedição a Alcácer-Ceguer, em 1458, mas foi em Tavira que desembarcou, em 1471 depois da segunda expedição ao Norte de África e, em 1475 após as tomadas de Arzila e de Tânger.

Durante o processo de construção da Vila Graciosa, em 1489, D. João II deslocou-se com a Corte para Tavira onde recebia informações diárias sobre o que ia sucedendo em Larache e expedia as suas directivas.

Quando se preparava para embarcar para a Marrocos para comandar as operações, uma proposta de trégua do Rei de Fez, levou-o permanecer em Tavira e dali dirigir as operações de retirada dos portugueses que vieram desembarcar nesta vila.

Em 1508, D. Manuel I preparou-se para ir a Marrocos, socorrer a praça de Arzila; deslocou-se então de Évora para Tavira, com a Rainha, a fim de preparar uma grande expedição de socorro com mais de 20.000 homens de armas; mas a retirada do Rei de Fez, interrompeu os preparativos.

Em 1513, depois da conquista de Azamor pelo duque de Bragança, este, doente, veio desembarcar em Tavira com apenas dois navios e daqui seguiu para Almeirim apresentar-se ao Monarca.

Dois anos depois, deu-se o fracasso da construção da povoação de Mámora, em Marrocos, e os restos dessa expedição vieram desembarcar em Tavira.



Figura 1 — Praças Portuguesas no Norte de África. Desenho de Rodrigues Pereira e José Manuel Cabrita.

Afirma-nos Vasco Resende⁶ que neste reinado a navegação entre o Reino e as praças marroquinas estava maioritariamente entregue a particulares que se dedicavam também ao frete marítimo⁷ e à pesca. Mas, posso acrescentar que o corso também fazia parte das suas actividades marítimas.

Luís Adão da Fonseca⁸ também afirma a este propósito que as explorações do Atlântico ofuscaram as navegações portuguesas no Mediterrâneo; e, não esqueçamos também as já tradicionais ligações ao Mar do Norte.

Uma ideia importante temos de reter sobre o Reino do Algarve no período da expansão.

O Guadiana, defendido junto à foz pelo castelo de Castro Marim, continuava a ser a porta de saída dos produtos do interior alentejano, embarcados em Mértola.

A baía de Lagos, a cidade-berço dos descobrimentos henriquinos (1415-1460) recebia, neste período a grandes Armadas preparadas em Lisboa e no Porto para as expedições de conquista no Norte de África.

Mas era a Tavira que chegavam as frotas e os avisos sobre a situação e donde partiam os reforços e os abastecimentos às praças norte africanas e era ainda aqui que se reunia a Corte para dirigir as operações militares em períodos de crise ou tensão.

A Armada do Estreito

A presença portuguesa no Norte de África, iniciada com a tomada de Ceuta (1415) e, mais tarde, de outras praças da costa atlântica do Magrebe – Alcácer-Ceguer (1458), Arzila (1471) e Tânger (1471) – aumentou o tráfego marítimo entre o Algarve e o Magrebe, o que serviu de pretexto para o aumento das acções de corso muçulmanas sobre os navios portugueses.

A presença portuguesa em Marrocos caracterizou-se por uma total dependência dos contactos por mar com os locais que, para além de capacidade de reabastecimento das praças, as pudessem socorrer em situações de emergência ou perigo.

Foi após a conquista de Ceuta (1415) que se intensificou esta luta, por um lado os portugueses passaram a dispor de uma base próxima dos portos e vilas muçulmanas, tornando fáceis os ataques; por outro os muçulmanos passaram a ter um novo e fácil alvo que eram as linhas de comunicação entre o Algarve e Ceuta (e das outras cidades que foram depois conquistadas).

Ceuta era chave do Estreito e a base de onde partiam os navios que regularmente interceptavam a navegação cristã e devastavam os portos e as zonas costeiras da costa meridional da península.

A perda da cidade de Ceuta foi um rude golpe para os muçulmanos que incrédulos, assistiram sua tomada e ocupação pelos portugueses; aqueles pensaram, inicialmente, que se tratava de um golpe de mão, seguido de saque e posterior abandono da cidade.

O Norte de África foi um local de grande intensidade na guerra de corso pelas suas condições geográficas; o estreito e as numerosas baías e abrigos para os seus navios. Apesar de tudo, havia períodos de comércio pacífico.

Durante os primeiros anos da presença portuguesa em Ceuta, o Governador daquela praça, D. Pedro de Meneses, promoveu acções de corso e razias sobre navios e povoações muçulmanas daquela região, tornando o Golfo das Éguas⁹ num grande campo de batalha.

Estas acções tinham uma dupla finalidade; por um lado, prejudicar e dificultar o comércio do inimigo e, por outro, com os produtos dos saques, prover o abastecimento da praça e o pagamento dos soldos, mantendo ainda uma pressão militar sobre o inimigo.

Com a percepção que a praça não era auto-suficiente, D. Pedro de Meneses cedo instruiu os seus homens para a necessidade de angariarem fundos, seja por meio de almogravias ou do corso, para colmatar as falhas ou intermitências dos abastecimentos vindos do Reino. A economia local viria a depender muito do resgate dos cativos que eram capturados nas aldeias vizinhas, como resultado de correrias como das presas de navios inimigos que atravessavam o estreito.

Esta guerra de corso não era mais do que uma extensão da guerra convencional entre os dois blocos em confronto – portugueses e muçulmanos – e praticada de modo bilateral; os portugueses assaltavam os navios e as povoações dos muçulmanos enquanto estes atacavam os navios e as povoações litorais portuguesas. A actividade de corso português era considerada como um prolongamento do espírito de *Cruzada* com o objectivo de provocar danos nos inimigos religiosos (e políticos).

As duas galés que D. João I ali deixara, mostravam-se demasiado pesadas para esta luta, tendo D. Pedro mandado construir uma fusta, a ***Santiago Pé de Prata***, de dez bancos, cujo comando entregou a Afonso Garcia de Queirós.

Na sua primeira saída o corsário português apresou um cávaro¹⁰ que seguia de Alcácer-Ceguer para Granada com um carregamento de trigo, cevada, legumes e seis cavalos.



Figura 2 – Bergantim português do Século XVI. Desenho do Almirante Brás de Oliveira.

A intensa actividade da *flotilha de Ceuta* constituída por fustas e bergantins foi, no início do Século XV, a primeira armada portuguesa de guarda ao Estreito de Gibraltar; defendia o comércio nacional e provocava perdas no do inimigo.

Não sendo económica e militarmente autossuficientes, as praças portuguesas careciam, permanente e regularmente de abastecimentos e reforços militares do exterior.

A questão dos mantimentos era parcialmente resolvida com almogavarias¹¹ frequentes nos campos muçulmanos, trazendo para o controlo português cereais e numeroso gado bovino e cavalar¹².

As praças portuguesas em Marrocos estiveram sempre dependentes das comunicações marítimas com os centros abastecedores de produtos e de homens de armas. As próprias ligações entre as várias praças era efectuada exclusivamente por via marítima.

O esforço militar de ocupação da costa atlântica do Magrebe nunca conseguiu eliminar as actividades dos corsários contra a navegação portuguesa; muitos foram os combates travados entre os portugueses e os berberes numa luta permanente pela utilização do mar; cada um com os seus objectivos, mas o que estava em disputa

era o domínio do Mar desde o Golfo das Éguas até ao Mediterrâneo Central.

⁶ Vasco Resende. *Os Portugueses em Marrocos e a Guerra no Mar no Século XVI*, in “A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)”, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 112.

⁷ Frete marítimo é a designação dada ao serviço remunerado, de transporte de pessoas e bens por via marítima. Comandantes Humberto LEITÃO e José Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinha antiga e Actual*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, p. 215.

⁸ Luís Adão da Fonseca. *Navegacion y Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a medianos del Siglo XV*, Pamplona, Universidade de Navarra, 1978, p. 9.

⁹ *Golfo das Éguas* era a designação que os portugueses atribuíam à região limitada (aproximadamente) pelo Estreito de Gibraltar, a Leste e pela linha que unia o Cabo de Santa Maria com a cidade de Anafé a Oeste

¹⁰ *Cávaro*, embarcação de dois mastros com vela latina muito utilizada no comércio marítimo.

¹¹ Almogavarias eram incursões com infantaria ligeira em territórios inimigos, geralmente para obtenção de cativos ou apreensão de bens.

¹² Vasco Resende, *Os Portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do século XVI*, in “A Guerra Naval no Norte de Éfrica (Séculos XV-XIX)”, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003.

Mesmo antes do aparecimento em força dos corsários europeus (ingleses, franceses e holandeses) já a navegação portuguesa se defrontava com a audácia e astúcia dos povos muçulmanos do Mediterrâneo Ocidental e do Golfo das Éguas. Também os portugueses, nomeadamente os do Algarve e os de Ceuta, lançavam ataques corsários contra a navegação muçulmana.

As conquistas das cidades litorais pelos portugueses e o domínio cristão sobre o Estreito, obrigou os muçulmanos a utilizar o curso como forma de combate ao bloqueio da sua costa e da sua navegação pelos cristãos.

O alargamento da presença portuguesa, nos finais do Século XV, com a ocupação de praças no Suz¹³, provocou uma dispersão dos parques meios militares portugueses e permitiu o recrudescimento da actividade corsária dos muçulmanos.

Tal facto levaria a que, como já se afirmou antes, a defesa e o reabastecimento das praças ficassem a cargo de armadores privados e pescadores que, para além da sua actividade própria, eram chamados a prestar auxílio na defesa e reabastecimento das posições portuguesas.

Este recrudescer das actividades navais dos muçulmanos levou à necessidade de criar uma força naval que defendesse não só a costa algarvia como toda a navegação através do Golfo das Éguas.

O reinado de D. Manuel I é também marcado pelo recrudescimento do curso e da pirataria por parte de europeus -- especialmente franceses e ingleses -- que, além das naus da *Carreira da Índia*, não se inibiam de atacar quaisquer navios nacionais ao largo da costa portuguesa, e no Estreito, contribuindo para uma cada vez maior insegurança da navegação.

Para contrariar este facto, e em colaboração com os monarcas espanhóis¹⁴, foram criadas armadas conjuntas para protecção da navegação dos Reinos peninsulares.

Ao largo dos Açores, estacionava a *Armada dos Açores*, destinada a proteger as naus da *Carreira da Índia* e os *galeões da prata* (espanhóis), dos corsários europeus.

Ao largo da costa portuguesa -- geralmente entre os Cabos Carvoeiro e da Roca -- navegava a *Armada de Guarda-Costas* para protecção dos navios que se dirigiam aos portos nacionais.

A Sul do Cabo de São Vicente estacionava a *Armada do Estreito* com a missão de defender a navegação nacional de e para o Mar Mediterrâneo, as linhas de comunicação com as praças do Norte de África e ainda, evitar as razias dos muçulmanos na costa do Algarve.

Lopo de Almeida, Vedor da Fazenda de D. Afonso V foi um dos portugueses que se dedicou ao curso e, em 1461, armou uma caravela para *ir às presas no Mediterrâneo*¹⁵.

Em 1463 o monarca cedeu a Rui Valente, Provedor da Fazenda do Algarve, para que armasse uma caravela e fosse combater para o Estreito¹⁶.

O combate à pirataria muçulmana tem o seu auge no Século XV com o ataque português a Anafé em 1468, ocorrido 73 anos depois da destruição de Tetuão pelas forças de Henrique III de Castela em 1395.

Apesar da ocupação portuguesa de alguns portos norte-africanos, e da permanente presença de navios portugueses na área do golfo das Éguas, o curso muçulmano continuou a atormentar a navegação nacional e as populações ribeirinhas levando D. João de Meneses governador de Ceuta, em 1504, a atacar Larache apresando ou destruindo uma dúzia de navios inimigos e permitindo, nos anos seguintes, uma navegação sem preocupações e uma intensa actividade piscatória.

O desenvolvimento da pirataria e do curso muçulmano ao longo do Século XVI com a multiplicação de centros de pirataria, levaria à correspondente reacção dos Estados Cristãos, não só no seu combate, enviando Armadas para os destruir, mas também exercendo acções de curso sobre os interesses muçulmanos: navegação e portos.

A *Convenção de Sintra* de 1509 demarcou as zonas de influência de Portugal e de Espanha no Norte de África permitindo definir a responsabilidade de cada um no combate ao inimigo comum.

O aumento do curso no Século XVI prende-se com o aumento das rotas comerciais e ao valor das mercadorias transportadas, aumentando a cobiça pelos valores transportados.

Em 1504 uma Armada de 6 caravelas, preparada em Ceuta, e comandada por Garcia de Melo, atacou Larache tendo capturado 5 galeotas, 2 bergantins e uma caravela e destruindo uma galé real e 3 caravelas (que tinham sido apresadas a portugueses), seguindo depois para a patrulha no Golfo das Éguas e atacando outros portos inimigos.

O cerco de Arzila em 1508 veio mostrar a eficácia da organização portuguesa para a sobrevivência das praças. Assim que teve notícias dos preparativos do rei de Fez, o governador de Arzila enviou uma embarcação a Tânger com a notícia da aproximação das tropas inimigas; dali seguiu a notícia para o Sul de Espanha onde se espalhou para o Algarve. Logo que recebeu a notícia, o corregedor de Tavira enviou-a a D. Manuel -- que estava em Évora -- e este mandou reunir os fidalgos e os seus homens de armas em Tavira.

Nesse ano de 1508 uma esquadra, comandada por Garcia de Melo atacou Azamor, onde apresou 3 fustas de Tetuão.

No ano de 1510, uma frota que largara de Arzila, apresou uma fusta de Tetuão onde se encontravam 3 turcos, os primeiros que foram encontrados no Reino de Fez.

No mesmo ano, duas fustas de Tetuão capturaram uma caravela mercante que largara de Tavira com destino a Arzila.

No ano de 1516, outras duas fustas capturaram uma caravela que levaram depois para Larache.

Diogo Lopes de Sequeira foi enviado com 7 caravelas em socorro de Arzila -- cercada pelo Rei de Fez em 1516 -- e mantendo-se depois, durante todo o Verão em cruzeiro na zona do Estreito. Começava a notar-se uma preocupação sobre as ameaças que o curso já representava.

No ano seguinte (1517) o mesmo capitão-mor largou do Reino com 10 bergantins, navegando ao longo da costa de Espanha, para não ser detectado, por eventuais corsários inimigos, que ali navegassem para que houvesse surpresa no ataque que iria desferir.

¹³ Forte Chebica , Santa Cruz do Cabo Guer, Mogador, Safim, Mazagão e Azamor. As designadas *Praças do Sul*, em oposição às *Praças do Estreito Ceuta*, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger.

¹⁴ Castela, Leão e Aragão eram agora (desde 1472) um só reino designado por Espanha.

¹⁵ Rui Landeiro, *A Armada do estreito de Gibraltar no Século XVI*, in *A guerra Naval no norte de África (Séculos XV-XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 118-119.

¹⁶ *Idem. Ibidem*, p119.

Figura 3 -- Fusta portuguesa dos Séculos XV e XVI.
Desenho do Almirante Brás de Oliveira.



Deveriam atacar Tetuão e Targa para o que se lhe deveriam juntar 60 ou 70 caravelas de Ceuta e Tãnger; mas desentendimentos com o capitão de Ceuta, levou ao fracasso da missão.

Era bem claro no Regimento desta Armada a preocupação em destruir não só os navios inimigos como os seus refúgios.

Dois anos depois (1518) uma fusta muçulmana atacou algumas embarcações de pesca que actuavam ao largo de Arzila; dias mais tarde, com o auxílio de outra fusta de Tetuão, tomou uma caravela que de Tavira se dirigia para Arzila e levaram os cativos para Larache.

A inexistência de uma Armada permanente que regularmente patrulhasse a zona do Estreito, constituiu uma fraqueza da presença portuguesa naquela área geográfica¹⁷.

Em 1520, perante a ameaça do regresso ao Estreito do corsário Barba-Roxa, D. Manuel mandou preparar uma frota de 4 galés fortemente artilhadas e guarnecidas com gente de guerra para defender o Estreito.

Depois de numerosas tentativas para eliminar no mar e em terra, a pirataria muçulmana, foi criada em finais de 1520 a designada *Armada do Estreito*, constituída maioritariamente por caravelas, com a finalidade de combater aquele tráfico, conjuntamente com as Armadas da Costa e das Ilhas. Constituída inicialmente por uma única caravela, comandada por Vasco Fernandes César, logo na sua primeira missão capturou duas galeotas muçulmanas; mais tarde esta Armada seria reforçada com outra caravela comandada por João de Valadares.

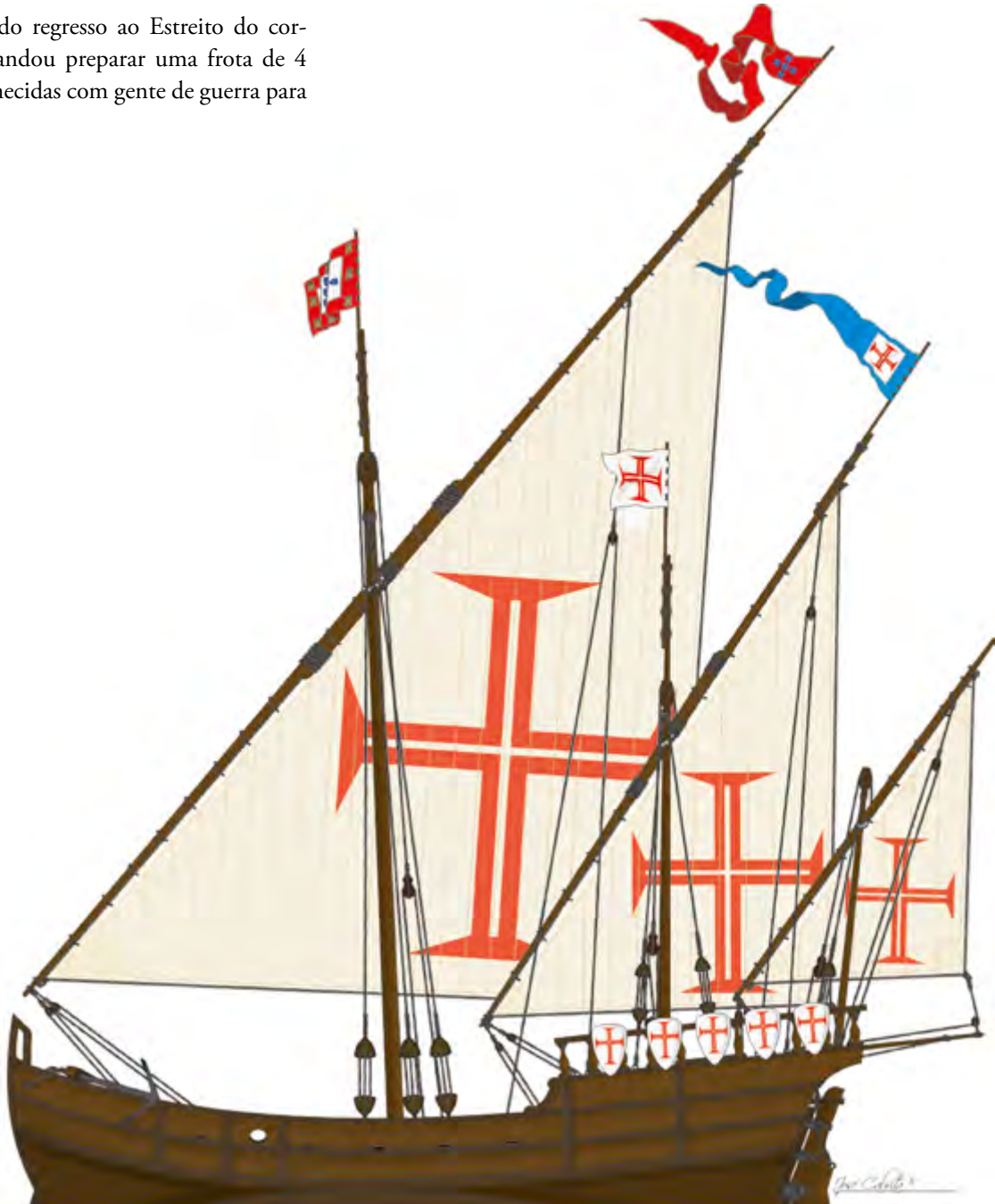


Figura 4 — Caravela de três mastros. Desenho de José Manuel Cabrita.

O ano de 1520 é trágico para a navegação portuguesa pelo re-
crudescimento exponencial de ataque de corsários, surgindo nesta área os corsários franceses, fruto resultado da guerra entre a França e a Espanha.

Em 1521, Nuno da Cunha era capitão-mor de uma Armada de sete caravelas em patrulha no Estreito e encontrou-se com um navio inglês e outro do Papa que procuravam o corsário francês Jean Fleury que frequentava aquelas águas.

Mas no Século XVI, a Tetuão e Anafé juntaram-se cidades como Larache e Salé, no Atlântico e Argel, Tunes e Tripoli, no Mediterrâneo como bases da pirataria e do corso muçulmano.

No início do Século XVI, o alcaide de Tetuão dispunha de numerosas fustas guarnecida com besteiros e espingardeiros mas, em Larache só existia uma única fusta.

As dificuldades cada vez maiores que os portugueses sentiam no abastecimento das suas praças do Norte de África, fez reancender a chamada *guerra pelo pão e pelo gado*¹⁸, obrigando-as a procurar abastecimentos em Portugal, na Andaluzia (onde chegou a existir uma feitoria) e nas ilhas atlânticas.

A situação alterou-se com a chegada dos Turcos (em meados do Século XVI), obrigando a um recuo estratégico das posições portuguesas, com o abandono de algumas praças mais frágeis ordenado por D. João III.

Nuno Rodrigues Barreto comandou, em 1523, uma Armada que, ao largo do Cabo de São Vicente, deveria guardar as águas algarvias das investidas dos corsários franceses.

Os portugueses aumentaram o número de ataques à costa do Reino de Fez que, nesta época recebeu o apoio dos Turcos que se expandiram para o Mediterrâneo Ocidental e eram profundos conhecedores das técnicas e táticas portuguesas. Trouxeram ainda aqueles, navios maiores e que deram outra dinâmica à guerra de corso.

Apesar de ser constituída por sete caravelas, sob o comando de Estevão da Gama, a *Armada do Estreito* não impediu que o Algarve fosse assaltado, em 1530, pelos seis navios do pirata João Vaz, um português convertido ao islamismo e à pirataria.

Esta *Armada* – sempre baseada em caravelas – veria a sua actividade interrompida no Reinado de D. João III quando em 1552, um acordo com Carlos V atribuiu à Espanha a vigilância e segurança da navegação no Estreito; a Portugal caberia a vigilância das aproximações aos Açores e ao Cabo de São Vicente.

Segundo Rui Landeiro Godinho¹⁹, A *Armada do Estreito* desapareceria depois de uma vida agitada com numerosas vitórias sobre os muçulmanos e algumas derrotas perante os franceses, passando os navios a concentrar-se na defesa das costas algarvias, a partir de 1554, sob o comando de D. Pedro da Cunha²⁰.

Um documento, existente na Biblioteca Nacional de Portugal²¹, mandado elaborar, em 1552, pelo monarca D. João III mostra-nos as preocupações, na época, com a defesa marítima do Reino de Portugal e do Algarve e das respectivas rotas de navegação.

Para a defesa e guarda da costa D. João III mandou armar 20 navios latinos que andassem sempre à vista de costa, repartidos pelos locais que os navios costumavam frequentar e demandar.

Estes navios deveriam ser de 20 até 30 toneladas e deveriam basear-se nos seguintes portos: sete em Cascais, quatro na Atouguia, quatro em Lagos, dois em Vila Nova, três em Sesimbra ou Sines.

Quatro naus ou galeões correriam a costa do Reino mais ao mar, para proteger as aproximações à costa.

Outra Armada, de 4 navios de remos, um navio grosso e 3 caravelas, estacionaria ao largo da costa do Reino do Algarve. As caravelas deveriam andar no mar no Inverno e no Verão, sem recolherem ao porto senão por necessidade, mas os navios de remo seriam recolhidos no Inverno.

Em cada ano, no mês de Abril, seriam armados 10 navios sendo 3 naus ou galeões e 7 caravelas.

Os navios que tivessem de navegar para Arguim, Cabo Verde, tratos da Guiné, costa da Malagueta, Mina, Mar de São Tomé e Brasil, deveriam fazê-lo em três monções; uma em Janeiro, outra em Março, ao mesmo tempo das naus (da Carreira) da Índia, e outra em Setembro; além dos navios da Coroa, que irão nestas monções, todos os outros navios de privados deveriam cumprir o mesmo regimento.

O Imperador deveria mandar guardar o Estreito conforme as notícias que tivesse dos Turcos e dos Franceses salvaguardando bens e pessoas de toda a Cristandade.

¹⁷ Vasco Resende. *Os Portugueses em Marrocos e a Guerra no Mar no Século XVI*, in “A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX), Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 108.

¹⁸ *Idem Ibidem*, p. 119

¹⁹ *Idem. Ibidem*.

²⁰ A *Armada do Estreito* seria reactivada, no final do Século XVIII, por Marinho de Melo e Castro, com a designação de *Esquadra do Estreito*, e esteve em actividade até final de 1807.

Em cada ano, no mês de Abril, o Imperador mandará às ilhas 10 navios redondos, bem armados, para apoio da *Armada das Ilhas* portuguesa, porque ali regressem todos os navios vindos do Atlântico Sul e Central, por não haver outro caminho para o Reino.

Estas Armadas devem andar nas ilhas até ao fim do mês de Agosto e metade delas Armada deve permanecer todo o ano ao largo do Cabo de São Vicente local onde onde vem demandar os navios que vêm das Índias e do Perú.

Na costa da Galiza deve o Imperador manter 4 ou 5 navios armados para vigiar aquela costa onde, com ventos contrários, irão alguns navios demandar os portos da Galiza.

A ausência de uma frota permanente capaz de garantir a segurança e vigilância das águas do Estreito e das suas aproximações, foi uma das fraquezas da presença portuguesa no Golfo das Éguas e obrigou ao recurso a embarcações de privados para a defesa e socorro das praças, bem como para os transportes entre o Reino e *os lugares de África*²².

^[1] Documentos do Século XVI, Fundo Geral, Códice 886, pp 778-783.

^[2] Vasco Resende. Os Portugueses em Marrocos e a Guerra no Mar no Século XVI, in "A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX), Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 112.

Bibliografia

FONTES

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, dir. Pedro de Azevedo, vol.I [único] Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

Documentos do Século XVI, Fundo Geral, Códice 886, Biblioteca Nacional de Portugal.

Frei Rafael de Jesus, *Monarchia Lusitana*. Parte Sétima. 2ª Edição; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

GALVÃO, António. *Tratado dos Descobrimentos* (4ª Ed.). Livraria Civilização. Barcelos, 1987.

PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rei D. João II*. In “Tesouros da Literatura Portuguesa”. Lelo & Irmão Editores, Porto, 1977.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, ed. por David Lopes, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1915 e 1919.

Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, 1ª Série: Portugal, por Pierre de Cenival, David Lopes, Robert Ricard e Chantal de La Véronne, 5 vols. em 6 tomos, Paris, Paul Geuthner, [1934-1953].

ZURARA, *Gomes Eanes de, Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1978.

Crónica da Tomada de Ceuta, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses, Porto, 1988 [fac-símile da ed. do abade Correia da Serra, Lisboa, 1792].

MONOGRAFIAS

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e, D. *Manuel I (1469-1521), Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

Henrique, o Infante, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, João Paulo Oliveira e (Coord.), RODRIGUES, José Damião, e OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

CRUZ, Abel dos Santos, “Guerra de Corso e Pirataria no Mediterrâneo Atlântico ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, *Africana*, nº 26/27, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2003.

FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no Século XV*, 3 volumes, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

FONSECA, Luís Adão da, *Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a Mediados del Siglo XV*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1978.

LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 1990.

MARQUES, J. M. Silva, *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a Sua História*, Vol I-III e suplemento I, Lisboa, IAC, 1944-71.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 Volumes, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1990-97.

PEDROSA, Fernando Gomes, *Os homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima, Pescadores, Marinheiros e Corsários, Cascais*, Câmara Municipal, 2000.

PEREIRA, José António Rodrigues, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

Marinha Portuguesa nove Séculos de História, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2010.

PICARD, Christophe, *L’Océan Atlantique Musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade*, Paris, UNESCO, 1997.

QUINTELLA, Inácio da Costa, *Anais da Marinha Portuguesa*, 4 volumes, Lisboa, Ministério da Marinha, 1973-75.

THOMAZ, Luís Filipe, “Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso português”, *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Macau/Lisboa, [s.n.], 1993.

NOTA BIOGRÁFICA

Carlos Valentim, Oficial Superior da Marinha, é Chefe do Departamento de Museologia do Museu de Marinha, desde novembro de 2015.

Doutorando em História, Estudos de Segurança e Defesa, no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/ Academia Militar, Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008), e Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1999).

É Membro Efetivo da Academia de Marinha e Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo vogal nas Secções de Geografia dos Oceanos e de História.

Para além de artigos e da participação em obras coletivas, é coordenador e autor 5 livros.

O Poder Marítimo e o Poder Naval na Tavira dos Séculos XV e XVI

Carlos Valentim

Introdução

Tavira nasceu num monte chamado Alto de Santa Maria, onde se ergue, no seu cimo a Igreja Matriz, que as fontes mais antigas (Crónica da Conquista do Algarve) referem que fora a mesquita maior durante a ocupação árabe¹. Foi em volta do seu porto que o Concelho se foi dinamizando, entre os séculos XIII e XVI.

Em 16 março de 1520 D. Manuel I elevava Tavira a cidade, mencionando-se no documento que concedia a nova categoria urbana a esta localidade do Algarve: “*é guia das principaes Villas dos nossos Reinos [...]. Cada vez em maior aumento [...] muito povoada de fidalgos e outras gentes de merecimento, e que estão aparelhadas sempre para nos servirem com armas, homens e cavalos e navios.*”²

Ao promulgar o Regimento dos Mesteres de Tavira, a 17 de agosto de 1539, D.João III acen-tuava, uma vez mais, a importância da cidade: “*havendo respeito à dita cidade ser a mais principal do Reino do Algarve.*”³

Por seu turno, frei João de S. José, no ano de 1577, destacava de uma forma laudatória: “*A cidade de Tavira, sem algũa dúvida é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que fazem ua terra nobre e que com rezão se pode gloriar delas.*”⁴

Finalmente, o texto do Regimento dos Governadores do Algarve, datado do ano de 1624 referia: “*e posto que para vossa assistência em Tavira hajam as razões de ser o principal do Algarve.*”⁵

^[1] Arnaldo Casimiro Anica, Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico, Vol. I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993. p.71.

^[2] Documento transcrito in Damião Augusto de Brito Vasconcelos, Notícias Históricas de Tavira 1242/1840, Anotações: Arnaldo Casimiro Anica, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1999, p. 36.

^[3] Regimento dos Mesteres de Tavira, in Idem, ibidem, p. 38.

^[4] Corografia do Reino do Algarve [...] pelo R.P. Frei João de S. José [...] no ano de 1577, in Duas Descrições do Algarve do Século XVI, Cadernos da Revista de História Económica e Social, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 49.

^[5] Transcrição em Arnaldo Casimiro Anica, Op. cit., p. 95.

Tavira, a “principal do Algarve”, não deixava ser o resultado de um percurso de afirmação territorial, económica e social, que se iniciara ainda no século XIII. A posição foi decisiva no seu desenvolvimento⁶. O crescimento urbano de Tavira, e a consolidação do seu poderio comercial, entre os séculos XV e XVI, explicam o protagonismo desta cidade na defesa marítima do Algarve e das principais rotas de comércio que ligavam o território português ao Norte de África, Estreito de Gibraltar, Mediterrâneo, costa ocidental africana e às ilhas atlânticas,

Em 1282 o alcaide e os “*homens do mar*” de Tavira passaram a usufruir dos mesmos foros e privilégios que tinham sido atribuídos aos alcaide e marinheiros de Lisboa⁷, atestando a importância marítima da então Vila algarvia.

Na verdade, no primeiro quartel do século XIV, Tavira surgia como o único grande centro urbano do algarve⁸, ultrapassando em população Silves, que fora nos séculos anteriores, nomeadamente durante o domínio árabe, a localidade mais populosa e importante do Algarve.

A integração do Algarve nos circuitos das rotas e dos polos comerciais no espaço português e europeu, tornam-se evidentes desde finais do século XIV, com o aumento dos contactos marítimos entre Portugal e a restante Europa⁹. A exportação de fruta, sal e peixe, colocou os mercadores de Lisboa, do Porto, da Flandres e da Inglaterra em contacto com o Algarve. As pescarias, o início das viagens dos Descobrimentos, em direção à costa ocidental de África e ao Atlântico Sul, bem como a conquista de algumas das cidades do litoral marroquino, conferiram aos portos algarvios - entre os quais se encontrava em primeiro plano o porto de Tavira - um papel decisivo como entrepostos de comércio e bases navais organizadas no combate ao corso e à pirataria¹⁰. Estas eram ações de guerra naval que obrigavam ao reforço da vigilância costeira e à patrulha dos mares por armadas reforçadas e organizadas para enfrentar os ataques às linhas de comércio e aos navios que transportavam as mercadorias.

Foi a partir do Algarve, no início do século XV, que se iniciaram os Descobrimentos. Os estudos de Alberto Iria colocaram em relevo o papel desta região na abertura do Mundo¹¹.

É nestas circunstâncias que importa analisar o papel de Tavira ao longo dos séculos XV e XVI, como um poder marítimo e naval influente. “*É Tavira cidade marítima muito bem assentada*” referia Frei João de S. José, na sua corografia. O seu poder marítimo, materializava a “grandeza” do seu porto, poderosas frotas de comércio e de pesca, os produtos que exportava por mar, os muitos armadores que transacionavam mercadorias em diferentes partes do Mundo, ligando oceanos e continente. Contudo, esse poder marítimo, que assentava nas atividades que tinham como base o mar, não poderá ser compreendido, sem a capacidade naval de Tavira, através das armadas e do seu poder de fogo, do seu porto de armamento, da força naval que aí estacionava, para enfrentar o corso, transportar forças militares e defender a costa do Algarve.

No texto que se segue serão analisadas, precisamente, essas duas vertentes de Tavira: o poder marítimo e o poder naval; duas dimensões do poder deste Concelho do Sotavente algarvio que seguramente contribuíram para que fosse elevada a cidade há precisamente quinhentos anos.

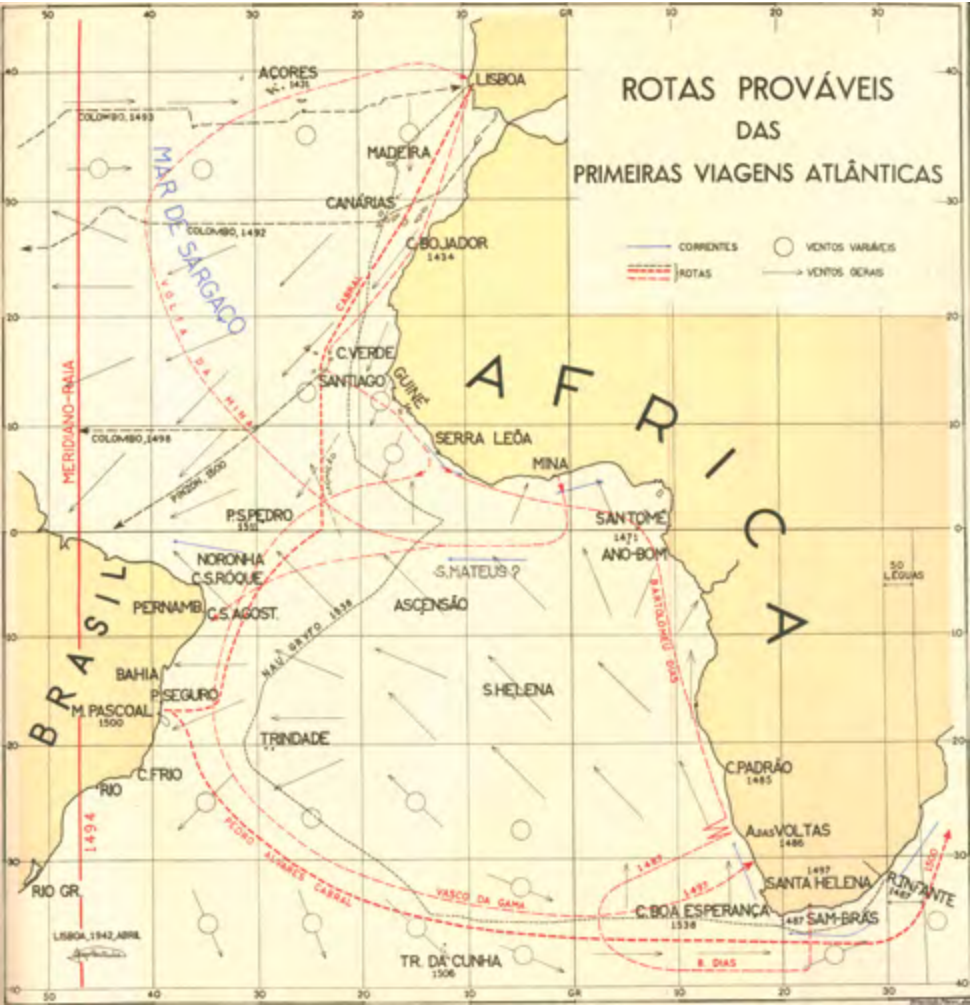
I. O Poder Marítimo

Atividades como o comércio, o transporte, o abastecimento, a pesca, as conexões nacionais e internacionais, ou mesmo a guerra, moldam e estruturam a natureza e a especificidade de um porto¹². Entrepostos de negócios e de transação de mercadorias, estes centros marítimos, combinam habitualmente múltiplas atividades e funções, exercendo influência em espaços circundantes ou distantes, captando meios tecnológicos e financeiros, facilitando as ligações, as trocas de bens, de primeira necessidade e de luxo que a(s) sociedade(s) procuram e necessitam, e até a troca de ideias e a difusão das inovações tecnológicas e científicas. Da dinâmica de

contactos, dos circuitos, das rotas, ligações, contactos, e a “*profundidade da sua integração em complexos internacionais servem como factores de diferenciação, tornando-os hegemónicos ou secundários.*”¹³

O geógrafo Orlando Ribeiro, referiu que, tal como a maior parte dos portos portugueses, Tavira é “uma cidade estuário”¹⁴. O braço de mar entre a restinga e o Continente foi navegável até Faro e por ele se fazia na Idade Média, parte do comércio entre estes dois principais portos do Algarve. O rendimento de Tavira, colocava esta cidade como o primeiro porto do Algarve, distanciando-se dos restantes. Aliás, a importância do porto de Tavira encontra-se nas suas armas: uma ponte com dois castelos e um navio à vela passando por debaixo da ponte¹⁵.

Portugal desenvolvia a construção naval em vários portos e estaleiros. Tavira surge, precisamente, entre os portos mais desenvolvidos, como Lisboa, Vila do Conde, Porto, ou na região algarvia, juntamente com Lagos e Vila Nova de Portimão¹⁶.



Rotas no Atlântico das navegações da autoria de Gago Coutinho Museu de Marinha.



Berço manuelino, Museu de Marinha.

Os mareantes tavirenses estavam associados para se socorrerem mutuamente, por isso congregavam-se em confraria com o hospital anexo, a partir de 1497, sendo que o compromisso foi várias vezes confirmado.

Tavira também se encontrava no circuito do comércio de armas, entre o Norte de África e o Algarve. Na resposta de D. Manuel I aos pedidos Abd ar-Rahaman, alcaide da cidade de Safim, é referenciado a 15 de junho de 1500, umas armas mandadas comprar pelo alcaide marroquino em Cabo de Guer e que vieram num navio português ter a Tavira³⁷.

Álvaro Gonçalves, um carpinteiro naval tavirense, assumiu-se como fiador de Pedro Lião³⁸, que fora condenado a servir em degredo na Índia, estando prevista sua viagem na armada de 1502, a bordo da nau *Esmeralda*, capitaneada por Vicente de Sodrê, tio materno de Vasco da Gama, que teria como incumbência patrulhar a costa do Malabar, mas veria morrer num naufrágio sob um tufão, junto às ilhas Curia Muria (Omã), entre finais de abril e inícios de maio de 1503. Com base nesta reconstituição da proximidade pessoal de um tavirense a um marinheiro da Carreira da Índia, é possível depreender as ligações de Tavira às redes que estruturavam as navegações portuguesas em meados do século XVI.

A transação de produtos nas alfândegas dá-nos uma perspetiva da acumulação de riqueza nas várias comarcas do Reino, entre as quais o Algarve. Tavira surge num lugar cimeiro das trocas comerciais. Por outro lado, elemento fundamental para o transporte de mercadorias era a construção naval. E os estaleiros de Tavira tinham uma atividade intensa, pelos anos de 1507-1508³⁹. A documentação do século XVI regista a compra e transação de caravelas, em que surge a ainda vila de Tavira. Em fevereiro de 1514, Francisco Garay, alguazil maior da ilha Espanhola, comprou duas caravelas latinas no porto de Santa Maria, para serviço na ilha da Jamaica, sendo que uma dessas caravelas fora vendida por João Nunes de Tavira. Teriam ainda sido compradas, provavelmente no Algarve, em Tavira ou Lagos⁴⁰, as duas caravelas com que Diogo Lopes de Sequeira em 13 de fevereiro de 1520, com mais outras embarcações levadas de Portugal, partiu de Goa para o mar da Arábia.

Em 1500 fundeavam no porto de Tavira 70 navios de alto bordo e contabilizavam-se outros tantos nos cercos de sardinha⁴¹. Sinal de uma vida marítima empreendedora, com impacto nas atividades produtivas e do comércio.

D. Manuel I, a pedido da Câmara, interdita, por alvará datado de 26 de agosto de 1506, a construção de moinhos nas proximidades da barra de Tavira, pois os moinhos contribuiriam para o seu assoreamento, e a retenção das águas pelas moendas, ao diminuir a

corrente fazia aumentar o depósito de areias e detritos que estavam na base do entupimento da barra.

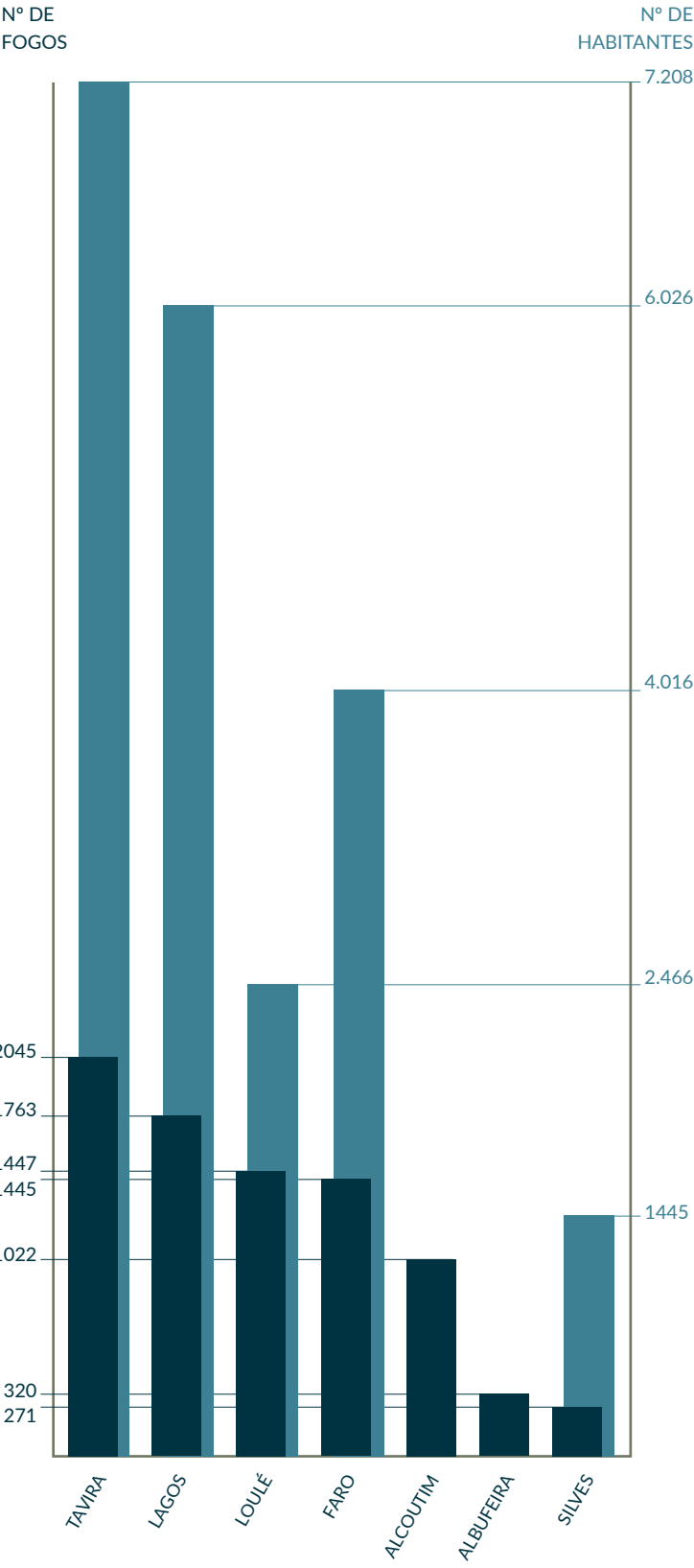
Tavira apresenta-se em 1527 como a cidade mais populosa do Algarve⁴². Tratava-se de um núcleo urbano populoso para a época, com 7208 habitantes, incluindo o seu termo, e 2045 fogos, onde não haveria dificuldade de fretar embarcações, tomar mareantes a soldos ou localizar oficiais mecânicos (ferreiros, ferradores, pedreiros, carpinteiros) necessários à manutenção das fortalezas e dos soldados que nelas serviam⁴³. Essenciais seriam igualmente os marinheiros que aí eram recrutados para servir nas galés, caravelas e naus, que vigiavam as costas e asseguravam o provimento das praças militares no Norte de África.

Foi a necessidade de rendimentos para a defesa da costa algarvia das investidas dos corsários e, por outro lado, a manutenção das praças marroquinas, que levou D.João III a promulgar em 1532 o «Regimento do Sal» de Tavira, que reiterava a garantia de posse do monopólio por parte da Coroa ou por sua delegação, na extração e venda do sal na cidade e seu termo. Nesse ano de 1532, contabilizavam-se nos sapais da cidade do Gilão, “*mil trezentos e sesenta talhos de marinhas*”⁴⁴, sendo que 96 dessas marinhas se situavam de frente da Ermida de Santa Anna. Eram produzidas quantidades de sal apreciáveis, que proviam a necessidade de salga para pescado e consumo local, no Algarve, bem como alimentava a procura externa, que procedia de outras partes da Europa, cujos navios acorriam a Tavira abastecer-se⁴⁵.

Outro aspeto da importância da construção naval encontra-se no regimento da Alfândega de Tavira, decretado por D. João III, estabelecia que todos os navios construídos e matriculados em Tavira estivessem corretamente identificados e que os seus proprietários registassem obrigatoriamente na Alfândega, anualmente, as caravelas ou naus, sob pena de ficarem sem a propriedade ou mesmo de prisão⁴⁶.

Ainda atestando a dinâmica da construção naval na cidade de Tavira, os armadores, mareantes e construtores navais de Tavira gozavam do privilégio de estarem isentos da dízima em relação aos materiais importados para a construção dos seus navios⁴⁷. O incremento da construção naval liga-se intrinsecamente ao crescimento do comércio. Em 1570 a Câmara de Tavira solicitou a D. Sebastião providências no sentido da fruta produzida pelo Concelho ser carregada em naus que viessem através da barra e entrassem no rio⁴⁸.

O poder marítimo de uma localidade ou região poderá ser exemplificado através do número dos técnicos marítimos⁴⁹. O Algarve foi a Comarca portuguesa com mais pilotos examinados na Carreira de Índias, em Espanha, entre 1574 e 1600, na medida em



Número de fogos e de habitantes no Algarve em 1527.

Fonte: João José Alves Dias, " População", Nova História de Portugal.

que os seus 16 pilotos representavam 55% do total de portugueses que embarcavam nessa Carreira. Tavira, dispondo de 11 técnicos, era o local do Algarve que mais propiciava pilotos, cifrando-se os seus números nos 69% do total da região e 38% para a totalidade do Reino português⁵⁰.

II. O Poder Naval

Um porto poderá ser alvo de uma panóplia de ameaças externas, que terão por objetivo imediato desarticular as suas atividades ou o ataque ao espaço que domina ou tem influência, por isso mesmo são colocadas em prática, medidas de proteção das entidades locais e do poder central, cujo objetivo é o controlo das atividades e a sua organização, possuindo uma componente militar⁵¹ acentuada, que se traduz na sua organização para a guerra: defesa, reforço das armadas que se projetam para um ataque, base naval de onde saem os navios que dominam uma região, as linhas de navegação ou os pontos focais marítimos mais importantes.

³⁷ *Ibidem*, doc. 367, p. 612.

³⁸ Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos*, Edição Fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, Parte II pp. 186-187.

³⁹ Alberto Iria, *As Caravelas do Algarve*,

⁴⁰ Alberto Iria, *As Caravelas do Algarve*, p. 59.

⁴¹ Informação que se encontra registada num documento de 1622, da Câmara de Tavira, o qual também notícia a posição contrária de Tavira à pretensão da Câmara de Faro acabar com a Feira de S. Francisco. Vide Arnaldo Casimiro Anica, p. 217.

⁴² Vide Gráfico.

⁴³ Joaquim Romero de Magalhães, “Tavira no Século XVI”, p. 213.

⁴⁴ Regimento do Sal de 1532, transcrição in Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, p.226.

⁴⁵ Veja-se Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Vol. II., p. 220.

⁴⁶ Hugo Cavaco, “As Alfândegas do Levante Algarvio nos “Regimentos” *Quinhentistas in IV Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 2003, p. 46.

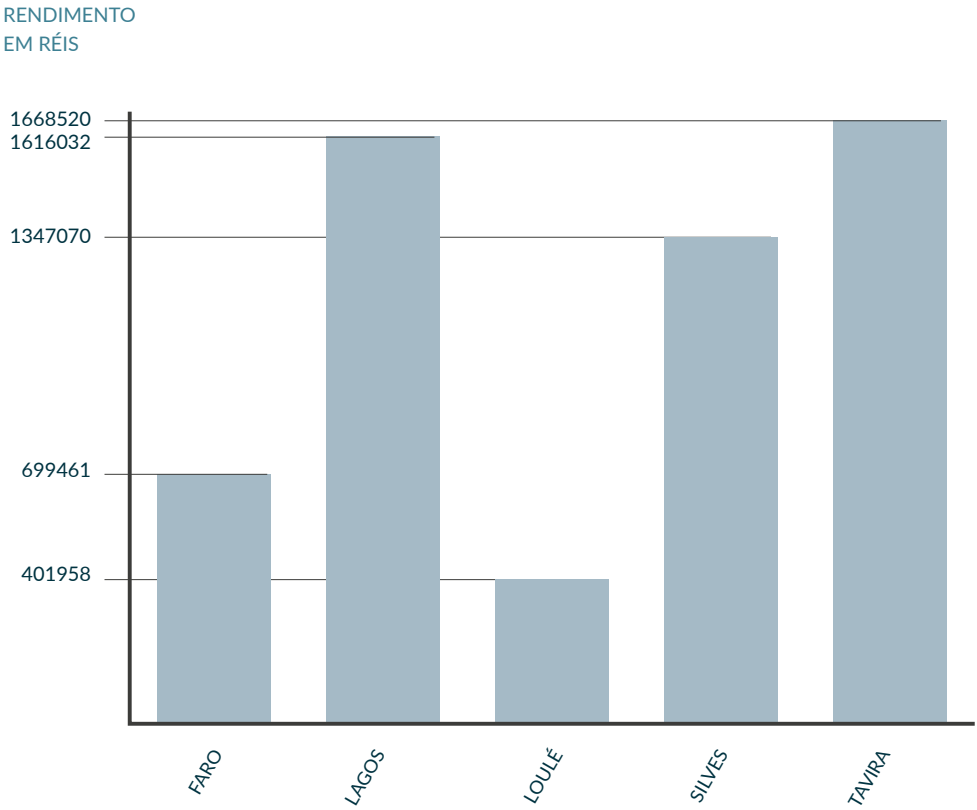
⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Vol. I, p.195.

⁴⁹ Veja-se sobre este assunto Amélia Polónia, *A Expansão Ultramarina numa Perspetiva Local*, Vol. II Lisboa, Imprensa Nacional -Casa da Moeda

⁵⁰ Ver Francisco Javier Manchado Muñoz, “Gente de Mar del Algarve en la Carrera de Indias: Tavira, Siglos XVI-XVIII”, in *IV Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 2003, pp. 23-31, p. 29.

⁵¹ Amândio Morais Barros, *Op. cit.* p. 26.



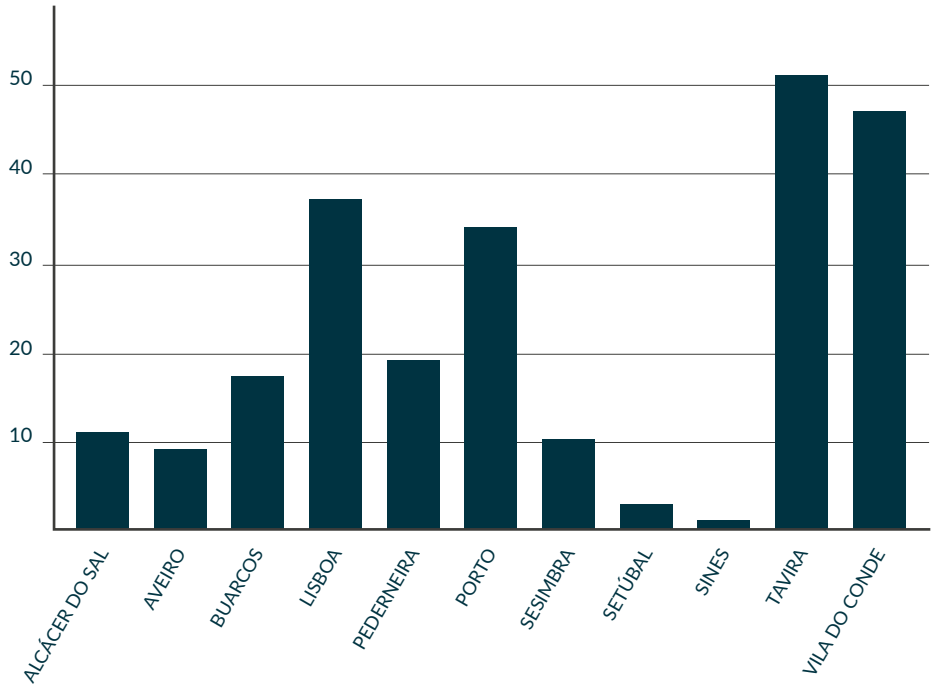
Rendas em 1520

Em 1515, os habitantes de Tavira são autorizados a resgatar dentro da fortaleza do Cabo Guer, “*as suas frutas, azeites, e assim pratas e pelas ditas mercadorias...*” o que indica que a cidade possuía uma frota de comércio.

Em carta enviada pela Câmara de Tavira ao rei D. João III, a 7 de fevereiro de 1527, é relevado que na cidade havia para cima de 1600 marítimos, entre casados e solteiros, que se dessimanavam pela costa algarvia até à vizinha Andaluzia, e que utilizavam mais de 240 navios entregues à navegação comercial e piscatória. Era de facto uma poderosa frota, para um só porto do Algarve, que o fazia um dos principais do Reis, o que nos demonstra igualmente que seria, para além de porto comercial, um centro portuário de pesca de sardinha e de atum, com vastas potencialidades para a guerra naval. Não admira que as suas riquezas fossem cobiçadas. Tavira é a cidade da costa portuguesa que detém o maior número de armadores alvo de assaltos às mercadorias transportadas, na primeira metade do século XVI. Esta cidade do Sotavento algarvio distancia-se de todas as outras registando cento e vinte oito nomes de mercadores, com os seus navios.⁷⁰

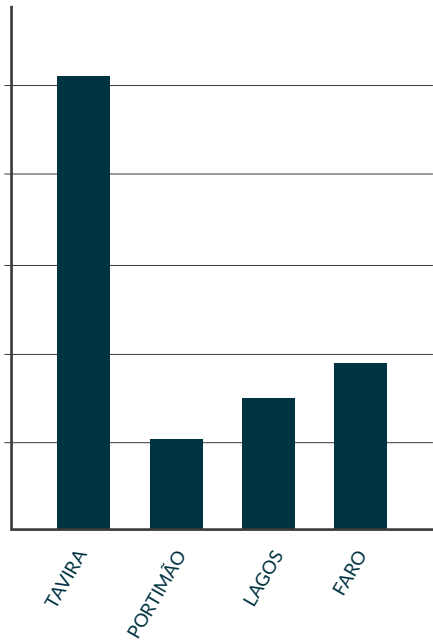
D. João III escreve à Câmara de Tavira a 30 de abril desse ano de 1530, denunciando as suas preocupações para que se defendesse melhor a costa do Algarve. Concluindo-se que Tavira tinha um papel fundamental na defesa das arremetidas dos piratas turcos. O rei instruía os responsáveis pela cidade para que se aparelhasse a armada de caravelas ou do Estreito e se procedessem a atalaias com fumos para que se mantivesse os possíveis assaltantes distantes do porto e da cidade.

Vítimas de Ataques de Corso no país
século XV – 1500-1550



Ferreira, Ana Maria Pereira , in “Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI” ,1995.

Vítimas de Ataques de Corso no Algarve
seculo XV – 1500-1550



Novamente a 5 de janeiro de 1537, D. João III dá ordens para que seja enviada a Tavira a artilharia suficiente e armadas 4 caravelas com 2 bombardeiros experientes. Tentava a Coroa portuguesa, a todo o custo, preservar e manter as praças no Norte de África, mas o Império tendia a concentrar-se no Atlântico e as dificuldades militares, logísticas e financeiras aumentavam em Marrocos. Em 1541 foi necessário retirar de Santa Cruz, e Mazagão encontrava-se cercada. Nesse ano de 1541, D. João III dá ordem para abandonar Safim e Azamor; em 1549 são retiradas as forças portuguesas de Alcácer Ceguer; em 1550 é a vez de Arzila, que é abandonada e arrasada⁷¹.

Enquanto decrescia a presença portuguesa no Norte de África, Tavira diminuía os seus negócios e a sua riqueza. O Algarve, tal como o restante território português, confinavam-se uma posição defensiva, nomeadamente no seu flanco marítimo Sul. “A primeira cidade do Algarve”, título que Tavira ostentara durante aproximadamente um século - poder sinalizado pelos seus procuradores nas Cortes de 1562/3 que têm assento em sexto lugar, no segundo banco, à frente de Lagos e Faro⁷² - iria enfrentar novos desafios, colocados por uma conjuntura política e militar que não lhe era de todo favorável à medida que o século XVI chegava ao seu fim.

⁷⁰ Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimónia, 1995, pp.296-297 e ss.

⁷¹ Alfredo Pimenta, *D. João III*, pp. 53-54.

⁷² Maria Leonor Garcia da Cruz, “Tavira no Processo de Abandono de Praças Portuguesas do Norte de África no Século XVI. Abertura de um Estudo” In *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade* Coord. de Daniel Santana, et.al, pp. 21-45, p. 43.

Considerações Finais

Tavira desenvolveu-se notavelmente em redor do seu porto. Em meados do século XVI, nomeadamente na sua primeira metade, a cidade era então a primeira aglomeração e o primeiro porto da região do Algarve, o que é testemunhado pela dimensão demográfica – 1567 fogos em 1527 – o número de tabeliões (13 em 1533), as rendas do seu almoxarifado, e a fixação temporária da residência do governador do Algarve, quando é logo criado o cargo em 1595.

Não há dúvida que a cidade de Tavira tinha uma posição central, e até decisiva, como têm vindo a demonstrar os estudos de história urbana e militar, como praça militar fronteira ao Norte de África, tornando-se numa posição avançada em direção a leste, o que lhe conferia grande valor como base naval, de onde largavam os navios para a defesa de toda uma área marítima que se estendia para além da costa algarvia, abarcando a zona do Estreito de Gibraltar, a costa marroquina e o grande golfo que se espraia entre o sul de Portugal, as ilhas atlânticas e a costa ocidental africana.

Fontes

GÓIS, Damião de *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Nova Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, publicados e prefaciados [...], Vol. I-II, Suplemento ao Vol. I, Reprodução Fac-similada, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

VITERBO, Sousa, *Trabalhos Náuticos*, Edição Fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica* da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I composta por[...], Edição por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, imp. 1915.

Bibliografia

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Vol. I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993.

Cavaco, Carminda, *O Algarve Oriental. As Vilas, O Campo e o Mar*, Faro, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 1978, 2Volumes.

CAVACO, Hugo, "As Alfândegas do Levante Algarvio nos "Regimentos" Quinhentistas" In *IV Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 2003, pp. 33-53.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Tavira no Processo de Abandono de Praças Portuguesas do Norte de África no Século XVI. Abertura de um Estudo" In *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*, Coord. de Daniel Santana, et.al, pp. 21-45.

DIAS, João José Alves, *Nova História de Portugal. Portugal : do Renascimento à crise dinástica* dir. Joel Serrão A. H. de Oliveira Marques coord. [...], Lisboa : Presença, 1998, p. 198.

FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimónia, 1995.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito, Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar Séculos XII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

IRIA, Alberto, *Da Importância Geo-política do Algarve na Defesa de Portugal nos Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História de Sociedade Portuguesa em Portugal no Século XV*, Prefácio de José Mattoso, Lisboa, Edições Rolim, 1984.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

MORENO, Humberto Baquero (Coordenador), *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414*, , Lisboa, Academia de Marinha, 1998.

Ribeiro, Orlando, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, 4ª Edição, Lisboa, Letra Livre, 2013.

PIMENTA, Alfredo, *D. João III*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1936.

TAVARES, Maria José Ferro, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, CTT – Correio de Portugal, 2010.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, Anotações: Arnaldo Casimiro Anica, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

A participação dos algarvios na Carreira das Índias

Séculos XVI-XVII

Maria da Graça A. Mateus Ventura

O Algarve no complexo económico mediterrânico-atlântico

Durante o século XV, o litoral meridional de Portugal – com destaque para Lagos e Tavira-, fronteiro ao norte de África, protagonizou a expansão marítima, na fase do descobrimento e assumiu um papel central na mobilização da ofensiva e do abastecimento das praças marroquinas. A localização estratégica do Algarve d’Aquém e o papel fulcral de Tavira no abastecimento das praças marroquinas justificou várias visitas régias à região e em particular a esta cidade: D. João II (1-7 a 23-9 1489) e D. Sebastião (1-2 a 3-2, 1573).

D. Manuel, logo em 1495, estando em Montemor, manifestou, de imediato, o seu empenho em manter as praças africanas pelo que providenciou com muita abastança todos os lugares d’Além, assim de mantimentos, como de gente de pé, de cavalo, artilharia e outras munições, acrescentando os ordenados... Ora, Tavira estava situada estrategicamente para servir de retaguarda, em articulação com a feitoria da Andaluzia, para esse abastecimento. Daí a atribuição de foral (em 1504) e a elevação de Tavira a cidade (1520), com armas que, simbolicamente, representam o rio, o mar e a defesa sobretudo no brasão representado no foral (fig. 1).



Figura 1 - Armas de Tavira, Foral manuelino, 1504¹.

¹ O *Foral de Tavira de 1504*, estudo e transcrição; int. Manuela Santos; transcrição Daniel Santana, Isabel Salvado, Marco Lopes; fot. José António Silva, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2004, 129 p, fac-símile.

Já no tombo das armas feito em 1637 Tavira é representada pela velha ponte medieval que liga as margens do rio Gilão, já bastante assoreado, e por uma caravela que teria então outro significado, ou seja, a navegação principal fazia-se para Sevilha donde integrava a Carreira das Índias de Castela (fig. 2).

No século XVI, Lisboa assumiu-se como capital do império, centralizando a empresa expansionista e monopolista, em prejuízo de Lagos no Algarve. Contudo, o enfraquecimento da importância da região como retaguarda na defesa do Norte de África libertou as gentes e os recursos para um novo desafio. O descobrimento da América e a formação do império hispano-americano, protagonizado por Sevilha, configuraram o Algarve como espaço complementar incontornável da navegação atlântica.

Neste contexto, o tema do mar e da navegação estão representados na iconografia, quer em elementos escultóricos na arquitetura dos edifícios, quer na pintura, como este painel de um tríptico que se encontra na igreja de S. Sebastião, em Lagos, representando S. Vicente, num contexto marítimo povoado de diferentes tipos de barcos (fig. 3).

A partir da segunda metade do século XVI, são inúmeras as representações da costa algarvia feitas, sobretudo por estrangeiros, inimigos de Castela.

O Algarve estava fisicamente separado da Andaluzia pelo rio Guadiana, mas unido por um mar comum que não constituía uma fronteira linear, ao contrário, apresentava-se como um espaço de difícil controlo. Considerando o significado polissémico de fronteira, no espaço, no tempo e no seu contexto socioeconómico, nem o Guadiana nem o mar fronteiro, *a priori*, uma das fronteiras externas do reino de Castela, impediam que produtos e pessoas circulassem em ambos os sentidos, alheios a configurações políticas definidas por tratados.

Embora as fronteiras se possam diluir num contexto de cumplicidade inter-regional, podem também reforçar a identidade de uma comunidade face a outras limítrofes. No caso do Algarve, no contexto da expansão portuguesa no Norte de África, no século XV, e da Carreira das Índias (Índias de Castela), primeiro ao longo do século XVI, depois, durante a União Ibérica, é notória a permeabilidade da fronteira, resultante da mobilidade partilhada por algarvios e andaluzes.

A costa algarvia constituía a última etapa perigosa da Carreira da Índia. Como é visível no mapa do cartógrafo holandês Lucas Janzoon (fig. 4), dos quatro estuários o de Vila Nova de Portimão apresentava-se como o mais acessível e seguro. Daí que este fosse frequentado, quer por piratas franceses e ingleses, quer pela Armada da Guarda castelhana que aqui aguardava a passagem das frotas procedentes da América.

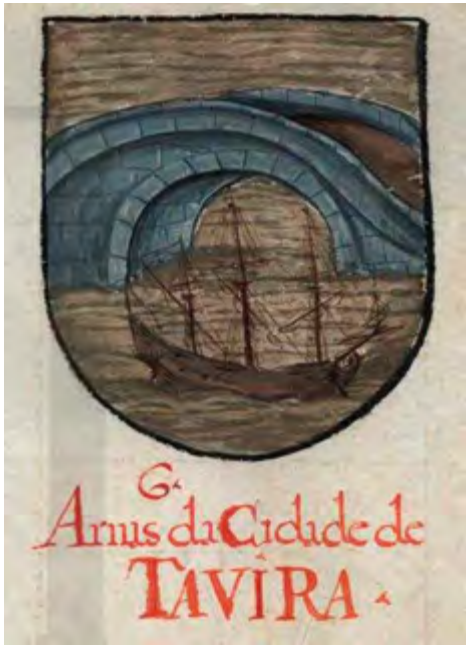


Figura 2 - Tombo das armas dos reis e titulares e de todas as famílias nobres do reino de Portugal intitulado com o nome de tesouro de nobreza, 1637².



Figura 3 – Painel de S. Vicente, Igreja de S. Sebastião, Lagos, finais séc. XVI³.

Figura 4 - Lucas Janzoon WAGHENAER, Mapa do Reino do Algarve, Antuérpia, 1586. Biblioteca Nacional de Portugal, cartografia antiga. (páginas 68 e 69)

Medidas legislativas contra a participação dos portugueses na Carreira das Índias

Já os reis Católicos, embora tivessem contratualizado com vários pilotos portugueses, nomeadamente Fernão de Magalhães, mas sobretudo Carlos V e os Filipes manifestaram a preocupação com a presença e participação de estrangeiros nas viagens de descobrimento. Contudo, é no processo de colonização, concluída a conquista da América Central e do Sul, que se intensifica a legislação proibitiva do envolvimento de estrangeiros.

No contexto da União Ibérica, os portugueses continuaram a ser considerados estrangeiros nos domínios imperais espanhóis. A reafirmação sistemática deste estatuto e da restrição à sua presença nas Índias e ao comércio e navegação, prova que os portugueses recorriam a diferentes estratagemas para não ficarem à margem do comércio americano que desembocava em Sevilha e cuja rota passava inevitavelmente pelo Algarve. Em 1564, uma cédula real de Filipe II proibia a presença de portugueses nas Índias, reafirmada em 1571, estendendo a proibição aos genoveses. Em 1608 nova cédula reitera a proibição a portugueses, holandeses, alemães, franceses, ingleses e todos os demais nórdicos. Vejamos com mais detalhe a Cédula real de 1596 (Felipe III): «Declaramos por extranjeros de los reinos de las Indias, y de sus costas, puertos, e islas adyacentes para no poder estar, ni residir en ellas a los que no fueren naturales de estos reinos ...Y mandamos que con todos los demás se entiendan, y practiquen las composiciones, y las penas impuestas, si no se efectuaren, y asimismo declaramos por extranjeros a los portugueses»⁴.

Naturais de Tavira nas viagens de descobrimento e conquista

De nada serviu a proibição reiterada, muitos portugueses e, em particular, algarvios, embarcaram rumo à América espanhola, integrados em expedições de descobrimento e conquista (ver quadro 1) ou movidos por interesses comerciais em barcos próprios, em geral, sem registo.

² Torre do Tombo, Casa Real, Cartório da Nobreza, Liv. 21 (PT/TT/CR/D-A/001/21). Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162408>

³ S. Vicente, Pintura maneirista, de finais do séc. XVI, parte do retábulo da capela-mor da igreja de S. Sebastião de Lagos. De oficina regional, esta representação de S. Vicente apresenta um interessante fundo marítimo, com diversos tipos de embarcações de uso no Algarve, nomeadamente naus, barcas, caravelas e galés. Cf. Vítor Serrão, «A imagem do mar e da capital do Império no século XVI: um novo testemunho iconográfico da Lisboa das Descobertas», Ventura, Maria da Graça A. Mateus (Coord.), *As rotas oceânicas (séculos XV-XVII)*, Lisboa, Edições Colibri /ICIA, 1999. Créditos fotográficos: Carlos Osório.

⁴ *Recopilacion de leyes de los reynos de las Indias, mandadas imprimir y publicar por la Magestad Católica del Rey Don Carlos II*. 3 tomos. Madrid, por la viuda de D. Joaquim Ibarra, 1791. Consultámos a edição fac-similada de Madrid, Imprenta Nacional del Boletín del Estado, 1998, Lib. IX, Tit. XXVII, lei XXVIII, T. III, p. 332. Sublinhado nosso.

⁵ VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América: viagens e expedições (1492-1557)*, Lisboa, Edições Colibri / ICIA, 1999. Identificámos ainda outros algarvios, sobretudo de Lagos e de Portimão.

Quadro 1 - Naturais de Tavira integrantes das expedições de descobrimento e de conquista da Hispano-América⁵

Data	Expedição	Nome	Função
1492	Cristóvão Colombo - Indias	João Árias	Grumete
1530	Hernando Cortês - México	Estevão Gonçalves	Soldado
1533	Pedro de Heredia - Cartagena das Índias	Gaspar de Tavira	Soldado
1535	Pedro de Mendoza -Rio da Prata	Jácome de Paiva	Soldado
		Vasco da Rua	Marinheiro
1542	Alvar Nuñez Cabeza de Vaca - Paraguai	Jerónimo Fernandes	Marinheiro
		João Gonçalves	Soldado
		João Luís	Contramestre

A. Aldus verthoont hem tlandt ontrent Capò de S. Vincente. comēde wth den Nörden en daer beneffens Zeylen.
 Terra facies circa Promontorium S. Vincentij, adnauigantibus e Septentrione, et praternauigantibus.
 Salines

Blaunveberch

C. de S. Vincente.

Cartaja.

EL CON-
DADO.

S. Miguel.

Illexas Ioes aurigarnus. Inuentor...
hannes a Doctecum fecit.

Salines.

Beschrijvinghe der Zee Custen vant Landt vā
Argarbe. En ee deel vande Condado. Soe hem tlandt
aldaer verthoont en in ghedaente en wesen is.
Algarba orae maritimae, et partis Condadae accurata
descriptio, ac facies nauigantibus apparens.

Ios a Doctecum F.

Aliamur.

REINO DO ALGARVE

Tauilas.

Castromarin.

Molinas

Z

M

Ungheberch.

Ungheberch

Lagos

S. Vincente

Sogres

Bon puerto

C. de S. Vincente

Villa noua.

Alaguas

Fera gudo

Pera

Faraon

C. de S.

Maria

DE GROETE ZEE OCEANVS

Hispanica. Spansche mylen tot 17 1/2. in een graadt.
Duytsche mylen tot 15. in een graadt.
Miliaria Germanica 15. sing. grad. compet.

Filipe II, 1576, autorizou o exame de pilotos e mestres estrangeiros desde que fossem casados no reino e aí tivessem morada ou, sendo solteiros, provassem a vizindade necessária para poder tratar e contratar nas Índias; 1590, Cédula permitindo que, em caso de necessidade, se contratassem para serviço nas frotas marinheiros estrangeiros, desde que não fossem ingleses; Filipe III, 1609, “Que no naveguen marineros extranjeros en la carrera”; finalmente, alguma flexibilidade com as cédulas de 1616, “Que en las armadas y flotas se puedan admitir marineros levantiscos y algarabíos” e de 1621, “Que la expulsión de los extranjeros no se entienda con marineros ni oficiales mecánicos”.

Ao longo do século XVI, no que respeita à legislação sobre a participação de mareantes portugueses, evidenciou-se uma progressiva flexibilização face à inevitabilidade de admitir estrangeiros na carreira da Índia. Se em 1515, D. Fernando proibiu a admissão de pilotos portugueses e o seu sucessor viesse a estender essa proibição a mestres e marinheiros nas cédulas de 1534 e de 1538, a partir de 1540 intensificaram-se as cedências perante a escassez de gente do mar experimentada. Em 1547, Carlos V autorizou o piloto-mor da Casa da Contratação a examinar portugueses candidatos a mestres ou pilotos, mediante provas documentais da sua naturalidade e da satisfação dos requisitos dos naturais (dez anos de residência no reino e casados com mulheres naturais).

A partir de 1576, é notória uma flexibilização das restrições. Nesta data, por real cédula de Filipe II, autorizou-se o exame de pilotos¹⁴ e mestres estrangeiros desde que fossem casados no reino e aí tivessem morada ou, sendo solteiros, provassem a vizindade necessária para poder tratar e contratar nas Índias. Foi o caso de Pedro Dias, natural de Lagos, que, em 1580, solicitou o cargo de piloto-mor da Carreira da Índia, em reconhecimento pelos serviços prestados na armada de Juan Ortiz de Zárate, governador e capitão general das províncias do Rio da Plata e Estreito de Magalhães e na viagem ao Chile com Alonso de Sottomayor¹⁵. Segundo declaração do próprio, havia mais de trinta e quatro anos que servia Sua Majestade «con su hacienda, navios y persona en muchas jornadas» quer na Florida quer no Rio da Prata. O governador Juan Ortiz de Zarate confirmou a competência do piloto algarvio e prometeu, por escrito, solicitar ao rei a sua nomeação como piloto-mor e ainda beneficiá-lo com «encomiendas y repartimientos de indios, solares, heredamientos y tierras segun y de la manera que se dieren a todos los demás conquistadores e pobladores», se ele pretendesse permanecer e residir na terra¹⁶.

Na década de 80, perante a insuficiência de pilotos, baixou o nível de exigência do exame que dantes exigia conhecimentos de astronomia e cosmografia. Os pilotos podiam ser contratados por uma viagem, recebendo, em média, 1.000 ducados. Nem todos

eram examinados, perante o desequilíbrio entre a oferta e a procura e a obrigatoriedade de cada navio levar dois pilotos, muitos mestres ou donos de navios faziam pregões sem sucesso o que os obrigava a contratar alguém que se apresentasse como experiente.

Naturais de Tavira houve pelo menos 11 pilotos examinados e aprovados¹⁷. Em1578, Diogo Fernandes, vizinho da Ilha de Palma (Canárias), casado com mulher natural havia mais de 14 anos, invocou larga experiência de navegação na rota de Nova Espanha, Santo Domingo e Havana¹⁸. Afonso Gonçalves, vizinho de Sevilha (Triana), casado com mulher natural havia mais de 10 anos, em 1587 alegou que sempre fizera viagens às Índias como marinheiro e contramestre na mesma rota do anterior¹⁹. No ano seguinte, João Álvares, vizinho de Moguer, casado com mulher natural de Lepe, por muito tempo navegara para as Indias como marinheiro, piloto e contramestre²⁰. Em 1592, Gil Dias declarou que fora levado por seus pais para Sevilha quando era criança, havia mais de vinte anos, e residia em Triana onde casara havia mais de dez anos com uma mulher natural. Fizera muitas viagens às Índias como marinheiro e como piloto²¹.

Quando se estabeleceu o regime de frotas (1561-1566) e de navegação em conserva, a admissão de marinheiros do Algarve tornou-se mais frequente e incontornável face à necessidade de mais navios e gente do mar. Luís Navarro García, na lista de pilotos examinados entre 1583 e 1600, identificou 25, dos quais 11 eram naturais de Tavira. Só no ano de 1583 foram examinados 7, dos quais 4 do Algarve²². Quanto ao número total de pilotos, mestres, contramestres, grumetes, calafates, marinheiros, é muito difícil estabelecer valores credíveis, não só porque havia muita navegação fora de registo, como por muitos «marineros de las Indias» não declararem a sua naturalidade.

Pirataria e contrabando

O curso e a pirataria praticados por franceses, ingleses e holandeses na costa algarvia, na viagem de volta das frotas da Carreira das Índias, constituíam um perigo real para os barcos que navegavam seguindo a rota das Antilhas para Sevilha, na aproximação ao arquipélago dos Açores e ao cabo de S. Vicente, o que levou à implementação da navegação em conserva e à criação de armadas de patrulhamento na costa do Algarve, bem como à conjugação de esforços, ao longo do século XVI, por parte de Portugal e de Castela para proteger os seus navios procedentes das Índias Orientais e Ocidentais.

Vencidos os desafios da turbulência marítima, recuperado o fôlego no refresco dos Açores, os navios das Índias, à vista do cabo

de S. Vicente, preparavam-se para enfrentar uma segunda vaga de frenéticos e ambiciosos corsários. As enseadas e pequenas baías da costa tanto abrigavam os inimigos como ofereciam refúgio a navios isolados. Nos mapas elaborados em 1634 por Pedro Teixeira, cosmógrafo real de Filipe IV²³, temos uma espécie de vista aérea das caraterísticas orográficas da costa do Algarve onde se pode vislumbrar, com relativo rigor, as baías e enseadas recônditas que poderiam abrigar piratas ou facilitar o contrabando entre navios soltos das frotas e a população local.

De Lagos e de Vila Nova de Portimão partiam para Sevilha e para Lisboa, com frequência crescente, a partir da década de vinte do século XVI, informações sobre naufrágios, ataques e descaminhos. Uma cumplicidade tácita entre os funcionários de justiça do Algarve e os representantes da Casa da Contratação não evitou o descaminho, mas obrigou o Conselho das Índias a adotar medidas que o minimizassem. Os embaixadores de Castela em Lisboa, bem informados das ocorrências, eram frequentemente convocados para interceder junto da Coroa portuguesa com o objetivo de obter a restituição à Casa de Contratação de Sevilha do ouro e da prata retidos no porto de Vila Nova de Portimão, em Angra (Açores, Terceira) e em Lisboa.

Com a União Ibérica, os inimigos dos espanhóis tornaram-se os inimigos dos portugueses. No quadro das rivalidades coloniais entre Filipe II e Isabel I, as investidas dos corsários ingleses, com destaque para John Hawkins e Francis Drake lançaram enorme perturbação na rota das frotas e dos galeões procedentes da América. Os pontos sensíveis do litoral português não dispunham de meios eficazes para resistir à impetuosidade dos ataques. Em 1587, após o assalto a Cádiz, Francis Drake atacou Sagres e o convento do Cabo de S. Vicente (o que levou à fuga dos frades para Lagos) e provocou alarme em Lisboa e nos Açores. Em 1596, outro ataque em larga escala, desta vez, liderado pelo Conde de Essex, incendiou Cádiz e Faro²⁴.

A vulnerabilidade da defesa facilitava a fraude e o contrabando perpetrado por mestres e pilotos procedentes das Índias. Daí que, a partir da década de vinte do século XVI, a Coroa espanhola, envolvendo o Conselho das Índias e a Casa de Contratação de Sevilha e os seus embaixadores em Lisboa, tivesse definido uma estratégia de atuação em duas frentes. Por um lado, pressionando o monarca português a adotar medidas coercivas do contrabando da prata e do ouro nos portos do Algarve, Lisboa e Terceira. Por outro, atuando diretamente no terreno através de um seu representante (feitor das Indias) que zelasse pelo apoio às fotas das Índias, informasse do movimento de corsários e, sobretudo, impedisse o desembarque ilícito de mercadorias. Formalmente, só durante a União Ibérica foram nomeados fiscais / feitores para o Algarve, com jurisdição

plena, reportando apenas à Casa da Contratação de Sevilha. Eram todos portugueses e residiam em Lagos, deslocando-se para averiguações em caso de fraude ou de naufrágio aos diferentes portos do Algarve: Duarte Fernandes (1589-1595)²⁵; Melchior Pinto (1595-1602)²⁶; D. Diogo de Meneses (1603-1604)²⁷; João Gutierres (1604-1634)²⁸; António Tavares Leote (1634-1640)²⁹. As suas funções, estabelecidas por contrato, consistiam em acudir às questões referentes aos navios que iam e vinham das Índias, e arribavam no Algarve, socorrê-las e encaminhá-las para Sevilha, além da notificação aos oficiais da Contratação dos descaminhos e arribadas maliciosas e delitos cometidos pela gente dos navios.

^[1] AGI, Patronato, 262, R. 10, «Pedro Díaz: merced de piloto mayor de la Carrera de Indias». A presença de algarvios, sobretudo de Tavira e de Vila Nova de Portimão nas diferentes expedições foi uma constante na 1ª metade do século XVI, sobretudo à região platina: com Sebastião Caboto, em 1527, foi um marinheiro do Algarve e um soldado de Faro; Pedro de Mendoza, em 1535, levou um piloto e um marinheiro de Tavira; com Cabeza de Vaca, em 1542, foi um marinheiro de Vila Nova, um contramestre, um marinheiro e um soldado de Tavira. Para o México, na expedição de Fernando Cortez (1519) participaram um marinheiro e três soldados de Vila Nova, um soldado de Lagos e outro do «Algarve». A este respeito, ver os quadros referentes às diferentes expedições e quadro geral de viageiros in VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, *Portugueses no descobrimento...* passim.

^[2] AGI, Patronato, 262, R. 10.

^[3] Sobre os procedimentos do exame de pilotos, ver NAVARRO GARCÍA, Luis, “La gente de Mar en Sevilla ...”, op. cit.

^[4] AGI, Contratación, 5780, N. 4

^[5] AGI, Contratación, 52A, N. 48

^[6] AGI, Contratación, 52B, N.1

^[7] AGI, Contratación, 52B, N. 35

^[8] NAVARRO GARCÍA, «La gente de mar....», ob. cit, pp. 20-40.

^[9] El Atlas del Rey Planeta. La “Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos” de Pedro Teixeira (1634), ed. Felipe Pereda y Fernando Marias, Fuenterrabia, Nerea, 2002 (1ª edição completa).

^[10] VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, “As arribadas como estratégia de fuga: Algarve, Açores, Antilhas”, *Debates sobre la corrupción en el mundo ibérico, siglos XVI-XVII*, Francisco Andújar Castillo y Pilar Ponce Leiva (Coord.), Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2018, 551-568.

^[11] AGI, Indiferente, 426, L. 28, Fols. 23v – 24v. Real cédula, 01.03.1589.

^[12] AGI, Contratación, 5784, L. 3, fols. 89v-90. Real cédula, 17.12.1595.

^[13] AGI, Indiferente, 1953, L. 5, fols. 202v – 203v.

^[14] AGI, Contratación, 5784, L. 3, fols. 165v-166v. Real cédula, 24.01.1604.

^[15] AGI, Contaduría, 196 A, N. 29. Real cédula, 06.05.1634.



Antes da nomeação de feitores eram os embaixadores que estavam incumbidos de identificar os casos de contrabando. Lagos e Portimão eram os principais polos do contrabando. Naus procedentes das Índias, de Nombre de Dios, de Cartagena das Índias ou de Havana desviavam-se da rota ou abandonavam a frota, alegando naufrágios ou ataques de corsários, arribando aos portos do Algarve onde podiam descarregar o ouro e vendê-lo, eximindo-se, assim, a pagar os direitos na Casa da Contratação de Sevilha. Em 1540, o embaixador Luís Sarmiento de Mendonça informou os oficiais da Casa da Contratação da chegada a Lagos de uma caravela procedente do Peru cujo ouro desapareceu³⁰. Foi na Semana Santa que a dita caravela se afastou da rota e aportou a Lagos onde, durante a noite, “vino una fortuna tan rezia” que lançou o barco contra os rochedos tendo-se afogado dezanove tripulantes. Os moradores tomaram a caravela e roubaram todo o ouro que «allí trayan aquellos pobres homens» e que valeria 15 ou 20 mil pesos de ouro.

Conclusão

Como já foi referido, muitos algarvios não se consideravam estrangeiros nas Índias de Castela, embora os espanhóis os tivessem por tal. Os que usavam este argumento pretendiam escapar a qualquer acusação de transgressão, muitas vezes, com sucesso. Em suma, os argumentos de que os algarvios não eram portugueses (enquanto estrangeiros) foram bastante eficazes. Muitos aproveitaram a proximidade com Sevilha para passar às Índias onde se dedicaram com proveito ao comércio local ou regional. A maioria não regressou, mas a família, os herdeiros legítimos, estava sempre presente.

A importância do Algarve no processo expansionista espanhol, sobretudo no séc. XVI e no contexto Carreira das Índias, explica os ataques do corsário inglês Francis Drake à fortaleza de Sagres, em 1587, e a Faro, pelo duque de Essex, em 1596, bem como a nomeação de feitores das Índias, com residência em Lagos, para impedir o comércio clandestino que se praticava nos portos do Algarve. Naus procedentes de Terra Firme ou da costa caribenha, com destino a Sevilha, desviavam-se da rota ou abandonavam a frota, alegando naufrágios ou ataques de corsários, arribando aos portos do Algarve para descarregar o ouro e a prata, eximindo-se, assim, ao pagamento dos direitos na Casa da Contratação de Sevilha. Mareantes de Tavira, Portimão e Lagos navegavam de cá para lá num vaivém contínuo e profícuo, embora quase sempre clandestino.

O Algarve, pela sua cumplicidade natural estabelecida com a vizinha Andaluzia, pela situação geográfica estratégica face à Carreira das Índias, e ainda pela apetência dos seus marinheiros e mareantes, integrou-se no complexo económico mediterrânico-atlântico polarizado por Sevilha, contribuindo com tripulantes e mestres de navios, pilotos e mercadores para o descobrimento, colonização da América e para o comércio transatlântico.

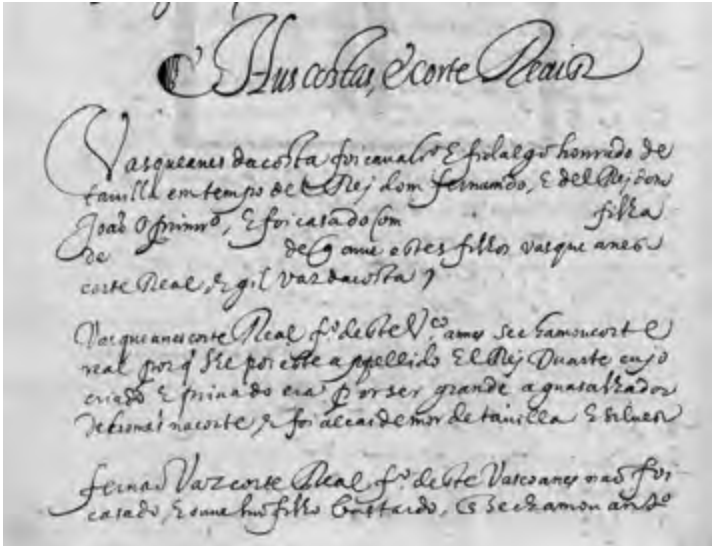
³⁰ AGS, Estado, 372, doc. 68.

³¹ Ibidem, imagem 69. Note-se que a vila de Alvor está erradamente situada na margem contrária da ria. Entre os rochedos da falésia de Ferragudo na direção de Carvoeiro, olhando com atenção, vemos uma gruta com a legenda “Calas donde se metiã galeotas de moros”.

Figura 5 – Trecho da costa entre Lagos e Ferragudo, com a serra de Monchique ao fundo.³¹

nas guerras antiguas e pasadas damtre estes Reynos com os de Castella como em todos os outros serviços e socorros das partes dAfrica dos nos-sos lugares della e guerra contra os mouros nas quaes cousas grande e lleallmente sempre serviram e comitnoadamente servem”. A qualidade da sua nobreza é outra vez mencionada; *“muito pouoada de fidalguos e cavalleiros e outra gente de merecimento e que estam sempre aparelhados pera nos seruirem com armas homens caualos e nauios”* (Chancelaria de D. Manuel I, liv.44, fl.57). Neste estamento social encontram-se os Corte-Real, linhagem histórica constituída por escudeiros, cavaleiros, fidalgos que, ao contrário de outras de igual nobreza que se instalaram em Tavira, esta tem a prerrogativa de ser nativa desta cidade. Podemos mesmo afirmar que Tavira foi *“solar”* (deriva de solo, terra de origem) berço dos Corte-Real.

O registo genealógico da memória familiar



“Huns Costas, e corte Reais”, genealogia manuscrita da autoria de Damião de Góis.

"Huns Costas, e corte Reais", genealogia manuscrita da autoria de Damião de Góis.

Como é sabido, a estratégia de perpetuação da memória linha-gística passava pela transmissão do apelido nobre e da sua respetiva heráldica, mas também pelo registo escrito das origens familiares (por vezes memórias lendárias), dos feitos gloriosos dos seus mem-bros, elementos importantes para valorizar e solidificar a imagem de uma linhagem fidalga que se quer forte. Talvez por herança da literatura genealógica medieval portuguesa, multiplica-se a partir do século XVII o chamado saber genealógico, a prova disso é a redação de inúmeros títulos ou tratados genealógicos sobre deter-minadas famílias, incluídos em nobiliários ou em crónicas, umas manuscritos outras impressas. A função da genealogia servia para demonstrar orgulhosamente um passado familiar, dando assim

resposta a uma certa ânsia de eternidade de que sofriam as linha-gens nobres, mas também como instrumento de legitimação social. Hoje, esta construção simbólica deve ser olhada e analisada de uma forma crítica quando comparada com as fontes documentais, pois o expurgo leva sempre a uma desconstrução ou acerto da narrativa nobiliária, nem sempre tão dourada... Um dos primeiros autores a pegar na pena e a registar as origens e descendência da linhagem Corte-Real, foi o célebre escritor humanista Damião de Góis. Mui-tos desconhecem, mas este, além de autor, diplomata, guarda-mor (arquivista) da Torre do Tombo (1548), foi também genealogista. Escreveu um nobiliário intitulado “Livro das linhagens de Portugal” onde trata pelo menos duas famílias de Tavira, os Carvalhal (va-ronia dos Pereira de Berredo) e os Costa Corte-Real. Deste livro existem na Torre do Tombo dois preciosos traslados, um feito em 1617 por Jorge da Cunha e Sousa e outro feito em 1713 por Bernardo Pimenta do Avelar. Depois de Damião de Góis, outros genealogistas, nos seus tratados e nobiliários incluíram um título ou uma entrada genealógica sobre os Corte-Real, com informação já formatada e ampliada.

O “tronco” da linhagem Vasco Anes da Costa

Baseados nestas memórias genealógicas vamos tentar visitar as suas origens, as primeiras gerações mais relevantes desta família. Para isso temos que recuar aos finais do século XIV, a Tavira, para encontrar a génese desta família. O tronco desta linhagem é um Vasco Anes da Costa, que *“foi cavalrº e fidalgo honrado de tavilla em tempo de Rei dom fernando e del Rei dom João o primeiro”* (Damião de Góis), da antiga linhagem dos Costa. Segundo escreve² em 1647, o genealogista Álvaro Ferreira de Vera, estes Costa de Tavira, seriam descendentes de Martim Mendes da Costa³, um dos fidal-gos que esteve na conquista do Algarve. Pelo patronímico Anes/ Eanes/Joanes (que significa filho de João), podemos deduzir que o pai de Vasco Anes seria um “João da Costa”.

Outra genealogia tardo-setecentista de Pereira de Agrela,⁴ refe-re que *“Viveo no logar de Arruda* (o topónimo correto é Arrutéia), *Freg.ª de N. Sª da Luz, Termo de Tavira”*. Este Vasco Anes aparece referenciado pelo nosso primeiro cronista Fernão Lopes, na sua “Crónica de D. João I”. Na lista das pessoas que ajudaram o Mestre de Avis a defender o reino das agressões castelhanas diz: *“do Reino do Algarve, de Tavira... , Vascoeanes pay de Vascoeanes Corte Real”*.

Vamos então analisar a sua descendência e estrutura familiar durante algumas gerações. Com quem casou? A fazer fé numa ge-nealogia manuscrita tardia (Agrela), teria casado com uma Joana Martins, as mesmas fontes são unânimes em dar a este casal três filhos varões que passamos a enumerar: Vasco Anes “Corte-Real”;

Gil Vaz (ou Vasques) da Costa, que serviu em África onde foi ar-mado cavaleiro (no dia 5 de Janeiro de 1429 pelo conde de Vila Real D. Pedro de Menezes), casado e com descendência em Tavira que iremos abordar no final deste texto. Outro irmão, foi Afonso Vaz (ou Vasques) da Costa, armado cavaleiro em Africa em 1435, segundo diz a “Crónica de D. Duarte de Menezes”. Este, em Ja-neiro de 1439 foi enviado às Cortes de Lisboa, como procurador da vila de Tavira, sendo já comendador de Cacela. Por carta de D. Afonso V datada de 28 de Junho de 1456, ficamos a saber que este Afonso teve uma filha, pois o mesmo rei perdoa a justiça régia a um sedutor da terra, Vasco Martins, escudeiro, morador na vila de Tavira, *acusado de dormir e fugir com a filha de Afonso Vasques da Costa*, morador nessa vila *e também com a mulher e a filha de Fernão de Vila Maior*, aljubeiro, morador na cidade de Lisboa. A 26 de Maio de 1450, D. Afonso V doa a Afonso Vasques da Costa, cavaleiro da casa do Infante D. Fernando, enquanto sua mercê for, os quartos de três azenhas reais de nome: Estêvão Alvo, João Rico e Gonçalo Arrais, situadas na vila de Tavira.

O fundador Vasco Anes “Corte-Real”

Seguimos, para já, com o seu filho Vasco Anes da Costa, cha-mado o “Corte Real”, o verdadeiro fundador ou genearca da linha-gem. Dizem as memórias desta família que o nome Corte-Real, inicialmente uma alcunha pessoal foi dada por um rei. Não existe consenso entre os autores, para uns foi D. João I, para outros o rei D. Duarte, que sendo Vasco Anes seu *“criado e privado foi, dizendo q. então era a sua Côrte Real quando estava nella Vasco Iannes por ser custoso, e mrº. Agasalhador de homens”* (Damião de Góis). Como é sabido existe nestas memórias familiares uma tendência para glo-rificar e enaltecer as origens e o fundador, um seu descendente, Jerónimo Corte Real⁵ escreveu umas poesias onde diz que Vasco Anes Corte-Real ganhou este apelido do próprio D. João I, em virtude da sua participação como um dos Doze de Inglaterra. Esta história semi-lendária faz parte do mito fundacional desta família e é constantemente evocada.

*“Corte, em que tal varão custuma acharse,
Que em preço, e alta fama assi a enriquece,
Sempre Corte Real deve chamar-se,
Pois com tão justas causas o merece:
E pois que só por vós pode affirmarse,
Que meu estado, e Corte se enobrece,
Fique Corte Real vosso appellido,
Pera que tal valor seja sabido.”*⁶

O mais certo é que esta alcunha de Corte-Real tenha sido dada pelos seus pares em virtude de Vasco Anes passar muito tempo na Corte e ter desenvolvido uma grande proximidade e consideração aos membros da família real, nomeadamente aos filhos de D. João I. Orgulhosamente fixou e transmitiu a alcunha “Corte Real” a seus descendentes já como apelido, criando assim uma nova linha-gem a partir do velho tronco dos Costa. Sabemos que tal como o seu pai, Vasco Anes Corte-Real, também foi um acérrimo apoian-te do mestre de Aviz, pois em 6 de Outubro de 1384 estava em Lisboa numa assembleia de pessoas notáveis para prestar homena-gem e juramento de fidelidade. O Mestre ascendeu ao trono como rei D. João I, sendo chamado “o de Boa memória”, por não esque-cer quem o apoiou durante a crise de 1383-1385. Um dos recom-pensados foi Vasco Anes Corte Real. Este é certamente o Vasco Anes, que se documenta como “escudeiro”, morador em Tavira, a quem o mestre de Avis doou a 30 de Março de 1384 todos os direitos e rendas da mouraria da dita vila.

A tomada de Ceuta em 1415, projetou esta família para outro patamar graças a um feito bélico, conta o cronista Gomes Eanes de Zurara, que no dia 21 de Agosto, Vasco Anes, foi dos primeiros a saltar do barco para a praia de Ceuta juntamente com o infante D. Henrique e foi um dos primeiros cavaleiros a combater os mou-ros e a entrar na porta chamada de Almina, mostrando as suas qualidades como cavaleiro. Este episódio deve ter agradado muito ao rei D. João I, pois este já o tinha em grande conta na corte pelo seu trato e simpatia. Convém dizer que nesta investida, na Porta de Almina, o próprio rei ficou ferido numa perna. Também a coragem e a valentia do fundador dos Corte-Real foram realçadas na poesia apologética do dito Jerónimo Corte-Real, escrita em 1594.

² “Titulo Dos Costas Corterreais, que procedem do Reyno do Algarve, sua origem, e armas conforme as Crronicas, e nobiliarios das familias de Portugal”, genealogia manuscrita.

³ Em 1255 era alcaide-mor de Évora, descendente de uma família que no reinado de D. Afonso I, retirou o apelido da “Quinta da Costa”, na comarca de Guimaraães.

⁴ João Agostinho Pereira de Agrela, nascido em 1777, escreveu e compilou uma coleção de genealogias, que ficou manuscrita em 6 volumes, que intitulou Genealogias da Ilha da Madeira.

⁵ Foi um poeta, pintor, militar e cronista, nasceu em Lisboa, outros dizem que nasceu na Ilha Terceira, por volta de 1530, sendo filho de Vasco Anes Corte Real (II), alcaide-mor de Tavira e capitão-donatário da Terceira e Joana da Silva de Melo. Jerónimo Corte-Real serviu como militar na Índia e em Marrocos, tendo, já com avançada idade, sido feito prisioneiro em Alcácer Quibir. Regressou a Portugal e retirou-se para a sua Quinta de Vale de Palma (Évora), onde faleceu em 1588.

⁶ Naufrágio de Sepulveda, Canto XIII.

⁷ Naufrágio de Sepulveda, Canto XIII.

*“Aquelle em Portugal antigamente
Já Vasqueanes da Costa foi chamado,
Do corpo, e membros forte, muy valente,
De coração feroz, e animo ousado:
De geração antiga descendente,
Fronteiro mór do Algarve intitulado:
Era também, (que nada então lho tira)
Alcaide mór de Silves, e **Tavira**.”*⁷

Jerónimo Corte-Real, descreve ainda como Vasco Anes Corte-Real mata um mouro em Ceuta, realçando mais uma vez os dotes guerreiros do seu antepassado.

*“Quando este Rey Cepta tomou,
Este verão ilustre foi primeiro,
Que á pura força o alto muro entrou,
Das naos saltando em terra o derradeiro:
Hum Mouro valentíssimo encontrou,
Escolhido entre mil por mais guerreiro,
Que o braço, e largo alfange levantado:
O acomete com fúria, e denodado.*

*Mas o Corte Real nada se espanta,
Que outros mores perigos já passara,
Cerra co elle ao tempo, que levanta
O golpe, que hum penedo espedaçara:
Cuida o Mouro fendelo até a garganta,
Mas o misero nisto se enganara:
Porque do Portuguez famoso, e forte
Recebeo improvisa triste morte.”*⁸

Mas voltando a Ceuta, no regresso da expedição, ficou planeado inicialmente que as principais galés da frota real, aportassem em Faro e as restantes seguiriam para Lisboa. Mas quis o destino que a galé onde vinha D. João I, por erro dos marinheiros fosse parar a Castro Marim e as restantes ao porto de Faro onde desembarcaram. As tropas reais vieram por terra até Tavira e o rei, os infantes e comitiva fizeram o mesmo, encontrando-se todos na terra natal de Vasco Anes Corte-Real. D. João I aproveitou a estadia em Tavira para dar pela primeira vez o título de duque, fazendo o infante D. Henrique, duque de Viseu e senhor da Covilhã e o infante D. Pedro, duque de Coimbra e senhor de Montemor-o-velho, numa cerimónia de cavalaria que teve lugar na igreja de Santa Maria do Castelo. Vasco Anes Corte-Real deve ter falecido por volta de 1433, pois a 11 de Dezembro desse ano é substituído no cargo de coudel de Castro Marim por João de Sintra, escudeiro do infante D. Henrique (ANTT, Chancelaria de D. Duarte, Liv.3, fl.27 v).

Voltando às memórias genealógicas desta família, todas referem, apesar de não se documentar, que este primeiro Corte-Real desempenhou o importante cargo de Fronteiro-mor do Algarve e alcaide-mor de Tavira e Silves. Dado o seu prestígio não colocamos em causa esta informação muito veiculada nas genealogias familiares. O engrandecimento da linhagem a par da construção da memória e identidade desta família ia-se fazendo, mas era necessário solidificar e dar continuidade ao novo nome Corte-Real. Sobre a prole de Vasco Anes Corte-Real, a maioria das memórias genealógicas consultadas são unânimes em afirmar que casou, mas também referem que teve um relacionamento da qual nasceram filhos bastardos. Felgueiras Gaio, no seu nobiliário, no seu título de “Barretos”, diz que a senhora chamava-se “*Mor Afonso Escudeira*”, também Ferreira de Vera, diz que casou com “*Mor Escudeira filha de Luís Afonso*”. Deste casamento nasceu Isabel da Costa, que levou por dote a alcaidaria de Silves, casada com Henrique Moniz, vedor do Infante D. Henrique. Do relacionamento de Vasco Anes Corte Real com uma mulher desconhecida (o manuscrito de Agrela, refere que “*Teve B.: em huma Preta, sua escrava*”) nasceram os seguintes filhos bastardos: Fernão Vaz Corte-Real, que serviu em Ceuta desde 1458 e morre no 3º escalamento de Tânger a 20 de Janeiro de 1464 (este fora do casamento, do relacionamento com uma escrava negra deixou um filho bastardo); João Vaz Corte-Real, com quem seguimos. Segundo deixou transparecer o seu trisneto Jerónimo Corte-Real, este Vasco Anes Corte-Real teria matado a sua mulher ficando desterrado por algum tempo em Tavira por ordem do rei. Não temos elementos documentais que validem esta tradição familiar, mas como é um elemento da própria família a evocá-la (e não é muito abonatório!), é bem possível que tal crime passional tenha acontecido.

*“ElRey Dom João primeiro de louvada
Memoria, lá em **Tavira** desterrado
O tinha, por que aquella, que julgada
Por molher se lhe deu com real mandado,
Nunca vista foi mais, nem mais achada:
Olhai, que faz hum animo afrontado,
O que do Rey não pode alli vingarse,
Quer sem razão á misera tornarse!*

*Huns dizem, que a escondeo de raiva pura,
Por fazer desprazer ao sogro imigo;
Outros dizem, que a pos em prisão dura,
Em carcere secreto, por castigo:
Outros, que lhe deu logo a sepultura;
Desta opinião sou eu, e assi o digo;
Pois escondida, ou presa, ou sepultada,
Nunca atéagora foi já mais achada.*

*O Rey do caso infado pesaroso.
Doido do fim triste da inocente,
Que inda que foi coberto, e duvidoso,
Toda via a verdade estava urgente:
Manda o Rey neste caso criminoso,
(Avenda que foi nelle delinquente)
Que se ponha em **Tavira**, como digo.
E de alli não se saya por castigo.”*⁹

João Vaz Corte-Real, fidalgo, navegador e povoador

Não existe certidão de nascimento para provar, mas é do consenso geral que o algarvio João Vaz Corte-Real nasceu em Tavira, cerca de 1410, fruto de uma bastardia (tal como o rei D. João I). O defeito de nascimento não o deve ter afetado muito, pois na senda de honra e glória e seguindo as pisadas do pai e do irmão, serviu valerosamente com armas na mão no norte de África. Este fidalgo tomou parte na expedição a Amar, Ceta, Palmeira e Leonça em Maio de 1461, segundo diz o cronista Zurara. Pelos vistos não se confinou só a fazer guerra terrestre, a fazer fé nas informações veiculadas pelo cronista açoriano Gaspar Frutuoso (1522-1591), na sua obra¹⁰ “Saudades da Terra”, ao falar deste João Vaz deixa claro que foi também um navegador corsário¹¹: “*Foi este João Vaz tão esforçado cavaleiro e temido capitão, que nunca deu batalha no mar, nem na terra, que não vencesse, e tão bem afortunado, que sempre tomou aos castelhanos as maiores presas que neste reino de Portugal se tomaram deles; e uma vez tomou uma nau de genoeses, carregada de sedas e de outras mercadorias, com a riqueza da qual e de outras presas que fez, entrou um dia com toda sua armada com velas e bandeiras de seda*”. Também o genealogista Jacinto Manso de Lima diz que João Vaz Côrte-Real “andou no mar com navios e corso”. Sendo Tavira uma importante terra portuária¹², de homens “sabedores de mar”, João Vaz não podia virar costas ao seu destino marítimo.

João Vaz Corte-Real, medalha da autoria de S. Machado.


^[1] Naufrágio de Sepulveda, Canto XIII.

^[2] Naufrágio de Sepulveda, Canto XIII.

^[3] O capítulo 9º é dedicado aos Corte-Real, mas apresenta as informações históricas muito romaneadas, de forma confusa e fantasiosa, confundindo Vasco Anes Corte-Real com seu filho João Vaz Corte-Real. Também realça a força física de João Vaz, num episódio curioso que vale a pela transcrever: “Estando João Vaz Corte-Real, primeiro capitão da parte de Angra, da ilha Terceira, no Algarve, onde era morador, veio um castelhano ter ali, com opinião de ser o mais valente e forçoso cavaleiro que havia em Espanha, a desafiar-se com ele, por lhe dizerem que em tudo lhe tinha vantagem (sic), e não sabendo João Vaz parte disto, vindo com sua mulher um dia da igreja, lho mostraram e lhe disseram que aquele castelhano o vinha desafiar, o que ele ouvindo, o chamou e lhe perguntou que buscava; respondeu o castelhano que se vinha desafiar com ele, por lhe dizerem que era o mais esforçado cavaleiro que havia em Portugal, e, porque ele se tinha por mais valente, o vinha buscar. João Vaz o levou a jantar consigo e, acabando de jantar, o meteu em um seu jardim pera o desafio, e entrando pelo jardim, onde havia muitas árvores de muitas maneiras, indo o castelhano diante, arremetendo a uma rua de marmeleiros, os foi arrancando com uma mão e com outra, de ambas as bandas, pondo-lhe as raízes ao Sol, o que vendo João Vaz, que detrás ia, foi tomando os marmelos daqueles e de outros marmeleiros com ambas as mãos e os espremia nelas, fazendo-os todos em sumo, sem lhe ficar nas mãos mais que o bagaço deles. Espantado o castelhano de ver isto, o teve na conta de quem era e não quis mais desafio com ele, antes se deu por vencido e se foi, dizendo que não tornava pera Castela senão a contar os extremos da sua força e cavalaria, e que por ali conhecia seu esforço e força, e não era muito, porque João Vaz nunca foi vencido em algum desafio, antes ele venceu a muitos.”

^[4] Temos conhecimento de um Álvaro Mendes Cerveira, escudeiro fidalgo da casa real, capitão da armada real, referenciado também como pirata (na documentação espanhola) ou corsário (segundo a documentação portuguesa) que comandou várias expedições navais nas costas do Algarve e Andaluzia. Sabemos que em 1472 (ou 1473) assaltou um navio comercial de Ribadeo. Em Setembro de 1475 Álvaro Mendes, “capitão da armada” foi atacado em Faro por Andreu Sunyer, capitão das galeras do rei D. Fernando (de Aragão). Em Fevereiro de 1476, Álvaro Mendes escoltava um navio genovês para Lisboa no Estreito de Gibraltar, quando foi atacado duramente pela armada andaluza. Navios armados provenientes de Sevilha, comandados por Juan de Mendaro desbarataram a armada portuguesa tomando e queimando muitas fustas. Uma carta de 26 de Maio de 1476 (Arquivo de Barcelona), diz que em todo Portugal “no queda sino una nao armada...”. A partir de 1476 o ativo Álvaro Mendes desaparece do comando naval da zona sul. Talvez incentivados por esta vitória, em 1477 os mareantes de Palos saquearam Tavira e tomaram caravelas portuguesas que vinham da Guiné com ouro da Mina, escravos e outras mercadorias.

^[5] Desde o reinado de D. Dinis que o porto de Tavira servia para ancorar uma esquadra naval destinada a combater os piratas marroquinos na costa do Algarve. Esta foi uma das missões do genovês Manuel Pessanha (Emmanuele Pessagno), contratado pelo dito rei em 1317 como almirante-mor de Portugal. Segundo uma genealogia da Biblioteca da Ajuda (“Titulo de Peçanhas”), o almirante Pessanha, foi casado (em segundas núpcias) com uma Leonor Afonso, “filha de Lançarote da Franca, morador em Tavilla”, da qual nasceu Lançarote Pessanha, que também foi almirante e Júlia Pessanha, esta casada com Gil Barreto. O combate ao flagelo da pirataria no Algarve continuou, em 1336 ordenou o rei D. Afonso IV ao seu almirante, Estevão Vaz de Barbuda (ou Barbudo), que, com três galés e cinco navios saísse “a corso de certos piratas, que infestavam os mares; e nas costas de seus Reynos tinham feyto consideráveis danos” (“Descobrimentos Portugueses o Algarve e os Descobrimentos, vol. II, pág. 130;131).

A determinada altura o referido Gaspar Frutuoso (que deve ser sempre lido com algumas reservas!), conta que João Vaz Corte-Real recebeu do rei mandato do “*descobrimento da Terra Nova dos Bacalhau*”. Escreve ainda que “*Estando (a ilha Terceira) sem capitão, vieram Ter a ela dois homens fidalgos, por nome um deles João Vaz Corte Real e outro Álvaro Martins Homem, os quais vinham da Terra do Bacalhau que, por mandado de el-rei, foram descobrir e (...) a pediram de mercê por seus serviços à infanta D. Beatriz (...) a qual lhes fez mercê dela, e ambos a partiram pelo meio, e lograram, e possuíram seus descendentes (...)*”. Gaspar Frutuoso e mais tarde o cronista António Cordeiro colocam assim João Vaz Corte-Real como navegador que andou na descoberta da Terra Nova (no atual Canadá), chamada Terra do Bacalhau, situadas no Atlântico Norte. Apesar de não existir documentação da época que prove é bastante provável que tenha feito duas viagens de reconhecimento à Terra Nova, entre 1470 e 1473, integrado numa das expedições de parceria Luso-dinamarquesa. Não nos podemos esquecer que o nosso rei D. Afonso V era primo do rei Cristiano I da Dinamarca, estes trocavam correspondência e fizeram uma parceria nestas viagens de exploração marítima. Dada a política de sigilo da época, estas viagens não foram muito divulgadas e existem apenas pequenos indícios. Alguns historiadores atuais chegam ao ponto de afirmar que João Vaz Corte-Real foi o descobridor da Terra Nova. Mas se assim fosse, porque razão Martinho da Boémia (que conhecia pessoalmente João Vaz Corte-Real), não desenhou já a Terra Nova no seu globo terrestre feito em 1492? O único argumento aparentemente sólido que coloca João Vaz Corte-Real na Terra Nova é as cartografias (já tardias) do século XVI. Num atlas português de 1534 (40 anos posterior à morte de João Vaz Corte Real), que está na Biblioteca Riccardiana de Florença, aparece um ponto da costa americana denominado “*Baía de João Vaz*”, no mapa mundi do flamengo Gerardus Mercator datado de 1569 aparece referenciado o “*Rio de João Vaz*”, também no mapa de Fernão Vaz Dourado publicado em 1571, aparece as legendas “*Terra de João Vaz*” e uma “*B. de João Vaz*”. No chamado Atlas Miller (atribuído a Lopo Homem, Pedro Reinel, Jorge Reinel e António Holanda), datado de 1519, na parte onde aparece a representação da Terra Nova, mostra a legenda “*Terra Corte Regalis*”.

Pormenor do Atlas Miller, onde aparece mencionado a “Terra Corte Regalis”, 1519. (Em baixo)



Pormenor do mapa de Fernão Vaz Dourado, onde aparece referida a “Tera dos Cortereais”, 1571. (Em cima)

Parece correto afirmar que a doação das capitanias a João Vaz Corte-Real e a Álvaro Martins Homem a 2 de Abril de 1474, terão sido uma recompensa pelos serviços prestados. Mas as doações ou prémios não ficaram por aqui, também a capitania da ilha de S. Jorge foi dada pelo duque D. Diogo, senhor das ilhas da Madeira e Açores, a João Vaz Côrte-Real, por carta de 4 de Maio de 1483. João Vaz Corte-Real passou do Algarve a Angra cerca de 1474, levou consigo a sua mulher Maria Abarca (esta dizem ser galega, natural de Tui) e os seus seis rebentos, três rapazes, Vasco Anes Côrte-Real, Miguel e Gaspar Corte-Real, todos navegadores e três raparigas, Joana Côrte-Real, já casada com Guilherme Moniz Barreto (*dos de Silves*), Iria Corte-Real, casada com Pedro de Góis da Silva (segundo o cronista da Fénix Angrence, “*viveu na ilha em companhia de seu sogro e por uma diabólica e temerária pre zunção, sem exames de verdade matou a sua mulher*”) e Isabel Corte-Real, casada na Terceira com Jorge de Utra, 2º capitão donatário das ilhas do Faial e Pico.

A passagem dos Abarca por Tavira foi confirmada em 2003 pela descoberta de um selo heráldico por um privado num quintal de uma casa da Rua D. Ana, que ostenta as armas dos Abarca, cuja heráldica original é *em campo vermelho duas abarcas* (sandálias) *de ouro*. Esta matriz sigilar (com legenda) parece ser mais antiga, o que nos leva a concluir que certamente por herança estava na posse desta gente e seria de um antepassado da Maria Abarca.

Atlas Miller: cartes de l’Océan Atlantique et de la Méditerranée, Cartes et Plans GE AA-640 (RES), [Feuille 6 r° : Océan Atlantique Nord] : 115 x 60 cm environ. (Páginas seguintes)

S E P T E N T R I

ORIGINAL

TERRA CON
TE REGALIS

WARE CONGELAT VM

DEVOTIONAL
IN STYLE 25 X 4

TERRA-BIMENE

I M A S E

ECC. EANVS. IBER. NI CVS.

O V R O P

In regno acclimata, mundus novus in
 cupit, et in occidentali plagi sua effigie
 na cu brachio regene regis de cornu d'i
 regis: edam commensabilis est. Ance ar
 mulo. Alarum. Ceterisq. p. Kernu.
 1711. 27.

TEP. FRIGIDA

T

MARE ATLANTICVM.

ANTE-YLLAS.

CIRCVLVS.

O C C E A N V S O C I D E N T A L

A P R

CANCRI.

PEL GVS.

MVNDVS NOVVS

CIR CV L VS EQ VI

NO CCI A L I S
CC CEA NVS ME RI DIO NA LIS



Matriz sigilar e escudo heráldico dos Abarca.

Como é natural, a sua ida para os Açores, arrasta consigo muitos algarvios, gentes da sua confiança, muitos são familiares, servidores e outros apaniguados da sua Casa, certamente na esperança de melhor sorte. Temos notícias que, além da mulher e dos filhos, levou também os cunhados, Isabel Abarca (casada depois com o cavaleiro João Borges, “o Velho”), Pedro Abarca, que casou em Angra, mas morreu na Terra Nova (os documentos do Arquivo da família Canto e Castro, referem que a sua filha Joana Abarca “*a qual ficou muito menina sem pai por morrer na Terra nova com os Corte Reais e a capitoa Mariadabarca a criou e casou com Pedro Eanes (do Canto)*”¹³. Levou também um familiar chamado Afonso da Costa (documentado numa carta de armas)¹⁴ como sendo natural de Tavira e um Manuel Pacheco¹⁵, casado com Mor Gil da Costa (provavelmente prima de João Vaz Corte-Real). Numa lista de “*Pessoas principais que foram povoar a Ilha Terceira*” mencionada por Agrela, aparece também um “*Diogo Alvares Vieira, natural do Algarve, parente em próximo grau de Maria Abarca m.er de João Vaz Corte real, capitão donatário de Angra, em cuja companhia passou a Ilha*”. Viveu João Vaz Corte-Real em Angra com grande estado senhorial, aplicando-se no comércio, na lavoura, dando terras de sesmaria e exercendo também alguns abusos para com os seus rendeiros. Este capitão donatário foi o responsável por obras importantes em Angra. Mandou construir aqui as suas casas, estrategicamente colocadas na base do morro da Memória. O edifício ainda existe e conserva estruturas dessa época. Também realizou o completo encanamento da ribeira que atravessa a cidade de Angra; o Castelo dos Moinhos, mandado edificar conforme o plano do provedor das fortificações; as muralhas, a casa da alfândega; a capela-mor do mosteiro de São Francisco, cujo padroeiro foi ele mesmo; o hospital de Santo Espírito, criado por alvará de 15 de Março de 1492 e outras obras que em seu tempo se fizeram. João Vaz Corte-Real faleceu a 2 de Junho de 1496 sendo sepultado na capela-mor do primitivo convento de S. Francisco.

Gaspar Corte-Real, o descobridor da Terra Nova

A aventura marítima desta família na Terra Nova, chamada também “Terra dos Bacalhaus”, ou “Terra dos Corte Reais” continua na pessoa de seus filhos de João Vaz Corte-Real, Gaspar e Miguel Corte-Real também audazes navegadores que se aventuraram nos perigos do mar do Atlântico norte. Por volta de 1492, João Fernandes Lavrador obteve licença do rei D. Manuel e do rei Henrique VII de Inglaterra para descobrir e explorar terras e ilhas no Atlântico Norte. Partiu na companhia de Pêro de Barcelos e andaram cerca de três anos a navegar por aquelas bandas. Dado que numa cartografia feita a partir de 1502 aparece já o nome “Labrador” sobre uma zona norte da Terra Nova, podíamos conjecturar que este foi descobridor desta terra. A verdade é que este navegador apenas fez uma viagem de reconhecimento não tomando posse efetiva da terra e talvez tenha acontecido o mesmo com as viagens feitas por João Vaz Corte-Real. A Terra Nova aparece desenhada pela primeira vez no “Planisfério de Cantino”, datado de 1502. Neste mapa o autor escreveu uma legenda onde refere “*Esta Terra foi descoberta por mando do mui alto e excelentíssimo rei D. Manuel, rei de Portugal, a qual a descobriu Gaspar Corte Real*”.



Estátua de Gaspar Corte-Real, em Prince Philip, na Terra Nova.

Gaspar Corte-Real “*homem aventureiro, esforçado, e desejoso de ganhar honra*”, no dizer de Damião de Góis é considerado o descobridor oficial da Terra Nova. O cronista Galvão diz que “*neste mesmo anno de quinhentos diz q pedio Gaspar corte real licença a el Rey dom Manoel pera yr descobrir a terra Nova. Partio da ilha terceira com dous navios armados a sua custa*”. Mas nos finais de 1501, Gaspar desaparece numa destas viagens. Logo seu irmão Miguel Corte-Real se prontificou na sua busca, pedindo autorização ao rei D. Manuel. A carta real datada de 1502 é bastante elucidativa; “*A quamtos esta nossa carta virem, fazemos saber que Miguel Corte Real, fidallguo de nossa casa, e nosso porteiro moor, nos disse ora, que vemdo elle como Gaspar Corte Real, seu irmaao, avia dias que partira desta cidade com três navynos a descobrir terra nova, de qual já tinha achada parte della, e como depois de passado tempo vieram dous dos ditos navynos aa dita cidade, averiam cincoo messes, e elle nam vinha, que elle o queria hyr buscar...*”. Este desejo de ir buscar o seu irmão, tinha também interesses materiais, conforme se depreende do dito documento “*... e que por quamto elledito Miguell Corte Real tinha feito muyto gasto e despesa de sua fazemda no dito descobrimento, asy nos ditos navynos que ho dito seu irmão per ella armou per a primeira vez que a dita terra achou, e asy desta segumda que ora foy como com elle...*”. Tentando achar o seu irmão e salvar o seu investimento pessoal, Miguel Corte-Real também desaparece no mar do Atlântico norte, acabando assim a saga marítima desta família, pois seu irmão Vasco Anes Corte-Real não teve autorização para partir em busca de seus irmãos.

Os outros Corte-Real de Tavira

Voltando a Gil Vaz da Costa, tio paterno de João Vaz Corte-Real, este casou e teve muita descendência que usou o apelido Costa, mas também o “Corte-Real” que não tinha direito. Foi pai de Diogo da Costa¹⁶, cavaleiro da Casa Real, morador em Tavira, de João Vaz (ou Vasques) da Costa, que a 27 de Junho de 1451 era escudeiro da Casa do Infante D. Henrique, nomeado no cargo de coudel na vila de Tavira (em substituição de Rui de Melo, fidalgo do dito infante), mais tarde já armado “*Cavaleiro*”, foi vereador da Câmara de Tavira em 1457; e de um Vasco Anes Corte Real, que certamente em homenagem ao seu tio paterno, usou o mesmo nome completo.

Este foi armador-mor de D. Afonso V, viveu em Tavira onde foi pessoa poderosa, estando muito documentado nas chancelarias, pois recebeu deste rei inúmeras mercês. Vejamos algumas, a 8 de Maio de 1452, doação a Vasco Anes Corte Real, “*cavaleiro da nossa casa e nosso armador*”, recebeu os bens que ficaram de João Afonso e sua mulher, moradores em Tavira que morreram sem herdeiros. Nova doação ao armador mor, a 8 de Janeiro de 1457, do quarto

da renda de uma azenha próxima de Tavira. A 8 de Junho de 1458, doação de um pedaço de chão, junto às fangas de Tavira, para poder fazer umas casas. Nova mercê real a 9 de Agosto de 1458 para Vasco Anes Corte Real¹⁷ poder trazer 25 homens armados. A 8 de Setembro de 1458, o armador-mor recebeu a metade do foro que pagava de uma azenha, que pertenceu a seus sogros Luís Afonso e Leonor Vaz. Nova doação a 6 de Novembro de 1458 da chamada Torre do Mar, sobre uma porta de Tavira, para poder fazer umas casas. A 18 de Junho de 1459 é nomeado coudel de Tavira por cinco anos.

Ficamos a saber a 24 de Julho de 1459 que o ordenado anual deste armador-mor era de 18\$576 reais brancos, dinheiro saído do almoxarifado de Tavira. Os oficiais do concelho estipularam como ordenação que nenhuma pessoa tivesse e criasse cabras no termo de Tavira por mais de nove meses, mas Vasco Anes Corte Real pediu ao rei mercê para criar cabras na sua quinta das Solteiras o ano todo, permissão dada a 6 de Agosto de 1459. Nova doação de D. Afonso V da chamada “Horta de El Rei” em Tavira a Vasco Anes Corte Real, em 19 de Junho de 1462 “com todas suas casas e terra e árvores”. A 28 de Agosto de 1475, confirmação de uma compra feita por Vasco Anes Corte Real a Gomes de Contreiras¹⁸, cavaleiro da Casa Real.

¹³ Genealogias da Ilha Terceira, Vol. I, título de “Abarca”.

¹⁴ Genealogias da Ilha Terceira, Vol. III título de “Costa”.

¹⁵ Genealogias da Ilha Terceira, Vol. VI, título de “Pacheco”.

¹⁶ Tinha um escudeiro chamado Gil Cordeiro, que recebeu carta de perdão a 23 de Novembro de 1458 (culpado da agressão a Luís Ferreira), morador em Tavira, em atenção aos serviços prestados na armada de Alcácer Ceguer. Este Gil Cordeiro, foi tabelião do cível e crime da vila de Tavira e seu termo. A 30 de Outubro de 1473, D. Afonso V nomeia Francisco de Óbidos, criado que foi de [Martim] de Melo, almirante régio, para o cargo de tabelião do cível e crime na vila de Tavira, “*em substituição de Gil Cordeiro, que fora para Castela com a mulher e filhos*”. Provavelmente foi pai de outro Gil Cordeiro, procurador da Câmara de Tavira em 1516, de Bartolomeu Gonçalves Cordeiro, procurador em 1533 e 1541 e de um Vasco Lopes Cordeiro “o Velho”, também procurador desta Câmara em 1523;1530 e 1536 (este casado com Catarina da Costa, quando em 1503 recebem um aforamento, mais tarde confirmado a pedido do casal em 1520).

¹⁷ Por volta de 1476, em Tavira, Fernão Gil da Costa, Vasco Eanes Corte-Real e Luís Lopes da Franca foram assassinados por Martinho Eanes, sapateiro, Luís Vasques de Pazes, escudeiro do conde de Vila Real e Nuno Pinto, escudeiro da Casa Real, todos moradores em Tavira, perdoados em 1476 por terem servido em Castela (batalha de Toro?). Nuno Pinto, escudeiro do Rei, ocupou mais tarde, em 1484 o cargo de recebedor e almoxarife da alfândega de Tavira. Este pode ser o Nuno Pinto, escudeiro da Casa Real que serviu em Marrocos, pois recebeu em 1454 três meses adiantados (104 alqueires de trigo e 9 de cevada, 43 almudes e 3 quartos de vinho, um casco de tonel, 240 soas de carne, um casco de pipa e 921 reais de soldo e mantimento) para servir em Ceuta com três homens de pé, com manceba e um cavalo (A. N. T. T., *Chanc. D. Afonso V*. liv. 1, fl. 82, Évora, 2 de Março de 1456; *Leitura Nova. Estremadura*, liv. 8. fl.).

Vasco Anes Corte-Real também se dedicou ao corso como vamos ver. Em 1462, o valenciano Daniel Valleriola acusou “*Vasco Ivanyes de Corte Real*” e Álvaro Díaz, membros da frota que o infante D. Fernando tinha no mediterrâneo, de lhe terem tomado uma caravela chamada “*Santa Maria*”, quando ia comerciar ao Norte de África. Segundo o seu depoimento, os corsários vinham num barinel de 400 tonéis e duas caravelas e começaram a disparar “*bombardas e colubrinas*” e perseguiram a “*Santa Maria*” durante toda a noite, até que na manhã seguinte uma das caravelas portuguesas aproximou-se para falar e convencer Valleriola de que só queriam revistar a carga e confiscar, se fosse caso disso, os bens de mouros e judeus que se encontrassem a bordo. Valleriola permitiu tal fiscalização, mas os portugueses aproveitaram para aprisionar toda a tripulação valenciana e depois abandonaram-nos, sem comida nem água num pequeno bergantim que tinham capturado uns dias antes no mar de Valência. Sobre a atribulada história deste barco, sabemos que em 1463 um italiano chamado Poncio Brandi vendeu em Cagliari o navio “*Corte Reale*”, mudando-lhe, novamente, o nome para “*Santa Maria*”. Este navio tinha sido capturado a um pirata “*I`Angles*”, ou seja inglês, o qual, por sua vez, o havia capturado a um pirata chamado “*lo Signe de Portugalia*”.

Para assinalar a importância dos Corte-Real, basta dizer que esta é uma das 72 linhagens eleitas pelo rei D. Manuel I para figurarem no teto da conhecida “Sala dos Brasões” no Palácio de Sintra. Esta sala mandada arquitetar pelo dito rei expõe assim as

armas de cada família¹⁹, tidas como as mais relevantes na construção de Portugal, nela podemos ver também as armas dos Costa, em campo “*de vermelho seis costas* (costelas) *de prata postas em três faixas e dispostas em duas palas*”. Desta linhagem, saíram os Corte-Real, que às seis costelas do escudo, apenas acrescentaram, um “*chefe de prata, uma cruz de vermelho*” (cruz de S. Jorge, o patrono da cavalaria), para assim se diferenciarem heraldicamente dos seus antecessores.

¹⁸ Foi vereador em Tavira em 1485, filho de Diogo de Contreiras (da Fonseca), fidalgo e neto paterno de “*Joham Garcia de Contreiras hum Fidalgo que morava em Tavilla, chegara alli d`outras partes*” e de sua segunda mulher Leonor da Fonseca. Este cavaleiro fidalgo foi sesmeiro de Tavira em substituição (13/6/1443) de seu pai Fernão Garcia de Contreiras. João Garcia de Contreiras, passou por Ceuta onde foi armado cavaleiro (serviu em Ceuta no palanque com 15 besteiros e 30 peões) “*Alli appareceo também coberto de sangue inimigo, que elle derramara, Joaõ Garcia de Contreiras, hum Fidalgo, que morava em Tavira*”.

¹⁹ No referido teto estão representadas os escudos heráldicos das seguintes famílias nobres: Aboim; Aguiar; Albergaria; Albuquerque; Almada; Almeida; Andrada; Arca; Ataíde; Azevedo; Barreto; Bethancourt; Borges; Brito; Cabral; Carvalho; Castel-Branco; Castro; Castro (da Penha Verde); Cerveira; Coelho; Corte-Real; Costa; Coutinho Cunha; Eça; Faria; Febos Monis; Ferreira; Gama (do Almirante); Góios; Goes; Gouveia; Henriques; Lemos; Lima; Lobato; Lobo; Malafaia; Manoel (de Vilhena); Mascarenhas; Meira; Melo; Mendonça-Furtado; Meneses; Miranda; Mota; Moura; Nogueira; Noronha; Pacheco; Pereira; Pessanha; Pestana; Pimentel; Pinto; Queirós; Ribeiro; Sá; Sampaio; Sequeira; Serpa; Silva; Soutomaior; Sousa (de Arronches); Tavares; Távora; Teixeira; Valente; Vasconcelos e Vieira.



Armas dos Costa e dos Corte-Real, na Sala dos Brasões, Palácio Nacional de Sintra.

Bibliografia

BRAZÃO, Eduardo - “Os Corte Reais e o novo mundo”, Agência-geral do Ultramar, Lisboa, 1965.

CANTO, Ernesto do - “Os Corte-Reais memória histórica”, Ponta Delgada, 1883.

CHAGAS, Ofir - “Tavira memórias de uma cidade”, Tavira, 2004.

CORTE-REAL, -Jerónimo - “*Naufrágio de Sepulveda...*” Lisboa, 1594.

“*Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*”, publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. I (1147-1460); Suplemento ao vol I (1057-1460) e vol. m (1461-1500); o vol. II, tomos I e O, tem o sub-título *O Algarve e os Descobrimentos*, organizado por Alberto IRIA, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

DORNELAS, Afonso de -“*Origem e desenvolvimento da Nobreza em Portugal*”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, Lisboa, Academia das Ciências, 1936.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - “*Armaria Portuguesa*”, edição fac-similada, Lisboa, Cota d'Armas Editores e Livreiros, 1989.

FRUTUOSO, Gaspar - “*Saudades da Terra*”, Ponta Delgada. Tip. Do “Diário dos Açores”, 1922-1931.

FORJAZ, Jorge / Mendes, António Ornelas - “*Genealogias da Ilha Terceira*”, Dislivro Histórica, 2007.

GAIO, Felgueiras – “*Nobiliário de famílias de Portugal*”. [Braga]:Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

GÓIS, Damião de - “*Chronica do Principe Dom loam*”, nova edição por A. J. Gonçalves Guimarães, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905.

LOBATO, Alexandre - “*Ainda em torno da conquista de Ceuta*”, in *Clio. Revista do Cento de História da Universidade de Lisboa*, vol. 5, Lisboa, I. N. I. C, 1984-1985

MORAIS, Cristóvão Alão de - “*Pedatura Lusitana*”. Edição de Carvalhos de Basto, Braga, 1997.

MORENO, Humberto Baquero - “A Nobreza do Algarve nos fins da Idade Média”, sep. da “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. XXXV, Coimbra, 1989.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Coroa, os Mestres e os Comendadores -As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)”. Universidade do Algarve, 2009.

PINTO, Óscar Caeiro - “*De Tavira aos Açores: João Vaz Corte-Real navegador e povoador*” Pp. (182-190), in “1º Simpósio Côte Real Angra de Heroísmo”, Edição José Manuel Martins Ferreira Coelho, Lisboa, 2018.

ZURARA, Gomes Eanes de – “*Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*”, publicada por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

Fontes manuscritas e documentais

“*Genealogias da Ilha da Madeira*”, de João Agostinho Pereira de Agrela, manuscrito em 6 volumes.

“*Titulo Dos Costas Corterreais, que procedem do Reyno do Algarve, sua origem, e armas conforme as Crronicas, e nobiliarios das famílias de Portugal*”, genealogia manuscrita, de Álvaro Ferreira de Vera, 1647.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

- *Chancelaria de D. João I*

- *Chancelaria de D. Duarte*

- *Chancelaria de D. Afonso V*

- *Chancelaria de D. João I*

- *Chancelaria de D. Manuel*

- “*Livro das linhagens de Portugal*”, de Damião de Góis, traslado, feito em 1617

Biblioteca da Ajuda

- “*Lista das pessoas que participaram na expedição a Ceuta*”, cód. 50-IV-8

- “*Titulo de Peçanhas*”

- “*Francas desentroncados do Reino do Algarve*”

Biblioteca Nacional

- “*Famílias de Portugal*”, de Jacinto Leitão Manso de Lima



*“Mas a vila algarvia (Tavira) pudera assistir
ao maior ajuntamento de guerra jamais feito
em defesa do domínio português...”*

Joaquim Veríssimo Serrão

NOTA BIOGRÁFICA

Gonçalo Vidal Palmeira, nasceu em 1999, natural de Lisboa, é aluno finalista do curso de História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Tavira nas origens da Dinastia de Avis

Os Tavirenses na Crise de 1383-1385

Gonçalo Vidal Palmeira

Introdução

Em Outubro de 1383, com a morte de D. Fernando I, Portugal envolveu-se numa crise sucessória que dividiu o reino e que o precipitou numa longa guerra, tanto civil como com Castela. Esta crise, vulgarmente denominada de Crise de 1383-1385, marcou profundamente os destinos de Portugal e tem sido considerada desde então um momento-chave da nossa História, merecendo por isso um interesse especial por parte da historiografia. Uma vez que nenhum estudo se havia ocupado de analisar a participação dos tavirenses neste conflito emblemático, pareceu-nos do maior interesse estudar o contributo de Tavira que era então o principal centro urbano do Algarve¹.

Procurámos primeiramente reconstituir a participação deste concelho neste conflito, apesar da escassez de informações nas fontes da época nos levar na maior parte dos casos a partir para preposições hipotéticas. Este problema era já expectável, uma vez que não pudemos recorrer à narrativa de Fernão Lopes, dado que o cronista não dedica qualquer atenção ao Algarve, limitando-se a brevíssimas e vagas referências. Ficámos por isso restringidos às informações, muitas vezes avaras, dos registos das Chancelarias que chegaram até nós, sendo que muitas outras se perderam, ou ainda a outra documentação coeva como os documentos compilados por Silva Marques. Contudo, isto não constituiu para nós uma barreira intransponível, visto que o nosso grande objetivo não era tanto oferecer um relato detalhado da participação de Tavira na guerra travada entre o Mestre de Avis e D. Juan, mas antes perceber e explicar a posição tomada pelos tavirenses. Para o fazer, recorremos a muitos estudos produzidos nas últimas décadas que procuram precisamente compreender, interpretar e caracterizar a Crise ou Revolução de 1383. Foi para nós fundamental perceber a realidade social e económica de Tavira na altura, identificar os agentes que tomaram parte na crise e procurar encontrar os interesses políticos que explicassem a tomada de posição de Tavira em favor da causa do Mestre de Avis.

¹ MARQUES, A. H. Oliveira, 1987a, p. 57.

O eclodir da insurreição e a guerra pelo trono

As origens da Crise de 1383-1385 são sobejamente conhecidas, vamos por isso abstermo-nos de as explicar em pormenor². Relembramos apenas que no seguimento da morte de D. Fernando I deveriam entrar em vigor as cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos de 1383, segundo o qual D. Beatriz seria rainha de Portugal e o seu marido, D. Juan, rei. As duas coroas deveriam, contudo, permanecer separadas e D. Leonor Teles assumiria a regência até D. Beatriz e o rei de Castela terem um filho que ascenderia ao trono quando completasse 14 anos. Porém, com a aclamação de D. Beatriz eclodiram várias revoltas populares contra a rainha regente, D. Leonor Teles, e contra a recém aclamada rainha. O rei de Castela invade então Portugal com a intensão de se apoderar do Reino, que parece não estar totalmente disposto a tomá-lo como rei. Forma-se então um partido revoltoso encabeçado por D. João, Mestre de Avis o qual organiza, em inícios de 1384, a resistência às forças castelhana que se preparavam para invadir Portugal e que contavam com o apoio de muitos nobres e castelos portugueses.

O Alentejo torna-se então palco de reiteradas lutas e escaramuças, é lá que D. Nuno Álvares Pereira inflige a 4 de Abril de 1384 uma pesada derrota às forças de D. Juan na batalha dos Atoleiros. Nessa mesma altura, os contingentes de Castela vão-se aglomerando em torno de Lisboa, que sofre um duro cerco, só levantado em Setembro por a peste assolar as forças castelhanas. Os meses seguintes foram de lutas constantes. Em Maio de 1385 a nobreza portuguesa da Beira inflige mais uma derrota aos castelhanos na Batalha de Trancoso, enquanto o Mestre de Avis procurava consolidar a sua posição em Portugal atacando enclaves leais a D. Beatriz e D. Juan. Em Março, D. João entra em Coimbra onde, apesar da resistência de alguns nobres que se mantém fiéis a D. João de Castro, é aclamado Rei de Portugal. Todavia, é só a partir de 14 de Agosto de 1385, com a vitória decisiva na Batalha Real de Aljubarrota, que D. João se pode sentar mais confortavelmente no seu trono, pois a ameaça castelhana diminuiu significativamente. A paz definitiva com Castela seria apenas conseguida em 1411.



Batalha dos Atoleiros, pintura de Jaime Martins Barata.

Tavira e os ventos da revolta

No que toca à participação da vila de Tavira, podemos imaginar que logo em finais de 1383 as notícias da insurreição de Lisboa tenham chegado ao Algarve. Segundo Fernão Lopes, pouco após o início da rebelião, o Alentejo foi assolado por várias revoltas populares. O cronista relata-nos que a fúria das turbas não só tomava os castelos dos alcaides fiéis a D. Leonor e a Castela para os bandejar pela causa do Mestre de Avis, como fazia ainda as suas vítimas entre os poderosos³. Uma vez que a pena de Fernão Lopes não transpõe a serra algarvia, não podemos saber se ocorreram conflitos semelhantes em Tavira. Para os primeiros tempos da Crise de 1383-1385 apenas sabemos que a rainha D. Leonor Teles, a 21 de Dezembro, imediatamente após ter sido forçada a refugiar-se dos revoltosos em Alenquer, despachava o recebimento da almotaçaria por parte do concelho de Tavira, como era costume até D. Fernando, e proibia que o concelho lançasse a almotaçaria sobre o pescado, exceto se o comprassem para revenda⁴. Esta e outras doações demonstram como a rainha estava disposta a lutar por exercer e manter a regência⁵ – segundo Fernão Lopes, é nesta mesma altura que D. Leonor Teles começa a enviar cartas a alguns concelhos para que tomem voz pela sua causa⁶. Todavia, os seus esforços poucos resultados tiveram no Sul do País. No Alentejo, onde nos primeiros tempos do conflito não cessaram as lutas e escaramuças, o partido de D. João, Mestre de Avis era já o dominante e no Algarve não há indícios de qualquer povoação que não tenha aderido logo em 1384 ao partido rebelde⁷. Tavira seguiu a tendência e bandeou-se desde o início pelo partido revoltoso.

A rápida adesão de Tavira à causa do Mestre parece ser confirmada pelos registos da Chancelaria, uma vez que uma das primeiras cartas emitidas pelo “Regedor e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve” tem como destinatário um morador de Tavira⁸. A esta carta seguir-se-iam outras, datadas dos primeiros meses do conflito, que cumulavam com benesses cavaleiros e escudeiros tavienses pelos seus serviços, ou que recompensavam vassalos do Mestre com generosas doações de bens e rendimentos que a Coroa possuía em Tavira⁹. A pronta adesão dos moradores do concelho não parece ter encontrado a resistência do alcaide, como aconteceu em muitas outras paragens do reino, uma vez que Rodrigo Afonso de Aragão é alvo da generosidade do “Regedor e Defensor dos Reinos” logo em Agosto 1384¹⁰, e seria agraciado inúmeras vezes por D. João I ao longo do seu reinado, acumulando um vastíssimo património¹¹, o que nos leva a crer que seria de 1384 em diante um homem de confiança de D. João.

A ausência de documentação coeva e a falta de atenção de Fernão Lopes para com o Algarve não nos permitem saber qual foi o verdadeiro contributo político e militar de Tavira nos acon-

tecimentos de 1383-1385. Porém, logo nos primeiros capítulos que narram o conflito com Castela, Fernão Lopes dá-nos conta que no Algarve se armaram uma galé e um galeote para reforçar a armada portuguesa que iria combater o bloqueio naval castelhano a Lisboa¹². Mesmo não sendo dito explicitamente, e apesar da isenção concedida por D. Fernando aos tavienses para a armação de galés¹³, o contributo taviense afigura-se como verosímil, uma vez que desde o século XIII Tavira se perfilava como a grande base naval do Algarve¹⁴, sendo concedido à sua frota, em 1282, privilégios e organização iguais aos de Lisboa¹⁵. Além da proeminência de Tavira na preparação de frotas ao longo de todo o século XIV, sentia-se na vila uma longa tradição de corso¹⁶, tanto no que toca à sua prática como ao seu combate quando este era perpetrado pelos piratas do Norte de África¹⁷. Tavira seria por isso lar de um grupo de veteranos que não devem ter sido desperdiçados numa altura de tamanha necessidade.

² Para uma síntese mais detalhada da crise consulte-se: COELHO, Maria Helena Cruz, 2005 e DUARTE, Luís Miguel, 2007.

³ Utilizarei a edição publicada pela Livraria Civilização, em 1983, sob o título *Crónica de D. João I*. A partir de agora citarei apenas como CDJ I. LOPES, Fernão, CDJ I, cap. XLII-XLV, pp. 83-90.

⁴ TAVARES, Maria J. P. Ferro, 2013, p. 436.

⁵ Sobre a regência de D. Leonor ver TAVARES, Maria J. P. Ferro, 2013, pp. 427-444.

⁶ LOPES, Fernão, CDJ I, cap. LX, pp. 117-118.

⁷ LOPES, Fernão, CDJ I, cap. LXVIII, pp. 132-134 e Cap. CLXII pp. 348-349.

⁸ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, n° 5, p. 13.

⁹ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, n° 23, p. 22; vol. I, t. 1, n° 33, p. 28; vol. I, t. 1, n° 184, pp. 95-96; vol. I, t. 1, n° 180, p. 90; vol. I, t. 1, n° 386, p. 201 e vol. I, t. 1, n° 347, pp. 181-182.

¹⁰ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, n° 180, p. 90.

¹¹ *Chancelaria de D. João I*, vol. II, t. 1, n° 11, p. 17; vol. II, t. 1, n° II-520, p. 275; vol. II, t. 2, [II-630], pp. 14-15; vol. II, t. 2, n° II-880, pp. 147-148; vol. III, t. 1, n° II-34, pp. 30-31; vol. II, t. 3, n° II-1578, p. 301.

¹² LOPES, Fernão, CDJ I, cap. CX, p. 212.

¹³ *Cortes de D. Fernando*, p. 99.

¹⁴ IRIA, Alberto, 1956, pp. 152-177.

¹⁵ MARQUES, Silva, 1944, p. 17.

¹⁶ MARQUES, Silva, 1944, p. 50.

¹⁷ IRIA, Alberto, 1956, p.125.

Beneficiário	Carta de Chancelaria*	Doação ou aforamento
Afonso Lopes da Costa morador de Tavira	21 de Fevereiro de 1384 Vol. I Tomo I, [5], p. 13	Recebeu o quarto de uma azenha tendo dar todos os anos um quarto dos rendimentos.
	17 de Novembro de 1387 Vol. I Tomo III, [1370], p. 226	Confirmação da doação anterior.
Fernão Antas cavaleiro, comendador mor da ordem de Santiago	24 de Março de 1384 Vol. I Tomo I, [23], p. 22	Recebeu posse plena da herdade de Belmonte no termo de Tavira, para si e seus herdeiros.
Vasco Anes escudeiro, morador de Tavira	3 de Março de 1384 Vol. I Tomo I, [33], p. 28	Recebeu os direitos e rendas da mouraria de Tavira.
Rodrigo Afonso de Aragão alcaide do castelo de Tavira, cavaleiro, vassalo	10 de Agosto de 1384 Vol. I Tomo I, [180], p. 90	Recebeu todos os bens móveis e de raiz que fossem “da figueira e os filhos d azeite e mafamede toburinho oleiro mouros forros” em Tavira e seu termo que uns mouros perderam por irem para “terra de mouros sem licença”.
	11 de Junho de 1386 Vol. II Tomo I, [11], p. 17	Recebeu a posse vitalícia de todos os fornos de pão da vila de Tavira.
	4 de Fevereiro de 1391 Vol. II Tomo I, [II-520], p. 275	Recebeu a renda dos tabeliães de Tavira.
	31 de Dezembro de 1392 Vol. II Tomo II, [II-630], pp. 14-15	Aforou, juntamente com duas pessoas, um moinho, vinhas e herdades de pão no termo de Tavira, tendo que pagar anualmente 10 libras de dinheiro antigo pelo moinho e o oitavo pelas vinhas e pelas herdades.
	23 de Junho de 1395 Vol. II Tomo II, [II-880], pp. 147-148	Aforou a título vitalício, para si e seus descendentes, o moinho, vinhas e herdades que aforara em 1392.
	20 de Fevereiro de 1404 Vol. III Tomo I, [III-34], pp. 30-31	É autorizado a construir um novo moinho tendo de pagar de foro anual foro cinco libras da moeda antiga.
	21 de Fevereiro de 1404 Vol. II Tomo III, [II-1578], pp. 301-302	Aforou a título vitalício e para seus descendentes, uns matos bravos, um paul e um terreno de pão que jaziam bravios pelo foro anual de 1/15 dos seus rendimentos.
Gonçalo Arrais cavaleiro, vassalo	27 de Abril de 1384 Vol. I Tomo I, [184], pp. 95-96	Recebeu um figueiral em Tavira e seu foro anual de 100 libras, que era então pago por Constança Vasques que tinha o figueiral aforado.
	28 de Maio de 1394 Vol. II Tomo II, [II-704], p. 50	Recebeu o quinto de uma azenha que estava na calçada de Tavira.
Gomes Freire , criado	14 de Maio de 1386 Vol. I Tomo I, [258], p. 131	Recebeu o quarto de uma azenha para si e seus descendentes.

Terceiro Estado

Nobreza e seus apaniguados

Oficiais

Beneficiário	Carta de Chancelaria*	Doação ou aforamento
Fernão Álvares Pereira cavaleiro, irmão de Nuno Álvares Pereira	25 de Setembro de 1384 Vol. I Tomo I, [347], pp. 181-182	Recebeu para si e seus descendentes, os quartos, quintos, oitavos dos direitos da Coroa em Tavira e seu termo sobre o pão, vinho, da adega com seu recheio; recebe ainda todos os moinhos da Coroa na ribeira de Asseca, até os que estão aforados a Gonçalo Belas e Vasco Lourenço de Cabreira ou qualquer outro, arrecadando para si as suas rendas e foros como recebiam antes os reis; recebe também todos os fornos aforados e arrendados que a Coroa tem na vila de Tavira, passando ele a arrecadar as rendas e foros- são o forno novo e o forno velho d'além da ponte, o “forno do alforçom”, o forno de Santa Maria, o forno da Ribeira aforado por Francisco Ramos, e os que fazem biscoito; recebe todas as hortas aforadas e arrendadas na vila e no termo de Tavira e seus rendimentos- são a horta do “alfeiçom”, duas hortas da atalaia tanto da grande como a pequena, a horta de “trallomuro” localizada na “porta nova”, a horta da telha que é na Ribeira da Asseca e todas as outras que hajam arrendadas; recebe os foros do figueiral dos “soyos” que é pago por dez homens bons que o têm aforado por cem libras cada um; todas as rendas, foros e direitos das ditas herdades e relego, fornos, adega do vinho, do pão e todas as coisas contidas na carta.
Estevão Lopes de Natas criado do Infante D. João de Castro, morador em Tavira	19 de Agosto de 1384 Vol. I Tomo I, [386], p. 201	Recebeu o forno novo d'além da ponte.
	13 de Maio de 1386 Vol. II Tomo I, [II-224], p. 133	Recebeu para sempre umas casas que trazia já aforadas na rua que vai para Santa Maria.
João Lourenço morador de Tavira, escudeiro de D. João I	3 de Dezembro de 1384 Vol. I Tomo I, [520], p. 274	Recebeu o oitavo de uma vinha que tinha aforada à Coroa no termo de Tavira.
	13 de Dezembro de 1385 Vol. I Tomo III, [1034], p. 40	Recebeu as 150 libras anuais que pagam os mouros de Tavira para serem isentos dos serviços do concelho.
Martim Gonçalves tio de Nun'Álvares Pereira	20 de Agosto de 1385 Vol. I Tomo II, [588], p. 34-36	Recebeu todos os bens, rendimentos e direitos que foram dados a Fernando Álvares Pereira, que morrera entretanto.
Martinho, Catarina e Margarida filhos de João Eanes de Évora	24 de Agosto de 1385 Vol. I Tomo II, [616], pp. 53-54	Tinham um figueiral aforado pelo qual deviam pagar 100 libras anualmente e passaram a pagar um quinto do rendimento do figueiral por este estar danificado e dar prejuízo.
Lourenço Rodrigues da Fonseca e Gonçalo Vasques da Fonseca , irmãos, escudeiros de Nun'Álvares	3 de Julho de 1385 Vol. I Tomo II, [704], p. 96	Receberam a renda dos moinhos da ribeira da Asseca e da horta que está detrás do muro.
João Ochoa vassalo de D. João I	21 de Fevereiro de 1385 Vol. I Tomo III, [1031], p. 40	Recebeu todas as rendas e direitos anuais dos judeus e judias e da judiaria de Tavira.

Terceiro Estado

Nobreza e seus apaniguados

Oficiais

Beneficiário	Carta de Chancelaria*	Doação ou aforamento
Vicente Eanes escudeiro	2 de Dezembro 1385 Vol. I Tomo III, [1120], p. 89	Recebeu as 150 libras anuais do foro das vinhas que estão por detrás do mosteiro de São Francisco em Tavira.
João Fernandes, escrivão do almoxarifado	19 de Agosto de 1388 Vol. I Tomo III,[1346], p. 210	Aforou umas casas junto da Igreja de Santiago e do adro de Santa Maria, para ele, sua mulher e seus descendentes, pagando de foro anual 12 libras.
Estêvão Eanes de Tavira coudel dos homens de pé	18 de Novembro de 1388 Vol. I Tomo III,[1349], p. 213	Recebeu a título vitalício algumas casas em Tavira.
Vasco Eanes criado e copeiro de D. João I	20 de Maio de 1388 Vol. I Tomo III, [1354], p. 215	Recebeu as rendas e direitos de uma azenha que o rei tinha na atalaia no termo de Tavira.
Rodrigo Afonso de Brito vassalo	26 de Abril de 1386 Vol. I Tomo III,[1363], pp. 221-222	Recebeu uma adega da Coroa na Rua do “alfeiçom” em Tavira.
Fernão Peres de Ovanha alcaide do castelo de Silves, vassalo	8 de Fevereiro de 1390 Vol. II Tomo I,[II-42], p. 30	Recebeu todos os direitos da portagem de Tavira.
Vasco Gonçalves morador em Tavira	23 de Agosto de 1386 Vol. II Tomo I,[II-202], p. 124	Recebeu as 112 libras anuais do foro da herdade de Belmonte que era então aforada por João Afonso, morador de Tavira.
Pero Ichoa	6 de Setembro de 1389 Vol. II Tomo I,[II-349], p. 190	Recebeu o quarto de uma azenha e o foro de uma vinha aforada por Rui Fernandes, ambas no termo de Tavira.
Álvaro Gonçalves marido de Maria Anes	15 de Novembro de 1393 Vol. II Tomo II, [II-693], p. 43	Aforou metade de uma acenha na atalaia de Tavira pelo foro anual de 50 libras da moeda antiga.
Luís da Horta escudeiro	20 de Abril de 1418 Vol. III Tomo I,[III-513], p. 72	Aforou um forno velho pagando anualmente 12 coroas de ouro da moe-da de França ou 48 libras da moeda corrente portuguesa.
Gonçalo Martins criado	1414 Vol. III Tomo II,[III-446], p. 23	Aforou um forno na “porta d alfeiçom” pagando anualmente de 5000 libras da moeda corrente.
João de Deus	22 de Abril de 1420 Vol. III Tomo II,[III-646], p. 176	Aforou o forno além da ponte a que chamam forno novo pagando anual-mente 61 libras da moeda antiga.
João Vicente	2 de Julho de 1421 Vol. III Tomo II,[III-823], p. 260	Aforou um forno em Tavira a que chamam forno de Santa Maria pagando anualmente 52 libras da moeda antiga.
Afonso Peres tabelião	26 de Agosto de 1421 Vol. III Tomo II,[III-824], p. 260	Recebeu um “chaão” na Ribeira da Asseca pagando anualmente de 30 soldos da moeda antiga.

	Terceiro Estado		Nobreza e seus apaniguados		Oficiais
--	-----------------	--	----------------------------	--	----------

* DIAS, João José Alves (Ed.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 4 vols., 11 tomos, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

Quanto à atuação da milícia concelhia tavirense que seria, ao que tudo indica, a mais numerosa do Algarve¹⁸, a sua participação nos principais palcos de operação da guerra contra Castela é apenas verosímil, mas não certa, nos anos finais do conflito, mais de uma década depois da insurreição de 1383. Isto porque é apenas em 1398, com a incursão liderada por D. Nuno Álvares Pereira contra Castela¹⁹, e em 1400, no cerco de D. João I e do Condestável a Valência de Alcântara²⁰, que as crónicas nos dão conta clara da participação de contingentes algarvios nos combates travados pela hoste do rei e do Condestável, o que torna verosímil a participação das forças tavirenses. Todavia, isso não significa que as milícias não tenham estado ativas nos anos de 1384 e 1385. Em Tavira, o clima de ansiedade face à ameaça permanente de uma invasão castelha-na seria certamente o mesmo que se vivia em Loulé, como bem demonstram as Atas de Vereação deste município²¹.

A estadia de D. Juan de Castela em Sevilha entre Dezembro de 1384 e Março de 1385 e a armação de uma frota em Cádiz, terão exponenciado a preocupação e apreensão dos algarvios²². Especialmente entre os habitantes da vila de Tavira, segunda linha de defesa após Castro Marim, que se lembrariam certamente das devastadoras visitas de monarcas castelhanos anos antes²³. Era, por-tanto, necessário estar preparado para fazer face a qualquer invasão castelhana e as precauções tomadas em Tavira seriam, certamente, semelhantes às de Loulé que felizmente conhecemos bem. Havia que reparar e melhorar as muralhas e defesas da vila; garantir o abastecimento de víveres e materiais necessários para suportar um cerco, especialmente cereais; recolher no interior dos muros os bens dispersos pelo termo para que não fossem tomados pelos inimigos; preparar as forças do concelho para o combate com instruções; garantir que peões, besteiros e cavaleiros tinham o seu armamento preparado organizando-se alardos. Em suma devem-se ter tomado muitas das principais medidas necessárias para defender uma vila²⁴.

Como já dissemos, a escassez de documentação não nos permi-te identificar eventos em que possamos estar certos da participação dos tavirenses. Contudo, temos de aludir ao combate sobre a ponte de Tavira de que nos dá conta um documento do século XVI. Se-gundo esta fonte, as forças conjuntas de Tavira e Faro derrotaram forças contrárias ao Mestre de Avis²⁵. Alberto Iria considera que esta batalha foi travada contra partidários de D. Beatriz que conta-vam com a ajuda de forças andaluzas²⁶. Todavia, esta leitura levanta alguns problemas. Não só se baseia num documento tardio com poucas informações, como das cartas emitidas pela Chancelaria que chegaram até nós nenhuma refere a existência de partidários castelhanos em Tavira, e no Algarve esses exemplos são escassos²⁷. Além do mais, segundo Isabel Montes Romero-Camacho, num ar-tigo dedicado à participação de Sevilha e da Andaluzia no conflito luso-castelhano, as forças da região meridional de Castela não terão

tido uma postura muito agressiva em relação ao Sul de Portugal, dando antes prioridade à defesa dos baluartes castelhanos no leste alentejano²⁸.

Em Maio de 1385, temos notícia da participação de forças algarvias num ataque a Mértola, sendo a vila tomada pelas forças do já rei D. João I, enquanto o castelo permaneceu nas mãos de partidários de Castela. Porém, uma incursão de auxílio vinda de Sevilha com trezentos homens de armas e oitocentos peões acabaria por pôr em fuga as forças alentejanas e algarvias de trezentas lanças e oitocentos peões²⁹. Mais uma vez, nada nos garante a presença de um contingente tavirense, porém, sabemos que Loulé enviou reforços para esta operação³⁰ e dada a cifra elevada de combatentes avançada por Ayala³¹, parece bastante verossímil que Tavira tivesse cooperado com as suas milícias. Era, certamente, de todo o inte-resse para os tavirenses acabar com o principal bastião de castelha-nos no Sul de Portugal, ainda para mais localizado imediatamente a norte do limite do seu termo.

Tenhamos, contudo, em conta que apesar de não nos pare-cer verosímil a participação das milícias concelhias de Tavira nas principais frentes da guerra contra Castela entre 1383 e 1385, isso não impediu que vários tavirenses o tenham feito individualmente integrados nas hostes de D. João ou de Nuno Álvares Pereira. No-meadamente um grupo de cavaleiros e escudeiros tavirenses, que lutavam pelo Mestre de Avis, alguns deles mencionados por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*³². Infelizmente, as nossas principais

¹⁸ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 2, nº 778, p. 139; e BOTÃO, Maria de Fátima, 2010, p. 177.

¹⁹ LOPES, Fernão, *CDJ I*, cap. CLXII, p. 353.

²⁰ LOPES, Fernão, *CDJ I*, cap. CLXXXIII, p. 403.

²¹ *Actas de Vereação de Loulé*. Séculos XIV; SILVA, Gonçalo Melo da, 2019.

²² MORENO, Humberto Baquero, 1988, pp. 178-179.

²³ IRIA, Alberto, 1956, pp. 152-167.

²⁴ MONTEIRO, João Gouveia, 1998, pp. 342-346; para o caso de Loulé em 1383-1385 SILVA, Gonçalo Melo da, pp. 80-84.

²⁵ ANICA, Arnaldo Casimiro, 1993, pp. 271-273.

²⁶ IRIA, Alberto, 1962, p. 10.

²⁷ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p. 175.

²⁸ ROMERO-CAMACHO, Isabel Montes, 1998, pp. 412-449.

²⁹ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p. 181.

³⁰ *Actas de Vereação de Loulé*. Séculos XIV, p. 50.

³¹ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p. 181.

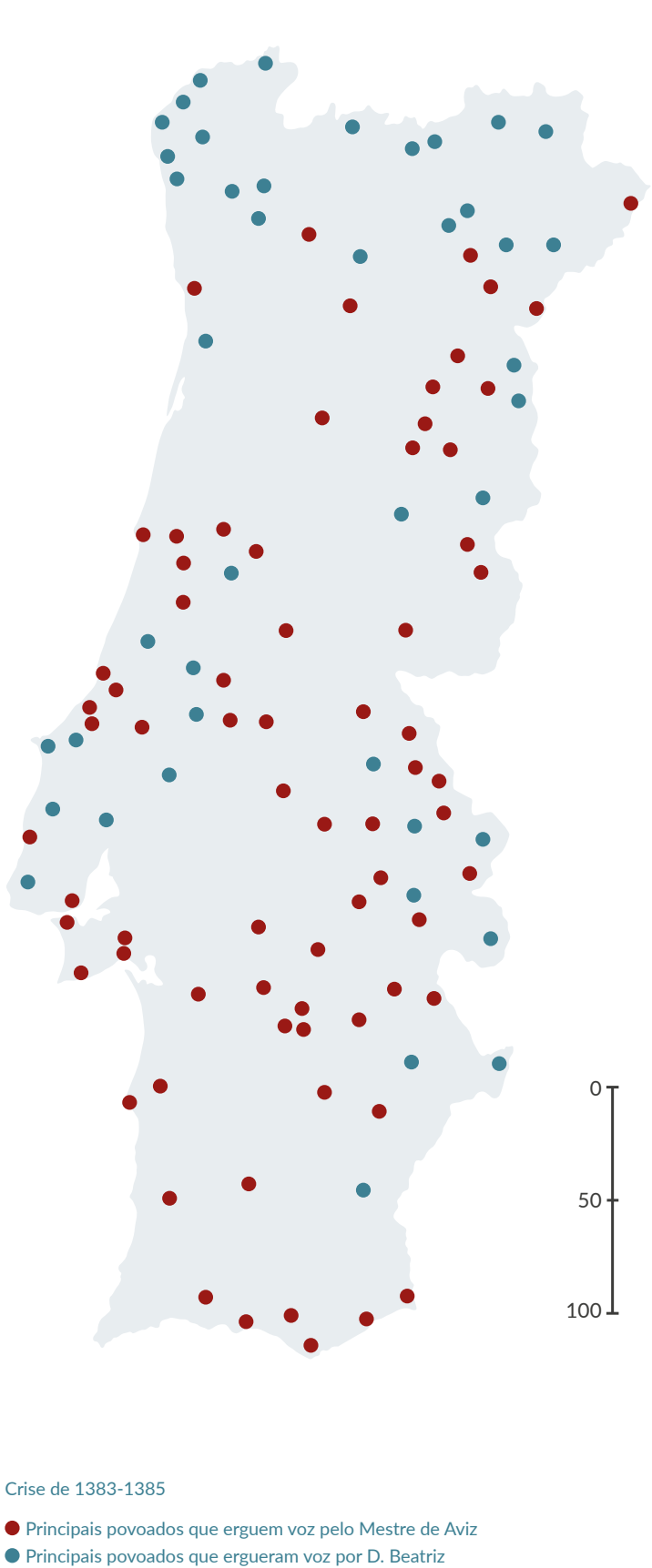
³² LOPES, Fernão, *CDJ I*, cap. CLIX, p. 340.

fontes, os registos da Chancelaria, são avaras em fornecer-nos informações. Na maioria dos casos, limitam-se a mencionar a doação feita a estes homens, ou quanto muito referem que estes são agraciados pelos seus muitos serviços, sem nunca detalhar em que consistiram.

Para além da participação militar, pouco ou nada podemos saber ao certo. Resta-nos supor que Tavira tenha prestado auxílio financeiro ao Mestre de Avis, especialmente acedendo ao pedido de prata que enviou aos concelhos do Alentejo e Algarve através João Afonso, seu camareiro, como nos dão conta as Atas de Vereação de Loulé³³. Já nas célebres Cortes de Coimbra que culminariam na aclamação de D. João como rei de Portugal, não temos registo da participação de representantes de Tavira, uma vez que nenhum consta explicitamente no Auto de eleição de D. João I. Neste auto só figura o procurador da cidade de Silves³⁴, que, segundo Alberto Iria, representaria todos os concelhos algarvios³⁵. Porém, sabemos da participação de um procurador de Loulé e, como aponta Valentino Viegas, a participação de um representante de Tavira não é totalmente de descartar³⁶. Apesar da documentação que chegou até nós não nos permitir traçar uma imagem mais clara ou detalhada do contributo de Tavira na revolta de D. João, o certo é que os tavienses se mantiveram fieis ao “Regedor e Defensor dos Reinos”, mesmo quando este tomava medidas que não favoreciam o concelho³⁷, e acabariam por ser recompensados pelos seus serviços com benesses e concessões³⁸.

Os tavienses no partido rebelde

Como apontámos no início deste trabalho, o nosso grande objetivo não era tanto reconstituir a participação dos tavienses no conflito armado com Castela, mas antes compreender a posição tomada pela vila de Tavira em defesa da causa do Mestre. Desta forma, seguimos a linha de vários estudos clássicos que não procuraram relatar a história da Crise, mas sim apontar os seus objetivos e definir-lhe o carácter e as consequências sociais. Começemos por mencionar os autores mais marcados pela historiografia marxista e pelo materialismo histórico: Jaime Cortesão³⁹, António Sérgio⁴⁰, Joel Serrão⁴¹ e António Borges Coelho⁴². Estes autores têm como fundo comum a oposição ao Estado Novo e a sua obra não deixou de ser encarada como uma forma de afirmação e combate político, o que marcou a linguagem e o conteúdo das suas obras. Todos estes historiadores tendem a ver nos anos de 1383-1385 uma revolução popular, marcada pela luta de classes, contra a nobreza e os poderes feudais, ou ainda um processo de afirmação da burguesia portuguesa. A esta linha de pensamento opõem-se alguns autores, ditos nacionalistas, sendo de destacar Marcello Caetano⁴³, que defendem que a eclosão da crise de 1383 não resulta de uma luta de classes,



nem de uma revolução burguesa ou popular, mas sim de uma luta pela independência caracterizada pela divisão de todos os estratos da sociedade. Posteriormente surgiram estudos que, ao contrário dos anteriores, desvincularam-se de cunhos ideológicos. É o caso dos trabalhos de Maria José Pimenta Ferro Távares⁴⁴ e José Mattoso⁴⁵, que nos têm demonstrado que a revolta liderada pelo Mestre resulta da desagregação da sociedade feudal portuguesa no reinado de D. Fernando, a qual ditou a divisão da sociedade entre os partidários de D. Juan e os de D. João. Contudo, segundo estes autores, esta cisão abarcou verticalmente a nobreza, o clero e o povo, não havendo uma oposição clara entre ordens e classes, apesar de, em linhas gerais, os partidários do Mestre de Avis serem indivíduos ou grupos de indivíduos menos privilegiados, desejosos por obter mais poder e influência. À luz destes vários quadros esquemáticos, procurámos identificar os agentes políticos que tomaram parte na crise e procurámos encontrar os interesses políticos ou económicos que explicassem a tomada de posição dos tavienses. Mas, para o fazer, precisamos primeiramente de tecer algumas considerações sobre a sociedade e vivência dos tavienses nos finais do século XIV.

Sabemos que Tavira, assim como o Algarve, possuía uma comunidade de mercadores que foi ganhando vigor ao longo do século XIV. Com efeito, é a partir dos finais da centúria de trezentos que o Algarve vai superando a sua condição de marginalidade face ao Reino de Portugal graças à intensificação dos contactos marítimos com o resto do país e com a Europa⁴⁶. Nos finais do século XIV, encontraríamos em Tavira uma comunidade de mercadores integrados na maior rede comercial da Europa, a qual ligava o Mediterrâneo ao Atlântico Norte. Estes homens ocupavam um lugar de relevo no panorama do comércio externo algarvio⁴⁷, enriquecidos sobretudo pela exportação de fruta e vinho, mas também de peixe, couros e azeite⁴⁸. Este dinamismo comercial crescente do Algarve e de Tavira está bem espelhado nas fontes. Nas Cortes de Elvas de 1361, pelos capítulos especiais de Silves, temos notícia que a comunidade de mercadores da cidade vendia a sua fruta e vinho, comprando o vestuário e o armamento de que careciam⁴⁹; pelos capítulos especiais do Porto apresentados ao rei nas mesmas Cortes, os mercadores portuenses queixam-se de serem prejudicados no comércio de fruta e vinho pelos algarvios⁵⁰; em 1376, o vigor crescente do comércio taviense e a presença assídua dos mercadores de Tavira nos mercados flamengos é atestado por uma queixa apresentada a D. Fernando pelos mercadores lisboetas, descontentes pelos tavienses copiarem a marca privilegiada dos tonéis de Lisboa; no mesmo sentindo vai a carta outorgada por D. João I, em 1395, que autoriza e regula a venda em Tavira e outros portos do Algarve de panos flamengos trazidos de Lisboa por mercadores estrangeiros⁵¹. Em suma, o desenvolvimento do comércio em Tavira é corolário da natural vocação marítima desta urbe⁵², que ao longo dos séculos se dedicara não só ao comércio, como a uma

intensa atividade piscatória e também ao corso⁵³. O mar era uma fonte indispensável de enriquecimento da elite local.

O comércio crescente e a venda dos excedentes agrícolas da região afiguravam-se, não só como uma fonte de enriquecimento, mas também como uma necessidade que permitia fazer face à carência crónica de vários produtos, sendo indiscutivelmente o mais importante o cereal⁵⁴. Lembremos que o desenvolvimento do comércio taviense se fez sobretudo à base da exportação de fruta e de vinho e por isso dependia do vigor da produção agrícola, e, por consequência, dos proprietários rurais. José Mattoso demonstra, através da análise das atas das cortes da segunda metade do século XIV que os mercadores teriam até 1385 um peso político incipiente, sendo os proprietários rurais os verdadeiros detentores

³³ *Actas de Vereação de Loulé*. Séculos XIV, pp. 31-32.

³⁴ CAETANO, Marcello, 1985, p. 91

³⁵ IRIA, Alberto, 1982, pp. 42-44.

³⁶ VIEGAS, Valentino, 2008, p. 127.

³⁷ Ver a título de exemplo a devolução de parte do antigo termo de Alcoutim, então incorporado no de Tavira, a Faro (Chancelaria de D. João I, vol. I, t. 1, nº 524, p. 275), ou a enorme doação de bens da Coroa a Fernão Álvares Pereira e depois a Martim Gonçalves, nobres de fora, que parece ter levantado algumas resistências no concelho (Chancelaria de D. João I, vol. I, t. 2, nº 588, pp. 34-35).

³⁸ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 3, nº 1276, p. 175; vol. I, t. 3, nº 1372, pp. 227-228; vol. II, t. 2, nº II-69, pp. 41-42; vol. II, t. 1, nº II-97, p. 58 e vol. II, t.1, nº242, p. 142.

³⁹ CORTESÃO, Jaime, 1978, pp. 108- 124.

⁴⁰ SÉRGIO, António, 1957, pp. 123-160.

⁴¹ SERRÃO, Joel, 1978.

⁴² COELHO, António Borges, 2018.

⁴³ CAETANO, Marcello, 1985.

⁴⁴ TAVARES, Maria J. P. Ferro, 1978 e 1984.

⁴⁵ MATTOSO, J., 1987.

⁴⁶ MARQUES, A. H. Oliveira, 1987a, p. 56.

⁴⁷ FONSECA, Luís Adão; PIZARRO, José Augusto P. Sotto Mayor, 1987, p. 66.

⁴⁸ *Idem*, pp. 62-64.

⁴⁹ *Cortes de D. Pedro I*, p. 117-120.

⁵⁰ *Cortes de D. Pedro I*, p. 112-116.

⁵¹ *Chancelaria de D. João I*, vol. II, t. 2, nº II-877, pp. 144-146.

⁵² SILVA, Gonçalo Melo da, 2017.

⁵³ COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2003, pp. 183-190.

⁵⁴ COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2003, pp. 183-190; Para o caso de Loulé ver: BOTÃO, Maria de Fátima, 2010, pp. 181-182.

de poder nos concelhos⁵⁵. Ao analisarmos a documentação desta época, constatamos que a esmagadora maioria das Cartas conservadas na Chancelaria régia estão relacionadas com a doação ou aforamento de terrenos agrícolas, sobretudo de herdades, vinhas e figueirais, bem como dos meios de produção de pão, como é o caso das inúmeras referências a azenhas, moinhos e fornos. Apesar dos registos da Chancelaria de D. João I nos darem quase exclusivamente uma imagem das propriedades que pertenciam à Coroa, conseguimos identificar um grupo de homens que exploram várias parcelas de terra, muitas vezes dispersas pelo termo de Tavira e até fora dele, que tendem muitas vezes a acumular com a exploração de moinhos e fornos. Surgem-nos assim várias referências a nobres e homens bons que quando não detêm a posse efetiva da terra possuem o seu domínio útil pelo aforamento, e que acumulam ainda o controlo dos meios de produção agrícola. À sua sombra viveriam certamente os jornaleiros ou assoldados⁵⁶, de que não temos registo na documentação, mas que teriam necessariamente de existir para trabalhar as inúmeras parcelas dispersas de terra que alguns poucos acumulavam.

De facto, constatamos que o cenário tavirense no definhar do século XIV, de uma urbe marítima de mercadores e proprietários rurais, e o seu pronto alinhamento com a revolta do Mestre de Avis parecem coincidir com o quadro esquemático, avançado por alguns autores que já mencionámos, de uma revolução burguesa, encetada por uma burguesia em ascensão que dominava os concelhos do Sul, contra a nobreza. Porém, a documentação traça um quadro muito diferente. A análise das chancelarias, quer entre os anos de 1384 e 1385, quer para todo o reinado de D. João I, mostram-nos que no que toca a Tavira os grandes protagonistas são os nobres e seus apaniguados. Nos anos da crise de 1383-1385, das 14 cartas respeitantes a Tavira outorgadas por D. João, 12 concediam benesses a membros da nobreza ou seus criados, sobretudo a uma nobreza local de cavaleiros e escudeiros. Constatamos ainda que D. João I distribui importantes bens e rendas da Coroa em Tavira a alguns dos membros mais proeminentes da nobreza como paga pelos seus serviços. É o caso de Fernão Antas, comendador mor da ordem de Santiago⁵⁷ e Fernão Álvares Pereira, irmão de Nuno Álvares Pereira, que recebeu a maioria dos bens e rendimentos que a Coroa tinha em Tavira por uma monumental doação que suplantava qualquer outra aqui concedida no reinado de D. João I⁵⁸ e que após a sua morte, em 1385, passaram para Martim Gonçalves, tio de Nun’Álvares Pereira⁵⁹.

Em suma, percebemos que nesta grande urbe do Algarve não são os membros do terceiro estado, a classe dos homens bons e honrados, os grandes beneficiários da generosidade do Mestre, não são eles os recompensados pelo “mujto serujço em esta guerra que auemos por exalçamento e defensam dos dictos regnos”⁶⁰, mas

sim a pequena nobreza local de escudeiros e cavaleiros. O que não deve ser de estranhar, pois é da ordem dos Defensores que vêm os principais feitos de armas, são eles os principais protagonistas das muitas escaramuças que então se travavam, serão eles, nunca desmerecendo a importância fulcral da peonagem, que irão desmontar para formar as primeiras linhas apeadas em Atoleiros⁶¹ e Aljubarrota⁶². Tavira não é claramente exceção, como demonstra Valentino Viegas, por todo o país é a nobreza a grande beneficiária da generosidade de D. João⁶³, pois é entre a nobreza que se encontrava a maioria dos combatentes profissionais de que o Mestre precisava para fazer face ao poderio de Castela.

Há que salientar, contudo, que nada invalida aquilo que a pronta adesão dos tavirenses vem a demonstrar, isto é, a proeminência dos concelhos enquanto base de apoio da revolta de 1383-1385. É inegável que o partido do Mestre contou desde o início com o apoio da maioria dos principais centros urbanos do país e por isso a sua implantação é mais notória no Sul de Portugal onde imperava a organização concelhia⁶⁴. A adesão de Tavira e todo o Reino do Algarve, que possuía nesta altura características e uma identidade política própria que o distanciavam do Reino de Portugal⁶⁵, realça precisamente este carácter concelhio e urbano⁶⁶ do partido do Mestre de Avis. Lembremos que, apesar dos concelhos se afirmarem como redutos independentes da jurisdição e poderes da nobreza, onde nobres e clérigos se deviam sujeitar às leis e regras concelhias, os municípios nunca foram espaços verdadeiramente igualitários, mas antes espaços dominados pelas oligarquias locais que contavam muitas vezes com a presença de nobres no seu seio⁶⁷. É o caso bem próximo de Loulé, onde, nesta época, os membros da nobreza constituíam quase metade da elite dirigente do concelho⁶⁸. Sendo que, como supõe José Mattoso, muitos destes nobres tavirenses recompensados por D. João poderiam ter origem na cavalaria vilã e seriam aparentados com os homens bons⁶⁹. Deste modo, a documentação disponível parece indicar que a adesão de Tavira não teve na sua génese uma luta de classes que opunha o estrato popular à nobreza. A tomada de posição dos tavirenses parece antes ter por base a adesão da elite concelhia ao partido do Mestre de Avis que contava com o apoio de todo o Reino do Algarve, a maioria dos concelhos a Sul do Tejo e todos os grandes centros urbanos do país.

Conclusão

Ao tomarem voz pelo partido rebelde, em inícios de 1384, os tavirenses seguiam a tendência do Sul e dos principais centros urbanos do país para alinhar com a rebelião do Mestre de Avis. Agiam em unísono com o resto do Reino do Algarve, o que é natural uma vez que esta formação política tendeu ao longo do século XIV a agir como um todo. O concelho de Tavira seguia a linha de ação da maioria dos concelhos portugueses que não estavam dispostos a aceitar D. Juan como Rei de Portugal e do Algarve. Lembremos que a maioria dos concelhos estava sob a dependência direta da Coroa e devia a sua vassalagem e lealdade ao rei. Como Fernão Lopes bem relata, muitos portugueses passaram a repudiar a ação de D. Juan que, tendo invadido o reino violando o Tratado de Salvaterra de Magos, mais não era que um invasor sem qualquer legitimidade. Desta forma, os concelhos congregaram-se em torno de D. João, Mestre de Avis filho bastardo de D. Pedro, quando aquele assumiu a regência dos Reinos de Portugal e do Algarve e seguiram-no enquanto legítimo representante da Coroa.



“Alegoria da boa governação”, Ambrogio Lorenzetti, pormenor, 1338.

Entendemos por isso que a tomada de posição de Tavira tem na sua génese o alinhamento com o partido de eleição dos concelhos e dos centros urbanos. Como procurámos demonstrar, esta tomada de posição dificilmente pode ser explicada por uma guerra de classes contra a nobreza, uma vez que é a pequena nobreza tavirense que se perfila como protagonista na documentação do período analisado. Estes nobres seriam então os grandes servidores da causa do Mestre em Tavira e seriam eles os grandes beneficiados pelas doações da Coroa. É possível que alguns deles se tenham deslocado para junto de D. João ou do Condestável entre 1384 e 1385 para combater os castelhanos, porém, as forças do concelho terão permanecido, ao que tudo nos indica, empenhadas em defender a vila e o Algarve da ameaça vinda da Andaluzia. Tavira e os tavirenses ficaram assim associados a D. João I e à Dinastia de Avis desde a sua origem. Tomariam doravante um papel pró-ativo na política expansionista dos monarcas de Avis, mantendo nos séculos seguintes a sua autonomia num período de expansão dos poderes senhoriais sobre os concelhos.

⁵⁵ MATTOSO, 1987, pp. 263-275.

⁵⁶ Sobre os assoldados ver MARQUES, A. H. Oliveira, 1985, pp. 15-16.

⁵⁷ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, nº 23, p. 22.

⁵⁸ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, nº 347, pp. 181-182.

⁵⁹ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 2, nº 588, p. 34-36.

⁶⁰ *Chancelaria de D. João I*, vol. I, t. 1, nº 347, p. 181.

⁶¹ MONTEIRO, João Gouveia, 2007, pp. 327-328.

⁶² MONTEIRO, João Gouveia, 2012, p. 100.

⁶³ VIEGAS, Valentino, 2008, pp. 73-79; 90-93; 96-97;105-107;

⁶⁴ MARQUES, A. H. Oliveira, 1987, p. 525.

⁶⁵ MATTOSO, José, 2018, pp. 641-646.

⁶⁶ MATTOSO, José, 1987, p. 271.

⁶⁷ COELHO, Maria H. C.; MAGALHÃES, Joaquim Romero, 2008, pp. 35-36.

⁶⁸ BOTÃO, Maria de Fátima, 2010, p. 202.

⁶⁹ MATTOSO, José, 2018, p. 655.

Fontes Impressas

Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV= Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV, sep. da revista Al'-ulyã, 7, Loulé, Arquivo Municipal de Loulé, 1999-2000.

CDJ I= LOPES, Fernão, Crónica de D. João I, 2 vols., Barcelos, Livraria Civilização 1983.

Chancelarias de D. João I= DIAS, João José Alves (Ed.), *Chancelarias Portuguesas*: D. João I, 4 vols., 11 tomos, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.

Cortes de D. Pedro= DIAS, Nuno José Pizarro Pinto; MARQUES, A. H. Oliveira (Ed.), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Pedro I* (1357-1367), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

Cortes de D. Fernando= DIAS, Nuno José Pizarro Pinto; MARQUES, A. H. Oliveira (Ed.), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando I* (1367-1383), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944.

Estudos

ANICA, Arnaldo Casimiro, “O Monumento à entrada da Ponte Romana”, in *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Tavira, Edição da Câmara Municipal, 1993, pp. 271-273.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: o caso de Loulé*, Lisboa, Caleidoscópio, 2010.

CAETANO, Marcello, *A Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa- São Paulo, Verbo, 1985.

COELHO, António Borges, *A Revolução de 1383*, 6ª edição, Alfragide, Caminho, 2018.

COELHO, Maria Helena Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes-notas da história social*, 2ª ed., rev., Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008.

COELHO, Maria Helena Cruz, *D. João I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

CORTESÃO, Jaime, “A revolução de 1383 e as suas consequências: a reforma democrática da sociedade e a organização do estado descobridor” in *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, pp. 108- 124.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, “Tavira nos séculos XII a XV- a ocupação cristã”, in *Tavira: Território e Poder (Catálogo de Exposição)*, Lisboa, Câmara Municipal de Tavira/ Museu Nacional de Arqueologia, 2003, pp. 183-203.

DUARTE, Luís Miguel, *Aljubarrota: Crónica dos anos de brasa*, Matosinhos, Quidnovi, 2007.

FONSECA, Luís Adão; PIZARRO, José Augusto P. Sotto Mayor, “Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na Época Medieval (XIII-XV)”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé /Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 61-89.

IRIA, Alberto, *O Algarve e os descobrimentos*, vol. II, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

IRIA, Alberto, “O Algarve e a independência nacional na crise política de 1383-1385”, in *Independência*, nº27, 1962, pp. 8-36.

IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982.

MARQUES, A. H. Oliveira, “O povo nos séculos XIV e XV: contribuições para o seu estudo estrutural”, in *1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV: Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História e Crítica, 1985, pp. 9-16.

MARQUES, A. H. Oliveira, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

MARQUES, A. H. Oliveira, “Para a História do Algarve Medieval”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987a, pp. 55-60.

MATTOSO, José, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.

MATTOSO, José, *Portugal: o sabor da terra*, 7ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, 2ª edição, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia, “A Batalha de Atoleiros: ensaio geral para Aljubarrota?”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 12, 2012, pp. 113-134.

MORENO, Humberto Baquero, "A ameaça externa sobre o Algarve durante a crise dos fins do século XIV", *Revista de Ciências Históricas- Universidade Portucalense*, vol. III, Porto, 1988, pp. 178-179.

ROMERO-CAMACHO, Isabel Montes, “Protagonismo Sevilhano en las aspiraciones de D. Juan I de Castilla al trono de Portugal", *História-Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 15, n. 1, 1998, pp. 411-450.

SÉRGIO, António, “Sobre a revolução de 1383-1385" in *Ensaios*, t. VI, 2ª edição, Lisboa, Europa-América, 1957, pp. 123-160.

SERRÃO, Joel, *O Carácter Social da Revolução de 1383*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. 1, 5ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1995.

SILVA, Gonçalo Melo da, “A Coroa, as vilas e o mar: A rede urbana portuária do Algarve (1266-1325)”, in ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da; TENTE, Catarina, *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*, Lisboa, IEM-Instituto de Estudos Medievais, 2017.

SILVA, Gonçalo Melo da, “Quando a vila está longe da batalha: Loulé e a Guerra (1369-1411)”, in *Atas do II Encontro de História de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2019, pp. 71-88.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A revolta dos mesteirosais de 1383”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol. I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua atuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, 12, Lisboa, 1984, pp. 45-89.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Fernando e Leonor : um reinado (mal)dito*, Lisboa, Chiado Editora, 2013.

VIEGAS, Valentino, *A Primeira Revolução Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

Tavira, cidade militar – transformações militares dos séculos XV e XVI

Luís Albuquerque

O Algarve, graças à sua posição de maior proximidade geográfica com o Norte de Marrocos, tornou-se uma base de apoio evidente para a manutenção das conquistas portuguesas nesse território. Avulta aqui o papel de Tavira, transformada em base logística para o apoio a essas praças, que viviam em constante ambiente de conflito com os locais. Assim, nos séculos XV e XVI, passaram por Tavira muitos homens destinados à prática militar nesses lugares, que aí embarcavam e aí regressavam¹. Aliás, tornou-se comum que a prática militar de muitos indivíduos destinados às lides castrenses começasse no Norte de África, nomeadamente os nobres². A todo este movimento acresciam disposições militares relativas à proteção do Algarve dos ataques de corso e pirataria, principalmente a oriunda do Norte de África³. Tavira tornou-se assim uma autêntica cidade militar, com instalações de apoio, como Tercenas e Hospitais, e um movimento regular de partidas e chegadas de homens armados para o Algarve do outro lado do mar.

^[1] Chagas, Ofir, História de Tavira, vol. I, Tavira, 2015, pg. 41

^[2] Feio, Gonçalo Couceiro, A Guerra no Renascimento, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2018, pg. 103

^[3] Idem, pg. 55

1. Revolução Militar ou Evolução Militar? Do combate medieval à batalha renascentista

a. A evolução do combate e a importância crescente da Infantaria

De uma hoste medieval faziam parte cavaleiros nobres, e os seus acompanhantes, as milícias (besteiros, cavaleiros), combatentes das ordens militares e peonagem diversa. Para além das disposições tácticas tomadas pelos comandantes dos exércitos em confronto, as batalhas consistiam, sobretudo, numa soma de combates individuais, um corpo a corpo feito de atos de bravura individuais⁴. Os cavaleiros fidalgos procuravam um adversário de valor equivalente para se baterem, enquanto a peonagem, além de combater, procurava conseguir desarmar e aprisionar um nobre, ou outro cavaleiro de posses, para posteriormente conseguir um resgate. Todo o combate era condicionado pela potência das cargas de cavalaria, cujo efeito de choque decidia a batalha. A batalha visava conquistar território ou, em última análise, submeter um dos contendores à vontade do outro, mas dificilmente a sua aniquilação total, para além dos benefícios económicos e financeiros. No entanto, a batalha está longe de ser a forma de combate mais usual deste período, até porque depende de muitos fatores. Mais frequentes eram os assédios, operações normalmente mais demoradas e de desfecho incerto, com grande desgaste para o sitiado, mas que, muitas vezes, também acarretava graves prejuízos para o sitiante, com doenças facilmente propagáveis no respetivo campo, provocando um número elevado de baixas e levando, frequentemente, ao levantamento do cerco. Mas a operação mais frequente eram as que se encontram no conceito genérico conhecido por “guerra guerreada”, operações normalmente de curta duração e efetivo mais ou menos reduzido, destinadas a produzir desgaste no inimigo, privando-o de meios, pilhando, destruindo ou roubando colheitas e gado, e aterrorizando as populações.

O combate vai evoluir, otimizando o emprego de armamento tradicional, como as bestas, os arcos e os piques. São exemplos algumas batalhas da Guerra dos 100 Anos, como Crecy (1346) e Azincourt (1415), em que os arcos e a forma como foram empregues são, se não decisivos, importantes no resultado destes confrontos; Aljubarrota (1385), que se insere no mesmo figurino; ou Morgarten (1315), em que os camponeses suíços derrotam os Habsburgos, graças aos seus longos piques que suportaram as cargas de cavalaria⁵. A infantaria vai, lentamente, aumentando de importância, enquanto a cavalaria vai perdendo eficácia e vai assumir outras funções.

No entanto, é a evolução da arma de fogo que vai revolucionar a face do combate. É uma revolução lenta, e que se vai fazendo de acordo com os aperfeiçoamentos quer da pólvora, quer das armas

que a usam. As armas de fogo começam a ser utilizadas na Europa (e em Portugal) durante o século XIV⁶, e conhecem grandes aperfeiçoamentos durante o século seguinte. Mesmo as armas de fogo ligeiras vão evoluir na segunda metade do século XV, e vamos entrar no século XVI já com arcabuzes funcionais e capazes de ter um papel efetivo no combate.

Com estreita relação com os dois aspetos já focados (ascendente da infantaria e uso da pólvora), está o aumento numérico dos efetivos dos exércitos. O simples facto do combate se travar com a centralidade nas formações de infantaria (de mais fácil obtenção e adestramento do que a cavalaria), que maximizam o seu efeito com grandes efetivos, vai levar ao aumento do número de combatentes, embora com prejuízo da manobra, dadas as dificuldades em fazer evoluir, no campo de batalha, os diferentes corpos táticos, agora de grandes efetivos. E a difusão da artilharia pirobalística vai conduzir a uma maior duração temporal das campanhas, com cercos prolongados a fortificações cada vez mais aperfeiçoadas e artilhadas⁷.

b. A profissionalização da função militar e a centralização do poder real

Todas as alterações enunciadas vão levar ao aumento do profissionalismo militar. A crescente complexidade da guerra exige que os combatentes sejam exercitados em conjunto, dado que a sua eficácia dependia da coerência do seu comportamento como um todo. O ato de bravura individual passa para segundo plano, em benefício da postura coletiva. Para isto, é necessária a presença de combatentes experimentados, com conhecimento das técnicas e das táticas, que enquadrem e instruam os milicianos. Os comandantes militares começaram a procurar melhorar os seus conhecimentos técnicos, levando à secundarização do estatuto social, como condição para comandar, em benefício da competência técnico-militar. Ou seja, o fidalgo foi substituído pelo oficial, nobre ou não⁸. E, sobretudo, o serviço militar deixa de ser pago por benefícios outorgados pelo soberano aos nobres que contribuem com os seus contingentes para a hoste real, mas por quantias em espécie, pagas a todos os combatentes.

Da mesma forma, o incremento técnico das armas pirobalísticas criou a necessidade de elementos especializados, quer para a fabricar, quer para a operar (ofícios que, por vezes, estavam reunidos nas mesmas pessoas). Em Portugal, prestaram serviço muitos artilheiros oriundos do centro da Europa, nomeadamente alemães, italianos e flamengos. O mesmo se passava relativamente às armas de fogo ligeiras, com muitos espingardeiros estrangeiros a fixarem-se no nosso país.

Todos estes processos, com grandes efetivos e complexidade técnica, diminuem a influência da aristocracia e beneficiam a centralização do poder real. O monarca é que tinha poder e posses para mandar fazer artilharia, para fazer nomeações e para pagar aos efetivos requeridos de um exército pós-medieval. Esta centralização real, porém, é mais lenta em Portugal, graças ao protagonismo da aristocracia, por exemplo, na defesa das praças de África⁹.

2. A evolução do armamento

a. Armas defensivas

Neste campo cabem as armaduras, desde os arneses completos dos cavaleiros mais abastados, feitos de placas de aço ligadas entre si, às brigandinas, proteções do tronco de couro grosso, reforçado com placas metálicas. A cavalaria pesada, senhorial, vai continuar a utilizar armaduras de placas completas, de crescente qualidade e complexidade. A necessidade dos peões manobram o pique, arma de haste de grande comprimento, e de o fazer em conjunto com outros combatentes, vai aligeirar as proteções, que passam apenas a proteger o tronco (couraça ou um gibão de couro reforçado), eventualmente os braços ou as pernas, e a cabeça (os chapéus de armas, borguinhotas, morriões), e isto quando o combatente tem posses suficientes para adquirir algum deste equipamento. O mesmo se passa com o equipamento dos arcabuzeiros, que era suficientemente aligeirado para permitir manejar a arma, bem como executar as operações de carregamento. Já os rodeleiros, peões equipados de espada e escudo (rodela), teriam que estar, idealmente, mais protegidos. Repare-se que a distância de combate vai diminuindo do arcabuzeiro, que bate o inimigo à distância, para o piqueiro,



Morrião – Museu Militar de Lisboa.

que fere o adversário à distância do pique (cerca de 5 metros), até chegar ao corpo a corpo, no caso do rodeleiro. A proteção aumenta à medida que a distância de combate diminui. De referir ainda que as armas de boa qualidade, por vezes, estavam ao serviço mais do que uma geração, levando a que proteções como as de malha de aço continuem a ser utilizadas.

O escudo vai diminuindo de dimensões, para permitir maior mobilidade e, na cavalaria pesada, acaba mesmo por desaparecer, dado o aperfeiçoamento das armaduras. Na infantaria, mencione-se o broquel, escudo muito pequeno, metálico e redondo, que era usado de forma muito ativa, parando e rebatendo os golpes adversários; a rodela, já mencionada, também metálica e redonda, mas de maiores dimensões, embora reduzidas em relação aos escudos medievais; e paveses, grandes escudos de madeira, de corpo inteiro, destinados a defender de projeções de pedras, flechas ou dardos, e utilizados, principalmente, por quem combatia com armas de tiro, como besteiros, arqueiros e arcabuzeiros.



Rodela – Museu Militar de Lisboa.

⁴ Idem, pg. 100

⁵ Monteiro, João Gouveia, *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade*, in *Nova História Militar de Portugal*, Barata, Manuel Themudo (dir) e Teixeira, Nuno Severiano (dir), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pg. 234 - 235

⁶ Idem, pg. 181

⁷ Duarte, Luís Miguel, *A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África*, in *Nova História Militar de Portugal*, Barata, Manuel Themudo (dir) e Teixeira, Nuno Severiano (dir), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pg. 347 - 348

⁸ Feio, Gonçalo Couceiro, *A Guerra no Renascimento*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2018, pg. 100-101

⁹ Feio, Gonçalo Couceiro, *A Guerra no Renascimento*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2018, pg. 100

b. Armas ofensivas

1) Armas brancas

Nas armas brancas, já se nota, desde finais do século XIV, uma tendência para as espadas ferirem, não apenas de talho, ou seja, de corte, mas também de ponta (estocar), por forma a penetrar nas junções das peças das armaduras de placas. Esta evolução culmina, no século XVI, com a espada ibérica, vulgarmente conhecida por espada roupeira. Esta arma era muitas vezes usada em conjunto com a adaga de mão esquerda, também chamada adaga de vela, e que substituíu o escudo na parada dos golpes adversários, com a vantagem adicional de poder ainda ferir de ponta o adversário. Esta forma de esgrimir estava muito ligada aos portugueses e era muito usada nos combates individuais típicos das ações militares limitadas. Outra arma branca muito usada na época era o montante, ou espada de duas mãos. Espada longa e relativamente pesada, requeria um utilizador de características especiais, quer em estatura, quer em força, quer em coragem, dado que o emprego desta arma, com as duas mãos, impossibilita a utilização do escudo. No entanto, era uma arma importante contra as formações equipadas de armas de haste, como piqueiros e alabardeiros, permitindo abrir caminho à penetração nas referidas formações.

Nas armas de haste, devem ser referidas as armas que ferem de ponta, como piques e lanças, armas de ponta e gume, como foices de guerra e foicinhas, e armas de efeito combinado, como alabardas e partazanas, armas que combinam um gancho ou um bico, uma ponta e uma lâmina. Já se referiu anteriormente o papel desempenhado pelas tropas equipadas com piques, mas as alabardas tornaram-se armas igualmente importantes, pela sua capacidade para derrubar combatentes a cavalo. Eram ainda utilizadas outras armas de projeção, além de bestas e arcos, como as lanças de arremesso, dardos ou azagaias. De referir que o arco, pelo tempo que levava a formar um arqueiro, nunca foi uma arma muito popular em Portugal, ao contrário das bestas.

2) Armas de fogo individuais

Nas armas de fogo portáteis, os portugueses usavam arcabuzes de mecha e, mais tarde e em simultâneo, mosquetes, mais pesados e mais potentes. Ao longo do século XVI, foi aumentado o número de armas de fogo, em detrimento dos piques. Estas armas de fogo foram, durante muito tempo, utilizadas em paralelo com as bestas, reminiscência medieval, mas que permaneceu em uso durante muito tempo no panorama naval, graças à sua potência e fiabilidade. Acresce ainda a sensibilidade das primitivas armas de fogo à intempérie e humidade, problemas de que as bestas não sofriam, ou sofriam-nos em menor grau. De salientar que Portugal atraiu muitos espingardeiros e fundidores oriundos do centro da Europa e da Flandres e que, na altura, eram considerados os melhores, sendo, portanto, as armas de fogo portuguesas tidas como de grande qualidade.

Arcabuz de mecha – Museu Militar de Lisboa.



Espada ibérica ou espada roupeira – Museu Militar de Lisboa.



Adaga de mão esquerda ou adaga de vela – Museu Militar de Lisboa.

c. Artilharia

A artilharia pirobalística apareceu em Portugal com D. Fernando, no século XIV. Eram trons e bombardas, peças¹⁰ de ferro forjado, constituídas por varas de ferro aquecidas e batidas, formando um cilindro, com anéis a fixar o conjunto. Disparavam projéteis de pedra. Aparecem ainda algumas, raras, peças de ferro fundido, mas os fundidores ainda não dominavam os conhecimentos necessários à fundição de bocas-de-fogo deste metal. Depois de fundidas, as bocas-de-fogo partiam, devido a impurezas na matéria-prima. Só muito poucas eram utilizáveis, e muito mais pesadas do que as de ferro forjado.

O século seguinte conheceu grandes progressos nesta área, com a diversificação dos tipos de bocas-de-fogo, com antecarga ou retrocarga, de ferro ou de bronze, com vários calibres e projéteis de pedra, chumbo ou ferro, utilizadas, como é visível nas conhecidas “Tapeçarias de Pastrana”, em assédios, muitas vezes protegidas por manteletes, cortinas de madeira que protegiam os artilheiros enquanto estes carregavam a arma para o tiro, e que eram levantadas para o executar.

E a evolução da artilharia continuou no século XV. Desde os esmeris, esmerilhões e diversos tipos de berços, peças ligeiras, de amurada ou de muralha, que disparavam projéteis esféricos de chumbo ou pedra, passando pelas peças de calibres médios, como áspides, meios-canhões, navais ou terrestres, que usavam pelouros¹¹ de ferro, e os falcões e outros canhões pedreiros em ferro, que disparavam projéteis de pedra, até aos mais pesados e maiores espalhafatos, dragões e águias, peças chamadas “de bater” e que eram usadas em operações de cerco ou em defesa estática de praças, disparando grandes esferas de pedra, pesando várias dezenas de quilos.

¹⁰ O termo “peça de artilharia” está aqui a ser utilizado numa aceção mais genérica, como sinónimo de “boca-de-fogo”, designação técnica mais correta para a arma que é mais comumente conhecida como “canhão”.

¹¹ Pelouros são projéteis maciços esféricos.

Camelo – Museu Militar de Lisboa.



Acresce a tudo isto uma peça que parece ser uma especificidade portuguesa, o camelo, peça de bronze e de calibre médio (podia ser usada embarcada, e com grande eficácia) que, por disparar pe-louros de pedra, requeria menos pólvora para o disparo, dado a pedra ter menos densidade que o ferro, gerando menos pressão na câmara¹² e, portanto, permitindo espessuras menores do cano e da culatra, logo peças mais leves, mais maneáveis e mais resistentes.

Paralelamente, a perícia dos artilheiros e o tipo de tiro naval desenvolvido pelos portugueses desde D. João II, tiro de ricochete a visar a linha de água dos navios adversários, dito “ao lume da água”, combinado com navios oceânicos de bordos mais altos e construção mais robusta, ajudaram à supremacia portuguesa no mar.

d. Outros armamentos

Deve ser referida, ainda, a utilização, no século XVI, de painelas de pólvora, recipientes de barro, cheios de pólvora e fragmentos metálicos, de cerâmica e de vidro, com um rastilho e que podiam ser arremessadas, da mesma forma que se lançam granadas de mão.

Da mesma forma, aparecem referências a dispositivos semelhantes, carregados de pólvora, colocados no terreno e que funcionariam de forma semelhante a fornilhos¹³, sendo detonados quando a força inimiga se aproximava da zona armadilhada.

Nas “Décadas” de João de Barros, podemos encontrar várias descrições da utilização destas armas, não em batalhas, mas em assédios e combates limitados, e que são artifícios muito semelhantes, no seu conceito, a dispositivos semelhantes utilizados, ainda hoje, principalmente em conflitos assimétricos.

3. Conclusão

Entre o século XV e o século XVI, a guerra começou a conhecer o crescente poder da pólvora, bem como as modificações táticas operadas pela sua utilização e pela crescente importância das formações de infantaria. Todas estas modificações ajudaram ao incremento do poder real, levaram à proliferação de militares profissionais e ao aumento de conhecimentos teóricos e práticos dos comandantes militares, ao mesmo tempo que diminuía a importância da posição social no exercício das funções castrenses. O armamento foi-se adaptando a esta evolução (ou vice-versa), no constante diálogo entre a arma ofensiva e a defensiva, a tática e a técnica, numa dialética tão antiga como a violência.

Por Tavira, ponto de apoio privilegiado de um teatro de guerra constante, como eram as praças do Norte de África, foram passando todas estas alterações. A passagem constante de homens de armas por Tavira, tal como as vigias e mobilizações ocasionais para alertar e fazer frente a ataques limitados vindos do mar, foram criando uma tradição militar que se prolongou ao longo dos séculos, marcando indelevelmente a cidade.

^[12] Câmara – parte interna mais recuada da alma (interior) da boca-de-fogo.

^[13] Artifício pirotécnico, utilizado sobretudo em emboscadas, e que consiste num dispositivo explosivo colocado por forma a explodir na direção pretendida.

Bibliografia

Arnold, Thomas, *The Renaissance at War*, London, Cassell & Co, 2001

Barata,Manuel Themudo (dir) e Teixeira, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004

Barros, João de, *Décadas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1983

Chagas, Ofir, *História de Tavira*, Tavira, 2015

Cipolla, Carlo M., *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1989

Couto, Diogo de, *O Soldado Prático*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1937

Feio, Gonçalo Couceiro, *A Guerra no Renascimento*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2018

Fitz, Francisco Garcia (dir) e Monteiro, João Gouveia (dir), *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*, Routledge, London, 2018

Guilmartin Jr, John F., *Galleons and Galleys*, London, Cassell & Co, 2002

Newark, Tim, *The Worldwide History of Warfare*, Thames & Hudson, London, 2009

Teixeira, Nuno Severiano (coord), Domingues, Francisco Contente e Monteiro, João Gouveia, *História Militar de Portugal*, A Esfera dos Livros, 2017

A importância de Tavira no contexto militar da Renascença

Gonçalo Couceiro Feio

Toda a historiografia é feita de correntes que se inscevem no tempo biológico de quem a produz. Se o que hoje chamamos História Militar, enquanto disciplina da História esteve arredada do pensamento e análise da historiografia durante décadas, é hoje quase impossível ao historiador olhar para um dado facto, fenómeno ou período sem ter em conta a sua eventual relação com fenómenos militares. Tão importante é a compreensão da história militar que hoje é relativamente pacífico afirmar-se, na historiografia ocidental, que a guerra, na sua componente polemológica e como fenómeno simultaneamente disruptor e agregador das sociedades, e como fenómeno cultural, se encontra no centro da vida de praticamente todas as sociedades e culturas humanas. O período que nos propomos analisar hoje foi um dos mais proficuos em actividade militar na História da Europa. O século XV viu o renascer de todo um legado clássico que apenas se encontrava dormente sob a lógica escolástica e o peso da igreja nas sociedades europeias. O Renascimento – muitas vezes esquecemo-nos do verdadeiro sentido desta palavra – trouxe simultaneamente a recuperação de referências de um mundo antigo agora associadas a novas tecnologias, novos conhecimentos e, sobretudo, a um novo posicionamento do Homem perante Deus e o Mundo. Num lento processo espontâneo, a diversos tempos e em diversas geografias, o homem europeu desperta para se reencontrar a si mesmo, a sua medida, a sua geometria, o seu saber. Saído de um mundo violentamente sacudido pela Peste Negra, este homem de Quatrocentos, é protagonista de uma inevitável nova ordem social e económica erguida dos escombros daquela hecatombe.

A guerra, essa continuação da política por outros meios, como dizia Clausewitz, irá conhecer profundas transformações, ao nível da tecnologia envolvida e da dimensão das forças militares na sociedade e no Estado. As transformações na Arte Militar não ocorrerão simultaneamente em todo o espaço europeu e mediterrânico. Reflexo das sociedades donde provêm, os exércitos incorporam em si as virtudes e contingências da massa humana que lhes dá forma, a sua capacidade económica e o seu saber. Comum no ocidente, a introdução e vulgarização das armas de fogo, ligeiras e pesadas que, em poucos decénios, mudarão a face da guerra, com consequências políticas e económicas que contribuirão para a criação de novos equilíbrios, de novos mundos. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que oporá a França e a Inglaterra e, num certo sentido, toda a Europa Ocidental, será a primeira testemunha do extraordinário poder das novas armas que provocarão profundas mudanças na própria razão de ser dos exércitos. A expulsão dos ingleses da Normandia e Guiana, de 1450 a 1453, conseguida pelos franceses com o recurso a artilharia pesada, mostrou como o factor tecnológico importava cada vez mais no desfecho das operações militares. Utilizando canhões fundidos em bronze, contrariamente aos anteriores fundidos em ferro, os franceses associaram ao poder da artilharia um considerável número de forças de cavalaria, podendo assim combiná-las com maior eficácia.

Quando Carlos VIII de França reclama os direitos da casa de Anjou sobre o trono de Nápoles em 1494 dando início às Guerras de Itália – epicentro da chamada *Revolução Militar*¹ (em que os projecteis de pedra tinham já sido parcialmente substituídos por esferas de ferro e a artilharia se tornara móvel – peças mais pequenas puxadas por cavalos), os seus artilheiros resolviam os cercos às cidades em questão de horas. As guerras que opuseram a Coroa de França à Borgonha já tinham estimulado a introdução de novos projecteis para a artilharia. Entre 1465 e 1477, foram concebidos projecteis em ferro fundido, sob a forma de esfera, mais pequenos que os habituais projecteis de pedra mas bastante mais densos. Diminuindo o calibre da boca de fogo, diminuiu-se, também, a dimensão dos canhões, o que permitiu um mais rápido e fácil transporte.² O sucesso da artilharia foi tremendo em toda a Europa. A dedicação pessoal e o empenho que reis e príncipes punham nas novas armas fazia-os, frequentemente, tratarem-nas como se fossem animais de estimação, dando-lhes nomes, numa personificação que traduzia os mais recônditos desejos e inclinações pessoais.

Àquele aumento do poder de fogo correspondeu uma substancial melhoria da capacidade de defesa e fortificação. Quando os exércitos de Florença cercavam Pisa, 1500, utilizando grandes quantidades de artilharia, descobriram os sitiados que um monte de terra solta era muito mais eficaz na defesa contra os projecteis do que os velhos panos de muralha em pedra. Começaram então os

sitiados a abrir valas em torno das muralhas para extrair terra, utilizando o fosso criado pela extracção, uma espécie de muralha em negativo, a chamada *retirata*, para instalar no seu topo pequenas obras exteriores à muralha primitiva, revelins e bastiões para responder ao fogo. Ou seja, baixar as muralhas em altura, aumentar a sua espessura e, nesta primeira fase, rodeá-las com montes de terra solta. Nasce assim aquilo que ficou conhecido por *trace italienne*, estilo construtivo que rapidamente se disseminou um pouco por toda a Europa, e que, sumariamente, resultou no seguinte:

- a capacidade de resistência de uma cidade fortificada ou fortaleza aumentou consideravelmente;

- aumentou quer o tempo da campanha militar para a subjugar, quer os efectivos militares necessários para sitiados e sitiantes (dos cerca de 20 000 homens que constituíam permanentemente o exército espanhol nos anos 1470, passou este a contar com 150 000 nos anos 1550. Em igual período, o exército francês passou de 40 000 para 50 000 homens);

- o aumento dos exércitos em número de homens e em meios tecnológicos, fez disparar as despesas financeiras com a guerra, com consequências a todos os níveis da vida das sociedades³.

O sucesso desta *trace italienne* foi tal que, depois da batalha de Pavia, em 1525, poucas foram, e durante muito tempo, as grandes batalhas travadas em campo aberto. Em seu lugar, a guerra de cerco ganhava protagonismo. Esta forma de fortificar permitiu, por exemplo, a presença militar espanhola em Nápoles e em Milão, sustentando a frágil presença Habsburgo em Itália, deter os otomanos em Malta em 1565 e ao longo de toda a fronteira húngara. Aliás, espalhar-se-á por todo o mundo onde os europeus marcaram a sua presença. A influência desta fortificação abaluartada em Portugal ou, melhor, na forma de fortificação sobretudo em África e Índia, far-se-á sentir de maneira significativa embora não seja possível afirmar que os portugueses tenham copiado fielmente o modelo *italiano* e o tenham decalcado quando construíram as suas fortalezas no império. Elvas, mais tarde, figurará como o apogeu deste tipo de fortificação. O seu efeito geral, contudo, e como nota Bert Hall, traduzir-se-á mais no restabelecimento de um equilíbrio antigo do que propriamente num ímpeto revolucionário, isto porque, se a fortaleza se torna mais segura e resistente ao cerco, então o antigo reflexo obsidional, típico da guerra medieval, regressa à Europa. O que muda são as armas e os desenvolvimentos poliorcéticos pois a procura da fortaleza e tudo o que ela garante mantém-se inalterada. Não há aqui evolução e se a artilharia francesa rapidamente derruba os panos de muralha medievais no final de quatrocentos, cedo, no segundo decénio do século XVI, já não o consegue fazer tão facilmente. O que muda, também, é a forma de oraganização da infantaria que desde o século XIV começa a ter um novo protagonismo nos campos de batalha europeus.

De uma guerra medieval onde o valor individual do cavaleiro se sobrepunha ao esforço do colectivo, das massas de peões e cavaleiros em choque contra iguais massas inimigas, a arte da guerra começa a transformar-se num exercício geométrico e matemático de constituição de formações, do seu movimento e aproveitamento do poder de fogo das novas armas que agora protagonizavam um papel cada vez mais relevante nos campos de batalha. Do choque da massa à organização da força. Não se impôs esta nova forma de guerra, esta *nova pugnatio instituto*, sem resistência. A nobreza europeia via com muito maus olhos este protagonismo da infantaria, de gente baixa e sem condição que agora roubava a glória das vitórias. Profundamente enraizados na mentalidade europeia, o cavalo e o cavaleiro não eram só apanágio da guerra; eram toda uma edificação social, de posição, de valor e prestígio que lhe estavam associados. Alguns comandantes italianos, das guerras de Itália, chamavam mesmo a esta nova tipologia guerreira a *Mala Guerra*.

Portugal, pelo menos no que à novidade tecnológica dizia respeito, não ficou fora de todo este movimento conhecido como a *Revolução Militar*, embora numa escala diferente, que resulta do baixo índice demográfico e da contingência geográfica do seu império. Primeiro sinal de que a Coroa estava atenta ao que se passava na Europa dá-se na ofensiva africana de D. Afonso V. Se Alfarrobeira, em 1449, tinha sido uma típica batalha medieval, já fora do seu tempo, a tomada de Arzila, 22 anos mais tarde, foi novamente uma operação tipicamente *europeia*, onde a artilharia pirobalística e demais armas e engenhos de fogo foram profusamente utilizados. O interesse do *Príncipe Perfeito* pela artilharia era público e notório. Compreendendo a importância das novas armas, o rei apoiou a criação de fundições para produção e manutenção de artilharia. D. Manuel criou o arsenal e as tercenas da Porta da Cruz onde se fundia artilharia, bem como as de Cata-que- farás, a casa da pólvora de Lisboa e a armaria de Santarém, para fundição de artilharia, armazém de pólvora e fabrico de armaria diversa. A fundição de Goa, também conhecida como a Casa das Dez Mil Espingardas, provia as necessidades de artilharia e armas de fogo ligeiras do Estado da Índia. O recurso às mais modernas tecnologias bélicas constituiu um imperativo de que, desde cedo, a Coroa não pôde abdicar. O constante estado de guerra nas praças portuguesas no Norte de África foi estímulo bastante para a permanente procura das melhores soluções técnicas que pudessem funcionar segundo a estrutura logística e humana existente.

As forças militares em Portugal, no final de quatrocentos, irão conhecer uma significativa alteração no que concerne às formas de recrutamento e à disponibilização de homens para a guerra. Isto porque D. Manuel, nas cortes de Lisboa de Fevereiro de 1498, seis meses depois da partida de Vasco da Gama para a Índia, extingue os besteiros do conto, uma força nacional de carácter municipal

que durante 200 anos tinha sido instrumental na afirmação do poder régio. E fê-lo não por razões de política militar mas sim pelas distorsões de que o sistema estava eivado, pela injustiça fiscal que comportava e para apaziguamento da sociedade que já desde o seu antecessor dava sinais de crescente resistência a um sistema obsoleto e discriminatório. Com a sua extinção, desapareceu o único sistema centralizado de recrutamento a nível nacional o que significa que a angariação de homens para funções militares dependia agora não da conscrição mas do voluntariado, excepto no que às casas senhoriais concernia. Temos assim a sobreposição de dois modelos de organização militar que, resumidamente, podemos assim descrever:

- Corpos de militares profissionais constituídos pelos bombardeiros da nómina, criados por D. Manuel I em 1506; as guarnições das fortalezas, militares pagos para o exercício da função em regime de comissão de 3 anos; espingardeiros que se encontravam associados ou à guarda real ou às fundições; o efectivo militar das armadas reais, de linha ou de guarda-costa; e a contratação de soldados da fortuna, mercenários, para apoio em operações pontuais onde era necessário o aumento da força (muitas vezes estes estrangeiros traziam já o seu comando organizado).

- Hostes senhoriais, hostes eclesiásticas, constituídas pelos servidores e criados das casas senhoriais do reino; os nobres e fidalgos que constituíam a cadeia de comando, fosse nas guarnições das fortalezas, nas alcaidarias, fosse na angariação pontual de meios humanos, nacionais ou estrangeiros.

- Ordens Militares, que começam a perder importância militar – à excepção da Ordem dos Hospitalários que após o seu estabelecimento em Malta alcançará um papel importante na defesa da cristandade no seu flanco sul.

¹ Para um resumo da chamada Revolução Militar ver o nosso A Guerra no Renascimento, o ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império de D. Manuel I a Felipe II, Lisboa, Esfera dos Livros, 2018, pp. 23-34..

² Cf. McNEILL, William Hardy, *The Age of Gunpowder Empires*, Washington, American Historical Association, 1989, p. 7.

³ Refira-se que, apesar de ainda afastados deste fenómeno da *trace italienne*, os turcos otomanos já conheciam desde Mehmet II e das suas campanhas contra Uzun Hasan em 1473 a realidade do crescimento dos exércitos em número. Utilizadores precoces das armas de fogo, ligeiras e pesadas, os otomanos cedo aumentaram a base de recrutamento e dimensão das unidades militares. Naquele ano, o sultão otomano já tinha 100.000 homens de terra, profissionais bem treinados. Cf. ÁGOSTON, Gábor, «Ottoman Warfare in Europe, 1453-1826», in *European Warfare, 1453-1815* (ed. de Jeremy Black), Londres, Macmillan Press, 1999, p. 126.



Tapeçaria de Pastrana, representando a tomada de Arzila, cerca de 1472-1480.

Esta sobreposição de modelos de organização militar, sem conscrição e fazendo uso das antigas formas sociomilitares existentes no reino, obrigando ao convívio de forças profissionais com forças angariadas de acordo com a necessidade conseguiu mesmo assim manter um elevado nível de eficácia militar. O uso de armas de fogo generaliza-se bem como se alarga a rede logística para o seu fabrico e transporte.

Neste cenário de uma realidade militar informal, projectando poder num império diversificado na sua geografia, junto dos seus potenciais inimigos e na sua quase multipolaridade, o Algarve assumirá um protagonismo de extrema relevância enquanto vector estruturante e essencial no movimento expansionista. Desde o início do ciclo imperial, com a conquista de Ceuta em 1415, o reino

do Algarve desempenhou um papel crucial. Ponta de lança ou zona de comunicações de um vasto teatro de operações, o Algarve será, de Ceuta à retirada de Mazagão no consulado de Pombal, a sólida retaguarda que nunca vacilou e nunca se negou ao imediato apoio em homens, logística, poder militar e apoio financeiro às praças d'além. Das gentes mais humildes ao poder organizado como tal, a resposta dos algarvios apresentou níveis de prontidão militar tais que nos obrigam a olhar para o Algarve, o seu tecido social e político com mais atenção. Não parecem restar dúvidas de que a Coroa desde cedo entendeu o reino do Algarve como a plataforma de projecção do seu poder. Depois de 1420, então, é claríssima a ligação do Algarve à recém-descoberta ilha da Madeira. É do Algarve que sai o grosso da coluna das gentes que irão povoar a ilha no Atlântico (o resto virá do Minho litoral) esse *Portugal-o-novo* como

a designaram os procuradores algarvios às cortes de Santarém em 1451. Será da Madeira também que, durante três séculos, e em constante articulação com o Algarve, sairão meios logísticos e navais num permanente apoio às praças portuguesas em África. Esta geografia do poder de Estado, esta noção da organização do espaço, foi traço marcante nas políticas expansionistas da Coroa.

Em bom rigor, não podemos falar do Algarve como um todo. Na verdade, as diversas vilas e cidades encontravam-se naturalmente divididas em função da sua especificidade histórica no que concerne às suas tradicionais actividades comerciais, religiosas e político-administrativas. No fim dos anos 1440, por exemplo, Faro enquanto centro administrativo, assumiu o papel de local de passagem e estadia de quem ia e vinha de África, tratando dos seus negócios e necessitando de apoio administrativo. Lagos, sempre com

um enorme apoio logístico e económico do Alvor, por seu turno, era o local donde se projectava o poder militar. Senhorio da Ordem de Cristo, era na cidade que albergava o paço de D. Henrique que se armavam, equipavam e ultimavam os navios que patrulhavam os mares, que levavam o socorro aos portugueses cercados pelo Islão. Tavira, o maior porto comercial do Algarve, donde se carregavam os preciosos e muito procurados bens de todo o reino, como o sal, o vinho, os peixes curados, o azeite, e que muitas vezes tinham no Norte da Europa o seu longínquo destino. E, claro, Silves, centro da vida religiosa e rica cidade rural que neste tempo alimentava os portos litorâneos.⁴

⁴ IRIA, Alberto, *O Algarve nas Cortes Portuguesas do Século XV (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 181.

“Mas é sobretudo em Tavira e o seu antigo termo, que vamos encontrar as mais importantes realizações do Renascimento no Algarve...”

José Eduardo Horta Correia



NOTA BIOGRÁFICA

Sandra Cavaco, Licenciada em História, Variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve com a tese “O Arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica”, doutoranda de Arqueologia da Universidade de Évora.

Jaquelina Covaneiro, Licenciada em História, Variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestre pela Faculdade Letras da Universidade de Lisboa com a tese “A arqueofauna enquanto expressão da segunda Idade do Ferro (séculos V a IV a.C.) – Castro Marim”.

Técnicas superiores do Município de Tavira e membros fundadores do Grupo de Trabalho CIGA (Cerâmica Islâmica do Ġharb al-Andalus) publicaram vários artigos, fruto da investigação arqueológica desenvolvida em Tavira nos últimos anos.

Tavira nos alvores da modernidade: a visão da arqueologia

Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro

Tavira do pós reconquista

Extravasadas que estavam as muralhas, pelo menos, desde o período almóada, com a conquista de Tavira (1242) assiste-se a uma profunda alteração no tecido urbano, quer com a criação da judiaria e da mouraria, quer pela criação de novos arrabaldes, em torno, sobretudo, de dois elementos polarizadores: o Convento de São Francisco e a ermida de Santa Ana. Sabemos que o bairro do Mal-Foro se prolonga da Mouraria ao Convento de S. Francisco e que o bairro de Santa Ana se localizava entre a orla ribeirinha e a Alagoa, dividindo a margem esquerda com um terceiro arrabalde, ao longo da Carreira de S. Lázaro (Anica, 1993, p. 75).

Apesar das evidências históricas deste crescimento urbano, os indícios arqueológicos para o pós-reconquista são escassos, muito devido à falta de intervenções arqueológicas e à publicação dos resultados das existentes. Ainda assim, é possível constatar a existência de vestígios arqueológicos deste período no n.º 1 da Avenida Mateus Teixeira de Azevedo (Filipe, 2011) e no n.º 7 a 11B do Beco da Alfeição (Santos, 2017), que correspondem à ocupação do Bairro do Mal-Foro, e no n.º 26 da Calçada de D. Ana (Mateus, 2013), atestando a continuidade de ocupação no interior das muralhas neste período.

Tavira Moderna

Também para a transição da Idade Média para o Período Moderno os dados de que dispomos são parcelares. Estas dificuldades estão relacionadas não apenas com o número diminuto de intervenções e com a falta de publicação das mesmas, como também com as alterações produzidas no registo arqueológico em tempos recentes e a área diminuta de escavação, muitas vezes reduzida aos alicerces de novas construções.

Ainda assim, podemos confirmar a existência de níveis arqueológicos dos séculos XV/XVI em diversas partes da cidade, atestanto o crescimento e consolidação da cidade neste período, quer intramuros, quer nos arrabaldes.

No que concerne o espaço no interior das muralhas, são várias as intervenções onde foram escavados níveis com estas cronologias, nomeadamente no n.º 23 da Calçada de D. Ana, onde foram recolhidos fragmentos de louça malagueira e de cerâmicas norte-alentejanas e sevilhanas, entre outras (Santos, 2016); na Casa do Despacho, onde foram identificadas fases construtivas do edifício datadas do século XVI (Botelho e Paulo, 2008); no n.º 18 a 20 na Rua Damião Augusto de Brito Vasconcelos, escavaram-se níveis de ocupação que podem remontar ao século XVI (Nunes e Santos, 2016), análogos aos identificados no n.º 12 a 16 da Rua D. Paio Peres Correia (Santos e Nunes, 2013).

No n.º 4 a 10 da Travessa da Fonte foram recuperadas cerâmicas inseríveis entre os séculos XVI a XVIII, de que se desatacam as produções sevilhanas e italianas (Santos e Osório, 2017), sendo que no n.º 2 a 4 do Terreiro do Parguinho foi possível observar a reutilização intensiva do espaço e das edificações aí existentes, tendo sido recuperados alguns fragmentos de malagueira (Antunes e Mateus, 2008), já no n.º 5 a 7 do mesmo arruamento foram escavados níveis de pavimento e uma lareira do período em apreço¹.

Relativamente ao espaço fora de muralhas, foram identificadas estruturas habitacionais integráveis entre os séculos XV e XVII no Antigo Orfeão (Assunção, 2007) e no n.º 30 a 34 da Avenida Mateus Teixeira de Azevedo (Gonçalves, 2016). Na Rua Miguel Bombarda, n.º 61 a 65, foram escavadas diversas estruturas, dois buracos de poste e um eventual nível de lixeira que poderão enquadrar-se nestas cronologias (Pinto, 2008) e no n.º 10 a 14 do mesmo arruamento foi identificado um conjunto significativo de estruturas tardo medievais/modernas, cuja cronologia parece recuar aos finais do século XV (Borelho e Santos, 2019). São ainda de referir os aterros de potência considerável identificados no n.º 1 da Avenida Mateus Teixeira de Azevedo (Filipe, 2011).

No n.º 10 a 14 da Travessa Zacarias Guerreiro foi possível observar a condenação/destruição de um antigo edifício e de uma via pública, permitindo a reorganização do espaço habitacional, o qual era dotado de um forno doméstico (Santos, 2017 e Santos e Baptista, 2017), e no Edifício Irene Rolo identificaram-se níveis de lixeira que foram iniciados no século XVI (Covaneiro e Cavaco, 2008).

Uma nova área de expansão urbana surge nos séculos XV e XVI: a Ribeira. Os trabalhos arqueológicos realizados no Compromisso Marítimo permitiram verificar a nivelação da área para construção do edifício quatrocentista e várias fases de ocupação (Pereira, 2016), sendo que no n.º 9 a 15 da Rua Dr. Parreira também foi identificada a modelação do terreno, através de níveis de aterro para subir a sua altimetria, datados do século XVI e XVII (Santos e Nunes, 2015).

No n.º 20 a 24 da Praça António Padinha, na margem esquerda do rio Gilão, foi possível constatar a existência de um arruamento, sinalizado na Planta da Cidade de Tavira do Atlas do Marquês de Heliche, hoje desaparecido, e estruturas habitacionais em aparente correlação com essa rua (Santos e Nunes, 2017).

No decurso dos séculos XV e XVI assiste-se, também, à construção de novos edifícios religiosos, nomeadamente as ermidas de São Sebastião, São Brás e São Roque, a igreja do Espírito Santo do Hospital e os conventos de Nossa Senhora da Graça e Nossa Senhora da Piedade (ou das Bernardas).

No adro da Ermida de Santa Ana foram escavadas 25 sepulturas que serviram de última morada a 33 indivíduos [oito infantis dos 0-6 anos, 2 pré-adultos (12-18 anos) e 23 adultos (8 mulheres, 6 homens e 9 indeterminados)], datadas entre finais do século XV/inícios do século XVI e meados do século XVIII, tendo sido possível determinar o padrão de comportamento funerário, característico dos enterramentos cristãos *apud ecclessiam* nos cemitérios paroquiais de época baixo-medieval e moderna (Covaneiro e Cavaco, 2005).

Na ermida de S. Sebastião foi possível observar várias etapas de remodelação do edifício e a sua utilização enquanto espaço sepulcral, tendo sido exumados dez indivíduos, dois ossários e vários ossos soltos (vide Portal do Arqueólogo CNS 36143). Ali perto, no Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade (Convento das Bernardas), os trabalhos arqueológicos forneceram dados tão díspares como a evolução do edifício, as preferências alimentares das religiosas que aí habitavam, como eram sepultadas, ou as louças que usavam, atestando as relações comerciais do porto de Tavira com várias áreas do Mediterrâneo (Cavaco e Covaneiro, 2017).

Também os trabalhos no Convento da Graça permitiram atestar as relações comerciais de Tavira, bem como o aterro generalizado de estruturas habitacionais para a construção do Convento (Covaneiro e Cavaco, 2016). Segundo a documentação da época, o edifício religioso foi construído no local anteriormente ocupado pela judiaria e a antiga sinagoga terá dado lugar à igreja conventual. Contudo, os trabalhos arqueológicos não só não conseguiram provar essa adaptação, como também não foram identificadas provas inequívocas da presença da judiaria no local, ainda que o achado de três fragmentos de candeias de Hanukkah ateste a presença de judeus em Tavira².

No que concerne as actividades económicas, a arqueologia demonstrou a existência de, pelo menos, quatro olarias que laboraram neste período, uma na Praça Zacarias Guerreiro, n.º 22 (Maia, 2008) e três na Rua das Olarias [n.º 6 (Santos e Nunes, 2016), n.º 7 (Santos e Nunes, 2015), e n.º 19 a 23 (Maia e Nascimento, 2002)]. Nesta rua foi identificado um vasto complexo oleiro, tendo sido identificados vários fornos, níveis de descarga, tanques de decantação, descartes de olaria, etc. Sobre os oleiros de Tavira pouco se sabe, conhecendo-se apenas o nome de João, filho de Martim Afonso, morador em Tavira em 1464³.

As cerâmicas produzidas em Tavira serviriam, certamente, para suprir as necessidades de louça do quotidiano da cidade, não sendo de excluir a possibilidade de parte da produção ser escoada para mercados regionais e supra regionais através do porto, possibilidade que só poderá ser esclarecida através da realização de análises.

Ainda que se desconheça o fluxo de saída de peças cerâmicas do porto, graças aos trabalhos arqueológicos realizados, em especial nos espaços conventuais, conhecemos, não apenas as cerâmicas importadas, como também os locais de origem dessas peças, numa intrincada rede comercial tecida através do Mediterrâneo, conhecendo-se peças provenientes dos centros produtores de Sevilha, Valência, Granada e Teruel na actual Espanha, bem como de Montelupo (Itália), mas também da longínqua China, estando também representadas algumas produções portuguesas (Cavaco e Covaneiro, 2017).

Importações cerâmicas Sevilha

A proximidade geográfica, aliada ao facto de Sevilha, a partir do século XV ser o maior centro produtor de cerâmica da Andaluzia (Gutiérrez, 2000: 44), explica a quantidade e diversidade de cerâmicas sevilhanas identificadas em Tavira.

No Convento da Graça foram exumados doze exemplares de *cerâmica branca e verde* ou *louça arcaica ou proto majólica mudéjar sevilhana - série branco e verde*, produzida no século XIV e inícios do século XV, a qual consiste em formas abertas vidradas a branco no interior, com motivos antropomórficos, estelares, geométricos, zoomórficos, realizados a verde (Lafuente, sd: 5-7). De *louça bi-color, cerâmica mista* ou *two-tone glazed*, que apresenta a particularidade de ser vidrada a verde no exterior e a branco no interior (Gutiérrez, 2000: 47) foram recolhidos no Convento da Graça três exemplares. A *série verde lisa*, produzida entre o século XIV e o século XV (Gutiérrez, 2000: 47), encontra-se pouco representada em Tavira.

Na primeira metade do século XV ocorre o florescimento dos vidrados, sejam eles verdes, brancos ou melados, estando presentes numa enorme variedade formal de peças, estando identificadas em Tavira exemplares de taças de base côncava e, numa segunda fase (entre 1450 e 1700), cinco pratos de base côncava e bordo diferenciado por uma estria, com motivos a manganês (Lafuente Ibañez, sd: 10-12).

Entre 1450 e 1550 os ateliers de Triana produzem cerâmicas e azulejos em corda seca total (Pleguezuelo Hernández, 1997, p. 358; Lafuente Ibañez, sd: 20-21), sendo frequentes os motivos de tradição muçulmana, gótica e renascentista, executados em cores variadas (azul, branco, melado, preto e verde). As cordas-secas sevilhanas foram identificadas no Convento da Graça e no Antigo BNU (Cavaco e Covaneiro, 2017).

¹ Informação gentilmente cedida por Fernando Santos e Liliana Nunes.

² O aterro generalizado que se produziu para a construção do Convento da Graça, feito com terras e materiais provenientes de outros sítios arqueológicos não nos permite afirmar com segurança que as referidas candeias são da antiga judiaria.

³ Carta de perdão sobre justiça régia de D. Afonso V concede carta de segurança a Estevão Afonso, morador em Tavira, pela fuga da prisão de João, filho de Martim Afonso, oleiro, aí morador, contanto que se livre de direito da acusação, 16 de Janeiro de 1464. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, livro 8, fol. 183.



Foto 1 – Fragmento de Manga de Farmácia em corda-seca total. MMT00002735. Foto Hélio Ramos.

A partir da segunda metade do século XV, e até 1570, Triana começa a produzir uma louça de qualidade, pintada a azul e manganês e designada por *loza azul y morada* ou *blue and purple* (Lafuente Ibañez, sd: 19). Também conhecida por *Isabela polychrome*, esta louça está presente no Convento das Bernardas (Pinto e Ferreira, 2008: 92), no Convento da Graça e na área da antiga cidade de Balsa (Nolen, 1994: fig 18).

De entre todas as produções de Sevilha, a *cerâmica vidrada branca lisa*, produzida entre 1480 e 1650 (Gutiérrez, 2000: 48) é das mais representadas em Tavira, estando presente no Convento da Graça e no Convento das Bernardas (Pinto e Ferreira, 2008: 85-100), entre outros. Conhecem-se pratos com fundo em ônfalo e aba larga, marcada por aresta, taças e escudelas (com ou sem *orellhas*). Esta série deu origem a duas variantes, ambas presentes no Convento da Graça: o tipo *verde de mitades*⁴ produzida no século XV, e as cerâmicas com apêndices verticais⁵, produzidas entre 1480 e 1530 (Gutiérrez, 2000: 47).

Foram ainda identificadas as principais produções sevilhanas dos séculos XVI/XVII, nomeadamente a cerâmica azul linear⁶, de que temos exemplares no Convento das Bernardas (Pinto e Ferreira, 2008: 89) e no Solar dos Corte Real.

A chegada a Sevilha do artista italiano Niculoso Pisano trouxe às produções da cidade inovações tecnológicas e uma nova paleta cromática, com a introdução do amarelo, do azul e do verde na gramática decorativa (López Torres e Rueda Galán, 1999: 173), iniciando-se a produção de imitações das cerâmicas italianas. É

neste contexto que surge a cerâmica *Sevilha branca*, com um vidro mais rico e brilhante transformando-se numa perfeita imitação das peças italianas (Gutiérrez, 2000: 51), estando presente no Solar dos Corte Real, ou a *cerâmica azul sobre azul* imitação do *smalto berettino italiano* (López Torres e Rueda Galán, 1999: 173), identificado no Convento das Bernardas (Pinto e Ferreira, 2008: 90), no Convento da Graça e no Solar dos Corte Real. A *cerâmica azul sobre branco*, similar à *cerâmica azul sobre azul*, apenas foi identificada no Convento da Graça.

A *cerâmica azul moteada*, está presente no Convento das Bernardas e no Convento da Graça. Produzida entre 1580 e 1630, consiste em peças vidradas a branco, sarapintadas de azul (Gutiérrez, 2000: 48).

No que concerne a cerâmica arquitectónica, foram encontrados alguns fragmentos de azulejos de aresta⁷ no Convento das Bernardas e um painel de azulejos alicatados⁸ no Convento da Graça.

Granada

Produzidas a partir do século XIII até, pelo menos, a conquista cristã de Málaga (1487), as cerâmicas do Reino de Granada foram identificadas em escavações do Sul de Portugal, nomeadamente em Alcochete (Correia, 2004), Beja (Martins e Lopes, 2007) e Tavira (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010: 116-117). Ainda que também exista produção em Granada, é bastante provável uma origem malaguenha, já que a cidade é frequentemente citada na documentação como um importante produtor de louça com reflexos dourados (Gutiérrez, 2000: 16).

No Convento da Graça identificaram-se vários exemplares do reino muçulmano de Granada, de que se destaca uma jarra vidrada a branco (a *Jarra de Granada*) profusamente ornamentada com pintura azul e reflexos metálicos, produzida entre os séculos XIV e XV (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010: 116) com paralelos, no famoso *Jarrão das Gazelas* do Alhambra (*ibidem*, 116; Martínez Caviro, 1991: 122), e dois grandes pratos de bordo em aba com motivos pintados a azul sobre vidrado branco.

Não tão exuberante, mas nem por isso menos importante, é um fragmento de fornalha de um cachimbo, testemunho longínquo do consumo de haxixe na Península Ibérica neste período (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010: 116).

De mencionar ainda duas jarras meladas e uma miniatura de jarrinha de morfologia similar à *Jarra de Granada*, vidrada a branco/dourado.

Foto 2 – Jarra de Granada. MMT00002279



Foto 3 – Prato em louça dourada valenciana clássica estilo ourives. MMT00002742

Valência

Em meados do século XIII, Valência torna-se num dos principais portos do Mediterrâneo, escoando grandes quantidades de cerâmica proveniente das afamadas olarias de Paterna, Manises e Valência (Gutiérrez, 2000: 24), o que explica a quantidade e variedade de cerâmicas valencianas em Tavira.

Apesar de termos em Tavira produções valencianas mais antigas, iremos debruçar-nos nas cerâmicas do período em análise, como é o caso da *louça azul*, produzida nos séculos XIV/ XV.

É no século XIV que se inicia a produção de louça dourada valenciana, conhecendo-se vários tipos e séries. As três séries decorativas da louça dourada valenciana clássica (século XV) foram identificadas no Convento da Graça, de que se destaca um fragmento de prato da *louça dourada valenciana clássica estilo ourives*, com várias bandas horizontais de *solfas*⁹, pintadas a dourado.

⁴ Esta designação deve-se ao facto das peças serem imersas em esmalte branco e em vidrado verde, ficando com a particularidade de serem metade brancas e metade verde (Lafuente Ibañez, sd: 17-18), sendo também designada por *half-dipped white and green*.

⁵ Estas peças apresentam dois ou quatro apliques verticais, por vezes vidrados a verde (Lafuente Ibañez, sd: 16).

⁶ Vidrada a branco, com bandas de linhas concêntricas, simples ou onduladas, podendo rodear (ou não) um motivo central singelo, pintadas a azul (Gutiérrez, 2000: 48).

⁷ Produzidos a partir dos inícios do século XVI, apresentam desenhos que eram obtidos pela pressão de um molde de madeira no barro ainda fresco. As concavidades produzidas pelo molde em alto-relevo ficavam delimitadas por arestas, que permitiam um bom isolamento das cores aplicadas, facilitavam a pintura, aumentando a produção e reduzindo custos (Pleguezuelo Hernández, 1997: 364).

⁸ A técnica do alicatado surge em meados do século XIV, sendo utilizada até meados do século XVI e consiste no corte de placas de barro cozido e esmaltado em pedaços de formas geométricas variadas (aliceres), usados depois para compor desenhos policromos regulares (Pleguezuelo Hernández, 1997: 348).

⁹ A solfa encontra-se presente na cerâmica valenciana produzida entre 1480 e 1530 (Gutiérrez, 2000: 39).

Teruel

Com claras semelhanças com as produções de Valência¹⁰ e de Muel (Gutiérrez, 2000: 67), Teruel é um dos principais centros oleiros do Reino de Aragão. No Convento da Graça foram identificadas duas peças que poderão ter esta proveniência: um pichel do século XV vidrado a branco e uma taça esmaltada a branco com o escudo de Aragão executado a verde.



Foto 4 – Taça esmaltada a branco com o escudo do Reino de Aragão. MMT00003523

Montelupo

A cerâmica de Montelupo encontra-se disseminada por toda a bacia do Mediterrâneo, pelo Noroeste Europeu, pelas Ilhas Atlânticas e pelas Américas (Sousa, 2011: 263-264).

Para além das tipologias exclusivas e cuidadas, que até podiam conter o brasão de famílias abastadas, está também documentada a produção de uma louça mais estandardizada, decorada com motivos de boa qualidade, dirigida a uma classe média (Carta, 2008:138). Em Tavira foram identificados seis tipos de cerâmica de Montelupo, produzidos entre os séculos XV e XVI.

A *ovali e rombi* (1490-1520), que consiste na pintura, na aba dos pratos, de motivos ovais unidos a azul, em cujo interior foram pintados losangos a laranja, foi identificado no Convento da Graça. Os tipos *nodo orientale evoluto*¹¹ ou *a losanghe* (1550-1590), *a nastri spezzati*¹² (1550-1600), *a spirali arancio*¹³ ou *a girandole* (1550-1590) e o *blu graffito*¹⁴ (1550-1600) foram identificados em pratos provenientes do Convento das Bernardas, estando o *blu graffito* também presente no Convento da Graça.

A produção mais presente em Tavira é o *smalto berettino*, tendo sido identificado nos Conventos da Graça e das Bernardas, na Casa Irene Rolo, no Antigo Orfeão e no Solar dos Corte Real. A produção de *majólica berettina* surge nos começos do século XVI em Faenza, onde se produziam pratos e taças, sendo os motivos bastante variados: *alla porcelana*, *heráldico* ou *istoriati*, entre outros (*ibidem*, 95, 98).



Foto 5 – Taça em *smalto berettino*. M00000283

Jingdezhen (China)

A partir de 1513 Portugal inicia as suas relações com o Império do Meio, sendo o primeiro reino europeu a estabelecer relações marítimas com a remota China (Coelho, 2008, 61). Terá sido através do porto de Lisboa que chegaram os inúmeros objectos de porcelana encontrados em várias intervenções realizadas em Tavira. Os fragmentos identificados pertencem sobretudo a taças e pratos (mas também potes) e apresentam os mais variados motivos

iconográficos, de que se destacam o grou, as crianças de cabeça rapada e com pequena mecha de cabelos a brincar, a ameixeira, os *cavalos-marinhos mitológicos*, os gamos, as paisagens lacustres ou marítimas (Matos, 2008), entre muitos outros.



Foto 6 – Fragmento de porcelana chinesa com representação do gamo. MMT00002903

Alto Alentejo / região de Lisboa

Exportada em grandes quantidades, a louça de barro vermelho, conhecida, entre outras designações, por *terra sigillata* de Estremoz ou *Merida type ware* (Gutiérrez, 2000: 74) foi uma das principais produções oleiras em época medieval/moderna, que se fabricava em Lisboa e Estremoz.

Os famosos *púcaros* são feitos nesta cerâmica fina não vidrada, de pastas compactas e muito depuradas, de grande requinte e qualidade nos acabamentos e ornamentos (*ibidem*, p. 229), de que destacam os pedrados.

Em Tavira foram exumados fragmentos engobados, modelados, incisos, excisos, brunidos e empedrados que se podem enquadrar nestas produções datadas do século XVI/XVII, ainda que não se possa precisar, o seu local de fabrico.



Foto 7 – Fragmento de cerâmica excisa norte-alentejana. MMT00002743

Conclusão

Os trabalhos arqueológicos realizados em Tavira demonstram, não apenas, o crescimento e consolidação do tecido urbano nos séculos XV/XVI, como também o movimento e a importância do porto de Tavira, as suas relações comerciais e o “gosto” pela cerâmica importada, curiosamente, não apenas pela louça dita de luxo, como também pela olaria comum de Sevilha, de Valência e da região Norte-Alentejana.

¹⁰ As peças aragonesas são frequentemente confundidas com as de Valência, sendo distinguidas pelas pastas “vermelho-tijolo”, ricas em ferro, que requerem vidrados mais espessos (Gutiérrez, 2000: 69).

¹¹ Consiste numa rede de losangos e linhas curvas a azul, preenchidos por elementos estilizados realizados em cores vivas (verde, laranja, amarelo).

¹² Consiste em bandas entrelaçadas e cortadas, realizadas a azul e outras cores muito vivas, as quais rodeiam um tema central.

¹³ Consiste em motivos pintados a amarelo ou a verde que preenchem a quase totalidade da superfície interna.

¹⁴ Consiste motivos geométricos na aba dos pratos obtidos através da remoção do azul, deixando à vista o esmalte inferior, de cor branca, que rodeiam um tema central.

Bibliografia

Anica, Arnaldo C. (1993) - *Tavira e o seu termo*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

Antunes, Sérgio e Mateus, Brígida (2008) - *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico na Rua Terreiro do Parguinho n.º 2 a 4. Tavira*.

Assunção, Gustavo (2007) - *Intervenção do logradouro do antigo Orfeão de Tavira*.

Botelho, Paulo e Paulo, Luís Campos (2008) - *Acompanhamento arqueológico na Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia de Tavira (Tavira)*.

Botelho, Paulo e Santos, Fernando (2019) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Reabilitação e Ampliação de edifício e Construção de conjunto habitacional – Rua Miguel Bombarda, 10-14 – Tavira*

Carta, Raffaella (2008) - *Difusión e influencia de la producción de la cerámica italiana entre la baja edad media y la primera edad moderna. El caso de Granada*. Granada.

Cavaco, Sandra e Covaneiro, Jaquelina (2017) - Evidência das relações comerciais do Porto de Tavira através da cerâmica. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 1: 2, pp 195-218.

Coelho, Inês Pinto (2008) - *A cerâmica oriental da Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Lisboa.

Correia, Miguel (2004) - Três exemplares de cerâmica azul e dourada provenientes de Alcochete. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 645-662.

Covaneiro, Jaquelina e Cavaco, Sandra (2005) - *Intervenção arqueológica no Alto de Santa Ana 2003/2005*. (2008) - *Intervenção arqueológica na Casa Irene Rolo*. (2016) - *Claustro do Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira)*.

Covaneiro, Jaquelina; Cavaco, Sandra e Lopes, Gonçalo (2010) - Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média. *Arqueologia Medieval*. Porto. 11, pp. 113-120.

Filipe, Victor (2011) - *Alteração em prédio - centro de dia. Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, n.º 1, Tavira*.

Gonçalves, Ana Maria (2016) - *Realização de trabalhos arqueológicos na Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, n.º 30 a 34 - Tavira. Ampliação e alteração de edifício de habitação*.

Gutiérrez, Alejandra (2000) - *Mediterranean pottery in Wessex households (13th to 17th centuries)*. British Archaeological Reports. British Series. 306

Lafuente, Pilar (s.d.) - *La producción cerámica sevillana durante la Baja Edad Media*.

López Torres, Pina e Rueda Galán, Maria Mercedes (1999) - La imitación de la “berettina” en las producciones sevillanas”. Atti XXXI Convegno Internazionale della *Ceramica*. Florenia: Centro Ligure per la Storia della Ceramica, pp. 171-177.

Maia, Maria (2008) - *Relatório das Sondagens Arqueológicas no n.º 22 do Largo Zacarias Guerreiro. Tavira*.

Maia, Maria e Nascimento, Judite (2002) - *Rua das Olarias (Tavira). Sondagens Arqueológicas*.

Martínez Caviro, Balbina (1991) - *Cerámica Hispanomusulmana*. Madrid: Ediciones El Viso.

Martins, Andrea e Lopes, Gonçalo (2007) - Cerâmicas Nasri/s dos silos da Av. Miguel Fernandes (Beja). *Vipasca. Arqueologia e História*. 2: 2, pp. 620-624.

Mateus, Brígida (2013) - *Horta dos Mouros. Calçada D. Ana, n.º 26 - Tavira*.

Matos, Maria Antónia Pinto (2008) - Porcelanas. In. *Tavira: patrimónios do mar*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 225 - 231.

Nolen, Jeannette U. Smith (1994) - *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa: incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Nunes, Liliana e Santos, Fernando (2016) - *Intervenção Arqueológica na Rua Damião Augusto de Brito Vasconcelos, 18 e 20 - Tavira*.

Pereira, José António (2016) - *Compromisso Marítimo de Tavira - Rua Dr. Marcelino Franco, nº 19 - Tavira. Escavação Arqueológica em Área e Acompanhamento Arqueológico da obra*.

Pinto, Luis (2008) - *Realização de Trabalhos Arqueológicos: Registo e Acompanhamento Arqueológico na Rua Dr. Miguel Bombarda n.º 61 a 65, Tavira*.

Pinto, Marina e Ferreira, Ângela (2008) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Intervenção arqueológica no Convento das Bernardas, Tavira*.

Pleguezuelo Hernández, Alfonso (1997) - Cerámica de Sevilla (1248-1841). Sánchez Pacheco, Trinidad, coord. - *Summa Artis, Historia general del Arte*. Vol. XLII. Madrid: Espasa Calpe, pp. 343-386.

Santos, Fernando (2017) - *Trabalhos arqueológicos no âmbito da obra de reconstrução de habitação unifamiliar no Beco da Alfeição, n.º 7-11B, Tavira*. (2016) - *Trabalhos arqueológicos. Calçada D. Ana, n.º 23. Tavira*. (2017) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Alteração em edifício sito na Travessa Zacarias Guerreiro, n.º 10 a 14 (Tavira)*.

Santos, Fernando e Baptista, Brígida (2017) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Remodelação de moradia sita na Travessa Zacarias Guerreiro, n.º 10 a 14 - Tavira*.

Santos, Fernando e Nunes, Liliana (2013) - *Trabalhos Arqueológicos da obra de alteração de edifício na Rua D. Paio Peres Correia, n.º 12-16, Calçada dos Sete Cavaleiros, n.º 31-33, Tavira*. (2015) - *Trabalhos Arqueológicos da obra de alteração de edifício na Rua Dr. Parreira, n.º 9 a 15, Tavira*. (2015) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Reconstrução de habitação sita na Rua das Olarias 7 - Tavira*. (2016) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Reconstrução de habitação sita na Rua das Olarias 6 - Tavira*. (2017) - *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da obra de Alteração do edifício no Largo Dr. António Padinha 20 a 24 - Tavira*.

Santos, Fernando e Osório, Ana (2017) - *Trabalhos Arqueológicos da obra em imóvel na Travessa da Fonte, 4 a 10 - Tavira*.

Sousa, Élvio (2011) - *Ilhas de arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Lisboa.

Recursos informáticos

CNS 36143

http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3295027

Economia e cultura na Tavira de quinhentos:

Humanismo e contra-reforma

Jorge Queiroz

A transição do mundo medieval para a modernidade

O feudalismo perdurou cerca de mil anos. Com a queda do Império Romano do Ocidente, durante o longo período que corresponde à Idade Média, a Igreja Católica assumiu papel tendencialmente unificador e organizador de todos os aspectos da vida social em territórios muito vastos, sendo a cultura, as ciências e as artes orientadas para os valores e representações religiosas.

A partir do século XII relevantes transformações económicas, demográficas e culturais, de-ram origem a renovação de ideias e reorganização das estruturas político-sociais, período designado por Renascimento, que atingiu o seu auge nos séculos XV e XVI.

O aumento de populações urbanas na Baixa Idade Média induziu maior procura de bens, consequentemente ao crescimento das produções e do comércio, e uso de terrenos baldios. Surgiram novos métodos de enriquecimento dos solos, novas tecnologias agrícolas e introdução de espécies trazidas pelas cruzadas em contacto com os árabes e mercadores do Oriente. A burguesia comercial apoiou a centralização real desafiando o regime feudal que prejudicava negócios, impedia a representação política nos interesses particulares de classes em ascensão.

Os mercados promoveram revolução nos costumes, o desenvolvimento dos transportes terrestres e da navegação litoral, nasceram associações de ofícios, corporações e confrarias, ocorreram reformas e conquistas, crescente poderio e autonomia de cidades influentes, caso das repúblicas marítimas italianas.

Os documentos revelam que em Tavira florescia uma pujante economia agrária e piscatória que tinha como ponto de atracção o escoamento dos produtos regionais, do barrocal e da serra, através do porto. No século XVI era abundante a pesca do atum na zona costeira algarvia, havia 18 almadrasas que rendiam à Coroa mais de metade das rendas obtidas a sul do País mas também registos da extracção de corais e pesca da baleia.

D. João I deu renda da baleação a Estevão Vasques Felipe por carta de 15 de Março de 1424.

A serra algarvia e em particular as áreas do termo de Tavira foram pouco agricultadas no período dos conflitos militares dos séculos XI e XII, eram também pouco povoadas, tal como acontecia também noutras regiões do País. D. João I determinou que a serra de Tavira fosse dada em sesmarias a agricultores e suas famílias sem que tenham ocorrido resultados significativos. Foi D. Manuel

I quem, em carta de 13 de Março de 1502, entregou à Câmara Municipal de Tavira a gestão desse território determinando a sua repartição, a camponeses sem terra mediante pagamentos do uso.

Como resultado a serra repovoou-se, organizando-se oito freguesias com 1200 fogos.¹⁴

A relação entre a cidade e o interior intensificou-se também por necessidade de obtenção de madeiras para a construção naval o que originou alguns conflitos com as gentes serranas.

O foral que D. Manuel I concedeu a Tavira em 1504, foi analisado com detalhe por Manuela Santos Silva¹⁵ e é um documento fundamental para perceber a actividade económica. Carminda Cavaco escreve em “O Algarve Oriental”¹⁶ que “*Tavira, a principal cidade algarvia da primeira metade do século XVI, organizava as relações com a Andaluzia e o norte de África*”...

Serra de Tavira, Arquivo da CMT.



Alberto Iria por sua vez transcreveu importante correspondência trocada entre a Câmara de Tavira e o rei D. João III. Descreve este mesmo autor que, “*em 1527, só em Tavira havia para cima de 1600 marítimos, entre casados e solteiros, que se expandiam da costa algarvia até à vizinha Andaluzia, e utilizavam mais de 240 navios, entre a navegação comercial e piscatória, frota bastante considerável, havemos de forçosamente reconhecer para um só porto do Algarve, embora Tavira fosse então um dos principais do País, o que denuncia, nessa autentica floresta de mastros e de velas latinas, a excepcional importância de uma velha cidade portuária, notável centro de antigos cerqueiros e armadores da pesca da sardinha e do atum.*”¹⁷

Tavira era ainda lugar de acolhimento de homiziados, gente com problemas com a justiça que assim ficava protegida de sanções eminentes.

Romero de Magalhães, o mais destacado e produtivo estudioso da economia algarvia na Época Moderna, referiu que Tavira “*estava bem posicionada relativamente ao Guadiana e ao movimento com o interior alentejano que por ele corria, porque se encontrava muito bem articulada com a Andaluzia marítima e vale do Guadalquivir de que Sevilha era a cabeça. Sevilha que centralizava na Casa de la Contratacion a Índias todo o comércio com as possessões castelhanas do Novo Continente*”.¹⁸

D. João II residiu em Tavira com a sua corte durante o ano de 1489, concedeu dois anos depois à então vila uma feira de mês e meio, “no tempo da carregaça”, que ia do primeiro dia de Setembro a meados de Outubro. Em 1579 o Cardeal-Rei permitiu que a feira se prolongasse por três meses, em Setembro, Outubro e Novembro, para permitir o escoamento dos produtos que abundavam, nomeadamente muitas toneladas de figo.

Cultura e Sociedade: Humanismo e Contra-reforma

Na transição dos séculos XV para XVI, promoveu-se o estudo da tradição greco-romana e do pensamento aristotélico, a renovação das ideias nas artes e ciências, no campo económico verificou-se a expansão e transformação de uma economia mercantil de trocas num capitalismo financeiro e bancário.

Acesos debates se desencadearam no seio da Igreja Católica consequência do surgimento do luteranismo reformista, com novas expressões filosófico-confessionais, nomeadamente calvinistas e anglicanos. As correntes protestantes reconheciam a Bíblia como a única fonte da fé cristã e afirmavam a liberdade da sua apropriação individual.

Em resposta o Concílio de Trento produziu recomendações normativas em relação às concepções e práticas científicas e artísticas visando impedir a progressão da visão reformadora, o restabelecimento do dogmatismo religioso esteve na base de desagregação convivial, de retrocessos, perseguições, julgamentos, exílios e expulsões massivas de minorias étnicas e religiosas.

A intelectualidade humanista portuguesa das primeiras décadas do século XVI manteve contacto com Erasmo, nomeadamente André de Resende, dominicano que editara o poema “Erasmicomium” e Damião de Gois, que viveu na Flandres, onde foi secretário da feitoria. Este foi certamente o intelectual português de maior prestígio na Europa do século XVI, escritor, latinista, professor, diplomata, viajou por muitos países e regressou a Portugal a convite de D. João III. Após a morte do rei foi perseguido e preso pela Inquisição tendo em 1574 terminado os seus dias em condições deploráveis, consequência da violência que sofreu.



Retrato de Damião de Góis, por Albrecht Dürer. 1531

¹⁴ In Vasconcelos, Damião Augusto de Brito, “Notícias Históricas de Tavira 1242/1840”, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

¹⁵ Silva, Manuela Santos e outros, “O foral de Tavira de 1504”, Câmara Municipal de Tavira, 2004.

¹⁶ In Cavaco, Carminda “O Algarve Oriental”, Gabinete de Planeamento da Região Algarve, Faro, 1976.

¹⁷ Iria, Alberto, “Da importância geopolítica do Algarve, na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII”, Academia Portuguesa de História, 1976.

¹⁸ In Magalhães, Joaquim Romero, “O Algarve na Época Moderna”, Universidade do Algarve, 2012

O século XVI foi um período de grande abertura e interesse pelo ensino das letras, ciências e artes. Em Portugal renovou-se no contacto com centros europeus no pensamento filosófico, artístico e científico. Emergem personalidades de vanguarda, cartógrafos, astrónomos, matemáticos como Pedro Nunes, escritores como Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Garcia da Horta, Damião de Gois, Garcia de Resende, João de Barros, Sá de Miranda, Luís de Camões, mas também escultores, pintores, arquitectos,...



Imagem do matemático Pedro Nunes publicada na Revista Panorama, 1842.

Por necessidades do desenvolvimento económico e social nasceram as primeiras Universidades europeias, casos de Bolonha no séc. XII na área do Direito, Paris na teologia e Montpellier na medicina, entre outras. Em 1288 D. Dinis fundara os estudos Gerais de Lisboa que, através de Provisão, foi mudada em 1537 para Coimbra para se desenvolverem estudos de Gramática e a Dialectica, consequência do interesse crescente pelo estudo da Dialectica de Aristóteles que também fora seguida pelos árabes estabelecidos na Península Ibérica.

A Universidade de Coimbra no final do século XVI registava uma média anual de 1200 matrículas, originando aumento populacional da cidade mas também maior actividade económica, editorial e tipográfica.

As ciências náuticas possibilitaram as grandes viagens oceânicas, elaboraram-se tábuas astronómicas e criaram-se novos instrumentos de navegação, registou-se a evolução dos navios de transporte de mercadorias e passageiros, mais resistentes e de maior tonelagem, o que segundo Vitorino de Magalhães Godinho terá ocorrido nas últimas duas décadas do século XV, confirmado no Tratado de Tordesilhas assinado em Junho de 1494 entre D. João II e os Reis Católicos, Fernando e Isabel.

O Colégio das Artes fundado em 1547, dirigido por André de Resende, numa fase inicial com oitocentos alunos, centrava o ensino no estudo das “humanidades” procurando criar uma elite nacional com acesso a ensino superior qualificado e a conhecimentos actualizados.

Perante o entusiasmo reformista a reacção da Igreja foi imediata e enérgica, a Companhia de Jesus investida em 1540 pelo Papa Paulo III, em Abril de 1547 no reinado de D. João III, encontrava-se instalada em Coimbra sob a direcção do Padre Simão Rodrigues e de Francisco Xavier ambos vindos de Roma. Dois meses depois desse mesmo ano, foi instituído o Tribunal do Santo Ofício, conhecido por Inquisição, com quatro tribunais, em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa, fiscalizava o cumprimento dos dogmas da fé e elaborava as primeiras listagens de livros proibidos.

Lopes Praça refere na sua “História da Filosofia em Portugal” que entre o período inicial até 1732 foram condenados à fogueira em autos de fé 1452 réus e penitenciados 23 068.¹⁹

A base da cultura humanista era o latim, não podia existir intelectual com prestígio reconhecido que não dominasse com erudição os clássicos greco-latinos, a leitura e a escrita em latim. Havia também quem conhecesse o grego e o hebraico, este nas comunidades judaicas que constituíam uma elite económica e cultural até à sua expulsão no reinado de D. Manuel I.

A arquitectura militar, os templos decorados e a exuberância dos salões aristocráticos foram espaços de afirmação e prestígio social. Na arte românica dinamizada pelas ordens monásticas, como os monges de Cluny, predominou a arquitectura de exaltação religiosa, concepção do templo a partir da cruz latina com naves laterais, integrando esculturas, baixos-relevos e frescos.

O gótico monumental manifestou-se pela luz e decoração artística, em Portugal aparece nas esculturas funerárias em Alcobaca, nos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro, mas é no Mosteiro da Batalha, edificado por D. João I em agradecimento pela vitória de Aljubarrota construído ao longo de dois séculos, que o “flamejante” aparece em todo o seu esplendor.

Os livros medievais e na transição para a modernidade estão cheios de belas iluminuras, o “Livro de horas de D. Manuel” iniciado em 1517 por António de Holanda, corresponde ao período áureo da iluminura portuguesa desenvolvida nos reinados de D. Manuel I e D. João III²⁰.

O Renascimento, é considerada por muitos autores uma “idade de ouro” da cultura e da arte portuguesa. Surgem neste período alterações do gosto por influência dos grandes centros artísticos da época, italianos e flamengos.

O colecionismo e o mecenato são traços fundamentais no desenvolvimento artístico do renascimento, as cortes europeias e também na realeza portuguesa possuíam magníficas colecções de pintura, com realce para o retrato e financiamento dos melhores artistas que a executavam encomendas para a colecção ou ofertas. A colecção de arte, ourivesaria e guarda-roupa da rainha Catarina de Áustria, esposa de D. João III, cujo registo foi estudado²¹ seria um verdadeiro tesouro que não sobreviveu à sua morte em Fevereiro de 1578, a perda da independência em 1580 provocou a sua dispersão para decoração do Alcazar de Madrid.

Verifica-se a separação entre objectos artísticos e funcionais. Os painéis de São Vicente de Nuno Gonçalves, da segunda metade do século XV, já retratam a inovação do pensamento pictórico, personalização e atitudes distintas das figuras que posam nos seis retábulos hoje patentes no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa.

Sobre a cultura popular mais difícil se torna caracterizar e interpretar em virtude dos escassos registos existentes e também a quase ausência de referências às práticas culturais das camadas populares que constituíam a maioria da população. Hoje começam a surgir inúmeros trabalhos no campo da inovadora história do quotidiano e das mentalidades.

*...todolos domingos e dias sanctos jantava deava com musica de charamelas, saquabochas, cornetas, arpas, tamboris e rebecas,...*²²

O teatro na sua génese em Portugal, esteve durante séculos confinado às temáticas de tradição oral, às hagiografias dos santos preferidos em cada cidade ou região, às novelas de cavalaria e histórias burlescas, à luta entre o Bem e o Mal. Os “arremedilhos” serão a forma teatral mais antiga, apresentados por imitadores nas residências da nobreza, mas no século XV entraram em declínio com o aparecimento da tipografia e do livro impresso.

O “Auto da Visitação” também conhecido pelo “Auto do Vaqueiro” da autoria de Gil Vicente foi apresentado pela primeira vez no castelo de São Jorge em Lisboa na noite de 7 de Junho de 1502, perante D. Manuel I e a corte, um acontecimento cultural

com grande impacto, considerado pelo público como “uma coisa nova”. Estes autos vicentinos eram representados utilizando uma mistura de castelhano e português.

Terá surpreendido o impulso renovador num teatro que esteve em hibernação desde o período medieval ligado aos ciclos festivos e rituais litúrgicos, aos “mistérios” e “moralidades”.



“Gil Vicente na Corte de D. Manuel I”, por Roque Gameiro, 1917.

¹⁹ in Praça, Lopes, “História da Filosofia em Portugal, Guimarães Editores, Lisboa, 1988.

²⁰ Markl, Dagoberto, “Livro de horas de D:Manuel”,estudo introdutório, INCM, 1983.

²¹ In Jordan, Annemarie “Catarina de Áustria”, Temas e Debates, Lisboa, 2017.

²² In Gois, Damião, “Cronica do Felicíssimo Rei D. Manuel ”anotações e prefácio por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.



Painéis de São Vicente de Fora, séc. XV, Museu Nacional de Arte Antiga.

O “Cancioneiro Geral” elaborado por Garcia de Resende, natural de Évora, publicado em 1516, foi a primeira coletânea da poesia portuguesa, palaciana e de influência castelhana, contém poesia dos reinados de D. Afonso V e D. João II.

A dança sempre presente nas manifestações pagãs da Antiguidade foi banida dos rituais religiosos na Idade Média, época de fervor místico, invocando-se a moral para a proibir a licenciosidade e o carácter lascivo que teriam tais práticas segundo a hierarquia religiosa.

Na documentação dessa época surgem as proibições dos bailes e arraiais noturnos junto às igrejas, nomeadamente a interdição de que homens se vistam de mulheres e vice-versa. O cronista Fernão Lopes relatou que D. João I mandou proibir as “janeiras” e as “maias”, de se dançar à “mourisca” e à “castelhana”.

Com o avanço do humanismo renascentista surge um teatro musicado que está na origem das sínteses artísticas e da futura autonomização da dança.

No caso da música o universo religioso marcou também todo o período medieval, contudo mais permissivo pela sua natureza. Em Portugal estão guardados nos Cancioneiros da Ajuda, da Biblioteca Nacional e da Vaticana, cerca de dois milhares de poemas de amor, de cantigas de amigo e de escárnio e maldizer, que eram apresentados por trovadores com acompanhamento instrumental. O próprio Rei D. Dinis foi autor de diversos poemas.

A polifonia surge no século XIV pela influência cultural da dinastia de Avis, que a divulgou na corte portuguesa, e em particular a polifonia inglesa, em virtude de Felipa de Lancastre ser proveniente da corte britânica. Na Capela Real, a polifonia foi fundamental na evolução musical, as missas eram realizadas nas horas canónicas, com ou sem canto.

À época eram frequentes as festas envolvendo a corte e a população.

Damião de Gois na sua “Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel” descreve que “*todos los domingos e dias sanctos jantava deava com música de charamelas, saquabochas, cornetas, arpas, tamboris e rebecas, e nas festas principaes, com atabales e trombeta que todas enquanto comia, tangiam cada per seu giro...*”.

Aspecto importante do reinado de D. Manuel I eram as grandiosas festas publicas e desfiles com animais exóticos. Terão chegado a Lisboa treze elefantes indianos, o mais famoso deles um elefante branco, o “Hanno”, oferecido ao Papa Leão X pela embaixada portuguesa de 1514. O Vaticano possuía um jardim zoológico e os Papas receberam ofertas de diversos animais.

A vida social, cultural e científica na Tavira de quinhentos

Tavira foi, durante décadas, a urbe mais influente da região. Após 1520 os procuradores de Tavira ocupavam lugares de relevo, e nas Cortes de 1562 em Lisboa ocupavam o segundo banco, com os representantes da Guarda, Viseu, Braga, Silves e Lamego.

Era uma cidade com uma importante economia agrária e das pescas, mercantil, que dispunha também de influência através do seu poder local aristocrático-militar e religioso, também pela actividade de uma burguesia mercantil de várias origens nacionais. Testemunham essas actividades diverso património na cidade, estruturas agrárias nas zonas rurais, na edificações militares e de vigilância na orla marítima, como a Torre d’Ares de origem medieval e o forte do Rato frente à barra. Uma extensa zona de produção salineira permanece activa pelo menos desde o período muçulmano à actualidade.

“*Não têm conta as nomeações efectuadas por El Rei D. Manuel I para outros cargos régios ou municipais em Tavira*”²³ escreveu Joaquim Veríssimo Serrão, referindo-se a dezenas de doações de azenhas a fidalgos e suas esposas, a existência de muitas profissões mecânicas e artesanais, como as de espingardeiro, besteiro especialista em fazer arcos, ...

A vida cultural de Tavira em Quinhentos esteve, como em outras urbes do País, ligada ao calendário oficial da Igreja, às celebrações cíclicas de rituais litúrgicos, às festividades pascais, sanjoaninas, natalícias e às festas relacionadas com os tempos agrários, promessas votivas e agradecimentos, sobretudo em período de colheitas.

As festas de São João atraíam anualmente muitos forasteiros, incluindo gente da Andaluzia, as ruas eram enfeitadas com mastros floridos envoltos por alecrim, murta e ervas primaveris, a que

chamavam “capelas de São João”. A imagem do santo era colocada no alto, saltava-se a fogueira, rapazes e raparigas dançavam pela noite fora e a moura encantada, de acordo com o “Romanceiro” de Estácio da Veiga entoava à meia-noite uma canção triste de apelo ao desencantamento nas muralhas do Castelo.

Há informações que, num recinto na mouraria, se praticavam touradas em Tavira, como refere Damião de Vasconcelos, que também transcreveu a carta de Felipe I à Câmara de Tavira dando conta que o Papa Pio V autorizou condicionalmente essa prática desde que “*os ditos touros se não corram aos domingos, nem dias santos e quando n’essa cidade se houverem de correr, que provejaes de maneira quanto possível que não siga d’isso morte a alguma pessoa...*”²⁴

Algumas das figuras destacadas da cultura da renascença portuguesa terão estado na cidade, certamente Garcia de Resende como “moço de escrivanhina” de D.João II. Lyster Franco refere a provável passagem de Luis de Camões a caminho do Norte de África onde combateu.

A instrução pública foi até ao século XVIII assegurada em exclusivo pela Igreja. Nas “Notícias Históricas de Tavira”²⁵ Damião Brito de Vasconcelos refere que em 1523 D.João III garantiu a existência em Tavira de um mestre de Gramática pago pelas rendas do concelho e o bispo de Silves D. Jerónimo Osório determinou que se ensinasse Teologia Moral no Convento da Graça.

Esta atenção especial ao ensino não poderá ser desligada da existência no seculo XVI de conventos em Tavira, o de São Francisco e o das Bernardas, este de freiras, construído em agradecimento pela salvação dos portugueses cercados em Arzila. Em meados do século XVI surgiu o Convento de Nossa Senhora da Graça que ocupou a área da judiaria então disponível com a expulsão da comunidade judaica, espaço que terá sido palco de intenso debate e divulgação de ideias da heterodoxia erasmista e a invocação do normativismo de Trento.

As “visitações” da Ordem de Santiago a Tavira²⁶ em 1518, 1534, 1538 e 1565 são também importante fonte de informação sobre as actividades religiosas, funcionamento e património existente nas paróquias.

O urbanismo e a arquitectura da cidade da época da expansão continuam hoje evidentes, confirmada também a presença de mestre André Pilarte em Tavira, que teria família na região, ou mesmo na cidade. No arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Tavira está guardado o contrato realizado entre instituição e Pilarte para a construção do templo que incluiu o magnífico portal da fachada principal, uma das obras mais visitadas na actualidade.

Tavira não pode ser desligada de importante presença no campo da medicina. A existência desde 1425 de uma albergaria e depois em 1442 do Hospital do Espírito Santo que a integrava inicialmente, a criação em 1505 de uma das primeiras misericórdias portuguesas, também o estabelecimento de uma gafaria em 1537, revelam que não apenas actividade assistencial contínua mas também conhecimento actualizado das práticas modernas da medicina.

A medicina contribuiu para a evolução e prestígio da ciência nacional, são referidos por Carlos Fiolhais os nomes de Amato Lusitano e Garcia da Orta, como figuras da medicina mundial na época. André Vesálio médico belga com quem ambos se relacionaram publicou em 1543 “De Humani Corporis Fabrica”, considerada obra fundadora da medicina moderna.

Viviam em Tavira vários médicos, referidos por Veríssimo Serrão, casos de Cosmo autorizado a fazer física e cirurgia, Felipe com licença para todo o Reino, António Lucena físico-mor, Francisco cirurgião e Diogo Pinheiro com autorização régia para praticar livremente a ciência e arte física.

Frei Gil e Simão Fernandes de Tavira

No século XV destaca-se no plano político-religioso uma figura natural de Tavira, Frei Gil, mestre em Teologia, com grande influência junto de D.João I, D. Duarte e D. Afonso V monarcas de quem foi pregador e confessor. Esteve em Basileia no Concílio realizado em 1435 enviado por D.João I, dirigiu as exéquias e a evocação fúnebre deste rei²⁷.

Nas designadas ciências exactas regista-se em Tavira, na primeira metade do século XVI, a existência de um matemático-poeta certamente estimulado pelo ambiente mercantil da cidade, era personalidade conhecida e requisitada pelo Rei D. João III, de quem recebeu uma tença de vinte e quatro mil reais. Simão Fernandes de Tavira deixou um manuscrito, poema científico ou de aritmética prática intitulado “Arte Nova Dallagarismo”, publicada em 1531 do qual existe um exemplar integrado no acervo bibliográfico da Biblioteca Publica de Évora.

Esta obra composta por 95 estrofes de oito versos e 11 exercícios numéricos, é um trabalho de grande originalidade e sem paralelo conhecido, um manual de pedagogia e aritmética prática acompanhados de exercícios.

Simão Fernandes foi uma figura relevante no campo das ciências e da aritmética quinhentista, hoje pouco conhecido, ofuscado por um período produtivo pleno de intelectuais e cientistas brilhantes, de primeira grandeza à escala europeia.

Um relato de Gil Vicente, analisado por Ivo Carneiro de Sousa a propósito das suas “Obras Completas” revela a importância deste matemático algarvio que foi chamado à corte em Lisboa para avaliar os conhecimentos de um tal Guilhem castelhano. Revela o investigador que “*neste tempo mandou Sua Alteza chamar ao Algarve a hum Simão Fernandes astrólogo, mathematico; tanto que o castellano falou com elle, que vio que o entendia, e que lhe azia tudo falso, qis fogir pera Castela...*”.²⁸

Jerónimo Osório e Frei João de São José

No campo das letras dois religiosos emergem com maior ligação a Tavira, foram contemporâneos, o bispo de Silves D. Jerónimo Osório, “*um homem famoso em toda a Europa humanística*” e o eremita agostinho Frei João de São José.

“*Jerónimo Osório e Jorge de Montemor partilharam a glória de serem os escritores portugueses do século XVI mais lidos pelos seus contemporâneos*”²⁹ escreveu Guimarães Pinto sobre o bispo de Silves na introdução à obra lhe dedicou, a “Opera Omnia”, edição da iniciativa da Universidade do Algarve e da Imprensa da Universidade de Coimbra. O referido Jorge de Montemor foi um escritor e poeta português que viveu na corte castelhana a partir de 1545, escrevia em castelhano, foi perseguido pelas suas ideias heterodoxas.

Jerónimo Osório, de acordo com as fontes biográficas, terá nascido em Lisboa em 1506 e morreu em Tavira a 20 de agosto de 1580. Estudou em Salamanca desde os 13 anos, sobretudo Direito, onde se decidiu pela vida religiosa, depois seguiu para Paris debruçando-se sobre a filosofia de Aristóteles. Viveu ainda em Bolonha, foi amigo de Inácio de Loyola fundador da Companhia de Jesus e mais tarde destacado professor da Universidade de Coimbra.

²³ In Serrão, Joaquim Veríssimo, "Tavira, história viva", Câmara Municipal de Tavira, 2001.

²⁴ In Vasconcelos, Damião Augusto de Brito, "Notícias Históricas de Tavira 1242/1840",Câmara Municipal de Tavira, 1999.

²⁵ Idem...

²⁶ In Cavaco, Hugo, "Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio", Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987.

²⁷ Vasconcelos, Damião Augusto de Brito, "Povo Algarvio", jornal de Janeiro de 1938.

²⁸ In Sousa, Ivo Carneiro de, "A arte nova de algarismo de Simão Fernandes de Tavira", poema do século XVI", Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1989.

²⁹ In Pinto, António Guimarães " D. Jerónimo Osório Opera Omnia I" introdução de, Imprensa da Universidade de Coimbra e Universidade do Algarve.

Este religioso tinha grande influência na corte, chegando a assinar documentação delegada pelo Cardeal D. Henrique, contudo criticava as “mercadorias” que por lá se vendiam...O seu humanismo manifestava-se sobretudo na relação com os pobres que o reconheciam como benfeitor.

O Bispo Jerónimo Osório, no debate mais dramático do século XVI em Tavira, alinhou pela contra-reforma, ficando sombras sobre o seu posicionamento em relação ao processo da Inquisição contra Frei Valentim da Luz³⁰, prior no Convento da Graça entre 1558 e 1580. Este frade para quem o cristianismo era um ideal de vida, de comportamento honrado e grande entrega ao semelhante, era um crítico da superstição, da licenciosidade e hipocrisia do clero amancebado que deveria por isso ser autorizado a casar. Tentou salvar-se pela confissão mas foi condenado à fogueira e executado num auto de fé em Lisboa a 10 de Maio de 1562.

Romero de Magalhães relata que num momento de aceso debate foi Tavira pensada para sede de diocese, mas a opção tomada em 1537 foi Faro por ser mais central e possuir um templo amplo para Sé episcopal, “...*mas Tavira não perdia a sua primazia por isso...*”.

O bispo Jerónimo Osório residiu por períodos na cidade “*com o intuito de atalhar os motins na cidade que ocorriam durante a crise da sucessão do Cardeal D.Henrique. O que acontecendo na cidade principal, podia funcionar como rastilho com que viesse a tumultuar-se todo o Algarve.*”³¹

Frei João de São José e a “Corografia do Reino do Algarve”

Frei João de São José, agostinho, veio de Lisboa para a partir de 1568 ser o prior do Convento da Graça em Tavira, foi na sua simplicidade e fascínio pelo ambiente natural e social, o autor da obra mais importante sobre a região no século XVI a “Corografia do Reino do Algarve” onde testemunhou “*cousas notáveis e maravilhosas e tão particulares dele só...*”³²

Sobre a importancia da Tavira na defesa do País escreveu este frade profundo conhecedor da cidade onde viveu muitos anos na segunda metade do século XVI e nela faleceu, “...*não pouca obrigação tem o rei de os favorecer a todos com honras e mercês. Pois eles vigiam para que nós durmamos. Eles trabalham para que nos descansemos e nos servem de muro e fortaleza, a cuja sombra o reino se tem por seguro...*”³³.

Para Manuel Viegas Guerreiro “*utiliza uma linguagem simples, clara, sem empolamentos nem barroquismos; mas nem por isso menos própria*”³⁴

A corografia, com origem no termo grego “*chorographia*”, é um género descritivo incidindo numa escala espacial mais reduzida que Geografia mas mais detalhado nos pormenores regionais e locais. A “Corografia do Reino do Algarve” de Frei João de São José é uma obra incontornável sobre o século XVI na região, inicia-se em Aljezur e termina em Alcoutim, com descrições detalhadas sobre as características e qualidades da região, origens históricas, as produções agrícolas, pescas, as cidades e localidades de menor dimensão...

Existem cópias desta incontornável obra sobre a economia e cultura algarvias na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Academia das Ciências, utilizada como fonte por Orlando Ribeiro, Romero de Magalhães e outros investigadores.

Ao longo das dezenas de páginas cheias de entusiasmo o autor percorreu o Algarve, descrevendo paisagens, produções e técnicas agrícolas, as pescas, as histórias, os edifícios, um trabalho de etnografia actualizada.

Sobre Tavira observa o frade que “*está dividida esta cidade em duas partes, como Roma e Sevilha*” e que “*o termo de Tavira que cai ao longo da costa, julgado por homens desafeiçoados e que o entendem, e´ o mais alegre e fresco e proveitoso de todo o reino, que a não lhe faltar paz, pudera competir com o melhor de nossa Espanha*”. ³⁵

...*que ninguém duvide nem tenha escrúpulo algum, porque tudo o que aqui escrever afirmo, como cristão e religioso, não ser somente d’ouvido mas de vista e experiência de alguns anos que em Tavira, cidade principal do Algarve, estive.*”³⁶

³⁰ In Dias, José Sebastião da Silva “O erasmismo e a Inquisição em Portugal. O processo de Frei Valentim da Luz”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975.

³¹ In Magalhães, Joaquim Romero, “ O Algarve na Época Moderna”, Universidade do Algarve, 2012

³² In José, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve”,1577.

³³ In Magalhães, Joaquim Romero, “ O Algarve na Época Moderna”, Universidade do Algarve, 2012

³⁴ In Guerreiro, Manuel Viegas. “Duas descrições do Algarve do século XVI”, apresentação, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1983.

³⁵ In Magalhães, Joaquim Romero, “ O Algarve na Época Moderna”, Universidade do Algarve, 2012

³⁶ In José, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve”,1577.

NOTA BIOGRÁFICA

Daniel Giebels, Doutorado em Altos Estudos em História e Mestre em História Moderna pela Universidade de Coimbra, e Licenciado em Património Cultural pela Universidade do Algarve. Investigador do CHSC-UC e do CEHR-UCP. Colabora nos projetos *ReligionAJE - Religião, administração e justiça eclesiástica no Império Português (1514-1750) e Conventos e Mosteiros de Portugal (1096-1901)*, e colaborou nos projetos *Cliorhes.net* e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, tendo ainda desenvolvido estudos para a DGEMN e para a Delegação Regional de Cultura do Algarve. Co-vencedor do 1º Prémio Nacional de Ensaio Histórico António Rosa Mendes com um estudo sobre D. João de Melo e Castro. Em 2018, publicou a sua tese de doutoramento com o título *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*, tese desenvolvida com recurso a uma bolsa da FCT.

Tavira sob a vigilância da Igreja e da Inquisição (1541-1567)

Daniel Giebels

Tavira, como outras localidades que integraram os vastos domínios da Coroa portuguesa, não escapou à vigilância da famigerada Inquisição, esta instituída pela bula *Cum ad nil magis*, de 23 de maio de 1536, com o objetivo de perseguir e condenar aqueles que, depois de recebidos no grémio da Igreja Católica pelas águas do batismo, se afastassem da doutrina cristã ditada pela Santa Sé, missão em que perseverou até à sua abolição a 31 de março de 1821. Servia o poder régio, este empenhado numa política de *confessionalização* e de *disciplinamento social* do Reino; assim como servia o poder eclesiástico, este revigorado por uma política contrarreformista e militante fundeada nos decretos emanados do Concílio de Trento (1543-1563); mas, como Romero Magalhães dizia, “serve ambos e de ambos se vai servindo”, conseguindo, com isso, se afirmar como poderosa e autónoma instituição, decisiva nos rumos seguidos na história política, económica, social, cultural e religiosa de Portugal¹.

As primeiras audiências foram realizadas em Évora, em novembro de 1536, cidade onde, um mês antes, haveriam decorrido as cerimónias de aceitação da referida bula fundadora. O auditório acabou por ser transferido para Lisboa, entre finais de agosto e inícios de setembro de 1537, e só a partir de setembro de 1541 seriam criados novos tribunais distritais, com sedes em Évora, Coimbra, Porto, Lamego e Tomar, rede que foi definhando até 1548, tendo apenas sobrevivido os de Évora e Lisboa. Em 1560, seria criada a Inquisição de Goa e, em 1565, seria restabelecido o tribunal coimbrão, reorganização que perdurou, *grossa modo*, até à extinção do Santo Ofício.

¹ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero - Em busca dos «tempos» da Inquisição (1573-1615). *Revista de História das Ideias*. Vol. 9, Tomo II (1987), p. 191. Sobre a Inquisição portuguesa ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa*: Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.

O Algarve estaria, desde setembro de 1541, sob a jurisdição do tribunal de Évora, mas foi o de Lisboa que viria a conhecer as denúncias oriundas dessa região até 1567. Esta ingerência, justificada por um certo centralismo que assumiu dentro da macroestrutura inquisitorial neste período e que justificava a sua primazia no arranque da atividade repressiva, seria ainda reforçada por uma carta de 8 de maio de 1551 do cardeal infante D. Henrique, Inquisidor-geral entre 1539 e 1578. Aquela missiva autorizava os inquisidores lisboetas a julgarem quaisquer pessoas “de todollos Arcebispados e bispados destes Reynos de que lhe assi derem has tais denúnciões, sallvo nas do Arcebispado d’Évora em que haa inquisidores”, o que colocaria o bispado de Silves sob sua vigilância, medida que não pode ser dissociada do facto desta mitra ser então tutelada por D. João de Melo, inquisidor de Lisboa². A intercessão de D. Henrique neste provimento encontra-se bem patente numa carta que este dirigiu ao monarca, onde se lê: “(...) beijo a mão a vosa Alteza por cousa tam bem feita, prouer huma perlasia que tem tanta necessidade com pessoa que parece que siruila tam bem nela a nosso Senhor”, favorecimento que também se adivinha na promoção do bispo do Porto e antigo inquisidor frei Baltasar Limpo à mitra bracarense, ocorrida a 23 de maio de 1550³. O cardeal procuraria, desta forma, estender a influência do Tribunal da Fé às regiões periféricas, política aparentemente eficaz, pois a diocese de Silves tornar-se-ia, ainda que muito aquém da repressão que se abatera sobre a arquidiocese lisboeta, a segunda mais atingida no auge da atividade persecutória da Inquisição de Lisboa, decorrida entre 1553 e 1564, ultrapassando, ainda que ligeiramente, os indicadores conhecidos para a arquidiocese de Braga.

Nesse sentido, que ritmos e mecanismos de vigilância da Inquisição o Algarve conheceu no século XVI? Esta questão foi parcialmente abordada por Joaquim Romero Magalhães em 1981, no seu célebre artigo “E assim se abriu judaísmo no Algarve”, que inauguraria os estudos sobre a entrada da Inquisição nesta região⁴. Carla Vieira dedicar-se-ia a aprofundar este trabalho, recuando o âmbito cronológico até 1558⁵. Contudo, ambos elegeram como principal objeto de análise a comunidade cristã-nova, aquela que foi, enfim, o principal alvo da Inquisição portuguesa. Ficaria assim por esclarecer a atuação inquisitorial na região no período anterior a 1558, informação que a emblemática obra de Borges Coelho sobre a Inquisição de Évora não poderia igualmente providenciar, considerando que esta mesa distrital apenas haveria de exercer uma influência efetiva sobre a região algarvia a partir de meados da década de 60 do século XVI⁶. Mais recentemente, procurei colmatar essa lacuna ao me debruçar sobre o funcionamento da Inquisição de Lisboa entre 1537 e 1579⁷. Os dados desta investigação permitiram concluir, inclusive, que Tavira teria sido a localidade algarvia mais atingida pela Inquisição até 1567, o que Frei João de S. José, num provável e necessário comedimento, omitira na sua *Corografia*

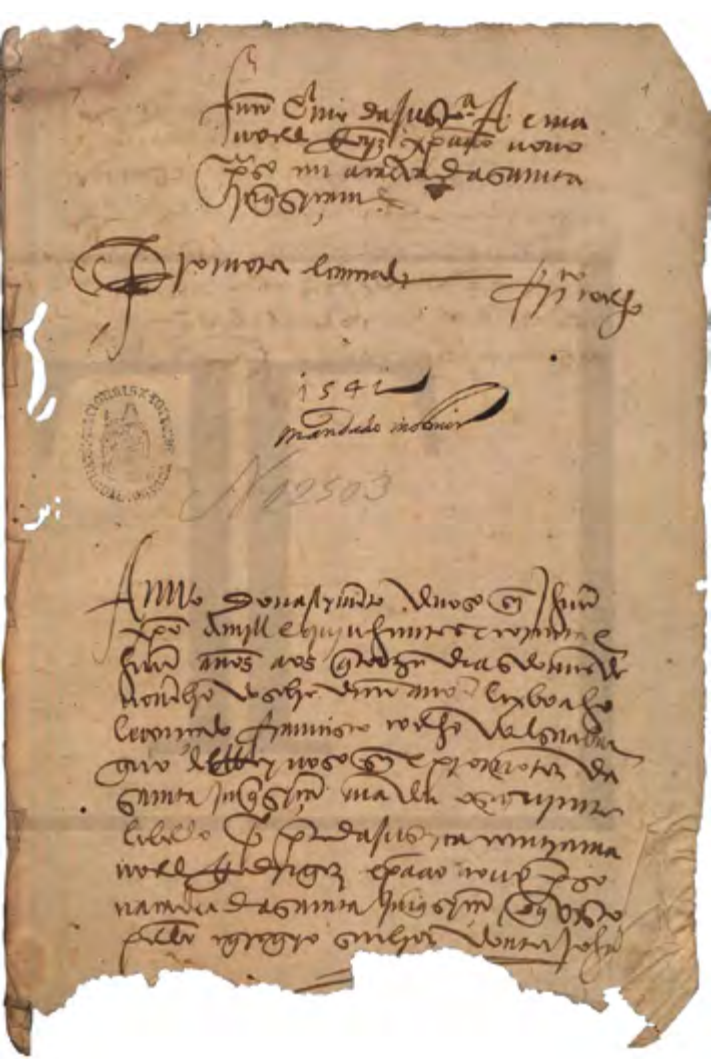
do Reino do Algarve (1577), quando discorria sobre as causas sobre o declínio populacional desta cidade no curso do século XVI⁸. Afinal, dos 274 processos que, até então, teriam envolvido residentes no Algarve, 126 teriam incidido sobre moradores daquela cidade, seguindo-se Lagos com 67 e Vila Nova de Portimão com 46. Um desses processos chegou mesmo a implicar um confrade seu, Frei Valentim da Luz, caso que já foi sobejamente estudado e divulgado, designadamente através de artigos e comunicações que instituições tavienses promoveram num passado recente⁹. Cumpre assim resgatar outros nomes da terra que igualmente caíram nas malhas do Tribunal, enquanto, numa análise breve e concisa, se procurará reconstituir os ritmos e mecanismos de atuação da Inquisição no Algarve até 1567.

O primeiro processo conhecido para o Algarve incidiu, precisamente, sobre um residente em Tavira. Em 1541, Manuel Rodrigues seria preso e julgado por duvidar dos sacramentos da Eucaristia e da Confissão, mas também de Jesus e de seus mistérios, pois não estava lá para ver ou crer. Segundo os inquisidores de Lisboa, perante os quais decorreu este processo, o réu seria cristão-novo, o que o próprio parecia desconhecer. Afinal, quando ainda em tenra idade teria deixado Santarém para se fixar em Tavira, encontrou aí uma família cristã-velha que o acolheu e lhe ensinou o ofício de barbeiro. Por ser declarado “homem muito simples e ignorante” e sem “juízo natural”, foi apenas sentenciado a ser instruído na fé no Colégio da Doutrina da Fé¹⁰.

Em 1543, a cidade de Tavira seria novamente visada pela mesa lisboeta, desta vez envolvendo quinze mouriscos forros islamitas, acusados de não saberem orações cristãs, apesar de serem cristãos batizados e de tentarem voltar para terra de infieis para seguirem a lei de Mafamede. Seria a maior investida da Inquisição portuguesa contra esta tipologia de delito nesta década¹¹. Tratam-se de reconciliações, processos sumários que escusaram culpas apensas, pelo que também se desconhece a origem dos mesmos. Considerando que a ligação de Portugal com as praças marroquinas se fazia pelo Algarve e, particularmente no século XVI, através de Tavira, e que boa parte da comunidade islamita teria fugido do Reino depois do decreto de expulsão de 1496, é provável que este grupo tivesse chegado à cidade na sequência do abandono das praças norte-africanas de Santa Cruz de Cabo de Guê (Agadir), Safim e Azamor, em 1541, o que o processo de Catarina Dias, natural de Safim, parece confirmar¹².

Os processos de judaísmo foram escassos até 1558. Depois de alguns casos em Faro, entre 1543 e 1545, as atenções dos inquisidores voltaram-se, em 1545 e 1546, para um grupo de cristãs-novas de Loulé, entre estas Isabel Vaz e Maria Pecua - únicas cujos processos sobreviveram –, e Ana Martins e Guiomar Fernandes,

todas presas em Évora, onde o sobrinho da primeira também se encontrava preso, o que sugere uma investida sobre um círculo messiânico existente naquela vila, aparentemente encabeçado por Artur Dias, o mesmo que as denunciou quando, em 1542, foi julgado pelos inquisidores de Lisboa¹³. Em Tavira, o primeiro caso de judaísmo surge em dezembro de 1545, envolvendo João Lopes, homem de 80 anos que ainda permaneceu dois anos na cadeira pública de Tavira a aguardar julgamento, mas o seu processo não seria concluído, talvez por ter falecido¹⁴. Provavelmente, o perdão geral de 1547 frustraria qualquer tentativa de explorar o filão judaico em terras algarvias.



Capa do processo de Manuel Rodrigues, de Tavira, o primeiro algarvio a ser sentenciado pela Inquisição (1541). IANTT - Inquisição de Lisboa, Proc. 12 503, fl. 1.

Desconhece-se, enfim, qual terá sido o papel de D. Manuel de Sousa, prelado algarvio entre 1538 e 1545, nesta primeira acomedida inquisitorial na diocese, pois nem sempre se consegue identificar a origem dos processos. A suspensão dos despachos processuais por breve de setembro de 1544 e o perdão geral de 1547 levariam a um refreamento da perseguição inquisitorial em todo o reino, aproveitado para uma reorganização do Tribunal. O Algarve apenas conheceria uma nova investida na década seguinte, quando no trono episcopal estaria já sentado D. João de Melo, o inquisidor de Lisboa que atrás se fez referência.

² Cf. IANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 330, doc. 2.

³ Cf. IANTT – Cartas missivas, mç. 2, doc.166, cit. BAIÃO, António – *A Inquisição em Portugal e no Brazil...* Lisboa: Oficina Tipográfica-Calçada do Cabra, 1906, p. 20 do apêndice documental.

⁴ Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero – E assim se abriu judaísmo no Algarve. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 29 (1981); O Algarve económico: 1600-1773. Lisboa: Estampa, 1988.

⁵ Ver VIEIRA, Carla da Costa – *Uma amarra ao mar e outra à terra...* Olhão: Sul, Sol, Sal, 2018.

⁶ Ver COELHO, António Borges – *A Inquisição de Évora - Dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, 1987.

⁷ Ver GIEBELS, Daniel Norte – *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*. Lisboa: Gradiva, 2018.

⁸ Cf. GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI...*, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

⁹ Ver DIAS, José Sebastião da Silva – *O erasmismo e a Inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975. António Rosa Mendes recordou, em vários dos seus trabalhos, alguns publicados em Tavira, este processo: Frei Valentim da Luz, Prior do Colégio da Graça de Tavira queimado pela Inquisição em 1562. *Actas das I Jornadas de História de Tavira*. Tavira: Clube de Tavira, 1992, p. 96-99; Humanismo e Erasmismo em Tavira, no século XVI: o drama de Frei Valentim da Luz penitenciado pela Inquisição. *Espírito e Poder – Tavira nos tempos da Modernidade*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2006, p. 59-61.

¹⁰ Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 12 503, fl. 1-5v.

¹¹ Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Procs. 259, 2242, 3192, 3213, 3550, 3578, 7811, 9285, 9432, 9863, 9913, 9957, 10 833, 12 691, 12 692.

¹² Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 3578. Sobre as últimas comunidades mouriscas no Algarve ver, por exemplo, BARROS, Maria Filomena Lopes de – Os últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria. *AL-Ulya – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 13 (2009), p. 121-130.

¹³ Ver IANTT – Inquisição de Évora, Procs. 5304 e 9488. Ver ainda GIEBELS, Daniel Norte – Loulé em Processos da Inquisição (sécs. XVI-XVIII). *Atas I Encontro de História de Loulé*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2018, p. 169-187.

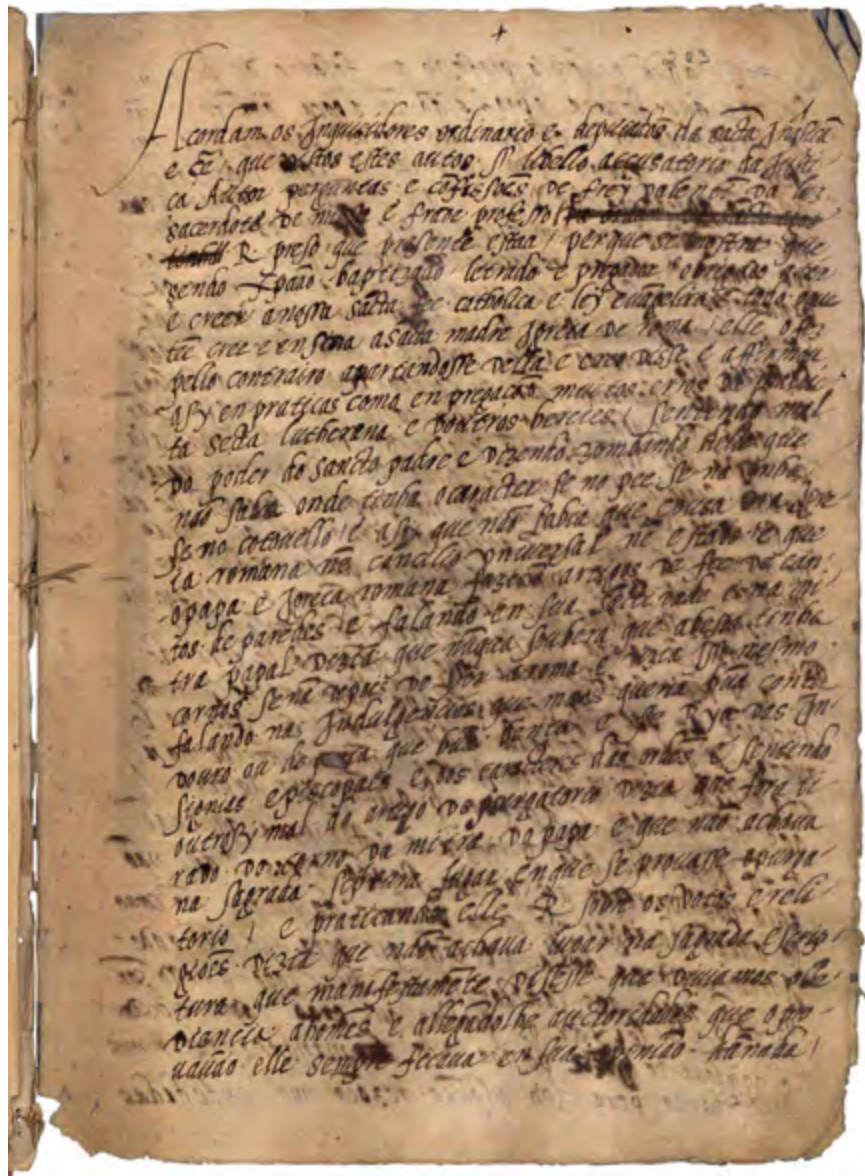
¹⁴ Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 9411.

Relembrando aqui as palavras que João Franco Barreto na sua *Bibliotheca Luzitana* (1662-1665), D. João de Melo e Castro “por todos os cargos como por degraos; e em todas as partes em que teve officio veyo a ser presidente”¹⁵. Foi cônego, capelão, visitador episcopal, conselheiro do Santo Offício (10/10/1536), inquisidor geral por delegação (03/01/1537), inquisidor em Évora e em Lisboa (1536-1549), deputado da Mesa da Consciência (13/02/1538), desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação (31/05/1540), desembargador da Casa do Cível (29/01/1549), bispo do Algarve (13/03/1549-21/06/1564), Regedor das Justiças da Casa da Suplicação (17/09/1557), presidente da Mesa do Santo Offício (1552-1564), coadjutor, vigário geral e provisor pelo cardeal D. Henrique, presidente do Desembargo do Paço (1564), arcebispo de Évora (21/06/1564-05/08/1574), fidalgo, membro do conselho d’El Rei e ilustre doutor em Cânones.

Assim que foi alcandorado à mitra algarvia, D. João de Melo tratou logo de visitar a sua diocese. Em agosto e setembro de 1550, vemo-lo em audiência em Lagos e depois no mosteiro de São Vicente a inquirir sobre a detenção de uns renegados cristãos que viajavam nas fustas mouras que teriam sido intercetadas ao largo do Cabo de São Vicente, casos que tratou de encaminhar para a Inquisição de Lisboa¹⁶. Talvez tivesse sido na sequência desta primeira visita que o bispo escreveu, na sua obra *A Doctrina de princípios e fundamêtos de christãdade*, catecismo publicado em data incerta, que “neste nosso bispado há grande ignorância e descuido do que o xпам deue saber”¹⁷. No ano seguinte àquela visita, Melo ausentar-se-ia para participar na segunda fase do Concílio de Trento, reunida entre 1 de maio de 1551 e 28 de abril de 1552, assim como para colaborar na elaboração do primeiro Regimento do Santo Offício, concluído em agosto de 1552, mas não abandonou a diocese sem antes encomendar aos jesuítas a realização de missões pelo seu interior, seguindo o exemplo do cardeal D. Henrique para a arquidiocese eborense¹⁸. Animado por um ímpeto reformista, em janeiro de 1554 regressaria ao seu bispado para presidir ao sínodo diocesano que antes convocara por “nam avendo memoria nos homens que vissem nem ouvissem celebrar Sínodo em toda esta diocese”, palavras inscritas no proémio das Constituições Sinodais que dali resultariam, publicadas a 27 de agosto, as primeiras que este bispado conheceu¹⁹. Voltaria a Lisboa, onde, entre 1555 e 1556, chegou a presidir aos despachos realizados na mesa inquisitorial, tendo aí permanecido, muito provavelmente, até setembro de 1557, quando foi nomeado regedor das Justiças da Casa da Suplicação²⁰. Em dezembro de 1558, estariam já a decorrer novas visitas pastorais, realizadas pelo seu provisor e vigário geral, o doutor Luís de Albuquerque, que chega a ser referido como “deputado do Santo Offício da Inquisição”, embora não o fosse, prova de uma manifesta simbiose entre as justiças inquisitorial e eclesiástica²¹.

Albuquerque principia a sua deambulação pela parte ocidental da região, onde, em outubro de 1558, já teria executado alguns mandados de prisão emitidos pelos inquisidores de Lisboa. Entre 6 de dezembro de 1558 e 16 de janeiro de 1559, segundo os traslados que constam em processos inquisitoriais, Albuquerque realizava audiências no Mosteiro de São Francisco da Vila Nova de Portimão, sendo assistido pelo guardião dessa casa, Frei Miguel d’Aveiro, e por um padre da Companhia de Jesus, Belchior Cota, estes igualmente responsáveis por presidir a algumas sessões²². Daria um salto a Loulé, a 9 de março, para conhecer um caso de uma cristã-nova que teria sido citada num processo de uma portimonense, mas em junho retomaria os trabalhos na foz do rio Arade. Depois de devassadas as gentes dessa vila, atingindo ainda as de Silves, o vigário geral dedicar-se-ia a conhecer os pecados dos lacobrigenses, visitando a cidade de Lagos nos últimos meses de 1560. A partir de finais de 1562, os agentes eclesiásticos alcançam Tavira, nomeadamente António de Gouveia, que substituía Albuquerque por se encontrar doente, tendo conhecido vários casos que contribuiriam para que, em apenas 5 anos, 103 réus fossem presentes à mesa inquisitorial, na sua esmagadora maioria por suspeitas de seguirem os preceitos da crença judaica, número que quase igualava aquele que se seria conhecido para toda a zona de Lagos, Silves e Portimão.

A Inquisição teria já começado a conhecer alguns casos em Tavira em 1558, antes de se ter investido sobre aquelas localidades do barlavento algarvio, destacando-se a atuação de Gregório Martins Caminha, provedor dos órfãos, hospitais, capelas e juiz dos resíduos com alçada no Algarve, este, provavelmente, substituindo João Gonçalves, prior de Tavira do hábito de Santiago e teólogo formado em Coimbra, que, pouco tempo antes, teria sido julgado pela Inquisição pelo pecado de sodomia²³. A denúncia contra este teria partido de António, moço de 14 anos que vivia em Lisboa, reportando-se a abusos que teria sofrido quando apenas teria 11 anos. Sempre que se recolhiam para dormir, nas deambulações que faziam juntos, o prior chegava-se ao moço e metia a sua “natura” entre as suas pernas, ameaçando-o para que nunca confessasse esse pecado, prática que repetiria com outro moço, que tudo confirmaria perante os inquisidores. Por ser pessoa privilegiada e isenta, distinção que o hábito de Santiago lhe garantia, o monarca ordenou aos inquisidores, por carta de 21 de agosto de 1555, que o soltassem e entregassem suas culpas ao prior do convento de Palmela. Os inquisidores confiariam assim àquele provedor dos órfãos a prisão de várias cristãs-novas, entre elas Isabel Fernandes, padeira de 60 anos que vivia em Tavira desde que tinha fugido de Santarém vestida de freira e que teria mudado o seu nome para Maria Rodrigues de Murça, conseguindo, com isso, escapar à investida inquisitorial que se abatera sobre as suas amigas scalbitanas. No entanto, não dissimularia a sua crença judaica a um



Acórdão final do processo de Frei Valentim da Luz, o primeiro a ser condenado à fogueira em Portugal por culpas de luteranismo (1562). IANTT - Inquisição de Lisboa, Proc. 8235, fl. 223.

cristão-novo portuense que aí a visitaria, o mesmo que, chegando a Lisboa, a denunciou a si e a outras cristãs-novas daquela cidade algarvia, como Genebra Gomes, Catarina Gomes e Branca Álvares²⁴.

Em 1560, foi aberto o célebre processo de Valentim da Luz, frade do hábito dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho que teria entrado, em 1558, no Convento de Nossa Senhora da Graça em Tavira, sendo promovido a prior da mesma casa em 1560²⁵. Perfilhando as críticas de Erasmo e apelando a uma renovação interior e espiritual, criticava o luxo do papa, a hipocrisia do clero, o sobejidão de Ordens religiosas, o celibato dos padres e a superstição do culto dos santos e das relíquias, defendendo que a bíblia deveria circular em língua vernacular e que seria preferível dar dinheiro aos pobres do que construir templos, palavras escandalosas para os pios ouvidos de Dona Maria de Meneses, viúva de Bernardo Corte Real, que denunciaria o frade a 10 de junho de 1560, no leito da sua casa em Lisboa, onde permanecia doente. Os primeiros testemunhos seriam ouvidos no auditório lisboeta, enquanto Albuquerque incumbiria o bacharel António de Gouveia de ir a Tavira inquirir várias pessoas que acabariam por confirmar as suspeitas que pendiam sobre o frade e por motivar a sua prisão a 1 de agosto de 1561. O réu procurou, desde o início, confessar tudo, mas, segundo o promotor, ainda haveria mais a confessar, sendo-lhe apresentado o libelo acusatório a 6 de setembro de 1561. O processo seguiu os trâmites normais, entrando na fase de constituição de prova, ratificando-se anteriores testemunhos e juntando-se a esses os pareceres de doutas figuras que se deveriam pronunciar sobre as proposições do frade, entre elas Jerónimo Osório, que anos mais tarde seria eleito bispo do Algarve, mas também Luís de Montoya, provincial da Ordem de Santo Agostinho. Frei Valentim seria condenado por luterano e morto na fogueira do auto da Fé que se celebrou a 10 de maio de 1562, em Lisboa, tendo sido o primeiro a sofrer tal pena em Portugal por tal delito.

^[1] CF. BARRETO, João Franco – Bibliotheca Luzitana Autores Portugueses. Lisboa: [s.d.], Vol. VI, fl. 645.

^[2] Cf. IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 8481.

^[3] Cf. CRISTÓVÃO, Francisco da Silva – Catequese e catecismos, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. I, p. 304.

^[4] Este assunto foi aprofundado pela obra de Federico Palomo Fazer dos campos escolas excelentes. Os jesuítas de Évora e as missões do interior de Portugal (1551-1650). Lisboa: FCG / FCT / Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

^[5] Cf. Constituiçoens do Bispado do Algarve. Lisboa: oficina de Germão Galhar, 27 de agosto de 1554.

^[6] Cf. IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 5515.

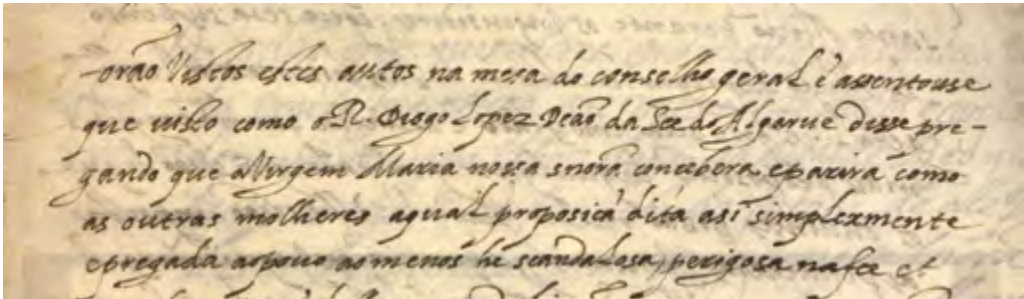
^[7] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 2020, fl. 4.

^[8] Ver, por exemplo, IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 874.

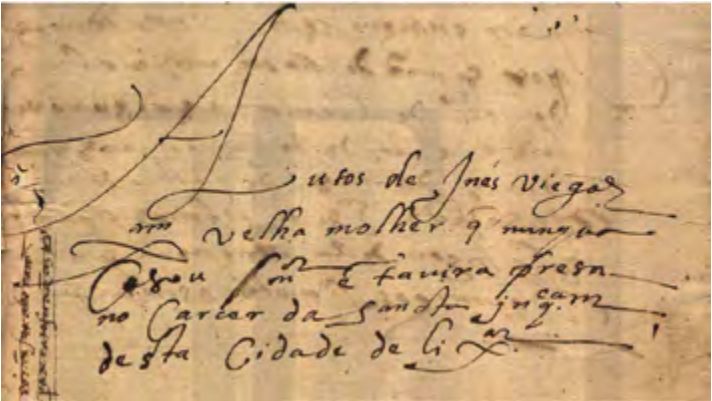
^[9] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 12 641.

^[10] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Procs. 3114, 1833, 3562 e 6893.

A 21 de junho de 1564, D. João de Melo tomou posse como arcebispo de Évora, ano em também foi também alcandorado à presidência do Desembargo do Paço, cargo que, até aí, seria ocupado pelo próprio monarca. Jerónimo Osório sucedia-lhe à frente da mitra algarvia, tendo o seu governo coincidido com um período em que a Inquisição de Lisboa refreava a sua repressão, consequência de uma reorganização interna, mas também de uma crise de tesouraria que afetaria o funcionamento do seu auditório, sobretudo durante a década de 70. A quebra processual que, desde então, se assistiu para a região algarvia não resultou, pois, de eventuais divergências entre este antístite e a Inquisição, com a qual nunca deixou de colaborar. Se aquelas de facto existiram, poderiam ter decorrido da publicação da sua obra *De Justitia* (1572), onde, alegadamente, revelava segredos inquisitoriais, mas esta e outras obras da sua lavra apenas vieram a integrar o Índex de livros proibidos de 1581. Osório teria, afinal, sido indicado pelo cardeal D. Henrique para a dignidade de arcediago do Bago da Sé de Évora em 1560, tendo sido solicitado para contribuir com os seus pareceres em processos inquisitoriais, como no de Frei Valentim da Luz. Enquanto bispo do Algarve, manteve o seu aparelho eclesiástico ao serviço do Santo Ofício, encaminhando para este vários cristãos-velhos indiciados de proferirem heresias, comportamentos para as quais as diretrizes tridentinas reclamavam maior atenção, mas também encaminhou, em 1567, mais um caso de luteranismo para a mesa inquisitorial, envolvendo a irmã Inês Viegas do convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira²⁶. Esta lamentava que tinha na sua mão o coração de Frei Valentim e de que os luteranos morriam mártires, dizendo que a fogueira onde uma mulher tinha sido queimada por luterana em Sevilha, era cama de rosas para sua alma. Seria o próprio meirinho eclesiástico de Tavira, Simão de Matos, a entregar Inês no cárcere de Lisboa em julho de 1567, saindo no auto público de 14 de novembro de 1568. Não deixaram, enfim, de serem remetidas denúncias contra cristãos-novos. Em Tavira, a 4 de maio de 1566, o vigário geral e o prior da Igreja de Santa Maria de Tavira, António Mimoso, recolheram uma denúncia contra Filipa Henriques, cristã-nova de 16 anos, suspeita de seguir a fé mosaica, culpas que ainda seriam encaminhadas para a Inquisição de Lisboa²⁷.



Pormenor do processo contra o Deão Diogo Lopes, natural de Tavira (1585). IANTT - Inquisição de Lisboa, Proc. 3205, fl. 326.



Capa do processo da Irmã Inês Viegas, condenada por luteranismo (1567). IANTT - Inquisição de Lisboa, Proc. 3137, fl. 1.

A 20 de agosto de 1580, Osório morre em Tavira, onde tinha acorrido para serenar os motins consequentes da crise da sucessão do cardeal D. Henrique, três anos depois de ter conseguido transferir a sede episcopal de Silves para Faro. Sucedeu-lhe D. Afonso de Castelo Branco, teólogo próximo do então falecido cardeal D. Henrique. No seu curto governo, denunciou o deão do cabido de Faro, um cristão-novo natural de Tavira, e solicitou uma visita da Inquisição ao Algarve, para a qual viria a ser incumbido o inquisidor Manuel Álvares Tavares²⁸. O períplo pela região algarvia, decorrido entre março e julho de 1585, partiria de Faro e passaria por Lagos, Aljezur, Silves, Vila Nova de Portimão, Albufeira e, finalmente, Loulé, tendo-se demorado mais em Vila Nova de Portimão, de onde haveriam de partir mais de uma centena de processos, em parte relacionados com ritos fúnebres judaicos celebrados por ocasião do aumento da mortalidade provocada pela peste de 1580²⁹. O visitador não chegaria a entrar em Tavira, ainda que tivessem sido instaurados processos contra alguns dos seus habitantes como consequência dessa investida. Numa carta escrita a 2 de janeiro de 1593, já como bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco recorda o Conselho Geral do Santo Ofício desta visita com estas palavras: “por entender polas visitaçois que fiz estar cheo de judeus e não me enganei”³⁰.

A cooperação do episcopado na entrada da Inquisição do Algarve no século XVI foi, e continuou a ser nas centúrias seguintes, patente no número de casos conhecidos e remetidos pelas estruturas eclesiásticas para o Santo Ofício, assim como na execução de posteriores diligências solicitadas por este Tribunal, como os mandatos de prisão, ainda que alguns oficiais da Inquisição de Lisboa se tenham deslocado até essa cidade com esse propósito, como o meirinho Damião Mendes, encarregue de prender 20 tavirenses em 1564³¹. Contudo, não se pode ignorar que a própria Igreja se debatia com questões jurisdicionais que muitas vezes a opunha a outros poderes locais. Parece ter sido esse o caso que esteve por trás das divergências entre o meirinho eclesiástico de Tavira e o alcaide de Castro Marim em torno da execução de um daqueles mandados de prisão. Em 1557, uma escrava avisaria António de Melo, alcaide-mor de Castro Marim, que Jorge Anes Castro estaria a ser preso, sem dizer por quem nem porquê. Aquele levantou-se da cama e, com apenas um roupão, pegou numa cana e foi ter, com mais 10 homens, para o local onde tudo se passava. Logo reconheceu Simão de Matos, meirinho do eclesiástico em Tavira, por ele vir aí algumas vezes buscar trigo. Este viria a ser responsável pela maior parte das prisões em Tavira entre 1557 e 1564. O alcaide, escoltado por muita gente que gritava “solta, solta”, dirigiu-se à casa onde o meirinho tinha o preso com mãos atadas, onde perguntou a este, sentado numa cadeira, qual seria a razão daquela prisão, acusando-o de traição. O meirinho mostrou um papel que tinha na bolsa onde provava que ele fazia essa diligência a pedido da Inquisição, mas o alcaide acabou, ainda assim, por lhe tirar o preso, levando-o para o castelo. O facto de se alegar a jurisdição inquisitorial sobre o caso deixá-lo-ia intrigado, como mais tarde desabafou com uns principais da vila, e por ter visto que o meirinho saíra dali escandalizado, logo selou um ginete e mandou um homem chamá-lo a sua casa, para que lhe pudesse entregar o preso, mas o clérigo negou essa tentativa de reconciliação. O alcaide ainda tentaria entregar o preso no aljube de Tavira, mas uma carta dos inquisidores de Lisboa pedia agora àquele que trouxesse o preso até à mesa de Lisboa, onde igualmente se deveria apresentar. Os oficiais eclesiásticos de Tavira teriam, entretanto, dado conta aos inquisidores do sucedido. António de Melo desculpar-se-ia alegando que não sabia nada dos assuntos da Inquisição, pois teria estado 20 anos em cativoeiro, onde teria sido muito martirizado, ou seja, teria estado em terras de mouros desde do estabelecimento da Inquisição em Portugal. Ainda assim, seria condenado a pagar cinquenta cruzados para obras pias e para despesas do Santo Ofício, sendo ainda admoestado a colaborar nas prisões e diligências da Inquisição.

Em suma, entre 1541 e 1567, a Inquisição instaurou 124 processos contra residentes em Tavira, envolvendo 72 mulheres e 52 homens. Contam-se, pelo menos, 63 casados, 25 solteiros e 22 viúvos. As artes dos mesteirais e as atividades comerciais são as que

mais surgem entre os ofícios dos réus, mas também se conhecem lavradores, padeiros, rendeiros, escravos e membros de Ordens religiosas. Foram julgados 102 cristãos-novos, por judaísmo; 16 mouriscos, por islamismo; e 4 cristãos-velhos, por sodomia e luteranismo; juntam-se a estes Francisca Moça, acusada de encobrir cristãos-novos, e Manuel Rodrigues, por proposições heréticas, este que viria a descobrir a sua ascendência judaica, ainda que asseverasse que não convivía com cristãos-novos. Foram 120 processos aqueles que decorreram na mesa da Inquisição de Lisboa e apenas 4 passaram pelas mãos dos inquisidores de Évora. Como tal, foi nos autos da Fé que se realizaram na igreja do Hospital de Todos os Santos e na praça da Ribeira em Lisboa que muitos tavirenses haveriam de abjurar dos seus erros e conhecer suas sentenças, ainda que alguns sucumbissem antes pelas agruras da vida nos cárceres, como Beatriz Dias e Isabel Fernandes, esta com os seus 70 anos³². Muitos seriam condenados a tempo de cárcere, a trazer o hábito penitencial e a serem instruídos na Fé, conjunto de penas que seria geralmente aplicada nos casos de judaísmo e islamismo, embora nos casos considerados menos graves fosse apenas feita uma admoestação e prescritos orações, confissões e jejuns. Alguns viriam a sua pena a ser comutada, libertando-se da reclusão para regressarem a Tavira, mas ainda teriam de carregar o hábito penitencial, prolongando a vexação social, sua e de sua família. Leonor Dias, por seu turno, voltaria para o Algarve, mas deveria cumprir dois anos de degredo em Castro Marim³³. Outros não voltariam à sua terra. Excomungados e acusados de heresia e apostasia, 5 tavirenses haveriam de ser relaxados à justiça secular para depois alimentarem as chamas das fogueiras que seriam acendidas nos autos públicos:

^[25] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 8352.

^[26] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 3137.

^[27] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 2215

^[28] Ver BAIÃO, António – Um deão da Sé de Faro nos fins do século XVI a contas com a Inquisição. Faro: s.n., 1949; e IANTT – Corpo Cronológico, Parte I, mc. 112, n.º 111.

^[29] Esta visita é conhecida através dos livros de denúncias e processos, atendendo que os livros da visitação se perderam. Ver VIEIRA, Carla da Costa – Peste e Heresia. A repressão inquisitorial no Algarve em finais de Quinhentos e o surto epidémico de 1580. Cadernos de Estudos Sefarditas, 9 (2009), p. 149-180.

^[30] Cf. IANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 91, carta 99, cit. PAIVA, José Pedro – Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, p. 164. A carta a pedir para o Algarve encontra-se em IANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 97, carta 4.

^[31] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 10 742.

^[32] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Procs. 4983 e 8985.

^[33] Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Proc. 7742

Frei Valentim da Luz e Mor Mendes, no auto de 10 de maio de 1562; Gaspar Fernandes e João Lopes, no auto de 11 de junho de 1564; Marco Gomes, no de 1 de julho de 1565³⁴. O primeiro por subscrever às teses luteranas, os restantes por seguirem a crença judaica. Nenhum destes viu os seus bens confiscados, pois, até 1568, os cristãos-novos foram sempre conseguindo, da parte da Coroa, alvarás que renovavam a sua isenção face àquela prática penal.

Tavira seria novamente revisitada pela Inquisição nas décadas de 30 e 40 do século XVII, como efeito colateral das investidas contra Loulé e Faro, e no século XVIII, com algumas incursões em torno de práticas mágicas. Durante os 285 anos em que a Inquisição portuguesa funcionou, foram instaurados cerca de 1.100 processos contra residentes no Algarve, cerca de 2,5% do total de processos que atualmente se encontram custodiados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Tavira apresenta-se, no término daquele período, como a segunda localidade mais atingida pelo Tribunal da Fé, logo a seguir a Faro, mas foi no século XVI, como se viu, que esta investida mais pesou sobre as gentes do Gilão.

³⁴ Ver IANTT – Inquisição de Lisboa, Procs. 8352, 13 280, 2486, 1156 e 10 742.

Bibliografia

BAIÃO, António – *A Inquisição em Portugal e no Brazil. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Oficina Tipográfica-Calçada do Cabra, 1906.

BAIÃO, António – *Um deão da Sé de Faro nos fins do século XVI a contas com a Inquisição*. Faro: s.n., 1949.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – Os últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria. *AL-Ulyá – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 13 (2009), p. 121-130.

DIAS, José Sebastião da Silva – *O erasmismo e a Inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1975.

COELHO, António Borges – *A Inquisição de Évora - Dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, 1987.

CRISTÓVÃO, Francisco da Silva – Catequese e catecismos, in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. I, p. 304.

GIEBELS, Daniel Norte – *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*. Lisboa: Gradiva, 2018.

GIEBELS, Daniel Norte – Loulé em Processos da Inquisição (sécs. XVI-XVIII). *Atas I Encontro de História de Loulé*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2018, p. 169-187.

GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *Duas Descrições do Algarve do Século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino de Algarve (1577) e Henrique Fernandes Sarrão, História do Reino do Algarve (circa 1600)*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, nº 3. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – E assim se abriu judaísmo no Algarve. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 29 (1981).

MAGALHÃES, Joaquim Romero - Em busca dos «tempos» da Inquisição (1573-1615). *Revista de História das Ideias*. Vol. 9, Tomo II (1987), p. 191-228.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MENDES, António Rosa – Frei Valentim da Luz, Prior do Colégio da Graça de Tavira queimado pela Inquisição em 1562. *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira: Clube de Tavira, 1992, p. 96-99.

MENDES, António Rosa – Humanismo e Erasmismo em Tavira, no século XVI: o drama de Frei Valentim da Luz penitenciado pela Inquisição. *Espírito e Poder – Tavira nos tempos da Modernidade*, Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2006, p. 59-61.

PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

PALOMO, Federico – *Fazer dos campos escolas excelentes. Os jesuítas de Évora e as missões do interior de Portugal (1551-1650)*. Lisboa: FCG / FCT / Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

VIEIRA, Carla da Costa – Peste e Heresia. A repressão inquisitorial no Algarve em finais de Quinhentos e o surto epidémico de 1580. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 9 (2009), p. 149-180.

VIEIRA, Carla da Costa – *Uma amarra ao mar e outra à terra. Cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*. Olhão: Sul, Sol, Sal, 2018.

Tavira e as religiões no século XVI:

notas sobre cristãos, *cristãos-novos* e *mouriscos*¹

Fabrizio Boscaglia

1. Tensões e dinâmicas religiosas nos séculos XV e XVI: Portugal e o mundo

As dinâmicas religiosas a considerar, no que respeita a Portugal quinhentista, são necessariamente dinâmicas globais, mesmo quando emergem ou são lidas numa dimensão local, por causa da projeção planetária que a civilização cristã e o próprio Catolicismo tiveram na sua tentativa e efetiva ação de expansão, particularmente no século XVI e no que respeita a Portugal, na época que mais define a história e as narrativas da chamada Era dos Descobrimentos.

O contexto histórico e religioso em que o presente escrito pretende destacar figuras e questões religiosas relacionadas com Tavira é, pois, o de um *mundo* atravessado por profundas fraturas e linhas de conflito, de encontro e (muitas vezes) de desencontro entre religiões e comunidades religiosas. Trata-se, além disso, de décadas que irão globalizar e tornar cada vez mais críticos os vetores identitários do Catolicismo, do relacionamento deste com as outras religiões e, mais em geral, das dinâmicas e tensões entre religiões, na modernidade. Tavira é parte deste mundo quinhentista e *é*, do ponto de vista da sua cosmovisão, *este mesmo mundo*.

Trata-se de um cenário onde Portugal tinha evidentemente um papel de notável relevância geopolítica, e não só, empenhada como era a nação portuguesa na empresa marítima, imperial, cruzada e civilizacional dos Descobrimentos, a implicar uma competição, um contacto e uma confrontação frequentes com outras religiões e formas de culto, entre as quais as chamadas religiões da Índia e o Islão, este desempenhando o papel de inimigo designado da Cruzada marítima e transoceânica dos lusitanos.

^[1] O presente texto é fruto de investigação realizada no contexto da linha de investigação Herança e Espiritualidade Islâmica e do projeto Património Islâmico em Portugal (patrimonioislamico.ulusofona.pt), tendo sede na Área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona, em parceria ou colaboração com a Biblioteca Nacional de Portugal, a Fundação Islâmica de Palmela e outras instituições.

Neste contexto, uma palavra-chave que define as coordenadas da mundividência católica, logo portuguesa, do século XVI, é *Inquisição*. De facto, se a competição geopolítica de Portugal incorporava ou encarnava o projeto de um domínio católico global sobre as almas, a própria Igreja ocupava-se através do Reino de Portugal, entre outros estados, de reafirmar a doutrina romana na e da própria Cristandade, através da Inquisição (1536-1821) e coerentemente com a implementação do Concílio de Trento (1545-1563).

Assim, se o grande “outro” designado da narrativa os Descobrimentos foi sobretudo o «malvado Mouro», «torpe Ismaelita»² contra o qual os lusitanos combatiam no Norte de África e no Índico, no caso da Contrarreforma o confronto do qual surgiu a mentalidade da Inquisição – inclusivamente em Portugal – foi inicialmente, e do ponto de vista doutrinário, o confronto intraeuropeu com a Reforma de Lutero, isto é, com o designado Protestantismo.

Em Portugal, a intolerância perante judeus e muçulmanos, já instituída por D. Manuel I a 5 de dezembro de 1496 com o Decreto de Expulsão de Mouros e Judeus, foi posteriormente moldada pela Inquisição e pela Contrarreforma para se instaurar como paradigma político, social e religioso de referência até ao início do século XIX, tumultando os cerca de oito séculos de convivência entre judeus, cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, variadamente apreciável entre os séculos VIII e XV. A *Reconquista* das almas cumpria-se no Auto da Fé, enquanto a esfera armilar se ia fechando em continentes longínquos pelo selo da Cruz.

Dito de outra forma, uma das tónicas dominantes dos contactos entre o Catolicismo e as outras religiões neste período é a hostilidade. O império é universal, assim o é o conflito, que tem como campo de batalha as terras, os oceanos, o Ocidente e o Oriente. Por sua vez, no ocidente ibérico, a degradação, alienação e opressão do “outro” religioso afirmam-se como sendo a lei e o costume a partir dos reinados de D. Manuel I e de D. João III.

Neste quadro, o século XVI foi pontualmente ocasião, para o Portugal católico, de encontros pacíficos e por vezes de diálogos entre religiões, o que é importante destacar, quer pela sua relevância histórica e religiosa, quer para evitar estereotipar as narrativas. Um caso de diálogo a destacar é o que se deu entre os jesuítas portugueses e o soberano muçulmano da Índia, chamado Akbar (dinastia Mogol), a partir da década de 1570, na corte e a convite deste.

Contudo, ao falarmos de Portugal nas suas fronteiras europeias continentais, onde Tavira se situa, é indubitável que no século XVI a intolerância é a manifestação do Catolicismo perante as outras religiões e comunidades religiosas, quer no caso dos supostos sim-

patizantes do Protestantismo, quer de judeus (*/cristãos-novos*) e muçulmanos (*/mouriscos*), quer ainda dos escravos e cativos que passavam por Portugal vindos de vários quadrantes do globo, trazendo os seus cultos e as suas culturas consigo.

É ainda oportuno ter em consideração que o Catolicismo, em geral e no caso português, tinha dentro de si diferentes sensibilidades e histórias, nomeadamente através das diversas ordens e comunidades que protagonizaram a ação católica em Portugal, e apesar de um centralismo de fundo que carateriza a ação da Contrarreforma. Entre elas, apenas duas são mencionadas no presente escrito, os Dominicanos e a Ordem de Cister, porque mais funcionais a abordagem introdutiva e panorâmica do próprio. Contudo, outras poderiam e deveriam ser referidas numa abordagem histórico-religiosa mais completa.

No que diz respeito ao quadro cronológico que marca a história religiosa do século XVI, entre Portugal e o mundo, trata-se de uma sucessão de acontecimentos tão significativos e marcantes que, mesmo ao mencionarmos apenas alguns entre os muitos importantes, torna-se logo evidente que poucos séculos terão influenciado os períodos sucessivos de forma tão evidente como este. O início do século em Portugal, neste sentido, é marcado pelo Massacre dos Judeus em Lisboa (1506), que vem antecipar a intolerância da Inquisição e, portanto, contribui para o fim da história de convivência entre as três religiões abraâmicas que – de forma variada, por assim dizer entre “altos e baixos” – tinha caraterizado ao al-Andalus (711-1492) e o próprio Reino de Portugal pelo menos até 1496. A nível internacional, a Reforma luterana (1517) marca na Cristandade uma das divisões mais impactantes da sua história, um século após o Cisma de Ocidente (1378-1417), gerando uma avalanche de sucessivas consequências religiosas, culturais e históricas que vêm caraterizar, não apenas a modernidade, mas também a contemporaneidade europeia, ocidental e global. No que respeita ao combate ao Islão no contexto dos Descobrimentos e em geral no imperialismo luso, Portugal é uma vanguarda daquela Cruzada que pretende resgatar o trauma da Conquista de Constantinopla pelos Otomanos (1453). A própria Batalha de Alcácer-Quibir (1578) deve, em parte, a sua relevância geoestratégica e messiânica ao clima e ao projeto de antagonismo aos turcos que, poucos anos antes, via na vitória cristã em Lepanto (1571) a nova Poitiers da moderna Cruzada global.

Estas, sucintamente, as coordenadas que, do ponto de vista histórico e religioso, ajudam a situar Tavira no mapa religioso, histórico e religioso-civilizacional do século XVI. Num Algarve que, apesar de “longe” dos centros inquisitoriais de Lisboa e Évora, tem em Tavira uma cidade relevante na história da Inquisição em Portugal, e que, além disso, é fronteira da Cruzada dos Descobrimentos e no Norte de África.

2. Algumas igrejas e figuras da Tavira católica no século XVI³

Em 1540, vinte anos após D. Manuel I ter elevado Tavira ao estatuto de cidade (16 de março de 1520), a diocese do Algarve, da qual Tavira faz parte, passa a ser sucedânea de Évora, deixando de o ser de Lisboa. Estamos nos primeiros anos da Inquisição em Portugal. Tavira, neste período, representa um entre os mais desenvolvidos centros urbanos do Reino, sendo o mais destacado do Algarve, caraterizando-se do ponto de vista económico e social por uma importante indústria de armaria, a funcionar num florescente centro de comércio marítimo, ligado às praças do Norte de África e às rotas dos Descobrimentos.

A identidade moderna de Tavira é a de cidade empenhada ativamente na Cruzada. Com efeito, uma vez acabada a *Reconquista* pelos reis católicos em Granada (1492), Tavira mantém um papel estratégico na defesa das praças portuguesas do Norte de África, uma das fronteiras portuguesas com a «Terra de Mouros», isto é, com o *dār al-islām*⁴. Assim, por ter decorrido em Tavira a preparação da defesa de Arzila no cerco de 1508, e por ter vindo de Tavira milhares de homens do contingente empenhado em dita defesa, D. Manuel I manda construir o Convento de S. Bernardo (1509), no sítio onde se tinham aquartelado as tropas portuguesas, na parte meridional da cidade, no antigo Campo da Atalaia, fora do núcleo histórico urbano.

Ainda no mesmo ano de 1540 em que, conforme referido, a diocese do Algarve passa a ser sucedânea de Évora, Faro acolhe a sede episcopal da diocese, substituindo Silves neste papel. A transição, contudo, não é isenta de polémica, por causa de interesses dos cidadãos e das autoridades silvenses. Neste contexto de temporânea instabilidade diocesana, há quem tente – sem sucesso – levar a sede episcopal para Tavira, já que esta constituía um núcleo urbano mais importante, mais povoado e mais rico do que a própria Faro.

A flolescência de Tavira quinhentista e a sua história religiosa refletem-se na construção de igrejas e edifícios católicos deste período. Para além do já referido Convento de S. Bernardo (antigo convento de Nossa Senhora da Piedade, ou das Bernardas), que pertenceu à Ordem de Cister até 1862 e foi o edifício conventual maior do Algarve, mencionamos a Igreja da Misericórdia, edificada na Vila-a-dentro a partir de 1541, constituindo um dos mais importantes testemunhos renascentistas no Sul de Portugal e tendo sido mandada a construir pela Santa Casa da Misericórdia, poucas décadas após a fundação da mesma pela rainha D. Leonor (1498).

Para a finalidade de um estudo das religiões em Tavira, outra construção particularmente relevante é o Convento de Nossa Senhora da Graça, cujas obras se iniciaram entre 1552 e 1569, na

freguesia de Santa Maria. Do ponto de vista das dinâmicas entre religiões, não se tratará, em primeira instância, de aprofundar o facto de a Ordem de Santo Agostinho ter tido este como seu convento enquanto transladação do anterior convento de Azamor, aquando do abandono desta praça de Norte de África por D. João III após a conquista da Fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué pelos muçulmanos (1541). Com efeito, o que mais nos interessa são, neste caso, principalmente as ligações (arqueológicas, históricas e religiosas) do Convento com o Ġarb al-Andalus, com a expulsão dos judeus e com a luta da Inquisição às ideias e às pessoas relacionadas com o Protestantismo.

O Convento é, pois, um caso de sítio arqueológico onde convergem heranças das três religiões e culturas ditas abraâmicas. Quanto à vertente islâmica, foram descobertos, abaixo do Convento, vestígios de um bairro islâmico do século XIII. No que respeita ao seu relacionamento com a herança do Judaísmo, da qual trataremos mais adiante neste escrito, basta para já dizer que o Convento surge onde antes surgia uma sinagoga, esta substituição sendo uma das consequências do Decreto de Expulsão de Mouros e Judeus, assinado por D. Manuel I no dia 5 de dezembro de 1496. A conversão, neste edifício, de sinagoga a igreja, tem a ver, portanto, com a redefinição dos espaços urbanos, sociais e religiosos da cidade, assim como com a história da comunidade judaica em Portugal, na transição entre o paradigma da convivência e da diversidade àquele da intolerância e da uniformidade religiosa (*cuius regio, eius religio*)⁵.

Quanto ao relacionamento do próprio Convento de Nossa Senhora da Graça com a história das tensões internas ao Cristianismo, nomeadamente no que diz respeito à Reforma e à Contrarreforma, merece um destaque a figura de Frei Valentim da Luz (1524-1562), que foi prior do próprio Convento entre 1558 e 1560, tendo sido acusado de ser afim ao pensamento do humanista holandês Erasmo de Roterdão e das teses protestantes de Lutero, sendo consequentemente perseguido e julgado pelo Tribunal da

² Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, António Gôçaluez, 1572, I, 101, 8.

³ Sobre alguns dos temas relevante para a escrita deste parágrafo, foram consultados: Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; id., *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

⁴ A expressão, traduzível como ‘Casa do Islão’, indica a parte do mundo em que os muçulmanos governam, logo/ou estão em condições de praticarem em segurança a religião islâmica. Outras expressões análogas são *dār al-salām* ('Casa da Paz') e *dār al-tawḥīd* ('Casa do Monoteísmo').

⁵ Traduzível como ‘de quem é a região, dele é a religião’, expressão quinhentista com a qual, na história das guerras entre católicos e protestantes, foi designada a obrigação – definida pela Paz de Augusta (1555) – de cada súbdito seguir a religião do seu soberano.

Inquisição, e cuja condena a morte foi executada em Lisboa em 1562, em Auto da Fé. Em particular, o graciano foi considerado culpado de defender posições quase ou tipicamente luteranas, entre as quais a recusa da devoção aos santos, a crítica às indulgências, as convicções de que a confissão tem de ser feita diretamente a Deus e de que a Bíblia deve ser lida literalmente e traduzida para português, inclusivamente para uso litúrgico.⁶

Como é sabido, o Protestantismo não penetrou de forma significativa na Península Ibérica, nem particularmente no Algarve. Figuras como Frei Valentim da Luz e outras personagens históricas, entre as quais o maior destaque merece a de Damião De Góis, foram combatidas em Portugal por causa da alegada proximidade ou identificação com as ideias da Reforma, e permanecem como referências fundamentais para estudo da Inquisição em Portugal, nomeadamente da abordagem que esta teve do erasmismo e do Protestantismo.

Já numa vertente mais intelectual, teológica e de ensino católico, o Convento de Nossa da Graça destaca-se por ter sido, a partir da década de 1570, uma escola religiosa e teológica. A figura maior do convento no século XVI foi, neste sentido, Frei João de S. José, prior na própria década de 1570. Possivelmente nascido em Tentúgal, foi autor, em 1577, do livro *Corografia do Reino do Algarve* (v. Fig. 1). «Homem de ação», assim o define Joaquim Romero Magalhães, que refere a «vivacidade» de Frei João de S. José em a «complicada e importante» questão das preferências no que respeita a Dominicanos e Agostinianos em Portugal. Ao mesmo tempo, foi um intelectual que escreveu uma crónica da própria Ordem de Santo Agostinho, a qual ficou, contudo, perdida. Teve a tarefa de «pôr em ordem o Convento da Graça, que não estaria em cheiro de santidade depois de Frei Valentim da Luz por lá ter lançado o seu veneno crítico.»⁷

3. Judeus e cristãos-novos em Tavira no século XVI

Na Idade Média, existiam judiarias em todos os mais importantes centros urbanos do Algarve, onde os judeus viviam e constituíam comunidades organizadas, ativas e importantes para a vida económica e os ofícios mesteirais da região, nomeadamente em Silves, Loulé, Faro e na própria cidade de Tavira.⁸ No Reino de Portugal, como é sabido, esta convivência está relacionada com a herança administrativa do al-Andalus, onde as três religiões ditas abraâmicas tinham anteriormente convivido abaixo da lei islâmica.

Na época medieval, a judiaria de Tavira situava-se, tal como referido no anterior parágrafo, dentro das muralhas da cidade, em particular, onde posteriormente foi construído o Convento de Nossa Senhora da Graça, na zona que se encontra aquém da Porta da Afeição (v. Fig. 2). A própria igreja deste convento foi construída onde, previamente, existia a sinagoga da dita judiaria.

⁶ Cf. João Sebastião da Silva Dias, *O Erasmismo e a inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1975.

⁷ Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve na Época Moderna: miunças 2*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 78-80.

⁸ Carla Vieira, *Uma Amarra ao Mar e outra à Terra: cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*, Olhão, Sul Sol Sal, 2018, p. 44.



Fig. 1. [Fr. J. S. José], *Corografia do Reyno do Algarve* [1577]. BNP, COD. 109.

Fig. 2. Mapa de Tavira. Fonte: C. Vieira, «A fixação urbana dos cristãos-novos no Algarve (1550-1650)» (2012).



Quando, nos inícios da Idade Moderna, Tavira se torna na maior cidade do Algarve, graças ao seu dinamismo comercial e portuário, a área mais estratégica da cidade do ponto de vista comercial passa a ser a zona ribeirinha, fora das muralhas. Será para esta zona, economicamente mais dinâmica, que, efetivamente, ao longo do século XVI, uma significativa parte da comunidade dos cristãos-novos de Tavira irá instalar-se, conforme relata Carla Vieira no seu livro *Uma Amarra ao Mar e outra à Terra*⁹, que constitui, juntamente com outros trabalhos da mesma autora, a nossa principal referência para a presente e sucinta incursão.

O Decreto de Expulsão de Judeus e Mouros de 1496 e o início da Inquisição em Portugal em 1536 marcam profundas transformações na vida dos judeus de Tavira, de forma parecida com o que acontece nas outras cidades portuguesas e algarvias em particular. Uma destas transformações é a já referida mobilidade urbana. Os judeus, forçosamente convertidos a partir do decreto manuelino, passam, na qualidade de cristãos-novos, a não ter que cumprir os anteriores limites de residência na judiaria, o que lhes permite instalar-se, como foi dito, mais perto do rio, para beneficiar do maior dinamismo comercial desta zona, onde os negócios e os ofícios mesteirais davam mais proveito. A Rua Nova e a Praça da Ribeira tornam-se os novos centros comunitários da comunidade dos cristãos-novos em Tavira, que assim deixa as moradas intra-muros dos seus antepassados judeus.

Esta deslocação não terá sido uma das dimensões mais fraturantes para a memória e a experiência das famílias judias de Tavira. Outras impactaram mais. Com efeito, ainda antes da Inquisição, após o decreto de 1496, duas das mais doloridas situações a encarar pelos judeus foram, para alguns, a expulsão e, para quem ficava, a conversão forçada, inclusivamente das crianças. A este respeito, comunica o cristão-novo tavirense Francisco Lopes (processado em 1563), por ter ouvido o relate da sua avó, que Tavira, após o decreto manuelino, crianças foram tiradas aos seus pais judeus para serem convertidas ao Catolicismo e criadas por famílias católicas.¹⁰

A condição dos cristãos-novos, após o início da Inquisição, não foi de certo melhor do que a dos seus pais e avós das décadas anteriores, nomeadamente com a dura repressão que se dá em Tavira entre 1558 e 1567. Antes deste período, a repressão inquisitorial ainda tinha sido pouco sentida no Algarve. Nesta primeira fase, um dos casos esporádicos de cristãos-novos presos na cadeia de Tavira é, em 1545, o de João Lopes, sapateiro de Faro, acusado de fazer sinagoga numa das suas casas.¹¹

A situação, contudo, veio a piorar para os cristãos-novos e, já na primeira metade dos anos 1560, Tavira tornando-se no maior centro da Inquisição no Algarve¹², registando quase cem processos entre 1563 e 1566. Conforme relata a mencionada investigadora

Carla Vieira, só entre 1563 e 1564 foram encarceradas várias dezenas de cristãos-novos residentes na cidade.¹³

O tribunal do Santo Ofício mais próximo do Algarve era Évora, contudo, nesta vaga de prisões, todos os processos contra os cristãos-novos de Tavira e de outras localidades algarvias decorreram no tribunal de Lisboa. Não raramente, acontecia que inteiros grupos familiares ficassem perseguidos, interrogados, presos e condenados.¹⁴ Esta situação envolveu sistematicamente os cristãos-novos e prolongou-se nestes moldes durante cerca de uma década, produzindo mais de duzentos vítimas no Algarve¹⁵.

Do ponto de vista urbano e comercial, a perseguição, a prisão e os confiscos de bens de cristãos-novos empobreciam Tavira, danificando uma comunidade de identidade ou ascendência judaica que tinha sido relevante nos ofícios e nos negócios da cidade, da região e do Reino. Alguns deles fugiram do Reino, mas muitos outros foram perseguidos, presos e condenados.

No que diz respeito à religião, um tema importante neste contexto de cristãos-novos em Tavira (e, mais em geral, em Portugal) é o do messianismo¹⁶ associado ao criptojudaísmo. A este respeito, é referido que em Tavira, em casas de cristãos-novos, liam-se passagens dos livros proféticos da Bíblia, interpretados messianicamente. Fenómeno, este, que também emerge em Lagos. Liam-se passagens da Bíblia, proibidas pelo Santo Ofício, e em vernáculo, num âmbito de clandestinidade que trazia reminiscências dos contextos luteranos do norte da Europa.¹⁷

Nos messianismos e nas práticas criptojudaicas de Tavira ecoam inclusivamente representações e interpretações das tensões religiosas da Europa cristã, influenciadas pelas viagens de mercadores cristãos-novos de Tavira por portos ingleses, franceses e flamengos. Achava-se que a vinda próxima do Messias estava relacionada com os movimentos da Reforma e lia-se nas profecias bíblicas sinais da iminente queda da Igreja Católica.¹⁸ Ainda no que respeita à influência de meios estrangeiros no tecido clandestino das reuniões criptojudaicas tavirenses, e para além dos contactos com o Norte da Europa, existia também uma infiltração de tradições judaicas vindo de Marrocos, conforme mostra o investigador Carsten L. Wilke.¹⁹

Sobre os contactos dos cristãos-novos de Tavira com judeus vindo do mundo arábico-islâmico no século XVI, registe-se também, ainda antes do início da Inquisição, outro evento que teve um certo impacto entusiástico na própria comunidade de cristãos-novos de Tavira. Trata-se da passagem pela cidade, em 1525, do autointitulado embaixador judeu, possivelmente natural da Arábia, David Reubeni, ativista que ia percorrendo a Europa para impulsionar as cortes do Velho Continente a iniciar-se uma guerra contra os

Otomanos. David Reubeni, uma vez chegado à cidade, celebrou a conversão uma escrava muçulmana, por ele adquirida em Tavira e convertida ao judaísmo mediante imersão ritual no Gilão, o que segundo o mencionado Carsten L. Wilke gerou entusiasmo na submissa comunidade tavirense de cristãos-novos, os quais ficaram surpreendidos por este judaísmo «tão surpreendentemente dominador e até proselitista»²⁰, que trazia uma imagem diametralmente oposta à condição humilde em que eles viviam na sua cidade.

4. Muçulmanos e mouriscos em Tavira nos séculos XV-XVI

Durante o período de dominação islâmica, Tavira (Tabīra) tinha sofrido um crescimento urbano e populacional principalmente entre os séculos XII e XIII, vindo a conhecer um período de relativa autonomia política entre 1151 e 1167. Classificada como aldeia pelo geógrafo árabe al-Idrīsī no século XII, e como cidade no século XIII por al-Marrākuṣī, a Tavira islâmica deve o seu incremento medieval principalmente ao aumento da atividade marítima. O seu último governante muçulmano é referido como «Abem Falila», o «senhor»²¹ de Tavira na Crónica da Conquista do Algarve. As posses deste «mouro» deviam ter sido de alguma importância, por merecer menção no foral de Tavira, documento fundamental para o estudo dos muçulmanos no Reino de Portugal (*v. infra*).²² Trata-se de uma área de investigação em que a nossa fonte principal, para esta abordagem introdutiva e panorâmica, será sobretudo o estudo *Tempos e Espaços de Mouros*, de Maria Filomena Lopes de Barros (2007)²³.

A cidade é conquistada por D. Paio Peres Correia em 1239, num período em que, com muita probabilidade, Tavira e outros centros mais importantes do Algarve viviam numa relativa independência um dos outros.²⁴ Uma vez terminada a conquista do Ġarb al-Andalus, D. Afonso III outorga, entre 1266 e 1269, os atos públicos legitimadores de um comum de mouros forros, nomeadamente o de 1269, conhecido como «Foral do Algarve»²⁵,

⁹ Cf. *Ibid.*, pp. 170-172.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 45.

¹¹ Cf. *Ibid.*

¹² Sobre este período fundamental na história da Inquisição em Tavira: *cf. Ibid.*, pp. 64-67 (§ «Ajuntamentos em Tavira»).

¹³ Cf. *Ibid.*, pp. 66-67.

¹⁴ Cf. *Id.*, «A atuação inquisitorial no Algarve - ritmos e espaços (1550-1650)», comunicação apresentada no II Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna. Braga, 18 Junho 2011.

¹⁵ Cf. *Id.*, «A fixação urbana dos cristãos-novos no Algarve (1550-1650). Continuidades e descontinuidades», I Conferência Internacional de Património Judaico, Tomar, 20 nov. 2012.

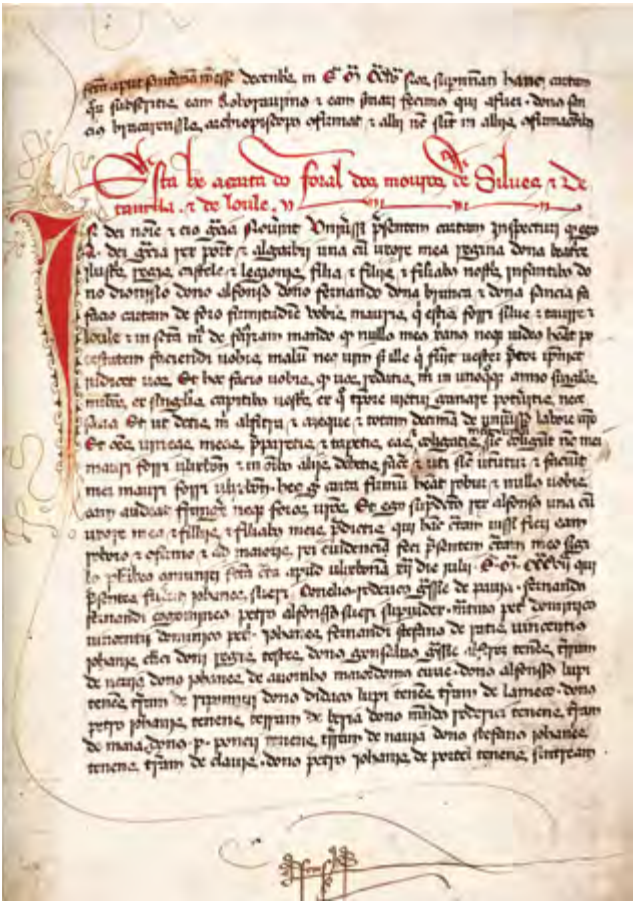


Fig. 3. Foral Afonsino (1266). Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III, 8v.

¹⁶ O *māšīaḥ* ('messias', 'ungido') é elemento fundamental da escatologia judaica, enquanto salvador esperado, cuja vinda é considerada redentora, salvífica e libertadora para os judeus.

¹⁷ Cf. C. Vieira, *Uma Amarra ao Mar e outra à Terra*, cit., pp. 58-67.

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 65.

¹⁹ Cf. Carsten L. Wilke, «The New Christians of Tavira in the Sixteenth Century: Trade, Diaspora and Religious Heterodoxy between Morocco and the Low Countries», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 19, 2018, pp. 11-28.

²⁰ *Ibid.*, p. 16.

²¹ [S. a.], *Crónica da Conquista do Algarve (texto de 1792)*, comentário e notas de José Pedro Machado, separata de Anais do Município de Faro, n.º 8, 1978, p. 248.

²² Cf. Maria Filomena Lopes de Barros, «Nomear e ser nomeado: a onomástica dos muçulmanos portugueses no processo identitário», in Maria Filomena Lopes de Barros, José Hinojosa Montalvo (dir.), *Minorias Étnico-Religiosas na Península Ibérica*, Évora, Cidehus, 2008, § 9.

²³ *Id.*, *Tempos e Espaços de Mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

²⁴ Cf. *Ibid.*, p. 82.

²⁵ *Ibid.*, p. 52.

que institui os direitos e deveres fundamentais das comunidades muçulmanas em Silves, Tavira, Loulé e Santa Maria de Faro (*cf.* Fig. 3). Tal acontecia também no resto do Reino, mas não se pode ignorar a importância, inclusivamente demográfica, dos muçulmanos (principalmente árabes, *imaziyen* e muladi) na sociedade do Algarve, dado que a conquista desta região demorou mais do que a do resto do país, o que possivelmente foi uma das causas da concentração de islâmicos no sul.

O mencionado «Foral do Algarve» inclui expressões como «al-fitra» e «azeque», a indicar os tributos que os muçulmanos deviam pagar ao rei de Portugal, que nos informam acerca do facto de que, em Tavira como em outras partes do Reino, a Coroa portuguesa mantinha instituições, terminologias e conceitos de matriz islâmica, já que *zakāt* (azeque) é a esmola legal que integra os Cinco Pilares do Islão²⁶ e em particular *zakāt al-fitr* (alfitre) é um tipo especial de esmola, paga na festividade islâmica de *‘id al-fitr*, que celebra o dia da quebra do Jejum de Ramadão, sendo este jejum outro dos ditos Pilares do Islão. Estas informações ilustram elementos de continuidade, não só político-administrativos, mas também socioculturais, e de matriz direta ou indiretamente religiosa, no que respeita à condição dos muçulmanos nos primeiros séculos de Portugal, em Tavira em particular.²⁷

A conotação portuária e marítima de Tavira e de Faro faz destas cidades dois pontos de partida pelos quais, a partir de finais do século XIV, contingentes de muçulmanos deixam Portugal perante uma progressiva colonização cristã na Península Ibérica, que reflete um pioramento global da condição de muçulmanos e judeus. Sabe-se que o destino de quem saía de Portugal através de Tavira, Faro ou Silves era o Norte de África («Terra de Mouros»).²⁸ Por vezes, tratava-se de fugas (saídas sem autorização régia), que inclusivamente viam situações de ajuda mútua entre cristãos-novos de origem judaica e mouriscos, na tentativa de emigrar para Marrocos. É o caso, em 1537, de duas mouriscas que tentaram chegar a Tavira para ir a Fez, vindo de Lisboa, juntando-se a uma comitiva de cristãos-novos em fuga da Inquisição, ficando os fugitivos detidos pelo caminho.²⁹

Para além dos muçulmanos de al-Andalus e das emigrações, é importante referir que, em Tavira tal como em outras partes do Reino, encontravam-se cativos muçulmanos e imigrados do Norte de África, particularmente a partir do século XV e num clima cada vez mais conotado pela renovada oposição Cristianismo-Islão, no contexto das campanhas portuguesas de Marrocos. Documentação existe acerca dos resgates de cativos muçulmanos em Tavira, autorizados por D. João II em 1487. Um caso a destacar ainda na segunda metade do século XV é o da concessão de perdão pelo rei, em 1466, a Inês Martins, moradora em Tavira, por ter unilateralmente

forrado um muçulmano chamado «Ale» (‘Alī), natural de Granada. Os muçulmanos cativos que vinham do estrangeiro eram assimilados e aculturados aos costumes e às leis do Reino de Portugal pela responsabilidade das próprias comunas islâmicas, entre as quais, a de Tavira.³⁰

Em Tavira, tal como em várias outras localidades lusas, a mouraria³¹ constituía-se num arrabalde, neste caso específico «sob os lanços de muralha»³², numa situação claramente mais periférica do que a judiaria (*v.* Fig. 4). Esta era, do ponto de vista topográfico, uma constante no Reino, refletindo a maior relevância da comunidade judaica nos negócios e na economia portuguesa. Com efeito, no século XV, o papel das duas comunidades para a vida económica do país era claramente díspar, já que os judeus contribuíam de forma significativamente maior para as finanças do Reino. No que respeita à comuna de Tavira, na segunda metade de Quatrocentos, a comuna muçulmana tavirense participa dos pedidos régios com uma percentagem que oscila entre 11% e 12% do total, refletindo um valor relativamente baixo da incidência tributária dos muçulmanos na própria economia do Reino.³³

²⁶ O Islão baseia-se na adesão a estes Cinco Pilares: 1) *šahādah*, 'testemunho de fé', assente na adesão à fórmula *lā ilāha illā Allāh, Muḥammad rasūl Allāh* ('não há divindade salvo Deus, Muḥammad é o profeta de Deus'); 2) *ṣalāh*, 'oração'; 3) *zakāt*, 'esmola legal'; 4) *ḥaǧǧ*, 'peregrinação' a Meca; 5) *ṣawm*, 'jejum' durante o mês de Ramadão.

²⁷ Cf. M. Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 49-72.

²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 162.

²⁹ Cf. Maria Filomena Lopes de Barros, José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Cristãos(ãs)-Novos(as), Mouriscos(as), Judeus e Mouros. Diálogos em trânsito no Portugal Moderno (séculos XVI-XVII)», *Journal of Sefardic Studies*, n.º 1, 2013, n. 121, passim.

³⁰ Cf. M. Barros, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 175-176.

³¹ Cf. «A mouraria (em Tavira) ficava compreendida entre o Terreiro da Porta do Postigo, o Terreiro do Poço dos Mouros e o Terreiro hoje chamado do Cano. O Terreiro do Poço dos Mouros é o pequeno largo formado pelo cruzamento da Rua dos Mouros com a Rua que do Terreiro da Porta do Postigo leva ao alto da Rua do Mal-foro, isto é, com a Rua dos Machados. Nesse lugar existia o chamado Pocinho dos Mouros a que aludem várias escrituras notariais antiga» – Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, 3ª ed., Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1977, p. 41.

³² M. Barros, «Mourarias e cidade: discursos e espaços», in Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana: cidade e periferia*, Lisboa, CITCEM, IEM, 2014, p. 281.

³³ Cf. *Id.*, *Tempos e Espaços de Mouros*, cit., pp. 444-449.

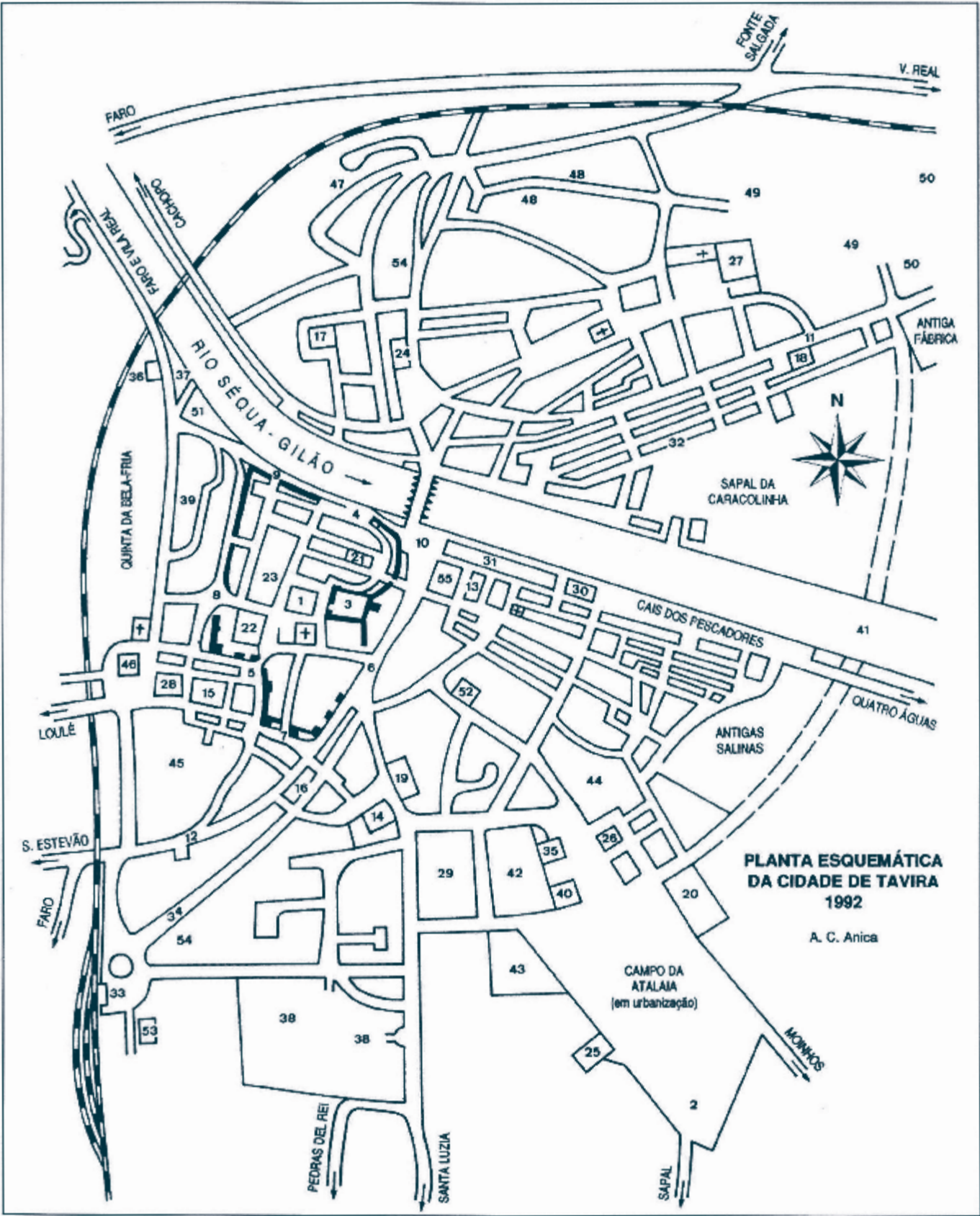


Fig. 4. Mapa de Tavira. Fonte: M. Barros, *Tempos e Espaços de Mouros* (2007).

No que diz respeito às dinâmicas sociais internas à comuna islâmica de Tavira, elas obedecem a fatores religiosos, étnicos e intelectuais, não faltando, contudo, interferências do poder cristão mediante privilégios, em função de serviços prestados á Coroa ou ao soberano, como no caso de «Azmede»³⁴ (Aḥmad), de Tavira em 1489.

Parte destas dinâmicas sociais e comunitárias são ligadas aos casamentos e ao direito sucessório, sendo Tavira um contexto em que se podem apreciar casos de estudo neste sentido, nomeadamente no que respeita à práxis, comum no século XV, de as mulheres muçulmanas viúvas perderem, quando se voltarem a casar, o contacto com os filhos do primeiro casamento, que ficavam com os tios paternos para garantir a linhagem do grupo. Foi este o caso de uma mulher que casou com «Brafome Mão»³⁵ (Ibrāhīm Ma‘n), em 1471.

Tavira é contexto historiográfico que oferece mais informações ainda sobre a condição da mulher muçulmana no Reino de Portugal, particularmente prejudicada ainda na segunda metade do século XV, conforme relata Filomena Barros ao tratar das «mouras cativas»³⁶. Entre elas, considere-se o caso, em Tavira, da mulher conhecida como Aljofar, com quem mantinha relações carnaís o tavirense João Gonçalves Rasto, que dela teve dois filhos, apesar de regularmente casado com outra mulher. O homem pede e obtém o «perdão» das autoridades do Reino em 1473 e a cativa acaba por converter-se ao Cristianismo. Sinais, estes, por um lado, de um processo de colonização que o decreto manuelino de 1496 irá em breve endurecer. Por outro, trata-se de casos que podem ser índices de uma mais generalizada condição humilde da mulher muçulmana no todo da sociedade, se os compararmos com o que aconteceu em 1525, ainda em Tavira, quando uma mulher muçulmana foi comprada como escrava e feita converter ao Judaísmo pelo judeu David Reubeni (*v. infra*).

Após o Decreto de Expulsão de 1496³⁷, no século XVI os muçulmanos que ficaram em Portugal foram obrigados a converter-se ao Cristianismo, tal como os judeus. Designados como *mouriscos*, concentraram-se sobretudo nos grandes centros urbanos, entre os quais, Tavira. Diferentemente dos cristãos-novos de origem judaica, que mantiveram um papel mais relevante na economia no Reino, os mouriscos são empregados principalmente em trabalhos humildes, assim como em vários serviços urbanos, inclusivamente em Tavira.

Neste período, contingentes de muçulmanos decidem emigrar, principalmente para o Norte de África, e assiste-se a muitas vendas e à apreensão, pelo Reino, de bens materiais de muçulmanos, numa situação que se configura inclusivamente como um abuso por parte da população local, o que segundo Sousa Viterbo acon-

tece no próprio Algarve. As mesquitas, tal como as sinagogas, são transformadas em casas particulares ou em instituições católicas. Os cemitérios destas comunidades tornam-se terras de cultivo.³⁸

Quanto à permanência de outros muçulmanos, que decidiram ficar em Portugal, era sujeita à conversão ao Catolicismo, contudo, nos anos imediatamente sucessivos ao Decreto manuelino supõe-se que tenha havido uma cerca aquiescência, pelo rei, e que, portanto, tenha havido muçulmanos a manter a sua religião. Seja como for, há quem, como Valdemar Coutinho³⁹, considere que já em meados do século XVI, logo após o início da Inquisição (1536), a presença de muçulmanos no Algarve tenha sido drasticamente menor do que anteriormente.

Apesar de a Inquisição portuguesa nos ter deixado mais dados oficiais sobre os cristãos-novos (vertente judaica) do que sobre mouriscos, e mesmo supondo que os muçulmanos convertidos ao Catolicismo tenham sido considerados como mais adaptados ou adaptáveis a esta religião do que os judeus – logo que tenham sido menos perseguidos –, é possível, contudo, que o avanço operacional da Inquisição para o Algarve tenha sido motivado, não só pelo criptojudaísmo, mas também pela existência de casos de muçulmanos – que continuavam a aderir ao Islão e a praticá-lo – entre os mouriscos de Tavira, entre 1541 e 1543.⁴⁰

^[1] Ibid., pp. 535, 703.

^[2] Ibid., p. 579.

^[3] Id., «Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações», in Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata (eds.), Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval. Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe, Lisboa, IEM, 2019, p. 106.

^[4] Sobre muçulmanos e mouriscos neste período, cf. M. Barros, Tempos e Espaços de Mouros, cit., 595-610.

^[5] Cf. Sousa Viterbo, «Ocorrências da vida mourisca», Arquivo Histórico Português, n.º 5, 1907, pp. 259-260, passim.

^[6] Cf. Valdemar Coutinho, «A presença de mouros no Algarve d'aquém após a Reconquista», in Aa. Vv., Portugal e o Magrebe. Atas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne, Lisboa-Braga, CHAM, CITCEM, 2011, p. 43.

^[7] Cf. Daniel Norte Giebels, Inquisição de Lisboa (1537-1579), Lisboa, Gradiva, 2018, p. 444.

Bibliografia

ANDRADE, Maria Filomena (tr.), SILVA, Manuela Santos (est.) (2004), *Forais de Silves: Foral Afonsino de 1266, Foral dos Mouros Forros de Silves, Tavira, Loulé e Santa Maria de Faro de 1269, Foral Manuelino de 1504*, Silves, Câmara Municipal de Silves.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) (2000), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores.

————— (2000) *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (2019), «Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações», in Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata (eds.), Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval. Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe, Lisboa, IEM, pp. 89-112.

————— (2014), «Mourarias e cidade: discursos e espaços», in Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana: cidade e periferia*, Lisboa, CITCEM, IEM, pp. 271-283.

————— (2008), «Nomear e ser nomeado: a onomástica dos muçulmanos portugueses no processo identitário», in Maria Filomena Lopes de Barros, José Hinojosa Montalvo (dir.), *Minorias Étnico-Religiosas na Península Ibérica*, Évora, Cidehus.

————— (2007), *Tempos e Espaços de Mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BARROS Maria Filomena Lopes de, TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2013), «Cristãos(ãs)-Novos(as), Mouriscos(as), Judeus e Mouros. Diálogos em trânsito no Portugal Moderno (séculos XVI-XVII)», *Journal of Sefardic Studies*, n.º 1, pp. 1-45.

CAMÕES, Luís de (1572), *Os Lusíadas*, Lisboa, António Gôçaluez.

COUTINHO, Valdemar (2011), «A presença de mouros no Algarve d'aquém após a Reconquista», in Aa. Vv., *Portugal e o Magrebe. Atas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa-Braga, CHAM, CITCEM.

DIAS, João Sebastião da Silva (1975), *O Erasmismo e a inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

GIEBELS, Daniel Norte (2018), *Inquisição de Lisboa (1537-1579)*, Lisboa, Gradiva.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2012), *O Algarve na Época Moderna: miunças 2*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

[S. A.], (1978), *Crónica da Conquista do Algarve (texto de 1792)*, comentário e notas de José Pedro Machado, separata de Anais do Município de Faro, n.º 8.

SÃO JOSÉ, João de (1577), *Corografia do Reyno do Algarve: dividida em quatro livros pera mor declaração da obra, escrita pelo R. P. Fr. João de São José da ordem dos eremitas de S. Agostinho da Província de Portugal no ano de 1577*, [cópia em letra cuidada], [17--] (BNP, COD. 109).

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito (1977), *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, 3ª ed., Tavira, Câmara Municipal de Tavira.

VIEIRA, Carla (2018), *Uma Amarra ao Mar e outra à Terra: cristãos-novos no Algarve (1558-1650)*, Olhão, Sul Sol Sal.

————— (2012), «A fixação urbana dos cristãos-novos no Algarve (1550-1650). Continuidades e descontinuidades», I Conferência Internacional de Património Judaico, Tomar, 20 nov. 2012.

————— (2011), «A atuação inquisitorial no Algarve – ritmos e espaços (1550-1650)», comunicação apresentada no II Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna. Braga, 18 Junho 2011.

VITERBO, Sousa (1907), «Ocorrências da vida mourisca», separata do *Arquivo Histórico Português*, n.º 5.

WILKE, Carsten L. (2018), «The New Christians of Tavira in the Sixteenth Century: Trade, Diaspora and Religious Heterodoxy between Morocco and the Low Countries», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 19, 2018, pp. 11-28.



“O sítio de Tavira conjuga assim a dupla vantagem de passo do rio e de porto abrigado e é de crer que desempenhasse papel de relevo na génese da aglomeração”

Orlando Ribeiro

NOTA BIOGRÁFICA

Daniela Nunes Pereira (Universidade de Évora – CIDEHUS) é Licenciada em Património Cultural (2006) e Mestre em História da Arte (2012) pela Universidade do Algarve. É doutoranda em História na Universidade de Évora, tendo sido bolseira, por 4 anos, do Programa de Doutoramento no âmbito da Cátedra UNESCO - Intangible Heritage and Tradicional Know-how: Linking Heritage, CIDEHUS-Universidade de Évora), no qual desenvolveu o tema de tese *Os Espaços de Mercado nas cidades portuguesas, entre os séculos XVI-XVIII*.

Tavira entre os séculos XV e XVI:
a construção da Ribeira

Daniela Nunes Pereira

Frei João de São José, na sua *Corografia do Reino do Algarve*, de 1577, destaca Tavira das demais urbes deste reino, descrevendo-a como a mais importante¹. Um dos fatores que contribuiu para tal importância de Tavira no contexto algarvio prende-se com as tarefas administrativas correlacionadas com a expansão ultramarina, na assistência ao Norte de África, nomeadamente o envio de mantimentos e militares. Paralelamente, a participação no contexto da expansão favoreceu o intercâmbio comercial entre os dois continentes. A abertura ao comércio de longa distância trouxe consequências importantes para Tavira, nomeadamente o aumento demográfico e a expansão urbana.

De acordo com o *numeramento* de 1527-1532, Tavira contava com uma população a rondar os 1567 fogos. Este número, em comparação com outras urbes costeiras portuguesas, colocava Tavira como o maior aglomerado populacional, estando somente atrás de Lisboa e Porto². Um século antes, Nicolaus Von Popplau ficara impressionado com a vibrante vida urbana de Tavira, destacando no seu relato de viagem a existência de um grande número de mercadores flamengos, que circulavam na urbe atraídos pelo negócio da fruta, transportada para a Flandres³.

Em meados de quatrocentos, as muralhas não marcavam mais os contornos da urbe. Nesta centúria, a muralha tinha perdido a funcionalidade defensiva caindo, consequentemente, a proibição de construir casas encostadas aos muros defensivos, como se pode constatar pela doação de torres. As torres, algumas delas danificadas, seriam reparadas ou adaptadas para servirem como habitação. Em 1458, D. Afonso V fez a doação da Torre do Mar a Vasco Annes Corte Real, armador mor. A Torre Velha foi entregue a Vasco Annes Corte Real, o Moço, pelo rei D. João II, em 1483. D. Manuel, em 1499, doou uma Torre pequena de taipa, a João Lopes da Costa, fidalgo⁴. Em torno do antigo perímetro defensivo formaram-se quatro arrabaldes de tamanho bastante considerável, com algumas ruas, edifícios e templos religiosos perfeitamente identificáveis a partir das legendas da *Planta de la Cividat de Tavilla*⁵, desenhada por Leonardo de Ferrari, por volta 1650. São eles: o Mal Foro, o de Bela Fria, o da Ribeira e o de Além da Ponte.

¹ SÃO JOSÉ, Frei João de, 1983 [1577]. *Corografia do Reino do Algarve*, apresentação, leituras notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, p. 49.

² CRUZ, Maria Leonor Garcia da, 2006. “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. In *Espirito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 24, 43.

³ Citado por MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970. *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 139.

⁴ CANTO, Ernesto do, 1883. *Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponta Delgada: Archivo dos Açores, pp. 103, 115, 194.

⁵ Swedish Military Archives, *Planta de la Cividat de Tavilla*, desenhada por Leonardo de Ferrari [c. 1650]. Collection Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

Como constata Walter Rossa, a expansão para fora das muralhas não estava unicamente relacionada com o aumento demográfico, mas também pela procura de novos espaços, suficientemente amplos para abrigar as trocas comerciais⁶. De facto, antes de se tornar definitivamente consolidada no século XVI, a Ribeira já se apresentava como o principal espaço comercial da urbe. Para se entender e interpretar o passado da Ribeira temos, pois, que considerar a forma como este espaço era percebido e visualizado, ou seja, quais os interesses que antecediavam às diversas intervenções.

No espaço urbano, a palavra *ribeira* é usada para identificar a margem ribeirinha da urbe, tratando-se de uma zona extramuros que desde sedo assumiu o papel de porto. A urbanização da Ribeira acontece na sequência do fenómeno de assoreamento das margens do rio, muitas vezes submersas pelas águas do Gilão. Na génese do espaço ribeirinho está o edifício das Tercenas, antigos armazéns destruídos em 1338 numa ocasião em que as hostes do rei castelhano, Afonso XI de Leão, invadiu o Algarve, saqueando algumas vilas incluindo Tavira: “fue a Tavira, que es lugar de muchas viandas e de muchas huertas et moro ay tres dias, e mandolas talar todas; e por que la taraçana estaua fuera de la villa, como quiera que estuviесе en ella algunas gentes para la defender, el rrey mandola entrar, e los que estauan en la taraçana desanpararonla, e los del rrey de Castilla pusieron le fuego e ardio/poco della”⁷. Este episódio histórico é particularmente importante para se entender o desenrolar da formação da praça e perceber o quanto este edifício contribuiu para a divisão funcional do espaço ribeirinho.

Após o incêndio de 1338, as velhas Tercenas devem ter caído em desuso como se pode comprovar, aliás, pela construção de um alpendre numa das paredes e pelas sucessivas doações de partes do edifício. Em 1459, D. Afonso V deixou a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, primo do rei, “duas naues das nossa taracenas de tauuira quaaes a elle prouuer [...] fazer dellas em ellas o que lhe aprouuer como de sua cousa propria”⁸. O facto de a doação referir que pode fazer nelas o que quiser indica que parte das Tercenas seriam submetidas a uma reconstrução podendo adquirir características habitacionais. Porém, numa outra carta de doação das naves das tercenhas, em 1517, pelo rei D. Manuel a Diogo Pessanha, é especificado que “nom alevantando mais a dita naue da altura doutra nossa terecena” e que “nom poderá fazer casas somente a poderá cobrir, lograr della no que vem lhe vier porque em qualquer tempo que seja que comprir a nosso serviço nos poderemos seruir da dita terecena sem lhe por isso darmos satisfação”⁹. Neste caso, o aforamento apresenta-se como uma possível renda para a coroa, mas também uma forma de o rei ter os seus armazéns melhorados e estimados, sem qualquer investimento da sua parte. Em março de 1536, o rei D. João III doou a Bernardo Corte Real “hu pedaco (sic) de naue que sobeyou da naue em que se fez alfândega noua”¹⁰.

Segundo João Cordeiro Pereira, o dinamismo do porto resultou na construção de uma alfândega justamente numa das naves das Tercenas, claramente identificada com a legenda número 15 do referido desenho de Leonardo de Ferrari. Na segunda metade do século XVII a câmara instalou-se no lote das Tercenas¹¹.

As contínuas alterações funcionais daqueles antigos armazéns ou depósitos régios estiveram em conexão direta com as diversas fases de construção do espaço ribeirinho, ao longo dos séculos XV e XVI. Nestas centúrias, a Ribeira apresentava-se como um “tabuleiro” de obras. Do lado oriental das Tercenas observa-se um grande investimento em infraestruturas públicas necessárias para as atividades comerciais, preparando o espaço para receber o mercado; do lado ocidental definiam-se ruas e travessas e delimitavam-se lotes para a construção de residências.

Desde o reinado de D. João I que a Ribeira abrigava as trocas comerciais, distribuídas da seguinte forma: um alpendre, também designado de açougue, arrumado ao longo da parede este das Tercenas, no qual era vendido a verdura, a fruta, a carne e o pão¹²; em frente, junto à muralha medieval, perto da Torre do Mar, encontrava-se outro alpendre onde se concentravam os vendedores de peixe; nas proximidades localizava-se a casa do tabelião, que desempenhava uma função essencial na elaboração de contratos e outros documentos relacionados com os negócios que ali se faziam¹³ [Fig. 1].

Em pouco tempo, esta organização apresentou-se ultrapassada e incapaz de corresponder às necessidades comerciais da urbe, como se pode ler na *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*¹⁴, escrita em 1504. Neste ano, Bras Luis, contador do rei D. Manuel no Algarve, redigiu um longo libelo contra o concelho de Tavira sobre a posse indevida dos açougues que estavam anexados às Tercenas e que pertenciam à coroa. Essa queixa fornece um relato quase completo da formação do espaço do mercado na praça da Ribeira entre os reinados de D. João I e D. Afonso V. No entanto, o documento, apesar de oferecer uma visão fundamental para entendermos as razões que levaram às alterações formais dos açougues, deve ser interpretado com cautela, porque quando é confrontado com outra documentação coeva vê-se que ele silencia muitos aspetos importantes, como veremos.

Na longa *Sentença da Rellação das Boticas* depreende-se que os açougues eram administrados pelo concelho. Um acordo feito entre D. João I e a câmara impunha que aquela concessão abrangesse os custos de manutenção dos referidos açougues aplicando, para tal, as receitas provenientes do Salão, um tributo que se pagava sobre o pão cozido¹⁵. É provável que o concelho tenha interpretado a administração dos açougues como uma forma de posse. Em inícios do século XV, já no reinado de D. Afonso V, o longo alpendre

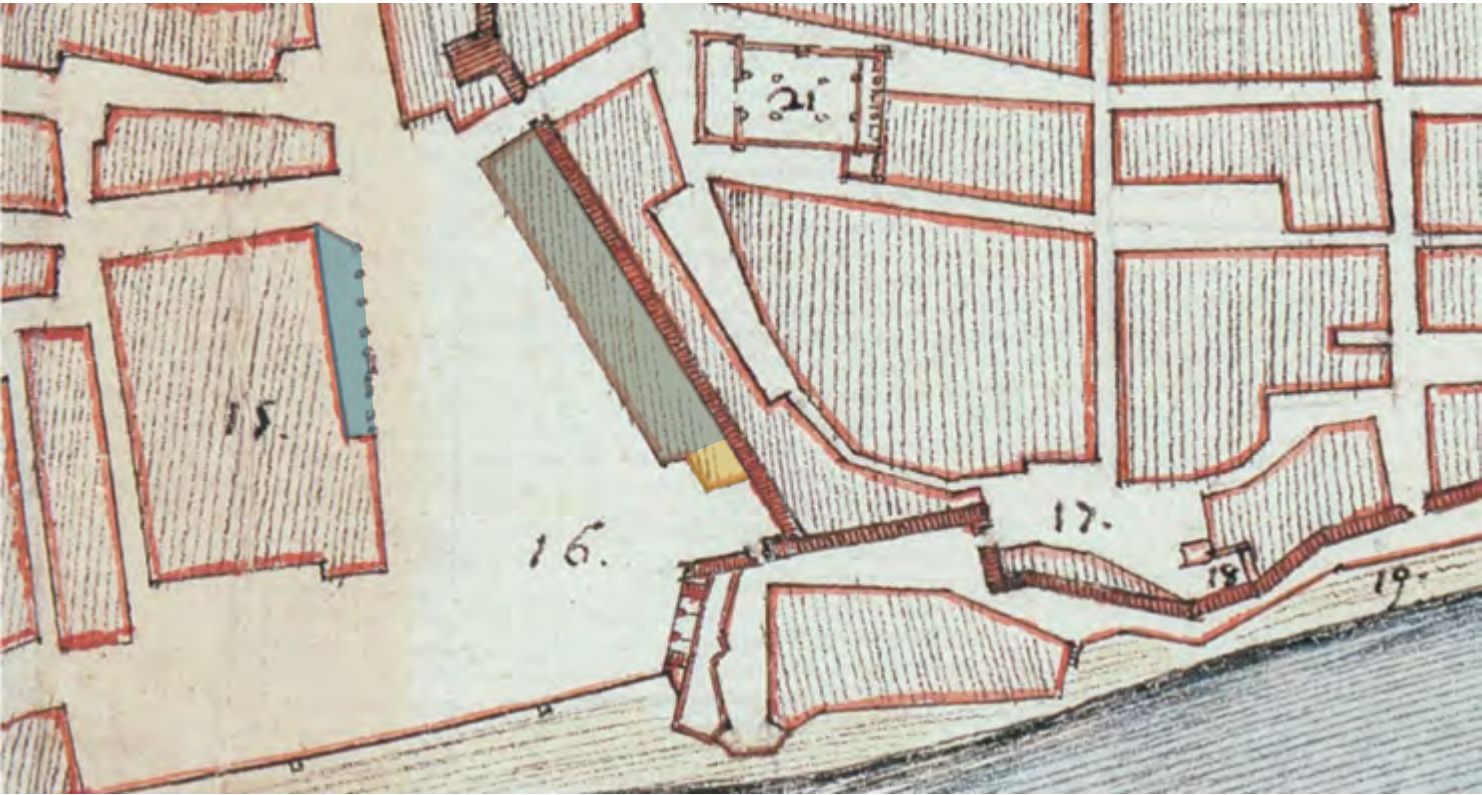


Fig. 1 – Localização dos pontos de venda durante o reinado de D. João I, no detalhe da Planta de tavilla desenhada por Leonardo de Ferrari [ca. 1650].

Açougues Área aproximada da venda do pescado Área aproximada da localização da casa do tabelião

apresentava-se velho e desorganizado. Ciente do mau funcionamento dos velhos açougues e da falta de condições de higiene provocadas pelo congestionamento dos vendedores, o concelho decidiu refazer o alpendre: “demtro do dito alpemdre dos ditos Assougues avia huns Arcos muito pequenos em que se cortaua a Carne pera mantimento da dita villa antre as molheres que vemdiaõ paõ, e fruita, e por assim os Assougues com a dita Carne estarem de mestura eraõ tamtas as Moscas com o pão, fruita que a gente se anojaua disso e ainda era pouca honrra pera a villa, e que então engenharão, e acordarão todos os do dito Comçelho e Pouo fazerem no Cabo do dito Alpemdre dos ditos Assougues huma muito homrrada caza apartada, e Serrada sobre si onde demtro nella tinham feitos sinco Talhos omde muito honestamente, e com grande Limpeza se Cortaua as dita carnes”¹⁶. Além disso, Bras Luis acusa os administradores daquele edifício de prejudicarem os habitantes por terem reduzido o antigo açougue. No lugar dele foram construídas, por iniciativa própria, e sem autorização do rei, onze boticas, cujas rendas iam para o concelho, em vez de reverterem para a coroa [Fig. 2]. É claro que esta renovação mascarou certas implicações, nomeadamente as que o contador enumera: “os officiais da dita villa se meteraõ a fazer nove Boticas nos ditos Assougues, e as apropriaram asy aforamdoas, e alugamdoas como

⁶ ROSSA, Walter, 2002. “A cidade portuguesa”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 222.

⁷ DIEGO CATALÁN, Juan Núñez de Villaizán, 1977. *Gran crónica de Alfonso XI: edición crítica*. Vol.2 Universidad Complutense de Madrid: Editorial Gredos, p. 190.

⁸ ANTT, *Livro 4 de Místicos*, fl. 1.

⁹ ANTT, *Odiana 7*, fl. 209.

¹⁰ Apud PEREIRA, João Cordeiro, 2003. *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários*, Cascais, Patrimonia Historica, p. 109.

¹¹ ANICA, Arnaldo Casimiro, 1993. *Tavira e o seu Termo – Memorando Histórico*, Vol I. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 282-283.

¹² AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fls. 84.

¹³ Romero Magalhães refere que em 1533 existiam 13 tabeliães em Tavira. MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970. *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 239.

¹⁴ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fls. 83v-97v.

¹⁵ ANTT, *Odiana 2*, fl. 250.

¹⁶ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 85.

se foraõ suas com as quais tolheram o uzo ao Pouo, e a nos nosso direito e tanto que fizeraõ aquellas noue Boticas Lançaraõ mãos pelas outras duas Boticas amtigamente feitas, e começaraõ logo aremdar, e aforar todas as onze Boticas como se fora sua própria herança, e que o dito comçelho viera a tomar a remda”¹⁷. Nas boticas ou lojas apenas os mercadores mais ricos – que vendiam produtos exóticos, como especiarias, ou outros artigos de luxo - podiam pagar ao concelho as altas rendas que cobrava pelo aforamento daqueles novos espaços comerciais, situação que implicou o afastamento dos comerciantes mais pobres, por estarem impossibilitados de suportar esse custo¹⁸.

A documentação produzida durante o reinado de D. Afonso V fala noutros aspetos que não vêm referidos naquela extensa Sentença, nomeadamente indícios de uma má gestão dos açougues e das fangas por parte do concelho, muito embora este se tenha defendido dizendo que se tratou de um período de escassez de cereais. Não é por acaso, que os contadores dos diferentes reis retiraram, por duas vezes, a renda do Salão ao concelho - uma antes de 1443¹⁹ e outra de 1486 até 1496²⁰- porque o valor da venda dos cereais apresentava uma baixa percentagem daquilo que os contadores esperavam vir a receber.

Em 1443, o rei D. Afonso V devolveu o tributo do pão cozido ao concelho, devendo ser aplicado na construção de umas fangas - um edifício público destinado a receber os cereais que chegavam à vila. Foi o próprio monarca a ditar a forma desse edifício, com arcos e esteios de pedra, ou seja, com uma galeria aberta para a praça, para abrigar a venda e os vendedores dos cereais: “E que estando ora eles de posse da renda do dito çalayo e tendo horde-nado de fazerem della huua muy boa cousa em a praça da Rybeira da dyta tavuilla que he grande defensam della isso mesmo poer certos esteos e arcos nas ditas fanguas”²¹. Uma das singularidades desta passagem reside na forma arquitetónica ditada e imposta pelo rei D. Afonso V. O projeto das fangas formulado na mente do rei apresenta-se único no contexto arquitetónico algarvio deste século [Fig. 2]. A forma arquitetónica das fangas atrai ao ponto de serem referidas, em meados do século XVI, como “Paço honrado em que se vendia o pão”²². A aplicação destes adjetivos qualificativos – *paço honrado* – significa a construção de um edifício digno, erudito, em termos formais, e que permite encontrar paralelos ou influências nos modelos das *loggias* renascentistas, provenientes dos principais

centros culturais italianos²³. As fangas de Tavira também podem ser comparadas à estrutura arquitetónica do chafariz de El-Rei, em Lisboa. Embora com funções distintas, ambos foram construídos encostados à muralha medieval sobre uma arcaria de pedra. Como parece constar no desenho cartográfico de Leonardo de Ferrari²⁴, as fangas de Tavira tinham a seguinte configuração: arcada no piso inferior ladeada por duas divisões, aparentemente, fechadas; ao que se supõe, que uma serviria de depósito dos cereais que chegavam à vila e a outra era destinada aos assuntos administrativos das fangas, onde estariam funcionários do rei e ou do concelho a controlar rigorosamente as entradas e saídas dos cereais.

Deve ser sublinhada a localização das fangas, que ocupam um lugar de destaque na praça, perto da ponte, que estava bem protegida pela muralha e pela Torre do Mar, tal como se encontra representada no referido desenho de Leonardo de Ferrari. Parece haver um objetivo fiscal implícito na escolha deste lugar, uma vez que os bens tinham que passar pelas muralhas onde estavam sujeitos a impostos. Além disso, entre os eixos viários existentes, terrestres e fluviais, a ponte era uma passagem obrigatória para quem vinha do outro lado do rio Gilão, nomeadamente de Espanha, Castro Marim e de Alcoutim, de onde era proveniente, aliás, boa parte dos cereais que abasteciam a vila²⁵. Atravessar o rio pela ponte envolvia penetrar as muralhas sujeitando-se, simultaneamente, às leis, costumes e posturas da vila.

A presença de açougues e fangas, quer de um lado e do outro da praça da ribeira aponta para outras razões além das intenções de enobrecimento e embelezamento da urbe. Tinham como objetivo estimular e melhorar o abastecimento da vila, bem como controlar a organização do mercado, estipulando desde logo os lugares adequados para as vendas. O centro da praça abria para o rio. Por isso, era importante que este espaço de comunicação, passagem, cargas e descargas não fosse ocupado por vendedores, sobretudo vendedores ambulantes e pobres [Fig. 3].

As atividades comerciais estendiam-se pela Rua Nova, onde habitavam ricos mercadores, alguns deles estrangeiros. Esta artéria tinha início na Praça da Ribeira estendendo-se paralelamente à Horta del Rei e à muralha, mantendo comunicação com a Porta de Alfeição e Porta da Vila. A importância e nobreza desta rua levou o Rei D. Manuel a impedir que “em nhuu tempo q seja nõ se aposente nehuua pessoa que seja na rrua noua dauilla detauilla. E esto por avermos Respeito aos estrangeiros e mercadores pousarem na dita Rua em ella pousarem em suas mercadorias pera nobreza da dita villa”²⁶. Este trecho pode ser lido como um sintoma de desordem numas das principais artérias da urbe, mas também indicia a existência de um controlo sobre o uso do espaço por parte da coroa. Por “Respeito aos estrangeiros e mercadores” D. Manuel apresentara àquela classe de comerciantes o uso quase exclusivo da rua, certamente com a intenção de criar um ambiente mais apropriado para receber os negócios mais honrosos. Uma característica distintiva das casas podia ser a existência de arcos ou galeria aberta no piso inferior que serviriam de loja ou oficina. Apesar de não termos dados concretos, a legenda *Arcada* num dos levantamentos

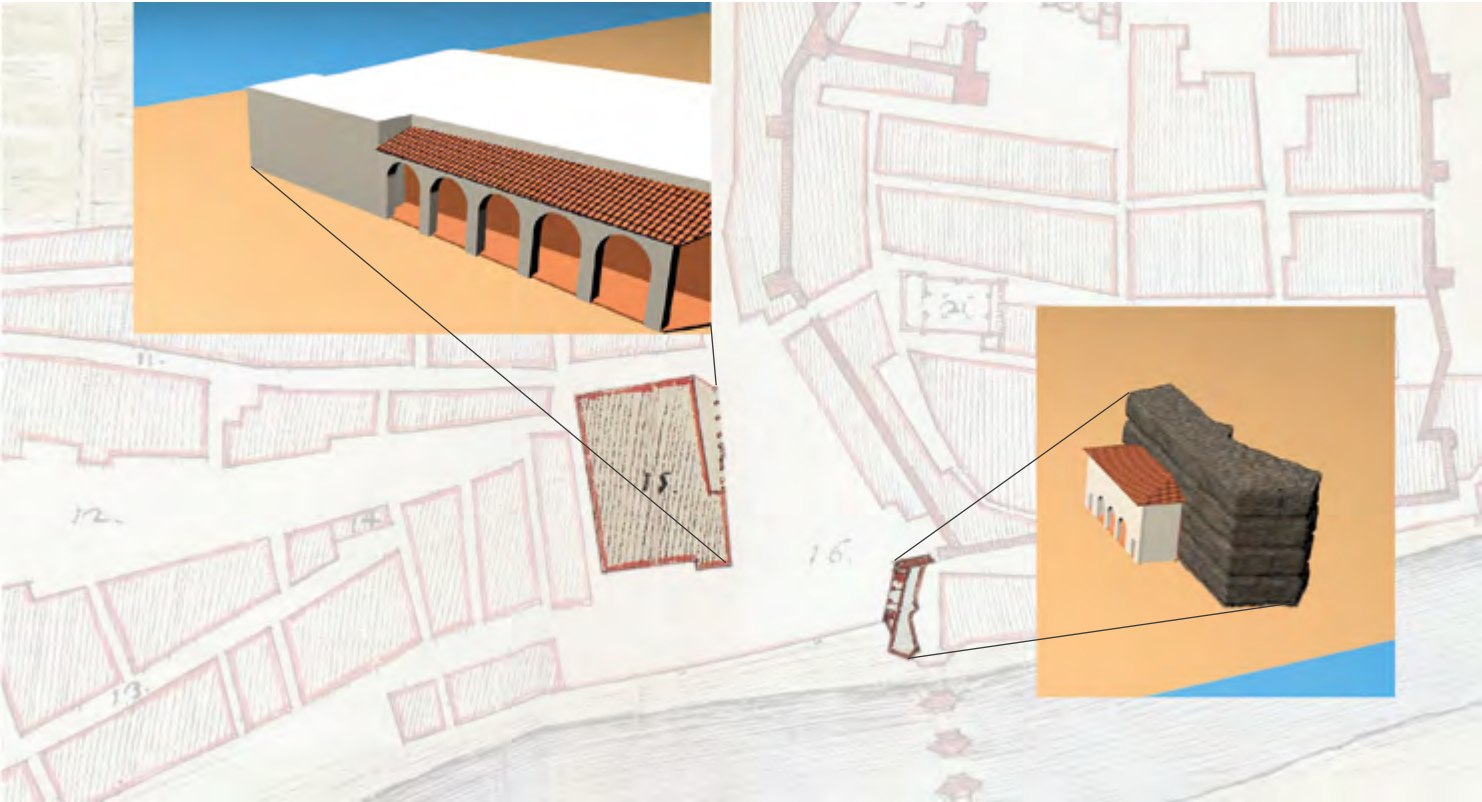


Fig. 2 – Localização dos açougues e boticas (esq.) e das fangas (dir.) no detalhe da Planta de tavilla desenhada por Leonardo de Ferrari [ca. 1650] e representação hipotética dos açougues, boticas e fangas (desenho 3D feito por Studio21812).



Fig. 3 – Hipotética relação espacial entre as fangas e os açougues (desenho feito por Studio21812).

¹⁷ AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Fangas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl. 87v.

¹⁸ Outra interpretação deste documento e outra leitura sobre o espaço ribeirinho podem ser lidas em MACIEIRA, Isabel, MANTEIGAS, Rita, 2008. “A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e versas”. In *Tavira, Patrimónios do Mar*, Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 34-46.

¹⁹ ANTT, *Odiana* 2, fl. 250.

²⁰ ANTT, *Odiana* 1, fl.16.

²¹ ANTT, *Odiana* 2, fl. 250

²² AMT, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Fangas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/Sr:003, fl.83v.

²³ Não deve ser esquecido, como refere Nuno Senos, que nos inícios do século XV houve, ocasionalmente, contactos com a cultura italiana, do qual se destaca D. Afonso, IV conde de Ourém, que foi manifestamente influenciado pelas suas extensas viagens, que incluíam duas estadias em Itália (1436-38 e 1452-53). Foi sem dúvida durante estas duas viagens que Afonso reuniu algumas das ideias arquitetónicas que utilizou na renovação dos seus castelos de Ourém e Porto de Mós. SENOS, Nuno. 2017. “The Classical Ideal in Portugal and the Portuguese World: From Lisbon to China”. In *Companion to the History of Architecture*, pp 1-29.

²⁴ Swedish Military Archives, *Planta de la Ciudad de Tavilla*, desenhada por Leonardo Ferrari [c. 1650]., and the Collection Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

²⁵ De acordo com Romero Magalhães, a cidade de Tavira tinha muita ligação com o interior algarvio, sendo o trigo proveniente de Martim Longo e de Alcoutim. MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970. *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos, p. 240.

²⁶ ANTT, *Odiana* 5, fl. 210.

de José de Sande Vasconcelos²⁷ faz supor uma sequência de arcos no piso térreo da casa [Fig. 4]. Surge, por isso, uma dúvida: se a proibição de aposentadoria (hospedagem, pousadia) nesta rua estaria, igualmente, relacionada com a utilização indevida que estes espaços cobertos e abertos proporcionavam.

Do lado ocidental das Tercenas desenvolvia-se a parte residencial, distribuída numa malha de ruas paralelas e transversais ao rio, fruto de um planeamento urbano imposto através de medidas legislativas, que foram sendo transmitidas através das cartas ou contratos de aforamento, como veremos [Fig. 5]. No reinado de D. Afonso V os lotes aforados para a construção de casas tinham, em regra geral, um “lote padrão” a rondar as 5 varas de largura e as 5 varas de comprimento, como é o caso do lote aforado, em 1466, ao ourives Isaque Gagim: “chaãos do dito senhor que ssam ao lomgo da rribeyra nos mandamos quesse apregoaassem e amda-ram mays de dous meses em pregam e em huu dos ditos chaãos em que ha cimquo varas damcho e çimquo de lomgo”²⁸. Para se ter uma ideia, ao medir estas cinco varas, que correspondem mais ou menos a cinco metros e meio, sobre um lote visto a partir do *Google earth*, dá para concluir que estas dimensões correspondem a uma área que um telhado de tesoura reveste [Fig. 6]. Este tipo de loteamento resultaria numa concentração espacial que favorecia o crescimento desordenado, uma vez que permite um certo desvio nas demarcações dos lotes futuros ou nas construções seguintes.

Talvez por esta razão nos aforamentos manuelinos os lotes demarcados são de grandes dimensões e aforados a um único proprietário, de que é exemplo o lote do mercador inglês João Bala, em 1501, que tinha 50 varas de comprimento e 17 varas de largura (55 metros por 18,7 metros), cujo alinhamento era guiado pela margem do rio. À semelhança da construção da Ribeira de Lagos, onde também se encontram referências a lotes de grandes dimensões, assemelhando-se a um quarteirão, o foreiro poderia dividir o lote em parcelas iguais para a construção de casas²⁹. Segundo a medida padrão que se observa no reinado de D. Afonso V, este lote poderia ser repartido em dez lotes iguais, cada um com 5 varas de largura [Fig. 7].

Em Tavira, o século XVI caracterizou-se por um certo impulso demográfico, significando um maior número de construção que precisava de ser controlado. Assim, estas proporções garantiam melhor o alinhamento entre as fachadas, impedindo um crescimento desalinhado. Por outro lado, também podem indicar a existência de frações de terreno vazias na Ribeira, dando margem de manobra para se delinearem ruas largas e travessas, tal como consta nesta mencionada carta de aforamento do mercador inglês: “deixando antre os ditos chaãos [...] tam grande Rua como seja Rezam, deyxando também serventia das trauessas que sam duas



Fig. 4 - A Rua Nova no detalhe do Borrão do Alçado da planta de Tavira... pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?,



Fig. 5 - A Ribeira no detalhe da Planta de tavilla desenhada por Leonardo Ferrari [ca. 1650].

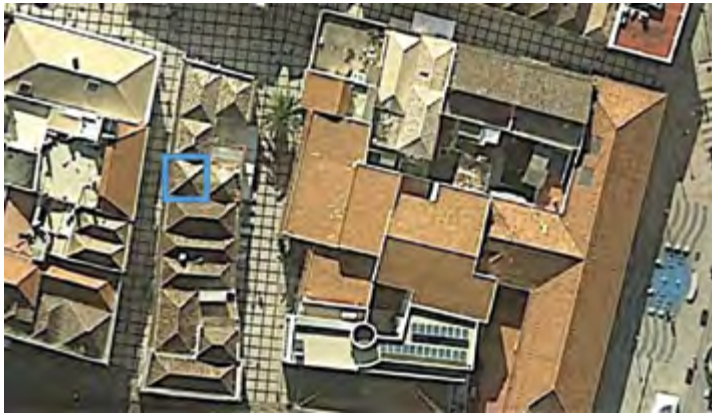


Fig. 6 - Exemplo da dimensão do lote aforado ao ourives Isaque Gagim, em 1466, medido a partir do Google earth.



Fig. 7 - Exemplo da dimensão do lote aforado na ribeira ao mercador inglês João Bala, em 1501, medido a partir do Google earth.

pera o dito Ryo³⁰. Num aforamento do ano seguinte, em 1502, os lotes têm como referência o mencionado lote do mercador inglês, que se apresenta como guia para estabelecer os limites e orientação dos lotes vizinhos.

No que diz respeito ao lote do estrangeiro, tem que ser acrescentado que pode ser sinal de uma presença permanente ou o desejo de se fundir com os naturais de Tavira. De acordo com Jean Chauvard, que analisou a presença de estrangeiros em Veneza, na Época Moderna, qualquer estrangeiro tinha dificuldade em adquirir propriedades devido à competição de outros interessados, pelo que a existência de documentação como a que acabámos de citar pode significar um vínculo mais forte à cidade onde se encontra estabelecido³¹. Mas outras interpretações podem existir. Este caso pode revelar que D. Manuel incentivava a presença de mercadores estrangeiros com vista a reforçar a economia da urbe.

Para os lotes que ficavam entre a Corredoura e o Sapal, as dimensões variavam bastante, não sendo obrigatório a construção de casas, exigindo-se apenas a manutenção do lote. Nalguns casos, era exigido a colocação das armas do rei sobre o portal, um símbolo régio que servia como uma marca fiscal que reconhecia o imóvel como pertença da coroa³².

Para finalizar, a carta de elevação de Tavira a cidade, concedida a 16 de março de 1520, pelo rei D. Manuel, destaca os atos de lealdade e o reconhecimento dos serviços prestados à Coroa, nomeadamente o auxílio no domínio das terras do Norte de África³³. Contudo, este documento também pode ser visto como um meio de reconhecimento da impressionante expansão urbana, registando-se a construção de diversas infraestruturas públicas próprias de uma cidade.

Os séculos XV e XVI foram, sem dúvida, séculos marcantes na história urbana de Tavira. Porém, as mudanças que observamos no tecido urbano foram apenas o começo de grandes transformações que se registam, também, para os séculos seguintes. O *Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira*³⁴, no qual se encontra desenhada da Praça da Ribeira, com destaque para a Casa da Câmara (antigas boticas e alfândega) e do Corpo da Guarda (antigas fangas), encerra, definitivamente, a longa história das transformações anteriores e fixa a imagem da praça setecentista que, por sua vez, será apagada pelas destruições que ocorreram nos séculos XIX e XX [Fig. 8].

²⁷ Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. *Borrão do Alçado da planta de Tavira...* desenhado pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?

²⁸ ANTT, *Odiana* 6, fl. 86v.

²⁹ Sobre a construção da Ribeira de Lagos consultar PEREIRA, Daniela Nunes. 2017. *A Evolução Urbanística de Lagos, séculos XV-XVIII*. Faro: Direcção Regional de Cultura do Algarve, pp. 39-53.

³⁰ ANTT, *Odiana* 1, fls. 202v-203.

³¹ CHAUVARD, Jean-François. 1998. "Scale di osservazione e inserimento degli stranieri nello spazio veneziano tra XVII e XVIII secolo". In CALABI, Dontella, LANARO, Paola, (a cura di). *La città italiana e i luoghi degli stranieri, XIV-XVIII secolo*. Rome-Bari: Laterza, p. 94.

³² ANTT, *Odiana* 7, fl. 61.

³³ AZEVEDO, Pedro, 1917. "As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas". In *Separata do Boletim da "segunda classe". Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. X. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.12-14.

³⁴ Biblioteca Pública de Évora, *Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, offerecido ao Exmo e Rmo Senhor D. F. Manoel do Senacul, Bispo de Beja. Dezenhado por Joze Justiniano Henriques, [ca.1796]*. Gav. 4. N.º 23.



Fig. 8 – Detalhe da Vista da Praça d’ Tavira da Parte Occidental no Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, [ca.1796].

Fontes e Bibliografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Odiana* 1. *Odiana* 2. *Odiana* 5. *Odiana* 6. *Odiana* 7. Livro 4 de Místicos

Arquivo Municipal de Tavira, *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Fmgas. Serem do Conçelho*. Reforma dos Tomos da Câmara 1733, cota SC: A/ Sr:003, fl.83v.

Biblioteca Pública de Évora, *Mappa das Anteguidades, q se achão em a Cidade de Tavira, offerecido ao Exmo e Rmo Senhor D. F. Manoel do Senaculo, Bispo de Beja. Dezenhado por Joze Justiniano Henriques*, [ca.1796]. Gav. 4. N.º 23.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. *Borrão do Alçado da planta de Tavira...* desenhado pelo engenheiro militar José de Sande Vasconcelos, 179?.

Swedish Military Archives, *Planta de la Cividad de Tavilla*, desenhada por Leonardo Ferrari [c. 1650]., and the Collection Foreign City and Fortress plans, Portugal, Tavira.

ANICA, Arnaldo Casimiro, 1993. *Tavira e o seu Termo – Memorando Histórico*, Vol I. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

AZEVEDO, Pedro, 1917. “As cartas de criação de Cidade concedidas a povoações portuguesas”, *Separata do Boletim da “segunda classe”*. Academia das Sciências de Lisboa. Vol. X. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHAUVARD, Jean-François. 1998. “Scale di osservazione e inserimento degli stranieri nello spazio veneziano tra XVII e XVIII secolo”. In CALABI, Dontella, LANARO, Paola, (a cura di). *La citta italiana e i luoghi degli stranieri, XIV-XVIII secolo*. Rome-Bari: Laterza.

CANTO, Ernesto do, 1883. *Os Corte-Reaes; memoria historica, acompanhada de muitos documentos inéditos*. Ponta Delgada: Archivo dos Açores.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, 2006. “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. In *Espirito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

DIEGO CATALÁN, Juan Núñez de Villaizán, 1977. *Gran crónica de Alfonso XI: edición critica*. Vol.2 Universidad Complutense de Madrid: Editorial Gredos.

MACIEIRA, Isabel, MANTEIGAS, Rita, 2008. “A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e versas”. In *Tavira, Patrimónios do Mar*, Tavira: Câmara Municipal de Tavira.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970. *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*. Lisboa: Cosmos.

PEREIRA, Daniela Nunes. 2017. *A Evolução Urbanística de Lagos, séculos XV-XVIII*. Faro: Direcção Regional de Cultura do Algarve.

PEREIRA, João Cordeiro, 2003. *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos vários*, Cascais, Patrimonia Historica.

ROSSA, Walter, 2002. “A cidade portuguesa”. In *A urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.

SÃO JOSÉ, Frei João de, 1983 [1577]. *Corografia do Reino do Algarve*, apresentação, leituras notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

SENOS, Nuno. 2017. “The Classical Ideal in Portugal and the Portuguese World: From Lisbon to China”. In *Companion to the History of Architecture*.

NOTA BIOGRÁFICA

Daniel Santana, licenciado em História, Variante de História da Arte (1998), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; e Mestre em Arte, Património e Restauro pela mesma Faculdade (2006), tendo defendido a dissertação “Contributos para o Estudo da Arquitetura Religiosa no Algarve. A Atividade do «Entalhador de Pedra» Diogo Tavares e Ataíde (1711-1765) ”.

Técnico superior da Divisão de Cultura, Património e Museus da Câmara Municipal de Tavira, desenvolve trabalho na área da museologia e do património cultural, comissariou exposições do Museu Municipal e organiza atividades no âmbito do serviço educativo. É autor de estudos sobre a arte portuguesa, em especial sobre a região do Algarve.

¹ Sobre o “Atlas de Haliche” consulte-se o livro de Rocío SÁNCHEZ RUBIO; Isabel TESTÓN NÚÑEZ; e Carlos SÁNCHEZ RUBIO, *Imágenes de un Imperio Perdido: El Atlas del Marqués de Heliche: Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y Las Indias*, Junta de Extremadura, 2004.

A arquitetura religiosa de Tavira na planta de Leonardo di Ferrari

Daniel Santana

A planta de Tavira no século XVI, pertencente à coleção do Real Arquivo Militar de Estocolmo (Suécia), constitui a mais eloquente representação gráfica conhecida a respeito da configuração urbana e composição arquitetónica da Tavira quinhentista. Trata-se de um esplêndido testemunho que nos chega através da cópia efetuada pelo desenhador bolonhês Leonardo di Ferrari, no século XVII, destinada a compor um atlas com vários registos de cidades e fortalezas ibéricas, sob encomenda de Dom Gaspar de Haro, Marquês de Haliche, reconhecido colecionista e apaixonado de cartografia. Após a morte deste, em 1688, o “Atlas de Haliche” foi adquirido em leilão por um diplomata sueco, passando para os fundos do arquivo de Estocolmo, durante o século XIX, onde permanece até hoje¹.



Fig. 1 - Planta da cidade de Tavira, Leonardo di Ferrari 1655, Atlas de Haliche, The Military Archives of Sweden, Handritade kartverk 25011.

Através da análise detalhada da referida planta, é possível apurar a sua datação dentro de um intervalo relativamente curto de 27 anos, entre 1542 e 1568². Assim sendo, a sua importância é manifesta. Constitui-se como único testemunho gráfico da mais próspera cidade algarvia quinhentista, retratando alguns aspetos arquitetónicos dos seus principais edifícios, com acentuado protagonismo da arquitetura religiosa.

Estamos perante uma cidade que, ao longo do século XVI, conhece uma atividade considerável no campo da arquitetura. Além da construção de novos edifícios, alteram-se outros que necessitavam de melhorias, como as igrejas de Santiago, São Pedro Gonçalves Telmo ou o convento de São Francisco, apenas para citar alguns exemplos. A isto não são alheios fatores de ordem socioeconómica e demográfica. O comércio desenvolve-se através das ligações ao norte de África e ao incremento de relações comerciais com norte da Europa, atraindo um grande número de comerciantes nacionais e estrangeiros à cidade; fixam-se investimentos, multiplicam-se aquisições e adscrevem-se rendas para iniciativas construtivas em resposta ao crescimento da população que, por volta de 1535, atinge cerca de 14.500 habitantes (cidade e seu termo), incluindo um número significativo de gente dos ofícios mecânicos³. É também numerosa nesta época a documentação oficial produzida a respeito da cidade e seus habitantes, traduzindo a sua importância política e estratégica no contexto da expansão portuguesa⁴. Neste contexto, o desenvolvimento construtivo da cidade foi uma realidade, não só por parte das entidades públicas e privadas, mas também por parte da Igreja, através das paróquias, ordens religiosas, irmandades e confrarias, sem esquecer a Ordem Militar de Santiago, que em Tavira detinha o padroado de várias igrejas e capelas, ordenando aí novas obras ou a correção de outras já existentes⁵.

Este ambiente é, de algum modo, capturado e rememorado na planta de Ferrari, revelando-se a planimetria ou disposição arquitetónica original de vários templos que hoje, como sabemos, assumem formas bastante distintas das suas formas de origem. É possível, a partir do desenho, ter a noção de como os templos tavirenses se apresentam estrutural e estilisticamente em meados do século XVI, definindo-se um terreno estimulante de análise interpretativa em que as arquiteturas, mesmo as que desapareceram parcial ou totalmente do nosso convívio, readquirem a sua condição de peças visíveis.

Parte importante das arquiteturas que se divisam são ainda testemunhos da vila medieval. Falamos de edifícios como as matrizes de Santa Maria e de Santiago, o antigo convento de São Francisco, a igreja do Hospital do Espírito Santo, templos erigidos nos séculos XIII, XIV e XV, que nesta planta de geração quinhentista se apresentam debuxados com as suas formas góticas de origem. Este

aspeto é tanto mais saliente se pensarmos na escassez de testemunhos medievais no perfil monumental de Tavira. Deparamo-nos, assim, com uma fonte iconográfica que nos brinda com um reflexo visualmente marcante da arquitetura medieval de Tavira.

Dos catorze edifícios religiosos elencados na legenda, é ocultada a desaparecida ermida de Nossa Senhora do Espinheiro, situada, precisamente, sob a tabela de legendas. Por seu turno, a antiga ermida de São Lázaro, conhecida como ermida de Nossa Senhora do Livramento, é apenas parcialmente representada, sendo cortada pelo limite inferior da planta. Os restantes templos referidos em legenda são integralmente desenhados por Ferrari.

As igrejas de São Francisco e do Espírito Santo, as ermidas de São Sebastião, Santa Ana e São Brás, todas com uma história anterior ao século XVI, possuem orientação a nascente, de acordo com a tradição medieval. O mesmo seria de esperar das matrizes de Santa Maria e de Santiago, caso estes edifícios não tivessem uma origem anterior à reconquista cristã (1242), associada ao passado islâmico. A sua orientação a nordeste resulta do provável aproveitamento estrutural das antigas mesquitas e/ou equipamentos de origem islâmica, ideia reforçada pelo modo como Ferrari representa estes edifícios.

1. Igreja de Santa Maria do Castelo

Ferrari exhibe-nos um templo de planta longitudinal, retangular, com o interior dividido em três naves e quatro tramos, cabeceira tripla escalonada de remate poligonal de acordo com a tipologia dominante no período gótico. Um volume retangular adjunto a uma das capelas colaterais correspondia, como ainda hoje, à sacristia, ligando-se a um amplo pátio a sul, em forma de trapézio, o qual terá servido de cemitério. Atrás de outra capela colateral situa-se o volume quadrangular correspondente à torre sineira, provável reminiscência do minarete islâmico. Do lado do Evangelho surge a capela funerária do Comendador da Ordem de Santiago, Lançarote de Melo, de forma quadrangular, cuja edificação é concluída entre 1518 e 1534⁶, podendo ainda hoje ser apreciada.

Uma das revelações mais sonantes da planta desta igreja situa-se no frontispício devido à inusitada posição do pórtico principal, notoriamente descaído para o lado da Epístola, por conseguinte, desviando-se do eixo central definido pela capela-mor. Este dado, implicitamente conhecido através da visitação da Ordem de Santiago de 1534 - que refere uma pia situada *na parte da Epystolla ajunto com a porta principall'* - adquire assim a sua demonstração visual através do desenho de Ferrari. Porque esta divergência do pórtico relativamente ao centro é relativamente insólita no plano



Igreja de Santa Maria do Castelo



de uma igreja medieval, será plausível enquadrá-la no âmbito do aproveitamento cristão da antiga mesquita. O arquiteto desconhecido que a remodelou terá aproveitado algumas das entradas primitivas, entaipando outras⁸.

Será ainda de referir a desconexão entre esta entrada principal e a disposição urbana do local. Dado o carácter religioso do edifício, local de grande afluência popular, seria de esperar uma porta comunicante com a ampla praça a poente - espaço apto a receber multidões e a dissolver o fluxo de entrada e saída de fiéis. A conversão do edifício em igreja, com a consequente mudança de orientação, terá ferido, no entanto, essa lógica de articulação com o espaço público que existiria no período islâmico.

² Cf. Luís Fraga da SILVA, “Uma planta inédita de Tavira, do século XVI”, (4 de abril de 2008), in <http://imprompto.blogspot.com/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html>, visitado a 3 de dezembro de 2019.

³ Cf. Vítor SERRÃO, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in AAVV, *Tavira Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, p. 222.

⁴ Além do estatuto de cidade conquistado em 1520, abundam os privilégios concedidos aos tavirenses pela administração régia, premiando a importância estratégica de Tavira e o esforço de guerra dos seus moradores. São elucidativos

vários testemunhos desta época que exprimem a importância da cidade, destacando-se a categórica declaração de Frei João de São José, em 1577: *A cidade de Tavira, sem alguma dúvida é, ao presente, e foi sempre, a principal do Reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que fazem ua terra nobre e que com rezão se pode gloriar delas*. Frei João de SÃO JOSÉ, *Corografia do Reino do Algarve*, 1577, apud Manuel Viegas GUERREIRO; e Joaquim Romero MAGALHÃES, *Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 49.

⁵ Cf. Vítor SERRÃO, *Op. Cit.*, 2003, p. 222.

⁶ Descrevem os visitantes da Ordem de Santiago, em 1534, em visita a esta igreja: *Achámos agora feito no corpo da igreja, lado do Evangelho, uma capela de abóbada que mandou fazer Lançarote de Melo, comendador da Vila de Cásevel, a qual tem dezassete chaves de pedra, com vasos e verdugos de pedraria e um arco de pedraria e de muita obra nele. Tem na chave do meio as armas dos Melos e em outra chave o hábito de Santiago*. Apud Hugo CAVACO, *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o Estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987, p. 161.

⁷ Apud idem, ibidem, p. 161.

⁸ Um caso relativamente idêntico sucede na igreja matriz de Mértola, a qual descende da antiga mesquita, cujo pórtico principal se encontra descaído para o lado da Epístola face à estrutura do edifício, de quatro naves, e à presença impositiva de um contraforte ao centro do frontispício, inviabilizando aí qualquer abertura.

A planta de Ferrari não só constitui um reflexo marcante do passado arquitetónico do monumento, como também apura a consciência das ulteriores intervenções a que o templo foi submetido após o século XVI, em especial a intervenção classicista impulsionada pelo Bispo Francisco Gomes do Avelar, e dirigida pelo arquiteto Francisco Xavier Fabri, a partir de 1790. Considerado um dos melhores exemplos de um tipo de “restauro iluminista” no nosso país⁹, a obra ditou a atual fisionomia do templo, sendo clara a opção de manutenção da antiga estrutura medieval de três naves e quatro tramos, com cabeceira tripla escalonada. No exterior o portal gótico é posicionado ao centro, estabelecendo um novo equilíbrio na composição do frontispício, bem distinto da situação verificada na planta de Ferrari. Ao cabo da obra de restauro, concluída em 1800, conservaram-se intactas as antigas capelas laterais, como a capela manuelina de Lançarote de Melo; as duas capelas colaterais da cabeceira, de raiz gótica, com seus arcos quebrados, abóbadas de cruzaria de ogivas, janelas maineladas, capitéis e mísulas de decoração vegetalista, bem como o referido portal gótico do frontispício¹⁰.

2. Igreja matriz de Santiago

Também associada ao passado islâmico, são várias as suspeitas de que aqui funcionava a mesquita menor de Tavira, tendo esta cedido o lugar a uma igreja de feições góticas sob a autoridade do Bispo de Silves (após doação efetuada por D. Afonso III em 1270), cujos contornos são agora conhecidos através da planta de Ferrari.

Dado tratar-se de um dos mais desconhecidos monumentos tavirenses – também pela ausência de vestígios visíveis e claramente identificáveis dos seus primórdios –, a representação perceptível nesta planta constitui um valioso documento do seu passado medieval. Saliente-se o plano bastante distinto da realidade atual e mais próximo da congénere igreja de Santa Maria. Contrariamente à atual igreja chá de nave única e capela-mor retangulares, fruto da reconstrução ocorrida após o sismo de 1755¹¹, observava-se na matriz de Santiago, durante a Baixa Idade Média, um interior retangular dividido em três naves e três tramos, com cabeceira tripla escalonada de remate poligonal; situação que se subentende face ao desenho de Ferrari, uma vez que este omite, de modo inverosímil, a capela colateral do lado do Evangelho, deixando um alçado desguarnecido. Pode este facto indiciar a incerteza do desenhador



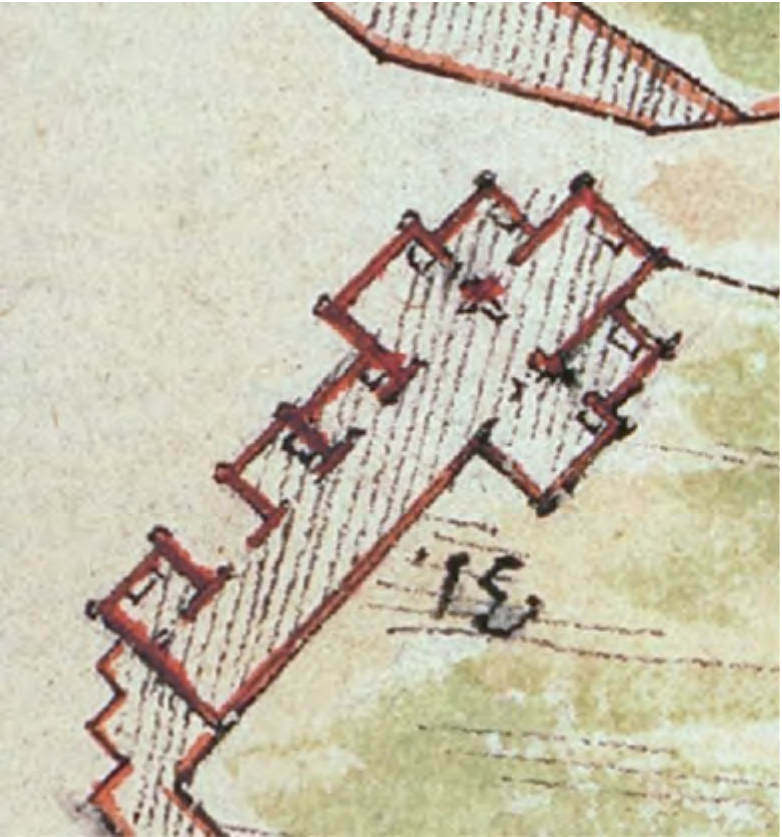
Igreja matriz de Santiago



acerca dos reais contornos da igreja, possivelmente, devido à ocorrência de alguma campanha de obras ao tempo do levantamento da planta. É certo que em meados do século XVI se promovem campanhas arquitetónicas que introduzem no templo as formas do Renascimento. Provam-no alguns elementos que resistem na capela do Santíssimo, tais como a interessantíssima pedra relevada com o busto de quatro figuras sustendo uma cartela central com os instrumentos da Paixão; não sendo de excluir como motivo impulsionador dessas campanhas os eventuais danos causados pelo terramoto de 1531, além do ambiente favorável à modernização artística que distingue o primeiro e o segundo terços do século XVI.

3. Igreja do convento de São Francisco

Sérias dificuldades encontra o investigador que, nos nossos dias, intenta ler e reconstituir a partir das formas presentes o traçado original da antiga igreja de São Francisco, uma das mais preminentes edificações do Algarve medieval¹². A incúria dos tempos, as alterações sofridas e algumas calamidades cíclicas fazem parte



Igreja do convento de São Francisco

íntima dos factos que caracterizam a historiografia deste edifício. Além de apresentar hoje uma orientação distinta da original, confronta-se com o desaparecimento de vários espaços arquitetónicos de origem e com a vulgar intromissão de outros cronologicamente desfasados da pioneira campanha gótica. A planta de Ferrari veio

⁹ O projeto de Fabri para a matriz de Santa Maria salvaguardou elementos do passado, integrando-os em harmonia “com uma linguagem moderada, em singelas linhas neoclássicas e com a subtilidade de não se sobrepor ao discurso primitivo”. Maria João Baptista NETO, “Uma cultura de restauro iluminista. A ação do Bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”, in AAVV, *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*, Câmara Municipal de Tavira, 2006, p. 128.

¹⁰ Cf. Carla Varela FERNANDES, *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Tavira, 2000, pp. 34 e 35.

¹¹ Este templo foi afetado pelo terramoto de 1755, tendo a sua reconstrução demorado vários anos devido à falta de meios da paróquia. Atendendo à situação, o rei D. José I ordenou, em 1763, a aplicação dos rendimentos das confrarias sedeadas nesta igreja para financiamento da reconstrução. Cf. Daniel SANTANA, *Diogo Tavares e Ataíde. Arquiteto Algarvio (1711-1765)*, Lisboa, Edições Colibri, 2018, p. 167.

¹² Cf. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 149; cf. Carla Varela FERNANDES, “(Des)contextos da arte gótica em Tavira”, in AAVV, *Op. Cit.*, 2003, pp. 208 e 209.

de súbito dar vida renovada ao estudo deste edifício medieval, revelando o traçado da igreja em meados do século XVI, clarificando e desenvolvendo o que apenas se sabia vagamente, sobretudo, através dos testemunhos tardios de Frei Jerónimo de Belém¹³ e do autor anónimo da revista *O Occidente*¹⁴.

Dedicados à pregação e ao estudo, os franciscanos de Tavira elegeram a colina fronteira à de Santa Maria para se instalarem, fundando o convento entre 1250 e 1330, fora da cerca muralhada, de modo a acompanhar os novos e mais dinâmicos bairros extra-muros. De acordo com a versão desenhada por Ferrari, a igreja então construída adotou uma planta longitudinal de cruz latina, orientada a nascente, com a cabeceira escalonada composta por três capelas retas, transepto pronunciado e corpo extenso de nave única, com três capelas laterais inscritas no lado do Evangelho. O templo assume uma particularidade bem distinta das características fortes da arquitetura mendicante em Portugal. Contrariando a generalidade das igrejas franciscanas portuguesas de três naves, esta apresentava uma só nave, unindo-se a um lote muito restrito de templos franciscanos no nosso país, refletindo, basicamente, o modelo da igreja italiana de São Francisco de Assis e das igrejas franciscanas da Galiza¹⁵.

Assinale-se a situação da porta principal, voltada a Norte, no alçado lateral da nave, facto referido por de Frei Jerónimo de Belém, e que resulta da implantação da igreja face ao burgo medieval.

Hoje encontramos nesta igreja uma realidade bastante distinta da que se acha representada na planta de Ferrari. Se aquela tem origem medieval, é certo que beneficiou de renovações e reconstruções ao longo da história, inclusive em datas muito próximas do desenho de Ferrari. Frei Jerónimo de Belém fala-nos da transição do convento para as mãos dos franciscanos da Observância, em 1517, cujo processo suscitou a realização de obras patrocinadas por D. Manuel I, havendo testemunhos de que a capela-mor recebeu as armas deste monarca¹⁶. São também aludidas as mudanças que a igreja tinha sofrido e os reparos de seus prelados locais, justificando que, em 1750, o edifício se diferenciasse *alguma cousa do seu antigo estado*¹⁷. Mais tarde, a ruína das instalações leva à derrocada de grande parte da igreja e do convento (1840), cuja destruição seria ainda acentuada por um pavoroso incêndio (1881).

Resistem a todas estas vicissitudes algumas parcelas do edifício medieval representado na planta, se bem que estas se apresentem estrutural ou funcionalmente alteradas. Da antiga cabeceira ainda se vislumbram vários vestígios, entre eles, a abóbada da capela-colateral: polinervada, com escudetes, assente em quatro pequenas mísulas. O seu perfil e estilo indiciam uma construção dos inícios do século XVI, ao encontro dos testemunhos que dão conta das obras coevas que dotaram a capela-mor com as armas do *Venturoso*.

Já a atual sacristia conserva uma elevada abóbada gótica de belo traçado, com seus fechos e capitéis, para além de um belo janelão em arco quebrado. Correspondia esta divisão à capela colateral do lado da Epístola, mais conhecida como capela de Santa Ana. No jardim municipal anexo à igreja conservam-se duas capelas laterais da antiga nave, precisamente, as que o anónimo da revista *O Occidente* identifica como capelas de São Gonçalo de Amarante e de Santo André, confinando esta última com a antiga porta da igreja. Ambas exibem a sua matriz gótica bem patente nas suas janelas geminadas em arco quebrado e cobertura com abóbadas de cruzaria de ogivas assentes em capitéis decorados com motivos vegetalistas¹⁸. O desenho de Ferrari mostra ainda a desaparecida capela lateral dedicada ao Espírito Santo, mas não figuram as capelas laterais do lado da Epístola (que poderão ter surgido posteriormente), nem as instalações conventuais envolvidas pela antiga cerca franciscana, facto que decorre, porventura, do acesso limitado do desenhador àquelas instalações, levando-o a negligenciar parte importante do edifício.

4. Igreja do Hospital do Espírito Santo

No mesmo terreiro de São Francisco observamos outra surpreendente revelação proporcionada pela planta de Ferrari: o plano quatrocentista da antiga igreja do Espírito Santo do Hospital, composta por duas naves iguais em largura e comprimento, separadas por três arcos e rematadas por duas capelas poligonais da mesma dimensão. O corpo do templo recebe ainda uma capela lateral quadrangular, do lado do Evangelho, que resulta de um acrescento posterior ao projeto original.

Constituía esta igreja, efetivamente, um caso raro ao nível da solução espacial que, não obstante, encontraria alguns exemplos paralelos num número restrito de igrejas nacionais. Demonstram-no os visitantes da Ordem de Santiago que, em 1554, evocam a igreja lisboeta de Santo Éloi para ilustrar o modelo espacial do templo tavirense¹⁹.

Pela sua simetria e ordenação volumétrica, apercebemo-nos que a dupla nave da igreja resultaria de um projeto único construído de raiz, cujas razões encontramos nas circunstâncias que conduziram à fundação do hospital. Sabemos que este, originalmente, veio ampliar e viabilizar uma unidade maior que a precedente Albergaria de Santa Maria. Para o efeito, uniram-se, em meados do século XV, as confrarias de Santa Maria-a-Nova e a confraria do Espírito Santo, com o objetivo de construírem o Hospital²⁰. O seu templo irá refletir no traçado arquitetónico a duplicidade institucional que está na base da sua fundação. A igreja, organizada em duas naves de iguais dimensões, com cabeceira bipartida, invoca em paridade, precisamente, as duas confrarias fundadoras e os seus patronos.



Igreja do Hospital do Espírito Santo

Sem surpresa constatamos esse facto sublinhado na visitação santiaguista de 1554, com a nomeação e descrição dos retábulos dedicados ao Espírito Santo e a Santa Maria colocados nas respetivas capelas da cabeceira²¹.

¹³ Frei Jerónimo de BELÉM, *Chronica Seráfica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, vol. I, Lisboa, Off. Ignacio Rodrigues, 1750, pp. 183 e ss.

¹⁴ R., “Egreja de S. Francisco de Tavira”, in *O Occidente*, vol. IV, ano 4, n.º 94-95, 1881.

¹⁵ A igreja do convento franciscano de Tavira unia-se assim aos exemplos de Santa Clara de Vila do Conde, de São Francisco de Portalegre e do muito negligenciado, e já desaparecido, São Francisco de Loulé. Por conseguinte, ao contrário do que certa forma se convencionou na historiografia, podemos afirmar que em Portugal se construiu nos séculos XII e XIV um número razoável de templos mendicantes de uma só nave, a exemplo do modelo da igreja italiana de São Francisco de Assis e das igrejas franciscanas da Galiza. Cf. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 46.



¹⁶ ...e porque se achava imperfeito, quando passou da Clastra para a Observância, El Rey D. Manuel o mandou aperfeiçoar, fazendo colocar nos fechos da abóbada da Igreja as Quinas Reais, acompanhadas da sua Esfera (...). Frei Jerónimo de BELÉM, Op. Cit. p. 187.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 189.

¹⁸ Para uma análise detalhada destas duas capelas consulte-se o estudo de Marco Sousa SANTOS, «Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira», *Medievalista* [Online], 10 | 2011, posto online no dia 01 julho 2011, consultado o 15 dezembro 2019. URL : http://journals.openedition.org/medievalista/207 ; DOI : 10.4000/medievalista.207

¹⁹ *Esta Igreja está situada llevante a ponente, está no terreiro de São Francisco, tem duas capellas da maneira das de Sancto Elloi, da Cidade de Lixboa*. Apud *Visitação de Igrejas Algarvias. Ordem de Santiago*, (apresentação, leitura e notas de Francisco Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos), Faro, ADEIPA, 1988, p. 84.

²⁰ Cf. Arnaldo Casimiro ANICA, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira*, Tavira, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983, pp. 20 e 21.

²¹ Cf. *Visitação...*, Op. Cit., 1988, p. 84.

Da planta revelada por Ferrari só nos chegou o volume quadrangular da capela lateral, fundada por D. Mécia Corte Real, mulher de Francisco Melo, comendador da Ordem de Santiago, em finais do século XV ou inícios do XVI, a qual foi criteriosamente mantida e restaurada durante a reconstrução do templo em 1752²².

5. Ermida de Santa Ana

A ermida que, em 1565, era já *tam antiga que nom avia memoria d'omens que se lembra-se quem ha edificou*²³ é representada, grosso modo, de acordo com as descrições coevas registadas nas visitasões da Ordem de Santiago: capela-mor com sacristia adjunta, nave única antecedida por um nártex, que os visitantes santiaguistas, em 1554, descrevem como *recebimento quadrado, cercado à roda de parede, lageado per riba*²⁴. O desenho, igualmente, clarifica o sentido das alterações efetuadas no século XVIII, período em que o templo foi integrado no complexo palaciano do Governador do Algarve, o que compreenderá um realinhamento da capela-mor; a demolição da sacristia e sua reconstrução no lado oposto da capela-mor, a norte; e o desmantelamento do nártex, tendo em vista permitir a posterior ligação ao Palácio do Governador.



Ermida de Santa Ana

6. Ermida de São Brás

Igualmente revelador é o desenho desta ermida medieval, fundada e edificada por devoção popular, cujos contornos também se alinham com as descrições coevas conhecidas. Apresenta capela-mor e nave arrumadas num único corpo retangular, acrescendo a este último um nártex coberto por alpendre, e uma a galeria, construída por volta de 1534, junto ao alçado sul e à casa do ermitão. O desenho também indica a disposição dos três altares venerados nesta ermida em meados do século XVI: São Brás (ao centro), Santo António (lado do Evangelho) e Santa Bárbara (lado da Epístola)²⁵.

A campanha de obras realizada durante a segunda metade do século XVIII²⁶ veio modificar, especialmente, a fachada principal. Foi anulado o alpendre e ampliada a nave, renovando-se o aspeto do edifício dentro do formulário barroco.



Ermida de São Brás

²² Segundo a descrição dos visitantes da Ordem de Santiago, em 1554 esta capela já não teria quaisquer apetrechos ou obrigações, dado que a instituidora jazia na vizinha igreja de São Francisco (cf. idem, ibidem, p. 85). A respeito da obra de reconstrução do templo, iniciada em 1752, consulte-se Daniel SANTANA, *Op. Cit.*, 2018, pp. 132-141.

²³ Apud Hugo CAVACO, *Op. Cit.*, 1987, p. 370.

²⁴ Apud idem, ibidem, p. 92.

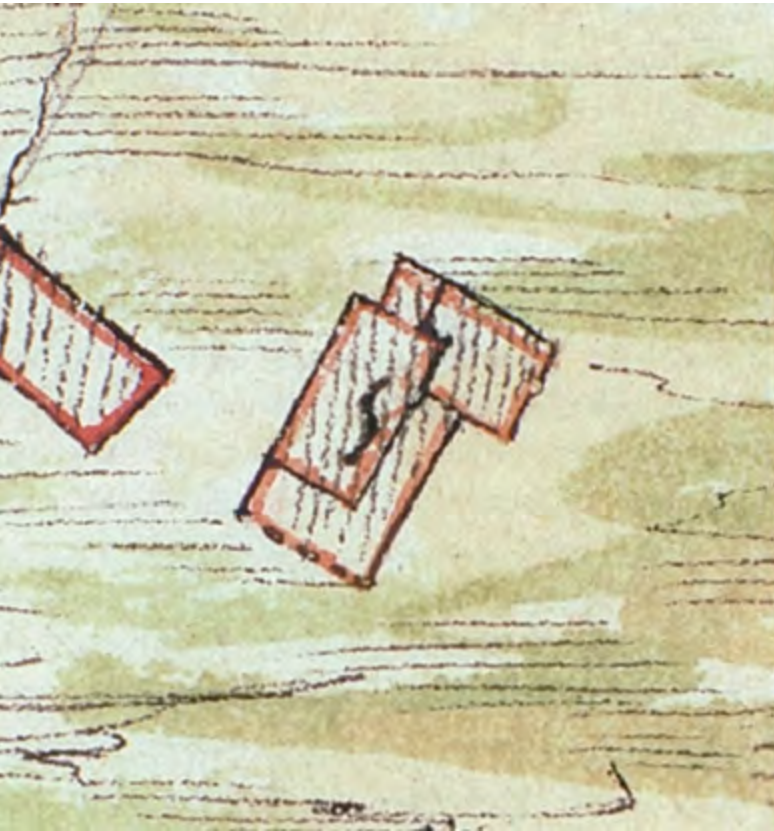
²⁵ Cf. Idem, ibidem, p.90.

²⁶ Cf. Daniel SANTANA, *Op. Cit.*, 2018, pp. 167 e 168.

7. Ermida de São Sebastião

Segundo a documentação já existia em 1548²⁷, devendo a sua origem ser bastante anterior. A sua configuração na planta de Ferrari não difere muito da ermida de São Brás em termos de distribuição espacial, mostrando um templo com capela-mor, nave única retangular, tendo anexa à primeira a casa do ermitão (ou sacristia) e uma galeria adjunta aos alçados sul e poente, para acolhimento dos fiéis e dos desvalidos em dias de chuva ou de canícula.

A campanha de reconstrução dá-se em 1745, conferindo ao templo uma aparência mais harmonizada com o barroco, mas mantendo a herança estrutural do templo antigo²⁸, embora sacrificando a antiga casa do ermitão e a galeria, surgindo uma sacristia nova junto à capela-mor do lado sul.



Ermida de São Sebastião

8. Igreja da Corporação do Corpo Santo (São Pedro Gonçalves Telmo)

Junto à Ribeira figura o templo dos mareantes e pescadores de Tavira agremiados na Corporação do Corpo Santo. Uma porta gótica em arco quebrado redescoberta, há poucos anos, num dos muros da igreja, bem como as referências documentais à confraria do Corpo Santo desde 1497, sugerem a provável origem quatrocentista deste templo. A favorável conjuntura social e o prestígio alcançado pela classe dos mareantes de Tavira levarão a confraria, com o apoio de importantes mecenas, a promover uma importante campanha de obras no templo durante o segundo terço do século XVI, marcando-o com a modernidade das propostas estéticas do Renascimento²⁹.

Ferrari apresenta um edifício simples, de planta retangular, ao contrário da informação dos visitantes da Ordem de Santiago que, em 1554, descrevem um templo de capela-mor quadrada e nave única retangular que superava a largura da abside³⁰. Sendo este um caso em que o desenho de Ferrari difere do teor de outras



Igreja da Corporação do Corpo Santo (São Pedro Gonçalves Telmo)

fontes conhecidas, é possível que o curso da campanha de obras renascentista nesta igreja impedisse uma definição mais rigorosa dos contornos do templo. De qualquer modo, o desenho torna patente que em meados do século XVI não se verificava o pronunciado trapézio que atualmente distingue a planta do edifício, o que proporcionaria a existência de um pequeno adro na antiga rua do Corpo Santo.

²⁷ Cf. José Manuel VARGAS, “Em Abril de 1548, junto à ermida de S. Sebastião”, in *Jornal do Sotavento*, n.º 402, 6 de março de 2009, p. 7.

²⁸ Cf. Daniel SANTANA, *Guia de Visita da Ermida de São Sebastião de Tavira*, Câmara Municipal de Tavira, 2008, p. 10.

²⁹ Cf. Daniel SANTANA, “...Ao Glorioso S. Pedro Gonsalves, nosso Patrono, e Padroeiro. Culto e devoções da igreja dos mareantes de Tavira”, in AAVV (coor. Jorge Queiroz e Rita Manteigas), *Tavira, Patrimónios do Mar*, Câmara Municipal de Tavira, 2008, p. 107-115.

³⁰ Cf. Hugo CAVACO, Op. Cit., 1987, p. 88.



9. Igreja de São Roque

O desenho desta igreja oferece pistas interessantes sobre a sua história arquitetónica. Desde logo comprova a sua existência já em meados do século XVI, recuando cerca de 50 anos em relação à mais antiga referência documental conhecida, que data de 1600³¹. Depois, mostra-nos uma igreja de planta retangular (um duplo quadrado), sem evidente distinção volumétrica de zonas funcionais, renunciando ou assumindo já o rigor geométrico que fará fortuna nas edificações do renascimento e “estilo chão”. No entanto, no exterior do edifício avultavam oito volumosos contrafortes, que eram cilíndricos nos vértices da capela-mor, refletindo o modelo tardo-gótico amplamente reproduzido no Sul do país (São Brás de Évora, Santo André de Beja ou, especialmente, a ermida de São Sebastião do Alvito) - e que em Tavira também encontrava ex-

pressão na desaparecida Casa do Sal representada nesta planta. Esta tipologia era, sobretudo, comum a pequenos locais de culto do Sul de Portugal, quase sempre associados a confrarias de carácter assistencial³². Os contrafortes cilíndricos, normalmente rematados por pináculos cónicos, são elementos característicos da arquitetura tardo-gótica e manuelina meridional dos finais do século XV e primeiro terço do século XVI, cuja influência estava patente nesta igreja.

A reconstrução do templo em meados do século XVIII, além da atualização da linguagem ornamental ao modo barroco, veio alterar a configuração do templo³³. O exterior ritmado pela presença dos contrafortes é apagado, destemperando o templo do seu passado tardo-gótico evidenciado na planta de Ferrari.

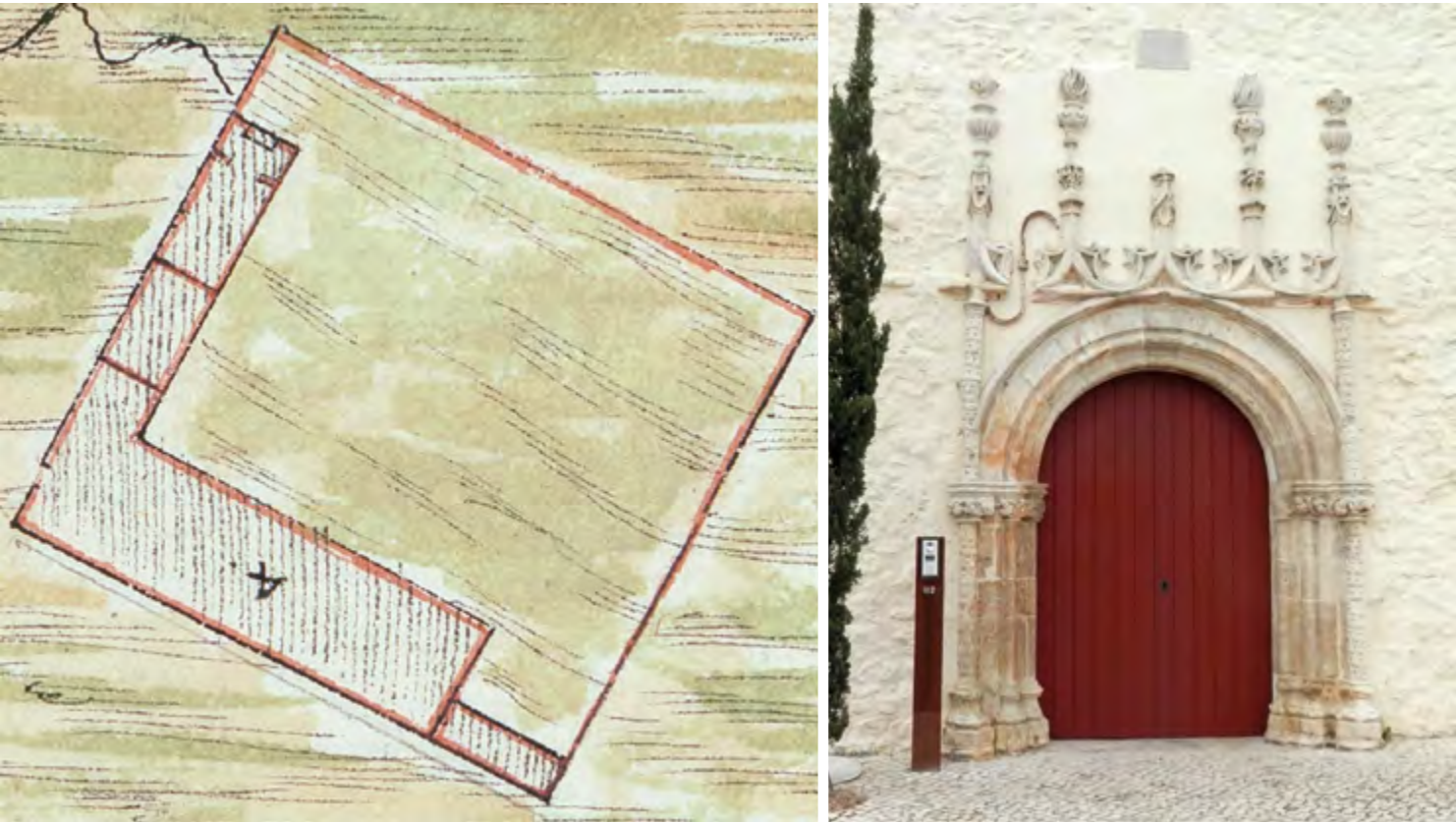


Igreja de São Roque

10. Igreja e mosteiro de Nossa Senhora da Piedade

Na planta o edifício é identificado como “Santa Clara”, facto que constitui uma persistência anacrónica da sua designação de origem³⁴. O mosteiro fundado em 1509 é, inicialmente, destinado a freiras clarissas. Contudo, volvidas duas décadas, com a igreja praticamente concluída, a mesma foi entregue pelo Bispo do Algarve, D. Fernão Coutinho, a monjas da Ordem de Cister, passando o mosteiro a ser dedicado a Nossa Senhora da Piedade. Ao tempo do levantamento da planta copiada por Ferrari, este seria já um dado adquirido, todavia, o topónimo de origem permanecia ainda bem enraizado.

O desenho revela-nos um edifício ainda em construção, inacabado, tendo o autor noção da quadra de terreno afeto ao projeto arquitetónico. A igreja das monjas, concluída por volta de 1530³⁵, e o coro surgem com contornos bem definidos, assim como a ala destinada ao dormitório, no lado poente. No entanto, este é representado com um volume excessivamente amplo e inverosímil em função da estrutura que remanesce, porventura devido às obras que decorriam e que impediam o levantamento fiel do edificado.



Igreja e mosteiro de Nossa Senhora da Piedade

Há registo da ocorrência de obras nestas alas monacais em meados do século XVI, facto que justifica a presença em Tavira do arquiteto régio Miguel de Arruda³⁶. É também aparente que as obras do mosteiro estariam nesta época distantes do seu término, dado que não figuram ainda as alas a nascente e sul, bem como o corpo central que rematava o claustro, que mais tarde conformarão a planta num amplo e peculiar duplo quadrado interrompido.

³¹ Cf. Arnaldo Casimiro ANICA, *Tavira e o Seu Termo. Memorando Histórico*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 296.

³² Cf. Paulo PEREIRA, “As grandes edificações (1450-1530)”, in AAVV (dir. Paulo PEREIRA), *História da Arte Portuguesa*, Vol. II, 3.ª edição, s.l., Temas e Debates, pp. 42.

³³ Cf. Daniel SANTANA, *Op. Cit.*, 2018, pp. 163 e 164.

³⁴ Cf. Luís Fraga da SILVA, *Op. Cit.*, 2008, p. 5.

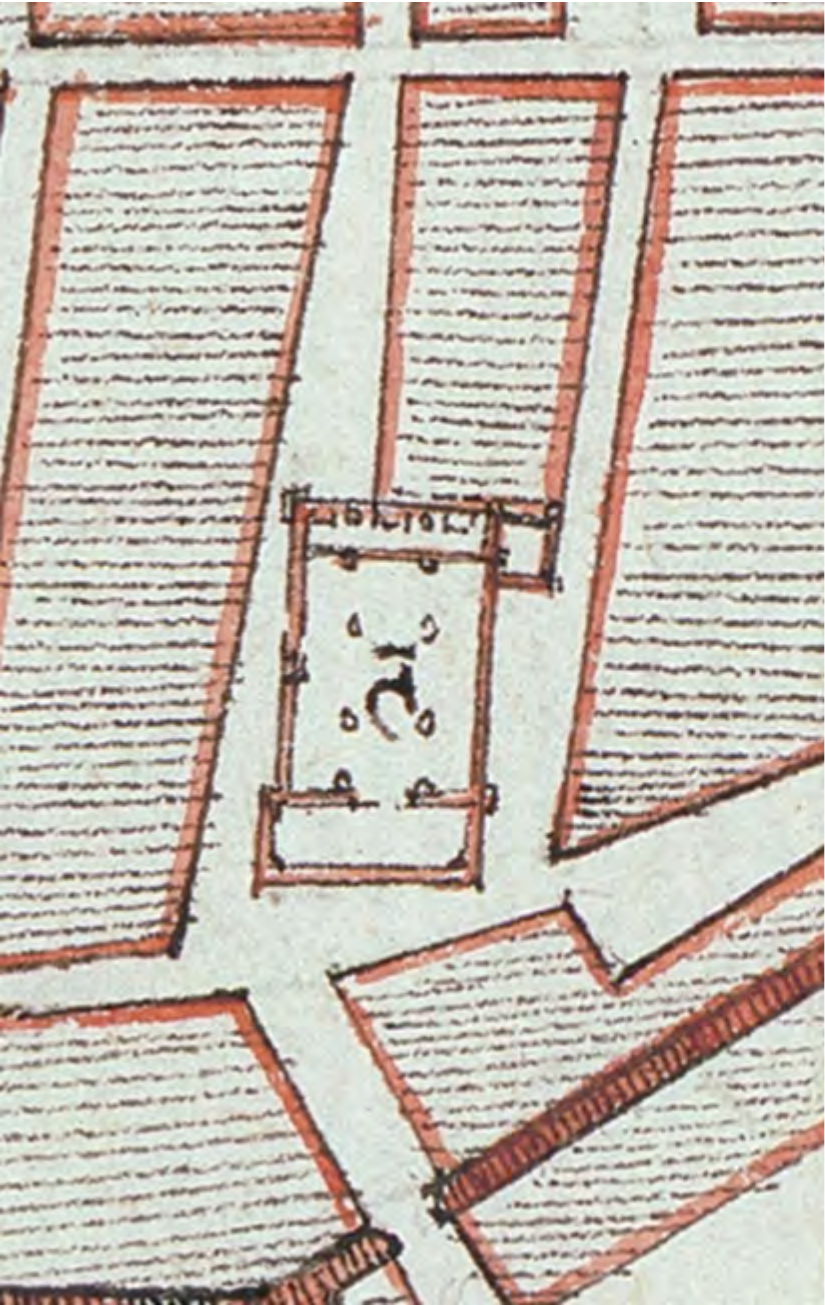
³⁵ Fernando Calapez CORRÊA, *O Convento Cisterciense de Tavira - Nossa Senhora da Piedade*, Faro, Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Algarve, 1991, p. 31.

³⁶ Cf. Vítor SERRÃO, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in AAVV, *Op. Cit.*, 2003, p. 223.

11. Igreja da Misericórdia

A igreja era então um dos mais modernos edifícios de Tavira, iniciada em 1541 sob a direção do mestre André Pilarte, estando praticamente concluída em 1551, data em que é contratado o remate do pórtico principal. Pelo desenho de Ferrari constata-se que os anos não alteraram muito a estrutura original da igreja, que hoje

conserva o seu perfil renascentista e a planta retangular com três naves e quatro tramos, exceção feita à alteração setecentista que veio ampliar o espaço da capela-mor e romper o alçado da cabeceira, de modo a receber a tribuna do retábulo barroco realizado em 1722. Também a sacristia será aumentada na mesma direção, aproveitando o espaço que ladeia a tribuna do retábulo principal.



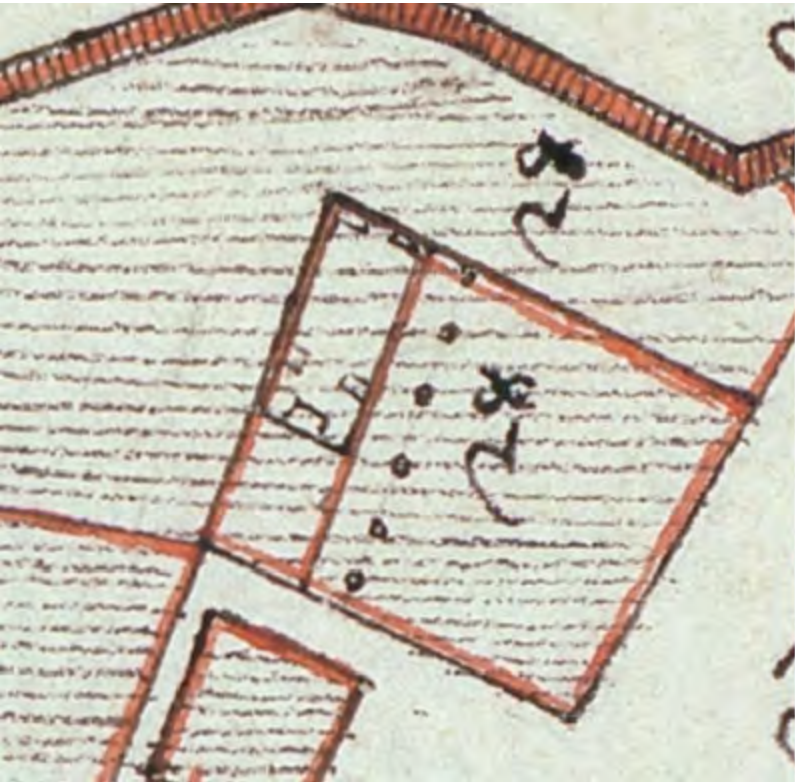
Igreja da Misericórdia



12. Igreja e convento de Nossa Senhora da Graça

Fundado em 1542, o convento agostinho implanta-se no local da antiga judiaria de Tavira. A sinagoga é convertida em igreja, mantendo-se o convento em estado precário durante vários anos. Só em 1569 arrancam, definitivamente, as obras do novo edifício destinado a acolher, devidamente, em termos funcionais e arquitetónicos, os frades agostinhos. O levantamento exibido na planta de Ferrari testemunha o período precedente e conturbado da história dos graciosos de Tavira que se debatem, primeiro, com o desaparecimento do fundador, Frei Pedro de Vila Viçosa; segundo, com as proposições heréticas de matriz protestante do seu novo Prior, Frei Valentim da Luz, que culminam com sua morte num auto-de-fé realizado em 1562. Depreende-se, pois, que os agostinhos de Tavira não gozam de paz nem de estabilidade nestes primeiros anos de existência.

Nesse sentido, a disposição da igreja resulta ainda do aproveitamento da antiga sinagoga, de planta retangular, de menores dimensões e orientação contrária à que a futura igreja graciana virá a adotar. A nascente encontra-se já configurada uma arcada (ou alpendre) com seis colunas, que poderá já pertencer a uma ala do futuro claustro³⁷.



Igreja e convento de Nossa Senhora da Graça

Conclusão

A planta de Leonardo di Ferrari é uma autêntica impressão da Tavira dos Avis, que no caso da arquitetura religiosa complementa e supera o valor das fontes manuscritas da época, constituindo o melhor e mais detalhado memorando da arquitetura medieval de Tavira. A opacidade que cobria muitas das formas desta arquitetura - em razão do desaparecimento de vestígios primordiais das igrejas de Tavira - é, assim, atenuada, desimpedindo a reconstituição das fortunas históricas e das presumíveis opções arquitetónicas e estéticas de origem, entre outras considerações *cripto-histórico-artísticas* a propósito. Fica-nos o traçado de templos de sabor medieval - como Santa Maria, Santiago, São Francisco e Espírito Santo, etc. - e de outros marcados com as formas modernas que André Pilarte e os pedreiros manuelinos afirmaram durante os reinados de D. Manuel I e de D. João III, assinalando a vitalidade artística de Tavira quinhentista. Estas considerações, que permitem alargar as linhas de continuidade histórica da arquitetura religiosa de Tavira, constituem motivos mais que suficientes para assinalar o retumbante valor documental, artístico e iconográfico da planta de Leonardo di Ferrari.

³⁷ Sobre a construção e história deste convento ver Daniel SANTANA, “O convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira”, in *Monumentos*, n.º 14, março de 2001, pp. 125-133.



Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira*, Tavira, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o Seu Termo. Memorando Histórico*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993.

BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, vol. I, Lisboa, Off. Ignacio Rodrigues, 1750.

CAVACO, Hugo, *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o Estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987.

CORRÊA, Fernando Calapez, *O Convento Cisterciense de Tavira - Nossa Senhora da Piedade*, Faro, Secretaria de Estado da Cultura - Delegação Regional do Algarve, 1991.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FERNANDES, Carla Varela, *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Tavira, 2000.

FERNANDES, Carla Varela, "(Des)contextos da arte gótica em Tavira", in A.A.V.V., *Tavira Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, pp. 205-212.

GUERREIRO, Manuel Viegas; e MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

LAMEIRA, Francisco, *Roteiro das Igrejas de Tavira*, Faro, Região de Turismo do Algarve, 1996.

NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro iluminista. A ação do Bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”, in AAVV, *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*, Câmara Municipal de Tavira, 2006, pp. 122-131.

PEREIRA, Paulo, “As grandes edificações (1450-1530) ”, in A.A.V.V. (dir. Paulo Pereira), *História da Arte Portuguesa*, Vol. II, Círculo de Leitores, pp. 114-155.

R., “Egreja de S. Francisco de Tavira”, in *O Occidente*, vol. IV, ano 4, n.º 94-95, 1881.

SANTANA, Daniel, “O convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira”, in *Monumentos*, n.º 14, março de 2001, pp. 125-133.

SANTANA, Daniel, “...Ao Glorioso S. Pedro Gonsalves, nosso Patrono, e Padroeiro. Culto e devoções da igreja dos mareantes de Tavira”, in A.A.V.V. (coor. Jorge Queiroz e Rita Manteigas), *Tavira*, Patrimónios do Mar, Câmara Municipal de Tavira, 2008, pp. 107-115.

SANTANA, Daniel, *Guia de Visita da Ermida de São Sebastião de Tavira*, Câmara Municipal de Tavira, 2008.

SANTANA, Daniel, *Diogo Tavares e Ataíde. Arquitecto Algarvio (1711-1765)*, Lisboa, Edições Colibri, 2018.

SANTOS, Marco Sousa, «Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira», in *Medievalista* [Online], n.º 10, 2011, colocado online no dia 1 julho 2011, consultado no dia 15 de dezembro de 2019. URL: http://journals.openedition.org/medievalista/207;DOI:10.4000/medievalista.207

SERRÃO, Vítor, *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Livros Horizonte, 2001.

SERRÃO, Vítor, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in A.A.V.V., *Tavira Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, pp. 221-231.

SILVA, Luís Fraga da, “Uma planta inédita de Tavira, do século XVI”, (4 de abril de 2008), in http://imprompto.blogspot.com/2008/04/uma-planta-indita-de-tavira-do-sc-xvi.html, consultado no dia 3 de dezembro de 2019.

SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça. Antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé. Monografia Histórico-Artística*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Loulé, 2008.

VARGAS, José Manuel, “Em Abril de 1548, junto à ermida de S. Sebastião”, in *Jornal do Sotavento*, n.º 402, 6 de março de 2009, p. 7.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, (anotações de Arnaldo Casimiro Anica), Câmara Municipal de Tavira, 1989.

Visitação de Igrejas Algarvias. Ordem de Santiago, (apresentação, leitura e notas de Francisco Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos), Faro, ADEIPA, 1988.

NOTA BIOGRÁFICA

Catarina Almeida Marado (CES-Universidade de Coimbra / FCHS-Universidade do Algarve) é investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no núcleo de estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura. É também professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, onde leciona disciplinas da área do Património Cultural, e professora visitante na ETSArquitectura da Universidade de Sevilha no MARPH - *Master en Arquitectura y Patrimonio*. Licenciada em arquitetura (1995) com *Diploma de Estudios Avanzados* em Urbanística e Ordenamento do Território (2003) e doutorada em Arquitetura pela Universidade de Sevilha (2007) com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian. Tem desenvolvido investigação na área do património arquitetónico e urbano, especialmente dedicada à arquitetura monástico-conventual e seus impactos urbanos.

As casas religiosas na Tavira dos séculos XV e XVI: arquitetura, vivências e presença no espaço urbano

Catarina Almeida Marado

Na sua *Corografia do reino do Algarve*, Frei João de São José, ao fazer a descrição da cidade de Tavira da segunda metade do século XVI, refere que esta tem “*dous mosteiros de religiosos e um de freiras*”. Em seguida efetua uma breve caraterização das três casas: “*O mais antigo mosteiro é dos Observantes do P. S. Francisco e, posto que seu edifício é da têmpera velha, como se diz, de poucos anos a esta parte se vai melhorando nas oficinas. Está bem situado, tem boa cerca e nela muita água. O segundo mosteiro, da ordem do tempo, é de freiras de S. Bernardo. Começou-o a edificar el-rei D. Manuel e depois o acabou o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, e lhe dotou cinquenta mil réis de juro e outros alguns foros na terra pera sua manutenção. O terceiro mosteiro é de religiosos Eremitas do P. S. Agostinho, ao qual deu motivo e prencípio, no ano de 1542, um religioso da mesma ordem, por nome Frei Pedro de Vila Viçosa, o qual já antes disto tinha começado outro em Azamor (...). E passando a esta cidade Tavira, que então ainda estava próspera, como tenho dito, fez seu assento na judiaria (...) e da esnoga fez igreja, a que pôs por invocação de N. S.^a da Graça*”.¹

De facto, na segunda metade da centúria de Quinhentos, Tavira tinha três casas religiosas. Era, à data, o aglomerado urbano do Algarve com o maior número de conventos.² Mas já assim era em 1520, no ano da sua elevação a cidade. Nessa data, existiam em Tavira dois conventos: um de frades franciscanos e outro, destinado a religiosas de Santa Clara. Nesses inícios do século XVI, em Portugal, para além de cidades como Lisboa e Évora, que tinham um significativo conjunto de casas religiosas, poucas eram as urbes que contavam com mais do que três conventos.³

^[1] GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 52. Nas suas descrições, Frei João de São José utiliza o termo “mosteiro” para se referir a todas as casas religiosas existentes na cidade. Atualmente utilizamos a designação de “convento” para nos referirmos a casas religiosas de ordens mendicantes, como os Franciscanos e os Eremitas de Santo Agostinho, por exemplo, e de “mosteiro” quando se trata de casas de ordens monásticas, como é o caso da Ordem de Cister.

^[2] Por essa altura, Loulé, Faro e Lagos tinham apenas dois conventos cada. Sobre os conventos do Algarve ver MARADO, Catarina Almeida, *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

^[3] Lisboa tinha nessa data catorze casas religiosas na cidade e Évora tinha nove (para além de outras que continham nos seus arredores). Cidades como o Porto, Vila Viçosa, Aveiro, Elvas e Portalegre, por exemplo, tinham entre três e quatro conventos.

O número de casas religiosas refletia a importância e o poder económico dos aglomerados urbanos. Não é por acaso que tanto Frei João de São José, como também Henrique Fernandes Sarrão,⁴ ao descreverem as cidades e vilas do Algarve, para além do nome da terra, do número de vizinhos ou fogos, dos equipamentos de defesa, das igrejas, das principais produções, dos ilustres senhores da terra e de algumas curiosidades, fazem também referência ao número de conventos.⁵ Estes, juntamente com outros equipamentos religiosos e civis de significado, constituíam edifícios de referência que enobreciam a cidade, dinamizavam o seu crescimento e acolhiam os seus habitantes, eram também palco de novas linguagens arquitetónicas, elementos que se destacavam no perfil da cidade e que, com as suas hortas, ocupavam vastas áreas do espaço urbano.

“O mais antigo mosteiro é dos Observantes do P. S. Francisco”

Chegados a Portugal na segunda década do século XIII, os Franciscanos começaram por fundar conventos nos principais núcleos urbanos da área central do país, mas a partir da segunda metade dessa centúria dirigiram-se para as áreas mais remotas do interior norte, fundando casas em Lamego e Bragança no ano de 1271, e também para os territórios recém-conquistados do extremo sul, instalando-se em Loulé e em Tavira.⁶ Embora não se conheça a data exata de fundação das duas casas franciscanas do Algarve, sabe-se, no entanto, que ambas terão sido instituídas entre os finais do século XIII e os inícios do século XIV. Segundo Frei Manoel da Esperança, cronista da Ordem de São Francisco, estes dois conventos terão sido fundados entre 1272, data da divisão da Custódia de Portugal em duas (a de Lisboa e a de Coimbra), e 1330, ano em que foi efetuada a subdivisão da Custódia de Lisboa, tendo estas casas ficado integradas na Custódia de Évora.⁷ Concordando, com este autor, Frei Jerónimo de Belém, outro cronista da ordem, aponta, contudo, o ano de 1312 para a fundação do convento de Tavira, acrescentando que esta casa terá pertencido aos Templários.⁸

Independentemente das dúvidas sobre a data e sobre o contexto da sua fundação, sabe-se que o convento de Tavira, assim como todas as casas de frades mendicantes que se fundaram em Portugal neste período,⁹ se localizou fora de portas, mais precisamente a sudeste do recinto amuralhado, numa zona elevada, na proximidade da Porta da Alfeição, tendo como orago inicial a Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo. A sua igreja, implantada de acordo com a orientação canónica, ou seja, com a cabeceira para nascente, definiu a organização de todo o complexo conventual. As dependências, organizadas em torno do claustro, situaram-se assim a sul do templo, do lado oposto ao da cidade, e uma ampla cerca envolveu todo o conjunto.

Tal como ocorreu em outros conventos mendicantes fundados neste período, também neste caso, a igreja conventual ficou a sua fachada lateral virada para a cidade. Esta circunstância, levou à abertura de uma porta lateral de acesso ao templo,¹⁰ tal como podemos observar na planta de Leonardo Ferrari, que retrata a cidade do século XVI (fig. 1).¹¹ De acordo com esta representação, a igreja medieval teria planta em cruz latina, capela-mor quadrangular, ladeada por duas capelas colaterais, nave única e três capelas laterais.

Uma outra imagem, publicada no Jornal “O Panorama” no ano de 1843, que alegadamente reproduz um original do século XVI, representa o Convento de São Francisco visto do lado nascente (fig. 2). Nela podemos observar o corpo da igreja, a capela-mor, o transepto, algumas capelas laterais, assim como dois campanários, e ainda uma das alas das dependências conventuais. Destes últimos espaços, não temos, porém, nenhuma outra referência, para além da menção à existência da portaria, casa do capítulo, coro, refeitório e horta, que consta do relato de uma visita que as freiras de São Bernardo fizeram ao convento no ano de 1547, a que mais adiante faremos referência, e ainda, de uma descrição de finais do século XVIII, que refere que o convento tinha nesta data dois dormitórios, um com seis celas e outro com dezassete, tendo chegado a albergar quarenta religiosos.¹²

A julgar pela planta de Leonardo Ferrari, a cerca da casa franciscana abrangia uma vasta área, estendendo-se para sul e para poente (fig. 1). Não se conhece ao certo o seu perímetro inicial, mas julga-se que seria semelhante ao representado nessa cartografia do século XVI e que corresponde também ao que continha à data da extinção das ordens religiosas. De acordo com a documentação do processo de encerramento do Convento de São Francisco de Tavira, a sua cerca limitava “*a nascente com a estrada que vai para Santa Luzia, a poente com as casas da rua do MalForo, norte com casas que fazem parte do Largo de São Francisco e sul com estrada que vai das Paredinhas para o Paiol*”.¹³

A instalação da casa franciscana neste local veio produziu um forte impacto. O complexo conventual implantou-se a nascente do arrabalde constituído pela mouraria, ficando o edifício junto do caminho que seguia para Santa Luzia.¹⁴ Contíguo à fachada lateral da igreja formalizou-se um espaço que em 1454 era identificado como *Adro de São Francisco*,¹⁵ ficando mais tarde conhecido como *Largo de São Francisco*.¹⁶ A localização do convento no extramuros dinamizou o desenvolvimento urbano desta área, nomeadamente com a formação do bairro do Malforo e a edificação do Hospital do Espírito Santo sobre uma antiga albergaria na via de acesso ao convento.¹⁷ Para além de promover o crescimento da área extramuros, esta casa conventual constitui-se posteriormente como uma barreira do desenvolvimento da mesma. Tal como podemos observar na planta

de Ferrari, o Convento de São Francisco, e em particular a sua extensa horta que delimitou a sul o casario do Malforo, estabeleceu um obstáculo ao crescimento da cidade nesta direção, que só viria a ser ultrapassado depois da extinção das ordens religiosas (fig. 1).

⁴ Autor da *História do Reino do Algarve (circa 1600)* publicada em GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*.

⁵ Sobre as corografias ver GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, pp. 3-5.

⁶ Sobre a instalação dos Franciscanos em Portugal entre os séculos XIII e XV ver MARADO, Catarina Almeida, *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, pp. 41-61.

⁷ ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*, II, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1656-1666, pp. 242-243. João Miguel Simões levanta a hipótese de estes dois conventos terem sido fundados entre 1253 e 1267 por iniciativa de D Afonso X de Castela, no período em que este reclama a posse do Algarve. Ver SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça, antigo mosteiro de São Francisco de Loulé*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 15-22.

⁸ BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, vol. 1, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758, pp. 184-186.

⁹ Sobre a tipologia de localização dos conventos mendicantes em Portugal entre os séculos XIII e XV ver MARADO, Catarina Almeida, *Arquitetura conventual e cidade medieval*, pp. 109-141.

¹⁰ BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, p. 189. O mesmo aconteceu, por exemplo, no Convento de São Domingos

de Santarém. MARADO, Catarina Almeida, *Arquitetura conventual e cidade medieval*, pp. 150-151.

¹¹ Segundo Damião Vasconcelos, no local da porta lateral foi instituída uma capela por Lopo de Melo e sua mulher, D. Isabel de Brito ou Briteiros. VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, Tavira, ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999, pp. 209-210.

¹² VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira*, p. 227, nota 9.

¹³ Arquivo Distrital de Faro, DFD FAR/146, “Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventariaram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834”. Ver transcrição do original em Marado, Catarina Almeida, *Património conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*, Tese de Doutoramento em Arquitectura pelo Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Universidade de Sevilha, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, 2007, vol. 3, pp. 16-23.

¹⁴ Frei João de São José faz referência à existência de uma ermida de Santa Luzia que se situava um “*braço de mar por dentro da terra (...) a que os de Tavira chamam rio de Santa Luzia*”. GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, p. 51.

¹⁵ Num documento relativo à fundação do hospital, faz-se referência ao *Adro de São Francisco*. ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1993, p.128.

¹⁶ Tal como vem indicado no “*Borrão do Alçado da Planta de Tavira visto da parte do Nascente para o Ocidente.*” Segundo a direcção e ordens do *Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de Val de Reis Governador e Capitão General deste Reino do Algarve etc. etc. Pelo Tenente Coronel José de Sande Vasconcelos.*” Biblioteca Nacional do Brasil.

¹⁷ O bairro do Malforo é referido em documentos da primeira metade do século XV, tendo provavelmente começado a desenvolver-se no século anterior, enquanto o Hospital do Espírito Santo foi fundado em 1425. ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, p. 75 e p.126.



Fig. 1 - Planta de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonardo di Ferrari (1645). Arquivo Militar de Estocolmo.

- Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade
- Convento de São Francisco (igreja)
- Convento de Nossa Senhora da Graça

São escassas as notícias que temos deste convento para os anos de Trezentos e Quatrocentos, porém, dois dos episódios que marcaram a sua história neste período demonstram a importância que tanto o edifício como a sua comunidade detinham em Tavira. O primeiro ocorreu por volta de 1328, quando Afonso XI, rei de Castela, tentando tomar a cidade, se instalou com as suas tropas no convento.¹⁸ O segundo teve lugar no contexto da querela entre o Bispo de Silves, D. Fr. Álvaro Paes (1334-1352) e o Mestre da Ordem de Santiago, D. Lourenço Vasques, ocorrida em meados do século XIV, tendo os frades protegido o bispo, que, temendo pela sua vida, se refugiou no seu convento.¹⁹ Nos dois séculos seguintes, esta casa ficou também conhecida pelo prestígio que alguns dos seus religiosos atingiram. Um deles foi Fr. Gil Lobo, conhecido como Frei Gil de Tavira, que assumiu o cargo de primeiro ministro da Província de Portugal no primeiro quartel do século XV. Este insigne teólogo foi também pregador de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, confessor dos dois últimos e do regente D. Pedro, e ainda, mestre de D. Afonso V, tendo assumido também o cargo de capelão do Papa Eugénio IV.²⁰ Outra figura notável associada ao convento de Tavira foi Frei Pedro de Coimbra, que o reformou na Observância em 1517, por delegação do Ministro Provincial e apesar da resistência do guardião da casa. Nesta data, efetuada a divisão entre Claustrais e Observantes, o convento de Tavira integrou assim este último grupo que defendia a observância dos primitivos princípios de vida religiosa dos franciscanos. Para a reforma desta casa terá contribuído ativamente o rei D. Manuel. Este monarca contribuiu ainda para as suas obras, nomeadamente para a construção ou reformulação da capela-mor, em cujo fecho se encontravam as suas armas. A este propósito, Frei Manoel da Esperança refere que: *“O convento de Tavira teve ditoso assento na cidade deste nome, a qual com sua grandeza de edifícios nobres, fertilidade da terra, & abundancia do mar, o pode ennobrecer (...) De crer he, que a devoção do povo meteo mão na sua fabrica, mas também o Real braço fez nella, ostentação, porque na capela mor em os fechos da abobada se vê as Quinas do Reino, acompanhadas da Esfera, diviza particular d’El Rei D. Manoel.*”²¹ Ao longo do século XVI, esta casa foi ainda agraciada com outros privilégios reais. No ano de 1527, D. João III mandou dar anualmente ao convento dois moios de sal, pagos pelos rendimentos da casa do Sal de Tavira. Em 1529, o mesmo rei ordenou que se desse aos frades a carne que necessitassem do açougue da cidade. Num alvará de 1570, D. Sebastião mandou fechar todas as janelas e frestas que devassavam a horta dos frades, nomeadamente as das casas situadas no bairro do Malforo que ficavam em redor da cerca do convento, onde estava um tanque de água que os frades utilizavam para lavar a sua roupa. O mesmo monarca, quando da sua estadia em Tavira, no ano de 1573, doou ainda cem cruzados para as obras no edifício. No início do século seguinte, D. Filipe II

mandou dar aos religiosos oito mil réis anuais dos rendimentos do Concelho por pregarem os Adventos na cidade.²²

Para além destes benefícios reais, e tal como nos diz Frei Manoel da Esperança, ao longo dos séculos a população local também contribuiu para a construção desta casa religiosa e para o sustento dos frades, principalmente as figuras mais ilustres da terra. Diversas famílias instituíram capelas na igreja conventual e, segundo Frei Jerónimo de Belém, este templo serviu como cemitério da cidade, recebendo a sepulturas de várias pessoas ilustres.²³ Por outro lado, e tal como em muitos outros casos, também em Tavira as relações entre os Franciscanos e o clero local nem sempre foram pacíficas. No início do século XVI, por exemplo, o Bispo D. Fernando Coutinho, em carta dirigida a D. Manuel, queixava-se dos frades claustrais, dizendo que andavam em discórdia com a Igreja e que estavam esquecidos da sua pobreza.²⁴ Estes problemas terão sido, no entanto, resolvidos, ou pelo menos apaziguados, com a entrega desta casa aos frades observantes.

“O segundo mosteiro, da ordem do tempo, é de freiras de S. Bernardo”

Num livro-tombo do Hospital do Espírito Santo, datado de 1675, pode ler-se: *“não pareça equivocação ou engano mas verdade certa de que o dito Rei fundou este convento para freiras de Santa Clara em Tavira cuja instituição se mudou depois que fez doação d’elle às ditas monjas de São Bernardo”*.²⁵ De facto, assim foi, o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Tavira, de monjas cistercienses, foi inicialmente fundado para acolher freiras franciscanas. Segundo os cronistas da Ordem dos Frades Menores, terá sido Frei Gil de Tavira, primeiro ministro da Província de Portugal, que tomou a iniciativa da fundação de um convento de religiosas de Santa Clara na sua cidade natal, obtendo para tal licença do Papa Eugénio IV a 17 de janeiro de 1443, ainda no reinado de D. Afonso V, de quem foi confessor, pregador e mestre.²⁶

Apesar de a fundação não se ter concretizado nessa época, a intenção ter-se-á mantido no reinado de D. João II. De acordo com um outro documento do Arquivo do Hospital do Espírito Santo, este monarca procurou fundar o convento numa das naves do hospital.²⁷ O mesmo ficou dito numa carta do seu sucessor, D. Manuel, datada de 1495 e dirigida aos confrades do referido hospital, onde este rei reafirma a necessidade de se fundar um convento de freiras no Algarve, dizendo: *“pois que é tão necessário de haver o dito Mosteiro n’esse Reino, onde tantas pessoas honradas vivem, que n’elle quererão meter suas filhas”*. Para tal, o monarca solicita ainda que se desse todo o apoio a Brites Pacheco, uma viúva natural de Tavira, para a instalação de uma casa feminina nessa cidade.²⁸

Não tendo conseguido consentimento dos confrades para a instituição da casa no Hospital do Espírito Santo, D. Manuel acabou por fundá-la no sítio da Atalaia, muito provavelmente numa igreja dedicada a Nossa Senhora Santa Maria da Piedade que aí existia desde o reinado anterior.²⁹ A fundação da casa foi concretizada no ano de 1509 em ação de graças pelo levantamento do cerco de Arzila. Seguiram-se várias iniciativas para auxiliar a fundação do convento, tanto no reinado de D. Manuel, nomeadamente em 1517, com a solicitação efetuada pelo papa Leão X para a entrega a este convento das rendas que os Franciscanos Claustrais de Tavira possuíam antes de a sua casa ter sido entregue à Observância, como no reinado de D. João III, que em 1526 fez uma doação de água para a rega da horta desta casa feminina.³⁰

O convento foi, no entanto, entregue ao Bispo de Silves D. Fernando Coutinho. Porém, dois anos depois, o bispo entregou a casa à Ordem de Cister, que a sul do Tejo detinha apenas um outro mosteiro feminino em Évora. Desconhecem-se as razões da entrega deste convento ao bispo e também o motivo pelo qual, tendo sido fundado para Clarissas, foi depois entregue a religiosas de São Bernardo. Sabemos, porém, que, como atrás referimos, D. Fernando Coutinho tinha queixas relativamente à conduta dos frades franciscanos claustrais.³¹ Poderá ter sido esta a razão pela qual terá assumido o governo do convento feminino, tendo-o depois entregue à Ordem de Cister. Porém, também não nos devemos esquecer que por volta dessa data, D. Leonor, viúva de D. João II, fundou um convento de Clarissas em Faro, o que pode ter motivado a transferência da casa para essa cidade.³²

Na planta da cidade de Tavira da autoria de Leonardo di Ferrari, onde este edifício surge ainda identificado como “S. Clara”, podemos observar as caraterísticas gerais da sua localização (fig.1). Situava-se a nascente da área urbana, perto da zona já então conhecida como Atalaia, numa área isolada, para lá da ermida de São Sebastião. Tal como antes referimos, terá sido construído junto de uma igreja aí existente, dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Nesta representação de Tavira do século XVI, podemos também verificar que o complexo conventual se encontrava encerrado dentro de um perímetro quadrangular. Nele encontra-se representada a igreja, no lado norte, e uma das alas do convento, no lado poente. Tratando-se de uma casa feminina, a igreja, que tinha também a sua cabeceira virada a nascente, encontrava-se interiormente dividida em duas, ficando o seu portal da fachada lateral no corpo da nave, e os coros, alto e baixo, destinados às freiras, localizavam-se aos pés do templo.

¹⁸ As casas conventuais situadas fora dos muros eram frequentemente utilizadas como base para o ataque às cidades. Veja-se, por exemplo, o caso de Guimarães. MARADO, Catarina Almeida, *Arquitetura conventual e cidade medieval*, pp. 255-260.

¹⁹ ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, p. 350.

²⁰ BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves* pp. 197-200 e ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, pp. 243-244 e pp.693-695.

²¹ ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, p. 243.

²² Sobre os privilégios reais cedidos ao convento ver BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, pp. 187-189. Ver ainda GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, p. 54.

²³ Segundo este autor, a documentação relativa à instituição das capelas ardeu na totalidade, no contexto da peste que assolou Tavira em 1579-1580 e na qual morreram todos os frades do convento, com a exceção de um. BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, p. 190. Sobre as capelas instituídas no templo ver este autor (pp. 189-191) e também SANTOS, Marco Sousa, “Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira”, *Medievalista* [Em linha]. n.º 10, (Julho de 2011).

²⁴ “(...) porque não é nossa vontade manter em nosso Bispado religiosos que com a Igreja andem em discórdia, e sejam esquecidos de sua pobreza, porque assaz escandalizados fomos muitas vezes dos desmanchos que os claustrais de São francisco de Tavira cometiam com os clérigos daquela cidade; e outras cousas vergonhosas serão de se escreverem aqui.” VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira*, p. 214.

²⁵ VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira*, p. 222.

²⁶ ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, p. 686-687 e BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, p. 199.

²⁷ VASCONCELOS, Damião A. B. *Notícias Históricas de Tavira*, pp. 221-222.

²⁸ Intenção reafirmada três anos depois. VASCONCELOS, Damião A. B. *Notícias Históricas de Tavira*, p. 221.

²⁹ Tal como nos indica uma carta de D. João II, onde este rei doava a água para a referida igreja. T.T., Chancelaria D. Manuel, Liv. 34, fl. 55v. Ver transcrição de excerto da carta em SILVA, Tomé Mourão Horta Machado, *Arqueologia Conventual de Tavira: Contributo para o seu conhecimento*. Dissertação Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2015, pp. 45-46.

³⁰ SILVA, Tomé Mourão Horta Machado, *Arqueologia Conventual de Tavira*, p.47.

³¹ Sobre as críticas do bispo D. Fernando Coutinho aos Franciscanos de Tavira ver também LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1848, p. 299.

³² MARADO, Catarina Almeida, “A presença cisterciense no espaço urbano: o caso do antigo Convento das Bernardas de Tavira”, *UBILETRAS*, 5, 2015, pp. 55-62. Também na cidade de Faro houve dificuldades em conseguir quem assegurasse o governo das freiras, para tal os Franciscanos de Vila Nova de Portimão foram transferidos para o convento dos Capuchos de Faro. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida, “A formação do sistema conventual da cidade de Faro”, *Promontoria*, 10, 2013, pp. 43-54.

Numa outra imagem, também da centúria de Quinhentos, publicada no Jornal “O Panorama”, no mosteiro que surge no lado esquerdo, para lá do espaço não edificado que constituía a Horta do Bispo e a área em torno da Ermida de São Sebastião, parece visualizar-se, para além do corpo da igreja, com a torre-mirante bastante destacada, e da ala poente, outras duas alas: a nascente virada para o sapal e uma outra transversal que encerraria o claustro e formalizava um pátio a sul (fig. 2). Não se sabe ao certo se terão correspondido a duas diferentes fases de



Fig. 2 - Vista de Tavira no século XVI, publicada no Jornal “O Panorama”, 1843.

■ Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade
■ Convento de São Francisco

construção. Sabe-se, porém, que algum tempo depois da conclusão das primeiras obras de construção do convento, que ocorreu em 1528, o edifício foi alvo de uma campanha de obras renascentista no ano de 1550, que terá incidido essencialmente sobre a sua ala poente,³³ e, para além do portal manuelino da sua igreja e dos desenhos que Albert Haupt realizou no seu claustro no final do século XIX, poucos são os vestígios que ficaram da sua primitiva campanha de obras.³⁴ Ao longo dos séculos seguintes, seguiram-se outros períodos de construção, nomeadamente no século XVIII, antes do terramoto de 1755,³⁵ que tornaram o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido como Convento das Bernardas, a maior casa feminina do Reino do Algarve, tendo chegado a albergar oitenta religiosas.³⁶ De acordo com uma descrição efetuada em 1858, no contexto da extinção desta casa religiosa, o complexo conventual era composto pela igreja, um claustro de dois pisos, um outro espaço (que seria um pátio), sessenta e uma celas e um conjunto de outras divisões, entre as quais a casa do capítulo e a portaria, tinha ainda uma fonte, um poço de água, arvoredos, dois pequenos quintais e uma horta (fig. 3). Junto do convento existia ainda a casa da Feitoria e a do Confessor.³⁷

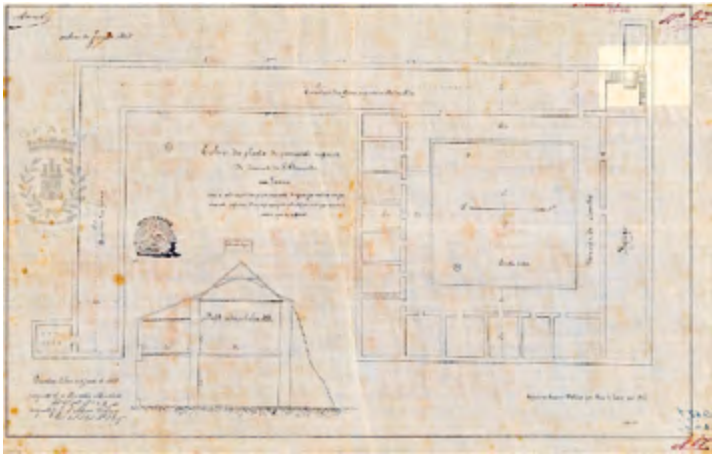


Fig. 3 - Esboço da planta do pavimento superior do Convento de S. Bernardo em Tavira, 1865. PT-GEAEM/DIE-8631-5-68-83.

À conturbada fundação desta casa religiosa, seguiu-se uma tumultuosa conduta da sua comunidade. Um primeiro episódio ocorreu logo em 1547, no mês de agosto, quando a abadessa, duas suas escravas e onze freiras, se deslocaram ao Convento de São Francisco e aí permaneceram durante um dia, quebrando assim os votos de permanência a que estava obrigadas. Este acontecimento causou grande escândalo na cidade e o assunto chegou ao rei. Numa carta enviada pelo corregedor Diogo Gascão a D. João III, podemos ver a descrição da visita assim como a sua justificação. De acordo com este documento, as freiras deslocaram-se ao convento dos frades, onde passaram o dia, ouviram missa na sala do capítulo, jantaram no refeitório, ouviram tocar clavicórdio e recrearam-se na horta. Esta visita foi efetuada por vontade da abadessa, segundo o relato presente na carta, por esta “*estar maldispоста havia muitos dias e como na casa não tem jardim nem água, nem refresco nenhum, por se ir es-pairecer de sua doença e cumprir uma devoção que tinha prometida em São Francisco*”. Acrescentado que o fizera com licença do padre ministro e “*porque já fizera outro tanto em vida do bispo Dom Fernando, seu pai, sendo mulher moça, que com mais confiança o podia ora fazer, por ser de cinquenta anos e muito enferma*”.³⁸

Por este documento, ficamos assim a saber que, nesta data, a abadessa do convento era uma das filhas do Bispo D. Fernando Coutinho, e que à data já tinha 50 anos, e também que entre as freiras estava D. Maria da Silva, uma sua irmã, de 45 anos, filha do mesmo bispo.³⁹ Nos anos que seguiram, as religiosas de Tavira tiveram ainda várias desavenças com os bispos do Algarve, nomeadamente por se recusarem a obedecer aos sacerdotes que estes nomeavam para a sua assistência espiritual. Estas querelas deram origem à apresentação de diversos protestos, intimações e desobediências. Segundo Damião Vasconcelos, apenas no tempo do Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas (1595-1616) se apaziguaram estes constantes confrontos.⁴⁰

“O terceiro mosteiro é de religiosos Eremitas do P. S. Agostinho”

Segundo nos diz Frei João de São José, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira foi fundado no ano de 1542, por Frei Pedro de Vila Viçosa, um frade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que havia sido responsável pelo início da construção de uma casa religiosa em Azamor. Em consequência do abandono desta praça africana, Frei Pedro rumou a Tavira, cidade que efetuava o apoio à presença portuguesa nesse continente, para fundar um novo convento.⁴¹ Esta fundação foi efetuada num período de expansão da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que ocorreu na sequência da sua reforma em 1535 e que resultou na instituição de um conjunto de novas casas, tanto em território continental como também nos espaços ultramarinos.

Em Tavira, Frei Pedro e os frades que o acompanhavam instalaram-se provisoriamente no intramuros, mais precisamente no espaço da antiga judiaria, que teria ficado desocupado depois da expulsão dos judeus nos finais do século XV, e aí permaneceram até que em 1569 deram início à construção do convento. Nos vinte e sete anos que decorreram desde a sua chegada até ao arranque das obras, os religiosos acomodaram-se na judiaria e adaptaram uma antiga sinagoga aí existente a igreja, dando-lhe a invocação de Nossa senhora da Graça. De acordo com Frei João de São José, aí viveram pobremente, pedindo esmolas aos fiéis, mas não descuidando os “*sermões, confissões para o povo e todo o outro género de consolação que nos mosteiros bem ordenados costumam achar os que a eles vão*”.⁴²

³³ MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, vol. II. s/ l: Círculo de Leitores, 1995, p. 357.

³⁴ HAUPT, Albrecht, *A arquitectura da Renascença em Portugal*. Lisboa: J. Rodrigues & C.Editorial Presença, 1924.

³⁵ Sobre este assunto ver SANTANA, Daniel, *Diogo Tavares e Ataíde, Arquitecto Algarvio (1711-1765)*. Lisboa: Edições Colibri, 2018, pp. 157-159.

³⁶ COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 473-474.

³⁷ FIDALGO, Andreia Lopes, *O Mosteiro das Bernardas de Tavira*. Monografia de Seminário de Licenciatura em Património Cultural, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Algarve, 2008, anexo III. Sobre o estado do convento em 1862 ver Carta do Delegado do Tesouro datada de 6 de abril. ANTT, MF, Convento de Nossa Senhora da Piedade, Tavira, cx. 1935. Transcrição de excerto do original em MARADO, Catarina Almeida, *Património conventual y periferia urbana*, vol.1, pp. 186-189. Sobre o este edifício ver ainda CORREA, Fernando Calapez, *O Convento cisterciense de Tavira. Nossa Senhora da Piedade*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Algarve, 1991 e NEVES, Carlos José Jacinto Fernandes, *Mosteiro de São Bernardo em Tavira. Proposta de recuperação e valorização arquitectónica*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Évora, Universidade de Évora, 1995.

³⁸ “Carta do corregedor de Tavira dando parte ao rei que informando-se da saída que fizeram as freiras do Convento de Nossa Senhora da Piedade, achara que a abadessa e algumas religiosas”. ANTT, CC, Parte I, mc. 79, n.º 70, publicada em SILVA, Tomé Mourão Horta Machado, *Arqueologia Conventual de Tavira*, pp. 48-50.

³⁹ D. Branca Coutinho da Silva, que terá sido a primeira abadessa, era na realidade filha do bispo, embora seja normalmente identificada como sua irmã. Após a sua morte em 1553, a sua irmã, D. Maria da Silva, sucedendo-lhe no cargo de abadessa até 1574. Segundo Jaime Gouveia, apesar da sua condição de bispo, D. Fernando Coutinho teve vários filhos. GOUVEIA, Jaime Ricardo, “Uma Casa: múltiplos espaços, múltiplos poderes. O património cultural dos Coutinhos no período moderno”. *Casa Nobre, um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 203.

⁴⁰ VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira*, pp. 222-223.

⁴¹ GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. *Dois descrições do Algarve do séc. XVI*, p. 52.

⁴² GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. *Dois descrições do Algarve do séc. XVI*, pp. 52-53.

A dificuldade em conseguir financiamento para a construção do convento, associada ao facto de os religiosos terem encontrado, nas construções da antiga judiaria, espaço para satisfazer as suas necessidades de acomodação, tanto no que se refere à instalação dos frades como à prestação dos serviços religiosos, poderá ser uma das razões da demora em dar início à obra.⁴³ Porém, segundo nos diz Frei João, não se arrancou com a construção do novo edifício “*porque acerca do sítio havia diversos pareceres*”. Isto é, haveria alguma indecisão quanto à escolha do local para a implantação do convento. Indecisão essa, que foi resolvida com a chegada do próprio Frei João, enviado pela ordem para que “*tomado sobre o caso maduro conselho, se determinasse o [sítio] que mais convinha*.” Foi efetivamente no ano que se seguiu à chegada deste frade a Távira, em 1568, que se iniciaram as obras do edifício.

Para além de tudo isto, a demora no arranque da construção desta casa religiosa terá também ficado a dever-se à figura de Fr. Valentim da Luz, que tendo entrado no convento em 1558, se tornou prior da casa dois anos depois. Este frade, depois de realizar uma viagem por Itália no ano de 1551 acompanhando o seu superior Frei Luís de Montóia, um dos responsáveis pela reforma da Ordem em Portugal, terá regressado ao reino imbuído pelo pensamento humanista erasmista.⁴⁴ As suas opiniões, expressas enquanto prior da casa de Távira, levaram-no ao Tribunal do Santo Ofício, onde foi pronunciado como herege luterano. O processo correu até 1562, ano em que foi condenado e morto num auto de fé realizado na Praça da Ribeira em Lisboa.

Este conturbado período só terá sido ultrapassado com a chegada de Frei João de São José, seis anos depois deste episódio, e que, como atrás referimos, deu início à construção do convento.⁴⁵ Para tal contribuiu D. Sebastião que, quando em 1573 visitou a cidade, ofereceu ao convento uma esmola de duzentos cruzados para custear a edificação.⁴⁶ Porém, as obras demoraram e, segundo Daniel Santana, em 1598 o estaleiro ainda estava ativo e os trabalhos ter-se-ão arrastado pelo século XVII.⁴⁷ Por essa razão, nos finais do século XVI, a comunidade teria apenas entre oito e dez religiosos.

A construção desta casa religiosa no interior das muralhas, sobre a antiga judiaria, veio produzir uma significativa transformação deste espaço. Na planta de Leonardo Ferrari, ainda podemos ver, no espaço identificado como “*N. S. de Gracia*”, o que terá correspondido à primitiva igreja dos agostinianos, cuja cabeceira se encontrava orientada a sul (fig. 1). O templo sofreu posteriormente uma alteração da sua orientação, tendo ficado com a capela-mor virada a norte, enquanto que a nascente se situaram as dependências conventuais (fig. 4). A cerca, que rodeou o edifício a norte e a poente, era constituída por uma pequena parcela contida pelo troço de muralha situado entre a Porta do Postigo e a Porta da Vila Fria, que em 1570, no decorrer das obras do convento, os religiosos procuraram encerrar, certamente para garantir mais espaço para a horta e maior privacidade ao convento.⁴⁸ Na planta da cidade do século XVI, podemos ainda observar como a área defronte do convento se encontrava ocupada por diversos quarteirões que posteriormente desapareceram, um deles ficava contíguo ao espaço onde se viria a levantar a fachada da nova igreja (fig. 1). Esta, juntamente com a ala sul do convento, formalizou o limite norte do amplo espaço ajardinado que hoje se encontra entre as igrejas de Santiago e de Santa Maria, e onde, no enfiamento da Rua D. Paio Peres Correia, se situa o edifício do Convento de Nossa Senhora da Graça.

da transferência de uma casa de Eremitas de Santo Agostinho que existia em Azamor.

O período de alguma decadência que a cidade atravessou a partir da segunda metade do século XVI, devido ao abandono de algumas das praças magrebina, também se refletiu nas suas casas religiosas, nomeadamente no Convento da Graça, que estava ainda em processo de construção e que, também por essa razão, viu as suas obras arrastarem-se pelo século seguinte. A centúria de Seiscentos ficou também marcada pelo fracasso da tentativa de instituição de um colégio da Companhia de Jesus em Távira.⁵⁰ Apesar disso, no início do século XVII, no contexto do dinamismo que as ordens religiosas viveram nesse período, em Távira foram fundados dois outros conventos: o de São Paulo, em resultado da transferência de uma comunidade de Paulistas que vivia num eremitério nos arredores da cidade, e o de Santo António, cujos frades já estavam instalados nos mais importantes núcleos urbanos do Algarve. A estes juntou-se ainda, no século seguinte, outro convento, de Carmelitas Descalços, o último a ser edificado no Algarve. Távira, manteve assim, durante todo este tempo, o seu título de cidade algarvia com o maior número de casas religiosas.

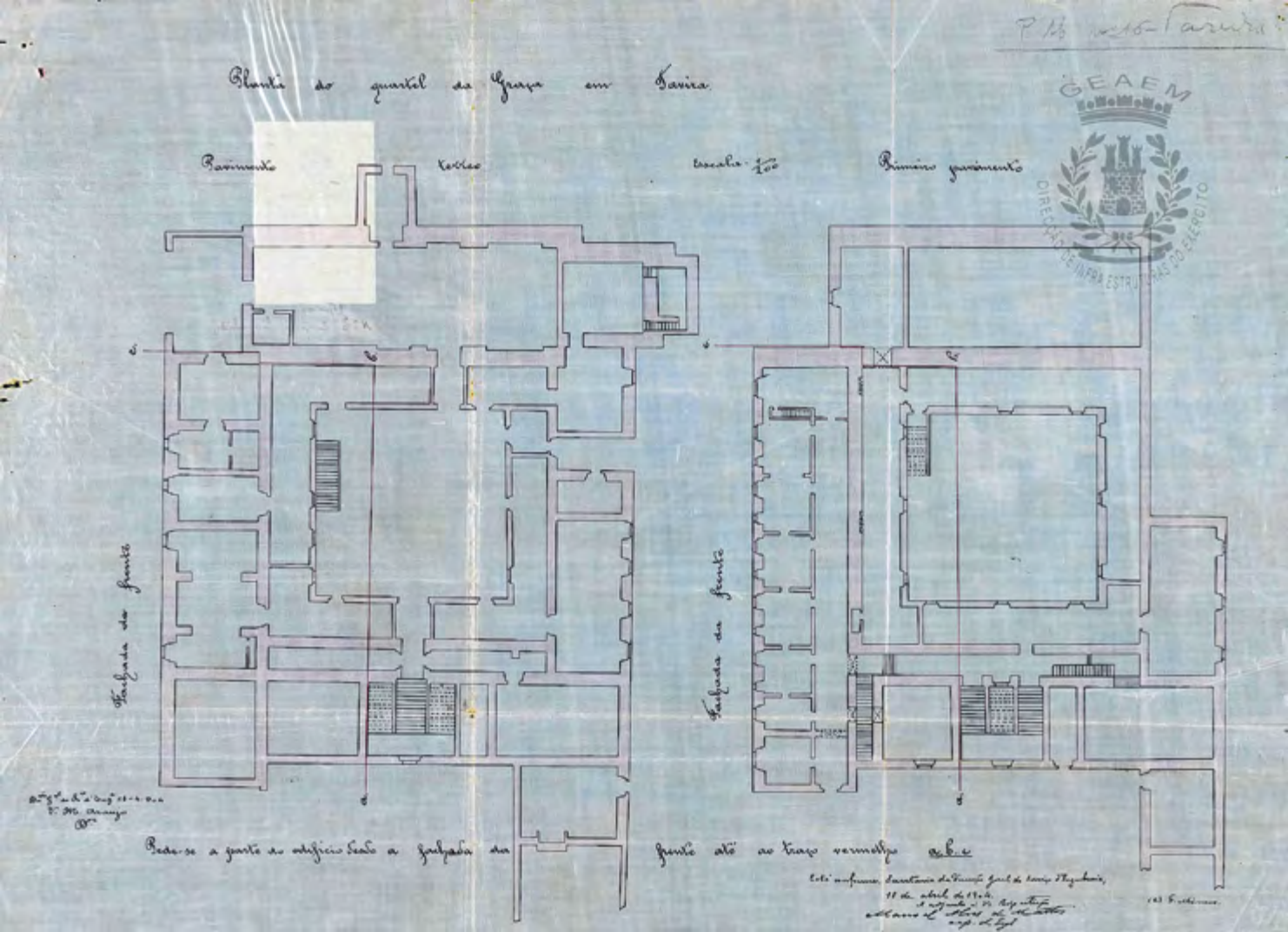


Fig. 4 - Planta do Quartel da Graça em Távira, 1904. Direcção de Infraestruturas do Exército. PT-GEAEM/DIE- 5748-1-3-5

Notas finais

O título de “*principal de todo o reino do Algarve*”, que Frei João de São José atribuiu a Távira na sua corografia, refletia também, tal como antes referimos, a quantidade e dimensão das suas casas religiosas. A importância económica, populacional e estratégica que Távira adquiriu nos séculos XV e XVI possibilitou a edificação de dois novos conventos na cidade no decorrer da centúria de Quinhentos, que se vieram juntar à casa franciscana que aí existia há mais de um século.⁴⁹ A fundação destas duas casas religiosas encontra-se intimamente associada ao papel de apoio à presença portuguesa no Norte de África que Távira desempenhou nesse período. O Mosteiro das Bernardas foi instituído em agradecimento pelo levantamento do cerco de Arzila e o Convento da Graça resultou

⁴³ SANTANA, Daniel, “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Távira”, *Monumentos*, nº 14, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 2001, p. 127.

⁴⁴ MENDES, António Rosa, “Frei Valentim da Luz, Prior do Colégio da Graça de Távira, queimado pela inquisição em 1992”, *I Jornadas de História de Távira. Actas*. Távira: Clube de Távira, 1992, pp. 96-99.

⁴⁵ Sobre Frei João de São José ver MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve na Época Moderna*, Miunças 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Universidade do Algarve, 2012, pp. 78-79.

⁴⁶ GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, p. 54.

⁴⁷ Segundo este mesmo autor, na centúria seguinte o edifício sofreu ainda várias campanhas. SANTANA, Daniel, “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Távira”, p. 129.

⁴⁸ ANICA, Arnaldo Casimiro, *Távira e o seu termo: Memorando Histórico*, p. 73.

⁴⁹ No termo de Távira existia ainda um eremitério de frades Paulistas fundado em 1448 na ermida de São Marcos, atual Ermida de Nossa Senhora da Saúde.

⁵⁰ MESQUITA, J. C. Vilhena, *O Teatro Lethes*. Faro: AJEA, 2002, p.18.

Fontes

ANTT, MF, Convento de Nossa Senhora da Piedade, Tavira, cx. 1935

ANTT, MF, Convento de São Francisco, Tavira, cx. 2255

ANTT, MF, Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, cx. 2255

ANTT, CC, Parte I, mç. 79, n.º 70

ANTT, MSLIV, n.º 262

Arquivo Distrital de Faro, DFD FAR/146

Fontes impressas

BELÉM, Frei Jerónimo de, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*, vol. 1, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758.

ESPERANÇA, Manuel da, *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia*, II, Lisboa, officina Craesbeeckiana, 1656-1666.

Estudos

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, Tavira, ed. Câmara Municipal de Tavira, 1993, vol.1 e 2.

COCHERIL, Dom Maur, Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

CORREA, Fernando Calapez, *O Convento cisterciense de Tavira. Nossa Senhora da Piedade*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Algarve, 1991.

FIDALGO, Andreia Lopes, *O Mosteiro das Bernardas de Tavira*. Monografia de Seminário de Licenciatura em Património Cultural, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Algarve, 2008.

GOUVEIA, Jaime Ricardo, “Uma Casa: múltiplos espaços, múltiplos poderes. O património cultural dos Coutinhos no período moderno”. *Casa Nobre, um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 197-223.

GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.

HAUPT, Albrecht, *A arquitetura da Renascença em Portugal*. Lisboa: J. Rodrigues & C.Editorial Presença, 1924.

LOPES, João Baptista da Silva, *Memórias para a história Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1848.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve na Época Moderna*, Miunças 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Universidade do Algarve, 2012.

MARADO, Catarina Almeida, *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

MARADO, Catarina Almeida, "A presença cisterciense no espaço urbano: o caso do antigo Convento das Bernardas de Tavira", *UBILETRAS*, 5, 2015, pp. 55-62.

MARADO, Catarina Almeida, "A formação do sistema conventual da cidade de Faro", *Promontoria*, 10, 2013, pp. 43-54.

MARADO, Catarina Almeida, *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*, Tese de Doutoramento, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2007.

MARADO, Catarina Almeida, *Antigos Conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

MENDES, António Rosa, “Frei Valentim da Luz, Prior do Colégio da Graça de Tavira, queimado pela inquisição em 1992”, *I Jornadas de História de Tavira*. Actas. Tavira: Clube de Tavira, 1992, pp. 96-99.

MESQUITA, J. C. Vilhena, *O Teatro Lethes*. Faro: AJEA, 2002

MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e classicismo”, PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, vol. II. s/ l: Círculo de Leitores, 1995, pp. 303-375.

NEVES, Carlos José Jacinto Fernandes, *Mosteiro de São Bernardo em Tavira. Proposta de recuperação e valorização arquitectónica*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Évora, Universidade de Évora, 1995.

PALMA, Susana, *Evolução Urbana da Cidade de Tavira: Entre a Fundação e o fim da Idade Moderna*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2009.

SANTANA, Daniel, “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira", *Monumentos*, nº 14, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 2001, pp.124-133.

SANTANA, Daniel, *Diogo Tavares e Ataíde, Arquiteto Algarvio (1711-1765)*. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

SANTOS, Marco Sousa, “Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira”, *Medievalista* [Em linha]. nº 10, (Julho de 2011).

SILVA, Tomé Mourão Horta Machado, *Arqueologia Conventual de Tavira: Contributo para o seu conhecimento*. Dissertação Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2015.

SIMÕES, João Miguel, O Convento da Graça, antigo mosteiro de São Francisco de Loulé: monografia histórico-artística. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

VASCONCELOS, Damião A. B., *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, Tavira, ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999.

A Casa da Misericórdia de Tavira e a arquitetura promovida pelas Misericórdias no século XVI

Joana Balsa de Pinho

Considerações Iniciais

O presente texto pretende identificar e analisar as características arquitetónico-artísticas da Casa da Misericórdia de Tavira, contextualizando-a no âmbito da arquitetura promovida pelas Misericórdias durante o século XVI. O objetivo não é compilar ou revelar dados monográficos sobre esta Misericórdia, até porque esta confraria está bem estudada do ponto de vista histórico e artístico, mas enquadrá-la nas grandes problemáticas inerentes ao fenómeno arquitetónico no contexto das Confrarias da Misericórdia portuguesas, nomeadamente, a caracterização e contextualização dos edifícios promovidos por estas confrarias para servirem como base edificada da sua atividade primordial – a assistência. Neste sentido, este estudo beneficia das pesquisas que realizámos para a nossa investigação de doutoramento, que, analisando cerca de duas centenas de edifícios promovidos pelas Misericórdias, nos permite realizar uma reflexão geograficamente localizada, tendo por base o conhecimento global e disperso por Portugal continental relativo às Casas da Misericórdias.

O texto apresenta duas partes: a primeira refere-se a um enquadramento mais teórico-conceptual, fundamental para compreender o que iremos expor na segunda parte, que consiste num estudo de caso sobre a Misericórdia de Tavira e no nosso entendimento sobre o património das Misericórdias, designadamente o arquitetónico, o papel destas confrarias enquanto encomendantes de obras de arte e o contexto em que se construíram os seus edifícios-sede.

Misericórdias: ação, devoção e arte

As Confrarias da Misericórdia, cuja primeira fundação ocorreu no ano de 1498, em Lisboa, espalharam-se rapidamente por todo o país e converteram-se nas confrarias de leigos, com finalidade assistencial, mais importantes da Época Moderna em Portugal, tendo-se instituído, em aproximadamente cem anos, cerca de duzentas e cinquenta Misericórdias¹.

^[1] Sobre a fundação e difusão das Misericórdias, ver SOUSA, 1998; SÁ, 2001; PAIVA (coord.) 2003-2005, vols. 2-4.

Esta célere difusão está relacionada com o facto de as Misericórdias se constituírem como uma experiência confraternal verdadeiramente moderna com capacidade para responder às reais necessidades sociais do período histórico em que surgiram²; bem como, ao apoio dado pelo rei D. Manuel I a esta nova experiência confraternal³, através da atribuição de privilégios, isenções, esmolas e doações, concedidos quer aos oficiais que serviam as Misericórdias, quer à própria instituição, no cumprimento da sua atividade⁴.

No domínio da sua atividade – a assistência, através do cumprimento das 14 obras de Misericórdia⁵ –, estas confrarias constituíram-se como relevantes promotoras de diferentes manifestações patrimoniais, que evidenciavam características próprias e se relacionavam diretamente com a sua natureza assistencial, com as suas devoções e com as dinâmicas do quotidiano confraternal. Neste sentido, os espólios artísticos das Misericórdias, analisados globalmente, possuem uma identidade própria, que se manifesta na presença constante de determinadas manifestações artísticas, algumas com morfologias específicas, e no privilegiar de algumas iconografias⁶. Estes traços de identidade que abrangem os bens artísticos das Misericórdias evidenciam uma necessidade, por parte destas confrarias, de construção, individualização e afirmação de uma identidade institucional, que se queria diferente das outras instituições religiosas e seculares. As obras de arte, com as suas características materiais e simbólicas, exibidas ou utilizadas em locais e/ou atos públicos, possibilitavam o acesso generalizado ao conteúdo do programa caritativo e devocional das Misericórdias e constituíam a expressão material desse mesmo programa. Também a arquitetura promovida pelas confrarias da Misericórdia apresenta particularidades, que só podem ser analisadas e compreendidas integradas neste contexto mais vasto das características individualizadoras de toda a arte promovida pelas Misericórdias e que procurava difundir a individualidade e autonomia da instituição. Ou seja, as características específicas dos edifícios construídos para acolherem a atividade das Misericórdias não podem ser consideradas como um aspeto isolado, mas sim como um dos aspetos particulares de um contexto mais vasto no qual as Misericórdias se inserem como encomendantes de obras de arte⁷.

Uma preocupação inicial que surgia logo após a fundação de uma confraria da Misericórdia era o poder dispor de um espaço construído que lhe garantisse o cumprimento da sua ação caritativa e devocional; embora a coincidência temporal entre a instituição de uma Misericórdia e a construção de um edifício de raiz muito raramente tenha ocorrido⁸.

Nos anos iniciais de atividade, após a sua fundação, muitas confrarias da Misericórdia instalaram-se em edifícios preexistentes pertencentes a outras instituições e que não foram construídos pro-

positadamente para acolher a confraria e a sua atividade. Esta realidade está seguramente relacionada com diversos fatores, como a celeridade com que as Misericórdias pretendiam iniciar a sua atividade, a inicial falta de meios financeiros e o tempo necessário para que uma construção de raiz pudesse acontecer. De igual modo, salienta a importância do espaço construído para a prossecução e gestão da atividade caritativa e administração da confraria e a forte mobilização local, institucional e particular, religiosa e civil, em torno da confraria que lhe facilitou a ocupação de edifícios ou espaços dentro de edifícios pertencentes a outras instituições⁹.

A Casa da Misericórdia: definição de um conceito

“Casa da Misericórdia” é um conceito que define uma tipologia arquitetónica específica, edificada pelas confrarias da Misericórdia para servir a sua atividade assistencial e cultual, mas também a gestão confraternal; neste sentido, e devido ao impacto das Misericórdias na realidade social da Idade Moderna portuguesa, a Casa da Misericórdia assumiu-se como a arquitetura com uma função assistencial, de base confraternal, construída de raiz ou adaptada, mais relevante desse período em território nacional.

Como foram instituídas para a assistência, para a sua prática e a sua gestão, as confrarias da Misericórdia exigiam um edifício que associasse vários espaços: igreja ou capela, ou seja, um espaço de cariz religioso, onde realizar as celebrações litúrgicas inerentes ao quotidiano destas confrarias, bem como e as de obrigação; sacristia, dependência de apoio à igreja e ao culto, destinada ao acondicionamento dos paramentos e alfaias litúrgicas; casa do despacho, local para a reunião dos oficiais que geriam a atividade e os bens da confraria; cemitério, destinado ao enterramento dos doentes e pobres falecidos; e enfermaria dedicada a assistir os doentes e peregrinos. Podiam ainda prever outros espaços, designadamente o arquivo/cartório, para guardar a documentação recebida e produzida; a casa das tumbas, onde armazenar as tumbas e outros equipamentos, designadamente os utilizados nas procissões; e um local onde armazenar cereais¹⁰. Ou seja, a Casa da Misericórdia consistia num espaço onde se pudessem desenvolver todas estas atividades e assumia-se como uma arquitetura adaptada a uma utilização específica e múltipla pelo que era um edifício composto por diferentes áreas, geralmente interligadas entre si, criando uma planimetria, espacialidade e volumetria próprias que serviam de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais, cultuais e simbólicas protagonizadas por estas confrarias, por onde passava toda a dinâmica e vida das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal. O conceito terminológico «Casa da Misericórdia» é o que melhor define a realidade arquitetónica promovida por estas confrarias, adaptando-se

perfeitamente ao conjunto coerente de vestígios ainda atualmente existentes e respeitando a identidade patrimonial das Misericórdias, ou seja, valorizando o que confere unicidade à produção artística realizada nos contextos destas confrarias. É, além disso, a expressão que surge na documentação quinhentista de inúmeras Misericórdias espalhadas pelo país para designar os seus edifícios¹¹.

As Casas da Misericórdia podiam não corresponder a um projeto unitário e a uma mesma sequência cronológica. De igual modo, podiam ser mais ou menos complexas, sendo que na maioria das Misericórdias todos estes espaços no interior dos edifícios eram de pequena dimensão, incluindo as próprias enfermarias. Neste sentido, as Casas da Misericórdia, apesar de compostas por vários espaços, podiam não ser construções monumentais.

O conceito «Casa da Misericórdia» deverá ser adotado para designar os edifícios das Misericórdias, abandonando expressões como «igreja da Misericórdia», «igreja e hospital da Misericórdia» (quando aplicado a um edifício comum) e «igreja e casa do despacho», uma vez que os edifícios promovidos pelas Misericórdias eram concebidos como um todo e a igreja era apenas um dos espaços desse conjunto edificado, embora com um papel de destaque, devido à sua função religiosa.

Misericórdia de Tavira: história e arte

A Misericórdia de Tavira terá sido instituída ainda em 1498, no mesmo ano da Misericórdia de Lisboa, constituindo, com as de Lagos e de Albufeira, umas das mais antigas que se fundaram no Algarve¹².

Da análise realizada, esta confraria, a sua história e o seu património artístico são muito relevantes para a caracterização da arquitetura promovida pelas Misericórdias no século XVI, o período inicial da sua atividade, em que as confrarias necessitavam de estabelecer uma identidade institucional que, na nossa opinião, também passou pela arte e pela arquitetura. Esta relevância permite, em alguns casos devido às opções pouco comuns que encontramos em Tavira, reforçar a definição das grandes linhas de ação da arquitetura das Misericórdias e, também, estabelecer preferências particulares.

Tal como a maioria das Misericórdias, a confraria de Tavira, antes de construir a sua casa-sede, ocupou edifícios preexistente, primeiramente, uma capela no Convento de São Francisco e, a partir de 1505, o edifício do Hospital do Espírito Santo¹³, onde permanecerá até meados do século XVI, quando se transfere para a sua nova sede, construída de raiz.

De notar que muito poucas confrarias da Misericórdia se instalaram em conventos: apenas Tavira, Évora e Lamego; todos eles eram conventos franciscanos. A este facto não terá sido alheia a data de fundação destas confrarias, ainda em vida de D. Leonor, e a relação privilegiada que a rainha tinha com a Ordem Franciscana.

Neste campo, as preferências das Misericórdias estiveram direcionadas para capelas no interior de outros edifícios, como igrejas matrizes e catedrais ou capelas de outras instituições confraternais/hospitalares, como as do Espírito Santo¹⁴, o que corrobora a segunda opção da Misericórdia de Tavira, quando se transfere para o hospital do Espírito Santo.

² Cf. SOUSA, 2002, pp. 62 e 114-115.

³ Neste contexto, destacou-se também o papel da rainha D. Leonor. Cf. SOUSA, 2002.

⁴ Cf. CORREIA, 1999, pp. 558-560; SÁ, 2001, pp. 40-44.

⁵ Dada a impossibilidade prática de cumprir as 14 Obras de Misericórdia, as confrarias orientaram inicialmente a sua atividade para uma dupla finalidade assistencial: os doentes e os presos. Sobre o modo como se consubstanciava a ação assistencial das Misericórdias a estes dois grupos sociais, ver SOUSA, 1998, pp. 71-74, 77, 81-86.

⁶ Relativamente ao papel das Misericórdias enquanto encomendadoras de obras de arte e às especificidades do seu património artístico, ver PINHO, 2012, pp. 109-144.

⁷ Cf. PINHO, 2012, p. 143.

⁸ Sobre a utilização de edifícios preexistentes pelas Misericórdias, ver PINHO, 2012, pp. 147-185 e 258-267.

⁹ Cf. PINHO, 2012, p. 150.

¹⁰ A respeito dos diferentes espaços que integram a Casa da Misericórdias, suas características e funções, ver PINHO, 2012, pp. 186-224.

¹¹ Cf. PINHO, 2012, pp. 192-193.

¹² Cf. GOODOLPHIM, 1998, p. 206, citando uma escritura da Câmara de Tavira, datada de 13 de janeiro de 1499, em que o município dá à Misericórdia meia-légua de mato na Malhada da Serra.

¹³ Sobre este hospital, ver ANICA, 1983, p. 139 e VASCONCELOS, 1989, pp. 126 e ss.

¹⁴ As confrarias do Espírito Santo são consideradas, por alguns autores, como antecessoras das Misericórdias, pois muitas delas foram anexadas às Misericórdias após a sua fundação. No entanto, existem diferenças significativas entre ambas, ao nível da estrutura organizativa e funções religiosas e cultuais. A situação é bastante complexa, pois, por um lado, outras confrarias foram também anexadas às Misericórdias (por exemplo na Batalha, Montemor-o-Velho, Portel); e, por outro, existiram algumas confrarias do Espírito Santo em locais que nunca tiveram Misericórdias e locais onde ambas as confrarias se mantiveram em simultâneo (casos de Arraiolos, Alcácer do Sal, Évora, Portalegre, Portel, Santiago do Cacém, Tavira, Torre de Moncorvo). Sobre esta questão, ver SOUSA, 1998, pp. 51-56; SÁ, 2001, pp. 25-27 e PINHO, 2012, pp. 154-160.



Na folha 1 do livro de rendas e privilégios do hospital do Espírito Santo consta a seguinte nota referente à segunda sede da Misericórdia de Tavira: «nesta casa [do hospital] teve seu segundo assento a Mizericórdia desta cidade por ser mudada para ela do convento de S. Francisco donde primeiro o teve pelos anos de 505 sendo de claustrais assim consta do livro dos privilegios da dita mizericórdia a fls. 6 e 320v.»¹⁵.

Embora ainda em 1541 se registasse, no contrato da construção da Casa da Misericórdia, que a Casa da Misericórdia «he no curral» do Espírito Santo¹⁶, em 1522 a Misericórdia faz um acordo com a Câmara para «darem a dita cassa da Camara e audiencia pera a

Sancta Misericordia, tamto tamto [sic] que se acabase a outra [...] e que a Sancta Misericordia lamçase mão dela e fizesse dela o que quisesse como cousa sua». Este acordo foi feito a pedido do rei e «*porquanto* [a Misericórdia] *nam tinha casa e era guasto em alugar casas como alugava*» e «pera se averem [os irmãos da Misericórdia] de vystir e de dispir os que se quisessem pera deceprinar e asy quamdo forem emterrar, o que nam podiam fazer porque nam tynham casa onde se vistir»¹⁷, tendo sido confirmado por carta régia de 6 de agosto de 1524. Durante o seu reinado, D. Manuel I mandara construir junto à Porta da Alfeição um novo edifício para servir de cadeia e casa da câmara e audiência o qual ainda estava em construção em 1522¹⁸, deixando o antigo edifício desocupado.

¹⁵ ANICA, 1983, p. 46.

¹⁶ Contrato existente no Arquivo da Misericórdia de Tavira, transcrito em ANICA, 1983, pp. 104-107.

¹⁷ Cf. Carta régia transcrita em PAIVA (coord.), 2006, vol. 4, pp. 167-168.

¹⁸ Cf. ANICA, 2001, vol. 1, p. 411 e vol. 2, p. 262.



Fachada lateral

A Casa da Misericórdia de Tavira seria apenas construída entre c. 1541 e 1552, por André Pilarte, formado no gosto entre o Tardo-gótico e o Renascimento no estaleiro do Mosteiro de Santa Maria de Belém e o «dinamizador do precoce renascimento do sotavento algarvio»¹⁹. O arquivo da Misericórdia de Tavira conserva três escrituras relativas à obra: uma referente à casa («fazerem novamente hua casa pera ha samta mysericordia della por nam ter casa duas em que se ha de [servir]» (24 nov. 1541)²⁰); outra relativa ao portal e remate da fachada («fazer ho remate da porta pryncipall» (22 abr. 1551)²¹; e a última referente à sacristia («fazer a casa da samcrystya que hora mandamos fazer na casa da myserucordja» (16 ago. 1551)²².

Este edifício, considerado, por José Horta Correia, como um dos mais importantes exemplares da arquitetura do Renascimento no sul do país e, por Albrecht Haupt, o melhor exemplar do Renascimento em todo o Algarve²³, constitui uma Casa da Misericórdia composta por igreja, sacristia, casa do despacho, quintal e outras várias dependências; no entanto, o edifício não integra espaço para acolhimento de doentes e pobres, pois, como já referido, esta confraria esteve, desde o início, ligada a um hospital preexistente, onde funcionou até ter sede própria. Neste caso e em casos semelhantes, a Casa da Misericórdia não integrava espaço para o acolhimento de doentes e peregrinos, pois esta função era exercida no hospital onde a confraria funcionava, o qual a partir de 1572 lhe será formalmente anexado²⁴.

Quanto à organização espacial do conjunto edificado, este é definido em eixo, um dos três modos de organização espacial protagonizados pelas Misericórdia, com as dependências adossadas à parte posterior da igreja e dispostas de forma longitudinal relativamente a esta²⁵; esta solução foi condicionada pela localização urbana do edifício, que não permitia a sua expansão para as laterais.

Sendo a atual casa do despacho setecentista, o edifício de piso térreo que abre para o quintal será quinhentista, pois mantém uma porta com moldura em cantaria e ângulos chanfrados, como era tão habitual na época.

Segundo a informação documental relativa à nova casa do despacho, a primitiva localizava-se exatamente no eixo da capela-mor e veio a ser truncada pela construção da tribuna profunda do altar-mor²⁶, já no século XVIII; esta configuração é visível, de forma muito significativa, em planta. Na reunião dos irmãos, de 22 de maio de 1746, «se porpos que por quantto a caza do despaixo nesessitaua de melhoramento e estaua informe por se ter tomado parte della para meter a trebuna que se tinha feito se detriminou se fizesse caza do despaixo noua ficando separada a caza da trebuna da mesma caza do despaixo acrecentada esta athe as cazas do canpa-inheiro ficando assim de quarenta ou quarenta e hum palmos de

comprida e de vinte e sete ou vinte e oito de largo com as genellas de sacada nesarias e a escada de pedra bem lansada»²⁷. Mudando sensivelmente de localização, embora permanecendo na parte posterior da igreja, a casa do despacho passa a ter fachada para um dos arruamentos que confina com a Misericórdia.

A Casa da Misericórdia de Tavira inclui ainda um quintal que servia de cemitério, tal como sucedia nas Misericórdias de Fronteira, Pedreneira, Pavia e Silves.



Quintal

A localização urbana da Casa da Misericórdia de Tavira é privilegiada. Nesta Misericórdia, tal como na maioria, a opção recaiu numa uma elevada centralidade urbana, junto dos locais de maior prestígio religioso e civil. Além disso, este edifício foi concebido com impacto cenográfico, designadamente a fachada principal, que, orientando-se para sul, se enquadra ao modo de *fondalle*, tendo em vista a rua que conduz a uma das antigas portas do aglomerado urbano.

O edifício caracteriza-se por uma extrema simplicidade compositiva e decorativa, própria dos valores chãos desta tipologia de construções; a volumetria é homogênea e austera. A torre é uma construção oitocentista, pois as Casas da Misericórdias não tinham torres. Quando existem torres, estas são tardias ou estão relacionada com algum facto específico, como aconteceu em Vila Viçosa onde a Misericórdia serviu de Matriz, exibindo por isso uma torre, tal como era habitual nos edifícios religiosos sedes de paróquia²⁸.

A configuração da fachada principal da Misericórdia de Tavira é peculiar, uma vez que é uma das poucas fachadas quinhentistas que mantém a sua configuração primitiva quase totalmente íntegra²⁹. Compositivamente, só tem paralelo com a fachada da Casa da Misericórdia de Segura, com a qual partilha outras características, como a organização interior em três naves, algo que também terá

condicionado a composição da fachada. Esta fachada caracteriza-se por pano único delimitado por cunhais em cantaria, remate em empena, reduzido número de vãos e faixa central em cantaria aparelhada, na qual se abre o portal. Seria rematada por um campanário, como previsto no contrato da obra da fachada: «em Ryba de toda a hobra fara hum campanayro na empena de Ryba de pedrarya lavrada em que cayba ha campa que esta ja na dicta Igreja»³⁰.

O portal principal apresenta morfologia e decoração renascentistas, com arco a pleno centro e grutescos em relevo. Esta tipologia decorativa, característica da primeira metade do século XVI, encontra-se também patente nas Misericórdias de Abrantes, Lousã, Sardoal e Tentúgal.

Sobre o portal, situam-se, em registos sobrepostos, heráldica régia e municipal e um grupo escultórico representando Nossa Senhora da Misericórdia. A heráldica régia é bastante comum no contexto das Misericórdias, exibida nas fachadas, coberturas, retábulos e arco triunfal³¹, no entanto, para o período em causa, apenas se registam nos edifícios quinhentistas das Misericórdias de Pinhel, Penamacor e Buarcos. Em Tavira, a acompanhar o escudo real, surge a esfera armilar, a divisa de D. Manuel I, o que levou alguns autores a proporem a reutilização destes elementos nesta fachada. Todavia, o contrato de 1551, referente à fachada, faz referência explícita à existência d’«as armas delRey noso senhor». Segundo o mesmo documento, a estas dever-se-iam juntar «as armas desta cydade»³², o que demonstra o compromisso do município para com o projeto da Misericórdia.



Pormenor da fachada principal — grupo escultórico

¹⁹ Segundo José Eduardo Horta Correia, citando Rafael Moreira, André Pilarte surge nos cadernos das férias das obras dos Jerónimos como 4.º oficial da empreitada de João de Castilho para o claustro, sala do capítulo e sacristia; cf. CORREIA, 1992, p. 82. Trabalhou também em Cacela Velha (matriz), Alcoutim (matriz), Moncarapacho (matriz), Ayamonte (igreja do Salvador), Santa Catarina da Fonte do Bispo e Igreja da Luz de Tavira (CORREIA, 1992, pp. 86-87); cf. SERRÃO, 2002, pp. 63-64.

²⁰ ANICA, 1983, p. 106.

²¹ ANICA, 1983, p. 108.

²² ANICA, 1983, p. 111.

²³ Cf. CORREIA, 1988, p. 24.

²⁴ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, liv. 9, fls. 291v.-292v.; o documento de anexação é transcrito em PAIVA (coord.), 2006, vol. 4, p. 149.

²⁵ Sobre os diferentes modos de organização espacial da Casa da Misericórdia, ver PINHO, 2012, pp. 277-278.

²⁶ Cf. PINTO, 1968, p. 116, nota 19.

²⁷ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas, fl. 87 (atas de 22 mai. 1746 e de 30 jun. 1748).

²⁸ Cf. PINHO, 2012, pp. 184, 285-288.

²⁹ Sobre as fachadas das Misericórdias quinhentistas, ver PINHO, 2012, pp. 296-328.

³⁰ ANICA, 1983, p. 108.

³¹ Relativamente à aplicação do escudo real no contexto da arte promovida pelas Misericórdias, ver PINHO, 2012, p. 503, nota 1261.

³² ANICA, 1983, p. 108.

³³ Para um levantamento exaustivo destas inscrições, ver PINHO, 2012, pp. 319-327.

As fachadas das Casas da Misericórdia, nomeadamente as principais, serviam como veículos para a afirmação pública da individualidade institucional da confraria. Estes valores são também apresentados pela Casa da Misericórdia de Tavira, designadamente pelo relevo figurando «Nossa Senhora da Misericórdia», que ostenta sobre o portal principal, e pela inscrição «Mia», abreviatura de Misericórdia, nas pilastras que delimitam lateralmente o portal. Esta estratégia, baseada na imagem e/ou na palavra, é utilizada de forma sistemática pelas confrarias da Misericórdia, como se verifica em múltiplos casos, sendo os mais significativos: Abrantes, Braga, Coz, Fundão, Montemor-o-Velho, Proença-a-Velha, Silves, Vila Viçosa³³.

Habitualmente, as composições figurativas, de maior ou menor dimensão, estão sempre relacionadas com as principais devoções confraternais, confirmando a necessidade de construção e afirmação de uma identidade institucional e contribuindo para plasmar essa identidade através do edifício, da sua face exterior e visível – a fachada principal. No caso de Tavira, o relevo figurando «Nossa Senhora da Misericórdia» surge juntamente com inscrições textuais, o que reforça a mensagem.

No interior do edifício da Casa da Misericórdia de Tavira destaca-se, pelo cuidado estético, devido à sua natureza sacral, o espaço



Interior da igreja

da igreja, que exhibe a mesma linguagem renascentista patente nas fachadas, designadamente ao nível da arcaria de delimitação das naves, que faz uso de capitéis coríntios e arquivoltas com ângulos chanfrados. A mesma estética era seguida pelo retábulo-mor primitivo, datado de 1555-1559, obra de Pedro de Campaña, reconhecido pintor de origem flamenga, mas radicado em Sevilha, e do entalhador de Tavira Nicolau Juzarte³⁴.

A igreja da Casa da Misericórdia tavirense apresenta uma planimetria pouco comum entre as Misericórdias: planta retangular, três naves, sem capela-mor enquanto espaço individualizado arquitetonicamente, com retábulo-mor e dois colaterais no topo do alçado fundeiro da nave, assentes sobre cruzeiro, plataforma elevada a que se acede por escadas³⁵; as três naves têm alturas e coberturas diferenciadas em teto de madeira com perfil de abóbada de berço.

As opções planimétricas usadas pelas igrejas das Misericórdias foram essencialmente sete³⁶. Todavia, o modelo apresentado em Tavira apenas foi utilizado na Misericórdia de Segura. As Misericórdias de Santarém e Elvas também exibem três naves, no entanto, apresentam-se como variantes. No caso de Santarém, concebida como igreja-salão, em vez de três retábulos, existem três capelas inscritas onde se inserem os retábulos, e no de Elvas, a capela-mor constitui-se como espaço autónomo, localizada no eixo da nave central, e apresenta planta retangular profunda.

A espacialidade ensaiada na igreja da Casa da Misericórdia de Tavira – três naves, escalonadas, com arcaria de separação e coberturas diferenciadas em cada uma das naves –, todavia com capela-mor profunda e sem cruzeiro, emulava a espacialidade catedralícia e, neste sentido, foi muito comum nas chamadas igrejas paroquiais do primeiro Renascimento. Correspondendo cronologicamente às décadas de 20 e 30 da centúria de quinhentos; são exemplos desta tipologia as matrizes de Caminha, Golegã, Moura, Tomar, Viana do Alentejo³⁷.

Uma nota que interessa destacar, relativa à espacialidade interna deste edifício, relaciona-se com uma discrepância existente entre uma informação constante no contrato e a realidade atual. O documento previa o abobadamento do espaço («e a de ser casa tera toda fechada daboboda de ladrylho com suas chaves de pedrarya»³⁸), estando este, atualmente, com uma cobertura em madeira. Segundo Arnaldo Anica, esta questão poderia estar relacionada com uma intervenção realizada durante o ano de 1686, e parte do seguinte, em que se gastaram elevadas somas de dinheiro e que foi designada, no livro de contas, como «obra nas colunas» da responsabilidade do pedreiro Manuel Dias³⁹. Com o objetivo de apurar em que teria consistido efetivamente esta campanha, pesquisámos o fundo notarial de Tavira, atualmente no Arquivo Distrital de Faro; no entanto, para o período de 1675-1688, não encontramos

nenhum contrato de obras para o edifício⁴⁰. Do mesmo modo, no arquivo da Misericórdia também não se encontrou qualquer esclarecimento sobre o assunto.

No espaço interior da igreja da Casa da Misericórdia de Tavira destaca-se, tal como noutras Misericórdias, as intervenções setecentistas que ocorreram nos edifícios das confrarias quinhentistas, provocando alterações arquitetónico-espaciais de carácter ornamental. Este espaço teve uma intervenção documentada entre 1722 e 1760, ao nível dos retábulos⁴¹, ampliação da casa do despacho⁴², construída inicialmente em 1704⁴³, alterações nas frestas da nave⁴⁴, que passaram a janelas delimitadas por uma moldura tardo-barroca em cantaria, e revestimento azulejar com a representação das «Obras de Misericórdia»⁴⁵; outra campanha de obras

³⁴ MACIEIRA, 2004, pp. 53-54 e LAMEIRA, 2000, p. 77. Ainda do mesmo período seria um revestimento azulejar, do qual se encontraram vestígios na campanha arqueológica realizada em 2008, durante a intervenção de restauro no edifício.

³⁵ Sobre o conceito de «cruzeiro», ver PINHO, 2012, pp. 340-352.

³⁶ As plantas das igrejas das Casas da Misericórdia seguiram as seguintes tipologias: planta centralizada; planta retangular, nave única, cruzeiro sobrelevado, capelas (mor e/ou laterais/colaterais) inscritas ou com retábulo(s) (mor e laterais/colaterais) sobre o cruzeiro; planta retangular, com nave única, cruzeiro elevado e sem capela(s), apenas com um retábulo no alçado fundeiro da nave; planta retangular, com nave única e capela-mor inscrita ou retábulo; planta de nave única retangular e capela-mor também retangular antecédida por arco triunfal; planta composta por um retângulo correspondente à nave única, a que se adossa espaço quadrangular ou retangular correspondente à capela-mor, colocado transversalmente. Cf. PINHO, 2012, pp. 330-334.

³⁷ PEREIRA (dir.), 1995, p. 57 e SERRÃO, 2002, pp. 47-72.

³⁸ ANICA, 1983, p. 104.

³⁹ Cf. Arquivo da Misericórdia de Tavira, scmta.scm.scr.0107 – Livro de receita e despesa, fls. 4-6 v.; cf. ANICA, 1983, p. 56 e PINTO, 1968, p. 100.

⁴⁰ Arquivo Distrital de Faro, Notariais de Tavira. André Barriga (1675-1676): 8-4-206; Agostinho de Andrade Pestana (1683-1684 e 1686-1687): 8-4-216 e 217; Bartolomeu de Freitas (1682-1683): 8-4-215; Domingos da Costa (1675-1685): 8-4-200 a 204; Francisco Gonçalves Barriga (1682-1683): 8-4-215; Lourenço Fernandes Frade (1678-1683 e 1685-1686): 8-4-212 a 214; Manuel Rodrigues Adibe (1677-1678): 8-4-207 e 208; Pedro Clemente de Carvalho (1686-1688): 8-5-241.

⁴¹ Cf. ANICA, 1986, p. 56; MACIEIRA, 2004 pp. 145-151. Sobre a caracterização dos retábulos das Misericórdias: localização, encomenda, usos e funções, iconografia, técnicas e materiais, tipologias, periodização, filiação artística, oficinas e artistas, ver LAMEIRA, 2009.

⁴² Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas, fl. 87 (atas de 22 mai. 1746 e de 30 jun. 1748); cf. ANICA, 1986, p. 56. O teto pintado com medalhões e retratos é da autoria de Joaquim José Rasquilho e está datado de 1799; cf. MACIEIRA, p. 146 e ANICA, 1986, p. 57.

⁴³ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas, fl. 31.

⁴⁴ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas (atas de 7 abr. 1750 e de 1 jul. 1754), fl. 105 e ss. e receita e despesa (1753-1755); PINTO, 1968, pp. 115-116, nota 14 e ANICA, 1986, p. 56.

⁴⁵ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de Receita e Despesa (1759-1760 e 1760 - 1761); cf., PINTO, 1968, p. 102 e ANICA, 1986, p. 56.

foi registada já no século XIX, entre 1811 e 1835, com a construção da torre⁴⁶ e do coreto para colocação do órgão e a consequente alteração do localização do púlpito⁴⁷.

No espaço interior, queremos, ainda, realçar dois aspetos individualizadores e caracterizadores dos interiores das igrejas das Casas da Misericórdia. O primeiro é a tribuna dos oficiais, um dos equipamentos mais paradigmáticos destes espaços, que designa o local onde os oficiais, anualmente eleitos para a administração da confraria, assistiam às celebrações realizadas na igreja e que se assume como estrutura ou equipamento de diferenciação social⁴⁸. Uma das configurações mais características que a tribuna podia assumir era a de cadeiral, como existe em Tavira, embora a atual seja recente e tenha substituído uma mais antiga⁴⁹. A tribuna pode apresentar outras morfologias e estruturas mais complexas, nomeadamente com vão rasgados num dos alçados da nave ou constituindo-se como uma estrutura elevada adossada a um dos alçados de igreja.

O segundo aspeto que queremos referir, e que assume grande importância no contexto das Misericórdias e dos edifícios por si promovidos, é a iconografia usada no espaço da Casa da Misericórdia, que se associa de forma indelével às devoções privilegiadas por estas confrarias: «Visitação», «Nossa Senhora da Misericórdia», «Paixão de Cristo» e «Obras de Misericórdia». Estas devoções, que se repercutem nas principais e mais impactantes festas anuais e públicas promovidas pelas Misericórdias e a forma como estas devoções marcam e definem o espaço arquitetónico dos seus edifícios.

No caso de Tavira, destacam-se a imagem de «Nossa Senhora da Misericórdia», a invocação da confraria, na fachada principal; o grupo escultórico da «Visitação», o orago da confraria, no altar-mor; as várias esculturas relacionadas com as temáticas da «Paixão»: o «Senhor Morto» e «Nossa Senhora das Dores», tópicos da espiritualidade confraternal, nos altares colaterais; e as «Obras de Misericórdia», programa assistencial da confraria, no revestimento azulejar.



Pormenor do altar-mor

Estes painéis de azulejo, monocromáticos e de topo recortado, figuram as «Obras de Misericórdia» corporais e espirituais. Apesar de as confrarias terem a invocação de «Nossa Senhora da Misericórdia» e de as «Obras de Misericórdia» aparecerem como o programa da confraria, esta é, pelos exemplares atualmente conhecidos, uma iconografia rara. No entanto, a manifestação artística mais comum para a representação das «Obras de Misericórdia» é a azulejaria sendo a região sul a que mais exemplares regista. Assim, além de Tavira, encontramos painéis de azulejos representando as «Obras de Misericórdia», nas Misericórdia de Évora, Évoramonte, Arraiolos, Olivença, Redondo e, fora da zona sul, em Arruda dos Vinhos, Alhos Vedros Chaves e Vila Franca de Xira⁵⁰. Registe-se também que apenas as Misericórdias de Silves e Faro apresentam pinturas retabulares com a mesma iconografia.

Do espólio artístico da Misericórdia de Tavira destaca-se ainda, pela sua raridade, um armário, em madeira para guardar a bandeira real⁵¹; Datável do século XVI, é composto por uma base alta e estreita onde encaixa a haste da bandeira, e nela assenta a parte superior do armário, de formato quadrangular e de maiores dimensões, onde é resguardada a bandeira propriamente dita.



Armário para bandeira real

Considerações finais

A Casa da Misericórdia de Tavira e o seu espólio artístico revelam-se fundamentais para a caracterização da arquitetura promovida por estas confrarias no século XVI e para a definição do seu papel enquanto encomendadoras de obras de arte. Mantendo, no essencial, os elementos arquitetónicos quinhentistas, embora com a construção da nova casa do despacho setecentista, representa um dos edifícios mais íntegros do período.

Um dos aspetos mais significativos é o facto de a igreja da Casa da Misericórdia de Tavira fazer uso de um modelo planimétrico pouco comum no contexto destas confrarias – três naves –, mas evidenciando uma adaptação face às restantes igrejas com esta planimetria. Esta adaptação relaciona-se com a aplicação de dois elementos-chave no contexto da arquitetura das Misericórdias – o cruzeiro e a ausência de capela-mor (e colaterais) enquanto espaço autónomo, que são substituídos por um altar ou altares –, que surgem habitualmente nas igrejas construídas por estas confrarias, mas aplicados à planimetria de nave única.

De destacar ainda que a Casa da Misericórdia de Tavira comprova algo que foi comum a outras Misericórdias e que se relaciona com a assimilação de modelos da arquitetura local, o que remete para a complexa questão dos modelos artísticos utilizados por estas confrarias. São claras as analogias entre as fachadas dos edifícios da Misericórdia de Tavira e da igreja matriz de Moncarapacho, ao nível da conceção, uso de materiais, integração do portal e escultura decorativa, ambas da autoria de André Pilarte, ainda que em Tavira a iconografia escolhida seja a da invocação da confraria.

⁴⁶ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas (atas de 3 jul. e 28 out. de 1811 e de 1 jul. 1813), fls. 125-126; cf., PINTO, 1968, p. 115 e ANICA, 1986, p. 57.

⁴⁷ Arquivo da Misericórdia de Tavira, Livro de atas (atas de 16 e 21 fev. e 29 mar. 1835), fl. 281v.; cf., ANICA, 1986, p. 57.

⁴⁸ Sobre a tribuna dos oficiais, e as suas características morfológicas e simbólicas, ver PINHO, 2012, pp. 410-436.

⁴⁹ Cf. Fotos antigas associadas à ficha SIPA, NETO *et al.*, 1991, 2000, 2001.

⁵⁰ Relativamente à representação das «Obras de Misericórdia» em azulejaria, incluindo uma leitura histórico-artística dos painéis de Tavira, ver CARVALHO, 2007.

⁵¹ Sobre a bandeira real no contexto da encomenda artística das Misericórdias e o inventário das bandeiras das mesmas, ver respetivamente, PINHO, 2012, pp. 11-120 e TOJAL e PINTO, 2002. Sobre as bandeiras reais e dos passos de Tavira ver MACIEIRA, pp. 153-164.

Bibliografia

ANICA, Arnaldo Casimiro – O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade – notas. Tavira: Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1983.

ANICA, Arnaldo Casimiro – História da Misericórdia de Tavira no último quartel do séc. XX. Tavira: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, 1998.

ANICA, Arnaldo Casimiro – Tavira e o seu termo. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2 vols., 2001.

CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de -.... Por amor de Deus – Representação das Obras de Misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2 vols., 2007. Tese de Mestrado.

CORREIA, Fernando Silva – Origens e formação das Misericórdias portuguesas. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CORREIA, José Horta – André Pilarte no centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista. In *IV Simposio luso-espanhol de História da Arte: Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar*, Coimbra, 1987.

CORREIA, José Horta – A arquitectura religiosa no Algarve de 1520 a 1600. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987.

CRAVEIRO, Maria de Lourdes – A arquitectura «ao romano». In *Arte portuguesa: da pré-história ao século XX*. S.l.: Fubu Editores, vol. 9, 2009.

LAMEIRA, Francisco – A talha no Algarve durante o Antigo Regime. Faro: Universidade do Algarve, 2000. Tese de Doutoramento.

LAMEIRA, Francisco – Retábulos das Misericórdias portuguesas. [S. l.]: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve/União das Misericórdias Portuguesas, 2009.

MACIEIRA, Isabel – A pintura sacra em Tavira: séculos XV a XX. Lisboa/Tavira: Colibri/Câmara Municipal de Tavira, 2004.

NETO, João, VIEGAS, Patrícia, FERNANDES, Paulo – Igreja da Misericórdia. SIPA n.º PT050814060003. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana, 1991, 2000, 2001. [Acedido em dezembro de 2017]. Disponível na internet http://www.monumentos.pt.

PAIVA, José Pedro (coord.) – Portugaliae monumenta misericordiarum. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, 9 vols., 2002-2011.

PEREIRA, Paulo (dir.) – História da arte portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas de Debates, 1995.

PINHO, Joana Balsa de – As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a arquitetura quinhentista portuguesa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 3 vols., 2012. Tese de Doutoramento.

PINHO, Joana Balsa de – As Casas da Misericórdia do Algarve: contributos para a caracterização do património assistencial português. *Al-'Ulyà: revista do arquivo municipal de Loulé*, n.º 15, 2015, pp. 89-100.

PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Víctor Roberto Mendes – As Misericórdias do Algarve. Lisboa: Direção Geral da Assistência, 1968.

SÁ, Isabel Guimarães – As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia – História breve das Misericórdias portuguesas: 1498 - 2000. [s. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SERRÃO, Vítor – A arquitectura renascentista algarvia: do modo romano ao Maneirismo. In *O Algarve: da Antiguidade doa nossos dias*. Lisboa: Colibri. 1999.

SERRÃO, Vítor – História da Arte em Portugal: o Renascimento e o Maneirismo. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

SOUSA, Ivo Carneiro de – V Centenário das Misericórdias Portuguesas. s.l.: CTT-Correios de Portugal, 1998.

SOUSA, Ivo Carneiro de – A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento. [s. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

TOJAL, Alexandre Arménio, PINTO, Paulo Campos – Bandeiras das Misericórdias. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 2002.

“Telhados de Tesouro” de Tavira

Modelos e Tipologias de Casas Nobres da Ribeira entre o séc. XV e XVI

Ana Isabel Nascimento Santos

Resumo

Tavira, em desenvolvimento económico desde a Reconquista, beneficia da posição geoes-tratégica em relação às praças conquistadas em Marrocos, desde 1415, o que contribui para o apogeu do porto no séc. XVI. A criação de estaleiros navais atrai mão-de-obra qualificada, que participa na construção de casas nobres, destinadas às classes interessadas nas rotas comerciais levando à expansão urbana da cidade.

Os *telhados de tesouro* associados à arquitetura civil praticada entre os séc. XV/XVI no Algarve, registam em Tavira a maior incidência. Construtivamente assentam nas paredes-mestras de cada compartimento do edifício e diferem das tesouras tradicionais, pela posição da linha a um terço da altura do vão a cobrir. Adicionam-se-lhe qualidades que ampliam o conforto térmico no interior da habitação, com a concentração de ar quente no topo da cobertura que se traduz em espaços mais frescos, que denunciam o original aparecimento destas coberturas tão inclinadas numa região do sul do país.

Palavras-Chave

Arquitetura portuguesa; Ribeira; casa nobre; cobertura; *telhados de tesouro*.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Isabel Nascimento Santos, natural de Tavira, 1990. Frequenta a Licenciatura com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Universidade de Évora. Entre 2013 e 2014 representa Portugal nos workshops internacionais *ERASMUS Intensive* “Paris, Fortified Places” e “Landscape and architecture. The Medina of Safi: Rehabilitation of river Oued Chebba”.

Em 2015 conclui a dissertação: “Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à Casa Nobre de Quinhentos – o caso dos “telhados de tesouro”. Integra o ateliê José Adrião Arquitetos onde conclui o estágio de acesso à Ordem dos Arquitetos colaborando em diversos projetos de reabilitação de edifícios e espaços públicos. Em paralelo desen-volve investigação teórica acerca dos valores culturais e arquitetónicos das Casas Nobres de Tavira, com participação em conferências nacionais e internacionais.

Introdução

Sabe-se hoje, relativamente aos *telhados de tesouro*, substancialmente mais do que em 1961, altura em que são identificados e caracterizados pelo geógrafo Orlando Ribeiro na obra Geografia e Civilização¹. Com foco nas diferenças entre as coberturas encontradas no sotavento algarvio, o geógrafo redige um capítulo a propósito das açoteias de Olhão e telhados de Tavira, onde convida o leitor a relacionar os telhados de Tavira com os exemplares de cobertura presentes na arquitetura oriental, pelas semelhanças existentes entre estes e os exemplares presentes nas cidades litorais do sul do país. Esta comparação gera o debate positivo de várias ideias e correntes de pensamento, que se alastram a outras investigações, o que coloca algumas questões que se pretendem responder ao longo da presente investigação - São estas coberturas portuguesas, orientais ou por outro lado uma simbiose construtivas? Quais as suas características? Porque se implantaram apenas nos aglomerados litorais ligados aos negócios dos Descobrimentos? Qual a incidência e dispersão? Em que é que a sua construção contribuiu para o desenvolvimento das construções tradicionais portuguesas e, no caso específico do Algarve, para a fundação do modelo de casa nobre urbana do séc. XV/XVI?

Quanto ao enquadramento geográfico e social da cidade de Tavira (que se revelou essencial para a compreensão do aparecimento, dispersão e incidência dos modelos em estudo), a geógrafa Carminda Cavaco, no volume II - Vilas e Cidades da obra Algarve Oriental, destaca o papel de Tavira, cidade “principal” do Algarve do séc. XVI. “Porto difusor e recetor das novidades bem como a arquitetura civil que surge ligada ao passado nobilitário da cidade”, ao destacar que “Tavira recebe a corte para mais facilmente controlar as praças-fortes de Marrocos e que reúne no seu centro paradigmas de um passado construtivo de grande valor poupado pelo terramoto de 1755” contrariando o estado de ruína apresentada noutras cidades litorais onde também se aferiu a presença de exemplares de *telhados de tesouro* como Lagos ou Faro².

De forma a fazer o enquadramento destas coberturas, no âmbito da história da arte e da construção, as investigações iniciadas pelo professor José Eduardo Horta Correia revelaram-se de leitura essencial. O autor é o primeiro a tentar a síntese das características e tipologias arquitetónicas de casas nobres do Algarve edificadas no séc. XVI e onde podemos localizar os *telhados de tesouro*. Na articulação entre a história e valor do património construído no Algarve em 1991, refere-se ao contributo da arte e arquitetura Manuelina da região, explicando que “... é já hoje aceite pacificamente a originalidade do “Manuelino” algarvio de Alvor e Estômbar à Luz de Tavira ou de Monchique a Loulé”³. Daqui é possível depreender, embora que vagamente, a relação entre o aparecimento de exem-

plares de arquitetura erudita original com a “formação das escolas decorativas de pedreiros locais, como a escola de Tavira, Moncarapacho e Cacela, onde destaca a arquitetura de habitação urbana e rural algarvia para além da arquitetura religiosa. Na obra Algarve em Património, o mesmo autor revela a coerência presente nas casas nobres da Ribeira de Tavira, nomeadamente na tipologia de “casa fundada a partir do séc. XVI de que a presença do *telhado de tesouro* é a característica principal”⁴.

Só em 2006 se tenta uma caracterização mais detalhada relativa à arquitetura e construção desta tipologia de cobertura, com a investigação da arquiteta Maria Isabel V. Afonso sobre os *telhados de tesouro* de Faro. A autora interpreta-os como “coberturas múltiplas de quatro águas muito inclinadas cujo beiral assenta quase horizontalmente na parede”. Destaca para além das características gerais as diferenças em relação a outras coberturas tradicionais existentes em Portugal. Explica que, no caso dos *telhados de tesouro*, a inclinação das quatro águas mais acentuada, superior a 45º, transforma a transição suave, desde a cumeeira até ao beiral numa curva quase angular, o que não acontece nos mais vulgares telhados de tesoura, menos inclinados e mais achatados que os primeiros.

Quanto às relações orientais abordadas anteriormente pelo geógrafo Orlando Ribeiro, a autora acrescenta: “Pensamos, assim, que os telhados algarvios não foram inspirados nos pagodes da Índia e da China, mas antes importados da Índia, onde nasceram como criações indo-portuguesas, fruto do encontro de culturas. No Algarve, recebem o encurvamento dos perfis, embora este já existisse em telhados anteriores ao conhecimento do caminho marítimo para o Oriente (...)”⁵.

A autora contesta, e com razão, a inexistência de qualquer funcionalidade nos *telhados de tesouro* defendida por Orlando Ribeiro, que afirma: “(...) os telhados múltiplos não têm qualquer função de recolha de água, e não correspondem, portanto a nenhum fim utilitário”¹. Este argumento é refutado pela existência de telhados de origem portuguesa semelhantes ao longo da Rota do Cabo, em territórios conquistados pelos portugueses como Luanda ou na Velha Goa possibilitando relacionar os *telhados de tesouro* com a adaptação dos portugueses às condições climáticas destas regiões onde as temperaturas, a precipitação e a humidade registam valores muito altos. Estas coberturas, seriam à época, um verdadeiro avanço construtivo visto que, através da sua inclinação possibilitam a concentração do ar quente na zona mais alta cobertura, o que faz com que o restante espaço permaneça fresco, nomeadamente na zona da habitação. Estas características confirmam também o carácter utilitário desta tipologia rara de cobertura.

1. A vida litoral, as cidades-porto e os novos espaços da Ribeira: desígnios do urbanismo quinhentista

As implantações junto ao mar estimularam uma vida de relação quase vital. As cidades marítimas na orla do continente: abertas ao mar, mas estabelecidas em sítios isoláveis da terra firme, promontórios escarpados, ilhas rochosas ou acrópoles inacessíveis, dominavam o porto e os caminhos que lá conduzem.

Na génese dos aglomerados litorais, ou da proximidade de rios com foz no mar, a rede urbana estruturou-se e completou-se em função da cabotagem das embarcações, e dos portos que melhores condições ofereciam para a ancoragem e desembarque. O aumento da circulação concordou com o desenvolvimento económico e comercial, que torna necessário dotar as aglomerações medievais mais importantes - dominadas por ruas estreitas - de vias amplas, onde o atravessamento e o escoamento do trânsito se fizesse naturalmente.

Com o incremento da riqueza nas cidades litorais acumulam-se preocupações com a defesa, que explicam a implantação das cidades com funções comerciais em locais afastados da foz dos cursos de água e onde a construção se preteria mais breve, modular e essencialmente mais robusta devido à exposição a episódios de saque e pirataria.

As cidades mais importantes, passam a apresentar-se recuadas no estuário ou curso das linhas de água, como sucede em Lisboa ou no Porto mas também no caso das recém-conquistadas povoações do Algarve, que beneficiam com o negócio dos descobrimentos como: Lagos, Faro e Tavira.

O advento de novas ideologias modernistas conduz à mudança das condições económicas/sociais e, à tradicional economia feudal medieval, sucede uma economia de base comercial sem precedentes, que em muito contribuí para a vocação marítima do país e para a política expansionista iniciada com a Conquista de Ceuta em 1415.

A necessidade de receber e alojar grandes fluxos migratórios atraídos pelas grandes dinâmicas económicas geram nas cidades litorais novas questões, entre elas, alterações estratégicas no aglomerado urbano, através de construções modulares que possibilitam a ampliação em qualquer altura de acordo com a necessidade de usos da nobreza e da nova classe em ascensão – a burguesia mercantil.

O Renascimento, leva à emergência de novas conceções estéticas e à revalidação dos valores da Antiguidade Clássica. A par disto surge a crescente valorização da racionalidade. Com o homem no centro de toda a criação começa-se a olhar com desagrado para as cidades medievais, de ruas sujas e apertadas, o que começa a alterar a forma de pensar e projetar os espaços urbanos.

Em Portugal passa a utilizar-se, no apoio à construção das novas edificações, um padrão funcional de natureza mensurável, do qual resulta uma expressão documentada: traçar “de cordel” ou “por cordel”; e, neste período observar-se na documentação deste período o aumento da importância dada ao espaço público, designadamente no que respeita à regulação e traçado de ruas.

O desenho base da cidade da modernidade inclui agora: uma grande praça/ terreiro, maioritariamente quadrangular, que se identificava como o centro do aglomerado. Daí, definiam-se as restantes ruas e quarteirões segundo uma malha tradicionalmente ortogonal e, aos espaços onde existia maior densidade comercial correspondiam-lhe já na mesma proporção, os estratos sociais mais elevados. A zona ribeirinha, área principal de desenvolvimento das cidades-porto, com quarteirões perfeitamente estabilizados e conservados após o século XVI, apresenta um traçado de clara intenção ortogonal, definido em relação à margem de rio, o seu eixo gerador. Este vem a tornar-se no modelo de cidade marítima portuguesa que se afirma a partir dos finais do séc. XV, e que tem o seu auge nas transformações ocorridas em Lisboa durante o reinado de D. Manuel I, mais tarde exportados para todas as novas situações coloniais ao longo da Rota do Cabo.

¹ RIBEIRO, Orlando - Geografia e Civilização. Temas Portugueses, - Açoteias de Olhão e telhados de Tavira (Influências orientais na arquitetura urbana) 1961. pp. 53-146 e 255. ISBN: 9789898268167.

² CAVACO, Carminda - O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976.

³ CORREIA, José Horta - Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. Lisboa: Editorial Presença, 1991. ISBN: 9789722314428.

⁴ IDEM; O Algarve em Património - Arquitectura Algarvia do Séc. XVI ao Séc. XIX (tentativa de caracterização) “4º Congresso do Algarve. Racat, 1986” p.71.

⁵ AFONSO, Isabel Maria Vieira - Telhados de Tesouro em Faro, Revista Monumentos, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, março, 2006. ISBN: 0265000229686. pp. 50-55.

2. A Ribeira de Tavira

As denominadas “Ribeiras” de todas as cidades do reino começam por ser espaços livres, localizados na margem de um rio ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preteria na zona “nobre” da cidade, na primeira linha de chegada das novidades, vindas dos mais variados pontos do mundo. Com efeito, tal como na “Ribeira de Lisboa, modelo quer no Reino quer no Império Ultramarino”⁶, verifica-se em Tavira a associação dos vários equipamentos portuários no espaço da Ribeira – praia, porto, alfândega, estaleiro naval e mercado. Para isto foi necessário ampliar o aglomerado urbano e definir regras para o seu desenvolvimento com conceitos-base de ordem e proporção fundamentalmente militares.

Em Tavira, o espaço da Ribeira cresce e consolida-se através das suas estruturas, com referência na margem sul do rio Gilão. À semelhança das ribeiras de Lisboa ou do Porto, apresenta nesta época um grande desenvolvimento. A aproximação da cidade ao rio e ao mar, assim como o desenvolvimento da atividade portuária confirmam o maior registo de evolução urbana da cidade. Acresce o facto de se ter verificado no espaço da Ribeira de Tavira, que se circunscreveu, na generalidade, a uma das margens da cidade até à segunda metade do séc. XX. Esta opção faz do início da Época Moderna um período “esplendoroso” para as construções na área

da “Ribeira”. É interessante observar tanto na cartografia como nos registos históricos de Tavira, a apropriação desta realidade (a Ribeira) que se complexifica e consolida durante os séculos XV e XVI. Assim, de conceito generalizado de “ribeira” enquanto espaço à margem, onde se doam pardieiros (casebres/choupanas) em 1287, passamos à afirmação de um espaço identitário na cidade. A Praça da Ribeira onde, em 1415, já se formalizavam testamentos e, finalmente, à expansão habitacional da zona, surge agora como

área privilegiada, confirmada pela estadia, em 1573, do Rei D. Sebastião nas Casas da família Corte Real no bairro da Ribeira⁷.

⁶ CAETANO, Carlos - Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séc. XV - XVII. Lisboa: Edições Pandora, 2008. ISBN: 9789728247140.

⁷ IRIA, Alberto - Da Importância Geopolítica do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976. p. 114.

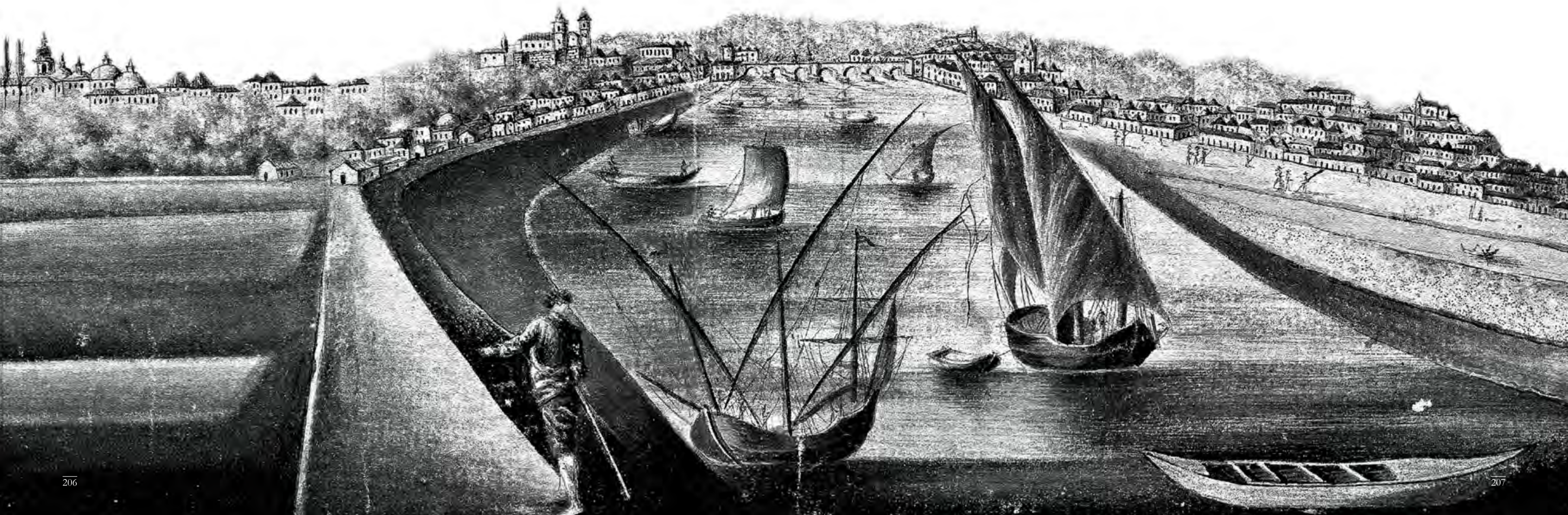


Fig. 01 Pormenor do “Prospeto da Cidade de Tavira tirado do pé da casa do registo” José Sande de Vasconcelos, 1797, 0.37 x 0.53m; fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1-G-41.



Fig. 02 Ribeira de Tavira, 1888. Actas das Jornadas Históricas da Cidade de Tavira.

O novo Foral, que Tavira recebe em 1504 dá-nos um claro testemunho da realidade da construção naval e da multiplicidade de materiais necessários para equipar um navio. Estas matérias que se guardavam nestes edifícios e/ou que povoavam a paisagem ribeirinha são descritos nos forais reais: “(...) quaisquer pessoas que fizerem navios ou naus de cento e trinta toneladas para cima, não pagarão dízima nem algum direito de portagem de mastros, madeira, ferro, armas, velas, remos, mantimentos, breu, cevo, e de quaisquer outras coisas que, para execução das naus e navios e reparo e armação sua, lhe forem necessárias, posto que venham pela foz.

E se os vizinhos da dita vila fizerem naus ou navios, caravelas ou barcas, menos da dita quantia, não pagarão os ditos direitos, solto das coisas que lhe vierem pela foz do dito reino do Algarve, ou sejam pessoas, que tenham, por ofício de fazerem alguns dos ditos navios para vender e não para seu uso”.

A elevação de Tavira a cidade em 1520 por D. Manuel I surge numa altura em que era necessário exercer a administração e controlar os territórios do Norte de África, pelo que a arquitetura acompanha também essa expansão, imagem de poder e as ambições da nobreza e burguesia mercantil da época.

O aumento demográfico progressivo requer a expansão da cidade, homogénea pelas margens do rio. Começam a edificar-se habitações paralelas ao seu curso, que serviam como importantes armazéns para as matérias-primas e utensílios necessárias à execução das embarcações nos estaleiros localizados na envolvente.

Nas zonas ribeirinhas, a jusante da ponte, formam-se a partir do séc. XVI quarteirões paralelos ao rio de regularidade denunciadora do cumprimento de normas urbanísticas modernas. Os edifícios são encomendados ao “estilo romano”, inconfundivelmente marcados pela sobriedade e clareza das formas influenciadas pela cultura clássica.



Fig. 03 Corte do Palácio da Inquisição. Primeira residência dos Vice-Reis em Goa. Séc. XVIII. Gabinete de Estudos Históricos de Fortificações e Obras Militares.

Na viragem do séc. XVI para o XVII, com a perda dos territórios conquistados em África e no Oriente, o assoreamento do rio, a alteração da cabotagem das grandes embarcações, que passam a permitir viagens mais longas, origina a estagnação urbana da cidade que entra em decadência para só recuperar no séc. XX. E, nesta altura “começou a nobreza de Tavira, uma a abater-se outra a aniquilar-se” acompanhando provavelmente o declínio o porto⁸.

3. Da arquitetura militar à arquitetura civil: da casa-Torre à casa nobre do séc. XVI do Algarve

Na génese das construções modulares do séc. XVI estão as casas-torre que, no contexto geográfico algarvio eram semelhantes a atalaias que se incluíam no sistema de defesa do litoral, desenvolvido por D. Dinis no final do séc. XIII. Destinavam-se a famílias nobres com funções militares e que, com o desenvolvimento da tipologia, anunciam os primeiros modelos de casas nobres portuguesas do Algarve: “os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas (...) tratar-se-iam de novos edificios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortalezas e casa de habitação”⁹.

Edificadas com dimensões e expressão só comparáveis às torres dos primitivos solares do Norte assemelhavam-se ainda mais porque no Algarve eram rebocadas e caiadas. De raiz quadrangular compacta, a planta destes solares primitivos deriva da casa-torre, que se combina no séc. XVI em Tavira com coberturas múltiplas de telhado de tesouro.

Elevadas e colocadas em locais de fácil controlo visual, estas torres eram por vezes maciças e geralmente de pequenas dimensões. Surgem justapostas a estas algumas habitações nobres que, não se confundindo com o modelo, terão dele herdado a planta quadrangular, o aspeto compacto e o desejo de construir em altura, sendo que dois pisos conjugados com os elevados *telhados de tesouro* já constituíam um modelo de construção em altura para época, o que se considerava uma evolução construtiva.

⁸ CASTRO V. Damião António de Lemos Faria - Política Moral e Civil etc. tomo IV. Lisboa, 1751. pp. 576-580.

⁹ AZEVEDO, Carlos - Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre. 2ª Edição. Livros Horizonte. Setembro, 1988. p.8. ISBN: 9789722401661.

As casas-torre possuíam, normalmente, vários pisos de apenas uma sala sem divisões internas, e entre dois a três pavimentos soalhados. O acesso principal era feito através de uma escada basculante de madeira, retirada em situações de emergência. Já no século XV, os andares, principalmente dos pisos térreos, começam por ser dotados de abóbadas de pedra, em substituição da anterior divisão de madeira.

No contexto do Algarve, sucede-lhe a tipologia base de casa nobre algarvia iniciada entre o final do séc. XV e início do séc. XVI. Presente na paisagem urbana de Tavira representa a standardização do tipo de casa formada nos finais do século anterior, que corresponde em termos de arquitetura portuguesa ao que poderemos genericamente designar como “estilo chão” nacional³. Assemelhavam-se estes primitivos solares a grandes cubos ou paralelepípedos semelhantes às casas-torre e atalaias, geralmente de silhueta ou mais raramente de alvenaria, de altura modesta, sendo a sua planta por vezes quadrada, outras vezes retangular⁹.

Podem observar-se ainda hoje em grande número nas duas margens do rio, ligando-se aos bairros antigos da Ribeira, na sua extensão, na antiga Rua Nova Grande e Rua Nova Pequena, na Corredoura, no largo da Alagoa e ao longo da antiga Carreira de São Lázaro com o bairro do mesmo nome. Em geral estas construções estão associadas a ruas de grande tráfego e muito particularmente ao Caminho Antigo que seguia de Castro Marim, passava o rio e se dirigia para Faro².

As frentes urbanas são definidas pela sucessão de fachadas, geralmente de dois pisos, com portas e janelas de peito no piso inferior e de sacada no piso superior, paredes caiadas, beirado simples ou duplo com cornija e *telhado de tesouro*. Do conjunto dos vários exemplares resultam conjuntos muito homogêneos que pela grande extensão e repetição denunciam normas de proporção modernas que conferem carácter monumental ao perfil das ruas e à silhueta da cidade.

O rio, eixo mais marcante da cidade, define nas suas margens dois planos: as frentes de rio que são o espelho uma da outra. As elevações pontuam visualmente o perfil da cidade, onde se localizam os pontos de referência mais importantes e, o caminho antigo que atravessa a cidade marcado pela antiga estrada que ligava Castro Marim a Faro, e funcionava como segundo eixo, perpendicular ao primeiro. É a partir deste que se estrutura todo o aglomerado e sobretudo os conjuntos mais significativos de casas nobres com *telhados de tesouro*.

A Ribeira de Tavira, uma das primeiras zonas de expansão da cidade (séc. XVI e XVII) onde os lotes têm maior dimensão e as habitações se desenvolvem em dois pisos, dos quais o primeiro é destinado a ocupação comercial ou armazém, com ligação ao logradouro e que se caracteriza pela sucessão de espaços interligados interiormente ou por galerias ou terraços exteriores a diferentes cotas.

Normalmente os pátios são áreas de passagem que complementam os espaços da habitação, sobretudo em relação direta com a cozinha e, em muitos casos, existem na sua constituição também logradouros com árvores de fruto e poços para recolha das águas pluviais.

Atendendo às características da vida privada desta época “a inexistência de corredores fazem com que se acrescentem módulos sucessivos, havendo que passar progressivamente por cada uma delas, ou pelo menos, a partir da primeira câmara, até se atingir a mais recuada. A maneira como a sua ampliação era muitas vezes feita, por acrescentamento sucessivo de módulos essenciais constituiu a sequência sala-câmaras. A sala surge como a dependência que mais excelentemente caracteriza a casa nobre, pelas suas dimensões acrescidas em relação às restantes divisões e pela multiplicidade de usos que permite. À sala seguem-se as câmaras, dependendo o seu número da grandeza da própria habitação. A sequência modelar indicada seria a câmara do paramento ou antecâmara, a câmara de dormir e o guarda-roupa ou trasecâmara, colocadas progressivamente por esta ordem umas após outras e com ligação direta entre si, de modo a que a trasecâmara seja a mais interior e de acesso mais privado. A esta progressão de intimidade corresponderia também a diminuição das áreas dos espaços por serem precisamente mais reservados e, como tal, com acesso permitido a um número gradualmente mais restrito de pessoas.”¹⁰.

¹⁰ MATTOSO, José; História da Vida Privada em Portugal, vol. II, 2011, Edição Temas e Debates. ISBN: 9789896441487



Fig. 04 Dispersão dos telhados de tesouro na cidade de Tavira, Tavira, Patrimónios do Mar – da Ribeira à casa nobre de quinhentos – o caso dos “telhados de tesouro”, 2015.

4. Telhados de tesouro da Ribeira De Tavira

Em Tavira, cidade onde os *telhados de tesouro* apresentam a maior dispersão, estas coberturas definem o perfil característico da cidade. O desenho, de quatro águas muito inclinadas e a cor do barro das telhas tradicionais fabricadas localmente (Santa Catarina) conferem à paisagem urbana uma grande coerência paisagística. Confundem-se com a evolução urbana o que indica que o seu início estará provavelmente relacionado com a primeira grande expansão do edificado à altura da elevação a cidade em 1520.

Segundo o geógrafo Orlando Ribeiro em 1961, para além das cidades litorais algarvias onde ainda hoje se identificam exemplares de *telhados de tesouro* como Lagos, Faro e Tavira, podiam

encontrar-se também telhados múltiplos nas seguintes cidades: Diu; Baçaim; Chaul; Goa; Barcalor; Mongalor; Cananor; Cochim; Columbo; Negapatão; Malaca e Solor.

O seu uso seria, portanto, bastante alargado em cidades do Oriente, onde a influência portuguesa se prolongou no tempo ou com as quais Portugal manteve relações frequentes de comércio nos séculos XVI e XVII. Também em Luanda, alguns núcleos de telhados múltiplos surgiram, salvos da “sistémica destruição”¹¹. Aqui, todos os estabelecimentos portugueses foram autênticas criações e, ao mesmo tempo, feitorias e fortalezas, em locais escolhidos pelas vantagens defensivas e facilidades de comunicação.

Fig. 05 Estrutura Interior de telhado de tesouro. Palácio da Galeria. Tavira.



Estas construções, como criações eruditas resultaram num fator de inovação para a época de quinhentos, só possível de explicar pelo grande conhecimento da arte de trabalhar a madeira; ligada à existência de grandes estaleiro navais junto aos principais aglomerados habitacionais das Ribeiras do Algarve e ao aproveitamento das matérias-primas excedentes da construção naval, onde o reaproveitamento dos troncos mais curtos ou menos resistentes que não serviam a construção de grandes embarcações.

O *telhado de tesouro* resulta numa cobertura que responde a exigências espaciais, programáticas e formais decorrentes das evoluções construtivas da época do seu aparecimento entre o séc. XV e o séc. XVI. São coberturas que exigem para além de um grande conhecimento técnico mas também pelo grande número de matérias-primas de qualidade como é o caso do pinho marítimo encontrado nos soalhos das casas nobres visitadas.

Numa fase inicial estas coberturas começam por ser aplicadas apenas nas “casas da frente” das principais artérias da cidade e replicadas pelas divisões principais da habitação (telhados múltiplos). Ao deixar adivinhar o número de divisões da habitação, confere-se ao modelo carácter nobilitário que se traduz numa certa afirmação de poder em relação ao “encomendador”, devido ao grande investimento em matérias-primas e mão de obra especializada necessária para a sua execução.

São lhe atribuídas normas construtivas que pressupõem inclinações superiores a 45º e ao facto de assentarem sobre as paredes-mestras da habitação, o que permite, no interior das salas nobres, a existência de um teto de caixão do tipo “masseira”.

Não têm uma altura fixa, mas aquela que é dada pela dimensão das áreas dos compartimentos a cobrir pelo que, como a sua inclinação será sempre igual ou superior a 45º, são tão mais altos quanto maior for o espaço a ocupar o que gera perfis de grande dinâmica quando conjugados com os pares.

Os altos e inclinados telhados permitiam ainda que o ar quente e húmido subisse até ao topo da cobertura fazendo com que o espaço habitado da casa se mantivesse mais fresco pela constante circulação de ar pela conjugação dos *telhados de tesouro* com as portadas e portas de reixa.

Este tipo de cobertura, que na sua versão mais simples, não apresenta qualquer tipo de teto, mas a estrutura á vista, permite que o ar quente suba e ative a circulação das massas de ar. A versão mais sofisticada e mais próxima do modelo indiano (goês), mas de utilização rara no Algarve, com teto plano de reixas, faz exatamente o mesmo efeito. A capacidade relativamente isolante do forro de caniço, colocado entre a armação de madeira e a telha, com-

plementa a contribuição para o conforto térmico dos *telhados de tesouro*¹². O ar abafado era exteriorizado através de uma estrutura de reixa do interior do telhado (no Algarve normalmente substituído por caniço) e sequentemente pelas telhas em forma de escama que os portugueses logo adaptaram a “canudo”¹³.

No caso dos *telhados de tesouro* mais antigos, as divisões seriam sempre quadrangulares para que fosse possível acrescentar-se-lhe novos módulos, visto que não era possível construir telhados de forma trapezoidal. Nestes casos a cumeeira é inexistente e as asnas são suprimidas, tornando um telhado de quatro águas regulares num de forma piramidal quadrangular. Em relação à estrutura interior, de madeira, sabe-se que as asnas simples do período do Renascimento, seriam como as que chegam até à atualidade de geometria elementar, constituídas por linha, pernas e em alguns casos pendural. O comportamento estrutural de uma asna simples é equivalente à de um arco de 3 rótulas: o esforço atua sobre as pernas, que trabalham à compressão e a linha absorve a componente horizontal deste esforço. A componente vertical é compensada pela reação vertical do apoio.

O elemento vertical (pendural) surge posteriormente para facilitar a união entre as pernas e, no caso das asnas de tesouro a linha passa a estar carregada a meio-vão e sujeita para além da tração, à flexão e ao esforço de corte nesta zona. Esta questão resulta na deformação do perfil da cobertura que se transforma numa hipérbole quando colocado em união com outro elemento de cobertura com as mesmas características.

As ligações tradicionais eram feitas por samblagem, tal como nos modelos indianos, um método que exigia a transmissão de esforços feita por atrito e compressão na interface entre os elementos a unir. Normalmente feita por dentes, assegurava a perfeita conexão entre as peças ao prevenir os deslizamentos laterais das mesmas.

Importa também explicar que estes modelos de cobertura tradicionais, com estrutura em madeira, bem mais raros que os vulgares telhados de tesoura diferem destes na medida em que quase todos os telhados de duas ou quatro águas (e seus derivados) utilizam asnas ou tesouras na sua estrutura, fazendo com que essa designação não estabeleça a diferença entre *telhados de tesouro* e os restantes telhados de quatro águas que podem ocupar um ou mais compartimentos

¹¹ BATALHA, Fernando Batalha - A Arquitectura Tradicional de Luanda – Angola, Arquitectura e História. Luanda: 1950. ISBN: 9789726996811.

¹² CALDAS, João Vieira Caldas - A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve [Texto policopiado] Lisboa: Publicação UTL - Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007. Dissertação de Doutoramento.

¹³ CARITA, Hélder - Palácios de Goa, Modelos de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa. 2ª Edição. Lisboa: Quetzal Editores, 1995. ISBN: 9789725642436.

do edifício. Pereira da Costa identifica o tipo de asnas destes telhados, de uma forma generalizada, como asnas de nível pela posição da asna a um terço da altura que resultam na “ vantagem de dar aproveitamento à parte central do sótão da edificação onde é aplicada” visto que “quanto maior for o vão que esta asna ressalva, mais pé direito se obtém no centro do edifício para o seu sótão que muito bem se pode adaptar a qualquer fim.” A armação que resulta da disposição destas torna as coberturas bastantes resistentes a fenómenos sísmicos e muito versáteis construtivamente visto que, segundo o mesmo autor, “permitem” uma boa armação para a sua cobertura e a utilização de qualquer sistema de telhado”¹⁴.

As linhas integram frequentemente uma armação horizontal atravessada por uma trave que as une pelos pontos médios e as liga às “pernas” axiais das tacaniças (as duas águas do telhado mais pequenas). Há ainda quatro traves que unem os últimos cruzamentos da armação aos barrotes dos rincões.

Nos telhados verdadeiramente piramidais que cobrem divisões quadrangulares (no caso dos os *telhados de tesouro* mais antigos), essas armações são simplificadas e ficam reduzidas a dois Xx cruzados a 45º de inclinação o que faz com que se perca completamente a noção de asna ou tesoura e se passe a nomear o elemento construtivo como aspa.

Conclusão

Tendo em conta a perda de identidade causada pela avançada devastação e degradação do património do Algarve, surgiu a oportunidade de criar através deste estudo um documento que informe conservação e preservação dos exemplares de qualidade existentes, e que estão em acelerado desaparecimento.

Estas estruturas, que sobreviveram a catástrofes naturais e à própria devastação causada pelo apogeu do turismo desde os anos 70 no Algarve, demonstram a sua riqueza construtiva quando a relacionamos com a época do seu aparecimento, muito em parte devido à clara influência pragmática da construção militar portuguesa. O carácter modular destas construções permitiu a reprodução e reconstrução rápida, sobretudo em períodos de guerra e catástrofes naturais como sismos, incêndios ou cheias violentas desde o séc. XVI. Este processo constante de replicação que possibilitou a chegada de alguns *telhados de tesouro* bem conservados até aos dias de hoje como repositórios autênticos de técnicas construtivas tradicionais, memória da arquitetura de casas nobres da época de quinhentos faz com que seja possível divulgar a importância da preservação e partilha destes elementos do passado construtivo português do séc. XVI com as novas gerações.

O poder de adaptação e absorção de influências dos portugueses, à época de quinhentos, a diferentes contextos e culturas levou à criação de um modelo construtivo erudito que, por se adaptar facilmente às novas necessidades e desafios programáticos em diferentes contextos e culturas, resultou num modelo construtivo que sobreviveu para lá das correntes de gosto efémeras.

A incorreta diferenciação deste em relação a outros modelos mais vulgares de construção, tendo em conta o contexto construtivo em território português, e facto do carácter nobiliárquico do *telhado de tesouro* não ter possibilitado a sua integração no volume relativo ao Algarve da coleção de Arquitetura Popular Portuguesa (visto que estes só identificaram construções populares e vernaculares da região) tem vindo a revelar-se devastadora para a divulgação da riqueza construtiva e valores simbólicos presentes nos *telhado de tesouro* e consequentemente da casa nobre algarvia.

O facto de ser uma construção complexa e dispendiosa acompanha a falta de estudos que lhe confirmam a atenção devida. E, por fim, a cada vez menor partilha dos conhecimentos e técnicas construtivas devido ao envelhecimento e desaparecimento dos profissionais especializados, têm revelado a verdadeira ameaça para a sua manutenção nas paisagens urbanas do Algarve, onde já só é possível atualmente identificar alguns exemplares de qualidade, próximos dos modelos originais, nos centros históricos das cidades de Tavira e Faro.

¹⁴ COSTA, F. Pereira da – Enciclopédia Prática da Construção Civil, Fascículo 2 – Asnas de Madeira, Portugália Editora, Lisboa, 1955 pp.11-12

NOTA BIOGRÁFICA

Marco Sousa Santos, licenciado em Património Cultural e mestre em História da Arte pela Universidade do Algarve (UAlg). Frequenta atualmente o curso de doutoramento em História da Arte na Universidade de Coimbra, como bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). É membro do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra (CEAACP). Foi um dos vencedores da 1ª edição do Prémio Nacional de Ensaio Histórico António Rosa Mendes (2015) e em 2017 venceu a 2ª edição do mesmo Prémio. É autor de livros e artigos (publicados em revistas nacionais e internacionais) que versam sobretudo temas relacionados com a arquitetura religiosa portuguesa da época Moderna e com a história e património da região algarvia.

A Torre do Mar – origem, funções e inserção na cidade quinhentista

Marco Sousa Santos

O presente ensaio é dedicado ao estudo de um elemento arquitetónico que já não existe e do qual não resta hoje qualquer vestígio material: a Torre do Mar. Provavelmente fundada no período almóada, essa torre com planta octogonal, que se erguia altaneira na Ribeira de Tavira, na margem direita do Gilão e à saída da ponte, terá estado desde sempre integrada na cintura muralhada que defendia a colina de Santa Maria, o núcleo genético da povoação. Depois de doada por D. Afonso V a um particular, em 1458, a monumental estrutura será readaptada em termos funcionais e formais, num contexto socioeconómico que marca a transição de Tavira para a Modernidade e que culmina com a sua elevação a cidade, em 1520. Durante séculos um marco na paisagem urbana tavirense, a Torre do Mar acabará por ser demolida no fim do século XIX. Reconstituir a sua memória histórica e arquitetónica constitui, por isso, um exercício tão complexo como aliciente, só possível de concretizar através da análise crítica dos documentos, plantas e fotografias onde a torre é referida ou representada.

A carta de doação de 1458

Tanto quanto é possível apurar, o mais antigo documento no qual se faz referência à Torre do Mar, em Tavira, é uma carta régia datada de 6 de novembro de 1458 através da qual D. Afonso V, *O Africano*, faz doação de “huua torre que chamam a torre do mar que está sobre hua porta da dita villá”, a Vasco Anes Côrte-Real, armador-mor¹. A análise detalhada do conteúdo deste documento afigura-se fundamental para perceber a história da Torre do Mar, o modo como essa estrutura militar se adapta a um contexto de expansão da urbe e que significado assume, no xadrez sociopolítico local, a sua doação, em meados do século XV, ao armador-mor.

¹ ANTT, *Leitura Nova – Livro 3 do Odiana*, fólios 144v e 145.

Antes de examinar com mais detalhe o conteúdo da carta de 1458 importa recordar quem foi Vasco Anes Côrte-Real, o beneficiário da referida doação. Filho de Gil Vasques da Costa e de sua mulher, Dona Filipa, e neto paterno de Vasco Anes da Costa, “cavaleiro honrado” e partidário do Mestre de Avis no Algarve durante a crise de 1383-1385, sabe-se que este indivíduo casou, antes de 1458, com Mor Anes, filha de Luís Afonso Painho, mercador, e de Leonor Vasques.² Para além de cavaleiro da Casa Real, Vasco Anes tinha o título de armador-mor, que acarretava a prestigiante função de “ter a seu cargo as armas da Pessoa Real para o exercício da guerra” e, em termos mais pragmáticos, a incumbência de zelar para que houvesse armeiros e oficinas de fabrico de armas a laborar em pontos estratégicos do Reino³. O facto de o armador-mor residir em Tavira será sem dúvida um reflexo da importância que esta vila portuária tinha no âmbito do projeto de expansão no norte de África. De facto, em meados do século XV, o principal cenário de guerra para as tropas portuguesas situava-se no litoral norte-africano e a Tavira cabia o papel de primeiro porto de ligação às praças marroquinas, circunstância que poderá explicar a nomeação de um tavirense para o cargo de armador-mor.

Para além da identidade do beneficiário, um dos aspetos mais significativos desta carta é o facto de ter sido passada na praça norte-africana de Ceuta e não no Reino⁴. Como propõe Humberto Baquero Moreno, o facto de o monarca se achar em Ceuta no início de novembro de 1458 não será alheio à tomada da praça de Alcácer-Ceguer, ocorrida a 23 de outubro desse mesmo ano⁵. Partindo deste princípio, parece lícito admitir que a doação poderá estar relacionada com alguma proeza militar praticada pelo beneficiário durante a tomada da praça.

Outro aspeto interessante que se retira da leitura da carta de doação é o facto de a mercê ter sido concedida a pedido do beneficiário. Ou seja, é o próprio Vasco Anes Côrte-Real a requerer a posse desta torre localizada em Tavira. Mas porque é que o armador-mor pede a posse da Torre do Mar? A carta de doação de 1458 dá-nos uma resposta cabal. A torre é pedida “pera sobrella fazer huas casas”⁶. Apesar de objetivamente não se afirmar na carta régia que as casas a edificar sobre a torre teriam funções residenciais, tudo indica que era esse o objetivo de Vasco Anes. Do ponto de vista simbólico, residir num edifício fortificado, estruturado na linha das antigas casas-torre de tradição medieval e implantado num local urbanisticamente privilegiado, como era a Ribeira, garantiria ao proprietário uma posição de destaque na comunidade. Nesse sentido, indissociável da outorga da torre será uma carta anterior, de 8 de junho de 1458, através da qual o monarca doa ao mesmo Vasco Anes Côrte-Real um pedaço de chão em Tavira, partindo com as fangas, o rio, o lavadouro das mulheres e rua pública, “pera fazer nellas huuas casas”⁷. Apesar de não ser possível localizar com

exatidão esse terreno, tudo indica que o mesmo ficava junto à Torre do Mar, desde logo pela referência às fangas, que estavam na praça, no local onde depois se instalará a Casa da Guarda. Olhando para estas doações torna-se ainda mais exequível a hipótese de que o armador-mor pretendia instalar-se na Ribeira e nela edificar uma casa torreada. Longe de constituir um mero capricho, esta intenção parece refletir as mudanças em curso na própria estrutura social portuguesa de meados de Quatrocentos. Enquanto a maioria dos fidalgos continuariam a residir no interior do perímetro medieval muralhado, na *Vila Adentro*, as elites emergentes, que, no caso de Tavira, paulatinamente acumulam mercês e prestígio à custa da guerra no norte de África, posicionam-se nas novas áreas de expansão urbana, ou seja, extramuros.

Mas seria esta vontade de se instalar numa casa torreada somente uma questão de afirmação pessoal através da arquitetura? É possível que fosse mais do que isso. De facto, a esse respeito, veja-se também como, através de outra carta de privilégio, datada de 9 de agosto de 1458, o monarca autoriza Vasco Anes Côrte-Real a trazer consigo 25 homens armados com a qualidade e quantidade de armas que lhe aprouver, assim de dia como de noite, “pera defensom de seus corpos”⁸. Percebe-se, portanto, que o armador-mor sentia a necessidade de se proteger. Não espanta que assim seja, desde logo porque Tavira seria, em meados de Quatrocentos, uma vila portuária com um tecido social muito militarizado e maioritariamente frequentada e habitada por homens que, em terra e no mar, faziam da guerra o seu modo de vida, alimentando um clima de tensão e de violência latente. É, para todos os efeitos, um período conturbado em que abundam os conflitos entre os chamados *bandos*, grupos armados tutelados por uma figura de poder em torno da qual se agrupam as respetivas redes clientelares e parentelas. A necessidade de afirmar a sua autoridade ter-se-á feito sentir com redobrado vigor a partir de 1459, quando Vasco Anes Côrte-Real é nomeado coudel da vila de Tavira por um período de cinco anos⁹, cabendo-lhe, a partir daí, zelar pela capacidade de resposta e prontidão dos homens de cavalo do termo. É um cargo importante, uma vez que a cavalaria constituía um elemento fundamental da guerra em África. Temos, portanto, um indivíduo que acumula mercês régias e poder e que, não é descabido lembrar, tem somente o foro de cavaleiro, o que provavelmente cria algum ressentimento junto da fidalguia tavirense, cujos membros se terão sentido preteridos.

Ao refletir sobre as novas funções que terão sido atribuídas à Torre do Mar em contexto quatrocentista e ao significado da respetiva doação a Vasco Anes Côrte-Real, em 1458, convirá não esquecer que esta não vai ser a única torre integrada nas muralhas de Tavira que o rei entrega, na transição para a Modernidade, a particulares. De facto, em 1483, um quarto de século depois da doação da Torre do Mar, D. João II concede a Vasco Anes Côrte-Real *O Moço* (sobrinho

homónimo do armador-mor), cavaleiro da Casa Real, a posse da torre velha que se achava “sobre a praça da Ribeira, defromte do alpendre dos açougues”, a partir da qual havia costume de se “lançar o anjo per cordas” no dia de Corpo de Deus. Esta torre, que se achava danificada, é também doada a pedido do beneficiário, que a queria “pera aver della logramento e vista dos touros” que se corriam na Ribeira. Poucos anos depois, em 1499, será D. Manuel I a aforar ao fidalgo João Lopes da Costa “uma torre pequena de taipa que está no muro da nossa vila de Tavira entre a torre do mar de que foi feita mercê a Vasco Anes Côrte-Real já finado e a outra de Vasco Anes da Costa seu sobrinho e assi de seis braças do dito muro, a saber: três braças a cada parte da dita torre para em a sobre-dita torre e muro fazer casas”.¹⁰ Já em pleno século XVI, em 1514, é doada a um tal João Lourenço Pessanha “huua torre que esta no muro da nossa cidade de tavilla sobre a porta a que chamão a porta do postiguo para nella fazer bem fatorias e a meter com has suas cassas que hi tem”¹¹. Portanto, entre 1458 e 1514, há lugar à doação e aforamento de quatro torres integradas nos muros de Tavira, sempre a pedido dos beneficiários. Dessas, três estão situadas na zona da Ribeira (todas doadas a membros da família Costa-Côrte-Real) e uma está junto à Porta do Postigo. Porém, só uma, a Torre do Mar, doada ao armador-mor Vasco Anes Côrte-Real, vai ser requerida com o objetivo de sobre ela se edificarem casas.

Como veremos, tudo indica que no topo da Torre do Mar se edificaram, de facto, aposentos. Mas qual terá sido o destino da torre ribeirinha após a morte do armador-mor Vasco Anes Côrte-Real? O mais provável é que tenha passado a um dos filhos que teve com a já referida Mor Eanes. De facto, importa não esquecer os termos em que a doação de 1458 é feita: “pera elle e todos seus herdeiros e sucessores”, para “a lograr e possuir, dar, doar, trocar, escambar, fazer della e em ella o que lhe aprouver”, “como de sua cousa própria”¹². Ou seja, a doação é bastante abrangente e alargada. A este respeito, importa lembrar também que o armador-mor de Afonso V teve vasta prole, dos quais se conhecem dez filhos e filhas. O mais provável é que a torre tenha passado ao primogénito, Gil Vaz da Costa, que casou com Guiomar Serrão, de quem teve Tristão da Costa e Vasco Anes Côrte-Real. Seguindo a linha primogénita, a propriedade teria passado ao filho de Tristão da Costa, que também se chamou Gil Vaz da Costa e foi alcaide-mor de Lagos,¹³ e assim sucessivamente. Porém, e não obstante os termos em que a torre é outorgada e a existência comprovada de descendência do seu primeiro donatário, a verdade é que, depois de 1499, não mais foi possível localizar referências documentais a esta torre como propriedade dos Côrte-Real. Quando volta a ser referida é já como parte do complexo edificado da Casa da Guarda, entretanto adossada à sua face sul e virada para a Ribeira. Isto é, algures depois de 1499, a Torre do Mar terá regressado à esfera da Coroa, em cuja posse permanece até à respetiva demolição, no século XIX.

A Torre do Mar: arquitetura e inserção no tecido urbano

Definidos que estão, a partir da carta de doação de 1458, os traços gerais daquele que terá sido o papel desempenhado pela Torre do Mar na Tavira da 2ª metade do século XV, importa perceber o modo como, na prática, esta estrutura monumental se articulava com a malha urbana envolvente e, na medida do possível, tentar reconstituir a sua forma arquitetónica. Recorramos, para isso, à análise e confrontação dos elementos gráficos de que dispomos.

O que se sabe sobre a origem da Torre do Mar? Como se disse, do ponto de vista documental, a carta de doação de 1458 constitui a mais antiga referência conhecida a esta torre e à sua designação enquanto Torre do Mar (a qual estará relacionado com o facto de a mesma se situar junto ao porto de mar de Tavira). Contudo, aquilo que sabemos sobre a história de Tavira e sobre aquilo que terão sido as características formais deste elemento de arquitetura militar sugere-nos uma origem mais antiga, que remontará ao período da ocupação islâmica¹⁴.

Sobretudo quando considerados em conjunto, pelo menos dois fatores suportam a hipótese de a Torre do Mar ter sido fundada na época islâmica: a planta oitavada e o facto de se tratar de uma torre albarrã. Desses, o mais relevante é a planta poligonal, que Rafael Moreira classifica-a como “uma das inovações construtivas atribuídas aos almóadas”¹⁵. Nesse âmbito, convém lembrar que em Tavira subsiste outra torre octogonal integrada no antigo perímetro muralhado, de menores proporções do que a Torre do Mar, é certo,

² Cf. Ernesto do CANTO, *Os Côrte-Reais – memória histórica*, 1883, pp. 16 e 17.

³ Luís Caetano de LIMA, *Geografia histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Tomo I, 1734, pp. 341 e 342.

⁴ ANTT, *Leitura Nova – Livro 3 do Odiana*, fólio 144v.

⁵ Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico*, volume II, 1980, p. 774.

⁶ ANTT, *Leitura Nova – Livro 3 do Odiana*, fólio 144v.

⁷ Ernesto do CANTO, *Os Côrte-Reais – memória histórica*, 1883, pp. 100 e 101.

⁸ Idem, *Ibidem*, 101.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 104.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 116, 117 e 194 a 196.

¹¹ ANTT, *Leitura Nova - Livro 7 do Odiana*, fólio 78v.

¹² ANTT, *Leitura Nova – Livro 3 do Odiana*, fólio 145.

¹³ A respeito da descendência do armador-mor Vasco Anes Côrte-Real, veja-se: Ernesto do CANTO, *Os Côrte-Reais – memória histórica*, 1883, pp. 16 e 17.

¹⁴ Cf. Manuel MAIA, “Muralhas islâmicas de Tavira”, in *Tavira, Território e Poder*, 2003, pp. 160 e 161.

mas provavelmente de fundação coeva. No Algarve há exemplares de torre de planta poligonal integradas na cintura muralhada de Faro e há notícia de ter existido uma em Silves, junto à Porta da Azóia¹⁶, em ambos os casos de provável fundação islâmica. Para além da planta poligonal, importa sublinhar o facto de a Torre do Mar ser uma torre albarrã, uma vez que estava afastada da muralha principal e ligada a esta apenas através de um pano de muralha secundário, no qual se abria um arco que servia de porta e permitia a comunicação entre a ponte e a Ribeira¹⁷. As torres albarrãs de planta oitavada seriam, para dizer o mínimo, invulgares. De facto, atualmente não se conhece em território nacional nenhum exemplar de albarrã de planta poligonal e, em termos cronológicos e geográficos, o paralelo mais próximo com a desaparecida Torre do Mar será a Torre de Espantaperros, em Badajoz, uma albarrã de planta octogonal também de provável fundação almóada. A torre taviresente era indissociável do sistema defensivo que protegia a Porta da vila e a estratégica ponte sobre o Gilão, único ponto de passagem através do qual, por via terrestre, se podia chegar às povoações do Algarve central e ao barlavento vindo do extremo oriental da região e da vizinha Andaluzia. Curiosamente, há autores que sugerem a existência de outra torre na margem oposta do rio, referindo como em Tavira havia uma “*formosa ponte de sete arcos com suas torres*”¹⁸, isto apesar de não se conhecer documentação ou vestígios materiais que sustentem essa hipótese.

A mais antiga representação gráfica da área onde se erguia a Torre do Mar que se conhece consta da planta seiscentista da cidade de Tavira (baseada num original do século XVI) da autoria de Leonardo de Ferrari¹⁹. Neste desenho é possível reconhecer, em traços gerais, o conjunto de estruturas que se erguia junto ao extremo ocidental da ponte que atravessava o Gilão, incluindo o complexo edificado constituído pela Torre do Mar e pela contígua Casa da Guarda (cuja organização interna é esboçada). A torre propriamente dita não é desenhada, mas a sua existência é confirmada pela representação do ângulo saliente que o edifício tinha na face virada a norte e se identifica em representações posteriores. De feitura um pouco mais recente será a célebre gravura de Tavira publicada na revista *O Panorama* em 1843, que representa uma vista da cidade no início do século XVII e nos oferece aquela que é, hoje, a mais antiga representação em perspectiva da Torre do Mar conhecida²⁰. Analisando esta gravura é possível confirmar a localização da torre, a sua ligação à ponte e à Porta da Vila, bem como o facto de se tratar de uma albarrã. Para além disso, é possível ter uma noção aproximada das dimensões da torre, mormente da sua altura, volume e formato, confirmando-se, neste âmbito, a existência das diversas faces que denunciavam uma planta poligonal. Curiosamente, nesta gravura não são representadas as edificações que existiam a sul ou a norte da torre e que constam da planta atrás referida, mais antiga.



Fig. 1. A Torre do Mar num desenho datável do início do século XVII.
Fonte: Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira*, 1999, p. 312.

Já em cronologia setecentista, no intitulada *Borrão da planta da cidade de Tavira*, da autoria de José de Sande Vasconcelos²¹, é novamente representada uma perspectiva da Torre do Mar. A partir deste desenho é possível confirmar o modo de articulação da Torre do Mar com a ponte (a oriente), a Porta da Vila (a ocidente) e a Casa da Guarda (a sul). De novidade, este esboço oferece-nos detalhes sobre a configuração do passadiço murado que ligava a torre à muralha. Porém, o aspeto mais interessante desta representação será o facto de nela se ter representado, no remate da Torre do Mar, um telhado com estrutura piramidal. O facto de haver um telhado (talvez de planta octogonal e seguindo a tipologia de telhado de tesouro) acaba por corroborar a hipótese de esta estrutura ter desempenhado funções residenciais ou, no mínimo, o de ter existido no seu remate um compartimento coberto. Seja como for, a existência de uma sala coberta no topo da torre não pressupunha necessariamente a presença de um telhado, nomeadamente se a mesma fosse abobadada. Nesse âmbito, veja-se como em Loulé, por exemplo, subsiste uma torre albarrã medieval (de planta quadrada) em cujo topo existe uma sala coberta por abóbada de nervuras, sem telhado. Na verdade, parece até exequível que, em data que não é possível precisar, sobre uma primeira câmara de fábrica quatrocentista se tenha construído outra sala, neste caso apenas coberta por um telhado com cobertura de madeira (o mesmo que se observa, pela primeira vez, no desenho de fins do século XVIII).



Fig. 2. A Torre do Mar num desenho datável do último quartel do século XVIII, da autoria de José de Sande Vasconcelos.
Fonte: BNB, José de Sande VASCONCELOS; *Borrão do alçado da planta de Tavira*, cartografia 512323.

Há mais dois desenhos do século XVIII nos quais se incluem representações em perspectiva da Torre do Mar, ambos também da autoria de José de Sande Vasconcelos. O primeiro, hoje guardado na Sociedade de Geografia de Lisboa, integra uma vista da cidade tirada a partir da bateria do registo.²² Neste desenho pode reconhecer-se o Alto de Santa Maria, a ponte, a Casa da Guarda e, por detrás desta, a Torre do Mar. Apesar das reduzidas dimensões da representação, percebe-se a grande altura da torre, confirma-se a existência de um telhado piramidal e de um par de janelas sobre-

postas na face sul. A figuração destas duas janelas parece confirmar a teoria de que, no século XVIII, a estrutura interna da torre incluía duas câmaras sobrepostas. No outro desenho, um mapa dos festejos levados a cabo por ocasião da entrada solene do bispo D. José de Melo (1786-1789) em Tavira, pode ver-se uma representação muito esquemática da Torre do Mar, em cujo remate se destaca o respetivo telhado piramidal²³.

Já da 2ª metade do século XIX, e pouco anteriores à destruição da torre, portanto, são duas plantas executadas no âmbito das obras levadas a cabo na estrada que cruzava a ponte de Tavira e atravessava a então Praça da Constituição (hoje Praça da República), atualmente guardadas na Biblioteca do Exército (Lisboa). Em ambas se fez representar a Casa da Guarda e a contígua Torre do Mar. Na mais antiga, de 1868, a torre é representada como um volume maciço, não se assinalando quaisquer divisões internas, ao contrário do que sucede em relação às estruturas confinantes.²⁴ Não admira que assim seja, desde logo porque a planta mostra um plano horizontal executado a uma cota relativamente baixa, que permite perceber a organização interna da Casa da Guarda, mas que omite as câmaras existentes no remate da estrutura, que estavam a uma cota mais elevada. A representação permite perceber, isso sim, que a base da torre era maciça e que não haveria comunicação direta com a Casa da Guarda. Ou seja, apesar de serem estruturas contíguas, mantinham-se independentes. O acesso às

¹⁵ Cf. Rafael MOREIRA, *Portugal no Mundo – História das fortificações portuguesas no mundo*, 1989, p. 32.

¹⁶ Cf. Rosa Varela GOMES e Mário Varela GOMES, “Dispositivos defensivos de Silves (Algarve – Portugal)”, in *Atas del III Congreso de Arqueología medieval española*, 1989, p. 291.

¹⁷ Arnaldo Casimiro ANICA, “Nascentes de água”, in Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, p. 282.

¹⁸ António de Carvalho da COSTA, *Corografia portuguesa...*, Tomo III, 1712, p. 8.

¹⁹ Cf. Rita MANTEIGAS, “Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade”, in *Cidade e mundos rurais – Tavira e as sociedades agrárias* (catálogo de exposição), 2010, p. 101.

²⁰ Cf. Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira (1242-1840)*, 1999, p. 312.

²¹ BNB, José de Sande VASCONCELOS, *Borrão do alçado da planta de Tavira*, cartografia 512323.

²² Cf. Rita MANTEIGAS, “O Prospeto da cidade de Tavira, tirado do pé de casa da bateria do registo”, in *Cidade e mundos rurais – Tavira e as sociedades agrárias* (catálogo de exposição), 2010, pp. 203 a 206.

²³ Cf. Daniela Nunes PEREIRA, “Celebrações barrocas na cartografia de José de Sande Vasconcelos”, in *Dibujar y pintar el mundo: Arte, cartografía y política*, 2014, pp. 155 a 160.

²⁴ BE, *Lanço dentro da cidade de Tavira para ligar a estrada que segue para Faro e Vila Real: planta parcelar da muralha e da casa da guarda...*, 1868, cota 4026/IV-3-32-44.



Fig. 3. A Torre do Mar e a vizinha Casa da Guarda numa planta de 1868.
Fonte: Biblioteca do Exército (Lisboa).

divisões existentes no topo da torre far-se-ia, em exclusivo, através do troço de muralha que ligava a albarrã à muralha, tal como na época medieval. Em todo o caso, o maior contributo desta planta de 1868 é o de incluir uma escala (1:100), que nos permite determinar o diâmetro da Torre do Mar, que seria de cerca de 5 metros. Percebe-se, portanto, que facilmente se podia edificar no topo da estrutura uma sala com dimensões razoáveis. Analisando a legenda incluída nesta planta, percebe-se ainda que as obras em curso previam a demolição do canto ocidental do edifício da Guarda e do troço de muro que ligava a antiga torre à muralha. A Torre do Mar, porém, deveria ser poupada na íntegra.

Na segunda planta, datada de 1870, é representado, a tracejado, o troço de muralha e a parte da Casa da Guarda que já tinham sido demolidos nessa data, conforme previsto no projeto de 1868²⁵. Para além de continuar de pé, a Torre do Mar era agora servida por uma nova escadaria, construída de propósito para esse fim, que garantia o acesso desde a Casa da Guarda até ao topo da antiga torre medieval. A construção desta escadaria, que comprova a intenção de manter a torre funcional, justificava-se por ter sido demolida a única forma de acesso ao topo, isto é, o troço de muro que a ligava à muralha. Comprova-se, assim, que as obras de benfeitoria da Estrada Real nada tiveram a ver com a destruição da Torre do Mar.



Fig. 4. A Torre do Mar e a vizinha Casa da Guarda numa planta de 1870.
Fonte: Biblioteca do Exército (Lisboa).

Para além dos desenhos e plantas acima identificados, dispomos de pelo menos três fotografias datáveis do derradeiro quartel do século XIX (antes de 1885) nas quais se observa a Torre do Mar. Dessas, a mais antiga será aquela na qual se vislumbram algumas casas da então Praça da Constituição, o Corpo da Guarda e, por detrás deste, a silhueta da Torre do Mar e do troço de muro que a ligava à muralha. O facto de nesta fotografia ser visível o passadiço de ligação à muralha, prova que a imagem será anterior a 1870, data em que, como vimos, essa estrutura já tinha sido desmantelada. Hoje já não existem nem a torre, nem a muralha ou a Casa da Guarda, mas as demais casas da praça ainda lá estão. Assim, e apesar de essas casas terem sido alvo de profundas remodelações no século XX, que incluíram o acrescento de mais um andar, a comparação do que ainda subsiste com o que vemos na imagem permite afirmar que a muralha era mais alta do que estas habitações e que a Torre do Mar era ainda mais alta e se elevava alguns metros acima do muro. É possível estimar, por isso, que a Torre do Mar teria uns 15 metros de altura, talvez mais. A hipótese parece ser corroborada pela comparação entre aquilo que é a altura das pessoas que estão junto à Casa da Guarda e a altura relativa da estrutura. Para além da questão da altura, confirma-se que a torre tinha planta facetada e que na face virada a ocidente havia dois vãos de formato retangular, reconhecendo-se mesmo o que parece ser uma escada de mão encostada à parede exterior da torre, a qual se usaria para aceder à cobertura. Na face virada a sul vislumbra-se outro vão, mais alto e estreito. Neste contexto já não há telhado, mas ergue-se no topo da torre o que parece ser um poste de sinalização. Posterior a 1870, por não mostrar já o muro de ligação à muralha, será outra fotografia oitocentista na qual se observa sobre os telhados do edifício do Corpo da Guarda, em primeiro plano, o terço superior da Torre do Mar. Nesta imagem é possível identificar, com nitidez, as diferentes

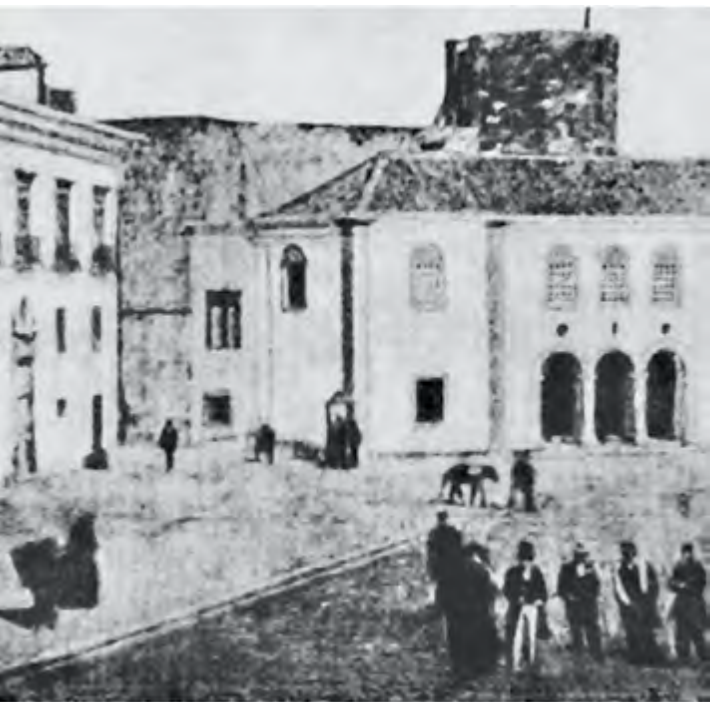


Fig. 5. A Torre do Mar numa fotografia anterior a 1870.
Fonte: Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira*, 1999, p. 314.

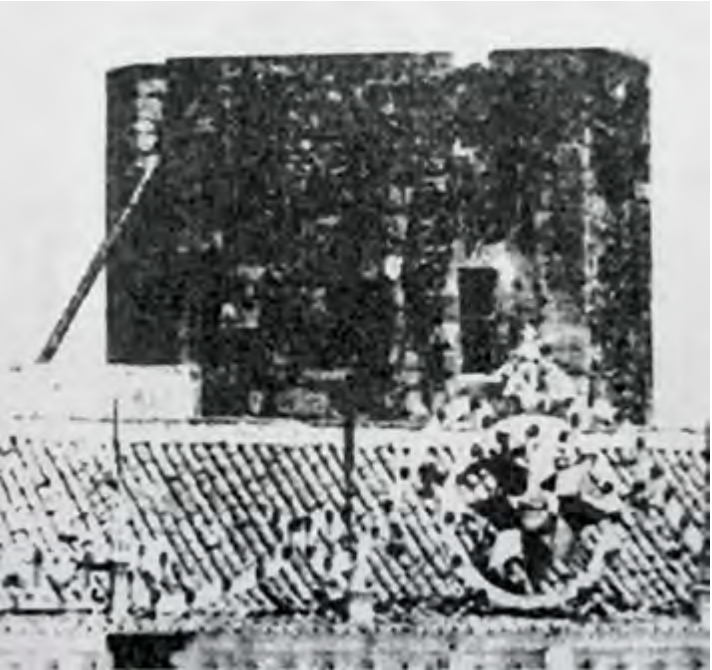


Fig. 6. A Torre do Mar numa fotografia posterior a 1870.
Fonte: Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira*, 1999, p. 314.

²⁵ BE, *Planta do resto da muralha e terreno contíguo ao prédio pertencente a Dona Maria Rosa Marques na cidade de Tavira*, 1870, cota 4026/VII-3-32-44.

faces da torre e dois pares de vãos sobrepostos, um na face virada a ocidente e outro na face sul. Em ambos os casos, os vãos superiores já não apresentam lintel, o que sugere que a altura da torre teria sido superior. A forma e disposição destes vãos parece confirmar a hipótese já avançada de terem existido duas câmaras sobrepostas, a inferior porventura coberta por abóbada e a superior por um telhado com cobertura em madeira (entretanto destruído). Por último, de referir outra fotografia, datável de c.1881, na qual se observa a Torre do Mar vista a partir da margem ocidental do rio Gilão. Sem adicionar nada de extraordinário acerca da estrutura da torre, esta imagem afigura-se especialmente útil para perceber a dimensão do edifício e o modo como a mesma se destacava acima da vizinha Casa da Guarda.

Por último, importa relembrar, em traços muito gerais, o processo que culminou com a demolição da Torre do Mar, no último quartel do século XIX. Concluídas as obras de beneficiação da Estrada Real que atravessava a cidade, que, como vimos, pouparam a Torre do Mar, já no fim dos anos 70, no âmbito do processo de requalificação urbanística da Ribeira, a edilidade local pede ao Governo a posse do “edifício pertencente ao Estado e que ora serve de estação da guarda principal, situado na praça pública da cidade de Tavira, e confronta do nascente com o rio, do norte com a avenida da ponte, do poente com a estrada Real e do sul com a mesma praça”, isto porque se pretendia “abrir duas grandes alamedas nas duas margens do rio que as atravessa” e o dito edifício encontrava-se compreendido no terreno abrangido pela alameda a construir na margem direita²⁶. Na sequência de um longo processo, o projeto é aprovado, a posse do complexo edificado formado pela Casa da Guarda e pela Torre do Mar transita para a Câmara de Tavira e, em 1885, tem início o desmantelamento dos emblemáticos edifícios²⁷. Assim, sacrificada em prol da construção do Passeio Público (que acabaria por não se prolongar até àquele local, importa notar), desaparecia a Torre do Mar, imponente torre albarrá com invulgar planta octogonal, que durante mais de seis séculos se erguera na Ribeira de Tavira e que a partir de meados do século XV, por iniciativa do armador-mor Vasco Anes Côrte-Real, se teria transformado em aposento nobre, de certo modo combinando a tradição medieval da casa-torre com a crescente importância da zona ribeirinha como novo centro cívico, político e económico da futura cidade de Tavira.

^[26] S/A, Diário da sessão da Câmara dos deputados de 16 de abril de 1879.

^[27] Arnaldo Casimiro ANICA, “Nascentes de água”, in Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, p. 261.

Fontes manuscritas e cartografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- *Leitura Nova* – *Livro 3 do Odiana*

- *Leitura Nova* - *Livro 7 do Odiana*

Biblioteca do Exército (BE)

- *Lanço dentro da cidade de Tavira para ligar a estrada que segue para Faro e Vila Real: planta parcelar da muralha e da casa da guarda* para se observar a parte que tem de ser demolida, 1868, cota 4026/IV-3-32-44.

- *Planta do resto da muralha e terreno contíguo ao prédio pertencente a Dona Maria Rosa Marques na cidade de Tavira*, 1870, cota 4026/VII-3-32-44.

Biblioteca Nacional do Brasil (BNB)

- VASCONCELOS, José de Sande; *Borrão do alçado da planta de Tavira*, cartografia 512323.

Fontes impressas

ANICA, Arnaldo Casimiro; “Nascentes de água”, in Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira* (1242-1840), Câmara municipal de Tavira, Tavira, 1999.

CANTO, Ernesto do; *Os Côrte-Reais – memória histórica*, Tipografia do Archivo dos Açores, Ponta Delgada, 1883.

COSTA, António de Carvalho da; *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso Reino de Portugal*, Tomo III, Lisboa, 1712.

GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela; “Dispositivos defensivos de Silves (Algarve – Portugal)”, in *Atas del III Congreso de Arqueología medieval española*, volume II, Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid, 1989.

LIMA, Luís Caetano de; *Geografia histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Tomo I, Lisboa, 1734.

MAIA, Manuel; “Muralhas islâmicas de Tavira”, in *Tavira, Território e Poder* (catálogo de exposição), Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2003.

MANTEIGAS, Rita; “O Prospeto da cidade de Tavira, tirado do pé de casa da bateria do registo”, in *Cidade e mundos rurais – Tavira e as sociedades agrárias* (catálogo de exposição), câmara municipal de Tavira, Tavira, 2010.

MOREIRA, Rafael; *Portugal no Mundo – História das fortificações portuguesas no mundo*, edições Alfa, Lisboa, 1989.

MORENO, Humberto Baquero; *A Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico*, volume II, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1980.

PEREIRA, Daniela Nunes; “Celebrações barrocas na cartografia de José de Sande Vasconcelos”, in *Dibujar y pintar el mundo: Arte, cartografía y política*, Atas do 5º simpósio de Ibero-americano de História da Cartografia, Bogotá, 2014.

S/A, Diário da sessão da Câmara dos deputados de 16 de abril de 1879.

NOTA BIOGRÁFICA

António João Cruz, tem doutoramento em Química Analítica. Docente do ensino superior de Conservação e Restauro desde 1995, actualmente é Professor Adjunto e director do Mestrado em Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar. Colaborou com o Instituto José de Figueiredo entre 1992 e 1997. Desde a sua criação em 2005 até 2019 foi director da revista “Conservar Património”, publicada pela Associação Profissional de Conservadores- -Restauradores de Portugal, indexada nas mais importantes bases de dados internacionais. Tem-se interessado pelo estudo laboratorial das obras de arte, a história da Conservação e Restauro e a relação da Conservação e Restauro com a sociedade.

Os painéis de Tavira: vicissitudes de quatro pinturas sobre madeira encontradas, em 1945, na ermida de São Pedro

António João Cruz

Desde há alguns anos que numa das paredes da igreja de Santiago, de Tavira, se encontram dois conjuntos de pinturas sobre madeira com representações de quatro santos: de um lado, *São Pedro* e *São Brás*; do outro, *São Vicente* e *São João*. Estes conjuntos, no entanto, resultam apenas dessa disposição na parede, pois não há coerência cronológica entre as obras de cada par ainda que as quatro pinturas estejam profundamente relacionadas e tenham uma história comum.

Com efeito, a situação resultou de um complexo, hesitante e discutível restauro realizado em meados do século XX em que os quatro painéis de um retábulo do século XVI da igreja de Santa Maria do Castelo foram transformados em duas pinturas do século XV (*São João* e *São Pedro*) e duas do século XVI (*São Vicente* e *São Brás*) (Figura 1). Nas primeiras foram eliminadas as pinturas quinhentistas deixando expostas obras quatrocentistas com os mesmos temas que existiam subjacentes, enquanto nas outras não foi efectuada essa operação e sob as pinturas quinhentistas que hoje observamos permanecem outras mais antigas.

Ainda que apresentem características arcaizantes e não tenham especial merecimento artístico, os quatro painéis são importantes por integrarem o reduzido grupo de pinturas portuguesas conhecidas do século XV (Carvalho, 1995:473) e, por essa razão, serem relevantes documentos históricos. Além disso, devido ao processo de restauro, constituem-se como um caso deveras interessante na história da defesa e valorização do Património Cultural em Portugal. Finalmente, o estudo laboratorial a que foram sujeitos ao longo de algumas décadas igualmente justifica atenção pelos desenvolvimentos inesperados que teve.



Figura 1 – Painéis de São Vicente, São João, São Pedro e São Brás, no estado actual (duas pinturas do século XVI e duas pinturas do século XV), dispostos segundo a sequência que resulta da perspectiva dos ladrilhos do chão das pinturas do século XVI (as actuais e as que foram removidas). Fotografias de Manuel Palma, arquivo do Laboratório José de Figueiredo (Cruz, 1996).

Identificação

Os quatro painéis têm, cada um, 165 cm de altura por 37 cm de largura e, de acordo com os resultados mais recentes, ainda não aproveitados pela História da Arte, são de madeira do género *Picea*, provavelmente espruce (*Picea abies*) (Ribeiro, 1995). Possuem molduras recentes, discretas e minimalistas, construídas na década de 1960. Quanto à técnica, habitualmente as pinturas de *São João* e de *São Pedro* são descritas como realizadas a têmpera e as de *São Vicente* e de *São Brás*, a óleo. Porém, na realidade, não foi feita qualquer identificação de aglutinantes e, em particular, a referência à têmpera não tem qualquer fundamento.

As pinturas de *São João* e de *São Pedro*, de cores escuras e empastadas onde se destaca o vermelho, datam do século XV e mostram dois santos em posição hierática, comprimidos no reduzido espaço das tábuas. As peças do vestuário revelam fraca qualidade pictórica e as figuras problemas de representação anatómica. São Pedro, enquadrado por um fundo paisagístico com cenas do Novo Testamento, surge não apenas com o habitual atributo das chaves, mas igualmente com o menos comum da espada – alusão ao episódio em que cortou a orelha a um servo do sumo-sacerdote (Fernandes, 2000:71). São João Baptista, de rosto escurecido e traços austeros como é característico dum eremita, é identificado pelo pequeno cordeiro aos pés, ainda que seja dado maior destaque ao colar de contas ou rosário que, não obstante várias possíveis interpretações (Fernandes, 2000:76), inesperadamente segura nas mãos.

As pinturas de *São Vicente* e de *São Brás*, em que os figurados aparecem, respectivamente, com vestes de diácono e de bispo, foram executadas, como abaixo se explica, entre 1518 e 1534. Não obstante o seu arcaísmo e deficiências plásticas, mostram detalhes de influência flamenga e uma atmosfera quente e luminosa que, tal como uma escala mais adequada às dimensões das tábuas, fortemente contrasta com as obras anteriores. Num espaço comum às duas pinturas, entre o chão ladrilhado e o fundo com muro e árvores que apontam para o céu, São Vicente, como é usual, exhibe a palma e a nau com dois corvos. A São Brás faltam atributos inequívocos, mas uma descrição de 1534 não deixa dúvidas sobre o santo representado (ver adiante). A seus pés observa-se uma figura ajoelhada que, de acordo com a tradição medieval, possivelmente é o encomendante das obras quinhentistas.

Como mostram as radiografias, sob estas duas pinturas existem outras, quatrocentistas, com as mesmas representações e o mesmo estilo das de *São João* e de *São Pedro* que hoje vemos. Por outro lado, como é documentado por fotografias antigas (Figuras 2 e 3), os painéis de *São João* e de *São Pedro* foram repintados no século XVI da mesma forma que os outros dois, numa actualização estética que claramente reforçou a unidade cenográfica do conjunto (no

painel de *São Brás* o fundo quatrocentista não parece ser o fundo paisagístico dos restantes). Nessas pinturas hoje perdidas, São Pedro surgia apenas com as chaves e São João Baptista com o cordeiro e bandeirola sobre um livro, como é mais frequente.

Estudo e divulgação

A mais antiga publicação sobre os painéis é um artigo de jornal, de 1949, onde José António Pinheiro e Rosa noticiou a descoberta que deles fez na ermida de São Pedro em 1945 (Figura 2). Além da respectiva descrição iconográfica (identificando, com algumas dúvidas, o Santo Bispo como São Brás), referiu a improbabilidade de os painéis terem sido executados para esse local e datou-os do século XVI. Mencionou ainda o seu mau estado de conservação e o facto de terem sido “já retocados em certos pontos” (Rosa, 1949).



Figura 2 – Os painéis agrupados em dípticos tal como se encontravam na ermida de São Pedro. Fotografias, muito provavelmente, de 1949 (Rosa, 1966).

A referência seguinte surgiu pouco depois, após terem entrado para restauro no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa (Figura 3). Num texto datado de 1951, João Couto, o director do museu, anunciou a descoberta das pinturas quatrocentistas sob as imagens visíveis (Couto, 1952:15), assunto que foi depois desenvolvido numa nota do conservador Abel de Moura ilustrada com radiografias (Moura, 1956). Pelo meio, as obras foram incluídas no catálogo de uma exposição onde o Santo Bispo surgiu identificado como Santo Agostinho (MNAA, 1952).



Figura 3 – Painéis sem molduras após entrada no MNAA, em 1950. Fotografias do arquivo do Laboratório José de Figueiredo (Cruz, 1996).

Posteriormente, os painéis foram incluídos num vasto estudo dos suportes de madeira utilizados na pintura europeia, em que foi concluído que as tábuas são de tuia da Argélia (Marette, 1961:295).

Na década de 1960, Pinheiro e Rosa tratou novamente dos painéis: primeiro, com algum detalhe, descreveu a sua descoberta e os desenvolvimentos à volta do processo de restauro (Rosa, 1966:32-42); seguidamente, num artigo de jornal de 1968, registou o regresso das obras a Tavira, após a conclusão do restauro no MNAA, e sugeriu que, afinal, não é São João Baptista que está representado nas pinturas quatrocentistas, mas São Roque (Rosa, 1992:255-256).

Nas duas décadas seguintes não houve desenvolvimentos relevantes. O estudo dos painéis só ganhou novo fôlego na década de 1990, quando foram incluídos em dois projectos que originaram publicações que lentamente foram surgindo nos anos subsequentes e, num deles, resultados não completamente aproveitados.

Em primeiro lugar surgiu o estudo de Carla Fernandes iniciado com um trabalho escolar em 1993 (Fernandes, 1993). Aí apresentou relatos de visitas do século XVI a igrejas algarvias da Ordem de Santiago que relacionou com os painéis e, assim, determinou o local de origem destes (igreja de Santa Maria do Castelo) e o período em que foram repintados (entre 1518 e 1534). Igualmente fez uma detalhada leitura histórico-artística das pinturas quatrocentistas e, na esteira de Pinheiro e Rosa, colocou a hipótese de nelas estar representado São Roque. Além disso, apontou algumas influências catalãs a essas obras mais antigas. Este trabalho escolar esteve na origem do capítulo sobre os painéis que, mais tarde, inseriu na monografia que dedicou à igreja de Santa Maria do Castelo, onde, no entanto, abandonou a hipótese da figuração de São Roque (Fernandes, 2000:59-78). Carla Fernandes abordou ainda as pinturas quatrocentistas no catálogo de uma exposição efectuada em 2003, designadamente nas fichas respeitantes às obras (Fernandes, 2003a, 2003b) e no texto dedicado à arte gótica em Tavira (Fernandes, 2003c). Aqui, às já aludidas influências catalãs, acrescentou influências de Sevilha.

Por outro lado, os painéis estiveram envolvidos num projecto de estudo da pintura portuguesa do século XV que teve início precisamente em 1993 no então Instituto José de Figueiredo (IJF), actual Laboratório José de Figueiredo. Além de observação detalhada, o estudo incluiu a realização de documentação fotográfica e radiográfica dos quatro painéis, de que só uma pequena parte foi publicada (Cruz, 1996, 2005). O painel de *São Pedro* foi objecto de estudo material que compreendeu recolha de amostras, caracterização da estratigrafia, identificação de pigmentos por testes microquímicos e identificação da madeira, de que resultou um relatório não publicado (Ribeiro, 1995). Este painel e o de *São Brás* foram analisados por espectroscopia de fluorescência de raios X, tendo também permanecido inéditos os resultados obtidos, salvo uma breve lista de pigmentos (Cruz, 2005). No âmbito deste projecto foi ainda realizada pesquisa documental nos arquivos do IJF e do MNAA com o objectivo de se reconstituir o processo de restauro das décadas de 1950 e 1960, mas a documentação encontrada foi publicada somente alguns anos depois de concluído o projecto (Cruz, 2005). Foi também neste quadro que surgiu a primeira referência aos painéis numa história da arte portuguesa (Carvalho, 1995:474-475). Trata-se da primeira publicação que relaciona estas obras com os registos das visitas da Ordem de Santiago, ainda que nada acrescente ao trabalho inédito de Carla Fernandes (1993). Finalmente, o presente texto, com alguns dados novos, é ainda um tardio fruto desse projecto.

Noutro contexto, os painéis tiveram uma breve referência numa tese de doutoramento (Pereira, 2001:206-207) e mereceram a atenção de Vítor Serrão, que discutiu alguns problemas suscitados pelos princípios seguidos no restauro e caracterizou do ponto de vista histórico-artístico as pinturas quinhentistas que subsistem (Serrão, 2003a, 2003b). O essencial da perspectiva da História da Arte foi depois apresentado por Isabel Macieira no levantamento que efectuou da pintura sacra em Tavira (Macieira, 2004:229-235), onde a pequena figura no painel de *São Brás* surge interpretada num sítio como doador (p. 233) e noutro como alusiva a um milagre do santo (p. 234). Posteriormente, as pinturas quatrocentistas foram mencionadas noutra história da arte portuguesa (Rodrigues, 2009:44-45). O políptico quinhentista que os painéis integravam surgiu ainda em reconstituições da igreja de Santa Maria do Castelo efectuadas, com base nas citadas fontes documentais da Ordem de Santiago, numa dissertação de mestrado (Neves, 2009) e numa tese de doutoramento (Cunha, 2012).

No que respeita a exposições, os painéis foram incluídos em: *Exposição de Arte Sacra de Tavira*, Igreja do Carmo, Tavira, 1950 (Rosa, 1966:34); exposição realizada no âmbito da 5.^a Conferência do Restauro, do International Council of Museums, MNAA, 1952 (MNAA, 1952); exposição realizada no âmbito da II Reunião de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, MNAA, 1961 (Moura, 1962); XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, Convento da Madre de Deus, Lisboa, 1983 (apenas as duas pinturas quatrocentistas) (Presidência do Conselho de Ministros, 1983:175); *Tavira, Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2003 (Maia et al., 2003:323-325).

Descobertas

Quando os painéis deram entrada em 1950 na Oficina de Restauro do MNAA, foram detectados “relevos que denunciavam um desenho não coincidente com o pregueado das vestes das figuras representadas” que levaram “a crer na existência de uma pintura modificada” (Moura, 1956). Segundo a documentação de arquivo, no painel de *São Vicente* foram igualmente observadas algumas manchas coloridas que não pareciam corresponder à imagem superficial, mas sim a outra subjacente. Com o objectivo de se esclarecer a questão, foram realizadas radiografias das obras mas, segundo as palavras de João Couto, “nada revelaram” ou “pouco deram” (apud Cruz, 2005). Foi um resultado inesperado pois no MNAA já havia grande experiência de radiografia de pinturas.

Entretanto, foi iniciada a intervenção nos painéis que envolveu a abertura de pequenas janelas, isto é, a remoção da pintura superficial em áreas limitadas, para visualização da pintura subjacente.

O processo, como é descrito adiante, prolongou-se durante vários anos. Entre 1955 e 1960, os painéis foram sujeitos a um segundo conjunto de radiografias que, esse sim, mostrou as pinturas quatrocentistas escondidas que, no entanto, já estavam parcialmente expostas devido às janelas (Cruz, 2005).

Igualmente inesperadas foram as revelações proporcionadas em 1995 por outro conjunto de radiografias, o terceiro, neste caso obtidas para as obras no estado em que hoje se encontram. Nas radiografias de *São Vicente* e de *São Brás*, tal como se esperava, observaram-se as pinturas quatrocentistas, mas no painel de *São Pedro* detectou-se outra cabeça, sob a do apóstolo, em posição mais elevada (Figura 4). Apresenta farta cabeleira que se prolonga até aos ombros e em parte coincide com a vegetação que actualmente contorna a cabeça. No que toca à extensão, a pintura subjacente parece limitar-se à cabeça, pelo que pode corresponder a um arrependimento do pintor (Cruz, 1996, 2005). Não obstante a discordância relativamente à imagem habitual de São Pedro, a versão mais antiga pode igualmente corresponder a este santo, pois, ao longo dos séculos, encontram-se exemplos de representações semelhantes. De qualquer forma, a radiografia mostra uma mudança iconográfica.

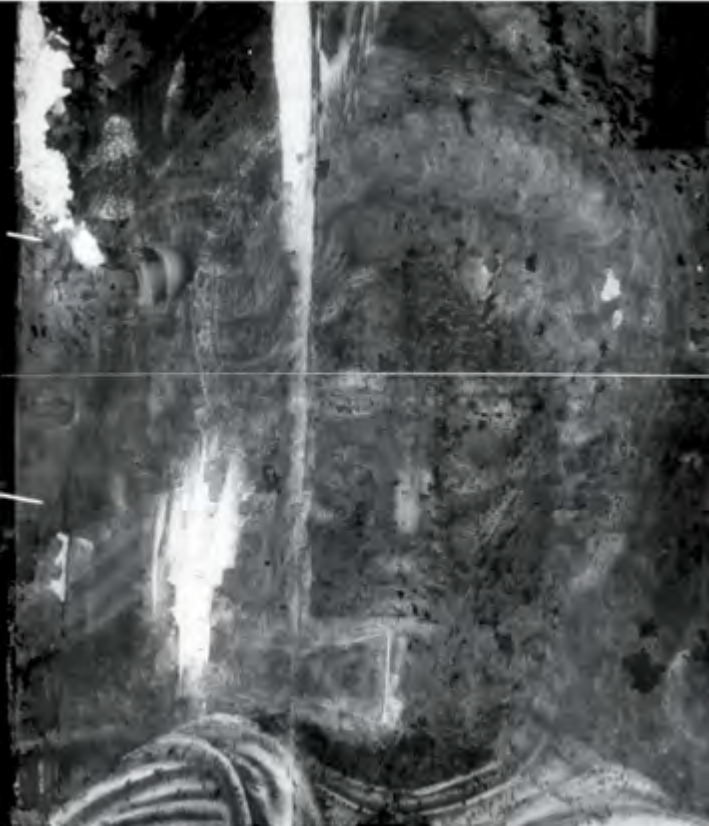


Figura 4 – Pormenor da radiografia do painel de *São Pedro* obtida em 1995, que mostra uma cabeça, em posição não coincidente com a da imagem visível, ostentando uma densa cabeleira. Radiografia de José Pessoa, arquivo do Laboratório José de Figueiredo (Cruz, 1996).

A estratigrafia observada em diversos pontos do painel de *São Pedro*, de acordo com o relatório que permanece inédito, é complexa e sugere que houve alterações, com impacto e significado desconhecidos, que não se limitaram à zona da cabeça (Ribeiro, 1995).

Caracterização material

Como já foi referido, a madeira destes painéis foi identificada como sendo de tuia da Argélia (*Tetraclinis articulata*), uma espécie que, no conjunto de mais de mil obras analisadas no estudo sobre os suportes utilizados na pintura europeia em que foi obtido o resultado, só foi encontrada noutro caso (Marette, 1961:295). Esta singularidade tem sido precisamente usada para reforçar a singularidade estilística que a História da Arte tem apontado às duas pinturas quatrocentistas (Carvalho, 1995; Fernandes, 2003c).

No entanto, esta identificação não foi confirmada por análises mais recentes efectuadas por Lília Esteves, do IJF, e Teresa Quilhó, do Instituto de Investigação Científica Tropical, segundo as quais a madeira é, de facto, de uma gimnospérmica, mas do género *Picea*, provavelmente correspondendo a um espruce (*Picea abies*) (Ribeiro, 1995). Trata-se de uma espécie usada com alguma frequência na pintura europeia, sobretudo na Alemanha, mas que não se desenvolvia na Península Ibérica nem foi detectada no conjunto de obras ibéricas analisadas no estudo europeu (Marette, 1961). Portanto, é um material igualmente singular, ainda que susceptível de outras interpretações.

A diferença de resultados pode explicar-se pela dificuldade de identificação da madeira das gimnospérmicas. Os mais recentes, por terem sido obtidos com o conhecimento dos anteriores, possivelmente foram obtidos com melhores condições de análise e melhores amostras e provavelmente são mais seguros. Além disso, o espruce parece ser uma árvore mais adequada do que a tuia da Argélia para a obtenção de tábuas com dimensões semelhantes às dos painéis (165 cm de comprimento e mais de 25 cm de largura): geralmente tem tronco direito que pode atingir mais de 100 cm de diâmetro enquanto a tuia da Argélia é uma árvore de pequeno porte com tronco algo tortuoso que raramente tem mais de 50 cm de diâmetro.

Cada painel é constituído por duas tábuas dispostas na vertical. Segundo a parca informação do processo elaborado quando as obras entraram no MNAA, a sua ligação foi efectuada sem qualquer cavilha, tendo sido apenas “grudadas” (apud Cruz, 2005). Durante a intervenção que se seguiu, foram colocadas caudas-de-andorinha no painel de *São Pedro* e cavilhas nos restantes. Além disso, foram aplicados complementos e reforços de madeira nos quatro painéis, designadamente nas extremidades das tábuas que tinham sido atacadas por insectos.

As radiografias de 1995 mostram que o painel de *São Brás* tem dois embutidos em forma de losango, não visíveis no verso nem coincidentes com nós, onde a pintura quatrocentista não apresenta qualquer interrupção (Figura 5) (Cruz, 1996). Isto implica que são anteriores a essa pintura e sugere que as tábuas tiveram uma utilização mais antiga.

Segundo os resultados obtidos para o painel de *São Pedro*, nas pinturas quatrocentistas foi usada uma camada de preparação de sulfato de cálcio (Ribeiro, 1995), isto é, “gesso” (não necessariamente o mineral com esse nome), de acordo, portanto, com a tradição do sul da Europa, não tendo qualquer suporte a afirmação de que é de cré, isto é, carbonato de cálcio. Quanto ao repinte quinhentista, as observações com lupa binocular sugerem que foi precedido, primeiro, de aplicação de camada branca sobre a pintura anterior e, depois, de desenho.



Figura 5 – Pormenor da radiografia do painel de *São Brás* obtida em 1995, onde é possível ver um acrescento de madeira, em forma de losango, sobre o qual foi executada a pintura quatrocentista (por exemplo, a mão) que está encoberta pela pintura quinhentista. Radiografia de José Pessoa, arquivo do Laboratório José de Figueiredo (Cruz, 1996).

Os painéis tinham uma faixa sem pintura a toda a volta que, como se vê nas fotografias dos painéis sem molduras feitas quando entraram no MNAA, era consideravelmente larga no topo e na base (Figura 3). Nesta zona existiam furos que, como era habitual em Espanha, muito provavelmente eram de pregos usados para fixar os painéis à estrutura retabular. Nesse caso as molduras só depois foram aplicadas. Segundo uma descrição de 1554, o retábulo tinha “um guarda-pó pintado de azul com umas estrelas de ouro [e] os encoroamentos e molduras douradas”, além de um varão de ferro com sua cortina (Lameira & Santos, 1988:78)

Não foram efectuadas análises que permitam saber qual o aglutinante usado e, conseqüentemente, a técnica de pintura. Por isso, também não tem fundamento a descrição das pinturas de *São João* e de *São Pedro* como pinturas a têmpera.

Os pigmentos identificados nos painéis de *São Pedro* e de *São Vicente* estão de acordo com o expectável (Cruz, 2005; Ribeiro, 1995). Na pintura quatrocentista foram detectados branco-de-chumbo, ocres amarelo e castanho, vermelhão, verdigris, malaquite, negro-de-osso e, eventualmente, laranja-de-chumbo, garança e resinato de cobre. Na pintura quinhentista, branco-de-chumbo, amarelo-de-chumbo-e-estanho, ocre-castanho, vermelhão, azurite e ouro. O verde resulta de um pigmento de cobre, mas não foi possível apurar se se trata de azurite misturada com um pigmento amarelo, como era frequente na época, ou se verdadeiramente corresponde a um pigmento verde (malaquite ou verditer). Na pintura de *São Pedro* os estratos cromáticos apresentam grande mistura de pigmentos.

No que respeita ao estado de conservação, os painéis apresentavam múltiplos problemas quando chegaram ao MNAA. A documentação da época dá conta de danos importantes nos suportes, designadamente perdas de madeira resultantes de ataque de insectos e deficiente ligação das tábuas (Figura 3). Na camada pictórica, existiam muitas lacunas, algumas de dimensões consideráveis, quer ao nível da pintura quinhentista, quer da quatrocentista. A abertura das janelas nos painéis de *São Vicente* e de *São Brás* (Figura 6) e o levantamento dos repintes do século XVI nos de *São João* e de *São Pedro* causaram mais danos. Nos primeiros, evidentemente, foi destruída a camada pictórica quinhentista na zona das sondagens; nos segundos, além da destruição integral das pinturas quinhentistas, o processo de levantamento destas originou marcas nas pinturas quatrocentistas com visibilidade dependente do momento da intervenção. Por exemplo, na espada de São Pedro observam-se diferenças na decoração que não correspondem a efeito pictórico mas são consequência da desigual agressividade das diversas campanhas de sondagens (Cruz, 2005).

A pintura quinhentista que estava na zona das janelas abertas nos painéis de *São Vicente* e de *São Brás* foi depois reconstituída e as lacunas cromáticas nos quatro painéis foram reintegradas. Actualmente, essas zonas são facilmente perceptíveis, assim, como a rede de estalado que foi pintada. As tintas usadas neste restauro contêm pigmentos de crómio, zinco e titânio, além de outros com elementos comuns às tintas originais. O titânio corresponde ao pigmento branco-de-titânio, que está na origem da cor mais clara das zonas de forma aproximadamente rectangular que se observam no céu, imediatamente junto à cabeça dos santos, e nas alvas. Essa cor mais clara resulta do branco-de-titânio dificultar a acumulação de sujidade onde foi usado, algo que não sucede nas zonas adjacentes, onde foi empregue branco-de-chumbo.



Figura 6 – Aspecto das pinturas, cerca de 1960, após as sondagens (assinaladas a vermelho). Fotografia de Mário Novais, arquivo do Laboratório José de Figueiredo (Cruz, 2005).

Proveniência e percurso

Em 1534 os painéis integravam o retábulo do altar da capela colateral do lado do Evangelho da igreja de Santa Maria do Castelo, pois há uma descrição do templo feita nesse ano que, como notou Carla Fernandes (1993; 2000), se refere às pinturas quinhentistas: “No altar que está no cruzeiro da parte do Evangelho está outro retábulo de madeira grande e bom de cinco painéis; e [tem] no meio uma charola em que está a imagem de Nossa Senhora de vulto com seu Filho no colo; e nos dous painéis da parte do Evangelho estão pintados São João e São Vicente e nos painéis da parte da Epístola estão pintados São Pedro e São Brás; [o retábulo está] todo bem pintado e dourado por partes e [está protegido] com um guarda-pó dourado e por baixo pintado de azul com estrelas douradas” (Cavaco, 1987:160-161). A coincidência do programa iconográfico e o acordo entre esta descrição realizada a partir do centro do retábulo e a ordenação dos painéis que é possível fazer com base na perspectiva do chão das pinturas quinhentistas (Figura 2) não deixam dúvidas sobre serem as mesmas obras.

Numa descrição anterior, em 1518, foi mencionado um altar constituído por “uma imagem de Nossa Senhora de vulto com o mesmo Jesus no colo e [...] um retábulo com seu guarda-pó grande novo e bom com a imagem de São Pedro e outra de São João pintadas de matiz em ele” (Cavaco, 1987:67). Carla Fernandes considerou que as pinturas referidas são duas das que nos ocupam. Inicialmente ficou na dúvida se eram as quatrocentistas ou as quinhentistas (Fernandes, 1993), mas depois concluiu serem as últimas (Fernandes, 2000). A omissão de duas pinturas explicou-a admitindo que estavam a ser repintadas noutro local, por acréscimo concluindo que o repinte tinha terminado em 1518 ou pouco depois. É uma hipótese, mas pouco provável se forem ponderadas as questões técnicas. Em primeiro lugar, a remoção e colocação dos painéis em duas fases, em vez de numa só, originaria trabalho acrescido para o pintor e os outros envolvidos (pelo menos, um marceneiro, já que o trabalho de marcenaria estava vedado aos pintores). Em segundo lugar, remover e colocar uma pintura de cada lado do retábulo em cada uma das fases é pouco prático e pouco racional dado o sistema de fixação que parece ter sido usado (ver atrás), com moldura ou elementos decorativos comuns a painéis adjacentes como se via na ermida de São Pedro (Figura 2). Seria mais simples tratar de uma só vez os dois painéis do mesmo lado. Portanto, talvez aquela interpretação do relato de 1518 seja arriscada e se deva antes concluir que é desconhecido o local para onde foram feitas as pinturas quatrocentistas. Por outro lado, se a repintura dos painéis e a sua colocação no retábulo que integravam em 1534 estiverem relacionadas, então as pinturas quinhentistas devem datar de entre 1518 e 1534.

Em 1554 as pinturas estavam no mesmo local (Lameira & Santos, 1988:78), mas não se sabe durante quanto tempo aí permaneceram. Certo é apenas que em 1945 foram encontradas por José António Pinheiro e Rosa na ermida de São Pedro (Figura 2) (Rosa, 1949, 1966). José Alberto Seabra Carvalho supõe que a transferência ocorreu antes de a cobertura da igreja de Santa Maria do Castelo ter desabado em consequência do terramoto de 1755, pois de outra forma as pinturas teriam sido danificadas (Carvalho, 1995:475). Carla Fernandes coloca a hipótese de a mudança ter ocorrido somente na sequência do terramoto, alegando que nada sugere que a capela do cruzeiro onde estavam os painéis, ao contrário da capela-mor, tenha sido significativamente afectada pelo mesmo (Fernandes, 2000:57).

Devido ao mau estado de conservação e à importância que lhes foi atribuída pelo pintor Alberto de Souza, em 1950 entraram na Oficina de Restauro do MNAA para tratamento (Figura 3). Aí permaneceram até 1967, ano em que regressaram a Tavira – para a igreja de São Paulo, onde estava a ser reunido um conjunto de obras para um futuro museu de arte sacra (Rosa, 1992:255). Em 1983, voltaram a Lisboa, para o IJF (sucessor da Oficina de Restauro), onde ficaram até 1998. Nesta ocasião retornaram a Tavira, desta vez para a igreja de Santiago, onde se têm mantido até agora (Fernandes, 2000:60). Pelo meio, passaram por algumas exposições em Tavira e em Lisboa, já registadas atrás.

Restauro

Quando, em 1950, foi detectada a existência de pinturas subjacentes surgiu a questão de se decidir o que fazer. Na época era comum considerar-se de forma mais ou menos automática que a pintura subjacente, por ser a primeira, era a mais valiosa. Tal perspectiva estava profundamente alicerçada no programa ideológico do Estado Novo de exaltação de uma suposta pureza medieval, ainda que tivesse antecedentes no Romantismo e nos revivalismos que o integraram e tenha sido posta em prática em diversos países. Para o processo se desenvolver dessa forma era indispensável verificar-se previamente que a pintura subjacente se encontrava em relativo bom estado. Como as primeiras radiografias não foram elucidativas, foram abertas janelas que puseram à vista a pintura quatrocentista. Porém, a remoção das pinturas mais recentes não foi explicitamente assumida e, pelo contrário, João Couto registou em 1951 que as obras ficavam a aguardar “que um estudo mais profundo indique o caminho a seguir nesta embaraçosa conjuntura” (Couto, 1952:15). Contudo, a grande extensão das janelas e a localização central de algumas, especialmente no painel de *São Pedro*, sugerem que o levantamento já estava decidido internamente.

Talvez devido a estas contradições, o processo ficou suspenso até ao final da década. Então, quando as radiografias já permitiam observar a pintura subjacente, foi resolvido ampliar as sondagens em extensão e em número para, como escreveu o restaurador Fernando Mardel, “verificarmos se, na realidade, vale a pena fazer-se o importante e moroso trabalho do levantamento total” *(apud Cruz, 2005)*. As janelas não se detiveram, como antes, nos limites das cabeças e nos painéis de *São Pedro* e de *São João* foram parcialmente postos a descoberto os rostos subjacentes (Figura 6). No primeiro ficou exposto mais de um terço da pintura quatrocentista, tornando pouco provável a hipótese de não continuação do levantamento.

Na ocasião, João Couto era de opinião que devia ser feita a remoção integral das pinturas do século XVI, mas, provavelmente por obrigação institucional, solicitou um parecer à Junta Nacional de Educação. A comissão que estudou o caso foi de igual parecer e, assim, em 1961, o levantamento que lentamente e de forma irregular ia sendo feito no MNAA ficou de acordo com o que oficialmente se afirmava.

Porém, João Couto, de repente, mudou de opinião, já que num despacho destinado a Abel de Moura escreveu: “parece-me que a tábua onde está o doador se deve manter com a pintura do [século] XVI, pelo interesse que tem e para exemplo do que se fez posteriormente” *(apud Cruz, 2005)*.

Sobre o que motivou esta súbita mudança, não há registo, mas parece ter alguns princípios subjacentes. Em primeiro lugar, a mudança assenta na valorização de outros critérios para além do cronológico que durante anos foi decisivo na instituição. Neste caso foi um critério iconográfico. Em segundo lugar, esta decisão mostra preocupação com a documentação da intervenção, uma vez que pretendia que se guardasse testemunho das pinturas tal como se encontravam antes da profunda e irreversível intervenção que se planeava para as outras três. Finalmente, mas não menos importante, esta solução desvaloriza a componente estética das obras pois, ao intentar recuperar a imagem original em três painéis, mas não em um, destrói a unidade estética do conjunto.

É desconhecido o que aconteceu imediatamente depois, mas em 1963, de acordo com o que está escrito num ofício, “a Junta Nacional de Educação decidiu que duas das quatro tábuas fossem submetidas a um exame da condição da pintura original do séc. XV” e “as outras duas tábuas se mantivessem na sua composição pictural posterior, até ulterior decisão” *(apud Cruz, 2005)*. Foi o director do MNAA que, acabando por discordar do parecer inicial, solicitou uma reapreciação do problema? Foi uma forma de reduzir os custos de uma intervenção sobre a qual o mesmo João Couto já tinha dito, em 1950, que “neste momento, dadas as dificuldades que têm surgido, a beneficiação dos painéis já não seria permitida”

(apud Cruz, 2005)? Foram outras razões, eventualmente relacionadas com o rápido regresso das pinturas a Tavira? São hipóteses. O certo é que essa foi a decisão final, tendo o restauro sido dado por concluído em 1964.

Do ponto de vista prático, os painéis de Tavira estiveram sujeitos a um tratamento semelhante ao de outros em idênticas circunstâncias, inclusivamente até no número de anos que durou o processo. Porém, a resolução finalmente tomada originou consequências que não eram habituais e são muito problemáticas à luz dos actuais conceitos do restauro.

Em primeiro lugar, destruiu a unidade do conjunto. O que era um políptico do século XVI foi transformado em dois painéis de um políptico incompleto do século XV mais dois painéis de outro políptico também incompleto do século XVI. Além de insólito, vai contra o que geralmente é um dos objectivos de um restauro: o restabelecimento da unidade da obra de arte.

Um segundo problema adveio de, nas duas obras que deviam ficar com as pinturas do século XVI, estas já terem sido parcialmente removidas, ainda que em menor extensão do que nas outras duas (Figura 6). No painel de *São Vicente*, a pintura do século XV em exposição correspondia a cerca de 17 % da área total e na de *São Brás* a cerca de 9 % (Cruz, 2005). Portanto, o problema era o que fazer a essas janelas de sondagem. Evidentemente que não podiam ficar assim e, por consequência, a única alternativa era o disfarce dos danos causados pelas indecisões. Foi isso que aconteceu.

Referências

CARVALHO, José Alberto Seabra (1995) — “A pintura quatrocentista”, in Paulo Pereira (ed.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 473-485.

CAVACO, Hugo (1987) — ‘*Visitações’ da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da história da arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal.

COUTO, João (1952) — “Aspectos actuais do problema do tratamento das pinturas”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, 2(3), pp. 3-23.

CRUZ, António João (1996) — “Imagens perdidas, imagens achadas: pinturas reveladas pelos raios X no Instituto José de Figueiredo”, in Henrique Vilaça Ramos (ed.), *Actas do Simpósio Comemorativo do Centenário da Descoberta dos Raios X*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 83-103, http://www.ciarte.pt/artigos/199602.html

CRUZ, António João (2005) — “Imagens em transformação: os painéis da igreja de Santa Maria, de Tavira, encontrados na ermida de São Pedro, e os problemas colocados pelo seu restauro e estudo laboratorial”, *Conservar Património*, 2, pp. 29-53, https://doi.org/10.14568/cp2_4.

CUNHA, Mário Raul de Sousa (2012) — (...) *Visitando nós ora pesoalmente o dito meestrado de Santiagoo (...): As Igrejas da Ordem Militar de Santiago. Arquitetura e Materiais*, tese de doutoramento, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, https://hdl.handle.net/10216/76121.

FERNANDES, Carla Maria (1993) — *As Tábuas Quatrocentistas de S. Pedro de Tavira*, documento não publicado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Carla Varela (2000) — *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Lisboa, Colibri.

FERNANDES, Carla Varela (2003a) — “248 - São Pedro”, in Maia *et al.*, 2003, p. 323.

FERNANDES, Carla Varela (2003b) — “249 - São João Baptista”, in Maia *et al.*, 2003, p. 324.

FERNANDES, Carla Varela (2003c) — “(Des)contextos da arte gótica em Tavira”, in Maia *et al.*, 2003, pp. 205-212.

LAMEIRA, Francisco I. C.; SANTOS, Maria Helena Rodrigues dos (1988) — *Visitação de Igrejas Algarvias. Ordem de São Tiago*, Faro, ADEIPA.

MACIEIRA, Isabel (2004) — *A Pintura Sacra em Tavira. Séculos XV a XX*, Lisboa, Edições Colibri - Câmara Municipal de Tavira.

MAIA, Maria; FERNANDES, Carla; LOPES, Marco; CAVACO, Sandra (ed.) (2003) — *Tavira. Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

MARETTE, Jacqueline (1961) — *Connaissance des Primitifs par l’Étude du Bois. Du XII^e au XVI^e siècle*, Paris, Éditions A. & J. Picard.

MNAA (1952) — “Détérioration et traitement des tableaux – Exposition”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, 2(3), pp. 31-46.

MOURA, Abel de (1956) — “Quatro tábuas quatrocentistas examinadas no laboratório do Museu”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, 3(2), pp. 69-70.

MOURA, Abel de (1962) — “Os problemas da conservação das pinturas e das condições do meio”, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, 4(4), pp. 35-36.

NEVES, Francisco Manuel Coelho (2009) — *Materiais e Formas na Construção Religiosa Quinhentista*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, http://hdl.handle.net/10216/20298.

PEREIRA, Fernando António Baptista (2001) — *Imagens e Histórias de Devoção. Espaço, Tempo e Narrativa na Pintura Portuguesa do Renascimento (1450-1550)*, tese de doutoramento, 2 vols., Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (1983) — *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento. XVI Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Os antecedentes medievais dos descobrimentos* Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

RIBEIRO, Isabel (1995) — *Estudo da Pintura Portuguesa do Séc. XV. “S. Pedro de Tavira”*, relatório não publicado, Lisboa, Instituto José de Figueiredo.

RODRIGUES, Dalila (2009) — *A Pintura num Século de Excepção 1450-1550*, Fubu Editores.

ROSA, J. A. Pinheiro e (1949) — “Alguns quadros quinhentistas no Algarve”, *Correio do Sul*, 30(1662), 8 de Setembro de 1949.

ROSA, J. A. Pinheiro e (1966) — *Arte Sacra em Tavira*, Tavira.

ROSA, José António Pinheiro (1992) — *Crónicas, Viagens e Outras Engrenagens*, Faro.

SERRÃO, Vítor (2003a) — “250 - São Brás e São Vicente”, in Maia *et al.*, 2003, pp. 324-325.

SERRÃO, Vítor (2003b) — “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in Maia *et al.*, 2003, pp. 221-233.

“E pera melhor ajuiamento e socorro de tudo e mais breve se poder fazer, el Rey com a Rainha, e o Principe, e toda a sua corte se foy a Tavilla, onde cada dia de tudo o que se passava recebia muitos avisos”.

Garcia de Resende

NOTA BIOGRÁFICA

Tomás Pinto Bravo, nasceu em 1999, natural de Tavira, aluno da Licenciatura em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

As Visitas Régias da Dinastia de Avis a Tavira

Tomás Pinto Bravo

O presente texto tem como objecto as visitas que cinco monarcas fizeram a Tavira, alguns mais do que uma vez durante os séculos XV e XVI, época de viragem em que o Algarve deixava de ser uma região periférica para assumir centralidade estratégica relacionada com a geopolítica que o surto ultramarino lhe conferia. Tais visitas nem sempre foram planeadas, posto que algumas, inopinadas, foram ditadas pelo inesperado. Existem poucas informações destas passagens da corte e dos soberanos por este burgo, uma vez que a historiografia local só recentemente ganhou visibilidade e expressão. Contextualizar as visitas régias no quadro da política nacional, descrevê-las com recurso às crónicas, assim como às informações que as chancelarias nos oferecem – em alguns casos parcas, noutros, o suficiente para reunir suficientes dados –, por um lado, permite-nos perceber os motivos da coroa para tais deslocações, e por outro, conhecer a recepção que lhes fizeram os tavirenses de antanho.

Damião Augusto de Vasconcelos (1880-1953), autor da primeira monografia histórica de Tavira - *Notícias Históricas de Tavira*¹, publicada pela primeira vez em 1937 - dedica um dos seus capítulos ao tema “Monarcas em Tavira”² no qual descreve sucintamente as passagem de D. João I (1357-r.1385-1433), de D. João II (1455-r.1481-1495), de D. Manuel I (1469-r.1495-1521), e a primeira de D. Sebastião (1554-r.1557-1578). Os estudos que se lhe seguiram, fruto do esforço e dedicação de Arnaldo Casimiro Anica³ e Ofir Renato Chagas⁴, e com cujos resultados nos têm brindado, não acrescentam muito ao já oferecido pelo trabalho pioneiro de Damião Augusto de Vasconcelos. A primeira visita de D. Sebastião é de todas a mais conhecida, por ser também a descrita com mais pormenor. Isto numa perspectiva de história local, pois que há muito que os itinerários régios são estudados, testemunhando dados utilíssimos para compreender a vida dos nossos reis.

¹ VASCONCELOS, Damião Augusto - *Notícias Históricas de Tavira - 1242 - 1840*. Anotações de Arnaldo Casimiro Anica. [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 1999.

² *Ibidem*, p. 67.

³ Cf. ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993. e ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico. Volume II*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2001.

⁴ Cf. CHAGAS, Ofir - *Algarve e Algarvios*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2010., CHAGAS, Ofir - *História de Tavira. Volume I. Monarquia - República*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2015. e CHAGAS, Ofir - *Tavira - Memórias de uma Cidade*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2004.

Até finais do século XIV e princípios do século XV, Tavira, e o Algarve em geral, eram periferia. Como já foi notado, “outro indício do carácter marginal do Algarve encontra-se [precisamente] na análise dos itinerários régios. Os monarcas raras vezes o visitavam. Uma ou duas viagens, quando muito, realizadas mais por razões de afirmação de soberania do que por qualquer outro motivo, pontuam os reinados dos séculos de Trezentos e Quatrocentos. D. Afonso III desceu ao Algarve uma única vez, quando o conquistou, em 1249-50. D. Dinis ali foi duas vezes no seu longo reinado, a primeira em Abril de de 1282 e a segunda em Abril de 1302, tendo estado em Silves e em Faro. D. Afonso IV visitou o Algarve em Março de 1329, detendo-se, que saibamos, em Faro e Loulé. D. Pedro I percorreu-o em Março-Abril de 1359, fazendo paragens em Tavira, Faro, Loulé, Silves e Lagos. D. Fernando nunca lá entrou e D. João I visitou-o uma única vez, para além das escalas motivadas pela expedição a Ceuta. D. Duarte seguiu o exemplo de D. Fernando, no que foi imitado pelo infante D. Pedro. D. Afonso V fez, pelo menos, as escalas das viagens a África. Só D. João II parece ter começado a interessar-se pela terra algarvia, valorizando as suas supostas qualidades terapêuticas e acabando por ir morrer a Alvor, em 1495.”⁵ Não havia durante a Idade Média uma capital política nos moldes em que hoje definimos o conceito. A corte era itinerante, e os monarcas instalavam-se nos seus paços em várias vilas e cidades, como Coimbra, Almeirim, Sintra, ou Évora. Só depois de D. Manuel I é que os monarcas irão começar a privilegiar a cidade de Lisboa, mas sem prescindir de estadias mais ou menos sazonais, por exemplo, em Sintra ou em Évora.

A importância do Algarve restringia-se ao abastecimento das rotas comerciais entre o Mediterrâneo e a Flandres. A sua valorização como lugar estratégico tem um assinalável impulso quando começam as primeiras expedições ao Norte de África. Tavira, por possuir boa massa populacional e um porto comercial com grande dinamismo, toma um papel preponderante.

D. João I

Decidira a Coroa afirmar-se perante Castela e alevantar a sua presença ante toda a Europa através da *guerra santa*, hipótese que há muito era discutida e que, agora em 1415, conseguira finalmente concretizar-se. Discutiu-se a possibilidade de participar na conquista do reino de Granada, ideia que, por uma conjugação de vários motivos, não demorou a ser abandonada. “(...) Ceuta era uma importante cidade portuária e comercial que dominava o estreito de Gibraltar e a passagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico. De Ceuta partiam e a Ceuta recolhiam as embarcações que atacavam os navios cristãos e as costas do Algarve, numa actividade de corso e de saque que estava longe de ter terminado. A conquista

da cidade aumentaria, portanto, a segurança das navegações cristãs e apertaria o cerco ao reino de Granada, que assim veria dificultadas as suas ligações com o Norte de África. Permitiria, por isso, que o monarca português apresentasse o seu feito perante o Papa e perante o conjunto da Cristandade como uma iniciativa de combate ao Infiel e, nesta medida, como um acto legitimador da nova dinastia. Além de tudo isto, há muito que se sabia da crise em que se encontrava o poder da dinastia merínida, que desde o início do século XIII se impusera em Marrocos.”⁶ A 22 de Agosto, viram-se os resultados dos esforços desta iniciativa que a Coroa tinha levado a cabo. O inesperado ataque saldara-se numa vitória para os Portugueses. Após a tomada da cidade, sagrou-se a antiga mesquita, dedicando-a a Santa Maria - hoje, Catedral de Santa Maria de África - e nela se armaram cavaleiros os Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, segundo a prática medieva cavaleiresca de que tal requeria um feito heróico de armas. Assim se percebe também o simbolismo deste feito, que era também um plano político, ou não tinham participado nesta conquista os melhores barões do Reino, entre os quais, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Sendo agora necessário manter uma guarnição para defesa da praça, posto não ter sido a expedição pensada como mera acção de pilhagem, à maneira dos antigos fossados, e até que organizasse tudo, permaneceram em Ceuta até dia 2 Setembro. Diz-nos na sua gesta Gomes Eanes de Zurara (1404 - 1474), em seu tom panegírico:

Pintura de D. João I, autor anónimo, início do Séc. XV. Museu Nacional de Arte Antiga



“E tanto que El-Rei foi dentro da galé, mandou fazer sinal com as suas trombetas, para que todos os outros navios desfraldassem as suas velas seguindo a sua viagem, coisa que foi posta em pequena extensão e assim começaram todos a andar com muito prazer a caminho do Algarve, fazendo desvairados sons com os seus instrumentos, como aqueles que a doçura da vitória e a esperança que traziam de ver sua terra e seus amigos e parentes, fazia os corações muito alegres.”⁷

Sabemos os pormenores da conquista de Ceuta e da chegada da armada a Tavira, através do que nos deixou a controversa pena de Zurara, autor de *Chronica delrei D. João I de Boa-memoria, e dos reis de Portugal o decimo*, de onde se pode considerar a *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* uma parte da mesma, de *Chronica do Descobrimento e conquista da Guiné*, de *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses* e de *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*. Escreve Joaquim Veríssimo Serrão⁸ a propósito do cronista: “Quer no que respeita ao número e extensão das suas obras, quer no valor do seu conceito histórico, podemos considerá-lo um autor integrado num clima laudatório e convencido da sua missão. E apesar de lacunas e inexactidões que existem nas suas crónicas, reconheça-se que elas constituem a principal fonte para o estudo da nossa expansão quatrocentista. Não se pode analisar a fundo esse período sem recorrer à fonte zurariana, até mesmo nos retoques e correcções que carece.”⁹ É responsável Zurara pelas primeiras pedras da “lenda” do génio do Infante D. Henrique, a quem Portugal ficara a dever a sua obra ultramarina, os louvores que tece aos reis D. João I e D. Afonso V, que inauguraram um novo período da História, juntamente com os elogios a outras figuras da nobreza, só podem ser compreendidos percebendo que a História, ou a evolução dos tempos passavam a ser considerados resultado da acção heróica do rei e da nobreza.¹⁰ Na fonte que nos indica a passagem os heróis de Ceuta em Tavira “(...) tudo gira ainda em torno do primeiro monarca de Avis, que se cobrira de glória no solo de Marrocos. Descrição episódica, de tom somente narrativo e circunscrita à história de um feito guerreiro.”¹¹

Atravessando o *mar ouceano*, sabemos, diz-nos o conhecido cronista, que as ordens eram para que uns navios se dirigissem para Lisboa, para que lá pudessem satisfazer a ânsia de muitos em chegar a casa e “despacharem seu frete”, e outros, entre os quais a galé real, que fossem para o porto de Faro. Ora, por engano, a galé real em vez de ir ter a Faro, aportou em Castro Marim,

“e os outros navios quando de noite perderam a vista do farol, seguiram a sua viagem directamente a Faro e querendo ir para terra buscar El-Rei, acertou-se de se juntarem todos em Tavira.”¹²

Vemos por isso, que esta passagem ocorreu por mero acaso.

Chegando inesperadamente a *Tavilla*, orgulhoso da sua vitória, decide El-Rei premiar os seus filhos, o Infante D. Pedro e o Infante D. Henrique, que tinha armado cavaleiros em Ceuta, e estava agora na hora de lhes atribuir um Ducado, sendo a primeira vez que alguém em Portugal era galardoado com tal título. Transcrevemos de onde se terá registado as veras palavras do monarca:

“Onde El-Rei estava chamou seus filhos, e disse-lhes assim: ‘Todos os serviços naturalmente requerem galardão. E por-que além de serdes meus filhos sinto que de vós recebi especial serviço em todo este feito, quero que por eles recebeis algum galardão. Primeiramente a meu filho o Infante D. Duarte não sei que acrescento e que honra que possa fazer, sobre aquela que Deus lhe quis dar, sendo o meu primeiro filho e herdeiro dos meus reinos e de minha terra, pode fiar-se na minha vida quanto quiser. Mas a vós outros me apraz fazer-vos Duques. A vós infante D. Pedro faço Duque de Coimbra, e ao Infante D. Henrique duque de Viseu, pela grandeza do trabalho, que garantiu em todos estes feitos, assim como na armada que reuniu no Porto, como no trabalho e perigo que teve no dia da tomada da cidade, e por todas as coisas que obrou, o faço Senhor da Covilhã.’ E os infantes todos três, lhe beijaram a mão em grande agradecimento. E então os fez Duques com aquela solenidade e cerimónia com que se costuma. Cá assaz havia nobres homens e corregimentos, para que aquela festa fosse honrada.”¹³

⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a história do Algarve medieval”. *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Lisboa: Câmara Municipal de Loulé, Universidade do Algarve, 1987, p. 56.

⁶ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Idade Média (séculos XI - XV) - História de Portugal*. 8º Edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, p.175.

⁷ Actualizámos a ortografia e simplificámos o texto para facilitar a leitura. ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915. Página 266.

⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A Historiografia Portuguesa - Doutrina e Crítica. Volume I. Séculos XII - XVI*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

⁹ *Ibidem*, p.80.

¹⁰ *Ibidem*, pp.69 e 70.

¹¹ *Ibidem*, p. 69.

¹² Actualizámos a ortografia e simplificámos o texto para facilitar a leitura. ZURARA, Gomes Eanes de - *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 266.

¹³ *Ibidem*, pp. 266 e 267.

Como vemos, nada nos garante que a elevação dos infantes a duques tenha ocorrido na Igreja de Santa Maria, onde vulgarmente se afirma que foi; contudo, parece-nos que foi o local onde a cerimónia terá tido lugar, uma vez que tais cerimónias geralmente ocorriam em espaços religiosos, e este era o principal templo da cidade.

Depois disto, D. João I reuniu os seus homens e agradecendo-lhes, disse-lhes que, por muitos se sentirem “anjoados do mar” podiam decidir ir nas galés até Lisboa ou seguir até suas casas por terra. Curiosa a passagem em que Zurara descreve o facto de muitos quererem ir por terra, tanto que já não havia cavalos, jumentos ou mulas, nem mesmo nos arredores do termo, que pudessem comprar para se dirigirem a Lisboa ou a outras terras.

“E tão bem fez a necessidade, que ensinou muitos a contentar-se com coisas pequenas, que em outro tempo desprezavam (...) e naquele ensejo seria bom, encontrar por percalço algum pobre mu [macho] ou asno de albarda, que lhes pudesse escusar do trabalho que esperavam sentir naquele caminho, em vez de andar a pé.”¹⁴

Sabemos também que terão falecidos soldados e fidalgos da peste que haviam trazido de Marrocos. O cronista enumera alguns dos nomes dos que em Tavira morreram, vítimas dos tais calores de África.

“Tamanha detença [demora] fez ali El-Rei naquele reino do Algarve, quanto durou o cuidado que tinha de despachar as suas gentes. E tanto que isto esteve despachado, logo se encaminhou para a cidade de Évora, onde estavam seus filhos e o mestre com eles.”¹⁵

Quanto tempo terá ficado o Rei de Boa-memória em Tavira? As chancelarias dão-nos indicações com alguma precisão. Segundo Zurara, terão o Rei e as hostes partido de Ceuta a 2 de Setembro. A partir de dia 11 do mesmo mês, as Chancelarias já atestam acompanhar o soberano em Tavira, e só as vemos declarar Ferreira do Alentejo no dia 17¹⁶. Terá sido o dia 11 o dia da chegada? Quanto tempo ao certo permaneceu o rei na então vila de Tavira até seguir para o Alentejo? Contentamo-nos com os dados, bastante elucidativos até, que temos. O resto são minúcias sobre as quais não podemos afirmar certezas.

D. Afonso V

Depois das visitas do Rei de *Boa Memória*, olhemos agora para o Rei que de toda a monarquia portuguesa foi aquele que mais vezes o Algarve visitou. D. Afonso V (1432-r.1438-1481), cujo cognome lhe terá sido dado, em parte, pelo estudioso eborense Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1474-1538), nas suas *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal* (1530), que como homem do Renascimento que era, o comparou ao clássico Cipião (205 a.C. - 183 a.C.): o “(...) triunfador na *Hispania*, correndo a segunda guerra púnica, conquistador de Cartago e vencedor de Aníbal em Zama.”¹⁷ Saúl António Gomes (1963-) - autor da belíssima biografia de D. Afonso V - convida-nos a dedicar ao exercício da conciliação de duas visões sobre a vida e personalidade do rei, para o compreender: a primeira, de “(...) um homem de alma ainda medieval, cruzadística, politicamente neofeudal em grau extremo, diríamos mesmo, nalguns aspectos, de um cavalheirismo quixotesco, tudo isso classificações que o deslocam da modernidade humanística e principessa de Quatrocentos que era, em rigor, o apelativo onírico do tempo em que viveu.”¹⁸; e a segunda de “(...) um príncipe - muito

significativamente o primeiro assim reconhecido e intitulado nas dinastias reais portuguesas - de um *Quattrocento* luso-ibérico e europeu, olhando demasiadas vezes pelo modelo estrito de humanismo erudito itálico - que marcou, sabemo-lo, este monarca, bem de acordo, aliás, com a herança dos seus mais imediatos antecessores no trono, como atestam o seu bibliofilismo, o seu intelectualismo estético e, de um modo geral, todo o seu percurso de vida, em que sobressaem os princípios de um moralismo estoico de tradição hispânica e de uma ética cristã prática e proselitista (...)”¹⁹. A isto podemos juntar, apesar de já subentendida, a preocupação e o empenho no continuar do projecto expansionista, tanto no Atlântico como no Norte de África iniciado pelo seu avô, o fundador da dinastia. De qualquer modo, não sendo aqui lugar para discutir ou explanar o significado da sua existência ou o saldo da sua espada ou inteligência, tomamos D. Afonso, o quinto de Portugal, como um cavaleiro andante, príncipe de um povo ainda sequioso de continuar a sua *jus ad bellum*. E foi mesmo essa sua vontade que o fez vir ao Algarve nove vezes, sendo que dessas nove, cinco foram escalas para África, e em três das mesmas nove vezes passou por Tavira, sendo que só uma única dessas três foi um desembarque de Ceuta.

A primeira vez que D. Afonso V pisou Tavira foi em 1453, e foi decisão forçada por um percalço. Na segunda semana desse mesmo ano, o infante seu irmão, D. Fernando, que viria a ser Duque de Beja, parte da Corte com destino a Marrocos sem o consentimento do irmão. De forma a impedi-lo, ou para pedir justificações, partindo de Évora, onde já se encontrava desde Novembro, D. Afonso V dirigiu-se velozmente ao Algarve, onde o consegue interceptar em *Tavilla*. Terá sido mesmo velozmente, pois, apesar de não querermos tomar este dado como axioma, no dia 6 de Janeiro as chancelarias atestam passagens por Évora, Mourão, Castro Marim e Tavira. No dia 8 voltam a atestar simultaneamente, Tavira, e depois Évora. Certo é que foi esta uma visita de curta duração, e mais não podemos afirmar.



¹⁴ *Ibidem*, p. 269.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ MORENO, Humberto Baquero - *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384 - 1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1988, p. 340.

¹⁷ GOMES, Saul António - *D. Afonso V - O Africano*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2006, p. 8.

¹⁸ *Ibidem*, p.7.

¹⁹ *Ibidem*.

A 1 de Abril de 1464, D. Afonso V desembarca no porto de Tavira, regressando do Magrebe onde estava já desde Novembro, dando fim à longa campanha coroada de perigosas peripécias que puseram em risco o destino da Nação. Tentara tomar Tânger com o sucesso com que conquistara Alcácer Ceguer em 1458, mas ainda não era a altura em que tal acontecimento se daria. Em Janeiro, o Rei encontra-se em Gibraltar com Henrique IV de Castela, tentando formular a possibilidade de vir a casar com D. Isabel, a futura rainha Católica. Regressando às suas praças africanas, em Março, aventura-se numa cavalgada à Serra de *Benacofu* (*Beni Gor-fô*), onde se livrou de morrer ou de ser capturado, devido à heróica atitude de D. Duarte de Meneses - segundo Conde de Viana do Minho, terceiro Conde de Viana do Alentejo, que havia já sido Capitão de Ceuta (1437-1438) e que era ao tempo o primeiro Capitão de Alcácer Ceguer (1458 - 1564) – que entregou a vida no feito, para que o Rei não perecesse, honrado assim a sua Pátria e o brasão da sua estirpe. Voltando a pisar o solo do *Velho Continente*, diz-nos Rui de Pina ((c.1450-1460) - 1522), que ocupou as funções de cronista régio de 1497 até à sua morte, na *Crónica de D. Afonso V*²⁰(concluída em 1504) que o monarca partiu de Tavira para Évora, onde passou a Páscoa daquele ano.

“Passada a qual se foi a Elvas, e d’hi com alguns senhores e fidalgos escolhidos, secretamente se foi em romaria a Santa Maria de Guadalupe. E hi para concerto já praticado se foi ao lugar da ponte do Arcebispo, onde se viu com El-Rei D. Anrique, e com a Rainha D. Joana sua irmã.”²¹

Havia que agradecer a sua vida, perante o risco que tinha passado.

Em 1466 temos uma breve indicação de que poderá ter El-Rei descido por mar do Porto, partindo daí a 18 de Fevereiro e atingido Tavira a 21 desse mês, regressando imediatamente a Santarém no dia 28.²² Contudo, esta é uma afirmação que, segundo quem perseguiu os itinerários do monarca, merece “maior averiguação arquivística”²³, pois esta última passagem por Tavira apenas aparece nas chancelarias, e a baliza cronológica é muito estreita. Teria vindo ao Algarve receber notícias do Norte de África? Tudo indica que sim, mas mais uma vez, não o podemos afirmar com certeza.

D. Afonso V viajou cinco vezes ao Norte de África - salientamos as vitoriosas conquistas de Alcácer Ceguer em 1458, e em 1471 Arzila e Tânger -, e seis vezes ao estrangeiro (entre as quais incluímos território marroquino fora da jurisdição da coroa portuguesa), e lembramos também que uma dessas seis foi a França, nos anos de 1476 e 1477. Foi o rei “europeu” mais viajado do seu tempo.

Contudo, as visitas do monarca que mais vezes por Tavira passou, são aquelas que menos estão documentadas ou descritas. Ter passado mais vezes por Tavira, não é de todo sinónimo de ter passado mais tempo. Na verdade, de facto, quem passou mais tempo em Tavira foi o seu filho que viria a herdar o trono, D. João II.

D. João II

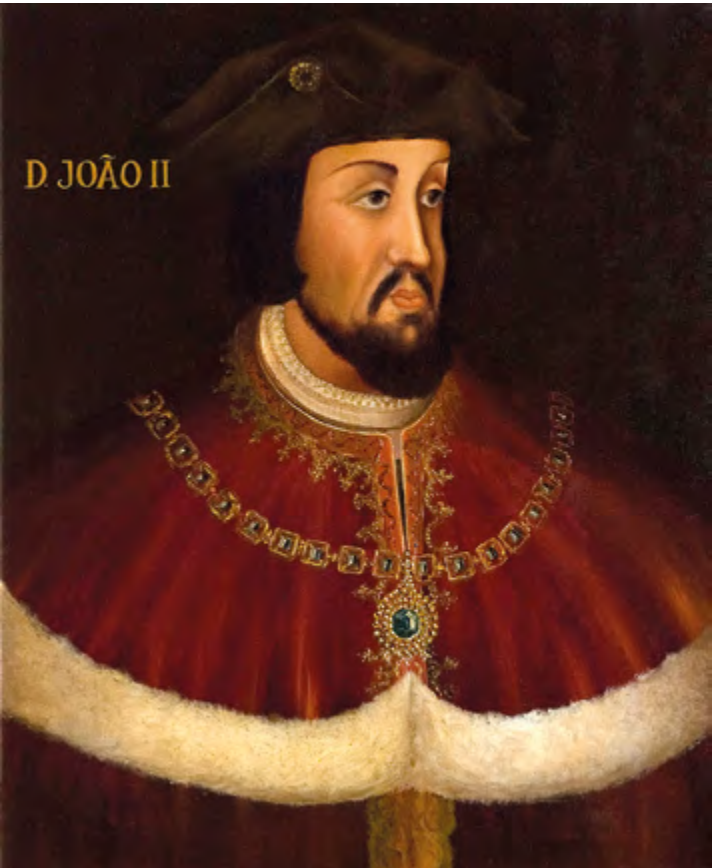
D. João II esteve em Tavira, pelo menos do dia 20 de Junho de 1489 a 24 de Setembro do mesmo ano²⁴. “Que motivos haveria para essas viagens? (...) Tudo permite situar os *Itinerários* como uma forma de dinâmica do governo de D. João II. (...) Trata-se de uma constante da política ultramarina, de que o monarca foi um dos grandes expoentes e que obrigava a Corte portuguesa a fixar-se nas zonas de maior irradiação dessa política.”²⁵ Como já afirmámos, ainda nesta altura não se tinha atingido a concepção de “capital política”, noção que só se vai afirmar a partir da segunda metade do século XVI, e que foi condição, em parte, para o triunfo do Estado moderno e das “Monarquias absolutas”²⁶.

A política de continuação da guerra no Norte de África é movida por uma espécie de impulso hereditário, tal como as campanhas de descoberta da costa africana, que se intensificam a partir da década de Oitenta do século XV. Como já foi observado, “Joaquim Veríssimo Serrão é de opinião que este plano não correspondia a uma verdadeira política militar, como acontecera em tempos do pai, antes correspondia ao ‘desejo de dominar política e comercialmente o Magrebe sem recurso à força ostensiva’.”²⁷

Corria o ano de 1489 e D. João II decide dar início à construção de uma nova praça de armas em terras sarracenas. Teria, não sabemos quando, o Rei mandado sondar o Rio de Larache, a fim de averiguar se o local reunia condições para a edificação de uma vila e de uma fortaleza. O local era junto a um pequeno povoado mourisco, cuja conquista de Arzila em 1471 levou ao abandono por se incluir na zona de soberania portuguesa, segundo o tratado de Paz celebrado entre D. Afonso V e Mulay Xayh. D. Afonso V doou então o lugar a D. Fernando, Duque de Guimarães, com a condição de este o povoar dentro de um prazo de três anos. Mas como D. Fernando nunca chegou a ter a iniciativa, D. João II projectava agora forma de dar utilidade ao local.²⁸ Não obtendo grandes descrições, através das expedições que enviou, e supondo que o rio era navegável, envia então o soberano no dia 17 do mês de Fevereiro uma armada, composta por quatro tafoeiras (embarcações preparadas para o desembarque de cavalos) onde iam cento e sessenta homens, capitaneada por Gaspar Jusarte, cavaleiro da Ordem de Santiago. Rui de Pina apresenta-nos assim esta iniciativa:

“pelo muito desejo que El Rei tinha de para a conquista de África, e muito maior obrigação de a prosseguir a respeito da Cruzada, que para isso lhe fora concedida, e de que já tinha havido muito dinheiro, revolvendo em sua memória como o poderia fazer melhor, e com mais serviço de Deos, e acrescentamento maior de honra, e Estado; sem conselho, e contra Conselho maginou de fazer uma vila com sua fortaleza pelo rio acima de Larache, que é em África; com fundamento, que dali com os seus fronteiros, gente de armas, que sempre nela teria, e com ajuda das outras cidades e vilas que lá tinha, e aos Mouros foram ganhadas, se faria muita guerra a Fez, e a Alcácer-Quibir, e a toda aquela terra, de que por muita parte se poderia por força conquistar, ou ao menos constringer para grandes, e ricos tributos.”²⁹

Interessante esta passagem que nos transporta para a mentalidade do português que via honra e prestígio no levar por diante a espada contra o mouro, e também do carácter determinado do Rei ao tomar com a decisão de prosseguir com o projecto. “Convém ter presente que o clima, nesse momento, é de claro enfrentamento por ambas as partes. Em Outubro de 1487, fora atacada a praça de Tânger. E, no ano seguinte de 1488, tinham chegado a Portugal



Pintura de D. João II. Cópia de Alberto Cutileiro, 1960. Museu de Marinha

notícias de refregas nas praças de África: a entrada de D. Vasco Coutinho, conde de Borba, feita a partir de Arzila, podia ter terminado muito mal, assim como a incursão feita a partir de Ceuta pelo capitão desta praça, D. António de Noronha, que acaba por ter um saldo negativo de várias mortes do lado cristão. (...) Compreende-se, assim, o contexto em que se toma a iniciativa de construir a fortaleza da Graciosa.”³⁰

Ao contemplar a estadia do *Príncipe Perfeito* em Tavira, lembramos os estudos de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) e de Veríssimo Serrão, que muito tempo dedicaram ao trabalho de arquivo seguindo os caminhos deste soberano. Em *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*³¹, Braamcamp Freire publicou um conjunto de documentos preciosos para o estudo da marinha portuguesa no século XV, pois como o próprio afirma, são os únicos desses tempos que “(...) em parte nos revelam a formação das armadas, a designação dos navios, a sua tripulação, o destino das expedições, a demora nas viagens, etc. (...) A maior parte dos mandados são assinados por João Rodrigues, do conselho del Rei e seu contador mor, e dirigidos a Jácome Dias, almoxarife dos fornos do biscoito em Lisboa. (...) A empresa mais importante, a que os mandados se referem, é a da expedição à Graciosa no ano de 1489.”³² Junto, elaborou um estudo, que antecede a edição o corpo documental, e no final um quadro ou mapa, com a formação

²⁰ Actualizámos a ortografia e simplificámos o texto para facilitar a leitura. PINA, Rui de - *Chronica de El-Rey D. Affonso V*. Introdução de G. Pereira. Lisboa: Escriptório, 1904.

²¹ *Ibidem*, p.50.

²² GOMES, Saul António - *D. Afonso V - O Africano*. *Op. cit.*, p. 252.

²³ *Ibidem*.

²⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Itinerários de El-Rei Dom João II (1481 - 1495)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 345-354.

²⁵ *Ibidem*, pp. 11.

²⁶ *Cf. Ibidem*.

²⁷ FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2005, p. 83.

²⁸ *Cf.* FARINHA, António Dias - *Plantas de Mazagão e Larache no Início do Século XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1987, p. 6.

²⁹ PINA, Rui - *Crónica de El-Rei D. João II. Nova Edição com Prefácio e Notas de Alberto Martins de Carvalho*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1950, pp. 99-98.

³⁰ FONSECA, Luís Adão da - *D. João II...*, p. 84.

³¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*. Lisboa: Livraria Ferin Torres & C.ta, 1915, pp. V e VI.

³² *Ibidem*, pp. V e VI.

e organização de cada armada expedicionária. Do mesmo modo, os *Itinerários de El-Rei Dom João II (1481-1495)*³³, de Veríssimo Serrão - cuidadosa peregrinação sobre as chancelarias daqueles anos, e atenção a outra série de documentos avulsos que foram considerados - fornecem as informações-chave para que agora consigamos olhar de forma mais próxima para a estadia de D. João II em Tavira. Registos do próprio tempo, a *Crónica de Dom João II* (terminada em 1504) de Rui de Pina, e a *Vida e Feitos del Rei Dom João II*³⁴ (terminada em 1533 e editada apenas onze anos mais tarde) de Garcia de Resende são fontes extraordinárias, uma vez que dedicam algumas páginas à estadia do Rei em Tavira para acompanhar a construção em Marrocos. A obra de Garcia de Resende (c.1470 – 1536) vai beber muito ao texto de Pina, mas contando também com acrescentos que nos são muito úteis.

O lugar onde se tinha decidido levantar o acastelado era um local de apreciável valor estratégico, situado junto à foz do rio Loucos (*Loukkos*), perto de Larache (*el-Araïch*), e que como nos diz Rui de Pina³⁵, fazia parte da área que após a conquista de Arzila tinha ficado portuguesa, em virtude do acordo que D. Afonso V tinha feito com o Rei de Fez.

“E para se dar tudo mais breve, e melhor aviamento, e socorro quando cumprisse, El Rei com a Rainha e Príncipe, e toda a Corte se foi a Tavilla, onde cada dia de tudo o que se passava recebia avisos.”³⁶

De Tavira, o Rei ratifica, concede, atende súbditos e acompanha as notícias do Reino. Ali estava também presente D. Manuel, futuro Rei de Portugal, ao tempo Duque de Beja.

Curiosa a passagem em que Garcia de Resende, que talvez pela intimidade que tinha com aquele de quem foi moço de câmara e de escrivaninha, narra certo episódio num pequeno capítulo *De que el Rei passou com Pero Pantoja em Tavilla*. Estando a demorar os dinheiros que D. João II havia de receber da Casa da Mina, e encontrando-se em Tavira em necessidade de enviar mais uma embarcação à Graciosa, o *Príncipe Perfeito* pede emprestados seiscentos mil réis a um mercador de Tavira, Pero Pantoja - Cavaleiro de Santiago e mercador muito rico da mesma cidade, casado com D. Margarida de Sousa, uma sobrinha por via paterna de D. Ana de Mendonça, a mãe do bastardo D. Jorge -, pedido a que o mesmo acedeu de imediato, e por cortesia pediu ao seu soberano que se precisasse de mais que não pedisse a outra pessoa, pois tinha muita honra em atender ao seu pedido. O monarca, passados cinco dias mandou devolver a quantia emprestada com um adicional de cem mil réis em acção de graças, ao que o mercador agradeceu mas não quis receber o dinheiro, por se tratar de um serviço “a Vossa Alteza com tão verdadeira vontade”³⁷. Mas a astúcia de D. João II fez-lhe responder: “Ora pois que vos agravais, tomai

oitocentos mil reis, e se mais falais palavra tomareis novecentos mil”³⁸! Isto diz-nos muito do carácter do soberano, que não queria ficar refém de favores a terceiros. Ou não escreveu Joaquim Veríssimo Serrão: “História palaciana, sem dúvida, com o registo pitoresco, quando não íntimo, de factos que sem ele não teriam sobrevivido! Poder-se-á erguer um dia a história “psicológica” de D. João II, sem recorrer à fonte de Garcia de Resende?”³⁹ Nas últimas duas semanas, o Rei ter-se-á deslocado a algumas povoações do Algarve para tentar obter ajuda para novas expedições a Marrocos, pois é o que nos indicam certos documentos das chancelarias.⁴⁰

Ora, é neste clima de realização do projecto da construção da fortaleza, que como nos dizem os cronistas, D. João II escolheu colocar o nome de Graciosa, que os portugueses vão ficar em apuros. Falhas relativamente ao conhecimento da natureza do território - pois só agora tinham percebido que o rio não era navegável todo o ano, uma vez que no período estival o caudal baixava, e que a terra era pestilenta. Para agravar esta má escolha, no território que era português, os pouco mais de quinhentos lusos que ali se encontravam são surpreendidos com umas centenas de homens do Rei de Fez e de outros povos vizinhos, a cavalo, a pé e em barcos, que põem cerco à então vila, tanto por terra como por mar. Este ataque deve ter ocorrido em meados de Julho, pois no dia 26 desse mês é enviada do Reino a primeira armada de socorro. Através do mapa elaborado por Braamcamp Freire na obra supracitada, temos conhecimento de que de Lisboa a Larache por mar se demorava entre dez a vinte dias. Gaspar Jusarte, vítima da infame peste que em Larache tinha viveiro, adoece e de Tavira El Rei ordena o envio de um novo capitão, D. João de Sousa. Depois do envio da primeira armada de socorro, envia o Rei também quatro nobres da sua confiança a fim de averiguarem se se deveria resistir, ou abandonar a precoce construção. Assim, Fernão Martins Mascarenhas, D. Diogo de Almeida e D. Martinho de Castelbranco quando chegam apercebem-se das condições em que se encontrava o projecto joanino, e como se não bastasse, D. João de Sousa não resiste à terrível peste, e tem de regressar ao Reino, encontrando-se com o monarca em Tavira. É nomeado então D. Diogo de Almeida. Os socorros partem a todo o custo e são enviados nestes dois meses mais do dobro dos homens que lá estavam antes de a vila ser asediada, mas a ofensiva moura era grande e era difícil não sucumbir. Aires da Silva e o Conde de Monsanto são quem se empenha nesta missão, procurando carregar víveres e armamento a fim de socorrer os seus compatriotas, alguns dos quais tiveram que pagar com a vida o preço da resistência e da lealdade. D. João II, de *Tavilla* publica uma “ordenança e perdão geral por nós outorgado aos homiziados que nos na dita armada e cerco forem servir”⁴¹, e as chancelarias atestam vários perdões a muitos condenados, que readquirem a sua liberdade com o serviço que prestam ao Rei. Do mesmo modo, também se conhece, pelo menos uma carta régia de

carácter punitivo. Datada de 17 de Setembro, a dita carta ordena que Aires Correia, nomeado requeredor da siza da fruta da cidade de Lisboa, cessasse o exercício do referido cargo, por não ter querido acompanhar o Monarca no projecto de expedição à Graciosa.⁴² “Por esse tempo, D. João II escreveu aos Reis Católicos a solicitar a compra de armas em Sevilha destinadas à guarnição da Graciosa que o rei de Fez tinha cercado. Não se conhece o texto da carta régia, mas apenas que a rainha Isabel, estando em Jáen a 7 de Setembro de 1489, enviou o necessário consentimento às autoridades da capital andaluza.”⁴³

Por fim, reconhecendo a situação como insustentável - diz-nos o cronista eborense “tinham por certo que nos primeiros combates que mui rijamente lhe dessem logo por força os tomariam com mortos e cativoeiro a todos” - decidem os nobres avisar o seu Rei de que a melhor solução seriam as tréguas - supomos nós, pois não é bem assim o que as crónicas nos dizem. Rui de Pina, afirma:

“E porem como El Rei finalmente soube, que o derradeiro remédio, e salvação para os cristãos, estava somente no socorro de sua pessoa real, como Príncipe não menos esforçado, que piedoso, determinou de os socorrer; de que por meio de mouros, que com dádivas se corrompiam, avisou logo os cercados. Os quais, na só confiança da sua palavra, que haviam já por hora mui verdadeira, cobraram um novo esforço, e descanso; porque se viriam logo tão livres, e tão seguros, como se no Reino estivessem.”⁴⁴

Após esta decisão do Rei de Portugal, diz-nos o cronista que este terá mandado a notícia aos mouros de que viria em ajuda combater com uma nova armada, e logo imediatamente o Rei de Fez, temeroso, pediu tréguas ao Capitão da armada de socorro Aires da Silva, as quais se acordaram, até confirmação do próprio Rei. Garcia de Resende acrescenta um episódio passado em Tavira, num capítulo que dedica ao título *De como el Rei determinou de ir em pessoa, e do que disse a D. João de [A]Branches*. Em poucas linhas, Resende, conta-nos que D. João II, possivelmente na casa onde estaria alojado em Tavira, em conselho mostra vontade de se dirigir a Larache; porém, todos o desaconselharam por acharem muito perigoso. Nisto, avisam-no de que está à porta D. João de Abranches que chegava de Lisboa para servir no dito socorro. Imediatamente, o Rei manda-o entrar e põe-no a par da situação. Perante a discussão, o recém-chegado fidalgo incentiva o Monarca a ir ao Norte de África, e assim contente do apoio que recebe, o Rei toma a decisão final e manda imediatamente avisar os resistentes de que em breve chegaria. Dado o acordo de tréguas, que terá ocorrido a 27 de Agosto, em inícios de Setembro foi assinado o efectivo tratado de Paz reforçando a amizade Mulay Xayh, Rei de Fez com o Rei de Portugal, lembrando já as alianças que este Rei mouro tinha com

D. Afonso V. Fica em aberto a questão de que se corresponderá ao passado a vontade de D. João II em socorrer a praça em edificação, mesmo sabendo que a terra era doentia, que o rio não era sempre navegável, e que dados os ataques dos locais, já se tinha equacionado “despovoar” e “derribar”. Terá sido o Rei de Fez a propor as tréguas - numa altura em que, apesar dos sucessivos socorros os opositores eram muito mais em número e em capacidade bélica - quando Rui de Pina nos diz “de que por meio de mouros, que com dádivas se corrompiam”?

Para assinar o tratado de Paz, D. João II enviou Rui de Sousa, homem do conselho e de sua confiança, juntamente com outros nobres a fim de em seu nome ratificarem o acordo. E depois do acordo, pouco a pouco se foi desmontando o arraial e içando velas rumo a Tavira. A 5 de Setembro partiram as últimas embarcações para o fornecimento de biscoito, e a 13 de Outubro, já todas tinham regressado.

“E dadas uma parte, e da outra seguros os refêns, os mouros cercadores se partiram, e os cristãos cercados se recolheram. À frota com salvamento de suas pessoas, e coisas, e se vieram a Tavira, onde el Rei, e toda a sua corte os receberam com muito amor, e alegria. E el Rei mandou com isto desperceber a gente do Reino e lhes agradecer sua lealdade, e com grande trigança, e muito amor, com que se aparelhavam de o servir.”⁴⁵

^[1] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Itinerários de El-Rei Dom João II...

^[2] RESENDE, Garcia de - Crónica de El-Rei D. João II e Miscelânea. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, p.122.

^[3] PINA, Rui - Crónica de El-Rei D. João II. Op. cit. , p. 98.

^[4] Ibidem.

^[5] RESENDE, Garcia de - Crónica de El-Rei D. João II..., p. 127.

^[6] Ibidem.

^[7] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - A Historiografia..., p. 129.

^[8] Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Itinerários de El-Rei Dom João II..., p. 347.

^[9] FREIRE, Anselmo Braamcamp - Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489. Lisboa: Livraria Ferin Torres & C.ta, 1915.

^[10] Idem, p. 352.

^[11] SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Itinerários de El-Rei Dom João II..., p. 350.

^[12] PINA, Rui - Crónica de El-Rei D. João II. Op. cit., p. 101.

^[13] PINA, Rui - Crónica de El-Rei..., pp. 102-103.

Só no início do século XVI voltariam os portugueses às construções na costa do Magrebe, com Mazagão (1502), Santa Cruz do Cabo Guer e Ben Mirao (1505), Safim (1508), Azamor (1513), S. João da Mamora e Aguz (1515).

Estava o Rei ainda em Tavira a 21 de Setembro quando escreve ao Papa Inocêncio VIII a dar notícia do seu projecto gorado. Esta carta⁴⁶, que se encontra no *Archivio di Stato* de Veneza⁴⁷ - e que foi amavelmente traduzida do latim por Ana Isabel Líbano Monteiro, a quem estamos muito gratos - é um documento de relevo para compreender a maneira como D. João II se dirige ao Papa, e é uma de várias missivas enviadas durante o seu reinado. Fornece-nos também informações que não estão presentes nem nas crónicas, nem em qualquer outro documento. O objectivo era pôr a Santa Sé a par das intenções nacionais, uma vez que delas resultaram bulas e até mesmo patrocínios. “A Igreja detinha uma espécie de patrocínio moral das iniciativas lusitanas que não era despidiendo no quadro mental da época. Tal como outrora afirmara o infante D. João no parecer de 1433, essa caução religiosa era importante ao nível dos dirigentes e servia de lenitivo a combatentes que recebiam grandes ferimentos em combate, havendo tantos mortos a lamentar, estropiados e cativos! Através das indulgências e dos bens da Igreja, os Sumo-Pontífices prodigalizavam benefícios materiais avultados. (...) Entre as transformações internas do Estado, os condicionalismos do estrangeiro, a vigilância papal e as opções joaninas quanto ao rumo que devia singrar a Expansão Portuguesa, perfilhava-se o vizinho Magrebe, dividido entre o Reino de Fez e um mosaico de poderes locais, contraditório entre a necessidade de prosseguir em África, por uma espécie de impulso hereditário, a guerra contra os sarracenos e a continuação da *bona et firma pax et amicitiam* que Mulai Xeque, o que generoso sultão que então reinava na Berbéria, havia mantido com D. Afonso V e reiterava no momento da ameaça que representava a iniciativa portuguesa de construir a Graciosa.”⁴⁸ Iniciando a carta saudando o Bispo de Roma dizendo que lhe beija os pés, segue explicando o objectivo de construir uma fortaleza abaixo de Arzila, sobre o rio Larache, a fim de controlar e fazer pagar tributos a Alcácer-Quibir, a cidade mais bem defendida de todo o Reino de Fez. Porém, iniciada a sua construção, com “fosso já escavado e as fundações em pedra parcialmente terminadas”, possuindo uma guarnição de mil e quinhentos combatentes no interior, os portugueses foram surpreendidos pelo Rei de Fez, que os cercou com um exército de quarenta mil cavaleiros e inumeráveis soldados a pé. Bom conhecedor do terreno, dividiu a sua armada em duas hostes, lideradas pelo filho mais velho, pelos “cheiks” e “caïds” e por *Iale*, temido capitão berbere. Estabelecidos os Sarracenos desta forma, obstruíram o Rio, impedindo durante quarenta dias que os víveres chegassem ao castelo dos portugueses, entretanto enfraquecidos pela pestilência do ar e pelas febres, frequentes naquela zona insalubre. Contudo, revela

ao Papa que os sitiados resistiram valentemente, e souberam “com mestria reforçar a muralha e o fosso, armadilhando a escarpa com bombardeiros e outros engenhos [...], e que infligiram danos não negligenciáveis à armada sarracena”. Como o cerco se prolongasse e os géneros fossem sistematicamente interceptados pelas barreiras mouras, o Rei de Portugal decidiu convocar os barões e nobres do Reino, organizando uma expedição militar potente, a fim de romper o cerco, fazendo a travessia no mês de Setembro. Assim que o Rei de Fez se apercebeu dos preparativos desta intervenção, enviou uma embaixada aos capitães da armada lusitana e aos navios que se encontravam já na embocadura do rio Larache, “declarando que, entre ele e o anterior Rei de Portugal, se tinha vivido uma paz tranquila e estável”. Propunha então estabelecer tréguas entre os dois Reinos durante os próximos anos. Levantaria o cerco e retiraria a sua armada sem perdas, “permitindo aos portugueses regressar com haveres, armas e baterias sem que qualquer mal os atingisse”, deixando-lhes, ainda, o domínio de algumas terras que lhe eram submissas.

Como se pode observar através da leitura desta carta, nem todas as datas coincidem com o quadro elaborado por Braamcamp Freire, o que mais uma vez nos faz pensar se efectivamente se D. João II teria intenções de lá ir ou quem terá sido o primeiro no duelo a pedir tréguas.

De Tavira partiu El Rei a 24 de Setembro, a caminho de Faro, Silves, Lagos e Vila Nova de Portimão; terá ainda no final de Outubro passado por Tavira, antes de atravessar a serra a rumo ao Alentejo. “De Tavira, a 23 de Outubro de 1489, é a carta de privilégio ao hospital da confraria de Santa Maria, no arrabalde da vila de Loulé (...) Bem pode ser que D. João tenha assinado o diploma no seu regresso a Tavira e antes de prosseguir a viagem para Évora.”⁴⁹

“Em menos de sete meses, mais de sessenta embarcações diversas saiem dos portos do reino, transportando para cima de dois mil e quinhentos homens, quando a população de Portugal, no mais favorável dos cálculos, seria de tres milhões de habitantes, e no menos favorecido de um milhão e duzentas mil almas apenas.”⁵⁰ Grato pela estadia que passou em Tavira, a 12 de Fevereiro de 1490 concede que nos cinco primeiros anos seguintes se faça uma feira real de quarenta e nove dias, do primeiro de Setembro a 19 de Outubro, onde estão livres de tributos os panos de lã e linho, bem como várias outras mercadorias que viessem à feira.⁵¹

Diz-nos uma certa tradição oral que terá sido em Tavira que a rainha D. Leonor se terá inspirado para a criação das Misericórdias, instituição naturalmente portuguesa, ao ver como padeciam os muitos estropiados e doentes de peste que chegavam do Norte de África ao Hospital de Tavira - ou não são obras de Misericórdia cuidar dos doentes e resgatar os cativos. O facto é que a Misericórdia

de Tavira foi das primeiras a nascer em Portugal. Não nos querendo aventurar em especulações românticas, é no entanto necessário sublinhar que D. Ana de Mendonça tinha ligações familiares muito fortes a Tavira, sendo neta de Fernão Martins do Carvalhal, que fora alcaide da mesma cidade, entre outros familiares que nela residiam.

D. Manuel I

Damião de Góis (1502-1574) diz-nos acerca de D. Manuel I: “a cousa que el-rei sobre todas mais desejava era ter na costa do mar da Berbéria muitas vilas e lugares”⁵² - e de facto, foi no seu reinado que Portugal conseguiu o maior domínio em Marrocos. Ao que parece, O *Venturoso* - que foi venturoso, não por ter a ventura de chegar à Índia, mas desde logo por ter tido a ventura de chegar ao trono -, enquanto Rei, visitou Tavira pelo menos uma vez, pois já lá tinha estado em 1489, quando era ainda Duque de Beja, a acompanhar o seu antecessor. Não sendo a chancelaria manuelina alvo de grandes estudos que reescrevam os seus itinerários - ainda, esperamos nós -, e uma vez que não contemplámos tal investigação,



Pintura de D. Manuel I. Cópia de Alberto Cutileiro, 1960. Museu de Marinha

apenas podemos assegurar que D. Manuel I esteve em Tavira no dia 9 de Outubro de 1499, e alguns dias entre o final de Novembro e o início de Dezembro de 1508. Damião de Vasconcelos afirma que o monarca esteve em Tavira a 17 de Abril de 1509 e em Novembro de 1516, mas sem apresentar qualquer prova documental dessa eventual estadia do monarca.

Joaquim Veríssimo Serrão aponta que D. Manuel I assinou uma carta régia de nomeação de Luís Álvares, morador em Anrea-de, como escrivão com todos os privilégios inerentes ao cargo, em Tavira, no dia 9 de Outubro de 1499⁵³. Contudo, por desconhecermos os motivos que o terão trazido ao Algarve, é difícil averiguar os dias da visita e os outros passos que no Algarve terá dado.

As razões do regresso do *Venturoso* a Tavira são conhecidas, e estão muito bem detalhadas na *Chronica do felicissimo Rei Dom Emmanuel* (1566) que Góis redigiu a pedido do Cardeal D. Henrique e que é fonte insubstituível para este período da história de Portugal. Estando D. Manuel a um domingo a ouvir missa em Évora, é surpreendido com a notícia de que Arzila estava a ser atacada e era preciso despachar socorro. Recebendo tal má notícia depois da Missa, almoça e manda de imediato preparar uma cavalgadura veloz para se dirigir para o Algarve. Assim, na companhia do pajem Álvaro de Sousa e de mais “sete ou oito”, partiram apressadamente de Évora. Iam já na serra do Algarve quando lhe rebentaram as ilhargas que tinha a proteger as pernas, o que o obrigou a parar. Nisto recebem notícias dizendo que Arzila já tinha sido socorrida, o que os faz descer até Tavira com mais vagar. Porém, com medo que a guarnição sucumbisse aos sucessivos ataques que o Rei de Fez fazia à dita praça, decide o soberano ir ele mesmo a Marrocos:

⁴⁶ Traduzida para francês pela primeira vez em 1958, pelo beneditino belga Charles Martial De Witte. *Une lettre inédite du roi Jean II au pape Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa*, sep. Studia, n.º 1 (1958), pp. 90-100. Publicada em latim em FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no século XV. Volume III - Colectânea Documental 1472 - 1514*). Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, p. 205.

⁴⁷ Col. Podocataro, caixa 7, n. 468.

⁴⁸ FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no século XV. Volume I.*, pp.173-174.

⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Itinerários de El-Rei Dom João II...*, p. 354.

⁵⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Expedições e Armadas...* p. 51.

⁵¹ *Ibidem*, p. 20.

⁵² COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I 1469-1521 - Um Príncipe do Renascimento*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2005.

⁵³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Tavira – um percurso na história (séculos XII – XVIII)*. [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 2001. p. 44.

“no que estando resoluto, se juntaram ali por mar, e por terra em espaço de cinco dias passante, mais de vinte mil homens a pé e a cavalo, porque todos acudiam a este rebate, como se fora pela principal cidade do Reino, e assim chegou muita artilharia, e outras munições de guerra que ele mandara vir de Lisboa, e muitos mantimentos, e navios para poderem recolher toda esta gente, e munições: mas estando este propósito já prestes para embarcar, lhe veio o recado, como el Rei de Fez levantara o cerco, e se fora para Alcácer Quibir, pelo que desistiu da viagem (...)”⁵⁴.

Apesar de ser da vontade de D. Manuel I atravessar as águas, acabou por ficar em terra, enviando só alguns navios com tropas e mantimentos para reforço bélico e reconstrução da muralha. Nestes dias “(...) a vila algarvia pudera assistir ao maior ajuntamento de guerra jamais feito em defesa do domínio português no Magrebe.”⁵⁵

O principal resultado desta visita régia foi a construção do Convento das Bernardas, como é conhecido. Em acção de Graças pelo levantamento do cerco de Arzila, D. Manuel decide construir no local onde tinha reunido as tropas que iam defender no referido combate, um Mosteiro feminino, projecto que já se vinha a arrastar desde o tempo de D. João II, e que o próprio já tinha confirmado numa carta em 1495, o qual, porém, jamais se concretizara. Era, de facto, necessário criar um convento feminino no Algarve, dado ali não existir algum, como lembra o próprio Rei em carta que envia aos *Confrades do Hospital do Espírito Santo de Tavilla*, em 1495: “e pois que é tão necessário de haver o dito Mosteiro nesse Reino [dos Algarves], onde tantas pessoas honradas vivem, que nele quererão meter suas filhas”⁵⁶. O Mosteiro, que inicialmente iria albergar irmãs clarissas, acabaria por ser entregue a monjas de São Bernardo de Cister, consagrado em 1530 a Nossa Senhora da Piedade. Convém lembrar que este terá sido desde a sua fundação até ser destruído, sem dúvida o edifício mais imponente da cidade, de arquitetura manuelina, e com um claustro do mesmo estilo com dois andares.

D. Sebastião

D. Sebastião foi o último monarca da Dinastia de Avis a visitar Tavira, visitando-a em duas ocasiões. A primeira, incluída num roteiro ao Algarve e Alentejo, o qual durou quarenta e quatro dias, entre Janeiro e Fevereiro de 1573, e a segunda, no ano seguinte, que foi somente uma escala antes de seguir para Tãnger.

Acompanhado por uma comitiva composta, sobretudo, de titulares e fidalgos, tinha como objectivo eminente “fiscalizar e co-

nhecer no terreno o andamento da implantação e da organização das companhias de ordenanças e de verificar o estado das fortificações costeiras”⁵⁷.

Esta visita encontra-se detalhadamente descrita numa crónica, já amplamente conhecida e divulgada, e contemplada também nas obras de Damião de Vasconcelos, de Alberto Iria, bem como nas de Ofir Chagas. Contudo, considerámos por bem, apesar de já conhecida por muitos, incluir neste texto o que dessa crónica diz directamente respeito à passagem de D. Sebastião pela cidade de Tavira, uma vez que este é um marco importante na história da cidade, merece ser evocado, ou não evoca esta edição o significado de Tavira, mormente no século XVI.

Em Évora ficaram os tribunais, as chancelarias e outros funcionários superiores; por isso, o que nos dá com precisão os itinerários é apenas a dita crónica, da autoria de João Cascão. Desta, existem quatro manuscritos, cujo conteúdo é o mesmo, sendo apenas versões diferentes. Dois deles, intitulados *Da visita que El-Rei deu no ano de 73 aos lugares de Alentejo e como veio a Évora, estando El-Rei nela, o Arcebispo de Lauciano Nuncio do Papa*⁵⁸, encontram-se um na Biblioteca Nacional de Paris e outro na Biblioteca Nacional de Lisboa. Ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa, foi encontrado uma idêntica versão da “relação” num *Códice Alcobacense*⁵⁹, e outro no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este último foi transcrito e publicado entre 1886 e 1887 na *Revista de Ciências Militares*⁶⁰. Presume-se que será daqui que Damião de Vasconcelos terá ido buscar os excertos que inclui na sua monografia. Porém, Francisco de Sales Loureiro (1919-2000) viria a encontrar no Arquivo da Casa de Cadaval, em Muge, um novo manuscrito da autoria do mesmo João Cascão, intitulado *Relação da Jornada de El-Rei D. Sebastião, quando partiu da Cidade de Évora*. João Cascão foi cronista de D. Duarte - Duque de Guimarães, filho do Infante D. Duarte, irmão de D. João III e da Duquesa D. Isabel, filha do quarto Duque de Bragança – que acompanhou D. Sebastião nesta jornada. Esta versão do manuscrito do Arquivo da Casa de Cadaval, por avançar em numerosos factos que os outros não aludiam, foi publicado pelo mesmo historiador que o encontrou em 1984, antecedido de um estudo e de uma introdução. A esta publicação⁶¹ vamos nós beber para apresentar aqui numa breve sinopse a visita régia.

“Num registo pautado por grande vivacidade, João Cascão vai descrevendo, dia a dia, o percurso da comitiva régia, conseguindo, ao mesmo tempo, incorporar profusão de dados e informação de vária natureza sobre as localidades visitadas. Se alguma constante se verificou ao longo de todo o percurso da caravana real, esta foi, sem dúvida, a exteriorização das manifestações de alegria e de submissão das populações perante a presença do rei. Muita gente se ajoelhou à sua passagem, ou ergueu as mãos aos céus, em oração.

Em Ourique, vários homens lhe foram beijar os pés. Em algumas localidades algarvias, esperavam-no verdadeiros banhos de multidão. Afirma-se que em Lagos, toda a gente do Algarve acudiu a vê-lo. E a Tavira acorreram, inclusivamente, muitos castelhanos. Em muitos locais, a presença do rei era assinalada com velas nas janelas ou nas portas e com tochas ou barris de alcatrão acesos sobre muros. (...) Em suma, parecia na verdade que, tal como exclamara um mareante inspirado pelo aparecimento de uma baleia, durante um giro de barco entre Vila Nova de Portimão e Alvor ‘até os peixes do mar lhe vinham fazer festa’.”⁶² Surgem também vários pormenores relativos à personalidade do Rei, o que forneceu, ou confirmou, dados importantes à autora da sua mais recente biografia. É de reforçar que nesta viagem o monarca mostrou particular interesse pelos locais míticos dos seus antepassados. Vai a Ourique, onde apeado reza e profere algumas palavras, pois seria uma ofensa pisar a cavalo aquele “chão sagrado”, e manda erigir um arco do triunfo para celebrar o valor da batalha e a aparição de Cristo a D. Afonso Henriques. Vai também a Alvor visitar a casa onde D. João II morrera, e igualmente a Sagres, onde a paisagem terá exercido nele um forte impacto. No *Sacro Promontório* fica alojado num mosteirinho, local que será muito simbólico na sua vida, pois irá lá regressar em peregrinação em Setembro do mesmo ano, e ainda nos anos de 1575 e 1576. Foi a 21 de Setembro desse ano de 1573 que aí se armou a si próprio cavaleiro da Ordem de Cristo.



Pintura de D. Sebastião, Cristóvão de Moraes, entre 1571 e 1574.

Conta João Cascão que El-Rei no dia 31 de Janeiro, depois de ouvir Missa⁶³, sai de Faro pelas 10h da manhã em direcção a Tavira. Chegando

“a uma igreja da advocação de Nossa Senhora da Luz, uma légua de Tavira, onde da cidade o esperavam a gente de cavalo, e seriam 100, muito bem concertados; e muitos deles à mourisca, e todos com suas lanças e adargas, e sete bandeiras de Ordenança, as quais antes de chegar El-Rei um pedaço fizeram sua salva muito bem feita.”⁶⁴

À entrada de Tavira, foi Sua Majestade recebida com danças e com um arco armado “muito grande e formoso”, decorado com panos de seda, a imitar uma entrada triunfal. Junto ao arco, recebido pela multidão à cunha, é pregado um sermão de boas-vindas pelo “Prior”. O sermão está registado, possivelmente na íntegra, na crónica de Cascão. Começando com extensas palavras de elogio ao Rei e ao seu governo, em seguida salienta os feitos dos tavirenses, exaltando o seu mérito no socorro, muitas vezes a expensas suas, das praças africanas quando estas eram atacadas. Por fim, lamenta a decadência de Tavira nos anos mais recentes; quiçá palavras no mínimo exageradas.

⁵⁴ GÓIS, Damião de - *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel. Parte II*. Nova Edição, conforme a primeira, anotada e prefaciada. Dirigida por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 91.

⁵⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Tavira..., p.46.

⁵⁶ VASCONCELOS, Damião Augusto - *Notícias Históricas de Tavira - 1242 - 1840*. Anotações de Arnaldo Casimiro Anica. [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 1999.

⁵⁷ CRUZ, Maria Augusta Lima - *D. Sebastião*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2006. Página 257.

⁵⁸ LOUREIRO, Francisco de Sales - *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve - A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão*. Livros Horizonte [s.l.], 1984.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 10.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² CRUZ, Maria Augusta Lima - *D. Sebastião*..., p. 258.

⁶³ A Missa, sempre matinal, está presente na rotina diária do Rei, era prática muito comum dos monarcas e de muitos fidalgos, e mesmo até de gente do povo das áreas urbanas, na Europa daquele tempo, assistir à Missa diariamente, observância que veio a ser mais exigida após Trento.

⁶⁴ LOUREIRO, Francisco de Sales - *Uma Jornada*..., p. 114.

“não desmerece a Vossa Alteza erguer os seus olhos misericordiosos e pô-los nela, para que veja as quebras, faltas, ruínas e perdição que nela vai, que é tanta que não enxergará Vossa Alteza nela mais que a pintura, obra e figura do que antes foi. Não achará mais que ser um corpo, sem alma, nem espírito, nem sentido, se com a sua presença Real não tornar a ressuscitar, e cobrar o que tem perdido porque, vendo estas misérias, necessariamente as deve remediar, pois tudo redund a em glória de Deus, e seu serviço seu, usando com ela de sua Real liberdade, dando-lhes os favores, fazendo-lhe as mercês, outorgando-lhe as liberdades que ela de Vossa Alteza espera.”⁶⁵

Como escreveu Joaquim Romero Magalhães (1942-2018) a propósito da mesma prática: “Exageros de eloquência com que se tentaria aproveitar a exaltação de um momento solene para pedir auxílio para a terra.”⁶⁶ De facto, ao longo do século XVI Tavira não ficou menos populosa, apenas perdeu o pioneirismo, devido ao asoreamento da boa barra natural que tinha e que permitia navegar rio-acima até à ponte, no centro da cidade. Só em inícios do século XVII Faro alcança maior expressão populacional do que Tavira. Através do padre agostinho Frei João de São José, na sua *Corografia do Reino do Algarve* (1577), podemos compreender a que se refere o pregador descrito na crónica com tais palavras. A cerca amuralhada encontrava-se destruída, porque, como em todos os locais onde não havia receio de guerra, a população tinha começado a construir junto aos muros, por dentro, mas sobretudo por fora. Como tal, a terça parte da área citadina estaria “arruinada e sem moradores e a mais barata mercadoria e que mais presto nela se acha são casas, ao menos se não estão nos lugares mais frequentados de povo.”⁶⁷ A população tentava, tal como aconteceu noutros locais ao longo dos séculos XV e XVI, fugir aos encargos impostos pelas administrações concelhias a que eram obrigados os moradores vila-adentro. A viragem pode ter-se também iniciado a partir do ano da publicação da *Corografia* (1577), pois coincide com o mesmo ano da transferência da Sé de Silves para Faro. Do seu dinamismo comercial e do seu significado regional, escreve o autor da referida obra:

“servia de escala a todos eles e com a continuação dos passageiros e das mercadorias que dela [África] vinham, que era muito mel, cera, courama, pescado seco, tâmara, cavalos e gado e com outras engrossava a terra muito.”⁶⁸

Não temos dúvidas por isso, não obstante o declinar das condições naturais do porto, que no início do último quartel do século XVI:

“sem dúvida [Tavira] é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela.”⁶⁹

Após o sermão, estando ausente o alcaide Martim Correia da Silva, ordenou o Rei que tomasse as suas funções Cristóvão Távora. A D. Sebastião são entregues simbolicamente as chaves da cidade, e passa o Rei para debaixo de um pálio de damasco branco e carmesim, segurado pelos vereadores, e em cortejo passou pelas ruas da cidade onde lhe deitavam das varandas água de cheiro. Este pálio onde receberam o Rei foi oferecido depois ao Mosteiro de freiras da cidade. Diz o cronista que as ruas estavam cheias de gente, inclusive castelhanos que vieram de Aiamonte. Na praça, estava também um arco, enfeitado com a figura de Marte, o deus da guerra, armado com uma espada na mão. A cidade estava toda ela enfeitada e muito embandeirada, em especial o Castelo. Depois desta recepção, o monarca foi à Igreja Matriz – presumimos que fosse a Igreja de Santa Maria, por ser a principal - rezar uma oração, indo depois para a casa onde ficou alojado. D. Sebastião é o único monarca de quem temos a certeza do lugar onde pernitou. Era comum ao tempo os reis, em visitas régias a locais que não providos de paços, ficarem alojados nas casas dos alcaides, no interior dos castelos, tal como aconteceu em Lagos. Mas D. Sebastião, possivelmente por esta ter melhores condições, ficou fora da muralha, na casa da família Corte Real, que estava ladeada da Ermida de Nossa Senhora do Loreto, demolida em 1888 para a construção do Jardim do Coreto⁷⁰. O único vestígio que resta desta Ermida é a imagem da devoção que se encontra hoje na Igreja de São Francisco. Depois de curto descanso nos seus aposentos, saiu para cavalgar pela cidade, visitando o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, de irmãs bernardas⁷¹. D. Duarte, por sua vez, foi pelo rio abaixo num batel ver o Forte de Santo António, hoje vulgarmente conhecido por Rato. À noite, todas as casas junto ao rio estiveram iluminadas com tochas, nas ruas barris de alcatrão a arder e também houve foguetes. No dia seguinte, domingo, 1 de Fevereiro, o Rei ouviu Missa na Ermida de Nossa Senhora do Loreto, finda a qual almoçou⁷² ao som violas de arco e de dulzainas “que tangeram enquanto comeu”⁷³. Depois de almoço, fizeram ao Rei um auto sobre barcas no Gilão. Um castelo de madeira sobre duas embarcações, simbolizava um acastelado marroquino, o qual tentavam conquistar seis bergantins cristãos. O combate entre uns e outros foi com laranjas, até que o grupo de cristãos consegue conquistar o castelo maometano e, prendendo os que lá estavam com cordas, trouxeram-nos à presença do Rei. Mas, por estar aborrecido e por não ter gostado do auto, D. Sebastião não os quis receber. A frase do cronista, depois de descrever a peça, sintetiza bem a opinião da corte e do monarca que das varandas da casa onde estavam terão assistido: “[Depois de terem trazido os presos e de o rei não os ter querido ver] Desta maneira se acabou a festa, que foi a mais sem sabor coisa que podia ser.”⁷⁴ Terminado o desastroso espectáculo, foi El Rei num bergantim, ladeado de outro com as chamarelas, ver o Forte que D. Duarte no dia anterior visitara, enquanto D. Duarte,

noutro bergantim também com música, subiu o rio para ver os pomares. Porém, como começou a chover, tiveram de recolher aos aposentos mais cedo.

Depois disto, ainda houve toiros! Preparado um rossio para se correrem os bravos animais, de onde às melhores janelas viram a corrida o monarca e os duques de Guimarães e de Aveiro.

“Os toureiros de cavalo foram o Alferes-Mor, D. João de Castro, Cristóvão de Távora, D. Martinho de Sousa, João de Castilho. Os touros foram muito mansos, um só houve que tinha mostras de bravo; a este fez Cristóvão de Távora e o Alferes-Mor algumas sortes boas e más (...)”⁷⁵.

Narra-se em seguida um episódio revelador da personalidade de D. Sebastião, idêntico até a outro episódio já ocorrido em Moura. Dos toiros de Tavira, como vimos, um era mais bravo, e esse mesmo terá saltado, e para se defender da investida, um homem defendeu-se com uma lança e o toiro caiu por terra, derramando muito sangue e ficando imobilizado. “El-Rei sentiu muito matarem este touro; mandou prender o homem, o qual se acolheu, e prenderam outro moço do monte que estava com ele.”⁷⁶ Em Moura, um soldado trespassou o toiro com uma lança, e o Rei reagiu da mesma maneira⁷⁷. Esta corrida de Tavira, juntamente com as outras da jornada, terão sido as primeiras a realizar-se em Portugal depois do levantamento da proibição de Pio V (1504-p.1566-1572). Na verdade, em 1567, Pio V tentara a abolição das lides taurinas, lançando uma bula pela qual se excomungavam todos aqueles que toureavam, ou que consentiam o espectáculo.⁷⁸ Filipe II (1527-r.1554 (Rei de Espanha) –r.1581 (Rei de Portugal) -1598) e o clero espanhol, com quem o Papa contava ter apoio para erradicar a tradição, ficaram indiferentes às prerrogativas da bula. Em Portugal desconhecemos a sua aplicação, mas sabemos que numa das constituições do Arcebispado de Lisboa, o Cardeal D. Henrique (1512-r.1578-1580) cumpriu a doutrina da bula e proibiu o toureio em todo o território nacional. Em 1573, fruto de muita insistência de Filipe II e de D. Sebastião, Gregório XIII levanta as penas impostas por Pio V.⁷⁹ D. Sebastião era um entusiasta das lides taurinas que regressavam agora com mais pompa do que nunca às festas reais, pompa essa igual à que haviam logrado já no tempo de D. Duarte e de D. João II, monarcas que muito gostavam também de praticar sortes, fazendo-o com habilidade.

Voltando à visita régia a Tavira, no final da toirada cavalgou D. Sebastião pelo termo da cidade, acompanhado por D. Álvaro de Castro e do seu estribeiro-mor, enquanto D. Duarte foi no batel ver os pomares, que há pouco não conseguira ver por causa da chuva.

A crónica volta a referir que Tavira “teve mais de 3500 viziños, porque ora está muito despovoada, não tem mais de 1500”⁸⁰,

^[1] LOUREIRO, Francisco de Sales - Uma Jornada..., p. 117.

^[2] MAGALHÃES, Joaquim Romero - O Algarve na Época Moderna. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 89.

^[3] Ibidem, p. 88.

^[4] Ibidem, p. 84.

^[5] Ibidem, p. 85.

^[6] “A casa onde aquele Monarca pousou em Tavira situava-se frente ao Rio e pegada à Ermida de Nossa Senhora do Loreto, segundo João Cascão. Ora, aquela Ermida situava-se, sem dúvida alguma, poucos metros para Oeste do ponto onde hoje se ergue o coreto do Jardim público da Praça o que consegui apurar pelas confrontações constantes em diversas escrituras que consultei. E na planta da Cidade levantada no final do século XVIII pelo Engenheiro militar José Sande de Vasconcelos, planta que se publica em Apêndice nesta edição, se constata a existência de um extenso edifício naquele local, edifício que foi adquirido pela C.M.T. por escritura de 14-4-1888 para possibilitar a feitura do Jardim Público. Nessa escritura vem a referida Ermida designada por um “armazém”, o que se deve ao facto da sua profanação para servir de estância de madeiras, como consta de um ofício que transcrevi a pág. 85 do meu trabalho “O Hospital do Espírito Santo e a sua Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira” editado em 1983. O edifício em questão foi residência da família Mendonça Corte Real ocorrida em 1727. A partir de então teve diversos moradores, sendo em 1888 seu proprietário José Maria Parreira, residente em Coimbra. Em 1-1-1633 morava nele Bernardo de Mendonça Corte Real, como atesta uma escritura dessa data existente no Cartório Notarial de Tavira.” In VASCONCELOS, Damião Augusto - Notícias Históricas de Tavira - 1242 - 1840. Anotações de Arnaldo Casimiro Anica. [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 1999.

^[7] Pensamos que o cronista se tenha enganado ao referir “freiras da Ordem de S. Francisco”, quando na verdade eram de Cister.

^[8] Apesar de as crónicas referirem jantar, sabemos hoje que se chamava jantar à refeição que hoje tomamos à hora de almoço.

^[9] LOUREIRO, Francisco de Sales - Uma Jornada..., p.118.

^[10] Ibidem.

^[11] Ibidem, p.119.

^[12] Ibidem.

^[13] Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima - D. Sebastião., p. 217.

^[14] Teologicamente o que se defendia não era o respeito a toda a criatura por Deus concebida, mas o valor do corpo humano, da vida e da alma, que fora afirmado em Trento. Porque destes espectáculos “(...) muitas vezes provêm mortes de homens, mutilação a corpos e perigos a almas.” decidiu o Sumo Pontífice terminar com os mesmos. In ALMEIDA, Jayme Duarte de (coord.) - História da Tauromaquia - técnica e evolução artística do toureio. 1º Volume. Lisboa: [s.d.] Artis, pp. 114-115.

^[15] “Sixto V promulga ordens que, no mesmo sentido, apenas dizem respeito ao clero e, por último, Clemente VIII tem a coragem de levantar, na totalidade, as excomunhões lançadas sobre quem quer que fosse.” In ALMEIDA, Jayme Duarte de (coord.) - História da Tauromaquia - técnica e evolução artística do toureio. 1º Volume. Lisboa: [s.d.] Artis, p. 115.

^[16] LOUREIRO, Francisco de Sales - Uma Jornada..., p. 119.

mas tudo nos leva a concordar com Romero Magalhães, ao afirmar que muita da população se terá deslocado para o arrabalde, e mesmo para o termo.⁸¹

Segunda-feira dia 2 de Fevereiro, como se celebrava a Festa de Nossa Senhora das Candeias, o Rei dirigiu-se para o Convento de São Francisco, onde ouviu Missa. “Houve procissão pela claus-tra do mosteiro na qual El-Rei andou com um círio grande aceso na mão, e o Senhor D. Duarte com outro.”⁸² Deste dia não sabemos mais nada. No dia seguinte, depois de ouvir Missa em Nossa Senhora do Loreto, rumou a Castro Marim, efectuando uma pa-ragem em Cacula. D. Sebastião regressará à cidade um ano depois, mesmo antes da sua primeira passagem a Marrocos.

Em Agosto de 1774, o Rei parte furtivamente de Cascais para não dar tempo nem a D. Catarina, nem ao Cardeal D. Henrique de o impedirem de ir ao Norte de África. “A surpresa só resultou, afinal, do sigilo que rodeou o momento da partida. O que está longe de permitir afirmar que o rei partiu de improviso, levado por um impulso de momento.”⁸³ Chegando a Tânger escreve a Miguel de Moura (1538-1600) confessando o objectivo da visita: “enten-der melhor e de mais perto o como poderia mandar fazer guerra ao xarife com maior poder como tenho ordenado que se lhe faça”⁸⁴, o que testemunha o interesse em verificar em que condições militares se encontravam aquelas praças. Entre a costa algarvia e a costa mar-roquina, vindo de Lagos, a 21 de Agosto, pernoita em Tavira, e no dia seguinte: “El domingo 22 de este oyo missa elRey en Tavira que es un puerto del Algarve y luego se embarco y se partio para Ceyta. Estas son las ultimas nuevas que aqui ay de su Alteza”⁸⁵ – escreve D. Juan de Borja a Zayas. Em Tavira ainda escreve o monarca a Filipe II anunciando a sua passagem a Ceuta. Ambas as cartas en-contram hoje o seu original no arquivo de Simancas.⁸⁶

Conclusão

Em tentame de um novo contributo para a história da cidade, que por ocasião do quinto centenário da sua elevação, desta forma é homenageada, cremos que o resultado deste trabalho deixou uma clara conclusão. Importa referir que das nove visitas régias, a de D. João I, a segunda de D. Afonso V e a última de D. Sebastião são escalas para o Norte de África, e que de todas, só a de D. João II e a primeira de D. Sebastião foram previamente planeadas. Em tudo diferentes das visitas medievais dos reis portugueses a Tavira, e diferentes também da visita que D. Carlos fará após o hiato mo-tivado pela criação do conceito de capital, a coroa desce a Tavira para a usar como mediadora do seu projecto imperialista no Norte de África, que em nada pode ser confundido com o projecto im-perialista de exploração marítima a decorrer nas mesmas centúrias.

⁸¹ *Cf.* MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve na Época...*, p. 88.

⁸² LOUREIRO, Francisco de Sales - *Uma Jornada...*, p. 119.

⁸³ CRUZ, Maria Augusta Lima - *D. Sebastião...*, p. 231.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 233.

⁸⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568 - 1578)*. 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987, p. 334.

⁸⁶ ALVES, Francisco Manuel - *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 19.

Fontes

FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no século XV. Volume II - Colectânea Documental (1371-1471)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no século XV. Volume III - Colectânea Documental (1472-1514)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

GÓIS, Damião de - *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel. Parte II*. Nova Edição, conforme a primeira, anotada e prefaciada. Dirigida por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

LOUREIRO, Francisco de Sales - *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve - A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão*. Livros Horizonte [s.l.], 1984.

PINA, Rui de - *Chronica de El-Rey D. Affonso V*. Introdução de G. Pereira. Lisboa: Escriptório, 1904.

PINA, Rui - *Crónica de El-Rei D. João II*. Nova Edição com Prefácio e Notas de Alberto Martins de Carvalho. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1950.

RESENDE, García de - *Crónica de El-Rei D. João II e Miscelânea*. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de - Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Bibliografia

ALMEIDA, Jayme Duarte de (coord.) - *História da Tauromaquia - técnica e evolução artística do toureio*. 1º Volume. Lisboa: [s.d.] Artis.

ALVES, Francisco Manuel - *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993.

ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico*. Volume II. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2001.

CHAGAS, Ofir - *Algarve e Algarvíos*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2010.

CHAGAS, Ofir - *História de Tavira. Volume I. Monarquia - República*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2015.

CHAGAS, Ofir - *Tavira - Memórias de uma Cidade*. Tavira: Edição do autor, Tipografia Tavirense Lda., 2004.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I - o que recolheu Boa Memória*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I 1469-1521 - Um Príncipe do Renascimento*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e - *Henrique - O Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

CRUZ, Maria Augusta Lima - *D. Sebastião*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2006.

FARINHA, António Dias - *Plantas de Mazagão e Larache no Início do Século XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1987.

FARINHA, António Dias - *Portugal e Marrocos no século XV. Volume I*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

FIGUERAS, Tomás García - *Expedición de los Portugueses al Río de Larache y Fundación de “La Graciosa”, en el Lukus*. Larache: Instituto General Franco para la investigación Hispano - Árabe, 1941.

FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2005.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*. Lisboa: Livraria Ferin Torres & C.ta, 1915.

GOMES, Saul António - *D. Afonso V - O Africano*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expansão Portuguesa, 2006.

IRIA, Alberto - *A conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, participada à Câmara de Tavira pela carta régia de D. Manuel, de 17 de Junho de 1511 (Documento, em cópia do século XVIII, do cartório daquela cidade, cujo original se perdeu)*. XIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências. Separata do Tomo VIII. Lisboa: 7ª Secção Ciências Históricas e Filológicas, 1950.

IRIA, Alberto - *Da Importância Geo-Política do Algarve*, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976.

IRIA, Alberto - *Descobrimentos Portugueses - O Algarve e os Descobrimentos*. Volume II. Tomo I. Lisboa: Edição do Instituto de Alta Cultura, 1956.

IRIA, Alberto - *Descobrimentos Portugueses - O Algarve e os Descobrimentos*. Volume II. Tomo II. Lisboa: Edição do Instituto de Alta Cultura, 1956.

IRIA, Alberto - *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*. Faro: Delegação do Algarve para as comemorações henriquinas - V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

IRIA, ALBERTO - *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV (subsídios para a sua história)*. I - 1404 - 1449. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990.

IRIA, Alberto - *O Infante D. Henrique no Algarve (estudos inéditos)*. 2ª Edição. Braga: Centro de Estudos Gil Eanes, 1997.

MAIA, Maria, FERNANDES, Carla, LOPES, Marco, CAVACO, Sandro (coord.) - *Tavira - Território e Poder*. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira. [s.l.] 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve Económico. 1600 - 1773*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a história do Algarve medieval”. *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andalusia*. Lisboa: Câmara Municipal de Loulé, Universidade do Algarve, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João José Alves (dir.) - *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andalusia*. Lisboa: Câmara Municipal de Loulé, Universidade do Algarve, 1989.

MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.) - *O Algarve - da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

MORENO, Humberto Baquero - *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384 - 1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1988.

OLIVEIRA, Vitor Amaral de - *Sebástica - Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002.

SANTANA, Daniel, LOPES, Marco (coord.) - *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*. Loulé: Câmara Municipal de Tavira, 2006.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Idade Média (séculos XI - XV) - História de Portugal*. 8º Edição. Lisboa: A esfera dos Livros, 2017.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *A Historiografia Portuguesa - Doutrina e Crítica. Volume I. Séculos XII - XVI*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Itinerários de El-Rei Dom João II (1481 - 1495)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568 - 1578)*. 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Tavira – um percurso na história (séculos XII – XVIII). [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 2001.

VASCONCELOS, Damião Augusto - *Notícias Históricas de Tavira - 1242 - 1840*. Anotações de Arnaldo Casimiro Anica. [s.l.] Câmara Municipal de Tavira, 1999.

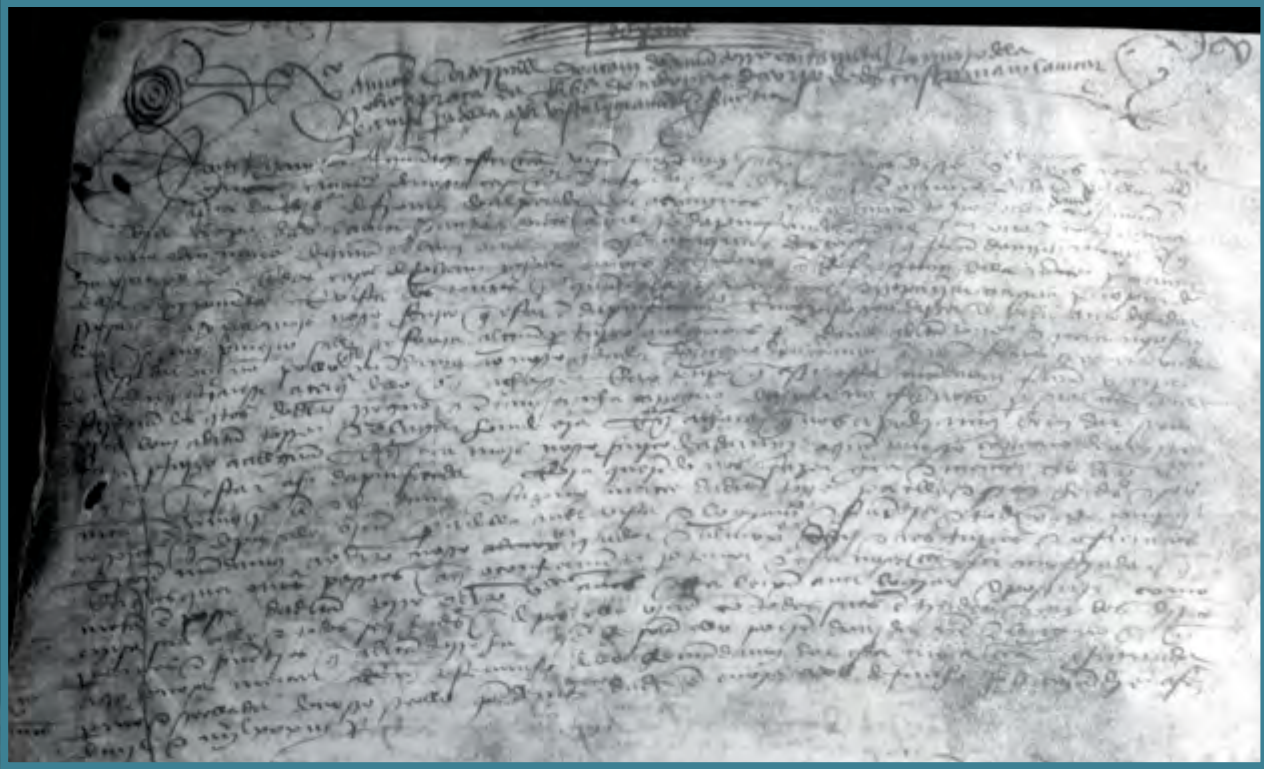


Carta de D. Afonso V de confirmação geral de todas as graças, privilégios e liberdades dadas à vila de Tavira

1451, 18 de março
ANTT, Leitura Nova, Livro 11, fl. 199v.
Imagem cedida pelo ANTT

A uilla de tauilla comfirmaçam Jeeral de todas as graças priuilegios e liberdades e *cetera* //

Item carta de comffirmaçam do comcelho e homens da uilla de tauria per que lhe comfirmam todallas graças priuilegioas liberdades franquezas e mercees que lhe foram dadas e outorgadas e comfirmadas pelos Rey que ante foram e cetera . em forma dada em santarem Xbiiij dias de março Gonçalo de moura a ffez anno de nosso senhor Jehsu Cristo de mil iiij 1j Ruy galuam a ffez escrepuer e *cetera* . //



Carta de doação de D. João II de uma torre no muro de Tavira, feita a Vasco Anes Corte Real

1483, 15 de junho

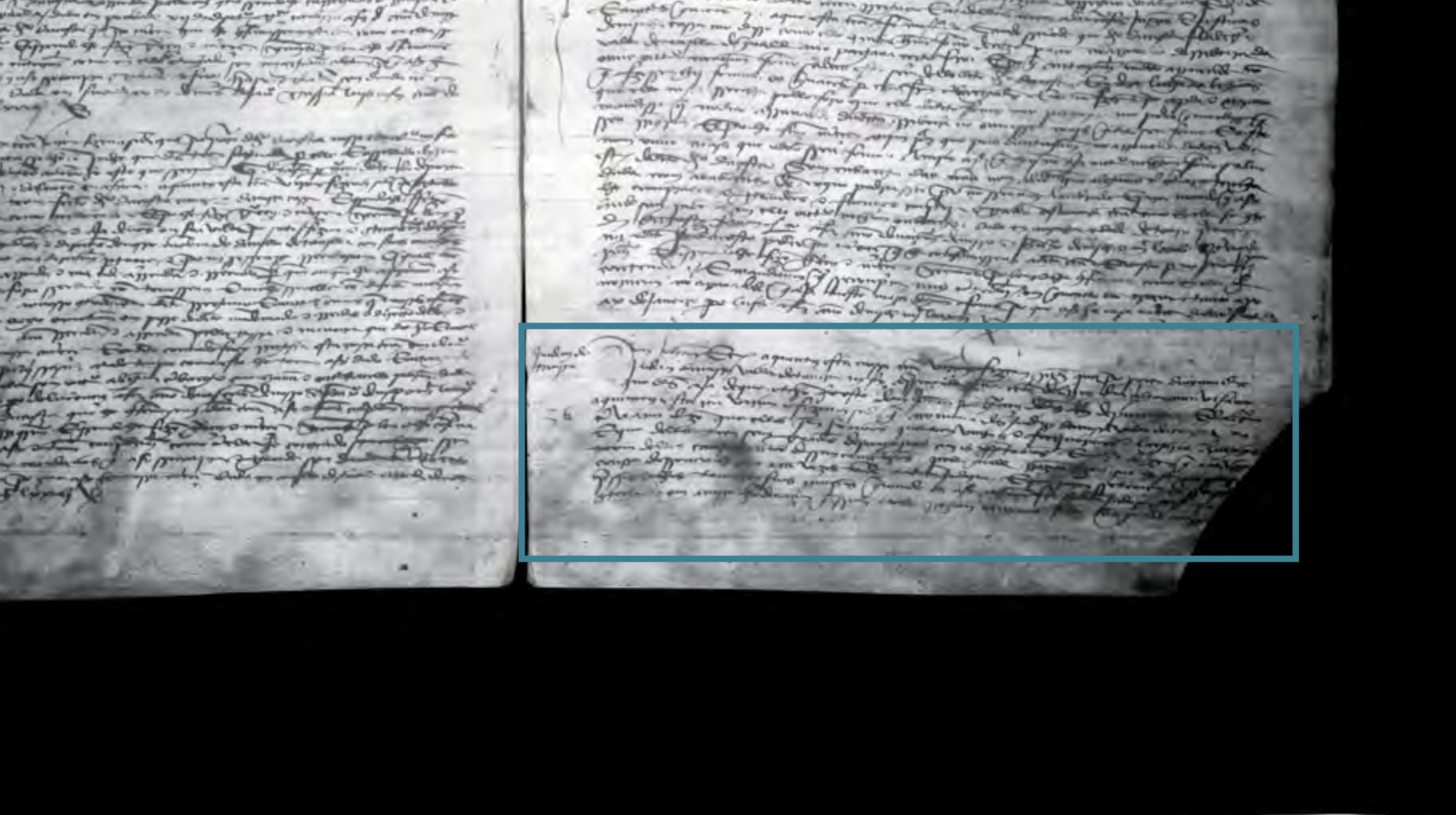
ANTT, Chancelaria de D. João II, Livro 22, fl. 75v

Imagem cedida pelo ANTT

Vasco annes Corte rreall doaçam de huũa torre em tauilla No muro dela sobre a praça da Ribeira domde per dia de corpo de deus costumam lamçar o amjo pera della aver vista logramento E seruentia

Dom Joham *cetera*. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos disse vasco annes corte Reall o moço / caualeiro de nossa casa / morador em a nosa uilla de tauyra que em o muro da dita vylla sobre a praça da Ribeira defronte do alpende dos açougues estaa huũa torre velha domde costumam em dja de corpo de deus lançar ho anjo per cordas / A qual he dapnificada E nom tem outra comfromtaçam saluo o dicto muro de huũa E da outra parte E he acerqua das casas que foram d’amrique moniz em que ora uvje pero Louremço E das casas de Joham ychoa o moço Pedjndo-nos que lhe fizessemos della mercee pera auer della logramento E vista dos touros por quanto a queria corregger E rreparir aa ssua propia despesa que asy era majs nosso seruiço que estar em dapnificamento. E nos visto sseu dyzer E pedir ante de lha darmos qujse-mos primeiro saber sse farya algum preJuizo a alguũas pessoas dando a dicta torre E sse era noso serviço de sse dar ou nom pollo \qual/ mamdamos ao nosso contador do rregno do algruarue que sse enformasse na verdade E nos estpreuesse acerqua dello o que achasse E ao tenpo que assy esta mandamos fERNAM vieira estpriuam dos contos do dicto rregno que emtam tynha carreguo de comtador nos espreueo per sua carta que elle vyra bem a dicta torre E ho luguar homde era E que achara que nos ha pudjamos bem dar ssem fazer perJuizo aalguum E que era majs nosso seruyço de a darmos a quem teuesse carreguo de a corregger que estar asy dapnificada /. E ora querendo nos fazer graça E mercee aho dicto vasco annes Teemos por bem E lhe damos E fazemos mercee da dicta torre pera elle E sseus herdeiros e soccessores que depos elle vjerem pera della auer vista E logramento E seruentja E todo o que lhe comprjr E porem mandamos ao dicto nosso¹ contador E almoxaride d’hy E aos Juizes E officiaaes E a quaesquer outras pessoas a que o conhecimento pertençer E esta nosa carta for mostrada / que metam em posse da dita torre o dicto vasco annes E lha leixem auer lograr E possujr como cousa sua elle E todos seus herdeiros que depos elle vjerem com todas suas emtradras E saydas djreitos pertenças E seruentjas que a dicta torre ha ssem lhe sobre ello poerem duuida nem embargo porque assy he nosa merçee / E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nosa carta assignada per nos E sseellada do nosso sseello pendemte / dada em euora a xb de Junho. Joham amdre a fez de mjl E iiij^c lxxxijj.

¹ Ms. riscado. “almoxarife”.



Carta de D. João II de confirmação de outra de D. João I, concedendo uma mercê à Comuna dos Judeus de Tavira

1486, 9 de janeiro

ANTT, Chancelaria de D. João II, Livro 8, fls. 148 e 148v.

Imagem cedida pelo ANTT

Era de 1442 = 1404, 22 janeiro (D. João I)

(fl. 148) Judeus de Tavira

Dom Joham E *cetera*. a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte da comuna dos Judeus da nossa villa de tauria nos foy apresentada hũa carta d'el-rrey dom Joham meu visavoo que deus aja de que o tehor he este / dom Joham per graça de deus Rey de purtugall E do algarue a quantos esta carta virem fazemos saber que a comuna dos Judeus da nossa villa de tauilla nos enviam dizer que elles sam homens que tem vinhas E figueiraes E lagares E lugares E que delles teem seus gaados de parceiras com os cristaãos E outrossy dizem que aalguns teem delles camjnhantes dessem caminhos pella qual rrazom dizem que lhe segue ssobeja coussa de sse acolherem aas vezes tarde aa dita Judaria. E que porem sse temem de sserem pressos E lhes tomarem suas rroupas quando os asy acham fora da dita Judaria como se acha conhuido em a nossa hordenaçam que ssobre tall rrazom tiuemos fecta pella qual coussa (fl. 148v) dizem que seria fecto agrauo nem sem rrazom E rrecebjam em ello grande perda. E que nos enujauam pedir por merce que a esto lhe ouuessemos algum rremedio quall nossa merçee fosse. E nos vendo o que nos assy dizer e pedir enviaram. Teemos por bem E mandamos que quando os ditos Judeus vierem de suas vinhas E figueiraes E lagares de fora de sseus camjnhos como susso dito he que elles nom ssejam por ello pressos nem lhes tomem suas rroupas posto que de uos sejam achados aos tempos que os cristãos nos seus caminhos ./ comtanto que elles quando asy vierem pera a dita Judaria venham per suas Ruas directas pera a dicta Judaria seem sseendo achados per Ruas ou lugares desauijndos E suspectos nom embargando que em a dicta nossa Ordenaçom nom sseja asy esto declarado. E porem vos mandamos a vos Juizes da dicta villa de taujlla¹ E a todo-llos outros Juijes E Justças dos nossos rregnos E a outros quaesquer a que esto ouuerem de uer per quallquer gissa que sseja a que esta carta ffor mostrada que asy esto conprirdes E guardees E façades conprjr E guardar esta nosa carta bem E compridamente pella gyssa que nella he conteudo E lhes nom vades nem consentades hijr contra ella nem nenhũa maneira que sseja caa nossa mercee E vontade he de lhe a dicta carta sseer guardada E comprida pella gyssa que em ella he conteudo E huuns E outros *all* nom façades *dante* em monte moor o nouo xxij dias de janeiro El-rrey o mandou per fernam gonçalluez Licenciado em llex E per vasco Gill pedrosso escolar em llex ambos seus vassalos E do sseu desembargo pero baçena a fez era de mjll E iiij^c Rij anos. pidindo-nos a dicta comuna per merçee que lhe confirmassemos a dicta carta. E visto per nos sseu Requerimento querendo-lhe fazer graça E merçee Teemos por bem de lha confirmamos como nella he conteudo. E mandamos que assy sse compra sem² algum embargo. dada em sintra a ix dias de Janeiro Joam de ferreira a fez ano de nosso ssenhor Jesu cristo de mjll E iiij^c Lxxxvj.

¹ Ms. repete: "de taujlla".

² Ms. riscado: "era".



Planta e descrição de Larache conforme o original de João Matteo Benedetti

In Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do Rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache, 1607 a 1617, fl. 112

ANTT, Casa de Cadaval, n.º 29, fl. 112

Imagem cedida pelo ANTT

Carta de El-Rei D. João II ao Papa Inocêncio VIII sobre a expedição à Graciosa no Rio Larache

1489, 21 de setembro

Santíssimo Padre em Cristo e Beatíssimo Senhor Inocêncio,

por Providência Divina, Senhor e Sumo Pontífice

João, pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e de Além-Mar em África e Senhor da Guiné, filho devotíssimo de Vossa Santidade, beija humildemente os vossos pés sagrados.

Considerando, Santíssimo Padre, que nós nos empenhámos em prosseguir a guerra em África e que nos move um destino, como que hereditário, a fazer guerra aos Sarracenos, inimigos da Cristandade, a fim de que, modestamente, pela nossa parte, a Fé do Evangelho aumente e a superstição maometana seja humilhada: há alguns meses, com vista a promover devida e vigorosamente a guerra, ordenámos a construção de uma fortaleza em África, a montante do Rio de nome Larache, a seis milhas da cidade dos Mouros designada Alcácer-Quebir. A fortaleza de Quebir é, com efeito, a maior e mais bem defendida de todo o Reino de Fez. Uma vez concluído o castelo que mandámos levantar, teríamos maior facilidade em derrubar as muralhas e a sua praça, ou, pelo menos, fazê-la pagar o tributo devido, bem como à região circundante, e ainda dominar um grande número de outras.

Por conseguinte, tendo dado início, com celeridade, a esta fortaleza e a uma paliçada em madeira – com um fosso ao redor já escavado e as fundações em pedra parcialmente terminadas (porque a escassez de tempo não tinha permitido concluir uma obra desta envergadura) – não pudemos prosseguir porque o Rei de Fez, a fim de nos impedir no trabalho começado, baixou, ele mesmo, com 40.000 cavaleiros e um exército de inumeráveis homens de pé - número que não nos foi dado conhecer, com exactidão, para, pouco depois, sitiar o castelo, ainda pequeno e de madeira. E, tendo dividido a sua armada, estabeleceu-se em dois campos, sob forma de cerco. O rei, com efeito, aliado ao seu filho mais velho, aos chefes e comandantes das hostes, com uma parte importante do exército, estabeleceu o seu campo, do lado de cá do rio, na direcção de Arzila, cidade dominada por nós, em África. Do outro lado do rio, montou outra hoste comandada por *Iale*, homem de grande valor, e o segundo em grandeza, não superado por ninguém no Reino de Fez. Fixados desta maneira os campos dos Sarracenos, de um lado e de outro das margens do rio, assim fortificados e ocupando ambos os cursos de água, obstruíram com pedras, durante a maré baixa, o rio Larache, através do qual, na maré alta, os alimentos eram transportados para o nosso castelo (porque, especialmente durante o Estio, quando o mar recua, o rio é navegável em determinados locais); ora, levantando, em cada uma das margens, um muro fortificado de pedras e madeira, colocaram engenhos de um e de outro lado, orientados para o rio, encerrando-o à navegação e impedindo, assim, aos nossos, o acesso aos alimentos.

Com efeito, no castelo que tinha sido sitiado pelos Mouros, existia uma guarnição de 1.500 combatentes nossos e — embora fraco no início - souberam com destreza fortificá-lo com uma paliçada, um fosso, e uma muralha, armadilhando-a à volta com bombardas, outros engenhos e projectéis; de tal forma que, durante os 40 dias que durou o cerco, nem o rei de Fez nem os capitães ousaram agredir ou atacar algum flanco. Mas, prolongando o cerco, os sitiantes pensavam forçar a rendição pela praga da doença.

O ambiente pestilento obrigava quase todos a trabalhar com febre, coisa que, nos preocupava acima de tudo o resto. Porém, tínhamos decidido, por este mesmo motivo - caso o cerco não tivesse ocorrido tão subitamente — a destruição total daquele baluarte; porque quando iniciámos a sua construção, a insalubridade do ar era-nos desconhecida. Durante o cerco, nas incursões repetidas dos nossos, a armada sarracena sofreu danos não pequenos.

Do nosso lado - ao ver que o cerco se prolongava e conhecendo o objectivo da tática inimiga, admitindo que os géneros não nos chegavam pois eram interceptados pelas barreiras do rio - decidimos alcançar África a fim de romper o cerco pela força. E convocámos, com toda a celeridade, barões e nobres dos nossos Reinos, com uma armada poderosa, reforçada por máquinas e toda a espécie de artilharia e instrumentos de guerra, com vista a fazer a travessia nos finais de setembro (muito embora o Inverno se aproximasse); confiámos no Senhor, no sentido de que, com um exército poderoso, conseguiríamos quebrar o cerco e acometer esse feito contra os Sarracenos, gesta memorável através da qual o nome de Deus seria glorificado.

Mas, logo que o Rei de Fez teve conhecimento do nosso plano e se apercebeu dos preparativos, enviou emissários aos chefes do nosso exército e aos capitães dos navios que se encontravam na embocadura do rio, declarando que, entre ele, Rei de Fez, e o Senhor D. Afonso de venerável memória, naquela altura Rei de Portugal, nosso Pai, tinha tido, durante a sua vida, paz tranquila e estável, e até amizade, desejando manter a mesma paz connosco, como seu maior desejo. Propunha-se, caso desejássemos, estabelecer tréguas durante alguns anos, levantar o cerco e retirar a sua armada, permitindo, que, sem danos, todos os soldados e guarnição do castelo regressassem à base com todos os haveres, armas e baterias sem que qualquer mal os atingisse. E, dando a sua palavra, deixar-nos-ia ainda livre uma grande parte do seu domínio e terras.

Assim que isto nos foi comunicado pelos capitães, considerando que o dito castelo tinha sido construído num local mal escolhido e molesto (atendendo à malignidade do ar, e mormente em tempo estival, pelo muito calor) e a fraca navegabilidade do rio no lugar onde se localizava a referida fortaleza; e sendo Larache situada na foz - com terras vizinhas estimadas entre as melhores do reino de Fez - e nos limites que nos foram fixados; e que poderemos, sempre, em momento oportuno, mandar edificar um outro castelo num local mais ajustado, afastado de todos os inconvenientes e perigos aos quais o outro estava exposto, e cuja edificação serviria melhor ao Altíssimo; tendo em conta, por outro lado que, neste tratado de paz, não estão compreendidas - pelo contrário, se excluem - cidades, vilas e burgos, e as terras contra as quais poderíamos prosseguir a luta, sem infringir as tréguas e a paz, decidimos não rejeitar as condições que nos oferecia o Rei de Fez, tal como dissemos. E, desde que fizemos saber aos nossos capitães que tínhamos aceite estas condições e que aqueles as comunicaram ao Rei de Fez, assim firmaram naquele lugar e após terem entregue, de um lado e de outro, os cativos, todos os nossos que estavam no castelo, com todos os seus haveres, se retiraram em segurança, livremente. Por este motivo, ocorrendo tudo segundo o que desejávamos, renunciámos à nossa intervenção armada em África.

Verdadeiramente, uma vez que tudo o que aconteceu é, para nós, motivo de louvar o Altíssimo e, não duvidando que Vossa Santidade o aprovará com agrado, quisemos transmiti-lo a fim de que seja informado da verdade de tal feito e que tenha conhecimento dos nossos esforços e diligências, dignas de crédito, que desenvolvemos em África. E, como tínhamos descrito tudo isto extensamente ao nosso enviado, ele mesmo o relatará com detalhe a Vossa Santidade e de viva voz.

Pedimos, pois, insistentemente ao Deus Onnipotente, que conserve por longos anos a Vossa Santidade em boa saúde e à sua Santa Igreja.

Do nosso castelo de Tavira, aos 21 dias de setembro de 1489

(Ass.) El-Rey

(No verso) Santíssimo Padre em Cristo e Beatíssimo Senhor,

Inocência, por Providência Divina, Senhor e Sumo pontífice da Sacrossanta Igreja Universal

A carta de D. João II a Inocência VIII (Archivio di Stato de Veneza, colecção Podocataro, caixa 7, n. 468) foi publicada por Charles Martial de Witte, O.S.B, em Studia, nº 1, 1958, p. 90-100, texto latino aqui seguido. Sugere, porém, algumas observações.

Entendeu-se pontuar de modo conveniente e, também para melhor compreensão, proceder a ajustamentos, respeitando, porém, o espírito do documento quatrocentista.

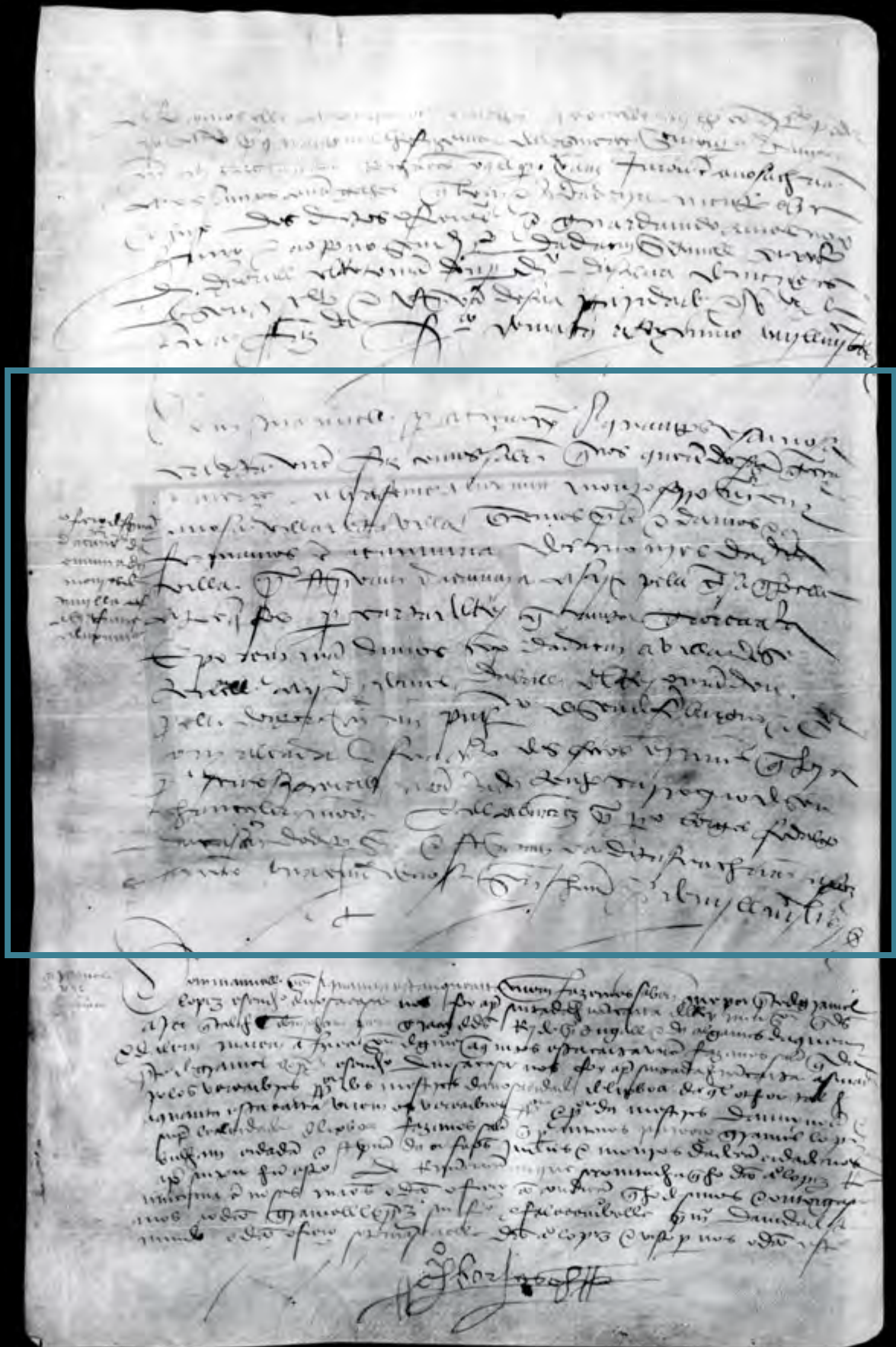
Recorreu-se, prioritariamente, ao *Lexicon Latino-Portuguez* de Francisco Pedro Brou, 1900 e a obras específicas, como *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*, edição da Sociedade de Língua Portuguesa, 1963, de Maria Alexandra Carbonell Pico e o *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*, 2ª ed. revista, 1974, de Humberto Leitão e J. Vicente Lopes. Útil foi ainda o conjunto das *Orações de Obediência dos Reis de Portugal aos Sumos Pontífices, séculos XV-XVII*, por Martim de Albuquerque, 1988.

Esta carta, testemunho rico, deve aproximar-se da produção conhecida da nossa historiografia: as crónicas de D. João II, a de Rui de Pina e a de Garcia de Resende. Ambos referem Moley-Xeque, Rei de Fez, e seu filho Moley-Hea; também contam como foram recebidos pela Corte todos os que voltaram da Graciosa com seus haveres, logo após o assento de paz em Xamez, a 27 de agosto 1489. Mais diz Resende (capítulo 82) que tudo se passou “com muito amor, muito prazer e muita honra” em ambiente festivo na ainda Vila - mas de crescente importância - que era Tavira.

Vem a propósito lembrar que, da presença portuguesa em Marrocos neste período há extensas páginas de estudiosos: sobressaem Braamcamp Freire, *Expedições e armadas nos anos de 1488 e 1489* (1915), e depois, até aos nossos dias, David Lopes, António Dias Farinha, Luís Adão da Fonseca, e ainda, Pierre de Cenival e Henry de Castries.

Comentário e transcrição realizados por Ana Isabel Líbano Monteiro



Carta de D. Manuel concedendo o ofício de escrivão da Comuna dos Mouros de Tavira a Brafeme Aluxume

1496, 2 de abril
ANTT, Chancelaria de D. Manuel, Livro 33, fl. 40v
Imagem cedida pelo ANTT

ofício de sprivam
da camara da
cumuna dos
mouros de
de taujlla
a brafame
aluxume.

Dom Manuell per graça *etc.* A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçe a brafeme aluxume mouro forro morador em a nossa villa de tavilla Teemos por bem E damos E confirmamos em a cumuna dos mouros da dita villa por strivam da camara Asy E pella guisa que ho elle ate qui foi per carta d'el-Rej que samta grorea aja E porem mandamos etc. dada em a villa de seteuell a ij dias do mes d'abrill El-Rej o mandou pelo doutor Martim pinheiro do seu desembarguo E Corregedor com alçada em sua corte dos fectos crime que hora por seu especeiall mandado ten ho carreguo de seu chamceler moor Gill aluarez por pero Borges fidalgo da casa do dito Senhor E strivam da dita sua chancelaria a fez Anno do nacimiento de noso Senhor Jesu Cristo de mjl iiiij^o LRbj.

1498, 13 de maio
ANTT, Leitura Nova, Livro 13, fl. 274v.
Imagem cedida pelo ANTT

Dom manuell e [cetera] A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardandonos a os muitos serviços que temos Reçebidos de vaasque annes corte Reall fidalgo de nossa casa e vedor della per homde toda homrra e acreçemtamento nos merece e plos que esperamos que ao diamte nos faça e assy por lhe fazermos merçee Temos por bem e lhe fazemos mercee em sua vida da alcaydaria mor do noso castello e villa de tauilla com todas suas Remdas dereito foros trabu- tos vssos e custumes e Remda dos foros das casas que estam pegadas no muro do dito castello e com todas e quaaes quer outras cousas que aa dita alcaidaria pertemçem e de dereito pertemçer possam e assy como todo tinham e auia aluaro da cunha que a dita alcaidaria teue e se finou com a quill alcaydaria moor esso mesmo auera todallas homrras graças e priuilegios e merçees que lhe dereitamente pertemçem e sempre teuerom os alcaydes moores da dita villa e castello della e o tem os outros alcaydes moores de nossos Regnos ¶ E porem mandamos aos Juizes vereadores e offiçiaaes da dita villa fidalgos caualleiros escudeiros e homens boons della que o ajam assy por nosso alcajde moor e lhe obedeçam e acatem em todo assy como a nossos alcaydes moores o deuem fazer e lhe leixem auer e aRecadar todas suas Remdas foros tributos assy como pera nos se Recadariam e sempre os ditos alcades moores ho ouueream per sy e per quem lhe aprouuer damdolhe deles o nosso comtador do Regno do alguaue almoxarife da dita villa e a quaaes quer outros a que pertemçer sua posse sem a ello lhe seer posta duuida nem embargo algum por que assy he nossa mercee dada em a çidade de toledo a treze dias do mês de mayo antonio carneiro a ffez anno de nosso senhor Jesu Cristo de mil e iiij^o LRviiij anos : //

Carta de D. Manuel dando à vila de Tavira o privilégio para fazer uma feira franca em cada ano no tempo da carregação

1511, 7 de fevereiro
ANTT, Leitura Nova, Livro 15, fl. 150v
Imagem cedida pelo ANTT

A vila de tauilla preuilegio pera se nella fazer huuma feira franca em cada huum anno no tempo da carreguaçam e [cetera]

Dom manuel e [cetera] A quantos esta carta virem fazemos saber que nos tinhamos feito merce per nossa carta aos moradores da nossa villa de tauilla pera que pudessem fazer huuma feira na dita villa no tempo da carreguaçam or cinco Annos os quaes se oram espediram E avendo nos Respeito aos serviços que continuadamente Recebemos e esperamos Receber dos ditos moradores e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e queremos e nos praz que eles atornem a fazer e façam a dita feira assi e pella maneira que atee aqui fizeram nos ditos cinco Annos com as liberdades e cousas na dita carta contuidas E esto em quanto nossa merce for E porem o noteficamos assy e mandamos a todos nossos officiaes corregedores Juizes e Justicas e pessoas a que esta nossa carta form mostrada e ho conhecimento della pertencer que lhe leixem fazer a dita feira assi em quanto for nossa merce como dito he se lhe niso poerem duuida nem empedimento algum e lhe cumpram e guardem e façam muy Inteiramente comprir e guardar esta como nella he comtiudo sem embargo que a ello ponham por que assi nos praz e he nossa merce Dada em Almeirim a sete dias do mês de fevereiro dioguo aurrulho a fez de mil e quinhentos e onze Annos :-

Da villa de tauilla preuilegio pera se nella fazer huuma feira franca em cada huum anno no tempo da carreguaçam e [cetera]

Dom manuel 7 07. quantos esta carta virem fazemos saber que nos tinhamos feito merce per nossa carta aos moradores da dita villa de tauilla pera que pudessem fazer huuma feira na dita villa no tempo da carreguaçam por cinco annos os quales se ora espediram E avendo nos Respeito aos serviços que continuadamente Recebemos e esperamos Receber dos ditos moradores e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e queremos e nos praz que eles atornem a fazer e façam a dita feira assi e pella maneira que atee aqui fizeram nos ditos cinco annos com as liberdades e cousas na dita carta contuidas E esto em quanto nossa merce for E porem o noteficamos assy e mandamos a todos nossos officiaes corregedores Juizes e Justicas e pessoas a que esta nossa carta form mostrada e ho conhecimento della pertencer que lhe leixem fazer a dita feira assi em quanto for nossa merce como dito he se lhe niso poerem duuida nem empedimento algum e lhe cumpram e guardem e façam muy Inteiramente comprir e guardar esta como nella he comtiudo sem embargo que a ello ponham por que assi nos praz e he nossa merce Dada em Almeirim a sete dias do mês de fevereiro dioguo aurrulho a fez de mil e quinhentos e onze Annos :-

pella maneira que atee aqui fizeram nos ditos cinco annos com as liberdades e cousas na dita carta contuidas E esto em quanto nossa merce for E porem o noteficamos assy e mandamos a todos nossos officiaes corregedores Juizes e Justicas e pessoas a que esta nossa carta form mostrada e ho conhecimento della pertencer que lhe leixem fazer a dita feira assi em quanto for nossa merce como dito he se lhe niso poerem duuida nem empedimento algum e lhe cumpram e guardem e façam muy Inteiramente comprir e guardar esta como nella he comtiudo sem embargo que a ello ponham por que assi nos praz e he nossa merce Dada em Almeirim a sete dias do mês de fevereiro dioguo aurrulho a fez de mil e quinhentos e onze Annos :-

Da villa de tauilla preuilegio pera se nella fazer huuma feira franca em cada huum anno no tempo da carreguaçam e [cetera]

Dom manuel 7 07. quantos esta carta virem fazemos saber que nos tinhamos feito merce per nossa carta aos moradores da dita villa de tauilla pera que pudessem fazer huuma feira na dita villa no tempo da carreguaçam por cinco annos os quales se ora espediram E avendo nos Respeito aos serviços que continuadamente Recebemos e esperamos Receber dos ditos moradores e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e queremos e nos praz que eles atornem a fazer e façam a dita feira assi e pella maneira que atee aqui fizeram nos ditos cinco annos com as liberdades e cousas na dita carta contuidas E esto em quanto nossa merce for E porem o noteficamos assy e mandamos a todos nossos officiaes corregedores Juizes e Justicas e pessoas a que esta nossa carta form mostrada e ho conhecimento della pertencer que lhe leixem fazer a dita feira assi em quanto for nossa merce como dito he se lhe niso poerem duuida nem empedimento algum e lhe cumpram e guardem e façam muy Inteiramente comprir e guardar esta como nella he comtiudo sem embargo que a ello ponham por que assi nos praz e he nossa merce Dada em Almeirim a sete dias do mês de fevereiro dioguo aurrulho a fez de mil e quinhentos e onze Annos :-

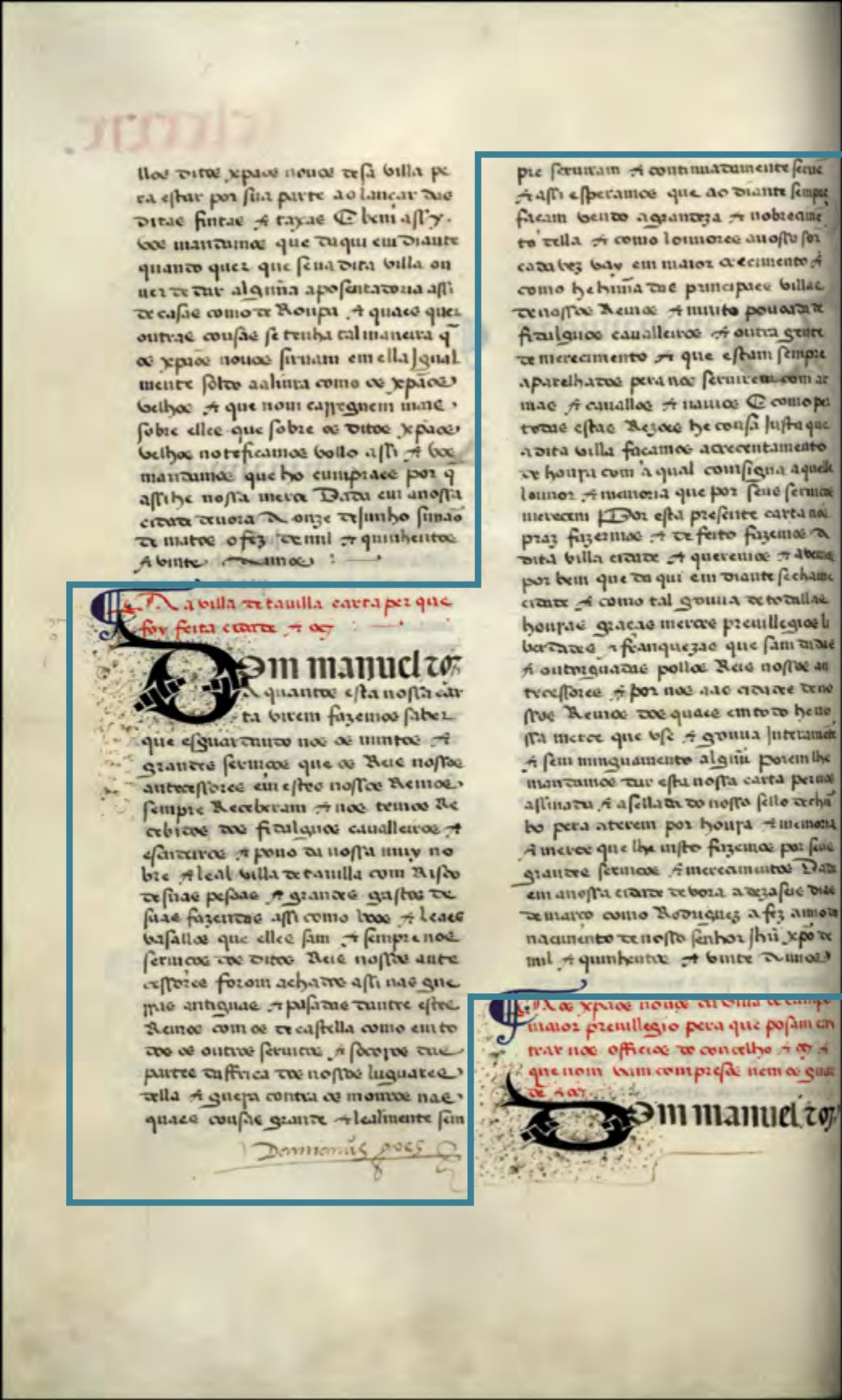


Carta de el-Rei Dom Manuel porque fez mercê à Rainha sua irmã da imposição do Sal de Tavira e Faro

1515, 19 de junho
ANTT, Gavetas, Gav. 15, Maço 13, Nº 17
Imagem cedida pelo ANTT

Dom manuel per graça de deus Rey de portugall E dos algarvees d'aquem E d'alem mar em africa Senhor de guinee E da conquista navegaçam comercio d'etiopia arabya persya E da Jmdia / a quamtos esta nosa carta virem fazemos ssaber que a senhora Rainha minha Jrmaã nos emviou dizer Como a Jmposyçam do sall da nosa Cidade de tavila E da sua vila de farom lhe era neçesaria pela melhor Recadaçam de suas Remdas E nos pidio que lha mamdasemos aRemdar por aquilo que fose bem E visto per nos seu Requerimento temos por bem E nos praz lhe fazer graça della em cada huum anno de Janeiro que vem de b^c xbj em diamte E Porem mamdamos ao veador de nosa fazemda do Regno do algarve E a outros quaesquer nosos ofiçiaaees E pesoas a que esto pertemçer que metam em pose da dita Jmposyçam do sall da dita Cidade de tavilla E vila de farom a certo Recado da dita senhora minha Jrmaã E lha leixem Recadar E Reçeber pela guisa E maneira que a nos pertemçe E se pera nos Recadaua. dada em lixboa aos xix dias do mes de Junho amtonyo de neyva a fez anno de mil b^c xb.

El-Rey

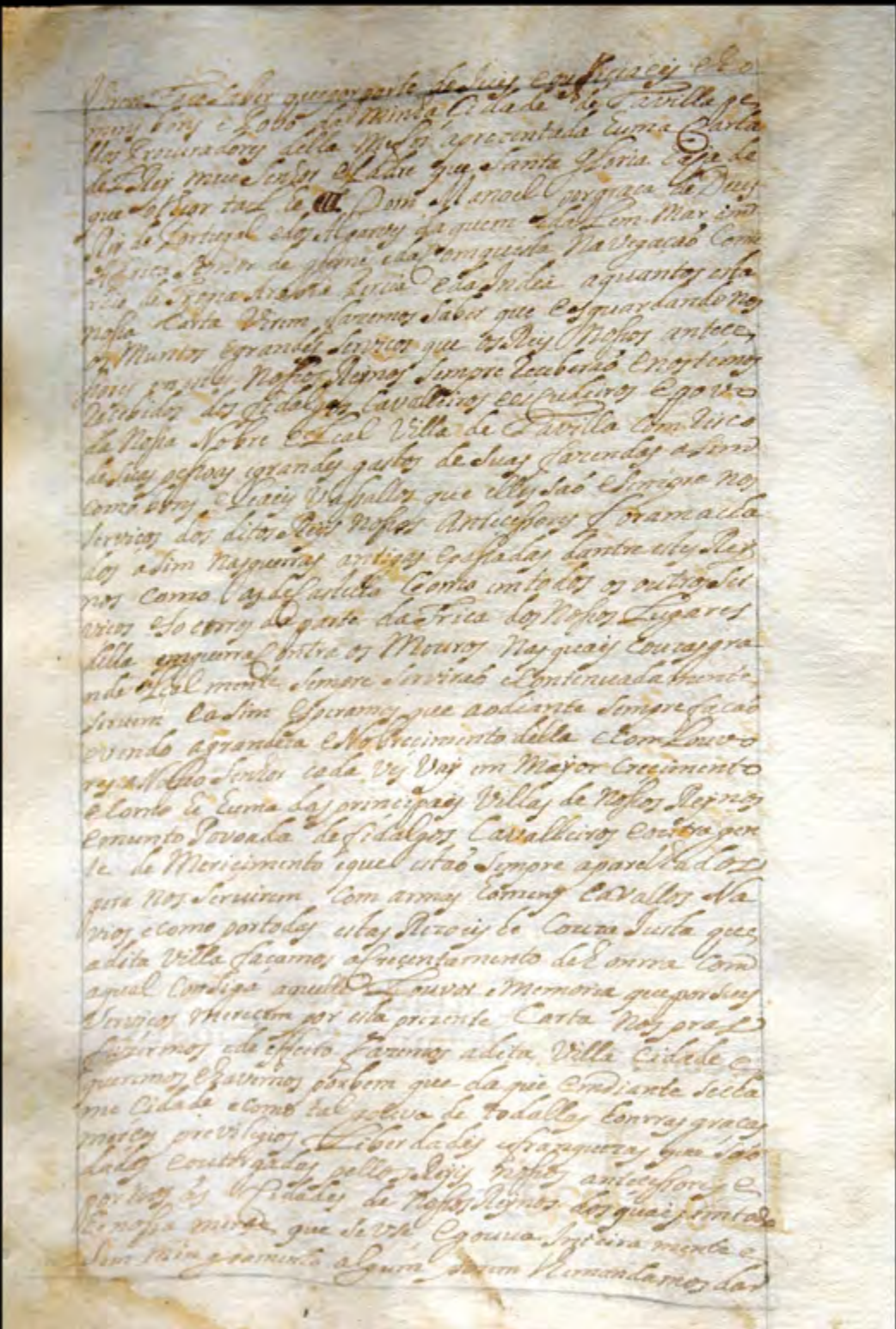
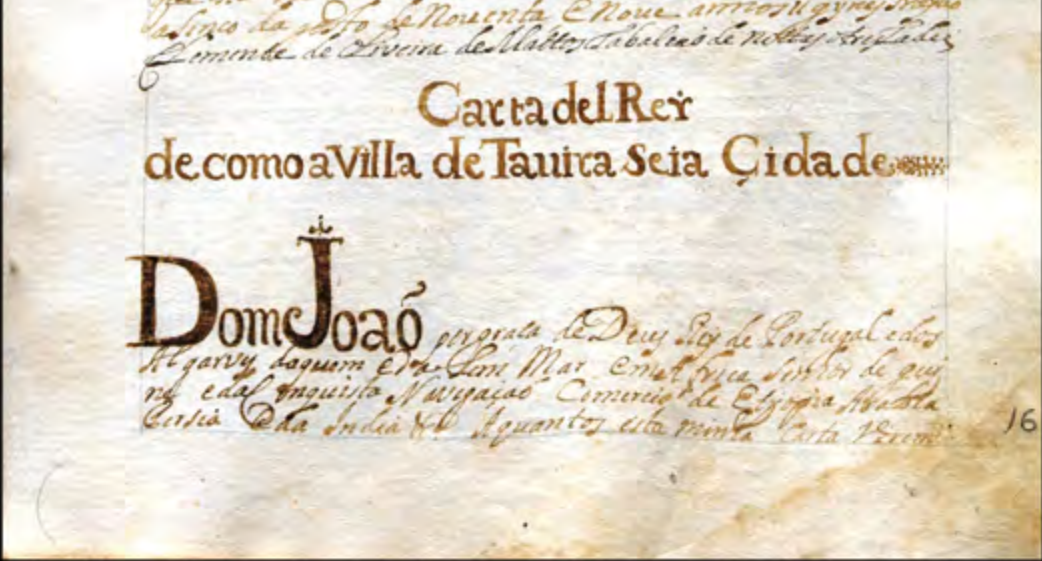


Cópia da carta régia de D. Manuel, de elevação de Tavira a cidade

1520, 16 de março
ANTT, Leitura Nova, Livro 15, fl. 189v.
Imagem cedida pelo ANTT

Aa villa de tauilla carta per que foy feita cidade e *cetera*.

Dom Manuel e *cetera*. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos os muitos E grandes serviços que os Reis nossos antecessores em estes nossos Reinos sempre Receberam E nos temos Recebidos dos fidalguos caualleiros E escudeiros E pouo da nossa muy nobre E leal villa de tauilla com Risco de suas pesoas E grandes gastos de suas fazendas assi como boos E Leaes vasallos que elles sam E sempre nos serviços dos ditos Reis nossos antecessores forom achados assi nas guerras antiguas E pasadas d'antre estes Reinos como os de castella como em todos os outros seruicos E socoros das partes d'affrica dos nossos luguares della E guera contra os mouros nas quaes cousas grande E lealmente sempre seruiram E continuadamente seruem E assi esperamos que ao diante sempre façam vendo a grandeza E nobrecimento della E como lououres a nosso senhor cada vez vay em maior crecimento E Como he huia das principaes villas de nossos Reinos E muito pouuada de fidalguos caualleiros E outra gente de merecimento E que estam sempre aparelhados pera nos seruirem com armas E caualllos E nauios E como per todas estas Rezoas he cousa Justa que a dita villa façamos acrecentamento de honra com a qual comsigua aquelle louuor E memoria que por seus serviços merecem Por esta presente carta nos praz fazermos e de feito fazemos a dita villa cidade E queremos E avemos por bem que daqui em diante se chame cidade E como tal gouua de toda-las honras graças merces preuilegios liberdades E franquezas que sam dadas E outorguadas pollos Reis nossos antecessores E por nos aas cidades de nossos Reinos dos quaes em todo he nossa merçe que vse E gouua Jnteiramente E sem mingramento algum Porem lhe mandamos dar esta nossa carta per nos assinada e asellada do nosso sello de chumbo pera a terem por honra E memoria E merce que lhe nisto fazemos por seus grandes serviços E merecimentos Dada em a nossa cidade d'evora a dezaseis dias de março co<s>mo Rodriguez a fez anno do nacimiento de nosso senhor Jesu Cristo de mil E quinhentos E Vinte Annos.



Treslado da carta de confirmação de D. João III da elevação de Tavira a cidade

Arquivo da Câmara Municipal de Tavira, B-A-013, Livro 1, fls. 16 e 17

1599, 5 de agosto

(1520/03/16 – Carta de D. Manuel)

(1525/11/10 – Confirmação de D. João III)

(fl. 16) Carta d'el-Rey

de como a Villa de Tauira Seia Cidade.

Dom Joaõ por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem Mar em Africa Senhor de guine e da Conquista Navegação Comercio de Etyopia Arabia Persia E da India *etc.* A quantos esta minha Carta (fl. 16v.) Virem. Faço Saber que por parte do Juis, E oufficiaeis E homens bons E Povo da Minha Cidade de Tavilla pellos Procuradores della Me foi apresentada huma Carta d'el-Rey meu Senhor E Padre que Santa Gloria haja de que o theor tal he ¶ Dom Manoel por graça de Deus Rey de Portugal E dos Algarves d'aquem e d'aLem Mar em Africa Senhor de guyne e da Comquista Navegação Comercio d'eTiopia Arabia Perçia E da India a quantos esta nossa Carta Virem fazemos Saber que Eesguardando nos os Muntos E grandes Seviços que os Reis Nossos antecessores em estes Nossos Reynos Sempre Reçeberaõ E nos temos Reçebidos dos fidalgos Cavalleiros E esCudeiros E povo da Nossa Nobre E Leal Villa de Tavilla Com Risco de suas pessoas e grandes gastos de Suas fazendas assim como bons E Leaeis Vassallos que elles são E sempre nos serviços dos ditos Reys Nossos Antecessores foram achados assim nas guerras antigas E passadas d'antre estes Reynos como as de Castella Como em todos os outros Serviços e socorros da parte d'aFrica dos Nossos Lugares della em guerra Contra os Mouros Nas quais couzas grande e Lealmente Sempre Servirão e Continuadamente seruem E assim Esperamos que ao diante sempre fação E vendo a grandeza E Nobreçimento della E com Louvores a Nosso Senhor cada ves Vay em Mayor Creçimento E Como he huma das prinçipais Villas de Nossos Reynos E munto Povoada de fidalgos Cavalleiros E outra gente de Meriçimento e que estão sempre aparelhados pera Nos Seruirem com armas homens Cavallos Navios e como por todas estas Rezoeis he Couza Justa que a dita Villa façamos aCreçentamento de honrra com a qual Consiga aquelle Louvor e Memoria que por seus Serviços merecem por esta prezente Carta Nos praz fazermos e de effeito fazemos a dita Villa Cidade E queremos E havemos por bem que daqui Em diante se chame Cidade e como tal gouva de toda-llas honrras graças merçes privilegios Liberdades e franquezas que são dadas E outorgadas pellos Reyis nossos antecessores E por Nos ás Cidades de Nossos Reynos dos quais em todo he nossa merçe que Se Vse, E gouua Inteiramente e Sem mingoamento algum porem lhe mandamos

17
Nesta nossa carta por Nos assignada e sellada do nosso Sello de chumbo para a terem por honrra E memoria E merce que lhe nisto fazemos por seus grandes Servicos E mercimentos etc. dada Em a nossa Cidade de Evora a dezasseis dias de Março Cosmo Rodrigues a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil e quinhentos E Vinte annos e pedindo-me os Sobreditos por merce que lhe confirmaçe a dita Carta E visto per mim seu Requerimento e querendo-lhe fazer graça E merce tenho por bem e lha Confirmo e Hey por Confirmada E mando que se Cumpra E guarde assim e da maneira que Se nella Contem E por Çerteza dello lhe mandei dar esta minha Carta per mim assignada e sellada Com o meu Sello de Chumbo dada em Almeirim a des de Novembro Ayres Fernandes a fez Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil E quinhentos, E vinte Sinco Annos //

16
3
1520

Comfirmacao desta carta porque El Rey que Dnytm
fy a Tavilla cidade

Pagou trezentos e Secenta Reis a treze dias de Agosto
de mil e quinhentos e trinta por Mandado de El Rey
nosso Senhor Pedro Gomes //

Pagoufficiaes Com o Sello de Chumbo e passar o tempo quinhentos E quarenta Reis.

Registada Na Chancellaria // ALveres //

E eu gynes Frayaõ Tabelaõ o fis tresladar da propria que esta no Cartorio da Camara e Reçenciei em Tavira a sinco dias d'agosto de Nouenta, e noue annos //

Gynes Frayaõ

Clemente de OLiveira de Mattos Tabaliaõ de Nottas que isto tresLasdei

Porque Sua Mag.^{de} fes Merce a esta Cid.^{de}
do Sallayro

Dom Alfonso

(fl. 17) dar esta Nossa Carta por Nos assignada e sellada do nosso Sello de chumbo para a terem por honrra E memoria E merce que lhe nisto fazemos por seus grandes Servicos E mercimentos etc. dada Em a nossa Cidade de Evora a dezasseis dias de Março Cosmo Rodrigues a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil e quinhentos E Vinte annos e pedindo-me os Sobreditos por merce que lhe confirmaçe a dita Carta E visto per mim seu Requerimento e querendo-lhe fazer graça E merce tenho por bem e lha Confirmo e Hey por Confirmada E mando que se Cumpra E guarde assim e da maneira que Se nella Contem E por Çerteza dello lhe mandei dar esta minha Carta per mim assignada e sellada Com o meu Sello de Chumbo dada em Almeirim a des de Novembro Ayres Fernandes a fez Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil E quinhentos, E vinte Sinco Annos //

Confirmação desta Carta per que El-Rey que Deus tem fes a Tavilla Çidade.

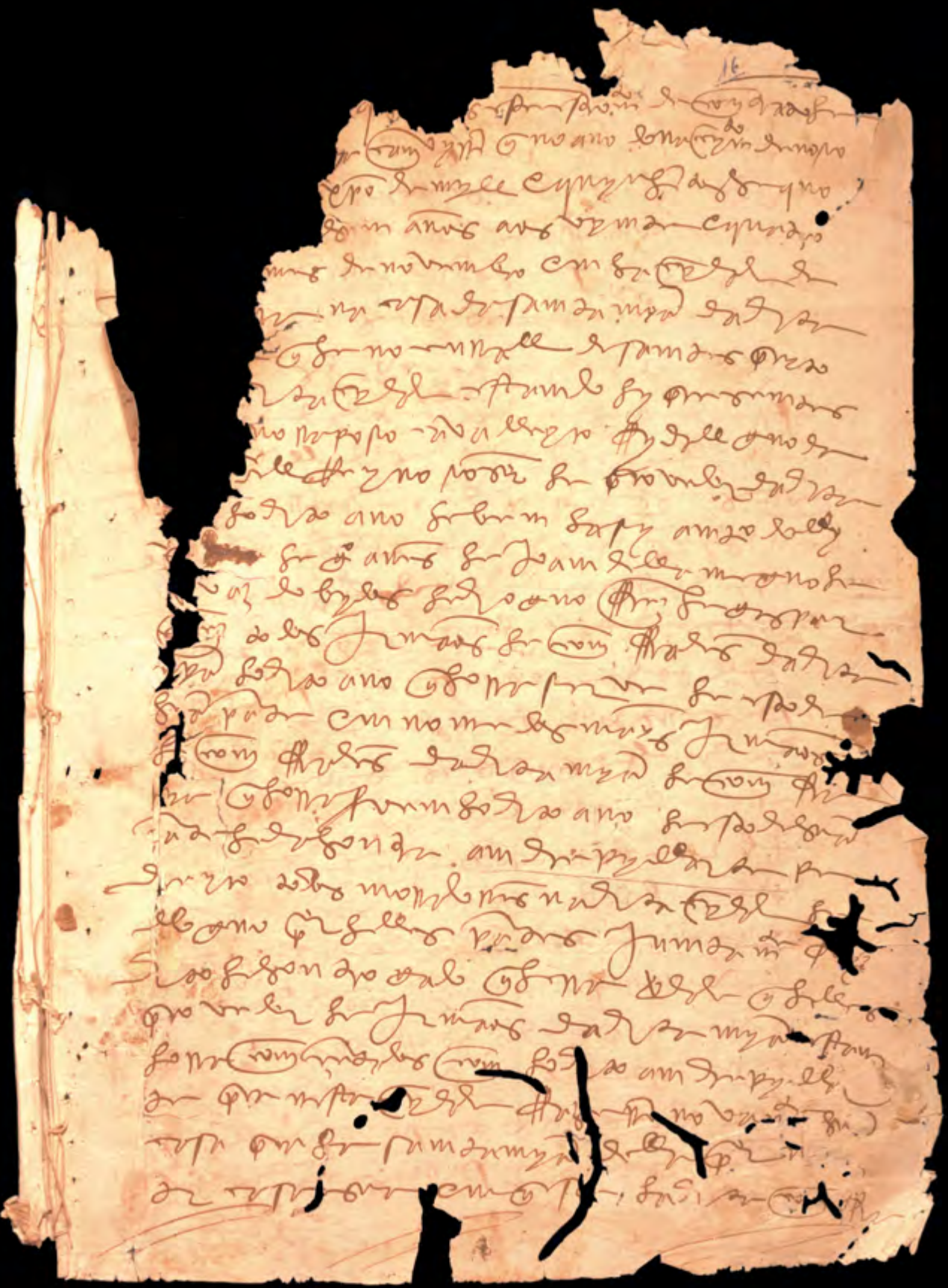
Pagou-çe trezentos, e Secenta Reis a treze dias de Agosto de Mil e quinhentos e trinta por Mandado de El-Rey nosso Senhor //Pedro Gomes//

E aos oufficiais Com o sello de Chumbo e passar o tempo quinhentos E quarenta Reis.

Registada Na Chancellaria // ALveres //

E eu gynes Frayaõ Tabelaõ o fis tresladar da propria que esta no Cartorio da Camara e Reçenciei em Tavira a sinco dias d'agosto de Nouenta, e noue annos //

Clemente de OLiveira de Mattos Tabaliaõ de Nottas que isto tresLasdei



Devido ao mau estado de conservação do original, o documento aqui transcrito não foi reproduzido na sua totalidade. A imagem da pág. 276 corresponde ao fl. 16, e a imagem da pág. 278 corresponde ao fl. 16v.

¹ Um rasgão longitudinal de forma triangular, com 8 cm de largura e 14 cm de comprimento na primeira regra, dificulta a leitura do início das primeiras 14 regras.

² Riscada uma palavra ilegível

³ A letra “s” foi sobreposta a um “e”.

⁴ Na margem, anotou-se posteriormente: “obra / romana”.

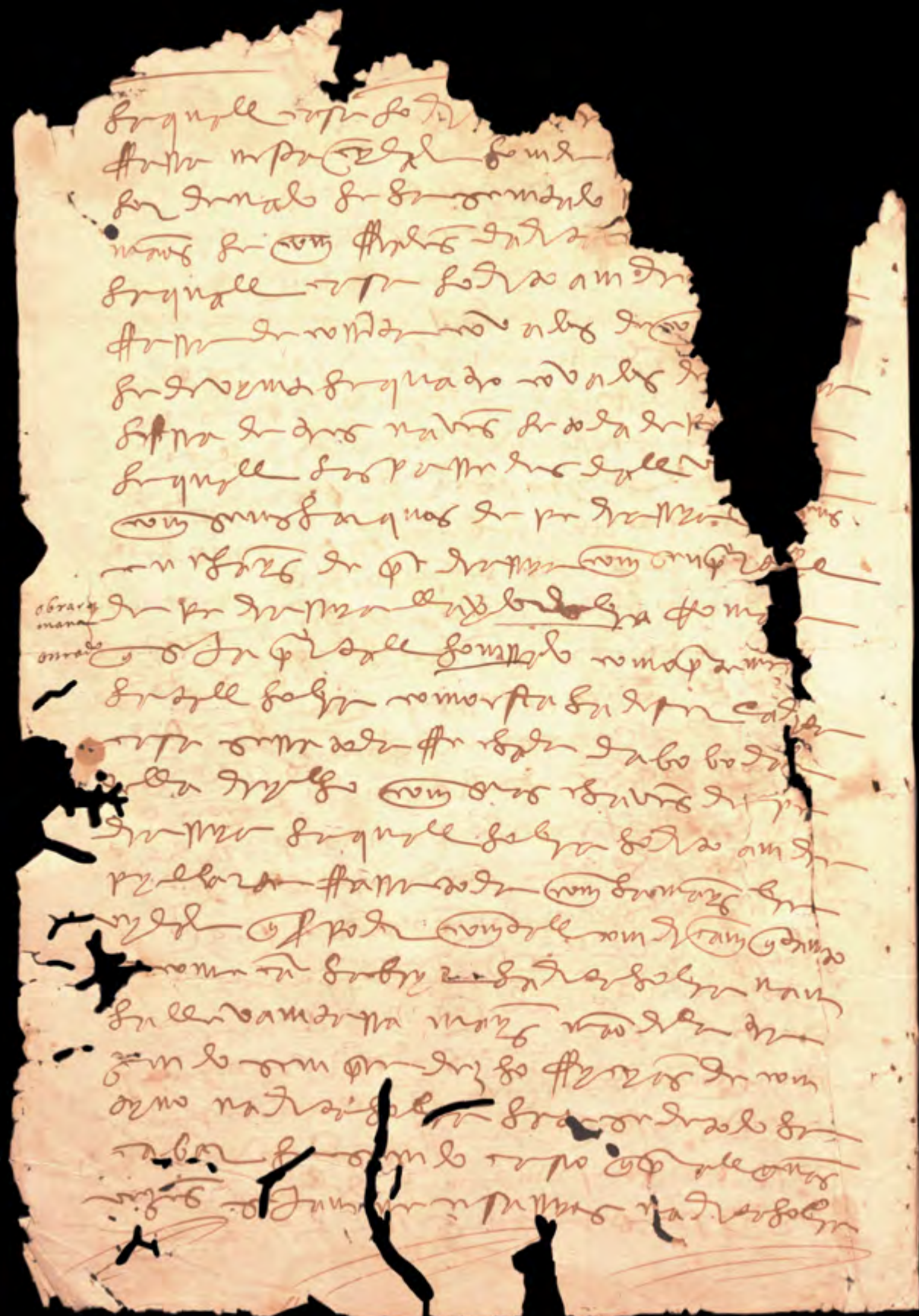
⁵ Na margem, anotou-se posteriormente: “onrado”.

⁶ Rasgão triangular com 8 cm de largura por 11 de comprimento, afectando a leitura de 12 regras.

Contrato entre a Misericórdia de Tavira e o mestre-de-obras André Pilarte, para a construção da Igreja da Misericórdia

Arquivo da Misericórdia de Tavira
SCMTA.SCM.ADM.ESCR.0025, fls. 16-19 v.

¹[Saibam] q[uanto]s este estromento de comtrato he / [de obri]gaçam vyrem que no ano do naçymento de noso / [senhor Jesu] christo de myll e quynhentos he quo/[renta e] hum annos aos vymte e quatro / [dias do] mes de novembro em ha çydade de / [tauir]a na casa da samta mysericordja da djta / [cydade] que he no curall de samt espyto / [da d]jta çydade estamdo hy presemtes / [djog]uo raposo cavalleyro ffydallguo da / [ca]sa [d]ell Rey noso *senhor* he provedor da djta / [mysericordja] ho djto ano he bem hasy amtonio d olly/v[a]² he gonçalo annes he Joam de llameguo he / [Joam] vaz d obydos he djoguo ffernandez he gaspar / [ffe]r[nande]z todos Jrmãos he comffrades da djta / [m]ysericordja ho djto ano *que* hora serve he esto de / hüa parte em nome dos mayes Jrmãos / he comffrades da djta mysericordja he comfra/ria *que* hora servem ho djto ano he esto de hüa / parte he da houtra **amdre pyllarte** pe/dreyro todos moradores na djta çydade he / lloguo por helles partes Juntamente flo[y] / djto he houtrogado *que* hera verdade que helles / provedor he Jrmãos da djta mysericordja estam / hora comçertados com ho d[j]to amdre pyllar/te pera nesta çydade ffazerem novamente hüa / casa *pera* ha samta mysericordja della por nam / ter casa sua em *que* es[t]e ha dita comffra[ria] // [16 v.] ha quall casa ho dj[to amd]r[e pyllarte] / ffara nesta çydade homde q[uer que for] / hordenado he hasemtado p[ellos djtos Jr]/mãos he comffrades da djta c[omffraria] / ha quall casa ho djto amdre [pyllarte] / ffara de coremta covados de com[prido] / he de vymte he quatro covados de [largu]ra / he sera³ de tres naves he toda de pe[dra] / he quall has paredes d allv[enari]a / com seus harquos de pedrarya c[om] seus cunhayes de pedrarya com seu portall / de⁴ pedrarya llavnado d obra Roma[na] / *que*⁵ seja portall homrado como pertemce / ha tall hobra como esta ha de ser e a djta / casa sera toda ffechada d aboboda / de lladrylho com suas chavês de pe/drarya ha quall hobra ho djto amdre / pyllarte ffara toda com ha mayes bre/vydade *que* ser poder com tall comdiçam *que* tanto / [que] comecar habryr ha djta hobra nam / hallevamtara mayes mão della tra/zemdo sempre dez hoffycyaes de com/tyno na djta hobra hate se de todo ha/cabar he semdo caso *que* por allgüas / vezes seJam neçesaryos na djta hobra // (fl. 17)⁶ [m]ays [ho]ffycyaes que ho djto **amdre / [pyllarte]** h[os] meta ha quall hobra *que* ha/[sy tiver fe]jta na djta casa sera havallyada / [por dous] houtros hoffycyaes que tomaram / [ha]valljacam da djta hobra e aquyllo / [em] *que* ha djta hobra ffor havalljada / [lhe] pagaram ao djto **amdre pyllarte** / h[os] quaes hoffycyaes ha djta mysericordia toma/[ra e] mandara vyr domde lhe bem / p[a]reçer que hos ha por *que* conheçam he / emtemdam ha djta hobra he vyram / ha custa da djta mysericordia e hos hoffycyaes / que ha djta hobra houverem d avalljar / estaram ha metade *por* parte da dita / mysericordia he ha houtra metade *por* parte / do dito **amdre pyllarte** he ambos / houtros se fforem neçesaryos serem / haJuramentados em hos samtos he/vamgelhos pera ha djta havalljaçam e pera ho djto **amdre pyllarte** comecar / de ffazer hachegas e ajumtar pedra / e quall he hout[ras] h[a]chegas ho djto / provedor he hymãos lhe daram / he emtregaram lloguo doozemtos // [17 v.] cruzados com hos quaes [ho d]jto [amdre pyllarte] / comecara ha ffazer ha djta h[obra e lloguo] / *que* hos tener gastados na djt[a hobra hos] / djtos hoffycyaes he comffra[des da] / djta mysericordia hasy hos presem[tes com]o / hos *que* ao djamte vyerem lhe dar[am llogu]o / houtros doozemtos cruzados d[e ma]/neyra que hasy como tener gastados [hos d]jtos / doozemtos cruzados lhe daram ho[utros] / doozemtos cruzados *que* sempre am[d]a/ram hadjamtados pera ho djto **amdre pyllarte** poder ffazer e acabar ha djta / hobra e tamto que ffor ffeyta e acabada / se havalljara toda ha djta hobra *por* hos / djtos hoffycyaes *que* pera hello tomaram / e naquyllo em *que* por hos djtos hofy/çyas [sic] ffor havallyada ho



⁷ Rasgão triangular com 5 cm de largura por 11 de comprimento, afectando a leitura de 12 regras.

⁸ Por falta de suporte, não se identificam as letras finais desta regra.

⁹ Rasgão de 4 cm de largura por 12 de comprimnto, afectando o início de 13 regras.

¹⁰ O resto do fólio ficou em branco, tendo sido posteriormente acrescentados dois resumos do diploma, um coevo, o segundo já do século XIX.

pagaram hos / djtos Jrmãos da djta *mysericordia* ao djto am/dre pyllarte llevamdo *em* comta ho *que* / J[a] *em* sy tener reęebydo hadjamtado / hasy como ffor ffazemdo ha djta hobra / he semdo cousa *que deus* nam mande *que* neste / tempo *que* ho djto amdre pyllarte ffezer / ha djta hobra he amtes de *ser* hacabada / ho djto amdre pyllarte ffallença da // (fl. 18)⁷ [vida deste] mu[ndo] *que* hos hoffyęaes da djta *mysericordia* / [lhe tomem] *em* comta ao djto amdre py/[llarte t]oda ha pedra *e* quall he pe/[drary]a he houtras hachegas *que* helle / [tever] ffeytas he haJumtadas pera ha / [djta h]obra todo *por* sua havalljaçam / [hasy] ha hobra *que* estiver ffeyta como / h[as] hachegas *que* tener Juntas pera ha djta / h[o]bra *e* *que* pera ho djto amdre pyllarte / l[h]e seram emtregues hos djtos doozemtos / cruzados como de ffeyto ho djto amdre / pyllarte hos comtou he reęebeo dos djtos / Jrmãos he provedor ao ffazer deste estro/mento *e* comtrato peramte mym tabeliam he *testemunhas* / ao djamte espritas por cruzados d ouro de / cruz pera has quaes ho djto amdre pyllar[te] / lloguo hapresemtou *por* seus ffyadores / he prymçypayes pagadores ha **amtonio d[e]**⁸ / **sequeyra** he **amtonio do severall** cava/lleyros ffydalguos da casa d ell Rey / noso *senhor* moradores na djta cydade *que* pre/semtes estavam hos quaes lloguo am/bos Juntamente djxeram he houtrogaram / *que* semdo caso *que* ho djto amdre pyl[ll]arte / nam ffaça ha djta casa da djta *mysericordia* // [18 v.] *em* *que* hasy gaste hos djtos do[ozemtos cruza]/dos *que* hora reęebeo *pe*-ramte he[lles que] / se hobrygam *por* sy he *por* todos se[us bens mo]/vees he de rayz havydos he *por* have[r por] / hygall parte tamto hum como ho [houtro] / ha pagarem ha djta *mysericordia* hos djtos [doozem]/tos cruzados hou todo haquyllo [que] / estiverem [sic] *por* comprry da djta hobr[a] ha quall ffyamca helles **amtonio do s[ov]e/rall** he **amtonio de sequeyra** am *por* bem / *que* tamto *que* ho djto **amdre pyllarte** tener / gastados hos djtos doozemtos cruzados / na djta hobra *que* ho djto amdre pyllarte / posa rreceber houtros doozemtos cruzados / *e* *que* hasy como hos receber hate ffym / da hobra ffyam ao djto amdre pyllarte / nos djtos doozemtos cruzados como djto / tem com tamto *que* lhe nam dem houtros / hate *que* hos dozemtos *que* recebydos tem estem / gastados na djta hobra *e* como hos / tener gastados posa reęeber houtros / doozemtos cruzados porque helles por / este estromento ho ffyam hate ffym da / djta hobra nos djtos doozemtos cruzados / solamente como djto he. he ho portall // (fl. 19)⁹ [homrado que] se [ha de] ffazer na djta casa da djta / [mysericordia ser]a da pedrarya bramqua da / [cydade d]e llyxboa *que* ho djto **amdre pyllar/[te** man]dara trazer *e* portamto helles por / [esso] se hobrygaram *por* sy he *por* hos bens / [e re]mdas da djta *mysericordia* ha terem e man/[terem] este estromento *e* comtrato he de se nam aRepemderem nem d jrem comtra helle em / parte nem em todo sob pena de quallquer / d[ell]es partes *que* ho nam manter he ho / nam comprry pagar ha parte *que* por este / estiver he ho comprry çem cruzados / d ouro de pena com todas houtras mays / custas he despesas perdas danos / *que* sobre hello fforem ffeytas *e* a dyta / pena he custas llevada hou nam todavya / comprry he em *testemunho* de verdade todo helles partes / hasy houtrogaram *e* madaram [sic] ser ffeyto / este estromento he comtrato he pedjram [se]/nhos (?) *por* helles partes hasynado he houtrogado na nota deste *testemunhas* *que* fforam / presemtes nuno martynz mareamte he / manoe[n] nunez seu *filho* crellyguo de / mysa he vasco annes he amt[onio] djaz fylhos / do djto Joam vaz d obydos mor[a] // [19 v.] dores na djta cydade he [eu...] / *puprico* tabeliam d ell Rey noso *senhor* [em a cydade] / de tavyra he seu termo *que* este [estromento scripuy e] / haquy meu *puprico* synall ffyz [que tal] / he *e* pasey este estromento ao d[jto am]/dre pyllarte *por* lhe pertemc[er e] / mo pedjr pera ho ter *por* sua [guarda] /

[Sinal]

pagou de busqua he [de]/ tyrada çem[to] he/ setemta *reaes*¹⁰.

Carta de D. Filipe I, confirmando direitos reais de Tavira concedidos por D. Duarte a Francisco Pereira de Berredo

1594, 20 de julho

Arquivo Municipal de Tavira, documento adquirido à Família de José Cabecinha, de Faro

1433/11/30 (Carta de D. Duarte)

1450/09/26 (Confirmação de D. Afonso V)

1486/03/15 (Confirmação de D. João II)

1497/06/27 e 1518/03/03 (Confirmações de D. Manuel)

1524/03/07 (Confirmação de D. João III)

1575/02/03 (Confirmação de D. Sebastião)

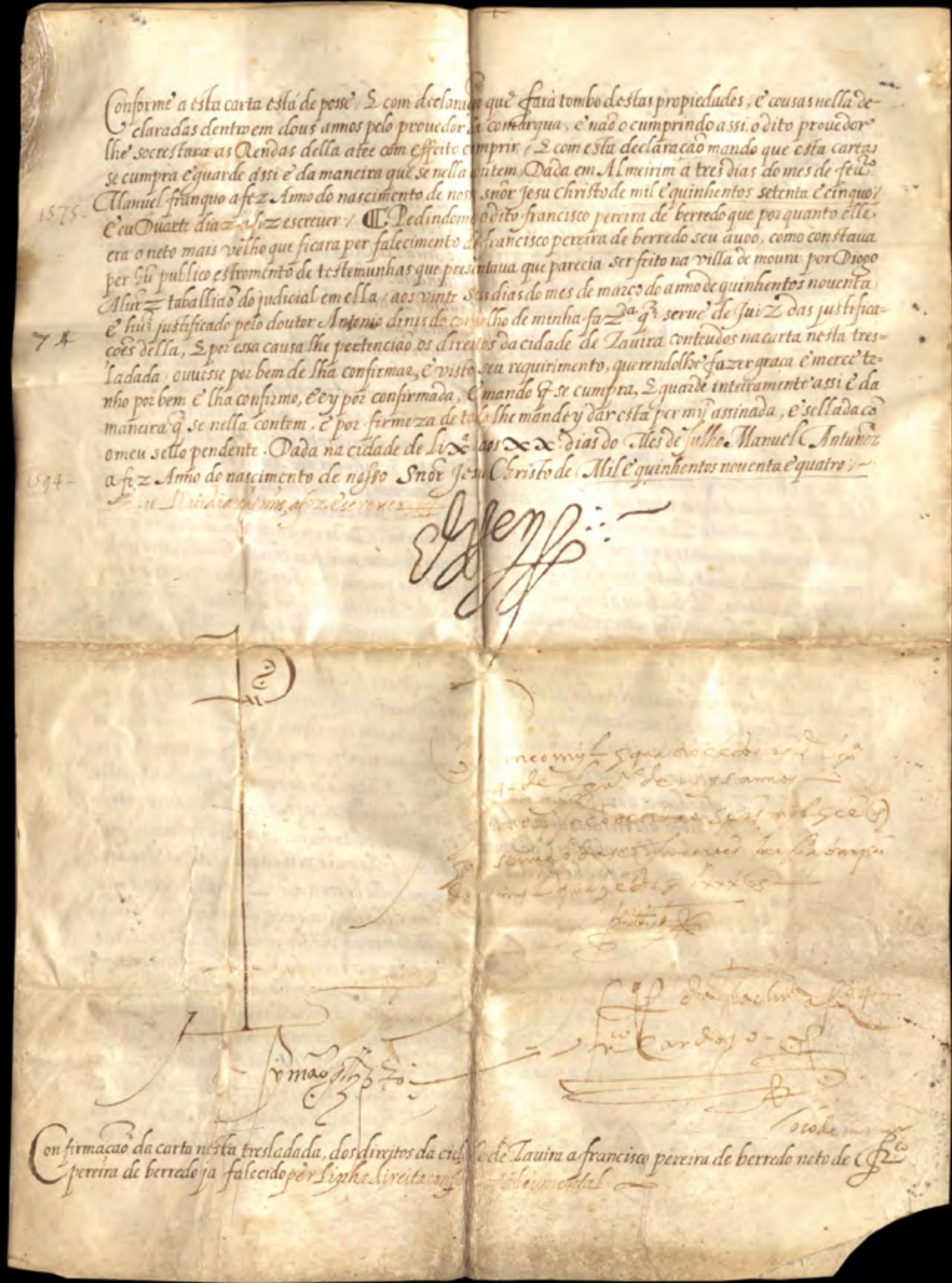
(ff. 35) Dom Philippe per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues, d'aquem, e d'alem Mar em Africa senhor de guine e da conquista nauegação, comercio d'Ethiopia Arabia Persia e da Jndia. *etc.* Faça saber aos que esta minha carta de confirmação virem que por parte de francisco pereira de berredo fidalguo de minha casa filho de João pereira de Berredo, et neto de francisco pereira de berredo que Deus perdoe me foi apresentada hũa carta do senhor Rey Dom sebastião meu sobrinho que sancta gloria aja per elle assinada e passada por sua chancelaria de que o treslado he o seguinte. ¶ Dom Sebastião per graça de Deus Rey de Portugal E dos Alguarues d'aquem E d'alem mar, em Africa, senhor de guine, E da conquista, navegação comercio d'Ethiopia Arabia, Persia, e da Jndia *etc.* A quantos esta minha carta de confirmação virem faço saber que por parte de francisco pereira de Berredo fidalguo de minha casa me foi apresentada hũa carta D'el-Rey meu senhor e auoo que sancta gloria aja per elle assinada e passada per sua chancelaria de que o treslado hé o seguinte. ¶ Dom João per graça de Deus Rey de Portugal e dos Alguarues d'aquem e d'alem, mar em Africa, senhor de guine, e da conquista, navegação, comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da Jndia *etc.* A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de francisco pereira filho de João pereira fidalguo de nossa casa nos foi apresentada hũa carta D'el-Rey meu senhor e padre que sancta gloria aja de que o teor tal he. ¶ Dom Manuel per graça de Deus Rey de Portugal E dos Alguarues d'aquem e d'alem mar em Africa senhor de guine, E da conquista, nauegação comercio d'Ethiopia Arabia, Persia e da Jndia. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de João pereira fidalguo de nossa casa nos foi apresentada hũa nossa carta asselada e passada por nossa chancellaria de que o treslado della de verbo a verbo he o seguinte. ¶ Dom Manuel per graça de Deus Rey de Portugal, E dos Alguarues d'aquem E d'alem Mar em Africa senhor de guine A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Diogo pereira fidalguo de nossa casa, nos foi apresentada hũa carta D'el-Rey meu senhor que sancta gloria aja de que o teor tal he. ¶ Dom João per graça de Deus Rey de Portugal, E dos Alguarues d'aquem, E d'alem, mar em Africa senhor de guine. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte de Dioguo pereira fidalguo de nossa casa nos foi apresentada hũa carta D'el-Rey meu senhor, e padre que Deus aja feita em pergaminho e assinada per elle e asselada do sello de chumbo da qual o teor de verbo a verbo he esta(*sic.*) que se segue ¶ Dom Affonso per graça de Deus Rey de Portugal, E do Alguarue senhor de cepta. A quantos esta carta virem fazemos saber que da parte de Dioguo pereira fidalguo da casa do Infante dom fernando meu muito prezado e amado jrmão nos foi mostrada hũa carta que o muito alto e excelente Principe da gloriosa memoria El-Rey meu senhor e padre foi dada a Fernão martinz do carualhal padre do dito Dioguo pereira de cujo treslado he este que se segue. ¶ Dom Duarte pela graça de Deus Rey de Portugal. E do Alguarue Senhor de cepta A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que fernão martinz do carualhal escudeiro da casa do Infante dom João meu muito prezado, E amado Jrmão filho de Martim gonçaluez tio de Nuno aluarez pereira que foi condestabre em estes Reinos fez doação de juro, e herdade pera sempre a

2^a Auamos na Ribeira da assequa, e de fornos, e horas, e outras cousas conteudas na dita carta segundo se melhor, e mais cumpridamente nella continha. E outra do dito conde per a qual elle per o poder q^{do} do dito snor pera ello tinha depois da morte do dito fernão d'aluarz deu tudo ao dito Martin glz. 3^a E das cousas conteudas na dita carta segundo se melhor e mais cumpridamente ouuesse per a guisa que as o dito fernão d'aluarz auia. E outra carta do dito snor pela qual sendo elle defensor e Regedor dos ditos Reynos como dito he confirmou ao dito Martin guoncaluez a carta que assi ouuera do dito conde. E outra que depois do dito snor o dito Martin glz em sendo Rey per mandou q^o metessem em posse dos beens e cousas susoditas tirando todos os fornos nomeados na dita doação que erão riscados em a dita carta per que assi mandou meter de posse. E outrosi nos mostrou outra carta em a qual era conteudo que Lopo martins arcediaguo D'euora jrmão do dito fernão miz depois da morte do dito Martin glz seu padre renunciara em mãos do dito snor todo o direito que elle auia em os ditos beens e Rendas. E direitos a Vasco miz jrmão do dito Lopo martinz e delle dito fernão miz, o qual Lopo miz era filho maior e primo do dito Martin glz ao qual pertencio os ditos beens e Rendas per direito de successão e poremde deu o dito snor sua carta a Vasco miz em a qual mandou que elle ouuesse os ditos beens e Rendas, e direitos pera si, e pera todos seus descendentes per linha direita as quaes cartas assi mostradas o dito fernão miz disse que per quanto o dito Vasco miz seu jrmão se finara sem auendo herdeiros, nem descendentes per linha direita que a elle dito fernão miz pertenciam os ditos beens e Rendas, e direitos como á seu jrmão que he per direito de successão do dito Martin glz seu pad^{re} e ao qual primeiramente fora feita doação e merce dos ditos beens e Rendas e direitos delles pedindonos por merce o dito fernão miz que lhe dessemos nossa carta de confirmação e mandassemos que elle ouuesse as ditas Rendas, e direitos assy e pela guisa que dellas foi feito merce e doação ao dito seu padre e nos vendo o que nos assi pedia polo muito seruiço q^o o dito seu padre, e os de sua linhagem fizeram ao dito snor não embarguando a ley que o dito snor ordenada sobre as cousas da coroa do Reino pela qual mandaua q^o nenhũas terras da coroa do Reino não ficassem de nenhum jrmão em outro a nós praz de confirmarmos ao dito fernão miz as doações de seu padre, e outorguamos que elle aja todas as ditas Rendas e direitos pera si e pera todos seus descendentes per linha direita assy e pela guisa que delles foi feito merce e doação ao dito seu padre, e porem mandamos aos vedores de nossa faz^a contadores, Almoxarifes, e a todos os juizes e justicias, e a outros quaes quer a que esto pertencer, per qual quer guisa que seja que Leixem ao dito fernão miz e a todos seus herdeiros, e descendentes daqui em diante, lograr e possuir todas as ditas Rendas, e direitos per a guisa que dito he, e lhe não ponhão outro nenhum embargo por que nossa merce he de ser assim, E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta assinada per nos e assellada do nosso sello de chumbo. Dante em Sanctarem aos trinta dias do mes de Nouembro. El Rey o mandou Aluar'eanes a fez Anno do nascimento de nosso Snor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e tres annos. E esto se entenda daquellas Rendas e direitos que Vasco miz seu jrmão era de posse, e auia ao tempo de sua morte afora os fornos que mandamos que se arrecadem pera nos porquanto lhe forão tirados na confirmação do dito senhor segundo em ella faz menção. Pedindonos o dito Dioguo pereira por merce q^o por quanto elle he o filho maior lidimo do dito fernão miz que lhe outorguassemos, e confirmassemos a dita carta per aquella guisa que foi dada ao dito seu padre. E nos visto seu requerimento e os muitos singulares seruiços que sua linhagem hão feitos a nós e aos snores Reys meu padre e auoo, cujas almas Os aja, e os que entendemos auer do dito Dioguo pereira, e querendolhe fazer graca e merce temos por bem, e outorguamoslhe, e confirmamos todas as cousas conteudas na dita carta

Fernão d'alvarez pereira Jrmão do dito conde pera elle, E pera todos os que delle nascessem, E descendessem per Linha direita dos nossos quartos, quintos, E oitauo, E direito que nos auiamos d'auer em Tauille(sic.) e em seu termo, e da nossa adega, e do Releguo E de todo-los outros direitos que a elles pertencem em a dita villa, e seu termo, E outrosi dos moinhos que nos (fl. 35v) Auamos na Ribeira da assequa, e de fornos, e horas, e outras cousas conteudas na dita carta segundo se melhor, e mais cumpridamente nella continha. E outra do dito conde pera a qual elle per o poder que do dito senhor pera ello tinha depois da morte do dito fernão d'alvarez deu tudo ao dito Martin gonçaluez toda-las cousas conteudas na dita carta segundo se melhor e mais cumpridamente ouuesse per a guisa que as o dito fernão d'alvarez auia /. E outra carta do dito senhor pela qual sendo elle defensor E Regedor dos ditos Reynos como dito he confirmou ao dito Martin guoncaluez a carta que assi ouuera do dito conde /. E outra que depois do dito senhor o dito Martin gonçaluez em sendo Rey per que mandou que o metessem em posse dos beens e cousas susoditas tirando todo-los fornos nomeados na dita doação que erão riscados em a dita carta per que o assi mandou meter de posse ./ E outrosi nos mostrou outra carta em a qual era conteudo que Lopo martins arcediaguo D'euora Jrmão do dito Fernão martinz depois da morte do dito Martin gonçaluez seu padre renunciara em mãos do dito senhor todo o direito que elle auia em os ditos beens e Rendas, E direitos a Vasco martinz jrmão do dito Lopo martinz e delle dito Fernão martinz, o qual Lopo martinz era filho maior e primo do dito Martin gonçaluez ao qual pertencem os ditos bens, e Rendas per direito de successão E poremde deu o dito senhor sua carta a Vasco martinz em a qual mandou que elle ouuesse os ditos beens e Rendas, e direitos pera si, e pera todos seus descendentes per linha direita as quaaes cartas assi mostradas o dito fernão martinz disse que por quanto o dito Vasco martinz seu jrmão se finara sem auendo herdeiros, nem descendentes per linha direita que a elle dito fernão martinz pertenciam os ditos bens e Rendas, e direitos como á seu jrmão que hé per direito de successão do dito Martin gonçaluez seu padre ao qual primeiramente fora feita doação e merce, dos ditos beens em Rendas e direitos delles pedindo-nos por merce o dito fernão martinz que lhe dessemos nossa carta de confirmação e mandassemos que elle ouuesse as ditas Rendas, e direitos assy e pela guisa que dellas foi feito merce e doação ao dito seu padre e nos vendo o que nos assi pedia polo muito seruiço que o dito seu padre, e os de sua linhagem fizeram ao dito senhor não embarguando a ley que o dito senhor em si trazia ordenada sobre as cousas da coroa do Reino pela qual mandaua que nenhũas terras da coroa do Reino não ficassem de nenhum jrmão em outro a nós praz de confirmarmos ao dito Fernão martinz as doações de seu padre, E outorguamos que elle aja todas as ditas Rendas e direitos pera si e pera todos seus descendentes per Linha direita assy e pela guisa que deles foi feito merce E doação ao dito seu padre, E porem mandamos aos vedores de nossa fazenda contadores, Almoxarifes e a todo-los juizes e justicias, e a outros quaaesquer a que esto pertencer, per qualquer guisa que seja que Leixem ao dito fernão martinz e a todos seus herdeiros, e descendentes daqui em diante, lograr e possuir toda-las ditas Rendas, e direitos per a guisa que dito he, e lhe não ponhão outro nenhum embargo porque nossa merce he de ser assim, E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta assinada per nos e asselada do nosso sello de chumbo. Dante em Sanctarem aos trinta dias do mes de Nouembro. El-Rey o mandou Aluar'eanes a fez Anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e tres annos, E esto se entenda daquellas Rendas, e direitos que Vasco martinz seu jrmão era de posse, e auia ao tempo de sua morte afora os fornos que mandamos que se arrecadem pera nós porquanto lhe forão tirados na confirmação do dito senhor segundo em ella faz menção. Pedindo-nos o dito Dioguo pereira por merce que por quanto elle hé o filho maior lidimo do dito fernão martinz que lhe outorguassemos, e confirmassemos a dita carta per aquella guisa que foi dada ao dito seu padre. E nos visto seu Requerimento e os muitos singulares seruiços que sua Linhagem hão feitos a nós e aos Senhores Reys meu padre e auoo, cujas almas Deus aja, e os que

per a guisa e maneira que per o dito snor Rey meu padre feitas dadas e confirmadas ao dito fernão
miz do carualhal seu padre. E porem mandamos aos veedores de nossa fazenda, contadores e
Almo^{es} juizes, e justicias officiaes, e corregedores, e pessoas outras quaesquer que esto ouuerem
de ver aq esta carta for mostrada que lexem auer no dito Dioguo pereira toda las Rendas, e di-
reitos suso escritas per a guisa que dito he, sem lhe pondo sobre ello outro algum embargo que seja.
Em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta per nos assinada, e assellada do nosso sello de
chumbo. Dada em a Villa de Sintra a vinte seis dias de setembro Ruy diaz a fez. Anno de nosso snor
Jesu Christo de mil e quatrocentos e cinquenta. ¶ Pedindonos o dito Dioguo pereira por merce que
lhe confirmassemos e ouuessemos por confirmada a dita carta. E nós visto seu requerimento e queren-
do-lhe fazer graça e merce temos por bem, e lha confirmamos, e auemos por confirmada assi e pela guisa
que em ella he contudo. E porem mandamos ao nosso contador em a dita comarca, e a quaesquer outros
nossos officiaes, e pessoas a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer que lha cum-
prão, e guardem assi e tam inteiramente como se em ella contem, sem outro embargo que lhe sobre ello po-
nhão por que assi he nossa merce. Dada em a nossa villa de Sanctarem a quinze dias de março Tomé lopez
a fez. Anno do nascimento de nosso snor Jesu Christo de mil quatrocentos oitenta e seis. ¶ Pedindonos o dito
Dioguo pereira por merce que lhe confirmassemos assi a dita carta. E visto per nós seu requerimento e quer-
do-lhe fazer graça e merce temos por bem, e lha confirmamos, e auemos por confirmada assi e tão inteiramente
como em ella he contudo. E mandamos que assi se cumpra e guarde sem outra duuida, nem embargo que lhe
em ello seja posto por quanto a nos praz de assi confirmarmos como dito he. Dada em a nossa cidade de uora a vinte
sete dias do mes de junho André dias a fez. Anno do nascimento de nosso snor Jesu Christo de mil quatrocentos
noventa e sete annos. Pedindonos o dito João pereira por merce que por quanto o dito Dioguo pereira seu pay
he falecido, e elle he seu filho mais velho a que as ditas Rendas e direitos vem per successão. Lhe confir-
massemos a dita carta, como nella he contudo. E visto per nós seu requerimento querendo-lhe fazer gra-
ça e merce temos por bem, e lha confirmamos, e auemos por confirmada assi e na maneira que em ella faz
menção. E porem mandamos ao veedor de nossa fazenda no Reino do Alguarue, e a todos os outros nossos
officiaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer que o metão em posse
das ditas Rendas, e direitos, e cousas nella declaradas, e lhas deixem ter, lograr e pesser e auer, como na
dita carta faz menção sem lhe a ello porem duuida, nem embargo algum por que assi he nossa merce, e por
firmeza dello lhe mandamos dar esta carta per nos assinada, e assellada do nosso sello pendente. Dada
em a nossa cidade de Lisboa aos tres dias do mes de março Jorge fernandez a fez. Anno do nascimento de
nosso snor Jesu Christo de mil e quinhentos e dozeito. Pedindonos o dito francisco pereira por merce que
por quanto o dito João pereira seu pay he falecido, e elle he seu filho mais velho a que as ditas Rendas
e direitos vem per successão. Lhe confirmassemos a dita carta como nella he contudo. E visto per nós seu re-
querimento, e querendo-lhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos, e auemos por confirmada
assy e na maneira que em ella faz menção. E porem mandamos ao veedor de nossa fazenda no Reino
do Alguarue e a todos os outros nossos officiaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento
della pertencer que o metão em posse das ditas Rendas, e direitos, e cousas nella declaradas, e lhas deixem
ter, lograr, e pesser e auer como na dita carta faz menção sem lhe nisso porem duuida, nem embargo algum
por que assi he nossa merce, e por firmeza dello lhe mandamos dar esta carta per nos assinada e assellada
do nosso sello pendente. Dada em a nossa cidade de uora a sete dias de março Jorge da fonsesqua a fez. Anno
de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte e quatro. E eu Damião diaz a fez escreuer. ¶
Pedindome o dito francisco pereira por merce que lhe confirmasse esta carta. E visto seu requerimento querendo
lhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos. E y por confirmada naquellas cousas que elle

entendemos auer do dito Dioguo pereira, e querendo-lhe fazer graça E merce temos por bem, e
outorguamos-lhe, e confirmamos toda-las cousas conteudas na dita carta (fl. 36) per a guisa e
maneira que per o dito senhor Rey meu padre forão dadas e confirmadas ao dito fernão martinz
do carualhal seu padre. E porem mandamos aos veedores de nossa fazenda, contadores. Amoxa-
rifes Juizes, e justicias officiaes, e corregedores, e pessoas outras quaesquer que esto ouuerem de
ver a que esta carta for mostrada que Leixem auer ao dito Dioguo pereira toda-las Rendas, e
direitos suso escritas per a guisa que dito he, sem lhe poendo sobre ello outro algum embargo
que seja E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta per nos assinada, e asselada
do nosso sello de chumbo / Dante em a Villa de Sintra a vinte seis dias de setembro Ruy diaz a
fez. Anno de nosso senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e cinquenta. ¶ Pedindo-nos o
dito Dioguo pereira por merce que lhe confirmassemos e ouuessemos por confirmada a dita
carta / E nós visto seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e merce temos por bem, E lha
confirmamos e auemos por confirmada assi e pela guisa que em ella he conteudo / E porem
mandamos ao nosso contador em a dita comarca, e a quaesquer outros nossos officiaes, e
pessoas a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer que lha cumprão,
e guardem assi e tam inteiramente como se em ella contem, sem outro embargo que lhe sobre
ello ponhão porque assi he nossa merce. Dada em a nossa villa de Sanctarem á quinze dias de
março. Tomé lopez a fez Anno do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mil quatrocentos
oitenta e seis /. ¶ Pedindo-nos o dito Dioguo pereira por merce que lhe confirmassemos assi a
ditta carta / E visto per nós seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e merce temos por bem,
e lha confirmamos, e auemos por confirmada assi E tão inteiramente como em ella he conteudo
/. E mandamos que assi se cumpra e guarde sem outra duuida, nem embargo que lhe em ello
seja posto porquanto a nos praz de assi confirmar como dito he /. Dada em a nossa cidade D'eu-
ora a vinte sete dias do mes de junho André dias a fez Anno do nascimento de nosso senhor Jesu
christo de mil quatrocentos nouenta E sete anos /. Pedindo-nos o dito João pereira por merce
que porquanto o dito Dioguo pereira seu pay he falecido, e elle he seu filho mais velho a que as
ditas Rendas e direitos vem por successão / Lhe confirmassemos a dita carta / como nella he
conteudo / E visto per nós seu requerimento querendo-lhe fazer graça e merce temos por bem,
E lha confirmamos, e auemos por confirmada assi e na maneira que em ella faz menção / E
porem mandamos ao veedor de nossa fazenda no Reino do Alguarue, e a todo-los outros nossos
officiaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que o
metão em posse das ditta Rendas, e direitos, e cousas nella declaradas, e lhas deixem ter, Lograr
e pesser e auer, como na dita carta faz menção sem lhe a ello porem duuida, nem embargo
algum porque assi he nossa merce, E por firmeza dello lhe mandamos dar esta carta per nos as-
sinada, E asselada do nosso sello pendente. Dada em a nossa cidade de Lisboa aos tres dias do
mes de março Jorge fernandez a fez Anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e
quinhentos e dozeito(sic.). Pedindo-nos o dito francisco pereira por merce que porquanto o dito
João pereira seu pay he falecido, E elle he seu filho mais velho a que as ditas Rendas e direitos
vem por successão Lhe confirmassemos a dita carta como nella he conteudo /. E visto per nós
seu requerimento, E querendo-lhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos, e au-
mos por confirmada assy e na maneira que em ella faz menção, E porem mandamos ao veedor
de nossa fazenda no Reino do Alguarue, e a todo-los outros nossos officiaes e pessoas a que esta
nossa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que o metão em posse das ditas
Rendas, E direitos, e cousas nella declaradas, E lhas leixem ter lograr, e pesser e auer, como na
ditta carta faz menção sem lhe nisso porem duuida, nem embargo algum porque assi he nossa
merce, E por firmeza dello lhe mandamos dar esta carta per nós assinada e asselada do nosso
sello pendente. Dada em a nossa cidade d'euora a sete dias de março Jorge da fonsesqua a fez
Anno de nosso senhor Jesu christo de mil e quinhentos e vinte e quatro/. E eu Damião diaz a fiz



escreuer. ¶ Pedindo-me o dito francisquo pereira por merce que lhe confirmasse esta carta /. E visto seu requirimento querendo-lhe fazer graça e merce tenho por bem e lha confirmo E ey por confirmada naquelas cousas de que Elle (fl. 36v) Conforme a esta carta está de posse / E com declaração que fará tombo destas propriedades, E cousas nella declaradas dentro em dous annos pelo prouedor da comarca, e não o cumprindo assi o dito prouedor lhe socrestara as Rendas della atee com effeito cumprir / E com esta declaração mando que esta carta se cumpra e guarde assi e da maneira que se nella contem ./ Dada em Almeirim á tres dias do mes de feureiro Manuel franquo a fez Anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos setenta e cinco ./ E eu Duarte diaz a fiz escreuer ./ ¶ Pedindo-me o dito francisco pereira de berredo que porquanto elle era o neto mais velho que ficara por falecimento de francisco pereira de berredo seu auoo, como constaua per hum publico estromento de testemunhas que presentaua que parecia ser feito na villa de moura por Diogo Aluarez taballião do judicial em ella / aos vinte seis dias do mes de março do anno de quinhentos nouenta e hum justificado pelo doutor Antonio dinis do conselho de minha fazenda que serue de Juiz das justificações della, E por essa causa lhe pertenciam os direitos da cidade de Taura conteudos na carta nesta tresladada / ouuesse por bem de lha confirmar, e visto seu requirimento, querendo-lhe fazer graça e merce tenho por bem e lha confirmo, e ey por confirmada, E mando que se cumpra, E guarde inteiramente assi e da maneira que se nella contem, e por firmeza de todo lhe mandey dar esta per mym assinada, e sellada com meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa aos xx dias do Mes de Julho. Manuel Antunez a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de Mil e quinhentos nouenta e quatro ./

E eu Rui diaz dennis a fiz escrever.

El-Rey

Pagou cinco myL E quatrocentos reis em Lixboa
24 de fevereiro de 1595 annos –
haos offeciaies com o cordão seis myl E cem reis
hao scriuão das confirmações per sua proujsão
dois mil quinhentos E Lxxx reis
João Maldonado

Registada na chancelaria a folhas 94

Francisco Cardoso
/ o conde [...]or¹

Symão gonçallvez porto

Confirmação da carta nesta tresladada, dos direitos da cidade de Taura a francisco pereira de Berredo neto de Francisco pereira de Berredo já falecido² per Linha direita conforme a lei mental.

¹ Palavra parcialmente ilegível por tinta delida – N.T.

² A partir daqui, acrescentado com letra diferente – N.T.

